UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTORIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

ANTONIO THEODORO GRILO

TOCAIA NO FÓRUM
Violência e Modernidade

FRANCA
2009

ANTONIO THEODORO GRILO

TOCAIA NO FÓRUM
Violência e Modernidade

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

FRANCA
2009

Grilo, Antonio Theodoro
Tocaia no Fórum : violência e modernidade / Antonio Theodoro Grilo. –Franca : UNESP, 2009

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP

1. Violência – História política – Minas Gerais. 2. Jaguncismo. 3. Coronelismo – História – Brasil.

CDD – 981.551

ANTONIO THEODORO GRILO

TOCAIA NO FÓRUM
Violência e Modernidade

Tese apresentada à Faculdade de Historia, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do Título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: .....
Dr. Pedro Geraldo Tosi

1º Examinador.....
Dr.(a)

2º Examinador.....
Dr.(a)

3º Examinador.....
Dr.(a)

4º Examinador.....
Dr.(a)

Franca, _____ de _____ de 2009

Para
Walquíria de Borba
e para meus pais
Ceci e Tiloca
estejam onde estiverem.

Para
minhas filhas
Cibele e Dunyusha.

AGRADECIMENTOS

Aqui, um tributo à Universidade Estadual Paulista, UNESP; e à Fundação de Ensino Superior de Passos, FESP, pela possibilidade deste doutorado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Geraldo Tosi, de modo especial, agradeço pela competência, pela paciência e, sobretudo, pela amizade, com a certeza de que são penhores eternos.

Ao professor Antonio Candido, agradeço de coração as prosas prenhes de sempre.

Minha gratidão às boas sugestões das professoras Doutoras Marisa Saenz e Ida Lewkowicz, no exame de qualificação; à atenção das amigas Maísa, Gigi e Luzinete; à parceria da Renata Silva, nos arquivos e bibocas dos "Sertões do Jacuhy"; e aos mestres, colegas e alunos de muitas jornadas.

No fundo, os maiores méritos são daqueles que me ajudaram a perseguir meus objetivos, em todas as circunstâncias. Por isto, eu os agradeço, sinceramente. As falhas são minhas, nada mais.

Antonio Grilo

E se a tradição não nos cutucasse?

Parodiando Walnice Galvão
na introdução
de No calor da hora.

RESUMOS

GRILO, Antonio Theodoro. **Tocaia no Fórum**. 371 f. 2009. Tese de Doutorado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho retoma a discussão da violência, a partir de um episódio de referência, em si diminuto, ocorrido no Sudoeste de Minas Gerais, nos primeiros tempos da primeira República. Preservada, na épica da oralidade como manifestação de jaguncismo, a violência revelou-se fenômeno complexo, cuja compreensão ficava ao desamparo das teorizações tradicionais sobre oligarquia, coronelismo e mandonismo; ao contrário, emanava de complicados arranjos na malha de mercado, submissa às oscilações de hegemonia política nos seus vínculos com os mecanismos de coerção, extração e legitimação, na localidade e nas esferas do Estado e da União. Amplo diálogo com os atores e os narradores das violências, captado em testemunhos documentais e orais, e cotejados com a literatura, foi fundamental para desmistificar o vínculo entre violência e "jaguncismo", tal como utilizado pela historiografia da oralidade e para redirecionar a compreensão. Enrugamentos no chão das materialidades e do tecido político levavam à organização de nucleações, baseadas em relações de freguesia, que lhes davam coesão e sentido, e, inclusive, brechas favoráveis ao uso de meios não convencionais, no caso, a violência das funções de capanga, ao nível da camaradagem, como coadjuvante na extração de votos, alinhada ou não às esferas abrangentes. No caso analisado, a ruptura desse alinhamento estimulou a disseminação de um discurso ideológico focado na ameaça à ordem pública por um "jaguncismo", cuja existência não se comprovou. Esta "ideologia" serviu de escudo à intervenção do Estado para liquidar a nucleação oposicionista, utilizando as mesmas táticas de violência do jaguncismo, porém, perpetradas pela polícia: uma "tocaia no Fórum", onde este tipo de fenômeno deveria ser esconjurado pela Justiça. Em suma, o tratamento dialético evidenciou que as teorizações convencionais deixavam escapar aspectos significativos para a compreensão da violência. O trabalho aponta, conclusivamente, para a necessidade de estudos mais avançados sobre os processos de modernização do estado republicano em comunidades interioranas, onde certo modernismo no campo cultural, e visível modernidade dos hábitos de vida já se manifestavam no cotidiano.

Palavras chaves: violência, jaguncismo, tocaia.

GRILO, Antonio Theodoro. **Piège au Forum**. 371 f. Thèse de Doctorat: Histoire – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca: 2009.

RÉSUMÈ

Ce travail reprend le débat sur la violence, d'aprés une manifestacion bien petite en soi, mais significative, donnée au sud-ouest de l'État de Minas Gerais, au Brésil, dans les premières années de la République. Preservée au sens d'une épique orale, la violence y est conçue comme une manifestation du « jaguncismo », donnée d'une grande complexité, dont la compréhension dépasse les théories traditionelles sur l'oligarchie, le « coronelismo » et les grands chefs [mandonismo]; mais, au contraire, elle se détache des chaines si complexes du marché, soumise aux oscilations de l'hégémonie politique, y compris des liens aux appareils de cohértion, extraction, et légitimation du gouvernement de la ville, de l'Etat et de la Nation. Le dialogue avec les acteurs et les narrateurs des violences, rapportés dans les documents écrits et oraux, et puis confrontés à la literature, était fondamental pour démystifier les liens entre violence et « jaguncismo »[banditisme], tel que l'historiographie traditionelle a expliqué et, jadis pour la réorganisation de la compréhension. Les contradictions au sein des materialités et des toiles politiques conduisent à l'organization des regroupements [nucleações], basée sur des rélations de groupes humains [freguesia] qui lui donnent cohésion et sens, et, peut être, la circonstance d'utilisation des moyens non conventionels comme la violence des capangas, [bandit] au niveau de la camaraderie, dans la captation des votes, favorables et non favorables aux cercles en question. Dans le cas ici étudié, la rupture avec ces liaisons donne voix au discours idéologique d'une ménace au pouvoir public portée par des « jagunços » [bandits] imaginaires. Cette « idéologie » a servi de bouclier aux forces de l'État pour éliminer les groupes humains [nucleações] contraires, avec les mêmes tactiques violentes du « jaguncismo »[banditisme], cependant mis en oeuvre par sa propre police, c'est à dire, un piège (cilada) au Forum, où ce type d'action devrait justement être comdamné par la Justice. Enfin, l'analyse dialectique a montré que les théories conventionelles laissent échapper des aspects significatifs pour comprendre la violence. Ce travail fait le point, en conclusion, sur la nécessité d'études plus avancées sur les procès de modernisation de l'État Républicain dans les communautés de l'intérieur du Brésil, où certain modernisme sur le culturel, et une visible modernité des manières de vivre, se manifestaient déjà dans le quotidien.

Les mots-clés: violence – jaguncismo – piège.

GRILO, Antonio Theodoro. **Celada en el Forum**. 371 f. Tesis doctoral: Historia – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca: 2009.

RESUMEN

El trabajo retoma la discusión de la violencia, desde un episodio referencial, muy pequeño, que se ocurrió en el sudoeste de Minas Gerais, en Brasil, durante los primeros tiempos da la República. Esta violencia ha sido preservada por las tradiciones orales como una épica del bandolerismo, pero se reveló un fenómeno complejo, cuya comprensión se quedaba fuera de las teorías convencionales acerca de las oligarquías, del coronelismo, y del mandonismo; al revés, emanaba de complicados arreglos en las cadenas de las mercancías, luego, aprisionada a las oscilaciones de hegemonía política con sus vínculos a los mecanismos de coerción, extracción, y legitimación, en la ciudad, en el Estado y en la Unión. El amplio dialogo con los actores y los narradores de las violencias, captados en los testimonios documentales y orales, fue fundamental para desmitificar las vinculaciones entre la violencia y el bandolerismo, cómo ha sido hecho por la historiografía oral y para reordenar la comprensión. Perturbaciones en los niveles de las materialidades y de las tramas políticas llevaban a la organización de enucleaciones, basadas en relaciones de freguesia, que por su vez, empleaban medios no convencionales, tales como la violencia por intermedio de funciones de guardaespaldas practicadas en los niveles de los camaradas, como herramientas auxiliares en la extracción de los votos, favorables o no a los niveles más alargados. En la situación ora analizada, la ruptura de ese pacto llevó a la propagación de un discurso ideológico lleno de amenazas a la orden pública, por un "jaguncismo", todavía inexistente. Esta ideología ha servido de escudo a la intervención del Estado con fines de extinguir la enucleación oponente, se sirviendo de las mismas tácticas de violencia del "jaguncismo", pero, practicadas ahora por la policía en una "celada en el Forum", adónde este tipo de fenómeno había de tener la punición de la Justicia. En suma, el tratamiento dialéctico evidenció que las teorías convencionales han dejado en omisión aspectos significativos a la comprensión de la violencia. El trabajo apunta en conclusión hasta la necesidad de estudios más avanzados acerca de los procesos de modernización del estado republicano en las comunidades interioranas, donde ciertos modernismos en el campo cultural y visible modernidad de las costumbres ya se han penetrado en el cotidiano.

Palabras llaves: violencia – bandolerismo – celada.

LISTA

ABREVIATURAS

CMCP – Câmara Municipal da Cidade de Passos

CMP – Centro de Memória de Passos

APM – Arquivo Público Mineiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

LABHIS – Laboratório de História da Fundação de Ensino Superior de Passos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA, A ESPIRAL DOS ATORES 23
CAPÍTULO 2 VIOLÊNCIA, A ESPIRAL DOS NARRADORES 59
CAPÍTULO 3 A ESPIRAL DAS MATERIALIDADES 115
3.1 A malha das barganhas 116
3.2 A malha dos entrantes 136
CAPÍTULO 4 A ESPIRAL DAS DESARMONIAS 154
4.1 A malha das Invernadas 156
4.2 Os nós das malhas 201
CAPÍTULO 5 O LAÇO DAS ESPIRAIS 214
CONSIDERAÇÕES FINAIS 310
REFERÊNCIAS 320
ANEXOS 344
Anexo a Registros 345
Anexo b Ilustrações 349
Anexo c Textos 355

INTRODUÇÃO

Existem assuntos ou temas que de certa forma nos perseguem. As questões abordadas neste trabalho decorrem de um desses, e fincam suas raízes em tempos bem anteriores. Na verdade, dos idos do colegial, início dos anos sessenta, quando tive a oportunidade de conhecer Mário Palmério, o palestrante da ocasião.

Palmério ainda não escrevera o *Chapadão do Bugre*, mas parece que a idéia lhe nasceu ali, em casa de seu amigo, Breno Soares Maia, quando folheou dois fascículos anônimos, com o título de "*Os contratadores da morte*", sobre os episódios de violência ocorridos na cidade de Passos, em Minas Gerais, na virada no século dezenove para o vinte. Lembrei-me então que havia um terceiro, em casa de meu avô, e a pedido, fui buscá-lo. Palmério levou os três em sua bagagem e, na cabeça, uma história que se tornaria o livro que o consagrou.

Pouco depois, algo inusitado tornaria a me envolver ao assunto: encontrei numa lata de lixo, em rua central da cidade, um exemplar intacto e raríssimo do *Álbum de Passos*, publicado pelo fotógrafo Elpídio Lemos de Vasconcelos, no ano de 1920.

Cada vez que o folheava, me dava conta de que, enquanto carabinas inquietavam a população e punham adversários políticos em sobressalto, novo perfil e novos hábitos indicavam mudanças significativas na pequena cidade de Passos. Portanto, entre uma violência anacrônica e esses "novos tempos" faltava um alinhavo, um sentido; no fundo, uma explicação. É o que passei a procurar desde então. Creio que foi a partir daí que o conjunto de mecanismos pelos quais a sociedade passense vivenciou este processo, como experiência e como construção histórica, se configurou como objeto desta tese. Mas, de forma indireta, pois àquela altura a História não perfilava em meu cotidiano ou em minha parca estante de livros. Houve todo um percurso, mesclado de imprevistos, de contextos, de ajudas, que me conduziu a ela. Os meandros, as dificuldades e os possíveis sucessos desta caminhada estão nas páginas que se seguem.

Aliás, é honesto lembrar que ao findar o colegial lera uma bibliografia razoável da literatura clássica, e como todo participante dos movimentos estudantis, me iniciara na leitura dos "comunistas", afirmação que soa algo bizarra hoje, pois não fora além de umas poucas coisas de Marx, umas tantas panfletagens revolucionárias, e um volume considerável de estudos sobre a realidade brasileira, Gilberto Freire, Caio Prado, Werneck Sodré, Sérgio Buarque, Octávio Ianni, todas aliás de muita utilidade, posteriormente. Predominava, porém, a literatura, área para a qual fui inscrito como professor.

Às portas do ano letivo de 1964 fui migrado pela direção do colégio para o magistério da História, ingressando para isto, no curso superior. Na Faculdade, a historiografia não chegava aos Annales, e as civilizações estavam nas frases de Crouzet. A Filosofia, de um Aristóteles catequizado por Santo Agostinho, não ia além dos escolásticos. Por outro lado, minhas leituras tinham uma relação direta com os percalços do magistério e se resumiam a duas tarefas: assimilar o maior número possível de informações "históricas" e dominar as melhores técnicas de transmiti-las nas salas de aulas.

A grande fresta neste período veio da Economia e da Antropologia, mais exatamente da Antropologia Econômica, envolta no marxismo. Numa época em que isto era heresia, pois o golpe de 1964 pusera travas nas esquerdas e colocara no index suas obras mais expressivas. Empolgado pelos grandes movimentos proletários conclamados pelo Manifesto, pouco me importavam as traquinagens violentas dos jagunços da minha terra.

Anos depois, ao organizar a primeira edição da *História de Passos*, de Washington Noronha, vi que ele descartava o assunto do jaguncismo, tão decantado pela oralidade, com uma única frase: "*fugimos do cartório do crime*". E nele entrei, instigado pela curiosidade. A partir daí os jagunços passenses e suas façanhas povoaram meus pensamentos. Folheados e lidos os processos, aquilo que era apenas uma fiada de casos ouvidos dos mais velhos surgia nos documentos como histórias reais. O "*jaguncismo*" me perseguia agora em duas dimensões: nas muitas e variadas narrativas preservadas e enriquecidas pelas gerações sucessivas, inclusive as que me eram bem próximas como as de meus avós, e nas documentações forenses, bastante frias.

Por certa ironia, ao concluir o curso de História, a Antropologia absorveu a maior parte do meu trabalho no ensino superior. Aos poucos se constituiu no meu projeto de mestrado, concluído anos depois, sob orientação de Edgard de Assis Carvalho. As questões da violência local continuavam engavetadas. Consolidava-se, porém, a minha dupla filiação à Antropologia e ao marxismo, amalgamados na nova geração dos antropólogos franceses, especialmente Claude Meillassoux, Marc Augé, Pierre Clastres, e Maurice Godelier, dialogando em contraponto com Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Balandier e muitos mais. Bons tempos das discussões anárquicas e informais, ao agasalho da Mauá, junto aos mestres Ianni, Tragtenberg, Bento Prado, Edgard, Lígia Chiapinni, Bilinho, Fernando Carvalho, Antonio Reis, e os irredutíveis estruturalistas, entre outros.

A geração do marxismo brasileiro até então mantivera um distanciamento significativo em relação aos historiadores dos Annales, principalmente Braudel. Por razões muito mais profissionais que intelectuais, retornei à História, tardiamente.

O tema do jaguncismo voltou ao meu convívio, por motivos fúteis: ter sido consultor histórico de uma mini-série da TV Bandeirantes sobre o Chapadão do Bugre. Percebi então que essa minha longa jornada antropológica, tinha sido preciosa. Nesse re-encontro com a História, o jaguncismo passense não era o mesmo de antes: ao invés do contraste entre o perfil preservado pelo discurso da oralidade e os "novos tempos", vistos pela moldura de um álbum, comecei a sentir as pulsações da vida material e da cultura movendo toda a teia da existência de uma comunidade, por trás daqueles acontecimentos.

Mas era uma intuição nebulosa, sem contornos definidos. Minhas ferramentas teóricas e metodológicas pareciam insuficientes para dar nitidez à complexidade do fenômeno. Empurrado por este dilema, mergulhei no programa de doutorado da UNESP, em Franca, e tive então de administrar uma gigantesca tarefa de leitura, desde os Annales, até alcançar as modernas abordagens da História Cultural, das regionalidades e da micro-historiografia.

Decisão no mínimo acertada: nos seminários e discussões, nas sugestões e críticas dos professores e, particularmente, nas conversas serenas e fecundas com meu orientador, Dr. Pedro Geraldo Tosi, penso ter enxergado alguns sentidos mais amplos nas dobras históricas que enlaçaram numa mesma crise, a violência miúda e anacrônica do "*jaguncismo*" passense e o impulso transformador da economia e da cultura.

Isto não encerrava a questão. Ao contrário, escancarava uma fiada de problemas, tanto em relação às fontes, quanto aos métodos e teorias. Em meu projeto inicial, propunha-me a análise do "*jaguncismo*", a partir dos episódios da regionalidade passense, – cuja convergência foi o conflito de 1909, conhecido como "*matança do Fórum*" –, tendo como contraponto a questão da modernidade. Para tanto, as fontes principais seriam os processos criminais preservados pelo Centro de Memória de Passos, um conjunto de entrevistas realizadas com protagonistas e testemunhas ainda vivos nas décadas de setenta e oitenta, e a obra narrativa *Os contratadores da morte*, escrita praticamente no "calor da hora", por um dos próprios personagens do episódio, o jornalista Antonio Celestino.

A hipótese inicial era de que os conflitos pudessem resultar de alguma forma de crise gerada pela modernidade. Embora o sentido geral desta hipótese esteja mantido, encontrei, de

imediato, duas fragilidades: a primeira, a modernidade que então visualizava se definia por uma espécie de "presépio", tal como aparecia no documentário do Álbum de 1920, e não conseguia insinuar senão um vínculo muito superficial, um mero fiapo, à conexão com os desarranjos do Fórum; e, neste caso, corria em paralelo com o processo de modernização das instituições, ao tempo da primeira república, e agravava a situação pela possível necessidade de revisar as teorizações mais recentes sobre as noções de modernização, modernidade e modernismo, e suas relações intrínsecas ou extrínsecas. A segunda, vinha da obra de Celestino. A fascinação inicial pelo narrado mascarava a pobreza da narração. Antonio Cândido a chamou de subliteratura, *"que combinou realidade e fantasia para dar um cunho ficcional a acontecimentos que impressionaram os contemporâneos"* (CANDIDO, 1995, p. 155). Embora conhecesse bem o texto de Celestino, nunca me debruçara sobre ele senão para me deleitar com a pintura palpitante e rica dos acontecimentos, mas que pouco acrescentava à compreensão, mostrando-a em migalhas; farelos esparsos e desconexos, que por vezes mais embaralhavam do que esclareciam. Tive que descentralizá-la do conjunto das fontes e, sem perder o mérito que continha, inseri-la no discurso mais amplo da literatura regionalista, onde o problema da violência era freqüente. *O Chapadão do Bugre*, de Mário Palmério, foi o primeiro desdobramento, mesmo porque nascera dos fascículos de Antonio Celestino, mas inseria o que este não tinha, a densidade literária por um lado, e a extensão dos fatos narrados por outro. Palmério avança os acontecimentos, que Celestino deixara estacionados por volta de 1905, até os episódios do Fórum. Além disto, por feliz indicação, cruzei com um texto pouco conhecido, "*Caçadas de Vida e Morte*", de João Gilberto, (CUNHA, 2000), onde brotam situações e silhuetas de banditismos diversos. A trama não se referia ao meu recorte espacial diretamente, mas era contígua e guardava similitudes formidáveis com o contexto passense. Completava-se aí a tríade que utilizei para o diálogo com a literatura, e de forma valiosa para uma análise histórica, como a que propunha – um olhar tríplice sobre a violência: o contemporâneo dos fatos, outro nascido deste, mas distanciado no tempo, e o último, contíguo, também afastado. Havia aí nesses discursos literários, certa unidade quanto ao fenômeno da violência e da regionalidade, que me permitia ampliar o diálogo entre a percepção de "jaguncismo", oriunda da experiência de seus narradores captada nas fontes orais e documentais, e a construída em bases ficcionais pela literatura de cunho regionalista, como bem sugeriam os questionamentos de Lígia Chiappini (LEITE, 1994, pp. 665-702).

Por um lado, o olhar literário ampliou sensivelmente o olhar do historiador, permitindo vislumbrar o quotidiano, "les manières de vivre", os emaranhados riquíssimos da cultura, que direcionam quase sempre o comboio da história.

Mas, por outro, detonou uma prioridade: afinal, qual o perfil dos protagonistas da violência que desfilavam nessas obras e nas estripulias que praticavam pelos espaços da regionalidade? Ora eram citados e descritos como bandidos; ora como capangas, e ainda como camaradas e jagunços. "Jagunços" que poderiam justificar a identificação dos fatos que me propunha analisar, ou seja, o "*jaguncismo*" na construção historiográfica da regionalidade.

Verifiquei, então, que havia uma diferença sutil não quanto aos tipos de trabalho ou de serviço prestado, e sim, quanto à relação social que unia esses tipos aos seus mandantes. Esta relação foi se tornando aos poucos o foco do trabalho através de um percurso que converge para a discussão mais profunda e documentada no final do trabalho. Por enquanto, basta pontuar que, no caso aqui analisado, não havia, no entanto, vestígio de remuneração monetária por "*serviço de jagunço*" prestado. Em certas situações não é nem mesmo a idéia de "serviço", e sim algo como uma retribuição, um tipo de reciprocidade, que demanda atenção especial. Isto permite um distanciamento considerável em relação às demais categorias e subverte o conceito de "jaguncismo" com que se teria manifestado do caso da violência de 1909, em Passos.

De qualquer forma, assumo, ao longo desta pesquisa, um diálogo que se desloca do simples formalismo dos fatos, e mesmo das ações celebradas pelo ufanismo da oralidade, para o plano mais substancial, onde se move o tema da violência, sustentado por amarrios complexos que lhe dão corpo e sentido, seja pelas pulsações da vida material seja pelos discursos da literatura, ou por ambos, o que parece mais correto a um discurso que pretende ser o da historiografia.

A elaboração do texto final contendo os resultados da pesquisa, desde a narração dos fatos até às reflexões teóricas, colocou-me diante de dois impasses: o primeiro, de linguagem; o segundo, de sistematização. Quanto à linguagem, era minha intenção evitar certos hermetismos, de léxico ou de estilo, que pudessem trancar a compreensão. Pensei na comunidade onde se deram os fenômenos aqui analisados, e de onde os tirei inclusive pela oralidade de muitos de seus habitantes. Pensei em meus alunos, com os quais convivo há mais de quarenta anos, e a quem estarei devendo, direta ou indiretamente, ainda que a garatujem de

algumas palavras. Lembrei-me do Professor Chiquito, meu mestre de Latim, encostado à lousa, ensinando: "*a melhor obra é a mais simples*". Tento seguir o seu conselho. Não sei se as minhas habilidades chegarão a tanto e, quiçá, não façam resvalar a simplicidade à mediocridade. Fica, contudo, a advertência recente de um amigo: "*mineiro tem um certo dengo com a linguagem e gosta de acariciar algumas expressões...*"

Quanto à sistematização, optei por construir o texto através de espirais fictícias, cujas convergências se fechassem na explicação dos fenômenos da violência, nas diversas instâncias aqui abordadas. Simpatizei-me com aquelas expressões teóricas adotadas por Chardin para explicar o Fenômeno Humano – as complexidades crescente e consciente –, e as adotei. Mas não como instrumento teórico, naturalmente. Apenas como procedimento narrativo, sem qualquer conotação explicativa, como em Chardin. Faço delas um uso puramente operacional, a fim de possibilitar expor em cada espiral, simultaneamente, o duplo movimento da violência: as manifestações mais esparsas e afastadas no tempo, e os sentidos, igualmente dispersos ou distanciados, em direção a um ponto de síntese. Por um lado, fiz convergir os fatos (complexidade crescente); e por outro, a sua inteligibilidade (complexidade consciente). As espirais de minha exposição, portanto, convergem sobre os trilhos destas duas complexidades. Na construção dos capítulos, há um desequilíbrio intencional: eles se tornam progressivamente maiores, acompanhando a complexidade das questões e da análise; a "costura" com os elos anteriores, obrigou muitas vezes à repetição de certos detalhes, o que não embaraça a leitura, antes a ilumina.

A primeira espiral agasalha os fatos e seus protagonistas. Nela, deixo a narração da violência com suas incidências, evidências, obscuridades, representações e fatos por conta dos seus próprios protagonistas. A intenção é fazer desta espiral uma audição das vozes daqueles que vivenciaram as situações, pois, embora não possamos contar com a emoção dos sons, talvez seja possível captar um pouco da tonalidade narrativa no léxico, na construção das frases, e até mesmo no ritmo da narração. Assim, procurei intervir pouco; limitei-me a tecer uma espécie de costura entre as falas daqueles, dando-lhes apenas um sentido de convergência, isto é, procurando encadeá-las numa espiral que se afunila para o episódio de referência, a "matança do Fórum", como a posteridade preservou.

A segunda continua alinhavada aos fatos, mas agora por um discurso que aos poucos se afasta deles. Passo a palavra aos narradores, e, por tal, qualifico todos os que falaram por meio da pena ou da imprensa: os autores de relatos, de panfletos, de cartas, de manifestos, e

de livros, na sucessão dos acontecimentos. Compõem um acervo interessante de publicações, as quais ampliam a compreensão e apontam para novas direções. Trata-se, portanto, de uma espiral onde a literatura dá os braços à história, e, juntas, convergem ainda uma vez para a elucidação da violência, para iluminar um pouco mais o que se seguiu aos episódios de 1909.

Nas primeiras dobras desta espiral, entram as tensões do processo e do julgamento dos envolvidos no citado conflito. Tanto o processo em si, quanto o júri, principalmente este, são indispensáveis para a compreensão de certos aspectos da violência. O silêncio obtido a fórceps e as cinzas apagadas com baldes de águas políticas não conseguiram estancar o repúdio, imediato ou mediato. Suas vozes se fizeram ouvir em órgãos da imprensa: *Lavoura e Comércio*, de Uberaba; *Comércio e Lavoura* e *Cidade de Passos*, ambos de Passos; *O Pharol*, de Juiz de Fora, (só tive acesso indireto); *Diário de Minas*, de Belo Horizonte; *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro; *Correio Paulistano*, de São Paulo; entre outros. Mas ecoou também nas sessões do Senado da República, e nos discursos impressos pelos anais da casa. Quando estas vozes amorteceram, os escritores, bons ou sofríveis, tomam a palavra em suas publicações. A violência continua a ser tema. Antonio Celestino é o primeiro a pôr em letras os fatos, iniciando a publicação dos folhetins "*Os contratadores da Morte*" (CELESTINO, 2000). Surgiram pouco depois os versos anônimos, de 1921, "*A Tragédia de Passos*". Em 1933, o Senador Passos Maia publicou suas reminiscências "*Guapé*", onde também dá a sua versão do caso de Passos, já que foi contemporâneo e coadjuvante dos acontecimentos. Depois, a literatura de tendências regionalistas o incorpora: Mário Palmério, em *O Chapadão do Bugre*, (1966), e, no contraponto da vizinhança, as "*Caçadas de Vida e de Morte*", de João Gilberto (CUNHA, 2000). Assim, depois de cruzadas e descruzadas essas vozes, no ponto comum dessa espiral, onde os diferentes registros das letras se encontrarem, será possível vislumbrar em termos críticos, também, pela ótica do cotidiano social e cultural, o perfil da violência em termos de "jaguncismo", como tem sido ensinado pela oralidade às gerações posteriores.

A terceira espiral desdobra o emaranhado da vida material em busca das ramificações originais da violência, possivelmente alojadas nas condições históricas das atividades produtivas, nas relações de mercado, e nas ordenações da vida social. Procuro identificar, neste caso, os pilares de sustentação econômica dos arranjos políticos, e suas possíveis interferências na conduta dos homens e das instituições. A pecuária de invernada, como expressão substantiva da vida e da economia rurais, no caso de Passos; as mudanças nas malhas do mercado de longo alcance, a ela conexas; o desenvolvimento do comércio urbano e

as mudanças do fluxo abastecedor e das práticas de consumo, enfim, no ponto de síntese desta espiral, pretendo encontrar certos enlaces capazes de dar clareza histórica às oposições entre *lavouristas* e *governistas*, no centro das quais poderiam emergir, ou não, a figura do *jagunço* e o fenômeno do *jaguncismo,* como eixo de explicação da violência no Fórum de Passos, em 1909.

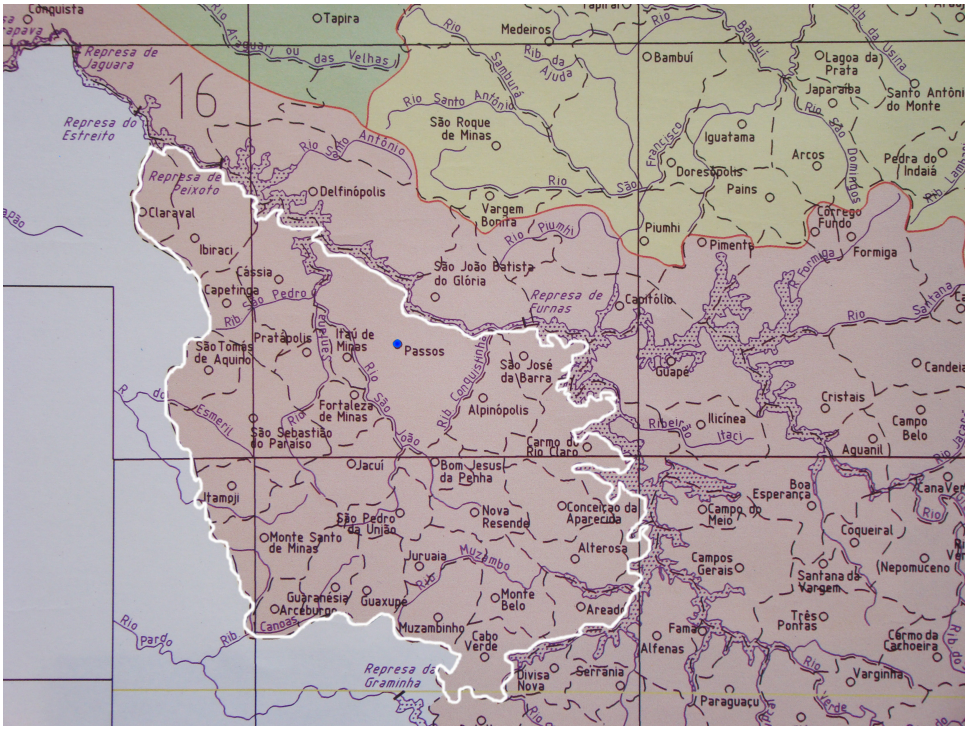
A quarta, *a espiral das desarmonias*, não é bem uma espiral, é um consolidado. Nela, superponho as três anteriores com o objetivo de encontrar os amarrios comuns e, através deles, uma inteligibilidade mais fecunda das manifestações de violência, no limite espacial e temporal dos acontecimentos de Passos. Esse entrelaçamento dos discursos de protagonistas e narradores ao universo da vida material pode consubstanciar não apenas os feixes de relações que os entrelaçam, mas ainda o eixo de seu movimento, em avanços ou retrocessos, em pulsações. Se, como penso, essas pulsações engendraram mudanças mais profundas no complexo tecido social, direcionando a vida da comunidade, assim como a construção de sua história, numa ou noutra direção, desvendá-las poderá ser a melhor vereda para se chegar às nucleações locais e, através da lógica de sua coesão e das características de suas relações internas, alcançar a nitidez que se procura sobre a dinâmica da violência, no caso de Passos.

Na quinta parte, *com um laço das espirais*, busco a compreensão teórica do fenômeno. É onde deságuam os diálogos sobre o tema da violência, apreendidos e dissecados ao longo do percurso feito até aqui. Costuma ser prudente não antecipar ou induzir conclusões cujo sentido se constrói no próprio percurso das espirais. Todavia, mineiro tem certa ojeriza a "surpresas", e gosta de demarcar o caminho onde pisa. Assim, este laço aponta para certas dissonâncias nas relações entre as nucleações locais e os centros de extração e coerção mais abrangentes, como responsáveis pela ruptura do sistema tradicional de alianças, cujo resultado terá sido o desfecho violento de 1909. Contudo, esta linha de raciocínio levou à desconfiança de que algumas noções consagradas nos estudos clássicos sobre a violência e seus agentes, sobretudo, as de oligarquias, coronelismo e parentelas, entre outras, não se compatibilizavam com a coesão das nucleações, baseadas em relações de freguesia, e aptas à absorção de tipos diferenciados de reciprocidade, onde "dons e contradons" poderiam garantir o exercício de *funções de capangas* através das relações de camaradagem, negando, portanto, a possibilidade de um "jaguncismo", como lógica da violência, na contramão da historiografia convencional e do discurso da oralidade que até agora tinham construído a explicação histórica do caso de Passos. Todavia, a revisão dos tratamentos teóricos dados ao tema da violência não será, certamente, um monólogo: mesmo porque, além de sensível às pulsações da cultura, onde

muitos dos laços foram tecidos, inclusive os da *modernidade de presépio* que fez o pano de fundo da vida urbana, a explicação desse fenômeno de violência, pode vir de situações mascaradas por fiapos estranhos de ideologias, e no lombo de uma tocaia que contraria a própria lógica das noções clássicas de coerção, extração e legitimação, tidas como basilares das relações entre o Estado e a Sociedade.

Mas, aí, já estaríamos no domínio das *considerações finais*, onde, à custa da heterogeneidade de situações, usadas sem muita parcimônia para resgatar alguns dos mais conhecidos tratamentos dados à questão da violência, procuro extrair das conclusões deste trabalho certas particularidades, com a presunção de que talvez possam subsidiar, em buscas mais amplas e reflexões mais fecundas, outras alternativas para a teorização da violência.

CAPITULO 1 VIOLÊNCIA, A ESPIRAL DOS ATORES



Mapa ilustrativo 01
A região sudoeste de Minas
com foco nos "Sertões do Jacuhy" e destaque na cidade de Passos.
(Fonte: Associação dos Historiadores dos Sertões do Jacuhy)

A análise da violência que pretendemos empreender está circunscrita aos fenômenos ocorridos na cidade de Passos, no Estado de Minas Gerais, nas duas primeiras décadas republicanas. Nessa época, Passos era a principal cidade da região Sudoeste de Minas, a qual correspondia, mais ou menos, aos "Sertões do Jacuhy", configuração geo-histórica que vinha do século XVIII, quando foi subtraída à Capitania de São Paulo e anexada a Minas. O Sudoeste de Minas, porém, ia além dos sertões do Jacuhy, englobando uma longa faixa à direita do rio Grande, até além dos contrafortes da serra da Canastra. Quanto ao município de Passos, toda a sua extensão norte-nordeste ainda é banhada pelas águas conjuntas do Rio Grande e do Rio Sapucaí, desaguando estas naquelas no local denominado Barra, agora município de São José da Barra. Esses dois rios formam hoje, acima da barragem, o grande Lago de Furnas. A oeste dos Sertões do Jacuhy divide ainda, em toda a sua extensão, com o Estado de São Paulo, confinando-se com os sertões do Rio Pardo e do antigo "Capim Mimoso", onde se destacava, então, como até hoje, a cidade de Franca. No mapa ilustrativo, acima, podem ser vistas as cidades que integram os sertões do Jacuhy, e, em destaque, a cidade de Passos, a meio caminho entre as usinas hidrelétricas de Furnas e de Peixotos.

Os episódios que serão aqui referidos tiveram como epicentro a própria cidade de Passos, mas envolveram ações e desdobramentos, inclusive extensas malhas de mercado, que alargavam os contornos geográficos, no sentido norte, para além da região das nascentes do rio São Francisco, nos chapadões da serra da Canastra; no sentido leste e sul, até a região dos "campos gerais" e da Comarca do Rio das Mortes; e no sentido sudoeste, para as áreas paulistas, ao encontro da "onda verde" da cafeicultura.

Os personagens que dramatizaram os episódios compõem três galerias distintas, uma militar e duas civis, das quais só temos visualização destas últimas.

Os integrantes do aparelho policial do Estado de Minas, chefiados por um delegado especial, Alferes Isidoro Corrêa de Lima, sergipano, oficial da Brigada Policial mineira, casado, 42 anso, do qual não temos nenhuma imagem. Ao longo deste trabalho, será referido como Alferes Isidoro ou simplesmente como Alferes. Os demais eram soldados cujo efetivo variou de 2 a 12; tendo sido auxiliados por "paisanos" contratados pela Câmara, em certas ocasiões.



Chico Gomes



Jayme Gomes



Joaquim Gomes

Galeria 01: "Governistas"

A galeria civil dos "governistas", predominantemente formada por negociantes, e sempre alinhada com o governo do Estado, era liderada por três dos irmãos Gomes: Francisco Gomes de Souza Lemos, Jayme Gomes de Souza Lemos e Joaquim Gomes de Souza Lemos, que são vistos na Galeria 01, acima. Doravante serão chamados de Chico Gomes, Jayme Gomes e Joaquim Gomes, respectivamente. A irmandade dos Gomes, que incluía ainda o irmão Alfredo e irmãs, não era passense e aí se estabeleceu na década de 1870. A esses irmãos se incluía, obviamente, grande número de comerciantes e capitalistas, como Joaquim Getúlio

Monteiro de Mendonça, Theodomiro Gomes de Pádua, Octávio Rodrigues de Vasconcelos, representando o grupo carismático do Tenente Vasconcellos, entre muitos outros.



Foto 1



Foto 2

Cel. Neca Medeiros Agente Executivo De 1905 a 1909 (assassinado no Fórum)	Exemplar do Comércio e Lavoura (1901), com montagem fotográfica de Castejón. Nos medalhões estão, à esquerda o Major Leopoldo Pinto Ferreira Coelho; no centro e à direita os dois grandes mentores intelectuais do lavourismo político: Antonio Celestino (centro) e Juca Miranda (assassinado no Fórum)

Galeria 02: "Lavouristas"

Na galeria civil dos "lavouristas", predominaram os proprietários de fazendas e capitalistas; os engordadores de gado, ou invernistas, e os comerciantes de gado pelo sistema de "invernada", além de grande número de comissários, fazendeiros agricultores e criadores, intelectuais e camaradas diversos. Os principais líderes eram os irmãos Manuel Lemos de Medeiros e Francisco Lemos de Medeiros, doravante chamados de Neca Medeiros e Chico Medeiros, respectivamente; José Stockler de Miranda que será referido como Juca Miranda mentor político do grupo; o advogado, escritor e jornalista Antonio Celestino, principal redator e articulista do jornal Comércio e Lavoura; e o poeta e médico Bernardino Vieira. Mas o grupo incluía ainda José Sisenando, o Dr. José Pinto de Carvalho, Manoel Júlio Lemos (Neca Júlio), além de muitos Medeiros, Vieiras, Lemos, Andrades e outros.

Toda a tentativa de compreender a questão da violência, em Passos, como se verá ao longo desta tese, passa de alguma forma por estes principais.

Presenças turísticas em trânsito pela cidade de Passos, no sudoeste de Minas Gerais, quando indagam sobre fatos relevantes de sua história, costumam ouvir o refrão de sempre: *"matança do Fórum"*. Também é comum que o assunto seja proposto por universitários, quando postos diante da escolha temática de seus trabalhos acadêmicos ou monográficos.

Enfim, é um refrão que ecoa pelas gerações alinhavando os sucessivos presentes a um passado específico. Foram se construindo assim as leituras próximas ou distantes[1], que de comum guardam hoje apenas o desenho de uma "grande tragédia", ora descrita como "matança" ou "chacina", ora como "tiroteio", "hecatombe", ou "golpe".

A que se referem, dramáticas ou eufóricas, estas narrativas polifônicas pelo tempo afora? Ao episódio do dia 26 de setembro de 1909, domingo, quando uma inusitada "inquirição" de testemunhas, convocada pelo delegado de polícia para ouvir certas lideranças políticas, degenerou em violência, com discussões ácidas, troca de tiros e agressões e, no fim, o saldo de três mortes, uns poucos feridos, e evidente impacto sobre a população. Tudo isto, no espaço de uma esquina, a que liga ainda hoje o Largo da Matriz ao do Rosário da cidade de Passos; aí, em 1909, de um lado ficava o edifício da cadeia, onde funcionava no andar superior o Fórum e a Câmara, e do outro ficava o quartel e a delegacia de polícia.

Pode-se argumentar que as dimensões do fato em si não sejam lastros suficientes para uma reprodução tão ampliada no tempo, se comparadas com outros acontecimentos quase contemporâneos: as epidemias de cólera[2] e de "bexigas" na década anterior [3], estas, sim, ceifadoras de vida numa escala digna de lembrança. Mas a memória das gentes não as reteve e, no entanto, repassou de geração em geração a silhueta da "matança", historicizando-a como uma espécie de épica passense.

Certamente, outras relações deveriam estar agregadas ao episódio, alargando-o pela malha social e pelas dobras do tempo. Tal possibilidade impõe uma primeira busca, em dois

[1] Esta distinção está tomada aqui não no sentido puramente cronológico, mas no sentido que foi dado por Claude LEFORT, à questão do tempo da obra. (LEFORT, 1972, 1ª Parte: La question de l'oeuvre, pp. 9-70).

[2] O "cólera", "apareceu nos municípios limítrofes com o Estado de São Paulo e estendeu-se até o vizinho distrito de Santa Cruz das Areias, do município de S. Sebastião do Paraíso, fazendo sua primeira vítima aí no dia 12 de fevereiro de 1895"; a resposta do Dr. Alfredo Magno Sepúlveda, enviado por Jayme Gomes àquela localidade para avaliar a epidemia, é bem clara; "um fato, porém, veio de novo apavorar a população que, cheia de pânico, abandonou em sua maioria a cidade, procurando refúgio nas localidades e nos sítios circunvizinhos, para se livrar do cruel inimigo que batia à porta. Refiro-me ao infeliz camarada do Sr. Meireles, comerciante da praça do Rio de Janeiro, o qual, tendo adquirido o Cólera em outras paragens, aqui adoeceu às 3 horas da tarde do dia primeiro de março [de1895] e sucumbiu às onze do dia imediato. (...) Tomei todas as providências precisas para que o mal não se propagasse fazendo isolar o colérico, que foi sepultado em cemitério afastado da cidade e mandando fazer a limpeza e desinfeção de todas as habitações, estabelecimentos comerciais e praças públicas aqui existentes" (GOMES, 1898, pp. 21-25).

[3] Sobre as "bexigas", a Câmara aprovou "*as providências tomadas pelo Agente Executivo a respeito da epidemia de varíola no "bairro de Caras Altas*". Esse bairro rural - com características de um pequeno povoado - ficava alguns quilômetros além do Córrego do Ferro (Itaú), áreas que faziam parte do Distrito sede de Passos, pois Itaú ainda não era nem Distrito. Hoje isto tudo parece "coisa do passado", mas na época, qualquer ameaça de epidemia provocava pânico.

sentidos: o que foi que aconteceu efetivamente, ou seja, recompor o episódio de forma mais minuciosa, e o que significou, ou seja, recompor o impacto imediato e a maneira como a sociedade o absorveu. A transparência destas duas questões pode levar, em seguida, à busca mais profunda do sentido histórico.

É prudente, pois, para o primeiro caso, ouvir com atenção as vozes daqueles que vivenciaram o episódio, os seus protagonistas diretos. Dispõe-se, transcorridas várias dezenas de anos, de algumas possibilidades: o registro imediato lavrado nos depoimentos policiais dos envolvidos; o testemunho da oralidade, nas vozes de uns poucos remanescentes ainda vivos, no início desta pesquisa, e a repercussão na parca imprensa da época.

Quanto aos depoimentos, o Centro de Memória de Passos preserva os autos do processo[4], elaborados entre outubro de 1909 e todo o ano de 1910, e neles estão registradas as falas de quase todos os envolvidos. Quanto à oralidade, foi possível entrevistar, entre 1970 e 1986, oito protagonistas diretos[5], ou indiretos, da época. Suas falas constituiriam a leitura mais próxima do acontecimento, mas foram ouvidas com descompassos significativos de tempo e devem conter interpretações e desvios, razão pela qual demandam cuidados críticos mais severos. Estas situações serão apontadas sempre que surgirem. Quanto à imprensa, restam uns poucos exemplares de jornais locais ou regionais, e alguns nas capitais de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro[6], e deles trataremos em separado.

Há um consenso inicial: essa inquirição pode ser tomada como ponto de partida, como estopim do episódio. E pode ser descrita: tendo ocorrido um assassinato no mês anterior[7], e

---

[4] Os Processos Crime mais importantes para esta análise são os que se seguem. Coronel Francisco Lemos de Medeiros; José Bertholdo do Nascimento; Major Antônio Celestino; João Vieira, Teófilo Vieira, e Bazílio de tal.; José Ferreira Hostalácio, Ignácio Mariano, João Mariano e Francisco Mariano; João Modesto dos Santos Bueno; Bernardino Vieira de Souza; Satyro de Freitas; Severino José do Nascimento; Francisco Lemos de Medeiros, João Pereira da Fonseca, Antônio Ribeiro (vulgo Pedro Serrador), e Francisco de tal (vulgo Francisco Pião); Capitão Manoel Ferreira de Medeiros e outros; Joaquim Júlio Lemos; Porfírio Caetano de Barros e João Candido Maia; Pedro José de Souza; Bazílio de Souza (Bahiano); Antônio Belizário; João Fernandes da Silveira.

[5] Foram eles: Francisco de Paula e Souza, mais conhecido como Chico do Nhô Lúcio, Dr. Antonio Caetano, D. Joana Silveira Ajeje, Antonio Lemos de Miranda, Prof. Ananias Emerenciano Campos, e ainda três "camaradas" (J.M., B, e J.A.) que exigiram o anonimato. As gravações estão em nosso poder, com exceção de duas dos camaradas, que impuseram o seu apagamento, depois de ouvirem a leitura da transcrição. Todos eram octogenários ou mais, e já são falecidos. A lista completa é a da nota anterior.

[6] Incluem poucos números preservados de: Cidade de Passos e Comércio e Lavoura, ambos locais; Lavoura e Comércio, de Uberaba; A Noite, de Belo Horizonte, O Pharol, de Juiz de Fora; Diário de Notícias, do Rio de Janeiro; e o Correio Paulistano, de São Paulo.

[7] Ver a descrição completa em **Anexos, Registros, 1.1.**

uma tentativa duas semanas antes[8], ambos envolvendo pessoa destacada na liderança política local, - no primeiro caso, como autor; no segundo, como vítima - o delegado especial arrolou 18 pessoas[9] para serem ouvidas. Quase todas da mesma filiação política, então denominada de Partido Lavourista, cujo perfil será discutido mais à frente. Entre convocação e comparecimento não há uniformidade e pontilham atitudes de indiferença, descaso e até oposição à autoridade policial[10], que teve de intervir pessoalmente para assegurar o comparecimento das lideranças maiores. Bastam dois depoimentos para confirmar estas situações.

O depoimento de Manuel Ferreira de Medeiros Sobrinho em relação a seu pai, Chico Medeiros[11], e a ele próprio:

> "... tava ouvindo missa, na Igreja Matriz, aí mesmo na porta, quando aí apareceu o Alferes Isidoro perguntando pelo meu pai. Disse que o mesmo tava dentro da igreja e o alferes lá se meteu, e conversaram lá mesmo e dispois, de saída, disse que eu comparecesse no quartel ao meio dia. À hora marcada, eu em companhia de meu pai, do Antõe Celestino[12], do Tonico Neném, de um tal Ildefonso e de outros fomos pro quartel, mas lá chegando, não vimos ninguém (...).

E o de Jorge Davis[13] em relação a Neca Medeiros[14], e a si mesmo:

> "...Depois do almoço desci em direção da residência do Cel. Medeiros, onde ele me aguardava para irmos juntos assistir uma praça de terras em casa do Dr. Juiz de Direito. Em quanto nós esperávamos o café do meio dia lá chegou o Sr. Alferes

---

[8] Ver a descrição completa em **Anexos, Registros, 1.2.**

[9] Foram intimados por escrito ou verbalmente: José Stockler de Miranda (Juca Miranda), Manoel Lemos de Medeiros (Neca Medeiros), Francisco Lemos de Medeiros (Chico Medeiros), Antonio Lemos de Medeiros (Totõe Medeiros), Manoel Ferreira de Medeiros Sobrinho (Nequinha Medeiros) que compareceu com seu irmão Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho (Tonico Neném), Bernardino Vieira de Souza, Bernardino Borges Vieira (Didino Vieira), Antonio Celestino, José Sisenando, Joaquim Júlio Lemos (Quinca Júlio), Manoel Júlio Lemos (Neca Júlio), Galvão, o velho, (compareceram também seus filhos Lécio e Tibúrcio), Hilário de Souza Vieira, Joaquim Pinto, Jorge Davis, Porfírio de Barros, Hilário Vieira Diniz, e João Vieira Diniz.

[10] Alferes Isidoro Corrêa de Lima.

[11] Chico Medeiros, chefe do Partido Lavourista. Fazendeiro e invernista. Segundo várias vozes da oralidade era quem dispunha do maior número de camaradas ou "jagunços".

[12] Antonio Celestino foi jornalista e escritor. Contratado pelo Partido Lavourista para redator chefe do Jornal Commércio e Lavoura. Tomou parte em todo o episódio. Depois, iniciou a publicação de uma série de fascículos intitulados "Os Contratadores da Morte", de que foram publicados apenas 03. Há edição recente da Edifesp, Editora da Fundação de Ensino Superior de Passos.

[13] Jorge Davis, descendente de ingleses. Era contratado, na ocasião, para implantar o sistema de iluminação pública da cidade. Muito mais tarde deu várias entrevistas a jornais da capital mineira, frisando ter sido salvo da morte pelo relógio de bolso, destroçado pelo tiro.

[14] Neca Medeiros, igualmente lavourista e invernista, era o Agente Executivo de Passos (Prefeito). Foi morto no episódio.

> pedindo e insistindo com o Cel. Medeiros para ele não deixar de comparecer ao inquérito, no quartel, ao meio dia. Seguindo nós em direção à casa do Dr. Juiz, em vez de entrarmos, fomos para a casa de D. Lilia Vieira, em frente, e que fica também nas proximidades da cadeia. Logo aí na nossa chegada, chegou o sentenciado Justino de tal que disse ao Cel. Medeiros que o Sr. Alferes aguardava só a presença dele para dar começo o inquérito. Aconselhando eu ao Cel. Medeiros que não fosse, mas que deixasse para fazer as suas declarações no dia seguinte, por julgar que o Sr. Alferes não podia despachar dezoito testemunhas com tanta rapidez, no que concordou o Cel. Medeiros e mandou dizer ao Sr. Alferes a sua resolução. Nesse momento chegou o Capitão Joaquim Pinto, secretário da Câmara e secretário particular do coronel Medeiros, que não só achou ótima a resolução do Coronel, como se dispôs a imitá-lo. Em seguida regressou o dito sentenciado Justino dizendo para o Cel. Medeiros e para o Quinca Pinto que o Alferes fazia questão das suas presenças. Como os dois estivessem firmes na sua resolução, logo depois veio o próprio Alferes em pessoa, convidando os dois com boas maneiras a fim de acompanhá-lo. Seguiram os três em direção ao quartel e eu resolvi guardar o regresso do Coronel Medeiros na dita casa de D. Lilia..."(Dep. Jorge Davis, Autos, 1909).

Estes, e a maioria dos depoimentos, sugerem que as relações entre a polícia e as forças políticas lavouristas, que aparentavam certo equilíbrio, eram, na verdade, desproporcionais e tensas. O delegado especial só consegue a aquiescência dos "coronéis" em troca de alguma submissão: tem de procurá-los pessoalmente e obter o que pretende não como acatamento de ordem, mas como "favor pessoal". Até certo ponto, o delegado não é autoridade para os "coronéis".

De um jeito ou de outro, o Alferes prossegue com o Inquérito. As audiências foram iniciadas no compartimento superior da Cadeia, onde funcionava o salão do Júri e as sessões da Câmara. O primeiro a ser ouvido foi Juca Miranda[15]. Nesta altura, os intimados e curiosos estavam na entrada do edifício do Fórum, ou nas imediações.

O clima, entre os convocados, com envolvimento público, não era harmonioso. Há depoimentos claros sobre isto. É bom retomar a fala de Jorge Davis, que naquele momento ainda não se encontrava no Fórum.

> "... aí chegou o Joaquim Pinto, dizendo-me que o Cel. Neca Medeiros achava-se em discussão áspera com seu irmão Chico Medeiros e um filho deste, seu genro Tonico Neném e pedia a minha intervenção como amigo de ambos para cessar a discussão, pois ele tinha ouvido o Chico Medeiros acusar o irmão de ter combinação com o

[15] José Stockler de Miranda, mais conhecido como Juca Miranda, foi recebedor Federal e da Câmara, Dirigiu os jornais "Commércio e Lavoura" (1901-1903) e "Cidade de Passos" até 1909, quando foi assassinado no Fórum. Foi o principal mentor do lavourismo. "... o Miranda era bicharedo; era homem perigoso dentro de Passos, o tal Juca Miranda" (Chico do Nhô Lúcio, entrevista, 1977).

> Alferes, feito aparato de força para amedrontá-lo. Eu recusei a ir, alegando que era coisa de irmão. Mas diante da insistência do Cap. Pinto, de D. Lilia e de Hilário Vieira em nome de D. Guilhermina Medeiros, segui pro quartel e juntamente com o Cel. Bernardino, conseguimos apaziguar os dois, embora continuassem os protestos de diversas testemunhas..." (Dep. De Jorge Davis, 1909).

Esta leitura de Jorge Davis apontando o conflito entre os dois irmãos, ambos líderes políticos – um na condição de executivo municipal, e o outro na condição de chefe do partido – sugere que o bloco político também não homogêneo, mostrando fendas internas, atribuídas a traições (conluio com forças opostas, no caso, a polícia). Embora a descrição dos rebuliços à porta do Fórum não seja fundamental para a compreensão do episódio, e muito menos da questão da violência – que se pretende abordar – ao historiador seja lícito suspender a pena por instantes e ouvir o acalorado da prosa, porque dela ecoa o zumbir de outros problemas. A reação, por exemplo, à presença de "praças apertadas e armadas" parece ter sido refrão comum entre as lideranças e demais pessoas: "*Manda essa bosta dessa força passear, Alferes, porque não vamos depor assim. Não fazemos conta dessa força, não sinhô...*" (José Sizenando). "*Não queremos essa merda de polícia aqui...*" (Tonico Neném).

O Alferes simula recolher os praças, admoestando que não ficava bem aquele "xingatório" [sic] ali na porta da Câmara, e volta à inquirição de Juca Miranda. Neca Medeiros tenta minimizar o fato, mas ouve a acusação taxativa do irmão Chico, à qual se segue o pequeno diálogo[16], onde o tema do jaguncismo é vinculado ao discurso:

> "... cê tá cum cumbinação cum o Alferes, pra fazer aparato de força". (...) "Cê sabe, Neca, que tudo isso é arranjo do Juca. Cê tá de conluio cum ele. Sei que oceis mandaro buscar sordado em Belo Horizonte" (Chico Medeiros).
>
> "Eu num fiz isso não sinhô, meu irmão. E se tivesse feito era pra quem tivesse jagunço cum responsabilidade de arruaceiro..." (Neca Medeiros).
>
> "Meu pai num tem jagunço coisa nenhuma, tio Neca. E quando teve foi nas lutas políticas para colocar o senhor, tio Neca, no poder, pra ficá aí sustentando dois ladrões

[16] Estas frases extraídas da entrevista de Chico do Nhô Lúcio, Francisco de Paula Souza, são confirmadas pela declaração de Antonio Celestino que participou da discussão: "*Após isto originou-se uma discussão entre os coronéis Francisco e Neca Medeiros, nela intervindo ele declarante, Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho e José Sizenando. No meio da discussão que era calorosa, o Cel. Francisco Medeiros disse, em alta voz que aquilo tudo era arranjo de Juca Miranda e que sabia que Juca Miranda e Neca Medeiros tinham mandado buscar soldados em Belo Horizonte, contra ele Chico Medeiros e os seus. Neca Medeiros respondeu que não tinha mandado buscar soldado nenhum e se tivesse mandado buscar seria para quem tivesse jagunço. Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho gritou que seu Pai não tinha jagunços e quando os tivera fora nos períodos das lutas políticas para colocar Neca Medeiros no poder, a fim de sustentar dois ladrões que viviam roubando dinheiro público para sustentar amasia e jogo.*" (Celestino, Inquirição de 6 de outubro de 1909).

> que vivem robando dinheiro público, pra muié e prá jogo... e o sinhô sabe quem é, tio Neca...” (Tonico Neném).

Estas prosas estão presentes nos autos, mas, setenta anos depois ainda eram reproduzidas pela memória de um dos protagonistas. Trata-se de Francisco de Paula e Souza, então com 16 anos, que “no calor da hora”, foi lançado à fervura do tiroteio. Além de confirmar as farpas trocadas pelos irmãos Medeiros, ainda nos esclarece o desenrolar dos fatos. Convém ouvi-lo:

> “Eu fui com o tal dentista que morreu também, quando chegamos na porta da cadeia, tava uma discussão fora de regra. Dois irmão discutindo: o Chico Medeiros e o Neca Medeiros, que era o presidente da Câmara”; aí perguntou ele, quem é que falou isto? “Foi fulano”. “Chama fulano”. “Oia, eu ouvi de fulano”. Pegaram com essa devassa. Quando vimo, um choro na cadeia, na sala livre, lá em riba: era o Juca Miranda. (...) Deu um grito, que ele tomou uma machadada na cabeça que desceu a orelha com isto tudo pra baixo. Ele foi deu um salto, arrancou dum revolver e tacô fogo no Alferes, a bala nos dedo (...) Essa hora ele escapuliu e desceu correndo pra escada abaixo, saiu cá na porta da cadeia, indo limpô o sangue com a mão e saiu correndo. Um soldado por nome Furquim, baixotinho, saiu dando fogo nele; ele foi cai na esquina, bem a retirado e o Alferes saiu na janela e gritou “fogo no grupo”. Essa hora nóis demo um estouro que esparramou gente pra todo lado, pra toda banda, correu gente pro lado pra riba, outros quebrou a esquina pra baixo. (Francisco de Paula e Souza, ouvido aos 84 anos, em 02.11.1977).

Aquele “*fogo no grupo*” [17] soou, na interpretação de todos os que se encontravam no local, como comando de agressão, emboscada, tocaia, ou simplesmente alarme de perigo, induzindo ao corre-corre que se seguiu e, principalmente, ao conflito. Este, na verdade, não evidencia, *a priori*, qualquer tipo de *ataque premeditado*, nem da força policial nem dos coronéis e seus seguidores. Os soldados, pelas descrições conhecidas nos autos e nas entrevistas, agiram meio às cegas, sem saber ao certo em quem atirar ou de que se defender. Os coronéis, assim como os curiosos, tiveram a reação compreensível de fugir e de buscar proteção em algum lugar. E’ irônico observar que um grupo deles procurasse justamente o quartel como esconderijo. É o caso do entrevistado acima.

> “Os sordado tava tudo no quartel, empariado com a cadeia, e a delegacia mais pra adiante um pouco era onde tomava depoimento do povo. Nóis corremo eu, Chico Medeiros, Dr. José Sisnandi , prá entrá no quartel. (...) Aí nóis entremo. Veio junto Dr. José Sisnandi, o Chico Medeiro, Antenor e eu. E o Bernardino Vieira tava também, mas saiu na frente, quando ele saiu na cozinha, ele tramelou a porta da varanda que

[17] A expressão foi confirmada por quase todos os entrevistados e também consta na maioria dos depoimentos tomados nos autos.

> saia pra cozinha e correu pra horta, foi pulá o muro mais pra baixo,... nóis ia pra sair chegamo a porta tava fechada..." (Francisco de Paula e Souza, idem).

Nesse local, ou seja, no quartel, foram assassinados os outros dois: um dentista chamado Antenor Guimarães, que não estava diretamente envolvido, e o Agente Executivo do Município, Neca Medeiros. Ainda uma vez, ouça-se o testemunho de quem viu:

> "... Aí, foi, o Antenor abriu a jinela. Quando ele abriu a jinela, clariou, o Alferes enfiou o revolver na nuca dele, tacô um tiro, que expulsô os ói dele prá fora; aí a cabeça dele bateu quase nos meus pé, ele caiu de costa... O Alferes falou, bateu a mão ni mim: *"Vai embora, quê que ocê tá fazendo aí? Some daí pra fora",* eu saí na porta pra sair, um tirotei louco, eu falei: o quê, sai daí eu tomo bala, vortei entrei onde tava o Antenor caído, entrei no quartinho da varanda, tramelei a porta. E fiquei lá suzinho" (idem).
>
> "O Neca, quando ele tomou o tiro nas costas, gritou: *Oh, Alferes, tão me atirando*, ele gritou alto, falava arto, um rompante louco; ele gritou *"tão me atirando, Alferes"*! Empurrou o Alferes prá lá e entrou no quartel, mas meio tonto, já tinha tomado um tiro nas costas. Ele entrou no quartel. Quando ele entrou no quartel, a polícia entrou junto, bam, bam, bam, aquele tropelo no assoalho, que eu vi que eles foram pra cozinha, aí rebentou os tiro na cozinha; eles empurraram ele com a porta e tudo, jogaram ele no rabo do fogão e lá deram os tiro nele... Inda roubaram as algibeiras dele tava tudo aberta, tiraram as botina do pé dele, que ele carregava muito dinheiro na algibeira, era um homem rico de Passos..." (Francisco de Paula e Souza, idem).

Na verdade, parece ter havido certa "indefinição" das ações por parte dos milicianos, o que poderá justificar uma outra situação: o "tiroteio" ou o confronto armado não estaria previsto nos planos do alferes. Se confirmada esta suposição, ganhará sentido a hipótese de que havia um *golpe* previamente elaborado pelo alferes, de eliminar as lideranças, por enforcamento, durante os depoimentos, cuja discussão será feita no capítulo seguinte[18].

Existem várias narrativas nos depoimentos e na oralidade sobre o mesmo episódio. Diferem quanto ao ângulo de visão, quando à seleção de detalhes, quanto à seqüência, mas são coincidentes quanto ao conjunto descrito anteriormente, e quanto ao desfecho. Enfim, a "matança do Fórum" termina aí. Todas as falas daí para frente só se referem ao corre-corre da fuga, a detalhes pitorescos de alguns esconderijos, à fuga do Alferes e seus soldados para a

[18] Há indícios fortes para isto: o alferes evacuara os presos da cadeia, que ficava em baixo; comprou realmente uma machadinha na venda do Vilobaldo, comprou cordas, e montou o cenário da inquirição de tal forma que os líderes lavouristas poderiam ser enforcados e descidos, em silêncio, para o piso da cadeia, embaixo, por meio de cordas e através do alçapão existente no compartimento anexo.

vizinha cidade de Cássia, o seu retorno (que será referido depois), o pavor que se abateu sobre a população, e coisas assim.

É indiscutível o esboço trágico do episódio, mas o saldo, três mortes e três feridos, de certa forma o minimiza em termos de "mortandade". Foram assassinados José Stockler de Miranda (Juca Miranda), Antenor Guimarães, e o Agente Executivo Manoel Lemos de Medeiros (Neca Medeiros)[19]. Foram feridos: o soldado José Barroso, Totõe Medeiros e Jorge Davis.

> *"*... quando nóis corremo pra entrá no quartel, veio um sordado com o fuzil, o Chico Medeiro meteu o revolver nele, tacô um tiro dentro da boca que saiu assim no pescoço, rancou um dente, ele bateu prá lá, o boné prum lado, o fuzil pra outra banda, e o sangue correu pra calçada. Chamava Zé Barroso, qu'eles morava tudo unidinho cum nóis, lá; Totõe Medeiros levou um tiro na bunda, mas fugiu, escondeu na casa da D. Mulata, e reclamava que "*bala de governo arde que nem pimenta,siô!"*; (Francisco de Paula Souza, entrevista de 1977).
>
> "O Alferes me disfechou um tiro que me feriu no abdômen. Virando prá trás, vi o soldado Furquim[20], vestido à paisana e armado de uma garrucha e desfechou um tiro que não acertou; tentei fugir pros lado da rua, já cambaleando e tonto do ferimento, quando tropecei e caí em cima de umas pedras, entre a cadeia e o alojamento dos soldados, numa esquina. Vinha o soldado Furquim que ainda me deu um tiro depois de eu estar caído na esquina, e acertou na ponta da orelha..." (Jorge Davis)[21].

Porém, não são estas vítimas que por suas pessoas consagram o interesse pelas falas, e nem foi por isto que as transcrevemos, mas sim porque elas contêm indícios de uma complexidade muito maior do que a versão generalizada pela oralidade como "matança do Fórum".

Diferenças de grau e de gênero, ainda que mal delineadas, já são suficientes para se desconfiar de que a "matança", que habita a memória das gentes nos tempos atuais e por elas apontada como uma referência épica, está presa à pura factualidade, deixando escapar particularidades e significações valiosas. Pode-se desconfiar, inclusive, que esta historicidade, travestida em épica, acabou por mascarar a configuração original do passado, levando à

---

[19] No Livro nº 1 de Assentamentos do Cemitério Santa Bárbara, às folhas 109 e 110, constam: "nº 3.146, 27 de setembro de 1909, José Stockler de Miranda, 36 anos, funcionário público"; *nº 3.147, 27 de setembro de 1909, Antenor Augusto Ribeiro, 45 anos, dentista"; e nº 3.148, 27 de setembro de 1909, Cel. Manoel Lemos de Medeiros, 56 anos.*

[20] Miguel Furquim Machado, filho de Antônio Furquim Machado, solteiro, 25 anos, natural de Vitória do Espírito Santo, soldado de polícia.

[21] Versão divulgada em entrevista por emissoras da capital mineira, confirmada por vários depoentes. Consta que há versão impressa, em jornal de Belo Horizonte, mas não conseguimos localizar.

suspeita de que a atualidade não pertence ao seu passado: liga-se a ele e o torna seu, por um percurso sinuoso de opções e perdas.

A sociedade que vivenciou o episódio do Fórum é a que absorveu o impacto real na forma de emoções, de temor, de ódio ou celebração, de derrota ou de vitória. Impacto que repercutiu em toda a extensão da malha social, em cujos laços mais próximos ou distantes se prendiam as razões de tudo aquilo, embora nem sempre fossem visíveis e conscientes. Isto só ela viveu *no seu presente*. Depois, tudo se tornou história à medida que foi reproduzido para e pelas gerações vindouras. Mas, a emoção não era a mesma, nem o temor e o ódio, nem os laços da tessitura social. O que era celebração de derrota ou de vitória foi se convertendo em casos, ilustrados de filigranas épicas, nas conversas das praças, dos serões, da pedagogia familiar, e nas limitadas possibilidades da imprensa da época[22].

As vozes vivas do conflito foram se tornando apenas um eco distante. Mas, quando recuperamos a nitidez de seu discurso, descobrimos forças e categorias aparentemente apagadas, outras formas de tensões e contradições perpassando a estrutura social. O que era apenas um grito de referência – a matança – começa a mostrar-se como uma orquestração, mais complexa e integrada, cuja compreensão pode permitir, pelo menos parcialmente, a recomposição das perdas. Por isto, torna-se necessário abandonar provisoriamente o grito, para se pensar a "violência" como a orquestração de um processo.

Para tanto, as pistas e algumas identidades transparecem justamente das falas de seus narradores imediatos. Mas, são insuficientes para a compreensão, embora pareça fundamental que sejam tomadas em consideração. Que revelações escondem?

A mais elementar é a de que a *violência,* na prática, foi um confronto de forças entre a polícia e os políticos[23]. O perfil da *força policial* é notório, mas o dos políticos se manifesta

---

[22] Não houve nenhum trabalho de síntese ou de análise histórica do episódio. A obra mais significativa é a de Antonio Celestino (CELESTINO, 2000), que constitui material específico desta pesquisa. A primeira monografia sobre a **História de Passos** só foi publicada em 1969. E ainda assim, seu autor, o advogado e professor Washington Noronha, (NORONHA, 1969), que já advogava em Passos, em 1920, e não tratou do assunto. Uma obra do senador Passos Maia, "**Guapé**", publicada mais tarde, (MAIA, 1936), relatou parcialmente o caso. A oralidade preservou a notícia de um livreto intitulado "**Crimes e criminosos do Sul de Minas**", que teria circulado algum tempo depois; mas deve ser um equívoco, já que este é o subtítulo do fascículo 1, de Antonio Celestino.

[23] Aqui, e na frente, estamos usando "políticos" como uma categoria ampliada, para incluir os partidários, familiares, e eventuais camaradas a serviço dos mesmos.

como poder tri-dimensionado: as figuras em destaque nas narrativas são as do Agente Executivo – que englobava o Legislativo -, do Chefe do Partido, e a do Estrategista, que era também o "recebedor" dos tributos federais e coletor da Câmara, ou seja, o homem que detinha o controle das finanças do município. Dois foram mortos e apenas um escapou, embora haja indícios fortes de que também deveria ter sido assassinado[24].

Esta informação, deduzida das falas dos atores, gera contrapartida no entendimento: não é possível persistir na versão de que tudo se explica pelo viés de oposições pessoais entre as individualidades, mas sim pelos papéis sociais que representam. Não está em jogo a pessoa de Neca, Chico, ou de Juca. O que se defronta com a Polícia é o Poder Executivo, e com ele o Legislativo; mas também o Partido e a Recebedoria, sendo esta uma espécie de *Secretaria das Finanças* do município. E, claro, os sectários de cada um destes segmentos. Deixemos ecoar de novo o desabafo de Tonico Neném: "*Meu pai num tem jagunço coisa nenhuma, tio Neca. E quando teve foi nas lutas políticas para colocar o senhor, tio Neca, no poder, pra ficá aí sustentando dois ladrões que vivem robando dinheiro público, pra muié e prá jogo... e o sinhô sabe quem é, tio Neca...*" (Tonico Neném).

Aí há outra revelação: a inclusão incidental da categoria "*jagunço*" como um possível ator, até então oculto. Objetivamente, no 26 de setembro não há qualquer evidência da presença física deles. Porém, a insinuação, não apenas da existência mas do emprego político desses *jagunços* em situações anteriores, implica em que também tal tipo de força deve integrar a dinâmica da violência: os políticos disporiam, sim, de homens armados – não necessariamente "jagunços" – a seu serviço, como, aliás, se verá logo depois do tiroteio do Fórum. Se na condição de "milícia particular", e como tal, equivalente da força policial, ou se na condição de puros sectários (ou cabos eleitorais), é coisa que será necessário descobrir, inclusive qual o volume e extensão de seu emprego. Por ora, convém apenas recompor o mapa do episódio.

---

[24] Segundo o depoimento do soldado Theodoro Diamantino, (AUTOS, 1909), Chico Medeiros não foi morto por uma falha técnica da arma. Este depoimento é importante porque insinua a existência de um plano previamente concebido para liquidar as lideranças políticas do lavourismo. Veja-se o que consta dos autos: *"... O declarante fez fogo contra o Cel. Medeiros, de acordo com a ordem recebida, porém, já havia feito fogo com a sua carabina e na confusão se esqueceu de extrair a cápsula detonada, daí não ter saído o tiro, apesar de ter puxado o gatilho de sua carabina (...), depois dizendo isto ao Alferes, este lhe disse que tinha feito mal, pois devia ter morto aquele chefe dos atacantes..."* A última fala contém um argumento que foi, depois, utilizado na defesa do alferes e dos soldados: a de que o quartel seria "atacado" e que ele agiram para "evitar mal maior".

Estas revelações, por vezes dissimuladas nos discursos, denunciam que por trás das silhuetas individuais, havia forças quiçá mais amplas e poderosas, as quais podem ser agrupadas em dois blocos. De um lado, a polícia, representada pelo delegado e seus soldados, a serviço do governo do Estado[25], e como tal, com poderes de apurar crimes e mais eventos que implicassem na ruptura da ordem e da segurança pública, tal como definidas pelas regras do Estado. Do outro, os políticos, representando o governo do município e, como tal, com poderes de aplicar leis e decisões definidas pela Câmara ou pela comunidade, como ressonância dos interesses econômicos, políticos, sociais e culturais, presentes nas diferentes atividades organizadoras da vida.

No fundo, e preliminarmente, a violência insinua uma grave crise entre o aparelho do Estado e a administração local. Esta não quer dizer, necessariamente, o todo social – a comunidade –, mas sim a facção política dominante, que detém os aparelhos de governança da municipalidade. A violência, que antes aparecia como um incidente (matança), deve ser entendida, na verdade, como um duplo antagonismo: o mais abrangente, entre Estado e Município; o outro, circunscrito e local, entre grupo político dominante (situação) e grupo à margem da administração municipal (oposição), de tal forma que o êmulo da violência parece tangencialmente invertido: a situação no município é a oposição ao Estado; e a oposição local é situação em relação àquele. Este eixo da violência aparentemente invisível na construção da épica que chegou à geração atual é, todavia, um eixo real, mas contorcido.

Será conveniente investigar então, as forças que o contorceram. Uma primeira pista é a que nos leva ao papel da Câmara, pois, direta ou indiretamente, todas as forças estão referidas a ela: as agências de governança, os partidos, de situação ou de oposição, as classes sociais, e as estruturas econômicas, entre as quais se trançaram os feixes diferenciados de relações e as alternativas e mudanças, responsáveis pelas variações de *tensão e de voltagem*[26], e até de *ritmo* [27].

---

[25] Mas não foi percebida imediatamente nem como crise, nem como "coisa do Estado ou do Governo".

[26] A expressão é de Braudel, que em O Tempo do Mundo a utiliza para introduzir a possibilidade de variações de composição da economia mundo. (BRAUDEL, F., 1998, p. 16).

[27] Immanuel Wallerstein, no seu recente texto sobre o declínio americano, em vários momentos utiliza o conceito de ritmo, para identificar certos tipos de mudança que implicam em processos acelerativos. (WALLERSTEIN, I., 2004, pp. 31, 65, 68, 73 e ss.).

Se o foco é compreender a orquestração de violência, duas indagações são legítimas: trata-se de um fenômeno isolado (circunscrito ao episódio do Fórum e suas causas imediatas) ou de um processo, amplo na abrangência e fundo na duração, cujas marcas profundas imprimiu na história da comunidade? Este processo estaria circunscrito ao "político", ou teria raízes complexas imersas e oriundas de outros níveis da organização social? A trilha mais viável para uma tentativa de resposta parece ser um mergulho tanto na horizontalidade da malha, quanto na verticalidade da duração, em busca de outras ocorrências entrelaçadas no mesmo eixo, cuja ressonância tenha ficado impressa nos anais da Câmara. O pressuposto é que, se a existência e a envergadura de tais ressonâncias aparecerem na pauta dos trabalhos legislativos, há muita probabilidade de constituírem fenômenos sociais e não puramente individuais. E, neste caso, tatear a fiada das incidências anteriores de trás para frente, talvez possa levar às contorções surgidas ao longo do eixo, revelando não apenas a composição das forças, mas suas articulações e tensões, complexidades e ritmos, ou seja, esclarecendo o próprio processo de constituição da violência como fenômeno histórico.

Os registros legislativos mais úteis para este caso são as atas das sessões, os relatórios de seus presidentes e, em algumas situações, os expedientes da secretaria. Ao percorrer as atas, deparamos logo com manifestações de violência que remontam a várias décadas antes do episódio do Fórum. Embora incrustadas no perfil de casos isolados, têm alguma coisa de incomum, a ponto de repercutir no legislativo. É o que se pode deduzir, por exemplo, da sessão da Câmara do dia 9 de abril de 1875, sob a presidência de Manuel Narciso Ferreira de Brito, quando os camaristas reclamam "*enérgicas providências ao Presidente da Província, no sentido de ser, aqui, mantida a garantia individual, a cada passo ameaçada pela malta de bandidos aqui acoitados*" (cf. Ata da Sessão de 9 de abril de 1875).

A ata da sessão do dia seguinte revela outro aspecto, que parece ter conexão direta com a afirmação anterior. Os camaristas reclamam providências contra a "vadiagem", mas fornecem identidade e razão. O texto registra assim: "... *conseqüente da demora da leva de gado a Três Corações do Rio Verde e ao mercado do Rio de Janeiro, pois no resto do tempo, os camaradas ficavam de vadiagem na Cidade e entregavam-se à jogatina*" (cf. Ata da sessão de 10 de abril de 1875).

Para os camaristas, ora a violência é concebida como coisa de bandidos (banditismo) e do seu número elevado (malta) e seriam protegidos de alguma forma (acoitados); ora é

associada à vadiagem, vista como sazonal, e ao universo do lúdico, sobretudo nos ambientes de jogos (jogatina) e de prostituição.

No entanto, o vadio que aparece aí não é o vagabundo; ao contrário, é o *camarada* que durante o tempo ocioso da "engorda", perambula à toa pela cidade e gasta parte do tempo em jogatina. O ócio, portanto, advém do caráter sazonal de sua ocupação: vaqueiro, boiadeiro, capataz, condutor de boiadas, enfim, algum tipo de atividade ligada ao segmento mercantil da pecuária. Neste sentido, pertencem àquela camada dos desclassificados que preenchem "o vácuo imenso" (SOUZA, 1986) entre os grandes invernistas e a base da pirâmide social[28]. As características desta atividade econômica, que teremos de vasculhar depois, é que permitem a existência desse tipo social, também temporário, ou seja, o vadio que perturba a tranqüilidade da população. Dos ambientes, casas de jogos ou de prostituição, emergem os conflitos e deles as violências denunciadas pelos camaristas. Seja como for, uma vez que pertencem ao mesmo universo, tudo indica que o banditismo, neste caso, e a violência que o substancia, sejam aqueles tipos de conflitos oriundos da ociosidade, no convívio lúdico, como nos alerta a bela análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco[29].

Pouco tempo depois, a mesma presidência propõe à Câmara "*convidar ao Dr. Chefe de Polícia para vir a Passos por termo à permanência de criminosos que por aqui andavam aos bandos, resultando falta de garantias individuais pois era de urgência, a sindicância a vários crimes ainda impunes*" (cf. Ata de 11 de janeiro de 1878).

E parece que a Câmara só foi atendida – cinco anos depois! É o que se pode deduzir do expediente proposto em 1883: "*Agradecimentos ao Presidente da Província, pela nomeação do Delegado Militar para esta Cidade, o Alferes Augusto Cândido de Oliveira"* (cf. ata da sessão de 10 de Janeiro de 1883).

---

[28] Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1986) discute extensamente, no Cap. 2, a categoria dos vadios, onde os jagunços estariam inseridos no grupo de desempenho das *"funções de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças)"* que o escravo não poderia desempenhar. Ver, particularmente, o primeiro parágrafo da p. 63, e o tópico 3, item D do mesmo capítulo. E ainda, também citados pela autora: PRADO JUNIOR, 1961; HOLLANDA, 1945; e FERNANDES, 1976.

[29] É,basicamente, aquele conjunto de reações violentas que autora engloba na noção de "código do sertão" (FRANCO, 1974, especialmente os capítulos I e II, pp. 20 a 106).

Do ponto de vista político-social, os poderes municipais sempre se mantiveram "incomodados" pelas estripulias dos *camaradas*: falam em "bandos", em criminalidade, e na impunidade dos seus crimes, coisas que estão em articulação direta com o "acoitamento". A fala do Agente Executivo, nas altercações com o irmão já não insinuara que a convocação da força policial *"... era pra quem tivesse jagunço cum responsabilidade de arruaceiro"*? Convém, então, indagar quem são os acoitadores, ou seja, se havia na estrutura organizacional da sociedade da época algum segmento ao qual interessasse manter esses "bandos" ou "maltas" de bandidos – se é que existiram – e os motivos desse interesse. Em outras palavras, se seriam acoitados por serem bandidos, e neste caso, qual a serventia deste banditismo, ou se representavam certo tipo de força de trabalho ou de milícia, que a despeito do banditismo - fenômeno esporádico e excêntrico, - interessaria preservar.

Isto nos lança no universo da economia, desde a produção até à circulação, principalmente nesta, pois parece ser nas relações de mercado que se confinam as tarefas específicas de tais "camaradas", como o próprio texto da Câmara insinua *"... conseqüente da demora da leva de gado a Três Corações do Rio Verde e ao mercado do Rio de Janeiro"*. Mas, antes de percorrer a espiral da economia, convém continuar vasculhando os escaninhos da Câmara, percorrendo ao reverso a trajetória da violência, tal como ela aparece na espiral política.

Esses primeiros registros ficaram confinados às sessões de 1875 a 1878. Daí à proclamação da República, não aparecem, nas atas, outros casos explícitos de violência, e nem o assunto do banditismo volta a ser tema nas sessões do legislativo[30]. E, no entanto, neste período, a Câmara vai se convertendo em palco das primeiras dissidências entre os vereadores, a propósito de coisas menores: a instalação de um chafariz no centro urbano, discussão sobre o rego d'água que vai para o matadouro, nomeação de fiscais para os distritos, e a curiosa solicitação do governo [do Estado] para que a Câmara coopere com o 1º fardamento da guarda. Há porém questões absolutamente importantes relacionadas com a economia, o mercado e os transportes, que serão analisadas no contexto da economia.

[30] Entretanto, consultando as tabelas estatísticas dos doentes (e doenças) tratados nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia referentes a este período, observa-se a incidência de casos isolados de ferimento e óbito por armas de fogo ou branca, embora em percentuais bem baixos. O registro dos sepultamentos do cemitério local poderiam fornecer dados complementares, mas são posteriores, a partir da década de 1890.

Grosso modo, é este o quadro que avança até à República. A revisão empreendida a partir dos registros da Câmara parece indicar que, neste período, apesar dos reclamos contra o banditismo, que eram dirigidos para fora, internamente, as relações entre os camaristas, não apresentaram grandes atritos "políticos". É possível que isto seja devido ao fato de existir, de certa forma, um "poder moderador" atuando nos arranjos e nas decisões do poder legislativo. Tal grupo, de feições monarquistas, era representado pelas duas grandes figuras sociais da época, ambas carismáticas, monarquistas e com certo trânsito na Corte: o Barão de Passos, e o Tenente Vasconcelos[31].

Mas, esta calmaria pode ser aparente: mudanças discretas já indicavam sintomas de possíveis rachaduras. A gestão que se encerrou em dezembro de 1872 foi conduzida por um ruralista respeitado e pouco dado a grandes combates. Porém, por trás desta conduta "quase conciliatória", tomou iniciativas concretas que, direta ou indiretamente, favoreciam a pecuária de invernada, então nos seus primórdios. Medidas que têm a ver com o duplo segmento do "*caminho dos boiadas*", interligando os "*sertões dos goiases*", de onde vinha o gado magro.

E' o "caminho do chapadão", ou "picada da canastra", (também chamado de "picada do desemboque"), que interligava a região de Goiás, através do Triângulo Mineiro, às regiões pecuaristas do sudoeste de Minas e da região paulista de Franca. O nome vem do fato de cruzar pelo alto da Serra da Canastra (por Sacramento e Desemboque) até os "chapadões" no atual Parque Nacional da Canastra, bifurcando-se ai: um caminho descendo a serra das sete voltas até o Arraial do Espírito Santo da Forquilha (atual Delfinópolis), onde uma encruzilhada (forquilha) levava para os mercados e criadores de Franca, e outra para as invernadas passenses. O outro caminho, seguia pelo espigão da Canastra, região das nascentes do Rio São Francisco, e daí aos sertões do Piumhi e do Bambuí, vertendo para o Arraial da Formiga (atual Formiga) e para São João Del Rey, ao encontro "Picada de Goiás", aberta na década de 1730, no coração da Comarca do rio das Mortes, conectando-se aí ao mercado do Rio de Janeiro[32], como se verá nos capítulos seguintes, com maior detalhamento e com roteiros ilustrativos.

---

[31] Jerônimo Pereira de Mello e Souza, Barão de Passos; e Joaquim Rodrigues de Vasconcellos, Tenente. O carisma do primeiro se efetivou mais no altruísmo de suas doações: Santa Casa, Igreja Matriz. O do segundo transparece no campo político.

[32] É o prosseguimento do caminho anterior: das invernadas passenses, as boiadas seguiam ou pelo arraial da Ventania, ou pelo povoado da Barra, transpunham o Sapucaí e tomavam a direção de Três Corações do Rio

Ora, a partir de 1873, a hegemonia no interior da Câmara passa aos setores de atividades urbanas, que incluíam advogados, médicos, homens de negócio, e prestadores de serviços, ou seja, algo como uma burguesia formada por "profissionais liberais", "fazendeiros capitalistas" e comerciantes, cujas ações se voltaram prioritariamente para os problemas urbanos. Portanto, a discreta manipulação do orçamento municipal, na gestão anterior, contemplando o ruralismo, é revertida agora para contemplar a economia dos setores acima citados. É bom lembrar, por exemplo, que as denúncias da Câmara, sobre o banditismo e a vadiagem, efetivadas a partir de 1875, objetivavam atingir, pelo menos indiretamente, os segmentos pecuaristas, como já vimos.

A República se consumou na Câmara de Passos, 12 dias depois de sua proclamação, e ficou assim registrada em ata:

> "Aos vinte e sete dias do mês de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove, às sete horas da noite, na Casa da Câmara Municipal, presente o Presidente desta, o Tenente Joaquim Roiz de Vasconcelos e os vereadores Joaquim Getúlio Monteiro de Mendonça, José Augusto de Alcântara Lemos e Joaquim Lopes de Siqueira, deu-se princípio à sessão comemorativa da adesão que esta Câmara e o povo prestavam à nova Forma de Governo, proclamada no dia quinze do corrente mês, na Cidade do Rio de Janeiro". (Ata da sessão de 27.11.1889)

Duas intervenções dos vereadores sugerem indiretamente certa preocupação com a segurança pública. A de Joaquim Getúlio Monteiro de Mendonça, que ainda pleiteia influir na indicação dos futuros administradores: "*o vereador Getúlio (...) propôs se nomeasse uma comissão ao cargo da qual ficasse a organização de uma guarda cívica, (...) e indicação ao Governo Provisório de nome de Pessoas idôneas para ocuparem cargos de administração oficial*". E a do Juiz Municipal, Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, que reforçando a anterior, quanto à tranqüilidade pública: "*propôs e foi unanimemente aprovada a criação de uma Guarda Noturna*. O Secretário registra o final de forma apoteótica: "*No meio da maior*

Verde. Depois que a ferrovia interligou a bacia do rio Verde ao Rio de Janeiro, a cidade de Três Corações tornou-se o entreposto e o embarque de todo o gado destinado ao consumo da Corte e da capital do país. "A estação de *Cruzeiro* foi inaugurada pela *E. F. Dom Pedro II* em 1878. A partir de 1884, passou a ser o ponto de partida da *E.F. Minas e Rio*, que tinha esse nome porque deveria sair de uma estação na Província do Rio de Janeiro e acabou saindo de *Cruzeiro* mesmo - que levava até *Tres Corações*, em Minas, e daí além. Essa estrada teve o nome alterado inúmeras vezes, passando a fazer parte, por exemplo, da *RMV - Rede Mineira de Viação*. *"Vale a pena citar que a referida estação pelo fato de ficar praticamente na metade do percurso do Ramal de São Paulo era o ponto de cruzamento dos principais trens (...) e ponto de almoço"*. **www.estacoesferroviarias.com.br/c/cruzeiro.htm** (acesso em 25/08/2007).

paz e demonstração de regozijo público ouviram-se peças de música executadas pela Banda (...) seguindo-se festiva passeata pelas ruas da Cidade" (Ata da sessão de 27-11-1889).

No último dia do ano de 1889, o então Presidente, Joaquim Rodrigues de Vasconcelos, monarquista de coração e de ação, indicou e a Câmara aprovou, "*que se oficiasse ao Governo do Estado de Minas, a fim de que o mesmo dissolvesse a Câmara e nomeasse um intendente, visto haver, por parte do povo, caprichos pessoais*"[33] (Ata da sessão de 31 de dezembro de 1889).

A Câmara foi dissolvida e o velho monarquista, amigo pessoal do Imperador, não voltou à militância política[34]. Encerrava-se uma fase da instituição legislativa, mas ficava no ar os ranços de uma política que, sem perder a herança dos "caprichos pessoais", mas ultrapassando-os, se transformava em alimentadores de violências que já se anunciavam.

A partir daí, notam-se várias mudanças na vida política da comunidade. Com os moderados anciãos alheios à vida pública, as novas ordenações da era republicana ficavam aos cuidados do segmento "*capitalista*" (mercadores de bens, de dinheiro e de serviços), ainda que alguns mantivessem raízes rurais, o que parece compatível com a ordenação mais abrangente ao nível dos Estados e da Federação.

Contudo, a mudança mais imediata foi o deslocamento do eixo das decisões políticas. Até então centradas na Corte do Rio de Janeiro e na figura do Imperador, as soluções e decisões seriam doravante discutidas e acertadas na capital do recém criado Estado de Minas, inclusive, com a transferência da velha Vila Rica para a nova Belo Horizonte, sob a bandeira ideológica da modernização e dos "novos tempos"[35]. É óbvio que não é a mudança do espaço em si que importa, e sim, a mudança nos aparelhos do Estado, a escolha pública e a

---

[33] Estes caprichos citados pelo Tenente Vasconcelos são uma evidência da segmentação política. Embora ele não tenha esclarecido a que se referia, é possível deduzir que o problema era a indicação dos nomes que comporiam a Intendência e, portanto, organizariam o município republicano.

[34] O tenente Vasconcelos, apelidado no ambiente familiar de *Paiôto*, foi para sua casa e, junto à família, comemorou apenas a "passagem de ano". Um seu neto, descreveu o último ato político do velho monarquista: *"Paiôto, de cartola e fraque, desceu a rua Direita cumprimentando a todos pelo caminho. Foi para casa, para a ceia. Alguns amigos foram com ele. Depois da ceia conversaram, mas não falaram da República. Paiôto sempre foi monarquista até morrer. Esse foi o seu último réveillon político. Assim ouvi contar lá em casa"* (Francisco Rodrigues de Vasconcelos, "Tio Vasconcelos", entrevista em 14.06.1989).

[35] João Pinheiro escreveu em 1906: *"... com sua nova e formosa Capital, filha primogênita da República entre seus melhoramentos materiais, glória da geração atual e orgulho das futuras (...)*" (PINHEIRO, 1967, p. 151).

autonomia do Executivo, o complexo do secretariado, a Assembléia Constituinte, o juramento da Constituição e, logo a seguir, o exercício da representatividade na Câmara Legislativa, entre outros. Portanto, o alinhamento à hegemonia política do Estado passa a ser o norteador da política interiorana. Um alinhamento de dupla mão, pois também o Estado procurará a cooptação dos segmentos locais.

Mas, antes de avançar esta discussão, é prudente acompanhar as mudanças.

Enquanto se preparava a Constituição e a reestruturação dos ministérios e se definiam as linhas básicas das articulações entre o governo central e os Estados recém criados, também os Estados organizavam suas Constituições e definiam as articulações com os Municípios. Estabeleceu-se um período de dois anos para que todas estas modificações pudessem ser realizadas. É a este período que, no caso dos Municípios, se chama de Intendência: uma espécie de governo provisório durante o qual as municipalidades teriam que criar e aprovar as suas próprias "Constituições", que eram denominadas de "Estatutos do Município".

A Intendência consistia numa comissão provisória de administração formada por três membros e encarregada de coordenar e implantar todas as modificações necessárias. Funcionou, portanto, com todas as atribuições - só que transitórias - de uma Câmara Municipal. Em Passos os intendentes nomeados foram: Dr. Francisco da Silveira Gusmão, Cel. Francisco Gomes de Souza Lemos e Cap. Antônio Pedro de Pádua. Foi presidida pelo médico Dr. Francisco da Silveira Gusmão, até 31 de janeiro de 1892, quando se encerrou a intendência e se processaram as primeiras eleições efetivas. Eleito Presidente e Agente Executivo, Dr. Gusmão renunciou em maio, sendo substituído por Francisco Gomes, ou Chico Gomes como era conhecido, baluarte na defesa do capital comercial e da urbanização, muito ao agrado dos negociantes e dos profissionais liberais. De qualquer forma, a organização política parece perfeitamente solidária aos interesses dessa nova economia centrada na malha urbana, ou dela irradiada. É a partir desta primeira e provisória organização tecida pela intendência que se realiza a adaptação definitiva do município à nova ordem republicana.

Durante a Intendência vigorou o Regimento Interno provisório da Câmara. O definitivo e o Estatuto do Município já foram elaborados sob a presidência e a influência de

Chico Gomes[36]. Além disto, foi mantido o Código de Posturas elaborado pouco antes, em 1888, sob a presidência do Tenente Vasconcelos, ainda ao tempo do Império, devidamente aprovado pelo Governo Provincial[37].

De qualquer forma, é importante ressaltar que a República em si era vista como uma estrutura muito mais identificada às forças comerciais, industriais e urbanas do que às forças agrárias ancoradas no tradicional conservadorismo.

Essa era a situação de fato, quando o Coronel Chico Gomes assumiu as funções de Agente Executivo e Presidente da Câmara em 1892, no primeiro mandato republicano. Considerado "sistemático", (os adversários se referiam aos Irmãos Gomes como *"carrancas"*) era defensor árduo da "legalidade", expressão que pode ser lida como "aliado ideal" para a implantação dos aparelhos e da própria soberania do Estado, bem como da hegemonia das forças políticas que a partir daí o tinham nas mãos. Do ponto de vista ético, foi intransigente na defesa de "um respeito quase fanático" pela Câmara, entendida como "instituição máxima" da comunidade. A autoridade legal e a missão social (no plano de uma sociologia política) da Instituição, na visão de Chico Gomes, estavam acima de quaisquer problemas pessoais e eram inatacáveis.

Se havia uma certa indefinição do quadro político durante estes primeiros tempos republicanos, ela se desfaz na gestão de Chico Gomes, à qual sucedeu a de seu irmão Jayme. Quanto à questão da violência, ela volta à pauta na sessão ordinária de 16 de setembro de

---

[36] O *Regimento* provisório aprovado pela resolução n. 1, de 27 de abril de 1892, vigorou até 15 de dezembro de 1893, quando foi aprovado o definitivo, assinado por Francisco Gomes de Souza Lemos (Presidente) e pelos vereadores Augusto Olegário Stockler de Lima, Antonio Borges de Figueiredo, João Cardoso Lemos, Manoel Lemos de Medeiros e Joaquim Ignácio da Silveira. O *Estatuto do Município de Passos*, foi aprovado em 28 de setembro de 1893, com os votos de Francisco Gomes de Souza Lemos (Presidente) Geraldino de Souza Manso, Dr. Evaristo Augusto de Alcântara Lemos, Feliciano Pinto de Oliveira, Manoel Lemos de Medeiros e Joaquim Ignácio da Silveira. Foi publicado por J.G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro, com data de 1893.

[37] Resolução nº 3563, de 25 de julho de 1888. "O Barão de Camargos, Vice-presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal de Passos, decretou a resolução seguinte: Artigo único - É aprovado o Código de Posturas da Câmara Municipal de Passos, que a presente resolução acompanha; revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio da Presidência da Província de Minas Gerais, aos 25 dias do mês de julho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1888, 67º da Independência e do Império. (a) Barão de Camargos."

1896, presidida por este, tendo a ata registrado um "*pedido dirigido ao Governo, de força para a manutenção e garantia da ordem pública nesta cidade*".

Se esta indicação ainda aponta para a persistência do "banditismo", já que não revela uma conexão explícita com as questões políticas, na virada do século, o quadro muda sintomaticamente. Após a gestão intermediária do médico Dr. Evaristo Augusto de Pádua (1898-1900), a administração volta às mãos dos Gomes, desta feita do terceiro membro da irmandade, Joaquim Gomes de Souza Lemos. É nela que as posições políticas tomam a forma radicalizada de *situação* e *oposição*, anunciando o confronto "gomismo" versus "medeirismo" com muita nitidez, sendo aquele identificado aos interesses capitalistas alinhados ao governo do Estado, e este à economia rural invernista e, portanto, desalinhada com os interesses do Estado. Na verdade, passaram a se autodenominar de *"governistas"* e *"lavouristas"*, respectivamente, o que de fato era mais correto.

Nessa gestão, Neca Medeiros, (que, depois, como Agente Executivo, foi a figura central do episódio do Fórum, onde foi assassinado), fora eleito vereador distrital[38], mas renunciou pouco depois. A factualidade desta citação tem a sua razão de ser: ele, seus irmãos e sectários consolidaram a *oposição* em nome do *lavourismo* e fizeram circular um novo jornal, o "Comércio e Lavoura", de oposição, cujo redator passou a ser Antonio Celestino. É por ele que a Câmara tomou conhecimento de sua renúncia ao mandato de vereador[39].

Desde então, é como se os acontecimentos fossem se afunilando, em direção a um desfecho inesperado. As manifestações de violência aparecem conotadas a situações políticas, embora ainda persistam episódios de puro "banditismo", segundo a leitura da época. E dois aspectos são reveladores: os casos de "violência política" aparecem sempre conectados à

[38] De Santa Rita do Rio Claro, hoje o município de Nova Rezende.

[39] Em 10 de junho de 1901, a Câmara oficiou ao vereador: "Ilmo Sr. A Câmara Municipal tendo conhecimento pelo "Comércio e Lavoura" da vossa renúncia do cargo de vereador especial pelo distrito de S. Rita do Rio Claro e ignorando terem havido motivos que vos levassem a assim procederdes, lamentando esse fato e pesarosa por se ver privada do concurso de um vereador distinto que muito tem feito e poderá fazer a bem do progresso e desenvolvimento deste Município, pede-vos reconsidereis a vosso ato, continuando a prestar a Passos os bons e inolvidáveis serviços que tendes prestados. Certa de que será atendida a Câmara vos apresenta os protestos de estima e consideração, saúde e fraternidade. Ilmo. Sr. Cel. Manoel Lemos de Medeiros. DD Vereador especial da Câmara". (Assinam: Joaquim Gomes, Octácio Vasconcellos, Joaquim Fernandes de Lima, Theodomiro Gomes de Paula, Alberto P. Vianna.) Em 17.7.1901, na Câmara "Recebeu-se ofício do Sr. Cel. Manoel Lemos de Medeiros, de 8 do corrente mês, renunciando o cargo de vereador especial pelo distrito de S. Rita do Rio claro, deste Município".

categoria dos "jagunços", e se tornam mais numerosos e mais freqüentes. Na verdade, tem-se a sensação de estar ocorrendo uma mudança de freqüência e de ritmo.

A escalada de violências, como se convergisse para o ômega de uma espiral[40], parece ter se originado de ato oposicionista radical, manifesto em expediente enviado à Câmara por Urias Amâncio da Silveira, com críticas severas à administração Joaquim Gomes, solicitando providências legais[41] (Cf. ata da sessão de 3 de junho de 1901). A reação não se fez esperar: três dias depois, o presidente criticado, em nome da Câmara, remeteu "ofício ao Presidente do Estado pedindo força para manutenção da ordem pública" (cf. ata da sessão de 6 de junho de 1901).

Contudo, observa-se que a oposição se fortalecera e, segundo indícios dos narradores que estamos seguindo, deve ser neste período que os "coronéis" do lavourismo recrutaram, organizaram e armaram seus "camaradas de confiança" com fins políticos. Pelo menos, é quando a utilização do denominativo "*jagunços"* (às vezes "*capangas")*, aparece com mais evidência. Em várias denúncias anteriores dos camaristas, viu-se que o banditismo aparecia atrelado ao sistema econômico pecuarista de invernada, como comportamento do camarada ocioso durante o tempo de engorda do gado. Na verdade, esses camaradas eram os homens de confiança dos invernistas para a busca de gado no sertão, responsáveis pela segurança da comitiva e da boiada e, por vezes, dos pagamentos e negócios. Parece, pois, correto afirmar que se houve o propalado "jaguncismo" passense, só poderia ser entendido como o processo de re-direcionamento dessa camaradagem, ou dessa força, para a consecução dos objetivos políticos, mas sempre conotado a ações pontuais e não a algo como um "movimento político". Mas esta busca é justamente a que se pretende neste trabalho. Um dos "jagunços", ouvido em 1977, aos 92 anos, fez revelações surpreendentes:

> "... escapei da matança no arraial do Santo Conselheiro; eu e mais um terno de menino; os grande os milicos do governo matô tudo; pouparam umas muié, e despois, segundo soube, uma meninada tamém. Mas eu fugi em antes pelo São Francisco arriba, inté batê aqui nas paragem do chapadão. Aí, fui m'impregano em serviço de horta, em retiro, até ser camarada na Ponte Arta, onde me ensinaro a mexer com arma

[40] A expressão *ômega,* como ponto de convergência de uma espiral, foi tomada de empréstimo a CHARDIN, T., **O Fenômeno Humano**, mas sem a conotação metafísica que lhe agrega o autor.

[41] Ver **Anexos, Textos, 3.1**.

de fogo, e antão virei o home de confiança do padrim, pra tudo." (Entrevista com J. M., em 18.05.1977)[42],

É bem convincente a maneira como indica o re-direcionamento acima sugerido. Além disto, a sua fala contém outra informação preciosa para a análise política da violência, e sobremaneira curiosa: o vínculo entre o "jaguncismo" passense e a destruição de Canudos. E não é caso único, pois à frente há outro depoimento reafirmando o mesmo vínculo. É pelo menos boa pista histórica a ser explorada por outras pesquisas.

Meses depois, findo o alistamento para a eleição federal, em 28 de fevereiro de 1902, "jagunços" prenderam à força vários eleitores para que não votassem na eleição do dia seguinte, 1º de março. O partido governista liderado pelos Gomes solicitou providências policiais. Foi aberto o inquérito e alguns capangas detidos. Mas, na manhã de 2.3.1902, mais de 100 jagunços, segundo o discurso camarista, invadiram a cidade com alarido e tiroteio; tomaram de assalto a Delegacia, rasgaram os autos do inquérito e soltaram os comparsas presos.[43] Porém, não foi possível comprovar, em fonte alguma, a presença de bando tão numeroso[44]. Estes incidentes contêm os elementos essenciais de graves mudanças nas relações políticas: primeiro, porque trata-se de um dos poucos eventos que confirmariam a instrumentalização de camaradas com "fins partidários", como parte de estratégias puramente eleitoreiras; segundo, porque conferem um novo perfil ao relacionamento das forças políticas, doravante permeadas por um "*tour de force*", ou seja, pela violência.

Nas semanas seguintes, *governistas* e *lavouristas* travaram violentas batalhas verbais através de jornais e folhetins, trocaram insultos nas ruas e nas repartições, sem qualquer incidente grave. Em 16 de outubro do mesmo ano de 1902, ocorre outra violência, que, no entanto, pelas suas características só poderia ser qualificada no rol do banditismo. Um camarada por nome Claudimiro matou o soldado Balbino Roque da Cruz, em plena rua da

---

[42] Esta entrevista, depois de gravada, foi transcrita e lida pelo entrevisto, sendo desgravada, em seguida, por exigência do próprio, porque continha descrição de outros crimes, com todos os detalhes e identificações pessoais; a transcrição ainda se encontra em nosso poder.

[43] Ver **Anexos, Textos, 3.2**, onde este episódio, junto a vários outros, está descrito no longo ofício que a Câmara enviou ao presidente do Estado, Francisco Salles, em 22 de janeiro de 1903, que vale a pena ser lido.

[44] De fato, o episódio consta também de relatório do Agente Executivo Joaquim Gomes, mas o número citado é absolutamente inverossímil. É provável que os correligionários comemorassem o feito, mas não que fossem homens de armas, ou capangas. Em nenhum documento ou versão oficial são citadas estas cifras. Depois, os entrevistados Ananias Emerenciano Campos e Antonio Lemos de Miranda, filho do principal mentor do lavourismo – que poderia exagerar os feitos paternos – não confirmam a existência de tão numeroso bando.

Chapada, tirou-lhe a orelha, queimou o corpo com querosene, e justificou o seu comportamento com "razões" calcadas em sua vida pregressa.

> "Meu pai morreu queimado na guerra de Canudos. Foi. Eu era criança ainda quando vi os sordados da República botá fogo cum kerozene na minha gente toda, por ordem do general. Pois foi. Cum gente grande do governo que eu aprendi a num tê piedade dos inimigo. Quando mato algum e tenho tempo, tamém gosto de queimá o corpo..." (CELESTINO, Fascículo 1, p. 29).

Além de confirmar o vínculo com Canudos, o episódio, na leitura contemporânea dos governistas, teria conotações muito além dos limites do banditismo, pelo simples fato de a vítima ser um soldado, ou seja, representando "a ordem", em nome do Estado. Portanto, ainda que de forma tênue, reforça o caráter político da violência. Nesta mesma linha, se situam dois outros episódios: em 12 de janeiro de 1903, capangas *"balearam as portas das coletorias e à noite esbordoaram um sargento da polícia que guardava leito no hospital"* e, logo depois, em março, fazendo verdadeira a recíproca, um soldado matou o Espiridião, e *"lá pelas bandas da fazenda do Quinca Júlio, mataram o Abraham..."*

Uma semana depois, a Câmara reagiu pela palavra do vereador Octávio de Vasconcelos: *"Indico que a Câmara Municipal oficie ao Governo do Estado pedindo para esta cidade um delegado militar com destacamento de praças suficiente para o policiamento regular..."* E, em seguida, pelo seu presidente, Joaquim Gomes, que através de ofício, referindo-se *"ao fato alarmante que se deu hoje, nesta cidade, prendendo-se um cidadão e o obrigando a dar dinheiro para ser solto"*, pediu a nomeação de delegado militar enérgico e força (ata da sessão de 21 de janeiro de 1903). A redação do ofício consta do expediente da secretaria da Câmara, com data de 22.

Com a proximidade das eleições municipais, o mês de junho de 1903 parece ter sido o mais violento: começando por uma série de choques individuais, que atestam situações de competição entre "camaradas" adversários. No dia 14, com este propósito, João Paulista, ligado aos *lavouristas,* tentou assassinar o capanga adversário conhecido como Jesuíno ou Guatapará, mas não conseguiu; o tiroteio na entrada do Circo de Cavalinhos, que estava em plena função, na praça do mercado, matou um inocente[45]. No dia seguinte, a "competição

[45] José Júlio da Silva, óbito confirmado no cemitério local.

continua", apesar de novo fracasso e, logo depois, à noite, oito companheiros do paulista, sustentam um tiroteio com a polícia, provocando o pânico no Hospital. E não têm sucesso.

Incidências desse tipo teriam que revelar implicações políticas acentuadas diante da iminência de qualquer processo eleitoral. É bom lembrar que nesta época, os alistamentos eleitorais eram verdadeiras artérias do processo político, e o controle dos eleitores qualificados era o caminho mais seguro para a vitória nas urnas. Não há incoerência, portanto, entre o uso de homens armados em ações de violência para controle dos alistamentos, e essa prática parece ter sido muito mais comum do que se imagina.

> "O partido dominante emprega meios variados, inclusive a violência, para evitar o registro de eleitores que apoiassem o candidato rival; uma vez feito o registro, as facções rivais inundavam o município com capangas, geralmente bem armados, com o objetivo de intimidar os eleitores" (...). "Se fosse prevista uma eleição difícil, a violência irrompia muito antes do registro dos eleitores. Freqüentemente eleições eram canceladas por violentos confrontos; às vezes, o coronel dominante guardava o registro em sua casa, aberto apenas aos que o apoiavam. Quando essas manobras deixavam de surtir os efeitos desejados, o coronel recorria a outros meios: o registro de eleitores não-qualificados e a compra de votos tornaram-se procedimentos normais" (PANG, 1979, pp. 34-35).

Em Passos, no dia 30 de Junho de 1903, essa propalada "violência partidária", acabou se manifestado de forma intensa e com fins especificamente políticos, envolvendo o roubo dos livros de alistamento da casa do juiz de paz. Este episódio bem conhecido pela oralidade foi objeto de registro no relatório de Joaquim Gomes.

> "Esse facto se relata nas poucas palavras seguintes: A 30 de junho de 1903, quando o 1º juiz de paz procedia ao alistamento eleitoral em casa de sua residência, logar para esse fim previamente designado, um grupo de indivíduos a invadiu e arrebatou do juiz de paz os livros e mais papeis do alistamento, exigindo mais as listas e livros de registro de eleitores, que estavam sob a guarda do Secretario da Câmara. Esta occurrencia foi "incontinente" levada por telegrammas e officios do Agente Executivo e das autoridades judiciárias da Comarca ao conhecimento do governo, que não demorou em tomar as necessárias providencias mandando para syndicar do facto o exmo. Sr. dr. Aureliano Moreira de Magalhães, sub-Procurador do Estado"[46].

Os *governistas* transformaram esses episódios na bandeira maior de seu alinhamento político ao Governo, ressaltando duas linhas de pensamento: a insegurança e falta de garantias para o exercício político e o aumento incontrolável da criminalidade. Quanto ao "roubo dos

[46] LEMOS, 1905, p. 33.

livros" denunciaram que a *oposição lavourista* roubara os livros porque os alistamentos lhe eram desfavoráveis[47].

As violências continuavam, apesar de tudo: no dia 13 de julho, Sarú, João Paulista, e Irineu mataram José Antonio Bahiano, no Largo de São Benedito. A tradição oral conservou que o assassinado era "*jagunço*" adversário.

A situação alcançara tal ponto de gravidade que, em face das eleições municipais de 1903, a Câmara de Passos decidiu manter à sua custa alguns "paisanos"[48] para ajudar o policiamento, o que significa dizer que adotava, também, a *milícia particular*, onde a figura do miliciano se confundia, na prática, com a do "capanga". Pode-se pensar, teoricamente, que milícias mercenárias (jagunços) e milícias oficiais (polícia) tinham no fundo o mesmo perfil, diferindo apenas quanto ao mandante: um estava a serviço de particulares e em geral "contra a lei", o outro a serviço da autoridade e, portanto, "a favor da lei". Isto, no caso de Passos, deve ser lido como *lavourismo* e *governismo*, respectivamente. Há aqui um indício que não será desprezado nas fases seguintes deste trabalho: o que significava, própria e praticamente, a "lei". Em dezembro de 1903, o então delegado deixou o cargo. A Câmara envia-lhe um ofício louvando e agradecendo os seus trabalhos, e aproveita para tecer um perfil da violência:

> "É geralmente sabido e o próprio Governo do Estado não ignora, que esta Cidade, infelizmente, de há muito tempo tem sido teatro de cenas próprias de aldeias, de modo que as famílias se achavam aterrorizadas, a garantia tinha desaparecido, os jagunços enchiam a cidade e praticavam todas as sortes de desordens, os assassinatos se reproduziam em plenas ruas, as notas falsas circulavam em profusão"[49].

É neste quadro que o *governismo* obteve a vitória inesperada, mas paliativa: o Governo do Estado, a toque de caixa, aprovou a reforma administrativa, anulando todos os alistamentos, e prorrogando os mandatos e as eleições por mais um ano[50]. Adiadas as eleições,

---

[47] Segundo depoimento de Ananias Emerenciano Campos, entrevistado em 09.02.1979.

[48] Em 15 de janeiro de 1903, na primeira reunião desse ano, a Câmara recebeu um ofício do Sr. Major Joaquim Belarmino de Paiva – delegado de política – em exercício nesta cidade, "pedindo à Câmara um auxílio para pagamento de dois paisanos que contratou para guardar a cadeia e policiar a cidade, até que governo mande força para esse fim, visto como o atual destacamento está reduzido a duas praças". Foi atendido.

[49] Ofício da Câmara ao Alferes Henrique de Mello Franco, quando deixou o cargo de delegado em Passos, datado de 10 de novembro de 1903. ("Livro de Expediente da Câmara pp. 23v e 24).

[50] Na ata da Câmara do dia 15 de janeiro de 1904, consta a seguinte referência: "O Sr. Presidente declara que a lei que reformou a legislação eleitoral do Estado (Lei 373, de 16.9.1903), anulando os alistamentos existentes, trouxe como conseqüência a prorrogação do mandato das Câmaras Municipais até a posse da que for eleita,

as violências prosseguiram durante o ano de 1904. O Relatório de Joaquim Gomes, ao encerrar sua gestão, não deixa dúvidas. E ainda por cima, indica numa frase o perfil ideológico do capitalismo que representava o comércio urbano, a vida urbana, a prosperidade urbana:

> "Não poucas vezes a Ordem Pública foi perturbada neste Município, especialmente nesta Cidade, por cujas ruas transitava uma horda de malfeitores e indivíduos suspeitos, de facínoras de toda espécie, que dava fortes descargas de carabinas a qualquer hora do dia ou da noite, aterrorizando a pacata população que se achava completamente ameaçada e se julgava sem garantias de vida e de prosperidade"[51].

De qualquer forma, em 1904 ocorreu a grande mudança política que se tornaria o divisor de águas: o *lavourismo* venceu o *governismo*, inaugurando também a fase de oposição ao governo do Estado, torcendo o eixo político. Como era de se esperar, os desarranjos partidários se sucederam, mas houve redução drástica das violências: o *lavourismo* ancorado na Câmara, e falando por imprensa própria, através do jornal Comércio e Lavoura, colocava, pelo menos provisoriamente, uma trava na ação policial. Esta não podia hostilizar abertamente o governo do município, mas não podia também contrariar as diretrizes do Estado, de onde emanava a sua força. É esta a possível contradição que está por trás dos eventos do Fórum.

Inaugurada a nova gestão, o *governismo* passa à oposição. O antagonismo se desloca da Câmara para a imprensa, onde os porta-vozes de cada uma das facções trocam farpas, críticas e denúncias. Mas, de um modo geral a vida da comunidade permanece mais ou menos tranqüila até 1907, quando às vésperas de nova eleição, os ânimos voltam a se exaltar e pequenas manifestações de força são observadas na cidade. A oposição se torna acirrada, mas o *lavourismo* vence novamente, colocando Neca Medeiros, pela segunda vez, na Agência Executiva e dominando integralmente a Câmara.

O intervencionismo do Estado passa a ser a meta política prioritária do partido governista local, fiel ao seu alinhamento. Não se sabe se atendendo à insistente reivindicação de seus aliados governistas, ou por conveniência própria – sendo esta mais provável – o fato é que o Estado enviou depois da eleição de 1907 um delegado especial, o Alferes Isidoro

---

motivo pelo qual nos achamos investidos dos nossos cargos..." Nesta mesma ata, há referência sobre estarem os vereadores ocupados com a nova qualificação eleitoral, por motivo de a anterior ter sido anulada.

[51] LEMOS, 1905, p. 33.

Correia Lima, que desde o início desta análise já se sabe ter sido a figura central das violências de 1909. As peças começam a se ajustar para o cheque-mate no tabuleiro.

Esse Alferes, após o conflito do Fórum, acabou sendo o grande enigma. Entretanto, há alguma coerência quando se examina a fiada dos acontecimentos anteriores, conjugando as falas dos atores nos autos ou nas entrevistas, as falas institucionais dos camaristas e os testemunhos da oralidade. Ao se recompor a trajetória da violência e o próprio episódio que lhe serve de estandarte, percebe-se a convergência da espiral política, cujo desfecho violento passou a ser épica "histórica" preservada pela tradição. Nesta recomposição da narrativa, algumas "perdas" puderam ser recuperadas: assim, o papel do jogo partidário entre governistas e lavouristas, o papel político da Câmara como espaço de convergência das oposições, e ainda o eixo torcido ao revés, no alinhamento com o Estado, em função do qual, as vias de fato entre políticos e polícia adquirem sentido mais abrangente. Mas, o papel do Estado, propriamente, não foi percebido de imediato, e quase não aparece na tradição. No entanto, parece ter sido o eixo de tensão capaz de dar causa e sentido aos fatos do Fórum.

Só que não fica evidente no desenrolar dos fatos e mesmo no imediato da violência, pois a explicação rapidamente encontrada apontava para um determinante bem mais prosaico: a existência de duas linhas de atuação dentro do próprio *lavourismo*, opondo irmãos e correligionários, e supostamente marcada pela inserção ou exclusão da polícia. Assim, as causas imediatas apontadas para o trágico desfecho resultavam de avaliações subjetivas, como se tudo não passasse de "briga de família": irmãos estariam contra irmãos, ficando a desconfiança de que um deles estaria *de conluio*" com o Alferes [a polícia] para liquidar o outro. A maior desconfiança recaía sobre Neca Medeiros, pois, sendo o chefe do executivo era responsabilizado pela vinda do delegado e por suas atitudes, enfim, por todo aquele "imbroglio". Nenhum destes grupos familiares, no entanto, percebeu, na ocasião, que as verdadeiras causas estavam em outro horizonte, o que sediava o governo de Minas, isto é, os aparelhos e os interesses do Estado. Décadas depois, quando a oralidade já tinha reduzido o histórico ao épico, este ranço familiar ainda era perceptível nos blocos familiares e até mesmo nas linhagens dos principais companheiros[52].

[52] Tanto que na fala da maioria dos entrevistados, décadas depois, a questão do Fórum era simplificada como uma "coisa dos Medeiros", ou "que era contra os Medeiros", ou personificada na figura dos envolvidos, como: "desarranjo entre o Juca Miranda e o Chico Medeiros", e outras afirmações semelhantes.

Além disto, era de se esperar que a ação do delegado, como subalterno da Chefia de Polícia do Estado, deveria ser objetivamente clara: alinhar-se com os governistas locais e servir de anteparo às ações dos lavouristas, de tal forma, que no desenrolar dos fatos do Fórum, e no imediato deles, não houvesse dúvida por parte dos envolvidos quanto ao seu papel e à sua missão. No entanto, viu-se que nada disto aconteceu: nem as lideranças lavouristas atentaram para esta possibilidade, nem se encontram nas falas dos envolvidos indícios de envolvimento direto dos "governistas locais". O "plano do Alferes" era só dele e de seus incógnitos superiores[53]. E mais: sequer havia alguma desconfiança sobre a existência desse "plano", pois, se houvesse, jamais qualquer membro da liderança lavourista, ou mesmo qualquer pessoa de bom senso ofereceria a própria pessoa para uma "degola" física, como a que hoje sabemos deveria ter ocorrido.

De qualquer forma, encerrava-se a tragédia com a certeza vivida por todos, envolvidos e expectadores, de que aquele era o epílogo de uma questão puramente política. Foi com esta convicção que familiares e amigos iniciaram a dolorosa tarefa de velar e sepultar seus mortos, numa cidade abalada pelo impacto de um episódio até então nunca visto, na acanhada política passense.

Parou aí a versão que a memória preservou e a oralidade decantou. Contudo, ficavam muitas coisas sem explicação, até mesmo no mero recorte factual. Por que os "jagunços", denunciados por uns e assumidos por outros, não fizeram parte do confronto e não estavam nas imediações do Fórum durante a inquirição para dar cobertura aos políticos? Por que, sendo mais de uma centena, segundo os clamores dos adversários, e bem armados e treinados, não pulverizaram a força policial composta de um alferes, um sargento e 12 praças?[54] Por que os governistas locais não aparecem vinculados ao episódio, nem nas falas dos atores, nem na oralidade?. Por que, afinal, uma das facções políticas se autodenomina governista, atestando de pronto o seu alinhamento, enquanto a outra se proclama como "lavourista", ligando a sua identidade não à política ou ao Estado, mas ao chão da economia? No bojo desta última indagação, a espiral política seria competente para explicar toda a complexidade do fenômeno da violência?

---

[53] Durante a inquirição que mal começara, nas discussões à porta do Fórum, e no conflito em si, as únicas referências envolvendo o governo, são quando questionam sobre quem "mandou trazer esta força de Belo Horizonte" (na fala de um dos que discutiam) e a frase meio jocosa de Totôe Medeiros, sobre o tiro que levara na bunda: "bala de governo arde, siô".

[54] Esse efetivo era reforçado com homens requisitados na região. O efetivo local era o Alferes e cinco praças.

Antes de se tentar uma argumentação, é necessário voltar ao mais prosaico. O episódio, afinal, se encerrou nos velórios e no cemitério, ou é necessário vasculhar um "pós-conflito"? O que sucedeu? A espiral ainda não atingiu a sua convergência final. Convém retomar o diálogo com os processos e com os testemunhos. Após o tiroteio, as mortes e o "corre-corre", a tropa deixou a cidade rumo à vizinha Santa Rita de Cássia. Há, pelo menos duas descrições:

> "O Alferes saiu pegando animal dum, doutro, botô a polícia a cavalo e foi embora, o soldado atirado que era o Zé Barroso que o Chico Medeiro atirou, levô pra Santa Rita, foi chegando lá, apeando e foi morrendo também (...) o Alferes foi num cavalo do João Fernandes. Um cavalo campolino, muito bem arriado, o capitão gostava de uns animais muito bonito. O capitão entregou o cavalo prele e disse: óia, Alferes, esse cavalo é um cavalo de estima e é caro. "Não, capitão, eu te entrego ele direitinho depois, dereitinho mando trazer ele procê". Cumo entregou mesmo..."(Francisco de Paula Souza, entrevistado em 2.11.177)
>
> "... meu pai emprestava cavalo prele passeiá na rua. Quando ele fugiu pra Santa Rita, fugiu num cavalo que meu pai emprestou prele: era um cavalo queimado, alecrim, um cavalo muito bonito..." (D. Joana Silveira Ajeje, entrevistada em 18.11.77)

Com dados da oralidade, sabe-se que após a fuga da tropa, os prédios da Câmara, do quartel e da delegacia, ficaram abandonados com as portas escancaradas e que foram invadidos por curiosos e pela meninada. As falas, nestes casos, costumam exagerar, e a informação de que o bando de homens armados (tudo indica que eram cerca de meia dúzia), desfilara pelo centro da cidade fazendo disparos de carabina e algazarra, não pode ser tomada com qualquer seriedade estatística. Outras narrações mais contundentes, porém, se referem à movimentação em torno do chefe lavourista, Chico Medeiros, já em sua casa, e elas são importantes porque evidenciam uma outra linha de raciocínio, que os próprios envolvidos só então começam a assumir – a vinculação dos acontecimentos com o governo do Estado; e ela vem pela fala do segmento conciliador por tradição, a igreja:

> "O Chico Medeiro desceu pra casa dele. Subiu no alpendrizinho em cima com as carabina e gritou: "Desce agora, nego, fié da puta, que agora eu tô com a mão na massa, pode descer, gritou. Mas o Alferes foi só tomando animal e espirrou para Santa Rita. (...) E aí essa jagunçada chegou, na casa do Chico, tinha u'a mesona grande em volta da varanda, foi pondo carabina ali... essa hora eu tava em casa do Chico Medeiro, eu e minha mãe. Ela foi lá e falou com ele: "óia tio Chico, manda esse povo embora, não faz, não faz, deixa ficá só no que tá..."
>
> "... Eh, o sangue do meu irmão que correu lá eu vingo!" Falô e brabo. Essa hora entrou o padre João Pedrinho. Quando o padre entrou o alarme parou tudo. E ele falou pro Chico Medeiro: "coronel, manda essa gente embora, que matá só pra Deus. Se o senhor tá entendendo que matá essa polícia que taí, fica ser pió, governo manda bombardear a cidade, morre os inocentes pelos pecadores. Com o governo ninguém

> pode! Foi falano, foi falano, o Chico Medeiros gachou a cabeça e ele ouviu o conselho do padre, aquela jagunçada foi tudo esparramando, pegando aquelas carabina e foram saindo..."(Francisco de Paula e Souza, 2ª entrevista, 15.01.1978 grifo nosso).

Além disto, evidenciam pelo menos na verborragia dos testemunhos, a possibilidade de um contingente significativo de "jagunços", disponível para qualquer vendetta, embora não se possa confirmar, estatisticamente, o seu número. Mas, pelo menos do depoimento de um deles, pode-se inferir a falta de iniciativa da chefia política lavourista, com pesasse o "rancor" que então movia os ânimos contra a polícia. Embora estivesse evidente a ligação do acontecido com o governo [do Estado], a ausência de qualquer reação efetiva por parte dos mandantes locais, ficou impregnada na memória de alguns atores diretos ou indiretos que vivenciavam a inusitada dramaturgia:

> "... entonce em Passos, proquê num havia home de briu e de corage sinão a gente tinha picado aquele Arferis em pedacinho; ora se num tinha. Eles era quatro ou cinco praça afivelado, mas nóis tinha home de num errá tiro nem com luz de fósfo... Era riscá e baté fogo que o cabra gemia e caía memo. Aquilo foi farta de corage. Os chefe era tudo cagão de medo. A polícia do governo matô um ou dois e o resto sumiu tudo. Nóis ficô tudo ali, abandonando, ninguém era de opinião de fazer quarquer coisa. O padi falava, as muié falava, aí eles num deixaro a gente fazê nada... ah, mais nóis tinha picado aquela tropa, tirava as oreia deles prá pendurá no pescoço, que camarada valente tinha entre nóis! Eles é que num deixaro... cagão, bunda mole... ninguém valia nada na hora do arrepio..." (Entrevista de J. M., em 23 de fevereiro de 1978, foi transcrita, e uma parte da entrevista foi desgravada a seu pedido).

Na manhã seguinte ao conflito do Fórum, surgiu um fato documental novo: conhecendo o abandono do quartel e, inclusive, o roubo de coisas feito por populares[55], Chico Medeiros providenciou para que se desse uma "busca" no local. Antonio Celestino, acompanhado de Eloy José da Rocha, delegado municipal, e dois ou três companheiros

[55] Pouco depois, o alferes Isidoro remete ofício ao Delegado Especial que já comandava as ações policiais, solicitando providências sobre o roubo de objetos e pertences seus e de seus comandados; e cita nomes das pessoas suspeitas. O promotor ofereceu "denúncia crime" contra 12 pessoas, que, supostamente seriam os jagunços reunidos na casa de Chico Medeiros: Francisco André de Oliveira, vulgo Chico Pisolga; Alexandre Ziegel; José Reginaldo, vulgo José Henriqueta; Antonio de tal, vulgo Antonio Monte Santo; Irineu de tal; José Pires de Miranda; João Pereira da Fonseca, vulgo João Côco; José Pereira da Fonseca, vulgo Saru; Lico de tal, vulgo Lico da Preta; Justino Rosa; Manoel Cotta da Silva e Christino de tal. Nota: em todas as entrevistas realizadas entre 1977 e 1989, só ouvimos referidos como "jagunços", os nomes de: João Côco, Saru, Lico da Preta, Antõe Monte Santo, Pisolga, e Irineu. No mesmo processo, n. 1720, do ano de 1910, aparecem os nomes dos soldados como "vítimas" do roubo no quartel. São 12 ao todo: Isidoro Correia Lima (Alferes); Romeu Guimarães Caldas (Sargento comandante do destacamento); Severiano de Assis Bandeira (soldado e escrivão); Miguel Furquim Machado (soldado do 2º Batalhão) e os soldados: Bertholino Alves da Silva, José Barroso, Theodoro José Diamantino, Álvaro Augusto de Lima, Raymundo V. de Castro, José Sebastião, Avelino Peixoto do Nascimento, e Galdino Otaviano Gomes. Nota: Este era o efetivo total dos praças que praticaram as violências do Fórum e, em seguida, fugiram para Santa Rita de Cássia (Centro de Memória de Passos, Processo n. 1720, Cartório do 2º Ofício, fls. 2 e 3; e fols 11-22, nº de catálogo: 1AJ1S1P058DOC011).

armados (*"um grupo de jagunços"*, segundo o processo instaurado posteriormente), vasculharam o local. E encontraram documentos, cópias de ofícios e outras correspondências do alferes com o Chefe de Polícia, em Belo Horizonte, cujos termos insinuavam o que ainda não havia sido pensado.

Antonio Celestino mandou tirar várias cópias para conhecimento das lideranças lavouristas e para outras providências como se verá, no próximo capítulo[56]. Mas antes, façamos um arremate dos fatos.

Enquanto a notícia e o impacto do acontecimento se alastravam pela imprensa e pelas repartições oficiais, o Estado nomeou um Delegado Especial, vindo de Uberaba, para apurar os fatos e tomar as devidas providências, e pôs à sua disposição um policiamento especial.

Esta nova força, passou por Santa Rita de Cássia, trouxe detidos o alferes e seus soldados, depois remetidos a Belo Horizonte, de onde já tinham sido despachados os cavalarianos, da Brigada Especial de Polícia.

Chegaram a Passos poucos dias depois e assumiram o comando de tudo. É ainda a fala de uma testemunha presencial que confirma:

> "...chegou uma força, soldado de cavalaria, veio o comandante do batalhão (...) ele chegou em Passos à noite e tocou a corneta no alto da casa seca e quando ele tocou a corneta, eh, esparramou gente pras roça, a cidade ficou vazia... Ele apeou, manheceu foi prá delegacia. Tava um pano preto na porta, de luto, rancaram o pano; foram na caixa d'água também tinha luto, rancaram. Lá tinha um pano preto de luto, eles foram rancaram, rancaram o luto da cadeia..." Chegaram entraram tudo pra delegacia, ficaram lá. (...) E foi prendendo. Chico Medeiro foi preso, tinha patente, foi pra sala livre. Eles foram prendendo gente. A cadeia encheu de gente. Ficô muitos preso na cadeia... quando era ali de tarde, a polícia saía com aqueles fuzil no ombro e dava uma volta, tocava corneta lá em volta assim, andando..." (Francisco de Paula e Souza, Chico do Nhô Lúcio, entrevista de 02.11.1977).

Contudo, uma pergunta permanece no ar e é a mais pertinente que poderia ser formulada, diante do que foi preservado pela oralidade na sua historiografia dos episódios de 1909: e os Jagunços?

---

[56] Antonio Celestino foi denunciado criminalmente por isto, mas a sentença final do juiz o liberou. Há uma implicação curiosa nesta sentença como se verá nas analises do capítulo seguinte.

> Jagunços? "... lembro, dum terno eu lembro: João Coco, Saru e o tal de Macaúba; esse sujeito era muito conhecido; tinha mais gente mas eu não recordo os nome... Esse povo esparramaram: foram pro mato; o João Coco foi preso na fazenda do Chico Medeiro, o Saru foi preso; esparramaram tudo, sumiram..." (Francisco de Paula e Souza, Chico do Nhô Lúcio, entrevista cit.).

Silenciadas as carabinas, o episódio do Fórum resvala para a burocracia forense. Começa a devassa sob um clima de verdadeira "caça às bruxas". De certa forma, a população convive com o medo e ainda não entende direito o que se passara.

> "Nóis vendia leite, tivemos um mês vendendo leite pros fundos, pros portão, porta tudo fechada... eu vendia leite, quando veio os cavalarianos: cada negro de dois metros, era tudo escolhido. O Ambrósio era um negro enorme, com a espada muito grande, tá ouvindo, a cidade era fechada por arame. Tinha as porteiras (...) Então os soldados ficavam nas porteiras. Eles que abriam as porteiras para nóis..." (cf. Ananias Emerenciano Campos, Entrevista em 9.2.79).

A sociedade passense passaria a vivenciar o drama jurídico, com a desconfiança de que toda a trama do 26, do inquérito, do júri, enfim, a grande malha da violência, parecia se encaixar num outro quebra-cabeça, cuja explicação se desdobrava para longe, para o âmbito de um sistema de governo e de uma economia, que ali haviam pousado, como invisíveis tentáculos, sem que as pessoas se dessem conta de que eram manifestações de uma mudança que não podiam então adivinhar. Surgia, porém, naquela manhã, das cinzas da violência, uma nova pista e um novo endereço para a compreensão da própria violência.

CAPITULO 2 VIOLÊNCIA, A ESPIRAL DOS NARRADORES

Capturadas, como vimos, no diálogo entre testemunhos presenciais ou inquisitoriais dos protagonistas e instituições municipais, as manifestações de violência, como uma espiral imaginária, invocavam explicações políticas. Mas, suas razões não iam muito além dos fatos. E, no ponto de convergência em que suspendemos o registro, restavam pelo menos duas questões a serem elucidadas: a primeira, as razões mais amplas, inclusive culturais e sociais, do envolvimento do Estado; e a segunda, as razões pelas quais o *lavourismo* – grupo de atividades econômicas - se autodefinia como bloco político. Vamos nos ocupar aqui do primeiro caso.

A convicção do envolvimento mais profundo do Estado e a suspeita de premeditação de um golpe, cuja compreensão envolveria articulações mais complexas, já apareciam nos últimos testemunhos: a frase que o entrevistado Chico do Nhô Lúcio reproduziu como sendo do Monsenhor João Pedro Ferreira Lopes, endereçada a Chico Medeiros, aponta para isto – "*com o governo ninguém pode*!" sentenciara o vigário.

Estas trilhas até agora alinhavadas à explicação da violência, reconstruídas a partir das informações documentais dos próprios agentes e protagonistas, são trilhas enfeixadas pelos nexos políticos; mas estes nexos, doravante, terão de ser dissecados para além da malha local: avançam em tramas pelos ambientes do Estado. E aí, a premeditação de um golpe adquire uma lógica surpreendente. São esses nexos e esta lógica que se tentará entender aqui.

Para tanto, os protagonistas serão envolvidos agora no diálogo com os seus porta-vozes, narradores imediatos ou não, cujas narrativas globais ou parciais foram perpetuadas de forma impressa. Um passeio pelas publicações pode ser elucidativo. Desde logo, convém frisar o que já se disse no começo: até onde foi possível vasculhar, o *historiador* não fez deste fenômeno uma *história*. Mas os *escritores* o fizeram: tanto sob a forma de textos documentais através da imprensa noticiosa, de denúncias, depoimentos e protestos, quanto de textos ficcionais.

E, ademais, no diálogo com as letras, há sempre o conforto de pensar que é no conjunto destas que aparecem as vivências reais dos homens: suas paixões, seus medos, seu quotidiano, suas emoções, enfim, este *imenso chão da convivência* que, por um lado, a antropologia desvenda e apreende em auxílio da história; mas, por outro, é a literatura que o enriquece, que o expõe e dispõe para o ofício do historiador. É sintomática, nos últimos anos,

a aproximação entre Antropologia e História. Na verdade, este esforço não é novo. Por um lado, a história perdeu bastante do seu historicismo e ampliou o diálogo não apenas com a antropologia[57], mas também com outros campos do conhecimento. As "*jornadas*" de Edgar Morin e o esforço em prol de uma "*religação dos saberes*" (MORIN, 2002) através do "*pensar complexo*", têm atuado no sentido de abrir para os historiadores os "*enigmas da cultura*" (CARVALHO, 2003); mas, a literatura continua sendo absorvida de forma muito discreta[58]. Porém, para o caso desta investigação, o testemunho literário se tornou valioso e utilizado sem muita parcimônia.

Não é necessário retomar a reconstrução do fato, já esmiuçado anteriormente. Mas, no campo deste diálogo com as letras, vale a pena lembrar que as intrincadas batalhas políticas não vieram com o golpe do Fórum. De certa forma, já estavam anunciadas e já tinham ocupado as colunas dos jornais, desde os alistamentos de 1901, denotando conflitos que se formavam, como os redemoinhos de um furacão, no bojo da oposição acre entre *lavourismo* e *governismo*. É, pelo menos, o que se pode ler na matéria publicada pelo *Comércio e Lavoura*, de Passos, naquele ano, da qual destacamos alguns trechos:

> "Insulto, mais insulto, insultos enfim, têm sido atirados à civilizada população de Passos que, na sua maioria, há de repeli-los com a maior energia. (...) Há nesta cidade um único partido, o da lavoura, que se ergue compacto e com um só pensamento - a reivindicação de seus direitos confiscados por um grupo malsinado e que por força quer elevar-se à altura de um partido - o governismo incondicional, sem prestígio algum, agindo aos cochichos nos célebres conciliábulos de aposentos reservadíssimos". - *Foi alguém do Partido da Lavoura que de Três Corações passou telegrama alarmante, mas mentiroso, pedindo ao Governo a vinda imediata de força pública (...)? Foi alguém do Partido da Lavoura que torpemente mentindo fez a latrina de seu serventuário - O Diário de Minas - despejar contra o honradíssimo magistrado desta comarca*, (...) *aquela fétida emanação?* (...) O Partido da Lavoura, (...) aguarda somente o momento da violência física e então o grupo insultador, provocador e autor dos fatos constantes das interrogações que aí ficam feitas terá a merecida resposta (...). Os brios de uma população não podem ser assim conculcados por quatro ou cinco membros de um grupo que, por ser governista e contar com o apoio do governo, se julga autorizado a atirar-lhe os maiores baldões". (JOB, 1901)

[57] A História tem absorvido algumas contribuições antropológicas presentes nas obras de GEERTZ (s/n), SAHLINS (2006), AUGÉ, (2004, 1978), GODELIER (2001, 1977), ABELLES (1976), FELDMAN-BIANCO e RIBEIRO (2003), MEILLASSOUX (1977), CLASTRES (1982) entre outros.

[58] Quanto à literatura, há indícios de que a maior restrição se apóia no seu caráter ficcional. Esta atitude, contudo, parece ser resultado de certos ranços positivistas da historiografia, que a atrelam ao império das chamadas "fontes documentais". Como discutiremos mais à frente, parece não haver razão consistente para este tipo de preconceito.

É interessante observar que os "ingredientes" da violência de 1909, já estavam contidos nesta panfletagem: as reivindicações do *lavourismo* ao espaço político; a crítica ao *governismo*, centrada em alguns pontos estratégicos – *grupo governista "sem prestígio"; conchavos com o governo; clamor pela intervenção policial do governo; uso do Diário de Minas (jornal da capital) pelos governistas; respaldo do governo às atitudes dos governistas locais*. Mas, há pequenos dados que são relevantes: os lavouristas insinuam a possibilidade "da violência física", enfatizam o caráter "partidário" da polêmica, referindo-se sempre a "partido da lavoura" e partido "governista" e a este atribuem a "falsa notícia" da vinda de "força policial", dada por telegrama procedente da cidade de Três Corações. Esta cidade era, como se verá nos capítulos seguintes, um dos pontos de convergência da malha mercantil da economia passense. São detalhes, mas talvez signifiquem mais que toda a arenga do panfleto.

Por isto, convém examinar agora um outro tipo de "violência" – a que emoldurou a fase das inquirições de 1909. O primeiro eco, que apenas identificou um dos personagens desta fase, surge de forma sensacionalista na imprensa de fora, o fato travestido em notícia. Se o "*Comércio e Lavoura",* de Passos, silenciara em luto, longe, o "*Lavoura e Comércio"*, de Uberaba, proclamava em manchete:

> "GRAVES CONFLITOS EM PASSOS. Assassinatos e ferimentos. As Providências. Partida do sr. Dr. Delegado-Auxiliar. Acompanhado de seu escrivão, sr. Dolabela Portela, e de um contingente de praças de polícia, seguiu ontem, para a cidade de Passos, Sul de Minas, o sr. Dr. Leon Roussoulieres, delegado-auxiliar da Chefia de Polícia nesta circunscrição. Pelo que conseguimos saber, a digna autoridade partiu à vista de um telegrama do sr. Dr. Chefe de Polícia, exigindo a sua presença, urgentemente, naquela cidade, onde se deram graves perturbações da ordem (...) (LAVOURA E COMERCIO, 1909)[59]

As vozes da imprensa não são historicamente neutras. A primeira fresta perceptível se vê na similitude dos hebdomadários. A simbiose dos nomes não é pura coincidência: os dois jornais se entrelaçavam por nexos muito mais profundos, como veículos de uma mesma fraternidade ideológica e, portanto, de um mesmo segmento econômico-social. Não é a toa que o jornal uberabense, ao realçar, no final, os laços de amizade, atesta outras

[59] Edição de 30 de setembro de 1909. O artigo, porém, desculpando-se pela impossibilidade de trazer um noticiário completo, ressalta no penúltimo parágrafo: "*Às últimas notícias, o sr. alferes Isidoro Corrêa Lima permanecia em Santa Rita, aguardando a chegada de um reforço policial para garantir a sua vinda para esta cidade ou ida para Belo Horizonte"*. (Cf. Lavoura e Comércio, Uberaba, 30.09.1909, republicado por Mário Palmério, na coluna "*Lavoura e Commercio nos bons tempos...",* em 08.01.88; o grifo é nosso).

interdependências *"políticas e comerciais"*. É uma pista que não pode ser desprezada, de vez que entre a economia ruralista passense, inclusive o ideário e os instrumentos políticos com que se expressava nas esferas do poder, e a economia do Triângulo, há evidências de um entrelaçamento amplo. E, não sendo, também, meras semelhanças formais de unidades e estruturas produtivas, tal identidade seria o resultado de práticas e interesses estabelecidas no eixo das relações de mercado. Isto será relevante para indagações que ainda terão que ser enfrentadas.

Além disto, há outra fresta na curtíssima duração: o *"delegado auxiliar da Chefia de Polícia"* deveria ser (como de fato foi) o homem de confiança da Chefia de Polícia do Estado para resolver a complicada questão do golpe, aparando o impacto sobre a imagem do governo, desviando a responsabilidade de sua polícia, e garantindo a hegemonia restaurada no município. Pode-se argumentar que a figura desse "delegado-auxiliar", gestor *"eficiente e de confiança"* dos interesses do Estado na região de Uberaba, capaz de evitar grandes rupturas, deveria ser igualmente o árbitro ideal para garantir a "lisura" do Estado no "imbroglio" de Passos, profundamente manchado de sangue pelas carabinas de seus soldados. É o que faz crer o articulista do jornal uberabense:

> "Felizmente, o sr. Dr. Urias Botelho [Chefe de Polícia do Estado] conta com auxiliares da estrutura do digno moço que S. Excia. teve a boa inspiração de designar para restabelecer a ordem ali, apurar as responsabilidades, e punir os culpados. Com o esclarecido critério que possui, e com o modo sereno e eficaz com que costuma agir, o sr. Dr. Leon Roussoulières há de resolver a situação com facilidade (...)". (LAVOURA E COMÉRCIO, ed. cit.).

Três dias depois, o mesmo jornal amplia o noticiário, com *"mais alguns informes ainda timidamente reticentes – sobre os brutais assassinatos, perpetrados por um destacamento "volante" da polícia mineira, comandado por um alferes de nome Isidoro Corrêa Lima. Timidamente reticentes – repito – porque já se levantavam acusações sobre ter sido a terrível tragédia determinada pelas mais altas autoridades do governo estadual"* (grifo nosso). Na edição seguinte, citando carta de um correspondente, o jornal continua publicando "Os sucessos de Passos", mas não acrescenta nada ao que já se conhece até aqui. O correspondente não é identificado e parece mais alinhado ao governismo, pois clama contra a falta de segurança da população, culpando o governo pela "frouxidão", apesar de referir-se ao alferes como incorreto e incapaz, "*que não tinha pulso nem força para manter a ordem*".

Nesta direção, o missivista também não intuiu a possibilidade do "golpe" do governo. (PALMÉRIO, 1988b)[60]

O missivista acima, certamente se apoiava em matéria publicada ainda antes dos episódios do Fórum, (edição do domingo, 5 de setembro de 1909), pelo jornal *Cidade de Passos*, órgão da oposição local (o *governismo*) alinhado, portanto, ao governo, a qual continha críticas à polícia e a Isidoro, chamando-o de "*barriga de farelo*", "*bunda-mole*", e outros qualificativos do mesmo naipe. Relidas, depois dos fatos, estas críticas soam, na verdade, como provocação, meio de instigar publicamente a realização do plano, que muitos almejavam, mas que só o alferes conhecia. Tanto que o próprio missivista se mostra desorientado em relação aos acontecimentos e suas fontes:

> "Os próprios que tomaram parte nele não dizem coisa com coisa, tal o imprevisto dos acontecimentos, em que o alferes Isidoro ficou envolvido de uma hora para outra, sem contar com recurso de espécie alguma, tendo pedido reforço ao governo". (PALMÉRIO, 1988.)

Em 08/03/88, o escritor Mário Palmério republicou os noticiosos de 1909, destacando longa versão dada pelo Delegado, naquele ano, da qual selecionamos os seguintes trechos:

> "Esse grupo, que invadira o quartel, tiroteava, de dentro para fora, contra os soldados que se encontravam em frente da cadeia. O alferes mediu, num relance de olhos, o perigo que o ameaçava, e deu, então, ordem à sua força policial para fazer fogo! Penetrou, corajosamente, na arrecadação do quartel, e, retirando de lá uma carabina, desfechou, contra o sr. Antenor Guimarães, certeiro tiro, que o matou; voltando-se, imediatamente, sobre o coronel Antonio Medeiros, quando este procurava sair pelos fundos do prédio, fez fogo, e, também, o assassinou" (PALMÉRIO, 1988).

É evidente o caráter tendencioso da versão, que coloca o Alferes como herói de uma situação ideologicamente insinuada, imprevista, e de ameaça à tranqüilidade pública e à própria estabilidade da força policial. A avaliação posterior de Mário Palmério, (1988) comentando a notícia no seu "canto de página" do *Lavoura e Comércio*, desmente as versões oficiais anteriores, e dá um quadro bem mais próximo do real:

> "Pífia versão – preciso de repetir – propalada pelas autoridades que se encarregaram de apurar a matança perpetrada a machadinha e tiros de mosquetão cavalariano, patranha que jamais será aceita pela infortunada cidade. (...) Quando lá estive, pela

[60] O artigo completo foi transcrito por Mário Palmério na edição de LAVOURA E COMÉRCIO, de 26.02.1988.

> primeira vez, alguns meses antes da eleição de 1958, pude ouvir numerosas pessoas, gente séria, de extensa e veraz memória – várias delas testemunhas oculares da traiçoeira e sangrenta emboscada, urdida, concebida e executada friamente pelo alferes Isidoro Corrêa Lima – e nenhum desacerto ou discrepância das informações, a mim oferecidas, se apresentou para turvar, empanar, e muito menos, desmentir a narrada realidade da tragédia. (...)" (Edição de 04.03.1988).

E o próprio jornal, em nota de fecho da matéria, conforme a reprodução publicada por Palmério, oferece dados para se avaliar a demonstração de força do Estado com fins claros de atemorizar qualquer tipo de reação local dos agredidos lavouristas: *"Para prestigiar a ação da nova autoridade militar, acha-se em Passos uma força de 50 homens, entre esses, 15 praças de cavalaria."* (PALMÉRIO, 1988, edição de 08.03.1988, grifo nosso).

A prática da violência, segundo dá a entender a nota jornalística que se segue, era bastante comum, embora conotada a situações diferentes, e quase sempre a partir de juízos ideológicos do próprio jornal.

> "O que ocorreu em Passos – assunto que pude pesquisar mais demorada e atentamente – repetia-se, com freqüência, e até mesmo, revestido dos mais bárbaros aspectos – em outras regiões do País, algumas delas transformadas em verdadeiro teatro de guerrilhas entre bandos de jagunços, organizados e armados por chefes políticos dispostos a manter seu prestígio e predomínio regional, a qualquer preço". (PALMÉRIO, 1988).

A conotação de "guerrilha" dada por Palmério ao "que ocorreu em Passos" é, no mínimo, inverossímil[61]. O desarranjo do Fórum, na versão policial, teve como ponto de partida, a reação de um dos depoentes às insinuações do Alferes, no início do interrogatório, e, portanto, não evidencia a presença de quaisquer guerrilheiros. O tiroteio que se seguiu, mesmo com toda a teatralidade do texto oficial, se deu entre policiais e os intimados a depor, nada mais. É verdade que, já sabemos, tratava-se, no fundo, de uma intervenção deliberada do Estado. Ora, a nota jornalística fala em "guerrilha" e dá a entender que esta espelhava uma situação generalizada no país. Insinua, aliás, certa "universalidade nacional" dos fenômenos de violência, conforme se lê em "nota" do *Lavoura e Comércio*, edição de 17 de outubro de 1909:

> "(...) terça-feira próxima-passada, publicou O PAÍS, um telegrama da capital goiana, noticiando que um bando de homens armados, chefiados pelos criminosos Martinho Alves Santos e Abílio Rodrigues Araújo, depois de atacar diversas fazendas no Estado

[61] Sem dúvida, o autor que escreveu bem depois e vivia no Triângulo Mineiro, devia ter em mente o que se passara em Santana do Paranaíba, onde também a força pública atribui a denominação de guerrilha aos movimentos de violência ali desencadeados. (cf. MOURA, 1983, p. 53).

> da Bahia, ameaça invadir e depredar Vila Duro, em Goiás. Par a defesa da localidade, diz o telegrama, o coronel Abílio Wolney, chefe político de Vila Duro, mantém 200 homens armados. (...) O telegrama termina lembrando que uma harmônica ação dos Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, poria termo a essa situação aflitiva para os municípios goianos, situados nos limites desses Estados". (PALMÉRIO, 1909, ed. 17.10.1909, grifo nosso).

Em 01/03/1988, Mário Palmério comentando a notícia de 14 de outubro de 1909, sobre o retorno do delegado uberabense, a prisão dos envolvidos e o início aos competentes inquéritos policiais, bate no mesmo bordão, quando diz das

> "... responsabilidades criminais dos autores da mortandade ali perpetrada por policiais de um "destacamento-de-captura", ou "volante" – como assim eram denominados os grupos militares encarregados do combate aos crimes que, à época, proliferavam pelo interior de Minas. De Minas Gerais e de outros Estados também, cabendo, aqui, a lembrança da famigerada volante do Tenente Galinha, cujo campo de ação, devastadoramente fulminante e desapiedada, era o já populoso e desenvolvido Estado de São Paulo". (PALMÉRIO, 1988, ed. 01/03/1988) [62].

Contudo, pelo conjunto das falas jornalísticas nos meandros do "pós-tragédia", torna-se possível perceber que a marcha dos inquéritos policiais e dos processos de decisão da justiça, apontam para uma situação muito mais complexa. Surgem evidências fortes de que o envolvimento do Estado se deslocara de um "desejado" instrumento de harmonização da sociedade, para o de verdadeiro responsável pela desarmonia, mesmo quando pensada como silhueta de uma nova harmonia. Para se vasculhar esta pista, não há como isolar os testemunhos jurídicos na clausura de seu próprio campo. O diálogo entre os testemunhos da justiça e da imprensa deve revelar alguma coisa a mais, além do discurso formal.

Assim, voltemos ao final do capítulo anterior, ao encontro daquelas lideranças lavouristas, que acompanhadas de "jagunços" e do delegado municipal, encontraram um "maço" de documentos nos guardados pessoais no alferes Isidoro, no interior do quartel abandonado. Entre eles, havia cópia de um ofício enviado pelo alferes ao Chefe de Polícia, em

---

[62] Sobre o Tenente Galinha, uma simples informação obtida em site da Internet, permite entrever o seu perfil: *"A liberdade relativa, desses elementos perturbadores da ordem, em suas correrias de tempos em tempos, era ameaçada pelas esquadras volantes de soldados da Força Pública do Estado. Organizados em patrulhas montadas (animais requisitados por onde passavam), policiavam o vasto sertão de São Paulo, para repressão do banditismo, em toda sua forma e prisão e desmantelamento de verdadeiras quadrilhas organizadas para roubo de animais. Passaram por Borborema no exercício dessas funções o célebre tenente "Galinha" e o tenente "Galvão".* (**www.probrasil.com.br**, acessado em 13 de março de 2007). Para atender à curiosidade, pode-se ver o livrinho de divulgação de Valêncio Xavier, **Crimes à Moda Antiga**, São Paulo. Publifolha, s/d.

Belo Horizonte, cujos termos deixavam claro aquilo que os políticos lavouristas não tinham imaginado e que os governistas locais não deixaram transparecer em momento algum, o que faz supor que também eles ignoravam a solução "violenta" do "caso passense", por ação direta do Estado.

> "Cópia – 493 do ....ue 8 – Ao chefe – Cientifico a v. exa. que no dia 19 do corrente, à noite, foi morto pela força, por ordem minha, o bandido e refinado jagunço de nome João José Corrêa, conhecido por João Azevedo e protegidíssimo pelo assassino mandante, Francisco Lemos de Medeiros. Outrossim dizem que me preparam uma surpresa, da qual eu e as praças seremos vitimados. Portanto, acho muito conveniente v. exa. aumentar a força aqui estacionada. Em todo o caso em nome de v. exa. requisitei praças dos destacamentos vizinhos e me acho preparado para a luta, isto é, para fazer o saneamento da sociedade de Passos, tombando por terra os mandões desta cidade que têm atrofiado a marcha progressiva deste rico município"(PEDROZA, 1910, grifo nosso)[63].

É neste documento, cuja existência era no mínimo insuspeitada, que se evidencia a responsabilidade do Estado como planejador e executor – por meio do alferes e de seus praças – das "*barbaridades*" cometidas no Fórum. Com a ordem ou a conivência da Chefia de Polícia do Estado, engendrou o plano do golpe, ou da tocaia, dependendo do ângulo que se queira lê-lo. Muitas vozes ouvidas depois, a propósito deste documento, permitiram uma reconstituição razoável da possível tentativa de execução desse plano, do seu fracasso e de como degenerou no episódio do Fórum[64].

Para os nossos propósitos, convém resgatar a produção documental e ver até onde avança a possibilidade do golpe. Vários textos policiais e jurídicos foram produzidos, antes mesmo das cerimônias fúnebres. O delegado de polícia civil do município, Sr. Eloy José da Rocha, por exemplo, determinou a realização de *autos de corpo de delito* nas vítimas, nos prédios da cadeia, do quartel, e da delegacia[65]. Logo depois, quando o aparato institucional do Estado assumiu o controle da situação, foi uma avalanche de medidas policiais que se viu, principalmente a abertura de vários inquéritos em separado: a) sobre o roubo de objetos nas dependências do quartel, incriminando *jagunços*; b) sobre o roubo do documento anteriormente citado, incriminando Antonio Celestino; c) sobre o assassinato de Antenor

---

[63] Cópia do ofício remetido pelo Alferes Izidoro Corrêa Lima ao Chefe de Polícia, em Belo Horizonte, no dia 23 de agosto de 1909. Publicado no jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ano II, edição nº 109, de sexta-feira, 1 de julho de 1910, fl. 2, pelo Dr. Rodolpho Pedroza – (ortografia atualizada).

[64] Ver descrição em **Anexos, Registros, 1.3**.

[65] Ver **Anexos, Textos, 3.3.**

Guimarães e ferimentos em Antonio Medeiros, incriminando o Alferes Isidoro; d) sobre as mortes de Juca Miranda e Neca Medeiros, incriminando o soldado Furquim; e) sobre os ferimentos no soldado José Barroso, incriminando Chico Medeiros. Posteriormente, por motivo de crimes anteriormente cometidos, foram ainda incriminadas várias pessoas, genericamente qualificadas de "jagunços".

Os indiciados foram presos na cadeia local e em lugares requisitados pela polícia. Mas, logo depois, as formas de encarceramento foram diferenciadas: o Alferes foi remetido para Belo Horizonte; o soldado Furquim para Uberaba, Chico Medeiros ficou em sala livre, assim como Antonio Celestino.

Alguns "jagunços" foram presos em cárcere comum (e, depois, sentenciados): eram os mais evidentes, autores de crimes recentes ou "bárbaros", muito mais no sentido de "banditismo" do que jaguncismo, já que não se evidencia, documentalmente, seu envolvimento nos conflitos do Fórum. Foram vistos alguns indivíduos percorrendo as ruas à cavalo e atirando, e alguns acompanharam, como se viu, a "vistoria" das dependências oficiais, logo após os acontecimentos. E há, certamente, o caso de uma minoria que conseguiu evadir ou migrar para outras regiões: *"Sabe-se que, em Guaxupé, apareceram diversos jagunços, que a autoridade policial do lugar suspeita serem procedentes de Passos"*. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909, citado por PALMÉRIO, 1988).

Mas, é um número pequeno, e não há vestígio documental da existência de um *"jaguncismo"*, ou seja, um movimento armado ameaçador da ordem pública como insinuam as letras oficiais. Ficamos, portanto, diante de apenas duas alternativas: ou simplesmente não existiu nenhum *"bando de jagunços"* tão volumoso que justificasse a *"ação saneadora"* proposta pelo Alferes em seu ofício; ou, existindo, continuava nas próprias fazendas, dissimulado de alguma forma em camaradas de outras tantas tarefas. Esta possibilidade aponta para questões que serão discutidas mais à frente, envolvendo a própria identificação dos aludidos "jagunços".

Enquanto isto, na Câmara Municipal, as "narrações" surgem nas iniciativas de oposição, sob a batuta dos *governistas*, com feições ostensivamente "*legalistas*" e certa dose de exibicionismo. Reunindo-se no dia 29 de setembro, três dias depois do golpe, a "pauta" foi

naturalmente de condolências, tanto pelos vereadores, quanto pelo presidente (ainda lavourista), que não se furtou a alfinetar:

> "... que sob a maior comoção comunicava a Câmara os infaustos passamentos (...) vítimas de bárbaro assassinato no dia vinte e seis do corrente, declarando mais que, em face de tão doloroso e triste acontecimento manifestava o seu sincero pesar às Exmas. Famílias daqueles dignos membros da Câmara, (...) cuja fatalidade arrebatando-os d'esta vida, nos privou ainda de importantes serviços que os seus esforços e patriotismo estavam prestando a este importante município". (CMCP, 1909).

Na reunião do dia 09 de outubro, conduzida pelo vice, o lavourista João Caetano de Barros, elevado a presidente, encaminhou-se à comissão de finanças, o "balancete" e prestação de contas da Recebedoria Municipal, referente ao exercício de 1909 até o dia 26 de setembro.

Orquestrando uma desaprovação nada sutil, o parecer voltou à Câmara em 15 de outubro e responsabilizava os falecidos Recebedor Municipal e Agente Executivo, por várias irregularidades, merecendo ressaltar que recusava as despesas realizadas com o lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar Wenceslau Braz. Mas, aprovava as despesas realizadas com a hospedagem do representante do Governo Estadual, como se pode observar nos dois parágrafos seguintes:

> [as despesas de festividades do Grupo Escolar] "... devem correr por conta dos que as promoveram ou por conta dos chefes do partido dominante ou de quem com elas se locupletou e não por conta dos cofres da Câmara" (CMCP, 1909, 15 de outubro, grifo nosso).
>
> [considera] "como aprovada a conta de despesas feita no Hotel do comércio pelo Ilustre Cavalheiro Sr. Salatiel Ramos de Almeida, que vem a esta cidade representar o Governo do Estado nas festas de inauguração do Grupo Escolar, no impedimento do Dep. Francisco Pauliello" (idem).

Sobre este Grupo, vale a pena lembrar que uma forte tradição oral afirma ter sido a sua construção uma tentativa frustrada de Neca Medeiros para aproximar-se de Wenceslau, então na presidência do Estado, amenizando uma antiga desavença entre ambos. Segundo esta versão a violência do Fórum teria sido autorizada por Wenceslau para vingar o antigo desafeto[66]. Porém, não foi possível comprovar nem por fatos nem por documentos a

[66] Wenceslau Braz Pereira Gomes assumira a presidência do Estado de Minas. Segundo depoimentos orais de Antonio Lemos de Miranda, Ananias Emerenciano Campos e outros, o Agente Executivo Manoel Lemos de Medeiros, teria tido uma desavença pessoal com Wenceslau Braz, durante uma questão jurídica em que Wenceslau advogava pela parte contrária. Durante audiência dessa questão, Neca Medeiros teria chegado às vias

veracidade de tal rixa, fazendo supor que se trata de mais uma "versão" subjetivada nas narrações da oralidade.

Seguindo os expedientes do legislativo, a conclusão final, igualmente, não deixa dúvidas quanto à condução política adotada pela Câmara daí para frente.

> "É portanto a comissão de parecer que o Sr. Agente Executivo atual seja autorizado a recolher aos cofres da Câmara Municipal os saldos existentes em poder do ex-recebedor Ten. Cel. José Stockler de Miranda, e (...) a marcar aos herdeiros do ex-agente Executivo Municipal prazo razoável para que entrem com o saldo das verbas acima, não autorizados. Sala das sessões das Comissões da Câmara Municipal de Passos em 15 de outubro de 1909." (CMCP, 1909, sessão de 15.10.1909).

Aprovado o parecer, a Comissão volta ao assunto na sessão seguinte do dia 18, para determinar providências concretas:

> "... fica o Sr. Agente Executivo autorizado a marcar prazo razoável (nunca menos de 90 dias aos herdeiros do ex-agente Executivo para entrarem para os cofres municipais com a importância de três contos e setenta e oito mil e sessenta reis, por desvios da receita e aplicação desta não autorizada, podendo acioná-los. Revogam-se as disposições em contrário, Sala das Sessões da Câmara Municipal de Passos, 18 de outubro de 1909." (CMCP, 1909, sessão de 18.10.1909).

A "nova" Câmara, cria também a nova Imprensa "Oficial", como se verifica na ata do mesmo dia. E, fechando o fatídico ano de 1909, a 12 de dezembro foi eleito vereador o Cel. Joaquim Gomes, iniciando a retomada do poder pelo *governismo*, o qual, em 18.01.1910 tornou-se vice-presidente, junto a João de Barros, e na eleição seguinte assumiu a presidência, reconduzindo finalmente o "*governismo*" à condução do executivo e do legislativo passense.

Sob a nova gestão, no dia 1º de fevereiro, a Assembléia Municipal, aprecia um parecer do presidente Cel. Joaquim Gomes – o mais ferrenho defensor do "governismo" – sobre as contas anteriores, lavrado nos seguintes termos:

> "A comissão abaixo assinada, eleita pela Assembléia Municipal para o exame das contas da Câmara do Exercício de 1909, vem desempenhar-se desse encargo, dividindo o citado exercício em dois períodos administrativos, sendo o 1° de 1° de janeiro a 26 de setembro e o 2° de 28 de setembro a 31 de dezembro. No primeiro

---

de fato, agredindo o advogado. No ano de 1908, com Wenceslau na chefia do Estado, Neca teria tentado amenizar a antiga cizânia, construindo o Grupo Escolar a que denominou de "Wenceslau Braz", (até hoje existente), mas não surtira o efeito desejado.

> destes períodos houveram graves irregularidades e desvios de dinheiro do município na importância de 11:681$286, sendo responsável pela importância de 3:078$060 o falecido Agente Executivo Cel. Manoel Lemos de Medeiros, pela de 8:603$226 o falecido recebedor Ten. Cel. José Stockler de Miranda. Do total destes desvios o atual Agente Executivo devidamente autorizado pela Câmara já fez recolher aos cofres municipais a importância devida pelo finado Agente Executivo, restando recolher a de 8:603$226 devida pelo finado recebedor cuja cobrança corre seus termos no respectivo inventário. (CMCP, ata da Assembléia Municipal, sessão de 01/02/1910).

É também muito significativo o que ocorreu, meses depois, na sessão de 3 de junho de 1910. Deu entrada na Câmara um requerimento de Jorge Luiz Davis, solicitando prorrogação de prazo por um ano, para a execução dos serviços de iluminação pública de que era concessionário, por lei municipal anterior, diz a ata:

> "O requerente alega, como motivo de força maior que o impede de dar começo aos serviços a que se obrigou pelo contrato os fatos lamentáveis ocorridos nesta cidade em 26 de setembro, último, que no seu entender, abalaram profundamente a confiança e o crédito não só nesta cidade como também em outros pontos do país, impossibilitando-o absolutamente de levantar qualquer quantia para ser aplicada a fins industriais neste município..." (CMCP, ata da sessão de 03/06/1910).

Mas o parecer da Comissão foi taxativo, negando a prorrogação solicitada e alegando, entre outras coisas, que:

> "... esses fatos aliás lamentáveis, longe de abalar o crédito e confiança no município e fora dele, vieram, pelo contrário trazer a paz, a ordem e a segurança de vida e propriedade e o respeito as leis e autoridades constituídas e por conseqüência o restabelecimento do crédito e confiança(...) na administração municipal desde logo restabelecida diante de seus primeiros atos de energia contra os defraudadores de seus cofres..." (CMCP, ata da sessão de 03/06/1910).

O registro destas ocorrências enfatiza as mudanças políticas ocorridas no ambiente administrativo, a partir da instituição legisladora. Assim, a desaprovação das contas anteriores, medidas legais para ressarcimento dos cofres públicos e a supressão do jornal "Município" (CMCP, lei de 19.11.1909), que fora o órgão oficial da Câmara, são evidências do re-alinhamento político que se processava. Mas, há um interesse particular no incidente com Jorge Davis, pelos argumentos que o envolvem. O peticionário refere-se a dificuldades para levantar capitais destinados "*a fins industriais neste município*", dando a entender que dependia para a conclusão da iluminação pública da captação de recursos junto a outras fontes de capital financeiro, à margem, portanto, das finanças públicas. Porém, como não se encontra na documentação disponível informação segura sobre *indústrias privadas no município*,

dependentes de energia elétrica, é bem provável que os argumentos de "*abalo de crédito e confiança no município*" traduzam a mudança de rumos políticos: a recebedoria municipal que deveria ter sido o cofre de tais investimentos estava, doravante, fechada, a partir do novo quadro administrativo.

Vista por estes ângulos, a crise entre *governismo* e *lavourismo* sugere a silhueta velada de estruturas mais profundas, as quais não só ampliam o emaranhado das coisas, como passam a ser os acordes permanentes da nova imprensa local, naturalmente alinhada ao governismo. Assim, como um refrão, os temas da legalidade, da retidão administrativa e dos novos tempos, dissimulando o revanchismo político, apontam para a implacável imposição das diretrizes do Estado sobre o Município, tudo bem rotulado pela ideologia da Lei, da Segurança, e do Progresso, como no discurso do líder governista local, acima transcrita: *"a paz, a ordem e a segurança de vida e propriedade e o respeito às leis e autoridades constituídas"* (CMCP, lei de 19.11.1909).

Após as tragédias, e iniciados os trâmites do julgamento, as narrações dão a impressão de que os novos tempos eram de calmaria. Aparentemente, as atividades produtivas continuavam nas fazendas; os nexos comerciais permaneciam; os vereadores e agentes executivos continuavam a ser eleitos e atuar. Enfim, a comunidade parecia ter retomado a rotina. É verdade que um ou outro caso de violência ocorriam, mas facilmente identificáveis como atos de "banditismo", e em nada se assemelham a *"ações de jagunços"*.

Os registros forenses dos julgamentos não guardam as falas de seus atores. Infelizmente, não há neles o calor da argumentação de ambos os lados. Não sabemos o que disseram os advogados da acusação ou da defesa, a não ser o que peticionaram por escrito, através dos autos. A história está privada, portanto, da literatura dessa oralidade, que certamente nos informaria coisas preciosas em termos de emoções, de clamores, de ódios, e de minúcias e, sobretudo, de contradições que, afinal, os autos desprezam. Contudo, é interessante alinhar aqui, em retrospecto, o processo e o julgamento, ressaltando certas nuances do júri.

No dia 7 de outubro de 1909, o 3º Delegado Auxiliar, León Ronnsonliéres, após as investigações policiais, encaminhou a conclusão[67] dos inquéritos e apurações, descrevendo

[67] Ver **Anexos, Textos, 3.4**.

em longo texto os acontecimentos, numa versão nitidamente favorável à força policial, rogando prisão de quatro implicados: Cel Francisco Lemos de Medeiros, que "fez fogo contra o soldado Barroso de dentro do quartel", Tonico Nenen, pelo ferimento grave no soldado Theodoro José Diamantino; o Alferes Izidoro Correia Lima, ex-delegado militar deste município e o soldado Miguel Furquim Machado como responsáveis, porém, pelos assassinatos dos coronéis José Stockler de Miranda, Manoel Lemos de Medeiros e Antenor Guimarães, além de ferimentos graves no Major Antonio Ferreira de Medeiros e em Jorge Davis.

Com a competente vista dos autos, o Promotor Fernando de Magalhães, solicita a *prisão preventiva* dos indiciados[68], deferida pelo Juiz, L. de Assis (Floriano Leite de Assis), que já no dia seguinte (8-10-1909), decretou a prisão dos mesmos e mandou concluir o inquérito. Os documentos registram assim:

> "Vistos estes autos, depoimentos das testemunhas officio do Dr. Delegado Auxiliar e promoção do Dr. Promotor de justiça e o mais dos autos, defiro o pedido de prisão preventiva contra os indiciados: alferes Izidoro Correa Lima, Miguel Furquim Machado, Cel. Francisco Lemos de Medeiros, Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho, à vista dos motivos nela apresentados, que são constantes dos autos e que adopto como razão de decidir. Expeça-se mandado de prisão requerido e feito o que sejam devolvidos estes autos ao snr. Dr. Delegado Auxiliar para a conclusão do inquérito. Passos, 8 de outubro de 1909. L. de Assis". (Autos do Processo, 1909)

Em 25 de outubro, o Promotor de Justiça, Fernando Magalhães de Macedo ofereceu a longa "*denúncia Crime"*[69]*,* arrolando uma história dos acontecimentos que está visivelmente alterada a favor da força pública, demonstrando que não houve uma "agressão" policial, mas uma reação de defesa. Nessa denúncia fica claramente evidenciado que o Promotor, deixava "brechas" visíveis para a defesa da força pública. De fato, a tese era de que o quartel da força policial, naquela ocasião, estava para ser invadido por um bando de jagunços e, diante desta "ameaça", o Alferes Isidoro teria não apenas agido em *legitima defesa* da instituição, como também no sentido de *evitar "mal maior"*. Os fatos não foram corretamente apresentados pela promotoria, pois esta insiste sempre em que a iniciativa partira dos políticos e não da polícia. Os testemunhos dos protagonistas e atores, vistos anteriormente, contrariam esta versão, inclusive quanto a um possível "ataque" à instituição, e conferem a iniciativa ao Alferes.

---

[68] Ver **Anexos, Textos, 3.5**.
[69] Ver **Anexos, Textos, 3.6**.

Provavelmente pelo indiciamento da força pública, o Juiz especial Floriano Leite de Assis deu por conclusos os autos e os remeteu em 23 de novembro, ao Sub-Procurador Geral do Estado, Francisco Soares Peixoto de Moura, para que este fizesse o libelo de acusação, com base no argumento que se segue:

> "... ao sub-procurador compete: passar-se temporariamente, por ordem do Governo, para alguma comarca, quando ahi seja necessária a sua presença, para exercer as funções de Promotor de Justiça, por se acharem gravemente comprometidas a segurança e tranqüilidade públicas; ou por se ter cometido algum crime de tal gravidade e revestido de circunstâncias tais que reclame uma investigação ativa ou por se acharem nele envolvidas pessoas cujo poderio e prepotência tolham a marcha regular e livre da autoridade (...)".

A vinda dessa autoridade para presidir o processo, pelo lado da promotoria, sugere que o Estado na condição de "instancia superior" podia exercer alguma forma de controle sobre o processo. É o que se pode deduzir da petição do advogado de uma das partes[70], pleiteando que o libelo fosse redigido pelo Promotor da Comarca e não pelo Sub-Procurador Geral. O simples pleito é por si sugestivo, pois deixa em filigrana a suspeita de que haveria certa manipulação direta do Estado sobre o processo do julgamento.

Se esta dedução está correta, como parece, temos de acordar que havia, de fato, alguma forma de pressão da máquina do Estado, no sentido de abortar qualquer deslize capaz de comprometer a autoridade estatal quanto ao encerramento favorável e definitivo do "caso de Passos". Estes pormenores sugerem, portanto, que não se tratava apenas de apurar um conflito local. O problema era mais sério e envolvia a destituição do poder político municipal, pela intervenção policial, e agora judiciária, para efeito de modificação do quadro.

É nesta moldura que os fatos adquirem novo sentido, embora tudo indique que a população de Passos não se dera conta de que toda a trama do 26, do inquérito e do júri se encaixava num tabuleiro de xadrez, cujas peças eram movidas pelo palácio do governo, em Belo Horizonte, de onde emanavam, de fato, as diretrizes e decisões.

Como o Sub-Procurador voltara à capital, o processo lhe foi remetido, pela agência do Correio de Passos, em 24 de novembro de 1909. Com isto, esgotava-se o prazo para realizar o júri antes das férias forenses que se iniciavam a 1º de dezembro, sendo o júri realizado, com efeito, no ano seguinte.

---

[70] Trata-se do Dr. João Ernesto Correa, advogado de Chico Medeiros, cuja petição se encontra nos autos.

A primeira sessão do júri foi iniciada em 23 de março de 1910, e só terminou do dia seguinte[71]. Eram réus: Alferes Isidoro Corrêa de Lima filho de José Victorio da Fonseca, casado, com 42 anos, natural de Sergipe, oficial da Brigada Policial e Miguel Furquim Machado, filho de Antonio Furquim Machado, solteiro, 25 anos, natural de Vitória do Espírito Santo, soldado de polícia. O Alferes foi acusado quatro crimes: ter ferido Juca Miranda: ter mandado matar Neca Medeiros; ter matado Antenor Guimarães e ter atirado em Totõe Medeiros. A conclusão do júri é um tanto estranha. Vejamos alguns aspectos.

Quanto ao primeiro crime, o júri concluiu que o réu Alferes Izidoro Correa Lima:

> "... com uma machadinha, fez no Coronel José Stockler de Miranda, os ferimentos descriptos no auto de corpo de delicto". Mas, considerou que a agressão fora em "legítima defesa". Quanto ao segundo, o Júri reconheceu que o Alferes, "tendo resolvido a morte do Cel. Manoel Lemos de Medeiros, ordenou o soldado Miguel Furquim Machado como seu inferior e herárquico (sic) que atirasse no dito Coronel, que de fato foi pelo mesmo alvejado, recebendo os ferimentos constantes do auto de corpo de delito". Apesar disto, o júri interpretou que o crime fora cometido "numa repartição pública, para evitar mal maior". Quanto ao terceiro, o Júri concluía que o Alferes "atirou em Antenor Guimarães, produzindo os ferimentos descritos no auto de corpo de delito". (AUTOS, 1910)

Mas, da mesma forma, reconhecia "ter sido em repartição pública para evitar mal maior". Quanto ao último, o Júri afirmou que "o réo Alferes Izidoro Correa de Lima:

> "desfechou dois tiros contra o Major Antonio de Medeiros, produzindo-lhe os ferimentos descritos no auto de corpo de delito", mas acrescentou uma interpretação: o réo assim procedeu com intenção de matar o ofendido executando atos exteriores que pela sua relação direta com o crime constituem começo de execução que não teve lugar por circunstâncias independentes de sua vontade ..." e afinal, concluiu que era para evitar mal maior" (AUTOS, 1910).

Quanto ao soldado Furquim, acusado da morte de Juca Miranda, a "desculpa" foi que o ato fora *"por ordem superior" e "para evitar mal maior"* e sobre a morte de Neca Medeiros, que fora *"em repartição pública, por ordem superior, para evitar mal maior"*, e

[71] O "Edital" data de 20 de fevereiro e convoca 48 jurados, dentre os quais foram sorteados e efetivamente atuaram como jurados: Geraldino de Souza Manso – presidente; Candido Carvalho de Rezende – secretário; João Lourenço de Andrade, Manoel de Ulhoa Magalhães, Aleixo Brazileiro, Francisco Teixeira da Silva, Joaquim Getúlio Júnior, José, Bernardino de Vasconcelos, Ananias Pereira Vilela, Maximiliano Lohner, Joaquim Rodrigues de Vasconcelos e José Candido de Sousa Sobrinho.

sobre os ferimentos em Jorge Davis, simplesmente que o *"réu não desfechou tiros no Coronel Jorge Luis Davis"* [72].

Com base em todas estas atenuações descabidas, considerando-se que a autoria dos crimes fora explicitamente reconhecida, o Juiz de Direito, Dr. Saturnino Amâncio da Silveira, deu a seguinte sentença:

> "Em conformidade das decisões do jury, absolvendo os indiciados Alfs. Isidoro Correa Lima e Miguel Furquim Machado da acusação contra os mesmos proposta, mando que se lhes dê baixa na culpa e que se vão em paz, se por al não estiverem presos. Custas pelo Estado na forma da lei. Sala das sessões do jury, em Passos, 24 de março de 1910, em continuação do dia antecedente. Saturnino Amâncio da Silveira" (Autos, 1910) [73]

Chico Medeiros era acusado de um único crime: o de ter atirado no soldado José Barroso. O corpo de jurado assim se pronunciou a respeito: *"O réo Coronel Francisco Lemos de Medeiros (...) não desfechou um tiro contra o soldado José Barroso"*. Com base nesta conclusão do Jury, a sentença do Juiz de Direito, Dr. Saturnino, foi semelhante às dos policiais:

> "Em conformidade da decisão do jury, absolvendo o indiciado Cel. Francisco Lemos de Medeiros da acusação contra o mesmo proposta, mando que se lhe de baixa na culpa e que se vá em paz, se por al não estiver preso. Custas pelo Estado na forma da lei. Sala das sessões do jury, em Passos, 28 de março de 1910. Saturnino Amancio da Silveira" (Autos, 1910) [74].

Enfim, parecia encerrado o "caso de Passos", com um julgamento de "cartas marcadas", isto é, conduzido por meio de composições políticas, de barganhas vantajosas. De um lado, o Estado manipulando indiscretamente promotores, juizes e jurados; do outro, os

---

[72] O soldado realmente atirara em Jorge Davis. Além dos ferimentos causados, um dos tiros acertou lhe o relógio de bolso. Davis, depois, deu várias entrevistas à imprensa, principalmente da capital, alardeando que fora salvo por causa do relógio, exibindo inclusive a fotografia do mesmo.

[73] Há certo consenso nas avaliações posteriores, inclusive ao nível da oralidade, de que teria havido um "acordo" diplomático entre a justiça e o governo: para não condenar os militares, como se observa nesta sentença, a justiça não condenaria também os civis. Mas, neste caso, apenas os "homens bons".

[74] O júri do Coronel Francisco Lemos de Medeiros foi realizado no dia 28 de março de 1910 e eram jurados: Geraldinho de Souza Manso – presidente; Candido Carvalho de Rezende – secretário; José Camilo da Silva Maia, José Bernardino de Vasconcelos, Arthur Victor de Vasconcelos, José Candido de Sousa Sobrinho, Pio Pinto da Costa, Francisco Teixeira da Silva, Joaquim Rodrigues de Vasconcelos, Evaristo Serafim e Joaquim Ribeiro da Silveira. O parecer do júri neste caso, também é absolutamente falso; indica o "arranjo" interno, com o corpo de jurados. Mas foi baseado na "ausência do fato" que o juiz deu a sentença de absolvição, exatamente como no caso dos militares.

"lavouristas" e seus advogados. Formalmente, os instrumentos do Estado deveriam estar direcionados para a punição dos implicados, verificados, em cada caso, os graus de culpa. Mas isto não aconteceu. O Estado manipulou a "acusação" de tal forma, que todos foram absolvidos, através de um visível acordo: para não condenar os policiais, o Estado abria mão de condenar o grande líder, Chico Medeiros, assim como a nova geração, principalmente Tonico Neném, Nequinha Medeiros, Antonio Celestino. Neste sentido, o júri não passou de um simulacro de justiça.

Outros líderes lavouristas, como Porfírio de Barros, Didino Vieira, Neca Vieira e seu filho Hilário, Neca Júlio, Quinca Júlio, o velho Honorato Galvão e seus filhos, responderam por outras denúncias decorrentes da grande devassa instaurada, mas foram "anistiados" no bojo do grande "arranjo". Muita gente viajou e não foi encontrada para depor. José Sizenando, por exemplo, foi um deles. Outros foram lacônicos e nada disseram. Mas alguns falaram demais: referiram ocorrências anteriores, aparentemente sem qualquer ligação com a violência do Fórum. Com isto, abriram caminho para a repressão: a "devassa" que se seguiu, no final de 1909 e no primeiro semestre de 1910 foi para Passos uma fiada de "*caça às bruxas*".

É muito difícil reconstituir o "clima" durante esta fase, mas é certo que a repressão policial foi violenta e não poupou meios para forçar delações e conduzir inquéritos. Mas não havia nenhum "jaguncismo" nisto: eram crimes comuns, a maioria distanciada dos acontecimentos de 1909. Disto se pode inferir que quanto maior o rol dos crimes anteriores e dos envolvidos, maior se tornava o "*poder de barganha*" do Estado. Assim que, a violência não terminava no tiroteio do Fórum, ela prosseguia como violentação das relações políticas e judiciárias.

E produziu fatos pitorescos, como a prisão de Neca Vieira, por exemplo. A partir da delação de alguém, depois de violentas agressões, na fazenda daquele, exumaram os ossos de um homem que fora queimado. Com muita probabilidade tratava-se de Maximiano Dutra, por cuja "*infidelidade*" fora lançado vivo à fogueira, com cinturão de bala e tudo, algum tempo antes. Isto levou à prisão de Neca Vieira, encarcerado em "sala livre", numa casa da rua Barão de Passos. O Sr. Ananias Emerenciano Campos, então menino, que ali esteve, ouviu dele os comentários jocosos:

> "... um crime à toa, siô, eu só matei e queimei... e o homem ainda depois de morto inda me deu dois tiro de garrucha..." (Dep. cit.) "A preta Eva, que depois foi a

> testemunha no processo de Neca Vieira, repetia algo semelhante, à sua maneira: "... óia Sô juiz, o home era mau memo; inté dispois de morto inda dava tiro... era sim, im antes ele ficava lá no arto e gritava, ô Neca Vieira, fié da puta... era cria do cois'ruim, sim sinhô, cruz curuz..." (Entrevista de 1977).

No final, como dissemos, nenhum dos grandes líderes foi realmente punido, para contrabalançar a não punição dos milicianos. O mesmo não aconteceu em relação a outros criminosos, entre os quais estariam os alguns camaradas que certamente exerceram "funções de capanga" em outras situações. Estes foram presos, julgados e condenados. Embora as evidências são de que eram muito poucos[75], o fato é comum: a corda espreme sempre o pescoço dos fracos; ou dos pobres, o que dá na mesma.

Quase todos entrevistados, que ouvimos nos anos setenta e oitenta, ignoravam que o julgamento tivesse sido um "arranjo" para deixar a casa em ordem. A primeira impressão que se tem, é que havia passado desapercebido o fato de que o Estado entregava o poder municipal aos "governistas", e, na prática, inviabilizava qualquer oposição dos velhos líderes. Matando uns, provocando rivalidades internas, e assumindo o controle político através de seus parceiros preferenciais, o Estado punha fim à *força política lavouristas* representada pelo capital eleitoral que estes demonstravam dispor. No entanto, a única alternativa que encontrou para concretizar seu intento, parece ter sido a de "*cortar a cabeça de todos os principais*", com base na "ameaça", de um "jaguncismo" que seus "governistas" propalavam, que temiam, mas cuja existência, a realidade não conseguiu comprovar. Esta hipótese será discutida mais à frente, depois de percorrermos a espiral da economia. De qualquer forma, o "imbróglio" no Palácio da Justiça, deveria pôr fim, pelo menos temporariamente, às resistências locais.

Contudo, a história não seguiu o curso da acomodação pretendida. Uma subversão inesperada provocou o desalinhamento das frágeis amarrações forenses. Não vinha dos políticos, não vinha das lideranças, não brotava de nexos infra-estruturais e nem mesmo da rebeldia dos vencidos. A subversão vinha da comoção, tramada em fios de angústia, de dor, e do inconformismo da pessoa humana, coerente com a percepção de Norbert Elias "... *todas as investigações que consideram apenas a consciência do homem, sua "razão" ou "idéias", ignorando ao mesmo tempo a estrutura das pulsões, a direção e a forma de emoções e impulsos humanos, só podem ter, por princípio, um valor bastante limitado*" (1993, p. 236) E

[75] A comprovação que pôde ser obtida se resumia a dois nomes: Sarú e João Côco; tio e sobrinho, que, por sinal, alguns anos depois, segundo testemunho oral de pessoas que os conheceram, prestavam serviços informais à Delegacia (Entrevista de Ananinas Emerenciano Campos, 1977).

traziam-na as mulheres! Mais especificamente, as viúvas. Foram elas que, ancoradas na perda de seus companheiros, acenderam o estopim. E, quando explodiu, transformou o "caso de Passos", num "caso de Minas"; o golpe de uma "volante" no paradigma de violência do Estado, para conhecimento de toda a nação.

Enunciada a sentença, as viúvas, acompanhadas de seu advogado, foram à promotoria e, por argumentação e por petição, reivindicaram a "apelação da sentença", fundadas na barbaridade e na premeditação dos crimes cometidos pela polícia. Mas, o promotor foi absolutamente indiferente e não subscreveu o pleito sensível das mulheres. A partir daí, o que se viu, foi uma avalanche de denúncias, críticas e cobranças, tendo por alvo o Estado de Minas, que começou nos panfletos locais e foi parar no Senado da República. Quando todo mundo curvara a cabeça aos desmandos do Estado, as mulheres ergueram a bandeira do desafio. Certamente, não chegou a ser o esboço de uma "revolução", e não mostrava indícios concretos da constituição de *segmento organizado para fins contestatórios*; mas, ainda que diminuto e insipiente, não deixa de denotar certa conscientização da violência, como drama também político. Neste sentido, somos tentados a dizer que não eram mais as "viúvas" dos assassinados, mas toda uma parcela da sociedade, contra os assassinos, que passou a falar por suas vozes. E aí, pode até sugerir, ao lado da rebeldia, uma "campanha pública", pela imprensa, contra o judiciário, mas a favor da justiça. Seja como for, por causa dessa atitude das mulheres – diante da insensibilidade da lei –, a violência deixou de ser referida aos "jagunços", que só tangencialmente se relacionavam a ela, para elevar-se a nível nacional, nas sessões do Senado, como uma crise do Estado.

Nesta trajetória, a figura de um médico, Dr. Rodolpho Gomes Pedroza, mal lembrado pela memória passense, se projeta no movimento de reação, ainda no campo das letras e da imprensa. Fora ele quem realizara os "*autos de corpo de delito*" nos assassinados, sendo ainda um dos signatários do panfleto *Assassinos Absolvidos*. Certamente, com a conivência do advogado das viúvas, Dr. João Silveira, encaminhou à imprensa de São Paulo – O Correio Paulistano – artigo de autoria deste, expondo os trágicos acontecimentos de Passos, e os absurdos da justiça. Não conseguimos a cópia do texto, mas dele sabemos por outras letras, as de sua correspondência com o Senador Rui Barbosa.

Na sessão do Senado da República, do dia 18 de maio de 1910, depois de relatar o caso de um líder político de oposição ao governo ter sido preso sem nenhum motivo, em

Santa Catarina, embora ganhasse posteriormente a causa na justiça, o Conselheiro Rui Barbosa, aponta suas baterias para o governo mineiro:

> "A mesma fortuna, porém, sr. Presidente, não logrou perante a justiça o caso do qual agora me vou ocupar, obrigado por uma carta do Estado de Minas Gerais [76]. Firma esta carta um cidadão conhecido, que exerce uma profissão liberal no lugar. É ele quem se faz órgão dos sentimentos, justamente revoltados dos seus co-munícipes, contra os abusos, cuja notícia o Senado vai ter pela leitura deste documento" (BARBOSA, 1910).

Rui faz, da tribuna, a leitura da carta datada da cidade de Passos, em 28 de abril, narrando em linhas gerais, os fatos que conhecemos, interrompido pela discordância dos Senadores Bernardo Monteiro e João Luiz Alves; e a certa altura destaca o seguinte:

> "As viúvas das vítimas e outras senhoras foram, em comissão,m pedir ao promotor público o legal e liberal recurso de apelação, que lhes foi negado, mantendo-se o referido órgão da justiça impassível e fraco no seu propósito calculado de não apelar. Quem se sentirá garantido nesta localidade, onde as bandalheiras políticas e os crimes de assassinatos são protegidos pelos homens que governam e que deveriam ter mais escrúpulo e vergonha para dirigir! Amanhã, este delegado de polícia, também autoridade, e de costas quentes, me poderá assassinar, a mim e a muitos outros" (BARBOSA, 1910).

Terminada a leitura, desabafa: "*Creio que não se poderão conceber cenas de caráter mais bárbaro, de mais odiosa selvageria do que as relatadas nesta carta*". É então aparteado pelo Senador João Luís Alves, que defende o governo de Minas:

> O sr. João Luís Alves: – "*Mas não pode dizer que o governo de Minas seja conivente no assassinato de um chefe político*".
>
> Rui Barbosa rebate e avança na argumentação:."*O atentado foi praticado pela autoridade policial do lugar, que obtinha a impunidade pela conivência pertinaz do órgão da justiça pública do Estado.(...) O que nesta carta se afirma é que uma comissão de senhoras, é que as viúvas das vítimas e outras senhoras da localidade, reunidas, se dirigiram ao promotor público, solicitando a sua intervenção, solicitando que apelasse dessa sentença, bárbara, absurda e infamante para o nosso país, e que esta autoridade – o promotor público – se recusou a interpor apelação*"(BARBOSA, 1910).

Segue-se um longo debate a respeito de certas particularidades das leis mineiras, que impediam a demissão do promotor, e outros aspectos relacionados com o caso. Mas, Rui

[76] Rui Barbosa acabara de se referir a violências (perseguição, prisão sem motivos) ocorridas em município de Santa Catarina e aborda em seguida o caso de Passos. Nos dois casos, responsabiliza o Estado pelas ações.

prossegue na denúncia das barbaridades cometidas pelos militares, com a conivência do governo mineiro, ou, pelo menos, com a indiferença dele.

> *(...) "Na minha posição de Senador da República, de representante da Nação, (...) quando se reclama a minha palavra na tribuna para discuti-lo, eu não poderia ficar em silêncio, a menos que a denúncia não fosse verdadeira. Os criminosos não devem ficar impunes, as autoridades coniventes no crime devem ser devidamente responsabilizadas. Mas, se o crime prevalecer, eu me consolarei com ter cumprido o meu dever" (...).*
>
> *(...) "Li esta carta com indignação. Vejo, pela própria contestação dos honrados Senadores, que a selvageria do fato é verdadeira, que os assassínios se deram, com todas as circunstâncias indicadas, que a barbaria, portanto, é incontestável, e que a única defesa, restante à impunidade, é baseada na imposição de uma legalidade pelas leis do Estado de Minas" (...).*
>
> *(...) "A experiência de todos os dias o que mostra é que a legalidade não se exerce senão contra a justiça, contra a verdade e contra o direito, e todas as vezes que a legalidade assegura um direito ou uma proteção, essa legalidade é uma verdade inútil que cede ao impulso da vontade dos homens. Peço aos honrados Senadores desculpa da veemência das minhas frases; não significa senão a indignação da minha alma diante de um fato que julgaria impossível ser praticado no nosso país, nos princípios do século XX".* (BARBOSA, 1910).
>
> (No resto da sessão debateram sobre a convocação do Senado para apuração da eleição presidencial).

A importância de resgatar esse debate não decorre propriamente do fato de, a partir daí, os acontecimentos de Passos alcançarem certa amplitude nacional. Na realidade, se restringiu a dois artigos na imprensa e uma sessão do Senado – que não teve maiores conseqüências – a não ser pela envergadura política e jurídica de Rui Barbosa. Mesmo depois, como se verá a seguir, não voltou a discursar sobre o caso. Não cabe aqui discutir a posição política de Rui: na sessão referida, toda sua argumentação é contra a "injustiça" que se cometia em não se apelar de uma sentença, e manter-se a impunidade dos culpados, ainda que pertencentes à força policial. No fundo, defendia um Estado de Direito, e não o conflito entre as esferas de domínio sobre os aparelhos do Estado; defende a forma de governabilidade, e não os instrumentos humanos e institucionais da mesma: para o senador não se tratava de questionar a oposição entre *governismo* e *lavourismo*, mas de estancar a ação coercitiva do Estado baseada no uso da força com fins políticos. Estas são discussões a serem ampliadas nos laços das espirais com que este trabalho se enuncia.

Pouco depois deste episódio, em 1º de junho, veio a público o contundente *manifesto*, com o título de *"Os Assassinos Absolvidos"* [77], publicado em forma de pasquim, na cidade de Passos. Convém ouvir alguns dos seus argumentos. Primeiramente, oferece um descritivo dos assassinatos, com detalhes que haviam sido camuflados no jurídico:

> "De repente se ouviu barulho de móveis deslocados e que caíam no violentamente, vidros de janelas que se quebrava, gritos do Ten. Cel. José Stockler de Miranda e o estampido de um tiro.Em seguida desceu as escadas e saiu a rua cambaleando, o Ten. Cel. José Stockler de Miranda, todo ensangüentado, com as mãos segurando o ventre e ainda perseguido pelo soldado Furquim, que a mando do Alferes Isidoro dava-lhe tiros pelas costas até que o prostrou morto. O Alferes Isidoro que dias antes havia comprado uma machadinha de cozinha, propositalmente para o caso, serviu-se dela contra a sua vítima, picando-lhe o crânio desapiedadamente, cortando-lhe os punhos e dando-lhe golpes à torto e à direito SEM ESCOLHER LUGAR, como ele mesmo confessou pela imprensa (Entrevista a O Pharol, Juiz de Fora; não conseguimos o exemplar). (...) O Coronel Manoel Lemos de Medeiros vendo ferido e caído por terra o seu amigo coronel Jorge Davis, em frente do quartel, lamentava o fato, quando o Alferes Isidoro apareceu, lhe deu o braço como AMIGO e o levou para dentro do quartel, onde o matou traiçoeiramente na cozinha, desfechando-lhe três tiros e atirando-o ainda agonizante para cima do fogão. A mesma sorte teve dentro do quartel o dentista Antenor Guimarães, apesar de se ajoelhar e pedir misericórdia. (...) E' esta a verdade pública e notória nesta cidade, mas o Alferes Isidoro se defende, como o fez em três artigos de triste e vergonhosa exibição, pelo Pharol de Juiz de Fora, dizendo que estava ameaçado de morte pelos mandões da terra e que assassinou para punir os crimes que eles tinham cometido e livrar deles a sociedade de Passos! (MANIFESTO, 1910, pp. 3-5).

Depois, retoma a subversão das mulheres e, a partir dela, submete a atuação da Justiça e do Estado ao crivo da crítica:

> "O júri acaba de absolver unanimemente o Alferes Isidoro Corrêa Lima e o soldado Miguel Furquim Machado. O Promotor de Justiça mostrou-se impassível e não se dignou apelar, a respeito de uma comissão representada pelas viúvas das vítimas e mais pessoas que lhe foram pedir em nome da Justiça este liberal e legítimo recurso da apelação. A sentença passou em julgado. Esta sentença pode ser traduzida assim: Toda a vez que um delegado de Polícia souber ou desconfiar que um cidadão é criminoso, pode chamá-lo a sua presença para depor em segredo de Justiça e assassiná-lo, embora ele não resista às suas ordens ilegais e desumanamente premeditadas". (MANIFESTO, 1910, pp. 3-5)

E finaliza, pelas assinaturas de 129 homens representativos dos diversos segmentos da sociedade passense, lavrando o protesto:

> "Vimos em nome da Religião Católica, da Ordem Social, da Moral, do direito e da Justiça lavrar este necessário protesto contra o ato selvagem e canibalesco destes réus

[77] Ver **Anexos, Textos, 3.7**.

> escandalosamente absolvidos e contra a sentença absolutória adrede e feiamente preparada, que os premiou com a liberdade. (...) A soberania do júri deve encontrar um limite no perigo comum. (...) Diante deste perigo que aí fica, como um fantasma e ameaça eterna para todos nós, os juizes populares deviam de ser os primeiros defensores da nossa liberdade e a mais sólida e incorruptível garantia da Justiça e da Lei". (MANIFESTO, 1910, pp. 3-5).

No dia 1º de julho de 1910, o mesmo Dr. Rodolpho Pedroza fez publicar no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, uma longa *"Carta Aberta ao eminente sr. Conselheiro Ruy Barbosa"*, datada em Passos aos 20 de junho de 1910 [78]. Começa por denunciar que o "*truculento assassino confesso alferes Izidoro Corrêa Lima"*, se achava em Belo Horizonte, esperando a posse do novo governador do Estado, Júlio Bueno Brandão, para ser promovido a *Tenente*, pelos atos de *"heróica bravura"*; e, em seguida, referindo-se ao artigo do *Correio Paulistano*, insinua a importância de Ruy Barbosa discutir o assunto no Senado da República:

> "Nesse artigo v. ex. terá de fato e de direito as mais completas informações sobre este monstruoso crime, e discutirá, se assim entender, o absurdo irrisório da legítima defesa e da derimente de evitação de mal maior invocados pelos ilustres advogados dos réus e aceitos política e vingativamente pelo memorável conselho de sentença". (PEDROZA, 1910).

Enuncia a razão de o seu pedido, ancorado na compreensão correta de que as relações do Estado com a violência, no caso de Passos, era apenas mais um episódio do jogo político entre o Estado e o alinhamento dos segmentos sociais nas municipalidades de Minas, o qual, como se verá, se encaixava no quadro mais amplo da nacionalidade.

> "Se assim me estendo é porque o preclaro parlamentar mineiro e honradíssimo senador Francisco Salles, prometeu voltar à carga no Senado, para a defesa ingrata do governo, nesta sensacional tragédia de Passos. O assassino alferes Izidoro Corrêa Lima continua levianamente protegido pelo governo do Estado e até hoje não foi excluído da Brigada Policial de Minas. (...) Prestigiar este assassino que já respondeu dois processos por crimes de assassinatos aqui, em Araguari, afora outras façanhas sanguinárias praticadas em Muzambinho, é querer um algoz na polícia, talvez para novas encomendas de outros assassinatos premeditados. (...) De fato, não é para a polícia praticar assassinatos covardes e premeditados que contribuímos para o Estado sustentar com o dinheiro do povo, soldados e oficiais, cuja missão disciplinar é garantir a ordem pública, a vida e a propriedade de todos os cidadãos.
>
> (...) clamar contra estes atos das injustiças e das atrocidades humanas, tão ostensivamente patrocinadas por este relaxado e cruel governo de Minas, aliás, deste vasto e ubérrimo território tradicionalmente glorioso de minha pátria. De modo que a autoridade policial superior, (...) não pode alegar ignorância para mais uma vez deixar impune este bandido de farda, que ainda pretende acesso de posto, tanto mais quando, o alferes Izidoro Corrêa Lima, agiu em nome desta própria autoridade superior e

[78] Ver **Anexos, Textos, 3.8**.

> policial. (...) Com elevado respeito e máxima consideração sou de v. exa. humílimo Ador. Att. Obrg. – Dr. Rodolpho Gomes Pedroza." (PEDROZA, 1910).

Não conseguimos localizar qualquer nova intervenção dos senadores relacionada ao caso da violência passense. Porém, a esta altura, tem-se a convicção de que, no caso de Passos, o decantado episódio do Fórum configura um tipo diferente de violência, que não representa a continuidade de práticas anteriores e nem mesmo reação punitiva por outras violências costumeiras. É preciso lembrar que o motivo de se reunirem no Fórum as lideranças do lavourismo decorria de convocação policial, para testemunhar nas inquirições sobre crimes isolados de "banditismo" e não contém vestígio de "ameaças" à ordem, ou à força pública, principalmente por parte de "jagunços". Além do mais, a violência, ali, partia da própria polícia.

Por outro lado, se evidencia a existência de relações complexas entre essa violência e a malha política, que ultrapassavam os limites locais, e envolviam diretamente o Estado, confirmando de certa forma a existência de uma violência institucionalizada, cujo instrumento era o aparelho policial. Também é possível perceber nos meandros, ou no caput de todas essas falas, que havia uma espécie de discurso dos *aparelhos do Estado*, responsabilizando o "jaguncismo" pela prática das barbaridades anteriores, e estas pelo clima de insegurança que justificava a intervenção do Estado. Ou seja, para ser coerente à linguagem, o Estado preparou uma espécie de "tocaia": o "*jaguncismo*" é descrito ao mesmo tempo como "sujeito" e como "causa" da violência. E, no entanto, não se consegue encontrar evidências de "ação" concreta de tais jagunços no episódio: até onde vasculhamos, o jaguncismo não esteve presente no Fórum, em 1909.

Convém avançar por outras veredas. O fenômeno do "*jaguncismo*" e a memoriosa "*matança do Fórum*" podem ser ouvidos nas vozes literárias. Para os propósitos desta investigação, interessam de modo particular dois textos: "*Os contratadores da morte*", de Antonio Celestino, (2000) e "*O Chapadão do Bugre*", de Mário Palmério (1966). Para certos casos, ambos serão confrontados com outros dois textos: *"Guapé, reminiscências"*, do Senador Passos Maia (MAIA, 1933) e "*Caçadas de Vida e de Morte*", de João Gilberto Rodrigues Cunha (2000). Há algo de comum entre eles, que será necessário explicitar nos momentos oportunos.

Esta leitura não será evidentemente uma análise literária das obras, pretensão que fugiria à nossa capacidade e aos propósitos desta discussão. Mas não podemos prescindir desses discursos, uma vez que podem oferecer subsídios relevantes para a compreensão da vida e da cultura, no seio das quais, ocorreram as violências que procuramos elucidar, e onde certamente se encontrarão novos indicadores sobre a questão do jaguncismo. Como se verá mais à frente, a literatura pode captar mudanças sutis, mas valiosas, que não aparecem em outros testemunhos. Não se trata mesmo de discutir a questão da veracidade na obra de ficção, e, sim, de como, através delas, se torna possível captar certos referenciais que nos permitem, a nós, leitores distantes, uma leitura mais rica da realidade, já que *"o mundo ficcional se apóia parasiticamente no mundo real, que toma por seu pano de fundo"*, como ensina Umberto Eco. (ECO, 1994). É uma outra perspectiva: a literatura costurando à narrativa uma História, que a historiografia não construiu.

Será útil comparar inicialmente o discurso de Celestino, pronunciado no calor da hora, e o de Palmério, muito posterior. Descartadas as nuances de linguagem, as nomenclaturas de personagens e espaços, e as diferenças da qualidade ficcional, ambos esmiúçam ficcionalmente o mesmo fenômeno, mas contêm similitudes e diferenças, que no ambiente sócio-cultural, descrito com riqueza de detalhes, re-desenham a vida e a visão de mundo onde eclodem a violência e o "jaguncismo". De certa forma, pode-se dizer do discurso de ambos, que Celestino fez uma história dos acontecimentos, ficcionando-os; e Palmério fez uma ficção dos acontecimentos, historicizando-os. Celestino depõe com as letras; Palmério literatura com os fatos.

Para introduzir a obra de Celestino, convém lembrar que o elenco dos acontecimentos que antecederam e que sucederam o Golpe do Fórum, de 1909, na cidade de Passos, em Minas Gerais, foram vivenciados pelo autor. Protagonista de todos os eventos, privou a intimidade com alguns dos "jagunços" mais famosos; aliás, ele é um dos que mais insistem nas denominações de "jagunços" e "jaguncismo". Depois de todas as violências e tragédias, encerrados inclusive os julgamentos e serenados os ânimos, quando a vida da comunidade voltava ao quotidiano das novas realidades, Celestino iniciou a publicação de uma obra em fascículos, com o título de "*Os Contratadores da Morte*", que deveria ser a narração detalhada dos acontecimentos, crimes e criminosos da fase de violência na cidade de Passos e vizinhanças.

Os “Contratadores” foram escritos por volta de 1915, citando nomes, localidades e mais detalhes. Provocaram o desgosto dos envolvidos e de seus familiares e um visível mal estar na comunidade passense. O autor, sob forte pressão, acabou se mudando, e a maioria dos fascículos impressos se perdeu, ou foi destruída. Pouca gente os conheceu; quase ninguém os leu. Assim, a obra atravessou as décadas seguintes como uma espécie de “fantasma”: temida pelos herdeiros políticos, esconjurada pelos brios familiares, exorcizada pela comunidade. Mentiras e exageros lhe foram acrescentados na oralidade, muito ao gosto do “contar o conto e aumentar o ponto”.

A publicação foi iniciada em 1916, na cidade de Guaxupé, no sul de Minas. Segundo algumas poucas fontes orais ainda ouvidas, e mesmo assim pouco confiáveis, a série seria composta de 15 fascículos a serem publicados numa média de 2 por ano. Houve quem dissesse que Celestino pretendia publicar um romance em fascículos, modalidade, aliás, praticada com certa freqüência na época. Nada disto se confirma. Só foram publicados três, sendo 2 em 1916 e um em 1917. Neste último prometia-se o quarto; mas não chegou a ser impresso. Parece mesmo que nem foi escrito, assim como outros porventura projetados. Tudo indica que o autor pretendia realizar algo, à maneira da literatura de cordel, com fins nitidamente comerciais. É o que se pode deduzir do “*anúncio*” do segundo fascículo, publicado na contracapa do primeiro, com os seguintes dizeres:

> “O fascículo 2, a sair brevemente, intitula-se Turbilhão de sangue, contendo 10 capítulos de emocionantes narrativas de crimes de Passos, Santa Rita, S. Sebastião do Paraíso, Carmo, Alfenas e Três Corações. Preço: $600 (seiscentos réis) – Pelo correio, registrados, 1$000 – 10 fascículos registrados, 7$000. Pedidos aos editores Carvalho & Mendonça, Guaxupé, Linha Mogiana” (CELESTINO, 2000).

Todos tinham o título comum de *“Os contractadores da morte”*, e seriam distinguidos pelo subtítulo: o primeiro como “*Crimes e Criminosos do Sul de Minas*”; o segundo como “*Aventuras criminosas*”; o terceiro já não trouxe qualquer subtítulo, mas anunciava o episódio “*A herança maldita*”. O número 4, com o episódio “O beijo da morte”, ficou apenas na promessa da contra-capa do fascículo nº 3. Não chegou a ser impresso. (CELESTINO, 2000, Introdução de Antonio Grilo, pp. 17-22).

O eixo é memorialista, fazendo coincidir a narração com a seqüência da história de vida do personagem central, espécie de autobiografia. Não parece tratar-se mesmo de um romance. É uma obra medíocre, muito aquém de seu *Padre Eusébio*, publicado em 1923. Não

chega mesmo a ser uma literatura (CANDIDO, 1997). A adjetivação abundante e a excessiva repetição de palavras no mesmo período, quase sempre desnecessárias, evidenciam um manejo descuidado da linguagem e sugerem que o autor escreveu às pressas. A narração tem qualquer coisa de inacabada, como se observa pelo fecho dos episódios. A estrutura gráfica é bastante anárquica: o primeiro fascículo, por exemplo, que traz o subtítulo de "*Crimes e criminosos do Sul de Minas*", ostenta no alto das páginas "*História de crimes e criminosos*".

O Golpe do 26 de setembro de 1909, deveria ser o desfecho do seriado, como parece ter sido a intenção do autor. Ele não chegou ao termo, embora certamente o tivesse feito, se as condições existenciais não mudassem. Recorde-se que após as violências policiais no Fórum, o quadro político passense se invertera: a cassação do Partido Lavourista teve como contrapartida a retomada "governista do poder". Não havia mais espaço para Antonio Celestino, o intelectual orgânico, o mais vibrante e polêmico jornalista do lavourismo. Implicado no processo e na devassa que se seguiu ao Golpe, ficou ao desamparo político: restritos os espaços advocatícios, fechadas as portas jornalísticas, sem alternativas de ganhar a vida na comunidade passense - onde mais o exercício da pena celestina?

A iniciativa ousada de fazer cordel com os fatos reais se encaixava, portanto, na necessidade de sobrevivência do escritor. E ousada mesmo, atrevida: os fascículos, ao divulgar tantas violências com seus respectivos autores, atrairiam fatalmente a ira dos envolvidos ou de seus familiares. Se o pró-labore das edições lhe garantiu a sobrevivência, foi por pouco tempo. A tradição oral confirma tentativas de "caça ao escritor maldito". Em função disto, mudou-se sucessivamente de cidade nas redondezas e acabou por fixar-se no Rio de Janeiro, ao amparo do mecenato da família Pinheiro Machado. Abandonou em definitivo o projeto dos folhetins, deixando a narração dos fatos interrompida por volta de 1905.

Mas, os fascículos publicados tinham lastreado conseqüências diferentes das pretensões literárias do autor: os registros reais dos acontecimentos e seus amarrios, as violências e suas implicações, os ambientes e suas relações acabaram produzindo as marcas de melhor valor na obra. Ímpar pelo resgate, a veracidade dos episódios punge mais que as puerilidades sentimentais alinhavadas aos acontecimentos. Tudo isto se passa pela fala do personagem central identificado como Sancho Garcia, depois apelidado de Dente de Ouro.

Alvimar Costa fez uma curiosa análise comparativa sobre a identidade daquele com o José de Arimatéia do romance de Palmério. (COSTA, 1973).

Contudo, esse Dente de Ouro que, como personagem, narra os episódios da obra de Celestino, não aparece em nenhum outro testemunho documental ou da oralidade. Um único entrevistado disse "*ter ouvido falar do tal Dente de Ouro*", mas "*não podia garantir*" (Entrevista Francisco de Paula Souza, 1977). Tudo indica ser nome fictício. Protagonista das violências descritas nos fascículos, se apresenta ora como "*bandido*", ora como "*criminoso*". É contraditório: ora lamenta ora se vangloria, quando narra os crimes cometidos, quando divaga recordando os tempos passados, época em que ainda não tinha caído nessa "*vereda do crime*", ou quando registra a "*volúpia que sente quando mata alguém*". Tudo se resume, enfim, à descrição de poucas mortes: passionais umas, profissionais outras. Neste caso, não são as empreitas que predominam, mas os favores. Tal é o perfil geral da obra.

Não é absurdo induzir daí que Celestino se retrata em duas dimensões na construção desse personagem: uma é a do "narrador" dos fatos, de que se desincumbe um pouco às pressas; outra a do "filósofo" que busca o sentido do que faz. No primeiro caso, Celestino veste a indumentária dos muitos "bandidos" com quem conviveu; no segundo, é ele próprio travestido no personagem. O clima e os episódios de violência que narra estão circunscritos a esse jogo entre o que sabia (a realidade passense) e o que escrevia, (a sua ficção). O resultado resvala para a inverossimilhança: o perfil do "bandido" cruel e frio não se coaduna com as emoções sentimentalóides e medíocres, à maneira dos "galãs românticos" em teatrinhos circenses. Para esta análise, isto não conta. O que conta é o próprio circo: para além da galanteria ou da plangência romântica, é circo de touradas, em cuja arena se defrontam as pulsações sociais.

O grande mérito desses folhetins foi ter posto a lume, bem visível para as gerações futuras, essas cicatrizes de violência que marcaram a sociedade passense em certa época. Mas não forneceram explicações mais abrangentes: restringiram a espiral da violência ao âmbito dos tratos individuais. Insistem muito, aliás, no caráter contratual das mortes. Não é a toa que o título geral o enfatiza: "*contratadores da morte*". Visto por este lado, o "jaguncismo" ali descrito, estaria literalmente imbricado ao conceito de "empreitada" e as "histórias" seriam de fato casos de contratadores e contratados da morte, violências de banditismo, pipocadas nos desvãos das lutas políticas. No entanto, é possível encontrar uma leitura transversal,

insinuando o "jagunço" noutro feixe de relações. Basta esquecer um pouco o impressionismo das cenas e atentar para a origem imediata das mesmas: aparecem relacionadas, sem qualquer disfarce, ao "*homem de confiança*", como *prestação de favores e serviços* aos mandatários locais. Mas, não se apresse a análise. Convém visitar, desde já, o Chapadão do Bugre.

O nome utilizado por Mário Palmério não é fictício: o complexo conhecido como Serra da Canastra – que inclui hoje o Parque Nacional do mesmo nome – se compõe de uma seqüência alternada de elevações e vales, no sentido geral leste-oeste, desde as proximidades de São Roque de Minas até Sacramento. Ao sul, morre nos baixios marginais do Rio Grande; ao norte, no planalto central brasileiro, por onde segue o vale do São Francisco. No alto das elevações predominam áreas planas, a que chamam "chapadões". Os dois maiores e mais conhecidos são o Chapadão da Zagaia, na direção de Sacramento, e o Chapadão do Bugre, na direção do Rio Grande, do curso inicial do São Francisco e do chamado "oeste de Minas".

Na obra de Palmério, esse Chapadão é fundamental: é o suporte espacial da malha de caminhos, por onde se move a violência. Em Celestino, tem uma significação tangencial. De qualquer forma, há um aspecto que é coincidente nos dois autores: por ali foi a rota de fuga dos dois personagens centrais. Assim, o Chapadão do Bugre funciona como ponte narrativa entre a vida inicial de pessoas "*de bem*", e a vida posterior, de "*bandidos*". Por ali cruza o caminho da violência, a rota do jagunço e do jaguncismo. Mas, de forma não homogênea.

A obra de Palmério está dividida em três partes bem distintas, aliás, perfeitamente nomeadas pelo autor: a primeira se denomina *Cavaleiro e Montada*, em três quadros, que se alternam – o 1º, com o cap. 1; o 2º, com os capítulos de 27 a 35; o 3º, com os cap. 41 e 42; a segunda, *Mata dos Mineiros*, em um único e longo quadro, do cap. 2 ao 16; e a terceira, Santana do Boqueirão, em dois quadros, que também se interpõem – o 1º, do cap. 17 ao 26; o 2º, do cap. 36 ao 40.

Cavaleiro e Montada I – (1)	01 capítulo
Mata dos Mineiros (2 a 16)	15 capítulos
Santana do Boqueirão I (17 a 26)	10 capítulos.
Cavaleiro e Montada II – (27 a 35)	09 capítulos.
Santana do Boqueirão II (36 a 40)	05 capítulos.

Cavaleiro e Montada III – (41 e 42) 02 capítulos.

Total ..... 42 capítulos.

É na parte denominada "Mata dos Mineiros", a mais longa, que Palmério constrói a fase "*de bem*" do dentista José de Arimatéia, a sua tragédia pessoal, e a fuga para a cidade de Santana do Boqueirão, cidade que, apesar de alguns acréscimos e variações, corresponde a Passos, na narração de Celestino, que, como já disse se apóia na realidade conhecida por ele, e que corresponde à cidade real, da época dos episódios narrados.

Quanto à motivação da fuga dos futuros jagunços para Passos, há profundas diferenças no detalhamento, mas, no eixo principal se identificam. Em Palmério, Seu Isé, descobre a traição da noiva com o filho do coronel, e o mata. Em Celestino, Sancho esbofeteia o irmão da noiva e é jurado de morte. Portanto um casamento que não pode se consumar empurra os dois homens para o seu destino de violência. Do ponto de vista comparativo, porém, é interessante notar que este "*intróito*" à vida de jagunço é tratado com bastante desequilíbrio nos dois textos: Palmério gasta 15 capítulos (110 páginas!) para narrar aquilo que Celestino faz em 8 parágrafos (2 páginas!).

Quanto à terra de origem, também se superpõem: ambas se situam no "oeste de Minas"[79]: afirmação especifica na fala de Celestino, identificável em Palmério (COSTA, 1973). Quanto à trajetória da fuga, a semelhança é flagrante: ambos viajam por *desvios e atalhos*, fugindo de seus perseguidores, através das "*serras alcantiladas*" e dos *chapadões* – paisagem facilmente reconhecível no complexo da *serra da Canastra*, que tem significativa importância para o caso aqui analisado, por outros motivos, como se verá.

Quanto ao perfil dos personagens, antes de ingressarem no *banditismo*, existem poucas sintonias, o que se pode observar quando narram as suas respectivas histórias de vida: [80]

> José de Arimatéia: "... filho de que pai, de que mãe, o cristão pelo menos que o tinha batizado e posto nele aquele nome de José de Arimatéia. Não sabia de nada; filho incomodativo de algum casal cigano ou de mulher andeja, perdida pelo mundo –

[79] Na verdade, seria uma região intermediária, entre o Sudoeste e o Oeste de Minas, propriamente dito.

[80] Alvimar Costa, (COSTA, 1973) fez um breve, porém interessante estudo sobre a identificação dos personagens de O Chapadão do Bugre, de Mário Palmério, com os dos Contratadores da Morte, de Antonio Celestino.

> gente desalmada que o enjeitara num carreiro de queixadas para ser comido" (...). Lembrava-se mas era só do Seu Joaquinzão Carapina, comprido e muito magro, sempre de ferramenta na mão – derrubando árvore, lavrando e serrando, aparelhando madeira" (...) "Depois que seu Joaquinzão morreu, começara outra vida, boieiro de lavoura, capinador de enxada, Largado hoje aqui, largado ali amanhã, corrido a mor parte das vezes da maldade dos grandes" (PALMÉRIO, 1966, pp.18-19).
>
> Sancho: "Eu levava dinheiro suficiente para viver meses sem trabalhar. Antes de deixar minha terra havia vendido o meu gado e os meus animais, deixando apenas a minha mula predileta." (Contratadores, p. 50). "Eu tive alguma instrução, chegando mesmo, nos últimos tempos e vida de meu pai, a freqüentar um colégio em S. João D'El Rey." (idem, p. 64) "... cena que vira dois anos antes descrita do "Quo Vadis". As minhas leituras de romances começavam a servir-me na minha vida de criminoso" (idem, p.124). "Eu havia lido nos romances a história de tantos criminosos elegantes e nobres no próprio crime, envoltos numa auréola de celebridade, e acariciados pela admiração e pelo amor das mais belas mulheres" (idem, p.126).

Quanto à terra de destino, os retratos feitos por Celestino e Palmério apresentam contradições e sintonias. Assim, quanto ao aspecto geral, para Celestino, *"Passos é uma grande cidade de feição mais antiga do que moderna. O seu aspecto, de povoação sertaneja, é alegre..."* (CELESTINO, 2000, p. 63). Na obra de Palmério, a descrição é sempre mais abundante e eufórica; sobre a *fama de Santana do Boqueirão*, por exemplo, afirma que todos:

> "...concordavam de pronto em que a cidade realmente a merecia. A começar pela praça principal, o Largo das Mercês: as palmeiras quase que tão altas como a torre nova da Matriz, os sobradões da Câmara e do Fórum – os mais sobrados e palacetes das famílias abastadas do lugar. (...) A cidade crescia, transbordando do centro e subindo as ladeiras que levavam aos altos, descia de lá outra vez para ocupar, pouco a pouco, os terrenos vagos e esquecidos. (...) "... adiantado princípio de ruas calçadas a paralelepípedo, os passeios de lajes de pedra rejuntada. E água encanada, esgoto, luz elétrica".(PALMÉRIO, 1966, pp. 137-138). "... do progresso de Santana do Boqueirão... Só um cego para não ver: a luz elétrica, o telégrafo, os serviços de água e esgoto, o calçamento... E a ampliação da Escola Normal, o lindo edifício da Câmara, (...) o jardim, a feição moderna do centro da cidade..." (idem, p.187).

Na descrição da cidade, tomando como referência as alternativas que oferecia para o habitante ou para o forasteiro, as visões dos dois autores não se ajustam: Celestino afirma que *"... sua população, por este tempo, vivia sob os contínuos sobressaltos de uma fase anormal, cheia de perigos."* (2000, p. 63). *"Os viajantes receavam sair à rua à noite, amedrontados com os tiros que eram disparados e os numerosos jagunços que vagavam pelas ruas".* (idem, p. 63). Já Mário Palmério lambuza de modernidade o mesmo espaço e enfatiza, sobremaneira, o "clima libertino" como grande atrativo:

> "O recém-chegado se admirava em ver tanta prosperidade e movimento, arranjava logo-logo fácil e esperançoso meio-de-vida – em geral ficava. (...) as casas-de-negócio

> davam prazo, aparecia nas colunas do jornal. (...) (PALMÉRIO, 1966, pp. 137-138). "... bicho funcionando livremente, as casas de jogo bancado e carteado abertas dia-e-noite, cabaré e pensão–de–mulher em quantidade. O que mais apreciavam, porém, os santanenses e arribadiços de vida airada, era o bom gênio da polícia – acomodada, desintrometida e pouca" (idem, p.138).

A euforia de Palmério encontra a incerteza de Celestino:

> "Caminhamos cerca de meia légua, mudos, silenciosos, eu a pensar no que poderia ainda acontecer antes da minha chegada a essa grande cidade sertaneja, cuja fama por esse tempo era medonha. Lá pela zona do Oeste diziam tantos horrores da bela cidade que a gente sentia os cabelos arrepiarem ao pensar na idéia de ir àquela terra" (CELESTINO, 2000, p. 41). "Ao aproximar-me de Passos experimentava a sensação horrível de quem caminhasse para o abismo" (idem, p. 42). "Ao chegar no princípio da primeira rua, onde duas orlas de coqueiros dão àquela entrada da cidade um aspecto belíssimo (...). Era domingo (*) e a cidade, como que despertando do seu sono, tinha um encanto bizarro. Roceiros passavam cavalgando satisfeitos as alimárias que marchavam a passos rápidos, em demanda do centro da cidade. Era o encanto da vida sertaneja nesse alegre dia de folga em que todos sentem a delícia do descanso depois de uma semana longa e pesada de trabalho. Também eu, na minha pequena vila natal, sentira tantas vezes o prazer de ir também pelos domingos ouvir a missa, com a alma cheia de crença e de fé, a pensar na ventura de um amor casto que devia trazer-me tão horríveis desilusões, e que seria a minha perdição" (idem, p. 80).

O perfil cultural da cidade de Passos, feito por Celestino, é mais lírico e lúgubre:

> "A cidade àquela hora estava deserta. No silêncio triste da noite pairavam os sons plangentes de um violão, ao longe. Era uma serenata. (...) Os seresteiros se avizinharam e uma voz entoou uma terníssima canção que eu conhecia" (CELESTINO, 2000, p. 88). "De longe, para os lados da Penha, vinha de vez em quando o eco de sons que se erguiam no ar, cortando o silêncio. Eram as tradicionais rezas cantadas aos mortos. Isso ainda mais entristecia aquela noite que me parecia de maus presságios." (idem, p.133).

O de Palmério é mais empírico, descritivo:

> "E os pretos, o treze-de-maio – os bumbos, os tamborins, os apitos – o coro dos ternos de congada, no último e completo ensaio geral, a reboar pelos altos da cidade: o batuque a começar, a prosseguir noite adentro até à apresentação da manhã seguinte às autoridades e ao povo concentrado em frente à Câmara Municipal; o apreciado espetáculo: reis e rainhas, príncipes e princesas, duques, marqueses, generais e pajens – coroas, espadas, seda, colares e guizos cabeleiras de trança, penachos coloridos: o Moçambique, o Zumbo!" (PALMÉRIO, 1966, p. 219-220).

Todavia, a violência atinge também estes patamares. O comandante da Captura, em Palmério, num excesso de rancor, desabafa o seu racismo:

> "E a peste da negralhada vadia a batucar pelas pontas-de-rua dos altos da cidade, batucar e cantar sem parada, parecia até que mais animados ainda com o frio e a chuvinha que caía! Amanhã não vai ter treze-de-maio nenhum... rosnou para o Sargento Hermenegildo o Capitão Eucaristo Rosa. Ninguém vai ficar pulando e gritando, enquanto eu não pegar essa cachorrada fugida. Às minhas custas é que não vão se divertir, não senhor. Ainda mais essa cambada. O Capitão lembrou-se, porém, de que o Sargento-Ordenança era preto também – e da raça dos mais pretos – e engoliu o resto, para não ofender sem precisão o companheiro". (PALMÉRIO, 1966, pp. 323-324).

Contudo, ambos ampliam a fisionomia cultural urbana até os interiores. E mostram costumes, vidas, relações, cotidianos de uns e outros, inclusive em situações que envolviam os famosos jagunços, ou atos de banditismo. Por exemplo, quando Sancho vai à cata de um desconhecido que desconfia estar agenciado para matá-lo, o encontra numa venda, onde:

> "O dono da casa, do lado de dentro do balcão, estava servindo de sardinhas, pão e vinho ao meu homem" (...) O dono da venda parecia, pela fisionomia inquieta, estar com a mesma curiosidade de saber quem era aquela estranha personagem que lhe entrara pela porta adentro às dez horas, decentemente vestido, trajando um paletó de casimira, de Mauser à cinta, e não tendo ainda comido naquele dia, conforme dissera" (CELESTINO, 2000, p. 89).

Sancho acaba construindo a sua vida de bandido sobre dois modelos: um, o de sua ascendência – bisneto do famoso bandido Januário Garcia, o Sete Orelhas [81]; outro, o Zé Estrangeiro, com quem encontra, durante a sua fuga, no arraial da Glória, antes de chegar a Passos.

> Estrangeiro, a certa altura, lhe confessa: *"Eu também, filho de um homem bom, tendo uma família distinta, nunca havia pensado na minha vida em matar a meu semelhante. Vivia feliz e tranqüilo em minha fazenda trabalhando honradamente, sem calcular a que a traição de um negro vil pudesse um dia arrastar-me à embriaguez do ódio e daí a volúpia do crime. Hoje, posso afirmá-lo, eu sinto uma sensação deliciosa em satisfazer a minha sede de sangue".* (CELESTINO, 2000, p. 38)
>
> E logo depois, aconselha: *"O senhor, que é descendente de Januário Garcia, o homem mais vingativo que se conheceu nesta terra, há de um dia também, quando sofrer uma grande ofensa ou lhe fizerem um grande mal, sentir a necessidade de se vingar, de matar o seu inimigo. Isso é do homem de brio,m de quem tem a noção de dignidade, porque todos os criminosos tem vergonha, tem o brio que falta a esses que não matam por serem covardes ou incapazes de avaliar a delícia do crime".* (idem, p. 39).

[81] As estripulias desse bandido foram objeto de análise e descrições em ANASTAISA, (2005, pp. 109-114), e LOPES, (2002).

Vale a pena destacar, que na obra de Celestino, o personagem Sancho antes de tornar-se jagunço não comete qualquer crime (simplesmente espanca o futuro cunhado), enquanto em Mário Palmério, o José de Arimatéia assassina o filho do patrão, que "abusava" de sua futura noiva, numa cena de rara violência. Mas é curioso que, ao longo de todo o livro, do tão temido José de Arimatéia, só se narra um único crime: a morte de seu Tonho Inácio (o antigo patrão), para vingar o assassinato de seu Valico (padrinho) e do rapaz Damastor, barbaramente mortos pela gente do ex-patrão, pai de Inacinho, o que lhe roubou a honra de *homem de bem*. Assim, há uma certa inversão das trajetórias: após o crime inicial de Arimatéia, a narrativa silencia sobre a sua participação na criminalidade, para ressuscitá-lo no último crime, onde ele fecha o ciclo de sua vingança pessoal. Logo em seguida é morto pela captura como o *"mais temido dos jagunços"*, num contexto de traição política. Ao contrário, o texto de Celestino apresenta um Sancho inocente que, ao longo da narração se torna o criminoso *"mais afamado e infalível"*, cujos requintes de seus serviços vão além da imaginação comum – veja-se o caso do assassinato descrito nas páginas 121-129. Não se sabe do seu fim, porque a narrativa ficou interrompida no fascículo 3.

Para um inventário dos crimes, que nos permita obter um perfil da violência tal como descrita pela literatura relacionada à região, a figura de José Estrangeiro, morador no arraial de S. João Batista da Glória, fazendeiro que se converte ao crime, pode ser uma referência mais ou menos segura, quase um roteiro da trajetória inicial da vida de bandoleiro.

O volume de mortes que enuncia é impressionante, sem contar o profundo racismo com que justifica a primeira morte que praticou, desde tempos anteriores até à mais recente:

> "Umas vinte e tantas. Não são muitas ainda porque estou nesta lida há pouco tempo. Eu comecei sem o querer, mas um negro, preto como um tição, e que era meu camarada, foi o primeiro. O diabo da peste mexeu em coisa de branco e eu não pude deixar de tirar-lhe o couro, vivo, como se faz com as onças. Negro não é gente e eu não quis guardar orelha de bicho ruim". (CELESTINO, 2000, p. 37).
>
> "Eu estava sentado no balcão de uma venda, tomando um copo de cerveja, quando recebi um recado do Juca Miranda para enviar um jagunço que tinha se revoltado por querer mais do que valia um serviço que ele havia feito em Passos, por ordem de outro. Andou com umas prosas a respeito do Juca" (...) "Pela informação, era um baiano que havia passado num burro pelo de rato para os lados da Confusão, de onde o senhor veio. Mandei o crioulo Ignácio arrear o macho tordilho, carreguei a caçadeira e dobrei no mundo. Daí a meia légua, se tanto, eu avistei o baiano, que tinha estado numa venda na saída. (...) Apertei o macho e a cinqüenta passos de distância, sem que ele houvesse percebido, levei a caçadeira a cara e bramei fogo. O cabra rolou como um passarinho. Quando cheguei perto para tirar-lhe as orelhas, ele estava ainda revirando os olhos" (idem, p. 36).

Logo a seguir, e em presença de Sancho, tocaia e assassina um tal Coimbra, no porto entre Passos e Glória. É a cena descrita como "*O último banho*", com refinamento "*cirúrgico*": abriu a barriga do cabra, encheu de areia e pedra, costurou e jogou o corpo no rio. (pp. 42 e 45). É bom lembrar que cena semelhante a esta aparece também no *"Caçadas de Vida e de Morte"* (CUNHA, 2000), praticada por um guarda-costa, a mando de seu patrão, com quem mantinha uma relação de emprego, assalariada. Ali, o assassinado não é um "*bandido*", mas um policial". Esta cena não aparece no Chapadão do Bugre. Mas, o fato de aparecer em duas obras diferentes sugere que certos casos passaram a compor uma espécie de *cancioneiro* regional da violência. Com o título de "Tragédia de Passos", (26 de setembro de 1909), foi publicado em 1921, um livrinho anônimo, de versos, "por uma testemunha de vista", vendido ao preço de 1$000, que começava e terminava com as seguintes quadras:

Na tarde triste e fatal
De 26 de setembro
O mandonismo de Passos
Acabou. Eu bem me lembro.

Vou terminar esta história
E muita cousa eu não digo,
Porque quem conta as verdades
Fica com a vida em perigo.

Na travessia do porto, o fato é comentado em termos de louvação:

> "... chegaram também os barqueiros que felicitaram a José Estrangeiro pela sua admirável façanha. Para matar o Coimbra só o senhor, disse em tom de bajulação um dos barqueiros. Aquilo era o cabra mais perigoso que eu tenho visto. Assisti à morte do Alfredo Terra (fato confirmado: 11.11.1904), que nem o Claudimiro e o João Coco seriam capazes de fazer, observou o barqueiro"(CELESTINO, 2000, p. 47).

Mas, o caso de José Estrangeiro é um caso à parte, de vez que não se encaixa no perfil de "*jagunço*" aqui adotado – é, como se disse, um fazendeiro, que por deleite próprio se compraz com a criminalidade, e dela abusa como uma espécie de caçada macabra. O que importa é rastrear a ação dos *jagunços* propriamente e, em que condições e situações se poderia identificar um "*jaguncismo*", que tenha tido a possibilidade de intervir na construção da história regional.

A tentativa de inventariar os crimes pode oferecer alguma surpresa. Assim, tomando-se a narrativa de Os Contratadores da Morte, de Celestino, que permite certa identificação real, observa-se que a incidência de crimes não é tão grande que justifique a existência de um

"*sindicato do crime*" [82], como o autor anuncia nas primeiras páginas do texto. Excluídos os casos narrados por José Estrangeiro, (no município de Glória), quanto à sua vida pregressa, cerca de 10 casos são referidos, o que daria uma média de duas mortes por ano.

Dentre estes, casos como os de João Paulista, que mata um leproso, cortando-lhe as mãos, para roubar algumas moedas – o que provocou a reprovação geral de outros "*jagunços*" e, inclusive, dos coronéis –, não devem ser incluídos, por se tratar de banditismo pessoal, sem qualquer conexão com as relações entre os coronéis e seus possíveis jagunços. Da mesma forma, não pode ser considerado o assassinato praticado por Sancho, o personagem central da obra, quando mata um tal de Osório, para roubar-lhe a mulher, o que nem consegue, porque ela já tinha morrido afogada. Ou, ainda, quando mata Canaverde que lhe vinha ao encalço a mando dos familiares da antiga noiva. Ambos são casos "pessoais": um, de caráter passional; outro, de "*vendetta*".

A primeira atuação de Sancho que denotaria a "*condição de jagunço*", se dá pouco depois. O coronel Juca Miranda é quem o encarrega da missão, para a qual era

> "necessário um homem às direitas para não perder a cartada, (...), acrescentando que não tinha mais confiança naquela gente que eu já conhecia": "declarou-me que um seu grande amigo lhe havia pedido o favor de mandar matar um cabra perigoso que morava na Ventania. Deu-me o seu nome e os sinais. Era o rio-grandense Honorato que devia passar ao outro dia pela estrada que vai àquela povoação". Você vai pelo caminho até ao lugar mais próprio para se instalar no seu posto. O homem tem uma excelente mula, arreada com luxo, além de boas armas de que não se separa. Tudo isso ficará para você, porque nós só lhe queremos uma orelha. Se quiser fique com a outra para ir fazendo também a sua coleção, terminou o coronel Miranda" (...) O cavalo baio está aí no pátio e você sai de madrugada antes que o bicho escape (...)". (CELESTINO, 2000, p. 87).

Observe-se que Miranda repassa-lhe a missão como um "*favor que prestava a um seu grande amigo*", e que, ao final, não há indícios de remuneração, concede-lhe apenas que fique com as "*boas armas* e a *mula arreada com luxo*", mas fornece a ele a montaria, "*o cavalo baio*". Portanto, a "empreitada" não se caracteriza como um caso de "*contrato*" de morte; não há um "*preço*" estipulado, mas uma troca de favores, um tipo especial de reciprocidade. Aliás,

[82] A possibilidade da existência de fato de um "sindicato" atrelado à idéia de contratação de empreitas, aparece de forma atenuada em Celestino, mais uma insinuação que uma afirmação, por exemplo, quando diz, referindo-se a Juca Miranda: "Juca Miranda era realmente o que ele dizia – um homem capaz de tudo pela sua paixão política. O que eu não podia acreditar, porém, é que ele, um moço de posição social, fosse também um contratador da morte e que, arrastado pela ambição do ouro, servisse ao ódio alheio" (CELESTINO, 2000, p. 59).

o próprio Sancho se encarrega de esclarecer que: *"... foi com grande entusiasmo que declarei ao coronel Juca que eu sacrificaria até a vida por sua causa"* (CELESTINO, 2000, p. 87).

Mas, outro "jagunço", João Paulista, foi na frente e fez o serviço, como um ato de banditismo, "*descarnando o rosto do infeliz*"... (CELESTINO, 2000, p. 97), fato que acabou provocando sérias desavenças.

Da listagem sobram, portanto, dois casos relacionados ao personagem principal, que têm alguma conotação de "empreitada": a) a morte de um patife chamado Celso – neste caso, o "jagunço" assume a condição de "justiceiro" num caso de honra familiar e a paga que recebe é o dinheiro saqueado ao defunto (CELESTINO, 2000, p. 105-129); b) a morte de um outro que lhe tocaiara, e se descobre que fora tapeado por um terceiro (roubara-lhe a mulher), e acaba, portanto, assumindo também a condição de justiceiro para vingar a patifaria desse terceiro, "*gente da antiga noiva*", e acaba ficando com a mulher, que tinha sido o motivo de todo o emaranhado da situação (idem, p. 140-160). Como se vê, tudo resvala para atos de vingança ou ajustes de conta, e não comprova, em nenhum momento, que haja ligação ao presumido "*sindicato*", através do qual os coronéis aufeririam "lucros" com as empreitas de seus jagunços. Esta hipótese, está sugerida em alguns casos por Celestino, mas foi levada ao exagero da seriedade na ficção de Palmério.

Um lamento de Sancho, ao contrário, permite presumir que o "*destino dos jagunços*" se consumava tanto à margem das relações com os mandatários, quanto por decorrência delas. Eis como avalia o futuro: *"Claudimiro tinha sido morto na Ponte Alta, por uma traição dos seus próprios amigos. João Paulista tinha matado o valente Anacleto, andava foragido"* (CELESTINO, 2000, p. 103). *"Maximiano Dutra teve fim trágico, por ter cobrado, e prometer matar um dos chefes",* fato, que volta a detalhar já no final do terceiro fascículo:

> "Maximiano Dutra o famoso rio-grandense, estava arredado do meio porque exigira dinheiro pelo assassinato de um pobre diabo em uma sexta-feira santa, e não lho tinham dado. Isso irritara-o ao ponto dele prometer matar um dos chefes. Comentavam o seu fim trágico, e isso era ainda uma das razões que me faziam temer de continuar na caverna dos tigres". (p. 103-104). "Um meu vizinho veio ver-me trazendo-me a notícia do fim terrível que o bandido Maximiano Dutra tivera dias antes na fazenda dos Vieiras. O ódio do coronel Miranda não poupara o seu antigo apaniguado, que tivera a ousadia de revoltar-se contra o seu chefe. Morto traiçoeiramente na casinha de João Mulato, o desgraçado Maximiano não fora digno de uma cova ao menos, nem o seu corpo servira de pasto aos corvos e aos cães. Uma fogueira de achas impregnadas de querosene tinha consumido o corpo do desventurado rio-grandense" (CELESTINO, 2000, p. 162).

Contudo, no arrolamento dos crimes, ainda com o apoio de Celestino, há pelo menos três situações que dariam suporte à idéia de um *jaguncismo*, ao contrário da insinuação do "*sindicato*", e que sugerem alguma conotação política: a) o episódio da morte de José Antonio; b) o episódio da morte de um inocente, durante tiroteio realizado no "circo"; e c) o tiroteio na porta do hospital.

A morte de José Antonio, apresentado como "jagunço" e politicamente contrário, é atribuída por Celestino a Saru e João Paulista:

> "... encontrei Saru, João Paulista e outro jagunço que eu não conhecia. (...) Estavam satisfeitos, radiantes. Acabavam de matar o José Antonio e iam a uma venda próxima festejar o sucesso que tiveram." (p. 81). "Era um baiano que apareceu há tempo nesta cidade e que fazia parte da gente do Cambuí e do Guatapará, uma bisca muito ruim e que estabeleceu uma venda para encobrir a sua qualidade de jagunço dos amigos do governo. Ele andava negaceando gente do partido do Neca Medeiros; daí a ordem que tivemos de limpá-lo e mais o seu companheiro, outro baiano chamado Pedrão, contou-me o ajudante de Paulista e de Saru" (CELESTINO, 2000, p. 82).

A conotação política mais evidente, porém, fica por conta da lamúria de uma velha, amásia do defunto, que não se avexava de proclamar publicamente:

> "Quem mata gente não tem alma, murmurou uma negra velha que fitava amedrontada o cadáver de José Antonio. Esses lavouristas são uns desgraçados que só têm servido para mandar matar gente, acrescentou um velho que se afastou do grupo, indignado. Há de chegar também o dia deles, exclamou uma mulher avelhantada, de cara de marafona e que tinha os olhos cheios de lágrimas. Era a amásia do baiano". (CELESTINO, 2000, p. 83, grifo nosso).

Afora este, há dois tiroteios que se completam e que estão ligados ao mesmo fim: o do circo, *"aquela assembléia de bandidos que eu vira reunida estava encarregada de matar naquela noite dois jagunços do partido contrário – Manoel Cambuy e Jesuíno Guatapará"*. (p. 69, grifo nosso), precipitada pelo banditismo de João Paulista, acabou provocando a morte de um inocente, José Júlio da Silva, episódio que se deu efetivamente em 14 de julho de 1903, e que provocou forte reação popular na comunidade. Dos jagunços visados, apenas um saiu ferido e foi levado à Santa Casa [83]. Pouco depois, fazem nova tentativa de liquidá-lo, sustentando forte tiroteio com a polícia, à porta do hospital, e novamente fracassam:

[83] A Santa Casa de Misericórdia já existia desde 1864, funcionando num velho sobrado da rua das Flores, hoje denominada Neca Medeiros. Logo depois do episódio narrado no texto de Antonio Celestino, inaugurou-se o novo edifício que ainda existe. O tiroteio foi no prédio velho, demolido pouco depois para a construção do

> "Eram quase onze horas quando nos juntamos em uma casa vizinha do hospital. Éramos ao todo oito homens, todos armados de Winchester" (p. 72) (...) Estabeleceu-se um grande tiroteio. (...) Em menos de cinco minutos estávamos sem munição e os soldados continuavam ainda a disparar tiros que não nos atingira. Retiramo-nos, impossibilitados da realização do nosso intento. (...) No dia seguinte o povo estava alarmado pelos sucessos da véspera e pelas esquinas viam-se grupos de políticos e de pessoas contrárias que comentavam indignadas aquela cegueira do crime. Dois doentes tinham amanhecido mortos, no leito, e Jesuíno, apesar de ferido, conseguira fugir alta madrugada, disfarçado em soldado, desaparecendo para sempre. Diziam que o governo ia desta vez mandar um grande reforço de praças para exterminar a gente do Juca e dos Medeiros". (CELESTINO, 2000, p. 73, grifo nosso).

Este registro contém três referências significativas: uma é o indicativo "estatístico" do efetivo de jagunços, um total de apenas oito, número que diante da importância do evento pode representar a totalidade do bando; outra é o fato de terem ficado sem munição em menos de cinco minutos, o que nos leva a crer que não estavam tão municiados quanto era de se esperar, tratando-se do bando e da "questão de honra" em que se transformara a liquidação dos adversários; e, por último, a afirmação sobre a possível ingerência do governo em apoio dos governistas locais, presunção que, afinal, se confirmou no episódio do Fórum.

Visitemos, porém, o texto de Palmério. Como se relatam aí os crimes e a violência? Chama a atenção, logo de início que, à exceção de dois atos praticados por Zé de Arimatéia, o do início e o do fim de sua carreira, e dois praticados pela gente de Tonho Inácio, na caçada ao Arimatéia, todas as referências a mortes e assassinatos *por jagunços*, são indiretas, isto é, aparecem lembradas ou contadas por alguém, e quase nunca são detalhadas.

Assim, por exemplo, na fala do Juiz de Direito:

> "... o tal de Hirondino, montado num burrão branco, lenço no pescoço, o cano do revólver aparecendo por debaixo do paletó, descendo a passo, sossegadão, plena Rua do Comércio! O Lico da Isoldina (...) não faz muito tempo, foi a Campo Raso matar o pobre de um médico, desavindo com os mandões de lá (...)! O descarado do Chico Doido, esse outro facínora é um que não perde coreto no Largo, e, cada noite, aparece de braço com rapariga diferente! E já matou tanta gente, e continua matando tanta, que nem ele mesmo deve de saber mais a conta certa! (...)" (PALMÉRIO, 1966, p. 150).

Grupo Escolar Wenceslau Braz, por iniciativa do lavourista Neca Medeiros, assassinado no mesmo ano da inauguração do Grupo.

Ou, quando os coronéis pensam em amenizar as relações com o Juiz, e aliviar a pressão do Destacamento Militar, entregando "alguns" dos seus homens, e, para tanto, cogitam dos nomes possíveis:

> "Tem por exemplo, o Belisarinho, aquele goiano que matou o Brás, em Brejo Largo; (...) Tem também o Minervino, (...) aquele do rôlo com a mulher do seleiro em Acajuí... o tal que matou ela, matou o marido, e ainda deu um tiro num outro na hora de fugir. Outro bom para a gente botar a mão nele havia de ser o Boliviano... (...) "... lembrou bem: é o Iço (...) Está de empreiteiro de cerca com o seu Pimenta, no Corgo da Pata Choca". (PALMÉRIO, 1966, p.164).

Ou ainda, quando percebem certa incoerência na postura do Juiz:

> "... oceis não tão estranhando o Juiz de Direito não ter tocado ainda, desde que chegou aqui em Santana, no nome do José de Arimatéia? Reclama do Hirondino, do Lico, do Chico Doido, dos outros... O mais perigoso deles porém..." (PALMÉRIO, 1966, p. 166).

E outra vez, o Juiz, comentando notícia que lhe chegara:

> "Mais um pobre coitado: e desta vez, o acatado chefe político e abastado comerciante do distrito de Santa Fé (...) assassinado covardemente por um fuão Sudário de Tal, criminoso contumaz e notoriamente homiziado nessa cidade" [Santana]. "O Sudário! Meeiro de leite e capado, o tomador-de-conta da chácara do Coronel Ludgero, outro dos grandões de Santana do Boqueirão". (PALMÉRIO, 1966, p. 205).

Um caso merece comentário específico: também em Mário Palmério, há o episódio do "circo", como em Celestino. Porém, enquanto neste tem finalidade política, em Palmério, é uma retaliação à cobertura dada por Valico à fuga de José de Arimatéia: o crime é perpetrado por dois jagunços, em outra cidade que não Passos, e se localiza cronologicamente antes da chegada de Arimatéia a Passos, portanto, antes de "se tornar jagunço". A "barbaridade" da cena é clara:

> "... levantou a garrucha – pretona, enorme, de dois canos, - armou um cão, armou o outro, encostou a boca gêmea, Filipe, da ferramenta às costas do Seu Valico, bem à alturinha dos rins. E puxou, de uma vezada só, os dois gatilhos". (PALMÉRIO, 1966, p. 132)

Ainda com relação aos jagunços, a sua origem aparece com nitidez e ênfase na narração de Palmério que lhe insere razões "econômicas e políticas", postas por sugestão de Clodulfo/Juca Miranda:

> "Os cabos eleitorais, de costumeiros cumpridores de obrigações normais – qualificação, transporte e encaminhamento de eleitores, alimentação e vigilância nos quartéis, proselitismo e fiscalização das urnas, etc. etc. – acabaram convocados a tarefas menos rotineiras; os de fraco pendor para tal ofício substituídos por outros de mais inclinação e coragem – dedo desenvolto e irrepreensível pontaria. Os Barbosas [os coronéis] ... primavam em sua escolha, pagando mais merecidamente (...)".

E da constituição desse contingente de capangas, passa à idéia de "sindicato do crime", ou dos "contratadores da morte", justificando:

> "mão de obra muito cara, porém. Montava em tão avantajada despesa, que as porcentagens cobradas ao jogo do bicho, jogo bancado e carteado, cabarés e até aos bordéis que dia a dia mais aumentavam o prosperavam, - a receita assim auferida pelo Partido se tornava insuficiente". (PALMÉRIO, 1966, p.194).

A solução aparece na reflexão de Tancredinho (filho e herdeiro do mandatário), quando medita sobre as imposições do Juiz de Direito, que nenhum dos coronéis concordaria

> "... tampouco em abrir mão dos seus capangas de estima, muitos deles já empregados do Sassafrás (...) Gente de confiança, fiel, dispostos até à morte pelo Chefe... Os outros chefes de Santana do Boqueirão, esses também não concordariam, nem por sombra, com aquelas exigências do Juiz de Direito: o que rendia dinheiro para custear as eleições eram aqueles homens que o pai mantinha com tanta despesa e que, agora, o santarrão do Dr. Damasceno Soares resolvera perseguir. Ganhar política com quem? Com as freiras do Orfanato? Com as filhas-de-maria do Cônego Tristão, com os frades do Colégio, que nem votar podiam?" (PALMÉRIO, 1966, p.145).

Nesta altura do texto, Palmério inseriu um trecho que soa, na verdade, uma intromissão dele, autor, na história, a partir de fatos que conheceu bem depois, em conversas com pessoas da sociedade passense. Parece deslocado do caráter ficcional do conjunto narrativo:

> "Parentes, amigos e admiradores do Coronel Americão Barbosa., chefe político de Santana do Boqueirão (...) – alguns vivos ainda, avançados de idade mas de conservada memória, buscam justificar os fatos como decorrência de uma luta municipal antiga e de muitos anos, eleição a eleição mais importante e renhida". (PALMÉRIO, 1966, p. 194-195).

O mais importante, porém, neste diálogo entre Celestino e Palmério, é a contradição facilmente perceptível quanto à instrumentação da grande violência. Embora Celestino não chegue à narração dos acontecimentos do Fórum, propriamente, refere-se a eles por duas vezes. Contudo, no seu texto, as cenas de maior violência e barbaridade resultam de ações dos indivíduos isolados, aos quais chama, um tanto impropriamente de *jagunços*, por um ou por

outro motivo, quase sempre remetendo à idéia de banditismo. Em O Chapadão do Bugre, as cenas convergem exatamente para o episódio do Fórum, estão concentradas na ação da Captura, ou seja, da polícia do Estado, com visível conotação política, e remetem à idéia de expurgo, mas incorporam, sintomaticamente, bandidos egressos, perdoados e pactuados. Isto fica claro já na descrição dos destacamentos volantes:

> "Os destacamentos Especiais de Captura do Estado gozavam de muita independência (...) subordinados diretamente à Secretaria do Interior e Justiça. (...) Tais destacamentos organizavam-se à base de homens de provada valentia, muitos deles antigos criminosos também. Jagunço temível – se capturado com vida e revelador de astúcia e sangue-frio capazes de causar admiração aos Comandantes – o cujo sentava praça, recebia farda, armamento e montaria; e ainda o perdão das façanhas pregressas, se disposto ao disciplinado exercício das futuras – de então por diante a serviço e sob proteção da Lei". (PALMÉRIO, 1966, p.193).

A chegada desta tropa a Passos, está deslocada da realidade no romance de Palmério. Ali, ela não só chega muito antes, como é a responsável por tudo o que aconteceu na tragédia do Fórum em 26 de setembro de 1909, que é o foco de questionamento deste trabalho. Além disto, sabe-se pelos testemunhos documentais e orais, que a "captura", propriamente dita, chegou alguns dias depois do "vinte e seis". Lembre-se o depoimento de Ananias Emerenciano Campos, anteriormente citado:

> "veio os cavalarianos: cada negro de dois metros, era tudo escolhido. O Ambrósio era um negro enorme, com a espada muito grande, tá ouvindo, a cidade era fechada por arame. Tinha as porteiras (...) Então os soldados ficavam nas porteiras. Eles que abriam as porteiras para nóis..." (Entrevista de 9.2.79).

De qualquer forma, a presença desta força constituiu motivo de apreensões e inquietações. Em Palmério, como se disse, a sua chegada foi noticiada desde o primeiro momento: *"Do topo do espigãozinho fronteiro ao Porto do Sucuri já se podia enxergar a novidade: a balsa do Zé Elias se encostando, lotada de soldado e cavalaria"*. (1966, p. 154). E vista como exibição de força: *"No passeio, um praça apertado de talabarte, cinturão com cartucheira e máuser; na calçada fronteira, um outro cavalariano, tal-e-qual"*. (idem, p. 200). Em Chapadão do Bugre ela atua como "força de expurgo", tirando de circulação, por morte ou prisão, todos os *jagunços* citados, e, ainda, os chefes políticos. E o fez de forma violenta.

Exemplo da atuação arbitrária e sádica na captura fica evidente no episódio de Quincota, um inofensivo "leva-e-traz". Por querer bisbilhotar o que se passava numa confeitaria, caiu na ojeriza do Capitão, que o colocou nu, sobre uma pedra de gelo, amarrado a uma árvore do jardim, exposto à humilhação pública. Há notícia, através da oralidade, de um fato semelhante, mas sem qualquer ligação com o jaguncismo ou com o episódio de violência aqui enfocado. E mais ainda, na morte de Chico Doido. Basta a cena de seu corpo, posto na delegacia, para se conhecer do "barbarismo" de trato da captura: *"Estirado no chão da entrada da Delegacia, descalço, a cabeça aos cacos – os miolos, os ossos, a roupa, tudo encharcado da chuva e preto da sangueira – o corpo do Chico Doido"* (PALMÉRIO, 1966, p. 326).

Outro exemplo dramático foi a tortura, nas dependências da Delegacia, do personagem, identificado por Palmério como o guarda-livros Clodulfo Nascimento (corresponde à figura do coronel Juca Miranda, na realidade)[84], comandada pelo Capitão do Destacamento, com o fim de obter dele a confissão sobre:

> "como se organizara o bando de jagunços, a completa relação de todos eles, os crimes cometidos, as vítimas, os executores e os mandantes, a quantia recebida pelo empreito, o quanto pago, o quanto gasto – o saldo; e onde, naquele momento se escondiam os criminosos, a maneira mais adequada e rápida de poder cercá-los e capturá-los de surpresa; os que estavam de viagem,quando e como e pó onde chegariam..." (PALMÉRIO, p. 215). Mergulhado de cabeça-para-baixo numa barrica de merda, "... tudo, tudo que lhe fora perguntado, a tudo Clodulfo do Nascimento respondera" (idem).

O que se passava na cabeça do comandante da tropa era o refrão de sempre: as providências e resultados das ações da "volante, para sanear a cidade da violência". Ou seja, para a violência, uma violência maior, mas institucionalizada:

> "Na escolta do Clodulfo, viajando para o Chapadão, o Apolinário mais o Carolino e o Zuza; no Porto do Sucuri, esperando a passagem do Sudário, estão por lá o Lindo e o irmão... (...) na Lazinha, atrás do Chico Doido, tem o Isé Inácio acompanhado de dois; atrás do Lico da Isoldina tão o Zeca Branco e mais dois..." (PALMÉRIO, 1966, p.230). E, prelibando os resultados: "a Captura havia pego o Chico Doido, (...) ele tava

[84] O episódio é real e acabou preservado na oralidade, como parte do anedotário local, mas o personagem não é Juca Miranda e não tem conotação direta com os problemas abordados nesta pesquisa. Em período anterior aos fatos relacionados à tragédia do Fórum, um apadrinhado de Juca Miranda, pessoa descrita como "pacato artesão", preso e recolhido à cadeia, foi "mergulhado numa barrica de merda". Consta que Juca Miranda, apenas teve conhecimento do fato, invadiu a cadeia, de carabina em punho, e resgatou o companheiro. Não há, portanto, nenhuma conotação com a "captura"; pode adquirir algum sentido político em termos do relacionamento pessoal entre Juca (mentor político do lavourismo) e o delegado. Nada mais.

> escondido num sitiozinho dum cunhado; tiroteou com a Captura, e mataram ele... O corpo chegou de madrugada e tá lá na Delegacia... E prenderam, no Porto do Sucuri, o Sudário do Coronel Ludugero... Prenderam também o Hirondino, na Lajinha... (...) Fracasso, um só: a escapada do Lico da Isoldina, devido à pixotagem do Cabo Zeca Branco." (idem, p. 328). (...) "Prenderam também o Joãozão Crioulo". (idem, p. 339).

Antes de todos estes fatos, atrás expostos, há uma ponderação dramática, mas profética de Clodulfo, para o chefe político:

> "enfrentar a Captura é suicídio; um soldado daqueles vale por dez homens dos nossos – é gente sanguinária, bandidos, jagunçada escolhida no meio dos mais piores, que a polícia treinou e armou até aos dentes...(...) capaz até de terem chegado na frente, disfarçados de boiadeiro ou condutor de gado... Já soube que anda aparecendo muito forasteiro, gente de cara estranha... Mesmo que a gente resistisse agora... e depois? Brigar com o resto da Polícia do Estado? Fazer revolução?" (PALMÉRIO, 1966, p.166, grifo nosso).

Este testemunho tem sentido no corpo da narração de Mário Palmério, mas não encontra resguardo nem no texto de Celestino – que não chega à vinda da captura –, nem na realidade, pois a captura só chegou depois de consumada toda a barbárie do Fórum. Aliás, convém lembrar que Palmério está correto, quando faz o registro olhando para o Estado, situação que conhecia sobejamente pela posteridade de décadas. Mas, a violência sobre as lideranças lavouristas não foi planejada ou executada pela "Captura", e sim, pelo Delegado Especial, já de tempos em Passos, pessoa malvista pela sociedade e desacreditada pelas lideranças. Embora, certamente, a mando do Estado.

Um texto que poderia somar dados ou explicações ao acontecido, é o do Senador Passos Maia, "Guapé, reminiscências", publicado em 1933. Sendo médico na vizinha cidade de Cássia, e tendo atendido dois soldados, a pedido do Alferes, logo após o conflito do Fórum, de quem extraiu balas de pescoço e joelho, poderia ter narrado pormenores que certamente conhecia. Mas não o fez. O seu registro é contido e genérico. (MAIA, 1933).

Enfim, quanto à violência do Fórum, propriamente dita, nem Celestino (que não a narrou), nem Palmério (que o fez de forma bem alterada), oferecem elementos para avançar mais do que os outros narradores permitiram. Chega-se aqui à tríplice encruzilhada de como explicar: a) a procedência e mobilidade dos *jagunços*; b) a procedência e tipologia de seus armamentos e c) os condicionamentos materiais e culturais do espaço em que se moviam.

Quanto à origem do *jagunço* passense, os textos literários corroboram a maioria das informações contidas nas fontes documentais do jurídico e da oralidade. Se os personagens centrais, tanto nos *Contratadores* quanto no *Chapadão do Bugre*, enunciam a sua origem, uma cidade do "oeste de Minas", o que levou Alvimar Costa a identificá-la com a cidade de Pains (COSTA, 1973), o mesmo não acontece com relação a outros *jagunços*. Nomes como João e Juca Paulista, certamente indicam que vinham de alguma localidade das vizinhanças paulistas, muito provavelmente no eixo Franca-Ribeirão Preto que desempenha papel fundamental na ligação entre o triângulo mineiro, Mato Grosso e Goiás. Esta pista se coaduna com as conclusões de Pedro Tosi (TOSI, 2003) sobre as rotas salino-boiadeiras desse percurso, e que coincide com a observação de Passos Maia, captada com relação a Cássia, na época das violências aqui analisadas:

> "Nas lindas de S. Paulo, cidade margravina, sempre infestada de facínoras desse Estado e de Matto Grosso, Goyaz, Bahia e Minas, foi fácil homísio aos turbulentos" (MAIA, 1933, p. 124) "Acabada a revolução de Santana do Parnahyba, a jagunçada, expelida dali pelas tropas do Governo, invadiu o Triangulo e um magote d'elles veio ter a Cássia, logo nos primeiros dias da minha chegada" [1902] (MAIA, 1933, p. 126).

Entretanto, há uma predominância absoluta de "*gente do norte*", principalmente baianos, entre os *jagunços* nomeados, o que pode ser facilmente comprovado, pelas muitas referências existentes na obra de Antonio Celestino. Quando Juca Miranda apresenta Sancho Garcia ao "bando", no episódio denominado Assembléia sinistra (2000, pp. 64-66), estão presentes:

> "Maximiano Dutra, um moreno alto, corpulento, rio-grandense; Rosendo Rocha, mulato também, cheio de corpo e insinuante, com ar atrevido; Pedro de Carvalho, caboclo baixo, cor escura, com falta de dentes. Saru e João Coco, (...) acompanhados de um rapaz moreno, tipo de caboclo nortista, de pequena estatura, fisionomia simpática e insinuante. Era o célebre Claudimiro, o terror da zona".

Logo em seguida, o próprio Claudimiro se identifica:

> "Meu pai morreu na guerra de Canudos, onde ainda criança, vi queimarem a minha gente a querosene, por ordem do general" (...) E declara enfáticamente que "era homem para matar e não para roubar, embora morresse de fome [85]. Não era da raça de ladrões e sim de bravos que tinham derramado o sangue pela causa do Santo

[85] Todos os entrevistados na década de 1970, que estiveram direta ou indiretamente envolvidos em alguma forma de violência, quer como "serviços prestados a título de favores especiais", quer como "vinganças pessoais", sempre esconjuraram a idéia de "matar para roubar", enfatizando um certo tipo de "código de honra" entre eles.

> Conselheiro. Baiano que era, não enodoava as tradições de sua gloriosa terra" (CELESTINO, 2000, p. 66).

Em outro episódio, Celestino identifica o mulato Cambuy como *"antigo companheiro de Rocha, e que tinha sido célebre na revolução de Santana do Parnaíba"*. Depois, refere-se à morte do "*jagunço contrário*", José Antonio: *"era um baiano que apareceu há tempo nesta cidade"* (p.82). Vítima dos *jagunços* passenses, é um tal Honorato, *rio-grandense*, *"um cabra perigoso que morava na Ventania"* (CELESTINO, 2000, p. 87)[86].

Quando Sancho chega ao arraial da Barra [87], à margem do Rio Grande, nota que *"sobre a orla extensa da areia na praia, viam-se algumas pessoas a pé, retirantes do norte, e que acabavam de deixar a barca (...) os barqueiros se aproximaram do grupo onde eu conversava com os baianos"* (CELESTINO, 2000, p. 107). Depois, no último episódio, surge a figura de Leandro, "*cangaceiro regenerado*", que:

> "morava no Estado de S. Paulo, para os lados da Franca. Viera da Bahia há dez anos e se entregara ao trabalho na lavoura de café. Tinha sido das hostes de Antonio Conselheiro e conseguira fugir apavorado diante do martírio horrível de seus companheiros. Em moço fora terrível. As suas façanhas contavam-se pelo número de mortes que havia feito nos sertões da Carinhanha Chegara a contar duas dúzias de crimes antes que uma promessa o levasse até a capela do Bom Jesus da Lapa, de onde acompanhara uma leva de fiéis de Antonio Conselheiro. Aí, no reduto do profeta, guerreara contra a gente do governo..." (CELESTINO, 2000, p. 143).

Essa pequena resenha é suficiente para demonstrar os dois aspectos mais significativos quanto à procedência dos *jagunços*: confirma a grande incidência de nortistas, particularmente baianos e, neste caso, conjuga os *jagunços* daqui à Guerra de Canudos, encerrada em 1897. A data se ajusta perfeitamente à época do presumido *jaguncismo passense*, nos primeiros anos do século XX. A hipótese de uma "rota" proveniente da Bahia além de viável, através do vale do Rio Francisco, parece ter sido um "caminho natural" que permitia alcançar a região das nascentes, ou seja, a Serra da Canastra, ou o Chapadão do Bugre, que, em certo sentido liga o "oeste de Minas" ao vale do Rio Grande e à cidade de Passos, palco do "golpe do Fórum" e da espiral de violência que procuramos entender.

---

[86] São Sebastião da Ventania, então Distrito de Passos; hoje município de Alpinópolis.

[87] O local deve o nome à barra do rio Sapucaí no Rio Grande. Aí se construiu uma ponte que durante largo tempo era a travessia preferencial de ambos. Porto e ponte evoluíram para um arraial que foi Distrito de Passos, com o nome de São José da Barra, hoje município com o mesmo nome. O arraial primitivo foi inundado pelas águas do Lago de Furnas, tendo sido então transferido para o local onde hoje se situa a cidade.

Antes da questão da mobilidade, parece sugestivo destacar a observação de Celestino, pela boca de seu personagem, em madrugada de auto-avaliação. Trata-se da reflexão de Sancho Garcia, após consumar, como verdadeiro "cirurgião", a degola de Celso, numa das ruas da Chapada [88], área de população mais pobre e do "baixo meretrício". Por ter estudado e ler romances, Sancho se considera superior e distingue, por assim dizer, a sua condição de *criminoso* da de outros bandidos, sintomaticamente qualificados de *jagunços*:

> *"... tive, nessa madrugada de sangue, a idéia de traçar a história dos meus crimes. Isso seria, calculei, a revelação da minha superioridade intelectual sobre esses miseráveis e inconscientes bandidos que matavam bestialmente, ávidos do ganho parco. Eram os desprezíveis jagunços, mal vestidos, mal alimentados e desprezados pelas mulheres a quem inspiravam asco e terror"* (p. 126).

Parece provável que o autor situe seu personagem numa categoria especial, que, afinal, não denomina. Esta categoria, porém, é a que se ajusta à taxonomia aqui adotada, quanto ao conceito de "jagunço". Na verdade, o jagunço não é o bandido, miserável e inconsciente, que mata por um *ganho parco*! O jagunço, tal como se tentará demonstrar nesta tese, é justamente a negação deste tipo, e, portanto, não teria existido no contexto passense.

Outra questão importante, para a qual, a literatura oferece algumas luzes, é a da mobilidade do *jagunço*. Entendendo-se a mobilidade como mero deslocamento espacial, basta uma boa leitura dos textos, e se verá que quase todas as localidades da região se articulam pelas peripécias desses homens. Isto não é lá tão importante para a compreensão do *jaguncismo*. A questão que se coloca por trás do deslocamento é a das condições dessa mobilidade. É óbvio que estamos referidos a um recorte temporal onde inexistia a maioria das facilidades modernas de transporte. Mas, por outro lado, o simples deslocamento já implicaria na existência de algum meio de transporte que fosse ágil e adaptado a quaisquer caminhos, sobretudo, como diz Sancho Garcia, a *"via crucis" do meu martírio, através das serras alcantiladas e das extensas campinas de esmeralda"* (...) (CELESTINO, 2000, p.30) *"... tendo atravessado desde cedo uma região despovoada e triste, subindo e descendo as grandes serras que vão do Glória às proximidades de Piumhi"* (idem, p.31), e, assim, muitos outros.

---

[88] Até umas poucas décadas atrás, as seis ruas paralelas, no alto da cidade de Passos, na direção geral leste-oeste eram denominadas "chapadas"; a "terceira chamada" era tradicionalmente conhecida como a "rua da zona", ou do meretrício. No linguajar do vulgo, "ir à terceira" significava "ir à zona". Em nossa pesquisa, tentamos localizar nas casas remanescentes, durante a década de 1970, os vestígios da cisterna citada no episódio, mas foi debalde.

Seria óbvio argumentar a pertinência da montaria a esse tipo de transporte. O *jagunço*, sem a sua montaria, é um homem entrevado. Em termos comparativos, há sintonia entre a relação do jagunço e sua montaria, nos discursos das obras literárias, embora se desequilibrem quanto à ênfase dada ao relacionamento. Celestino, por exemplo, mostra a profunda interação entre cavaleiro e sua montaria, mas em termos muito mais comedidos que Mário Palmério:

> "Briosa, a minha mula predileta..." (CELESTINO, 2000 p. 31); "A minha mula, com a boa ração de milho e o descanso de uma noite, devia estar forte para a viagem, que seria pequena naquele dia" (idem, p.40); "Montei a cavalo e toquei a Briosa numa marcha batida pelo carreiro da mata que margeia o rio numa extensão de mais de légua" (idem, p. 49); "... uma mula alta, pelo de rato, muito marchadeira. Era a minha Briosa, não restava dúvida" (idem, p. 90); "Eram certa de três horas da tarde e a Briosa ainda poderia andar umas três léguas" (idem, p. 113); "Então fica sabendo que a Briosa viajou hoje do céu até aqui, trazendo-me sobre o seu dorso" (idem, p.120); "Meia hora depois, a Briosa estava arreada e eu seguia numa marcha batida para a ponte da Bocaina" (idem, p.141); "Depois do almoço arreei a Briosa e despedi-me do vendeiro..." (idem, p.152); "Tirei o arreio da Briosa e estirei-me sobre o pelego. Eu levava uma provisão de bolachas e uma garrafa de vinho" (idem, p.152); "Os galos começavam a cantar quando a valente Briosa sentiu sobre a garupa o peso suave de um corpo de mulher bonita" (idem, p.155).

No Chapadão do Bugre, Mário Palmério estabelece uma relação umbilical entre José de Arimatéia e sua Camurça. Desde o dia em que a compra de um muladeiro, depois de ter sido refugada pelo coronel, dono da fazenda onde morava. A doma da Camurça, feita por ele próprio, constituiu um espetáculo para a gente toda da fazenda, sendo o gancho adotado pelo autor para aproximar Arimatéia daquela que seria a sua noiva e a razão de sua tragédia.

Se no primeiro quadro, (que na verdade é o começo de sua última viagem), Arimatéia louva o grande progresso da mula, como sua montaria predileta – *"Que diferença da Camurça daqueles outros tempos! – pensava José de Arimatéia, ao sentir o passo largo da besta pelo carreiro pedregoso dos primeiros lançantes da serra. Uma toada só, no plaino e na subida!"* (PALMÉRIO, 1966, p. 6) – é ao longo do texto que se percebe com clareza a profunda identidade que se tece entre ambos, pois Palmério *humaniza* o animal, e dá-lhe a condução do arrazoado:

> "Camurça suportava com resignação aqueles sacrifícios. Era um animal agradecido: se acostumara com o dono, gostava dele, reconhecia a bondade, a estima dele para com ela." (...) "Camurça não se esquecia porém dos agrados que recebia: depois dos primeiros acertos, o patrão vinha prosear com ela, olhava-lhe os calos-de-sangue do freio, curava-lhe as dores do lombo e a queimação das virilhas. Ele, homem seco com os outros, reservado no falar, com ela até que demudava: quando lhe tosava a crina ou lhe escovava o pelo, era sempre conversando" (PALMÉRIO, 1966, p. 247).

Esta "humanização" da Camurça, trespassa as duas trajetórias marcantes da vida do homem; se o Chapadão era a "ponte" que ligava simbolicamente os dois destinos de Arimatéia, Camurça é, simbolicamente, uma outra ponte: quando o homem dilui a sua humanidade no instinto, como o animal que busca a sua presa para sanear a honra, Camurça dilui o seu instinto, e se "humaniza", como o guardião que ampara o homem:

> "Camurça se indagava. Não, Seu Isé não tinha culpa (...) Os dois: ele e ela, que o destino de ambos havia mesmo de ser sempre um igual destino (...) Ela, Camurça, não falava, mas via e ouvia – bem que tudo percebe e em tudo repara. (...) Sim Camurça se instruíra: sabia agora distinguir pessoas – as verdadeiras das fingidas, os amigos leais dos invejosos. E ela avisava ao patrão, ele entendia. Somente ele, mais ninguém, capaz de perceber o maneiro empinado de cabeça, e o leve coriscar de orelhas quando algum duvidoso se abeirava". (PALMÉRIO, 1966, p.257).

É por esta metamorfose que Palmério consegue fazer da montaria uma espécie de "alter-ego" do jagunço. Ele reconhece nela algo como um "anjo da guarda", que além de conduzi-lo para o seu destino, ainda o protege de todos os riscos da trajetória:

> "Outra vez a Camurça a salvar-lhe a vida. José de Arimatéia não se esquecia da besta quando recordava aquela azarada noite. Já no instante de apear à porta do chalezinho, já levantado o pé do estribo, e o espiritado esquisito, fora de hora, que Camurça deu, justo quando o tiro saía por detrás da cerca do quintal em frente; não fosse o ariscado, o adivinho da mula, parecia até que feiticeira... Um rabisquinho de nada, um fio de cabelo de diferença, o tiro escapo de acertar em cheio, na cabeça..." (PALMERIO, 1966, p. 293).

Justamente por isto, quando Arimatéia se aproxima das Três Cruzes [89], onde a captura, embasada na traição de Clodulfo (que não existiu de fato na historia real), lhe armara a tocaia fatal, a narração sai dos sentidos do homem e passa aos sentidos da Camarça: é por seus olhos que se fica conhecendo a violência dos soldados da captura; é por seus olhos que morrem os personagens derradeiros do jaguncismo e se fecha, por assim dizer, o livro dessa história:

---

[89] Em toda a região "beira-serra", as "três cruzes" era local sempre referido para orientação no emaranhado de trilhas do chapadão. A existência desses três cruzeiros estava envolta no drama de um caso contado e recontado, a tal ponto que se tornou um misto de realidade e mito. Numa noite gélida na vastidão do Bugre, um pobre morador daquele "fim-de-mundo", tenta levar o filho agonizante a um benzedor. Apanhados em plena noite pelo vento e pelo frio, morrem os dois e a égua velha em que iam. No lugar, ergueram as três cruzes, à beira da estradinha. O local ganhou versões diferentes na oralidade, mas sempre com o tom do fatídico, do macabro. Palmério o reproduz pela voz do "*jagunço aposentado*", seu Arcanjo, (PALMÉRIO, 1966, pp. 248-251).

> "Camurça viu aproximar-se a descida da Serra Grande (...) Sim, era a terceira noite que já findava, e o patrão sem poder tirar-lhe os arreios, folgar-lhe ao menos as duras e apertadas correias de tucum, livrá-la do excomungado freio que mais pesava e mais crescia, que lhe pisava e cortava a boca intumescida. E o frio, aquele vento a arear-lhe os olhos doloridos... (...) Camurça bebeu a aguinha transparente de tão limpa, gelada de tão fria, esperou que o burro pêlo-de-rato do negro Arcanjo acabasse de beber também. Tocaram então de novo. (..) Camurça nada via além do chão batido e ralo de capim, os montes de pedra empilhada ao pé das cruzes, o céu fundo, de menos estrelas agora. Nada ouvia a não ser os assobios do vento que se precipitava pelas quebradas da serra (...) Faro nenhum, também, apenas o suor salgado dos baixeiros, o cheiro conhecido das botas e da capa da patrão, o recendor do chão e do capim molhado. De repente, porém percebeu perigo, semover de folha, ar de lua em aço bem polido, um vapor, talvez, de gente estranha – pressentiu desgraça oculta por entre os ramos e pedras do começo da descida. Estacar de brusco, rodopiar nos pés, furtar o corpo, se arrancar... tudo instantâneo, um corisco a endiabrada da Camurça! (...) Camurça não teve tempo de fugir com o cavaleiro, desviar os tiros que foram três, e foram seis, e foram mais, e muito mais". (...) Mas Camurça não pôde ouvir os tiros, a rajadazinha derradeira, assistir ao fim. De súbito, sumiu-se a barra da manhã, e uma noite sem lua e sem estrelas – negra, terrivelmente negra – acabou por tudo apagar e emudecer" (PALMÉRIO,1996, pp. 370-371).

Um jagunço sem sua montaria não é um jagunço, é um homem à pé. Fica, porém, ainda uma questão a ser resolvida: de onde provêm as suas montarias?

A análise sobre o armamento utilizado nos diversos casos aqui considerados pode ser útil, pois a arma é o que se pode qualificar de "*ferramenta de trabalho*" do jagunço [90]. Curiosamente, não há uma variedade significativa, quando o arsenal é tomado no seu conjunto. Mas, as armas apresentam diferenças interessantes, quando vistas pelo ângulo do usuário. Uns dois casos fogem ao padrão encontrado: o de José Estrangeiro, na obra de Celestino, que, como ele próprio diz,

> "o meu fraco, hoje, é dar serviço à minha caçadeira, uma espingarda de dois canos, que me acompanha há anos e que vale mais do que qualquer Winchester ou Mauser. Com ela ainda não perdi um tiro. Caboclo que eu pego na mira da caçadeira não reza mais, disse sorrindo, com um sorriso natural, como se fosse um simples caçador que, estivesse a relatar aventuras de caçadas" (CELESTINO, 2000, p.35).

... e do Zico do Adão, em Mario Palmério, que no episódio do circo, utilizou:

[90] A questão dos armamentos é indissociável da questão da violência. E, no caso aqui estudado, a relação entre sujeitos da violência (bandidos, polícia, ou mesmo jagunços) e suas respectivas armas, encontra alguns indicativos importantes não apenas quanto à tipologia mas também quanto ao acesso, ou seja, a questões como mercado fornecedor, meios de aquisição ou valores de uso. Aqui, estamos enfocando a questão da tipologia; os demais aspectos serão abordados mais à frente.

> "a garrucha pretona, enorme, de dois canos: armou um cão, armou o outro, encostou a boca gêmea, Filipe, da ferramenta às costas do Seu Valico, bem à alturinha dos rins. E puxou, de uma vezada só, os dois gatilhos" (PALMÉRIO, p. 132).

Ao longo das narrativas de Os contratadores da morte, Antonio Celestino apresenta um padrão mais ou menos constante, formado pelo binômio *Mauser* e *Carabina*.:

> "...uma carabina Winchester e uma pistola Mauser. Eram as minhas armas de defesa". (p. 31) "Trazia na cinta a minha Mauser, de que jamais me separei (...). (p. 63) "Eram quase onze horas quando nos juntamos em uma casa vizinha do hospital. Éramos ao todo oito homens, todos armados de Winchester" (p. 72) (...) "Ele não era homem para um cabra destorcido na Winchester". (p. 48) "Curvei-me sobre seu corpo para tirar-lhe a Mauser da cinta" (p. 92); "Coloquei-me firme na emboscada com a Mauser descansada em um galho da árvore e esperei." (p.110)."Eu não errava a pancada da minha Mauser" (p. 141); "Destravei a Mauser e encostei-me a um dos esteios da tapera" (p. 152); "Montava um belo cavalo preto e trazia pala e carabina" (p.143); "Eu continha a custo a respiração. A Mauser como que palpitava na minha mão" (p.154);"Apontei o cano da Mauser e puxei o gatilho. Uma detonação, como o estalo de uma espoleta, repercutiu no ar. Ao dar o tiro eu vi que não errara o alvo" (p. 154); "No silêncio da noite eu sentia o movimento que ele fazia chegando as balas na Winchester" (CELESTINO, 2000, p. 154).

Na tocaia feita por Zé Estrangeiro ao Coimbra, Sancho observa que *"O seu aspecto feio e a carabina traçada sob a perna esquerda, davam-lhe os ares sinistros de um criminoso"* (p. 43); e por ocasião da morte de Zé Estrangeiro, repara em *" (...) um rapaz alto e simpático, de dentadura chumbada a ouro, e que trazia uma carabina Winchester na mão"* (p.115); também não deixa despercebido, em outra ocasião, que *"... na estrada , ao pé de uma árvore, tinha sido encontrado também uma carabina"* (CELESTINO, 2000, p.140).

A arma sempre aparece como uma "extensão" do próprio homem, e como o troféu do serviço:

> "O homem tem uma excelente mula, arreada com luxo, além de boas armas de que não se separa. Tudo isso ficará para você, porque nós só lhe queremos uma orelha. Se quiser fique com a outra para ir fazendo também a sua coleção, terminou o coronel Miranda" (...);"Aproximei-me e tirei-lhe a arma sem ele pressentir." (CELESTINO, 2000, p.110); "Depois voltei pelo mesmo caminho, em busca da carabina. Era a recordação de um camarada que não teria mais vontade de carregar com as mulheres alheias" (idem, pp.154/155).

Esta dimensão da arma como complemento da pessoa também aparece na obra de Passos Maia, quando recorda sua ida para Cássia, (nas vizinhanças de Passos) justamente na época e na região dos fatos aqui narrados: *"Quando lá cheguei, um passeio nocturno era uma aventura. Sahiamos de uma soirée, que lembrava o High-life do Rio, onde a belleza das senhorinhas ia a par com a elegância dos rapazes, de arma em punho, receiosos de cahir nas ciladas preparadas para outrem"* (MAIA, p. 124).

Outro é o perfil encontrado no texto de Mário Palmério: aí, quanto as "*jagunços*", predomina o "revólver", em duas variáveis: de cano longo e de cano curto. Na boca do *jagunço* Lico da Isoldina, [91], obtém-se, inclusive, uma "filosofia" de uso quanto aos dois tipos:

> "Um tiro só, de trinta e oito! Cano curto, de dois dedos, serrado pelo Sancler Relojoeiro. Cano longo é luxo, papiata... revólver bom de atravesso, mas tiro sem confiança, ensinava o Lico da Isoldina. E dizia porque: quanto mais comprido o cano, mais raiado o cujo é. A bala corta veloz, rodopiando tal e qual meio solto, bêbado de tudo, e fica saracoteando por dentro do corpo de quem recebe..." (PALMÉRIO, 1996, p.266).

A carabina, ou Winchester, aparece muito pouco em O Chapadão do Bugre. É citada por duas vezes seguidas numa passagem em que o *jagunço* Lico da Isoldina é enviado à sua última missão, e na referência ao seu currículo de mortes: *"Executada a tarefa, que encostasse, de uma vez para sempre, revólver, punhal-faca, a carabina"* (PALMÉRIO, 1996, p. 237). *"Não, ninguém acertava com quantas mortes carregava o Lico na memória, que muitas não constavam do serrilhado de piquezinhos na madrepérola do revólver (...) tampouco na coronha de pau-de-amendoim da papo-amarelo de oito tiros legítimos"* (idem, p. 237) [92].

Mas, sintomaticamente, aparece ao lado do revólver, que é, sem qualquer dúvida, o tipo de armamento predominante em toda a narrativa do Chapadão do Bugre, sobretudo no que se refere à utilização dos *jagunços*. José de Arimatéia, quando parte para a vingança

---

[91] Trata-se de personagem fictício na narração de Palmério, mas calcado em modelo real: a tradição oral registra o trânsito de um *Lico da Preta* envolvido em atos de banditismo, inclusive, segundo parece, em prestações de favores por meio de violência, mas não há correspondência entre ambos, principalmente considerando-se o perfil ficcional dado ao primeiro.

[92] *Papo amarelo*, no caso, é um modelo da carabina Winchester que possuía, na parte de baixo do reservatório uma peça de metal amarelo.

definitiva contra o coronel Tonho Inácio, não se esquece de uma vistoria final: *" (...) as balas nos gomos da cartucheira, enfileirados por toda a volta da cintura – os dois revólveres e o punhal"* (PALMÉRIO, 1966, p.317). *"Pôs novamente a mão esquerda no bolso do paletó, aonde já havia guardado o revólver grosso, retaco, de cano serrado"*. (p. 318).

Ao contrário de Celestino, portanto, a arma longa, ou seja, o mosquetão, que seria o equivalente da carabina, aparece abundantemente, mas nas mãos dos soldados da captura. Veja-se, por exemplo, a passagem em que descreve o Destacamento acampado defronte o Fórum de Santana do Boqueirão (Passos):

> "Em frente ao Fórum, o Destacamento: catorze cavalos ao todo (...). No paralelepípedo do calçamento, os mosquetões desencapados, o aço reluzente de óleo – em porçãozinha de tripés armados mira com mira, parecidos com mariquitas de cozinha, dessas de fazer comida em comitiva. Cuidando das montarias – escovando pêlo, afrouxando barrigueiras, acertando estribos – os cavalarianos: talabarte apertado, cinturão com mauser, sabre-curto e cantil". (p.140). (grifo meu). Ou ainda um outro trecho já citado anteriormente: "no passeio, um praça apertado de talabarte, cinturão com cartucheira e máuser; na calçada fronteira, um outro cavalariano, tal-e-qual" (PALMÉRIO, 1966, p.200).

O contraste fica mais claro, quando o Capitão decide incorporar alguns paisanos à captura, e indaga do ordenança sobre as suas armas, obtendo a resposta: *"Já tinham as deles: revólver e faca, punhal. Conferi elas, pra pouco tempo, servem sim senhor"*. (idem, p. 230).

É visível, portanto, que não há correspondência quanto ao armamento nas descrições de Celestino e de Palmério. Os *jagunços* de Celestino usam a mauser, os de Palmério, o revolver; a mauser, em Palmério, aparece na mão da polícia. Os homens de Celestino usam e celebram a carabina como arma inseparável. Em Palmério, apenas os milicianos usam armas longas, no caso, os mosquetões que eram ainda ao tempo da publicação de seu livro o armamento característico das forças armadas.

Essas contorções nos discursos, em suma, podem decorrer dos contextos temporais dos narradores: Celestino escreveu no "calor da hora", influenciado psíquica e socialmente pelos episódios que vivenciou; Mário Palmério escreve meio século depois, apoiado em referencial "atualizado" dos fenômenos, inclusive quanto às releituras da oralidade e do processo político, as novas condições da vida material e cultural da região. Mas, um problema crucial não encontra resposta na literatura: de onde e por quais vias, estes armamentos sofisticados, de última geração para a época, chegavam às mãos de *jagunços* como Sancho,

João Paulista, Claudimiro, João Coco, Saru, Maximiano Dutra, Cambuy, Guatapará, e outros, dos quais, aparentemente, só o primeiro teria condições de adquiri-los? Isto ainda terá que ser retomado nos próximos capítulos.

Ao termo desta audiência com as narrações literárias, dois problemas reclamam, de imediato, a análise e a compreensão. O primeiro se refere aos próprios personagens acima perfilados nas "veredas do crime": quem eram esses homens que se envolveram nas violências que convergiram para o golpe do Fórum, na cidadezinha de Passos, Minas Gerais, no ano de 1909, e, como tal, convertidos em personagens referendados pela construção histórica? Através das espirais anteriores sabemos os seus nomes, alguns títulos, algumas alcunhas; sabemos algumas oposições, algumas polêmicas, a repercussão na imprensa, as representações. Mas, quem eram "historicamente" esses homens, ou seja, como produziam a existência, a família, os relacionamentos sociais? Como possuíam e partilhavam os bens? Como se organizavam em termos de produção e de trabalho? O segundo, se refere ao espaço: na delimitação mais ampla, trata-se do Sudoeste de Minas; na mais restrita, da cidade de Passos, como já ficou bem evidenciado.

Contudo, não se pretende aqui nem uma mera visualização geográfica da região sudoestina, nem um "retrato" da modernidade urbana, decantada alhures, nas fontes utilizadas, cujas pincelas já foram dadas em outro ponto desta espiral. Pretende-se encetar, na verdade, uma fusão dos dois problemas - uma viagem de longa duração, em cujo percurso se tentará entender a dinâmica pela qual homens e espaços se entrelaçaram, imbricando meios e forças de trabalho; sabedorias e experiências; recursos, bens e benefícios; cultura e natureza, enfim as diferentes dimensões que formam a espiral das materialidades da existência.

CAPITULO 3 A ESPIRAL DAS MATERIALIDADES

Diante dos problemas anteriormente indicados, tentaremos, nesta espiral, arrolar fatos, informações e algumas reflexões que possam indicar respostas ou nortear a sua busca. Algumas delas estarão muito distantes; outras, nem tanto. Por isto, a espiral foi segmentada em dois círculos, ambos estendendo suas curvas na longa duração, porque demandam raízes comuns para fenômenos antagônicos, como se verá na parte final desta investigação. Um círculo mergulha na *malha das barganhas*, ou seja, nas diferentes formas de existência que, a partir das realidades de mercado do eixo São Paulo – Minas – Bahia, tornaram possível a especificação de uma regionalidade onde bem mais tarde se deram os fenômenos aqui propostos; o outro aborda a *malha dos entrantes*, na tentativa de entender as complexas alternativas e articulações da vida material na constituição dessa regionalidade próxima, no seio da qual, a sociedade passense vivenciou a violência como parte constitutiva de sua história.

3.1 A malha das barganhas

A questão dessa violência, que vem sendo rastreada desde as espirais anteriores, tem uma delimitação no espaço: o sudoeste do Estado de Minas Gerais, mais precisamente, o atual município de Passos e seu entorno. Mas não é um fenômeno que possa ser explicado do seu próprio interior e nem na circunscrição puramente local. Insere-se, em suas raízes, no processo histórico de ocupação da maior parte do espaço que se tornou depois o atual Estado de Minas pela sociedade de origem européia, com seus objetivos específicos de extrair recursos e suas formas tradicionais de viver. É o que se pretende estudar nesta espiral.

Para desembaraçar a meada dos fios talvez se possa partir, metodologicamente, da perspectiva de uma *História de Minas*, diferenciada da *História das minas*. Divorciando, provisoriamente, estas duas realidades, torna-se possível perceber que a recomposição das peças no quebra-cabeça da vida material, provocada pela inundação de ouro no sistema de mercado, não substituiu a velha malha mercantil, que está na origem histórica de Minas, alongada desde as regiões vicentinas, buscando as nascentes do velho Chico, até à Bahia. Esta realidade precedia de muito a febre do ouro, que não a obstruiu; ao contrário, dinamizou e acresceu de novos rumos. Deitemos, pois, sobre Minas o olhar ainda não ofuscado pelo brilho do ouro.

Supõe-se como relevante para qualquer análise da História de Minas, uma atenção especial às suas águas: não há como desvincular essa história da malha fluvial por onde ela se traçou. Euclides da Cunha, já na abertura de seus Sertões, (CUNHA, 1999, p. 13 e ss.) ressalta um detalhe significativo: a morfologia montanhosa da região mineira serve de berço para o grande planalto central brasileiro, cujo relevo se declina suavemente de sul para o norte, a partir do centro-leste. Este perfil condiciona o direcionamento das águas de minas: todas fluem para o Atlântico, mas por caminhos diferentes. As duas bacias principais, a do São Francisco e a do Jequitinhonha com seus respectivos afluentes, correm de sul para o norte e deságuam no Atlântico a nordeste; as bacias conjuntas dos rios Grande e Sapucaí com todos os seus afluentes, iniciam seus cursos para o norte, mas encontrando os contrafortes da Mantiqueira, desviam-se nitidamente para oeste, seguindo paralelo ao Tietê, e com este formando depois a bacia do Paraná, que corre para o sul, e encontra o Atlântico no Prata; a do Rio Doce e a do Paraíba (já fora de Minas) escorrendo do Espinhaço, se espremem nos desvãos da Serra Mar, e deságuam no Atlântico pelo leste, com ou sem desvios para o sul.

Portanto, subindo ou descendo, foi por estas águas que a Europa chegou a Minas. Por seus homens, por seus mercados, e por seus capitais. Para o caso aqui estudado, cabe prioridade a duas bacias, ou vales, como são comumente referidas: a do São Francisco e a do Rio Grande. É no ponto de convergência destas águas que a história do sudoeste de Minas, e dentro dela a de Passos e seu entorno se efetivou.

Conquanto tenham havido movimentos de avanço rumo às regiões mineiras por gente da capitania de Porto Seguro e do Espírito Santo, detectados e argüidos por Capistrano de Abreu (ABREU, 1960, p. 170/178), que remontam à segunda metade do século XVI, há evidências de que o vale do São Francisco foi a porta de entrada da "gente do norte", a partir de 1543, em dois movimentos bem definidos: o primeiro procedente da capitania de Pernambuco, e o segundo, da Bahia, da região de Salvador, conforme esclarece Wilson Lins:

> "O primeiro civilizado que penetrou, realmente, até o fundo do vale foi Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, entre 1543 e 1550, considerado pelos historiadores do famoso Santuário do Bom Jesus da Lapa como o primeiro europeu que avistou o Morro" (LINS, 1960, p. 10).
>
> "Foi com D. João III, em 1548, que cresceu a preocupação pela conquista do vale do São Francisco. Naquele ano, a coroa lusitana recomenda a Tomé de Sousa e seus homens que "entrem no São Francisco em bergantins toldados, providos do necessário, com línguas da terra e pessoas de confiança" (LINS, 1960, p. 12).

Wilson Lins estabelece ainda as direções gerais desses movimentos, que ele vincula à formação dos latifúndios: "*A marcha dos latifúndios através o vale foi profunda: pela margem esquerda (a pernambucana) os rebanhos entraram até o vale do Paracatu, e pela margem direita (a da Bahia) atingiram o rio das Velhas*" (LINS, 1960, p. 23).

Quanto ao vale do Jequitinhonha, embora não haja conexão direta com o objetivo deste trabalho, é interessante rever os movimentos iniciais de ocupação, a partir da costa leste, que compreende, em relação a Minas, as vias do sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Todas as informações transcritas a seguir procedem dos registros de Capistrano de Abreu, que nos dá notícia de pelo menos cinco expedições entre as meações do século XVI e XVII.

Assim, comentando uma *carta de mercê*, passada por Mem de Sá, a 24 de dezembro de 1560, observa que: *"Fala-se aí em Francisco Bruza de Espinhosa, "castelhando, grande língua e homem de bem e de verdade e de grandes espíritos"*. (...) (ABREU, 1960, p. 171). Capistrano esclarece que já em julho de 1551, houvera de Manuel de Nóbrega, a promessa de um padre para acompanhar a gente que fosse descobrir ouro:

> "O governador Thomé de Sousa me pediu um Padre para ir com certa gente que Vossa Alteza manda a descobrir ouro; eu lho prometi, porque também nos releva descobri-lo para o thesouro de Jesu Christo nosso Senhor, e ser cousa de que tanto proveito resultará a glória do mesmo Senhor e bem a todo o Reino e consolação a Vossa Alteza e porque há muitas novas delle e parecem certas e parece-me que irão". (NÓBREGA, ed. Vale Cabral, p. 92-93, citado por Capistrano (1960, rodapé da p. 172).

Contudo, ainda segundo Capistrano, a empresa só se realizou no governo de Duarte da Costa, iniciado a 13 de julho de 1553. E a recompensa pelos trabalhos do expedicionário

> "... eram que ouro, prata, aljôfar e pedras preciosas e quaisquer outros metais que descobrissem fossem o que trouxessem em saldo para eles e para seus filhos, herdeiros ou para os que eles quisessem dar e deixar, sem das ditas cousas pagarem dízimos, sisa, quarto, quinto, nem outro nem-um (sic) direito por qualquer outro nome que seja chamado ou denominado" (ABREU, 1960, p. 172).

Capistrano também fornece a direção geral desta e das outras expedições:

> "Partiram de Porto Seguro, e, como em país desconhecido seguir um rio é meio de não se perder, provavelmente foram seguindo algum. Navarro fala-nos tantas vezes no Grande, atualmente conhecido pelo nome de Jequitinhonha, que bem pode dizer-se que os expedicionários o foram margeando. Depois de muito andar, (...) foram ter a um rio muito caudal, chamado Pará, que segundo os índios lhes informaram, era o de

> S. Francisco, ou mais provavelmente o rio das Velhas. Foi, portanto, para o distrito em que mais tarde se tornaram tão célebres as minas de Diamantina, do Serro, de Araçuaí e outras que se encaminhou a expedição" (ABREU, 1960, p. 175).

Um segundo movimento é deduzido por Capistrano de informação do Padre Leonardo do Vale em uma das Cartas Avulsas dos Jesuítas, escrita da Bahia a 26 de junho de 1562:

> "Leonardo do Vale fala de uma entrada com atoardas de ouro, feita no ano anterior. Quem a dirigiu não nos diz ele, que designa o capitão simplesmente como "um dos honrados da terra". Sabendo-se, porém que Vasco Rodrigues de Caldas obtivera a licença nos últimos dias de 1560, no tempo do Natal e das festas que se lhe seguem, não é de admitir que ele fizesse a entrada senão em 1561, o que está de acordo com a data do padre Leonardo". (...) Também a sua tentativa não surtiu efeito. Ele seguiu pelo rio Paraguaçu, mas não penetrou mais de 60 ou 70 léguas pelo sertão" (ABREU, 1960, p. 175/176).

Depois, apoiado em Pero de Magalhães Gandavo, a quem cita textualmente, Capistrano identifica o terceiro movimento, sob a chefia de Martins de Carvalho, realizado *"antes de 1567 ou 1568. É portanto esta a terceira expedição conhecida que do Este do Brasil penetrou no sertão à cata de minas":*

> "Chegaram a Porto Seguro uns índios do sertão a dar novas de certas pedras verdes que existiam numa serra alongada para o interior. Trouxeram consigo algumas, que foram reconhecidas como esmeraldas, mas não de muito preço. Sabendo disto os habitantes da capitania, reuniram-se em número de cinqüenta a sessenta e, acompanhados de alguns índios, penetraram pelo sertão. Ia por chefe um Martins Carvalho, (...) e, com ele andaram umas duzentas e trinta léguas, por espaço de oito meses. Passaram muitas serranias de cristal, outras de terra azulada em que se desconfia haver ouro, até que num riacho encontraram alguns grãos miúdos, amarelos, muito pesados, que apalpados nos dentes se acharam brandos mas não se desfaziam. Apanharam deles um punhado, julgando que fosse o precioso metal e seguiram para adiante; mas a falta de mantimentos, o receio dos inimigos, as doenças que assolavam a gente exigiram a volta, e eles tornaram-se outra vez em almadias por um rio que se chamava Cricaré, onde se perdeu numa cachoeira a canoa em que vinham os supostos grãos de ouro que traziam para mostras" (GANDAVO, cap. IX, segunda parte de seu Tratado Descriptivo do Brasil, citado por Capistrano (1960, p. 180/181).

As três outras expedições citadas por Capistrano, são as duas de Sebastião Fernandes Tourinho e uma de Antonio Dias Adorno.

> "Ainda de Porto Seguro partiram duas expedições comandadas por Sebastião Fernandes Tourinho, parente do donatário. (...) Gabriel Soares dá notícia de ambas, uma a propósito do Jequitinhonha, outra a propósito do rio Doce". (...)."... segundo Gabriel Soares informa, a viagem de Antonio Dias Adorno foi feita pelas indicações fornecidas por Tourinho, e Dias Adorno entrou no sertão pelo rio das Caravelas, procurando o norte do rio Doce" (ABREU, 1960, p. 182-186).

Entretanto, tais movimentos, tanto no vale do São Francisco quanto no vale do Jequitinhonha, não foram realizados com o simples intuito de "desvendar" os sertões, ou mesmo de incorporá-los à propriedade da Coroa. São claras as insistências de D. João III (1548), as instruções de Tomé de Souza (1551), a carta de Mercê passada por Mem de Sá (1560), e os anseios de Manuel de Nóbrega, já citados aqui, que insinuam a busca de pedras e metais preciosos, especialmente, o ouro. Estes são objetivos de fundo, coerentes com os propósitos de extração do governo metropolitano.

Mas, há interesses mais imediatos praticados pelos colonos na condição de "homens do sertão", até mesmo porque as buscas das "riquezas privilegiadas" tinham um custo. Os homens, para atender às constantes reclamações do Reino, tinham, antes, de produzir a própria existência e buscar, imbricada nela, a acumulação pessoal, em bens de raiz, de consumo e de capital, para a formação do que poderíamos chamar de fundos de reserva, destinados à reprodução das necessidades elementares e cotidianas, inclusive de defesa. Por certo que sobre essas atividades a metrópole também não descurava, pois representavam fontes alternativas de extração, ainda que frágeis.

Deixando de lado o caso do Jequitinhonha, que só indiretamente auxilia nas questões deste trabalho, enfoquemos o vale do São Francisco. Aí, nos primeiros tempos, as necessidades materiais de vida e de acumulação aparecem imbricadas em atividades elementares: as roças difusas, o extrativismo natural, e a caça ao indígena. Esta última, resguardado o uso próprio, destinava-se também ao mercado de força de trabalho e, portanto, à formação de capital. Wilson Lins, fornece o pregão:

> "A primeira Carta Régia que estabelece o direito de escravização dos aborígines é de 1570, mas, antes mesmo da autorização da Metrópole, já em 1543 e 1550, os homens de Duarte Coelho rasgavam o São Francisco na perseguição de índios para a escravidão. Penedo, no baixo São Francisco, já em 1560, era grande centro de convergência do mercado de índios escravos". (...) "... entradas, cujo objetivo era mais o apresamento de escravos (que eram vendidos a dois cruzados por cabeça) do que o desbravamento da terra desconhecida." (LINS, 1960, p. 13).
>
> "Por causa da tão propalada falta de braços para a lavoura, que em várias oportunidades iria determinar a paralisação dos engenhos do litoral, generalizou-se a caça ao silvícola, comandada quase sempre pelos próprios governadores, como é o caso do governador Luis de Brito e Almeida, que venceu e escravizou os nativos do rio Real" (LINS, 1960, p. 12).

O corolário parece lógico: o preamento logo se esgotou motivado pela intensidade da captura, pelo etnocídio, ou pela fuga dos remanescentes para sertões distantes e inacessíveis.

> "... os colonizadores, em muitos casos ou em quase todos, em vez de povoarem o sertão do São Francisco, empresaram o seu despovoamento, matando o gentio, massacrando o mais que podiam os livres filhos e donos da terra. (...) Matando ou escravizando o índio, o colonizador português, a princípio, realizou uma obra de escravização e extermínio de uma nação e não obra de civilização de um povo" (...)."As matanças chefiadas por Sebastião Álvares, Francisco Barbosa da Silva, Francisco de Caldas e Gaspar de Taíde e outros caçadores de índio, fizeram com que o gentio ficasse mais rebelde e inacessível, evitando, como podia, qualquer contacto com os civilizadores, que, ao invés de civilizar, escravizavam. Os bravos de Pernambuco e Bahia, a quem se deve realmente a conquista do São Francisco, a começo não agiram como colonizadores e sim como inimigos arrasando o gentio desprevenido" (LINS, 1960, p. 12/13).

O esgotamento do escravismo indígena como base da comercialização não significou o fim desta, mas a transição para outras formas, ou seja, a re-ordenação da atividade econômica. Ao preamento sucedeu, com absoluto sucesso, a criação de gado e, neste aspecto, a gente da Bahia aparece como pioneira e como esteio. A criação de gado tinha em comum com as práticas anteriores de captura dos índios o fato de ambas serem extensivas e se realizarem por deslocamentos sucessivos em direção aos "sertões". Wilson Lins percebeu com acuidade a mudança:

> "O franqueamento feito pelos bandeirantes do Norte foi moroso. (...) A lenta penetração baiana, no entanto, foi a que conquistou realmente o vale para a Metrópole. A onda baiana subia o rio construindo bases, deixando atrás de si os currais em torno dos quais nasciam os primeiros núcleos de população;" (...) fizeram a sua entrada guiados pelas boiadas, que só a custo venciam os obstáculos do terreno irregular, próximo às cachoeiras. Plantando currais pelo vale adentro, os bandeirantes do Norte avançavam lentamente, chegando a atingir, no seu vagar as regiões mineiras. Quando Garcia Pais, pelas alturas de 1697, descobriu ouro nos rebentões da serra de Sabarabaçu, já os nortistas haviam levado as suas boiadas e currais até a zona do ouro". (...) "Plantando currais pelo vale adentro o explorador branco substituía por boiadas, as tribos que encontrava no seu caminho" (LINS, 1960, p. 09/12).

Muito antes das observações de Wilson Lins, já Antonil descrevera a criação de gado como atividade hegemônica na região baiana, dando, inclusive, detalhes de sua prática, e de seu caráter já mercantilizado:

> "Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e sessenta, duzentos e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoame (hoje Feira Velha), logar distante da cidade oito léguas, aonde tem pastos e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos há semanas em que cada dia

> chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro" (ANTONIL, 1923, p. 268)

Utilizando os registros de Antonil, Capistrano de Abreu e de Wilson Lins, é possível perceber que a ocupação do vale do São Francisco pela criação de gado foi feita, basicamente, através da formação de dois latifúndios: o de Garcia D'Ávila, conhecido como *Casa da Torre*[93], e o de Antonio Guedes de Brito, conhecido como *Casa da Ponte*. Estas duas casas foram responsáveis pela expansão da pecuária desde as regiões litorâneas da Bahia, sertão adentro, até o rio São Francisco, e por este acima até os sertões mais longínquos de então, entre os quais se situavam, de um lado, a *região das nascentes*, no complexo da Canastra; e, do outro, os *"campos dos goyases e do mato grosso"*.

Esse desdobramento bifurcado da atividade pecuarista é importante para os estudos aqui desenvolvidos, razão pela qual convém esmiuçá-lo um pouco mais. A poderosa Casa da Torre, ocupando a margem esquerda (seguindo a direção das águas) do São Francisco, se bifurcou no rumo norte, até os sertões do Piauí, dando origem aos grandes rebanhos dessa região. Esses rebanhos, logo depois, serão responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana de Salvador e, mais tarde, da região das minas. O segundo segmento avançou em direção a Goiás e Mato Grosso, onde possivelmente por falta ou dificuldades de caminhos, parte expressiva do rebanho se desgarrou, vindo a constituir o "gado bravio", cuja inserção na economia da região aqui estudada, será discutida mais à frente.

Na margem direita do rio, (sempre segundo o curso das águas), a Casa da Ponte desdobrou seus rebanhos para o interior da região mineira, conforme corretamente observou Wilson Lins:

> "... o senhor da Casa da Ponte recebia em carta datada de 27 de agosto de 1663, e assinada pelo soberano português a doação de enorme extensão de terras à margem direita do São Francisco. As terras doadas a Antonio Guedes de Brito, senhor da Casa da Ponte, estendiam-se do Morro do Chapéu às nascentes do Rio das Velhas. O latifúndio da Casa da Ponte buscava as terras férteis e ricas de Minas Gerais". (LINS, 1960, p. 21).

[93] Há uma **História da Casa da Torre**, de Pedro Calmon, que, embora não sendo uma obra analítica, fornece informações circunstanciais sobre o latifúndio e, principalmente, sobre a dinastia dos Garcia D'Ávila. (CALMON, 1957).

Ainda sobre a Casa da Ponte, Antonil, escrevendo de Salvador, registra a dimensão de seus domínios, a amplitude das práticas e do comércio pecuarista, além de fornecer detalhes curiosos sobre o cotidiano dessa atividade:

> "Sendo o sertão da Bahia tão dilatado,(...) pertence quase todo a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e do defunto mestre de campo Antonio Guedes de Brito. (...)E nestas terras, parte os donos dela têm currais próprios e parte são dos que arrendaram sítio dellas, pagando por cada sitio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano dez mil réis de foro. E assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentos, quinhentos oitocentas e mil cabeças de gado, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, de onde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado e os pastos, assim nos sítios, como também nos caminhos" (ANTONIL, 1923, p. 264).

Em registro que tanto serve à Casa da Torre, quanto à Casa da Ponte, Capistrano se apóia no *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhy, anônimo, de 1770,*[94] para mostrar que nas regiões de criação, abertas e cheias de campinas, as marcas de boiadas e boiadeiros são simples, mas acrescenta um dado importante sobre os desdobramentos da atividade, que permitiam a formação de novas unidades de criação, pela forma como eram remunerados os boiadeiros:

> "... pouco se muda à superfície da terra; levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados estão povoadas três léguas de terra; os mulatos, os mestiços e os pretos forros, tão avessos a todo trabalho, entregam-se com gosto a este, na esperança de um dia virem a ser fazendeiros, e tal esperança facilmente pode realizar-se porque os vaqueiros são pagos em gêneros, de quatro bezerros um, de modo que em poucos anos têm semente com que começar vantajosamente a luta pela existência" (ABREU, 1960, p. 115).

Bem mais tarde, Saint-Hilaire encontrará os vestígios destas acomodações, durante a sua passagem pela região das nascentes do São Francisco:

> "Os raros habitantes das cercanias da Serra da Canastra, que parecem ter uns com os outros laços de parentesco, cultivam a terra com suas mãos; mas seus produtos não têm nenhum escoamento. Apenas o gado que criam pode dar-lhes algum dinheiro, e, ainda assim, são obrigados a tomar adiantamentos para o sal, que é aqui de uma carestia exorbitante. Mercadores de gado vêm até esses lugares afastados e fazem suas compras aos proprietários". (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 178).

---

[94] Republicado na **Revista do Instituto Histórico**, vol 62-I.

Mas Capistrano continua se referindo ao mesmo roteiro para, desta vez, na seqüência das observações anteriores, repassar informação relevante sobre o transporte do gado, o que tem peso considerável sobre a questão dos caminhos e dos comércios, que se objetiva discutir nesta espiral. *"Os gados, diz o mesmo autor, não necessitam de quem os carregue; eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso do seu corpo e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe"* (ABREU, 1960, p. 116).

Convém ampliar essa informação, pois os descendentes da gente de Guedes de Brito atingiram a região das nascentes, em pleno coração da Canastra, onde ainda hoje é possível encontrar resíduos genealógicos de sua descendência.[95] A influência dessa Casa é até certo ponto decisiva para a história *de Minas*, pois, ao desdobrar o "*caminho dos currais*", ao longo do curso do velho Chico, até à bacia do Rio Grande, ou seja, ao sudoeste de Minas, tornou possível o que se pode chamar de *"conexão baiana"*, que serviu ao comércio entre Minas e Bahia, desde os primórdios do século XVII até meados do século XX, quando a navegação do São Francisco foi derrotada pela malha rodoviária.

Consolidada a partir do século XVII a atividade pastoril pelos desdobramentos da Casa da Ponte e seus sucessores, [96] essa "*conexão baiana*" monopolizou o fluxo do comércio em duas direções: pelo vale do rio das Velhas, onde Manuel Nunes Viana, proclamando-se procurador de Isabel Guedes de Brito, estabelecera sua hegemonia, atingindo praticamente o coração das áreas mineradoras; outra, em direção ao rio Grande que, através dos chapadões da Canastra, permitia conectar a bacia do rio Pardo. Portanto, pode-se afirmar que essa *conexão* possibilitava a ligação da gente paulista ao mercado de Salvador, cruzando o território mineiro pelo vale do São Francisco. *"Os caminhos paulistas viram-se trilhados e batidos com freqüência por mercadores, tropeiros, comboieiros e boiadeiros que iam e vinham por essas estradas"* (ZEMELLA, 1990, p. 55).

A importância dessa conexão, como malha de mercado, tanto para a área mineradora quanto para o sudoeste mineiro e o nordeste paulista residia também no fato de que

---

[95] **Livros de batismo e óbitos** das paróquias de Piumhi, São Roque de Minas, S. João Batista da Glória, e Delfinópolis, entre outros.

[96] Desses, Wilson Lins, nos dá a conhecer alguns, quando afirma que o São Francisco servia de: *"... caminho para os homens de Domingos Afonso Sertão, Garcia d´Ávila, Francisco Caldas, Antonio Guedes de Brito e Manuel Nunes Viana, (...), durante os primeiros séculos da civilização brasileira (...)"*. (LINS, 1960, p. 15).

possibilitava burlar com mais facilidade e eficiência, o controle fiscal e as pressões extrativas evidenciando certa ausência ou ineficácia do estado no "caminho do sertão" e nesses confins de capitanias.

Em A Geografia do Crime, no capítulo "Terra de Ninguém", onde analisa a questão da violência em Minas Gerais, cujas colocações teóricas voltaremos a discutir no próximo capítulo, Carla Anastasia qualifica o Sertão do São Francisco, (ANASTASIA, 2005, pp. 69-85), como lugar "*carente de autoridade metropolitana e povoada de régulos*", que segundo a oralidade popular, colhida por ela, "*nunca havia se conhecido rei*" (p. 69). Identificando a região como espaço de "*non droit*", a autora percebe, com clareza, que: *"A ocupação do sertão do São Francisco não seguiu os pressupostos básicos da política metropolitana para as áreas de extração de ouro, ou seja, a montagem de um vasto aparato burocrático, tributário e fiscalizador"* (ANASTASIA, 2005, p. 77).

Pode-se também argüir que o aparente "descaso" do fisco nessas rotas estaria no fato de as mercadorias que por ali trançavam e destrançavam, não estavam diretamente imbricadas nas "receitas" do ouro e das pedras preciosas, sempre priorizadas pelas atenções e garras metropolitanas. De qualquer forma, porém, a "*rota dos currais do sertão*" sempre cativou mercadores e comerciantes, em suas trocas lícitas ou ilícitas, com ouro ou sem ouro.

O "caminho do São Francisco", salpicado de currais e boiadas, esvaziado de índios, tatuado de pequenas roças e alinhavado de ponta a ponta por intensa (para a época) comercialização, contava, nas proximidades do litoral baiano, com mercados importantes: de trabalho cativo, como Penedo; de gado, como "Feira Velha"; ou de "secos, molhados e importados", como Salvador. Nesta malha estavam também os paulistas, tanto que o comércio de índios para escravização por traficantes paulistas é relatado desde os primórdios da interiorização:

> "As regiões vicentinas, em verdade, durante o século XVII, só possuíam uma mercadoria para exportar: o escravo ameríndio; as outras produções só se intensificaram um pouco mais quando a industria do apresamento declinou, a partir dos meados do século XVII, mas não a ponto de alimentar exportação perceptível" (ZEMELLA, 1990, p. 56).

Mas o escravismo indígena, também para os paulistas, deve ter sido de curta duração, embora ainda relatado ao tempo das monções [97]. Porém, enquanto declinavam e se extinguiam as "drogas da terra", que *"... eram a farinha, os panos de algodão, redes, trigo, marmelo (com o qual se fazia a célebre marmelada), couros, carnes, etc",* (ZEMELLA, 1990, p. 56), garantiram aos paulistas o fluxo de trocas. Pelo menos é o que sugere essa autora, apoiada na informação do secretário do Conselho Ultramarino, Barreto Sampaio, datada de 6 de junho de 1674: "*... os paulistas dedicavam-se ao descobrimento do sertão e à lavoura dos frutos da terra que he abundante, provendo o Rio de Janeiro e mais capitanias de farinha, carnes, algodão, legumes e outros gêneros"* (ZEMELLA, 1990, p. 56).

Esta prática criou tensões internas na capitania, tendo motivado uma seqüência de manifestações e decisões da Câmara de São Paulo, entre os anos de 1701 e 1705, referentes à crise no abastecimento local, tanto pela carência dos produtos, quanto pela inflação dos preços, como a tomada na sessão de 19 de janeiro de 1705, que: *"... deliberou que nenhuma pessoa vendesse artigo algum de subsistência para fora da terra, tanto a farinha de guerra, o trigo, o feijão, o milho, como o toucinho e o gado"* (ZEMELLA, 1990, p. 58).

Esse caminho, que demandava os "sertões altos", por onde corria o "rio real", ou que deles procediam, relativamente tranqüilo quanto aos rigores do fisco e às pressões coercitivas do estado metropolitano, cujas redes de troca logo se estenderam pelo território mineiro adentro, até às regiões das nascentes, proximidades do Rio Grande, e confins de São Paulo, deve ter exercido uma forte atração nos movimentos de interiorização, principalmente dos bandeirantes paulistas.

Esta interiorização tem sido vista pela historiografia tradicional a partir da ótica do "ciclo do ouro" (busca-descoberta-exploração) e, portanto, como causa ou conseqüência deste, prendendo assim, num círculo dourado o sertanismo paulista dos primeiros tempos, sem explicar, todavia, os movimentos anteriores ou à margem do ouro. E, no entanto, dessas movimentações, podem-se deduzir evidências de uma *história de Minas*, que precedeu a história "*das minas*", na pluralidade e amplitude das redes de troca pelo sertão afora, que só se

[97] Tanto no clássico de Sérgio Buarque (HOLANDA, 1945), especialmente cap. I, cap. V, quanto o interessante trabalho de Silvana Alves de Godoy (GODOY, 2003).

concebe quando se admite a existência de uma sociedade organizada, ainda que dispersa, produzindo a vida: material, social e culturalmente.

Uma resenha de André Figueiredo Rodrigues (RODRIGUES, 2001), comparando o trabalho de Cláudia Chaves, sobre os registros da Comarca do Rio das Velhas (CHAVES, 1999), e o de Júnia Ferreira Furtado (FURTADO, 1999), sobre a *"intrincada rede comercial, que os agentes comerciais portugueses estabeleceram no além-mar, fazendo com que vários interesses metropolitanos aqui se enraizassem e se misturassem aos dos mineiros"*, conclui que havia em Minas "*negócios sortidos e de pequeno porte, como estudou Cláudia, e/ou grandes empreendimentos comerciais, como pesquisou Júnia*", justificando a representação do secretário das Minas ao rei D. João V, em 1732, de que Minas era *"e sempre foi a capitania de todos os negócios"* [98].

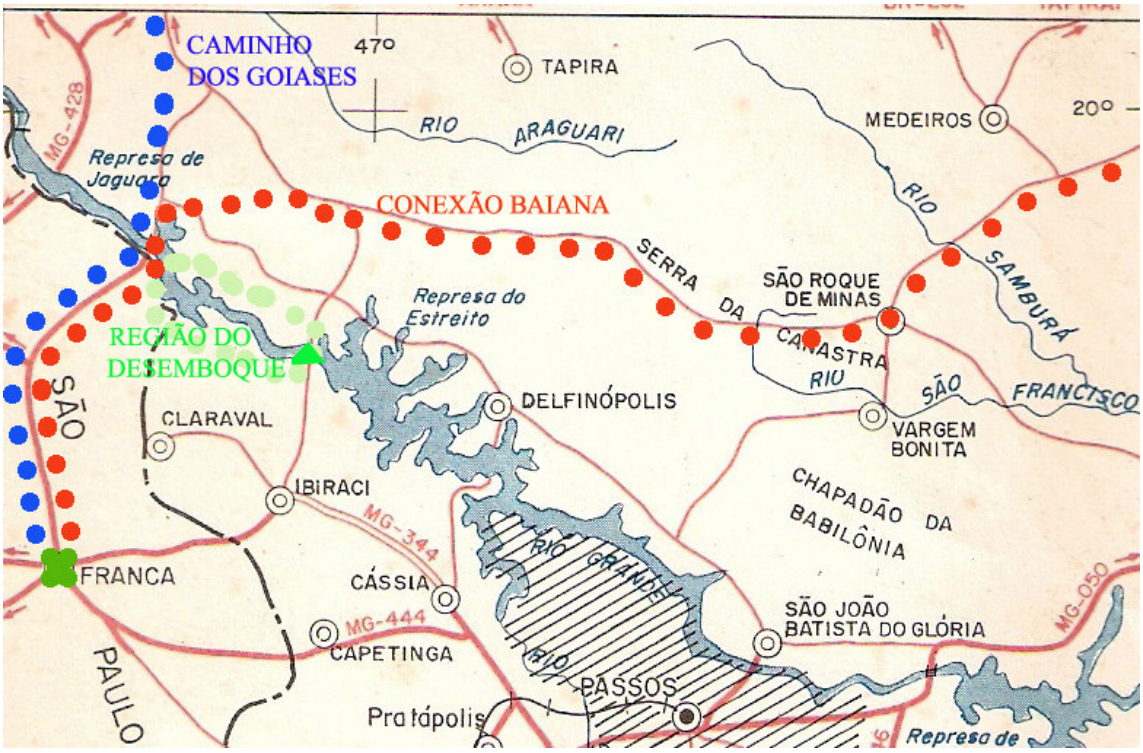
Neste quadro, expedições historicamente celebradas pela ótica do ouro, podem restringir a compreensão dos movimentos paulistas. Talvez não estivessem praticando uma "caça ao tesouro", propriamente, diante das rentabilidades concretas do mercado. O ouro seria decorrência e não causa da interiorização. Aliás, a busca de minas auríferas ou pedras de valor, era o sonho acordado do governo lisboeta e seus administradores, mas não necessariamente dos mercadores paulistas e baianos. É duvidoso, por exemplo, que esses sertanistas enveredassem pelos sertões inóspitos sem um destino, como baratas tontas, tateando serras e vales, grupiaras e riachos, deitando socavões a esmo.

A inversão de capital dos paulistas menos famosos, que viviam de suas lavouras, criações e das trocas, parece ter buscado deliberadamente a rota de conexão com o São

---

98 A resenha de André Figueiredo Rodrigues resume bem o perfil dessa mineiridade: *"Os estudos das relações comerciais e dos mercadores que atuaram na capitania de Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, ganharam duas novas contribuições: os livros de Cláudia Maria das Graças Chaves, Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas setecentistas, e de Júnia Ferreira Furtado, Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. Estas obras estão ligadas às novas abordagens historiográficas que vêm procurando entender a história mineira do século XVIII para além da economia mineradora. Tributárias de análises que chamam a atenção para a importância da agricultura de subsistência e a constituição de um mercado de abastecimento interno, articulado aos demais mercados regionais na época, esses estudos abarcam novas interpretações que nos ajudam a compreender a história brasileira, separando-a daquela vinculada ao grande latifúndio exportador, das discussões teóricas acerca do "tradicional" sistema colonial e dos ganhos obtidos com a atividade mineradora, assim como das teses que apontam para a estagnação da economia mineira após a retração aurífera, na segunda metade do setecentos. As autoras superam, destarte, esses temas para tratar da constituição e do desenvolvimento de um vigoroso mercado interno na América portuguesa. Em ambas, a preocupação central é analisar o comércio e os comerciantes mineiros da primeira metade do século XVIII"*. (RODRIGUES, 2007).

Francisco, para o mercado da Bahia, através de uma passagem quase desconhecida da historiografia, a "*picada do desemboque*" ou "*picada da canastra*", e nisto, mostraram desde os primórdios uma perfeita coerência de rumo. Esta rota não aparece na análise de Resende (2007) sobre os "*Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes*", e nem no mapa da p. 27, onde estão, por sinal, muito bem localizados e indicados os roteiros dos diversos entrantes que configuraram, segundo a autora, o "território de Minas".



Mapa ilustrativo 01

■ Caminho dos goiases, também conhecido como "caminho velho dos paulistas" ou "caminho do Anhangüera".■ "Picada do Desemboque", ou conexão baiana , uma bifurcação a leste em direção ao vale do São Francisco, e, mais tarde, à Comarca do rio das Mortes.

(Fonte: colagem pessoal sobre mapa rodoviário da região de Passos cedido pela Prefeitura, em 2005)

No entanto, essa rota a que nos referimos constitui um desdobramento do conhecido "*caminho paulista*", cujo primeiro segmento, desde o Planalto de Piratininga, pelos vales do Moji e do Pardo, até o Rio Grande, nas proximidades do atual município de Franca, já foi objeto de minuciosas descrições,[99] e é, muitas vezes, chamado de "caminho dos goiases" ou "caminho do Anhangüera". Esse segmento, se originou das perspectivas comerciais para os

[99] Entre elas, as de TAUNAY, (s/d); HOLANDA (1957); CHIACHIRI, (1982); BRIOSCHI, et al (1991); VIEIRA (1989); e outros.

paulistas, abertas pela captura e comercialização da força de trabalho indígena, na segunda metade do século XVI. Assim, o avanço para o interior, pelos vales do Moji e do Pardo é coerente com a "rota de fuga" daquelas populações, rumo ao grande sertão desconhecido: – "*um caminho dos goiases*", semeado de resistências e de mortes (HOLANDA, 1945, pp. 180-184);). Há, contudo, um ponto que merece destaque: esse segmento iniciado no planalto paulistano era conhecido até –, o "*desemboque*"[100], o "marco geográfico" inconfundível que praticamente servia de baliza a todos aqueles que demandavam os sertões;.

Todavia, há evidências físicas e tradicionais que permitem falar da existência, desde esses primórdios, de uma conexão de tal rota paulista com o vale do São Francisco, formando um gigantesco arco entre São Paulo e Salvador, que corresponde ao que temos chamado de *conexão baiana*, a qual ampliava, sensivelmente, as possibilidades da malha mercantil paulista. À altura do desemboque, logo após a travessia, abria-se à direita, a referida picada rumo ao "*caminho dos currais do sertão*" até o arraial de Mathias Cardoso, e daí por território baiano até os mercados do litoral, por roteiro já descrito por Antonil desde princípios do século XVIII (ANTONIL, 1923, p. 246-247) [101]. Uma variante deste caminho foi a que seguiu Matias Cardoso, em 1664, "encurtado" pelo atalho da "encruzilhada" (atual Cruzília), seguindo, pelo curso do rio Sapucaí, ao encontro do São Francisco (RESENDE, 2007, p. 27), que, na verdade, corresponde ao trajeto seguido na abertura posterior da Picada de Goiás, em 1736 (BORGES, 1992 e BARBOSA, 1971). A atenção dada pelos historiadores ao caminho de Matias Cardoso, e ao caminho da comarca do Rio das Mortes que seguia pelo Rio das Velhas (ou das abelhas) até sua barra no São Francisco, ofuscou a existência da "picada da canastra", contribuindo para certo omissão do Sudoeste de Minas, na historiografia mineira.

---

[100] O **"desemboque"**, propriamente, é um acidente geográfico no Rio Grande: uma estreita garganta entre as rochas de duas montanhas, onde as águas são comprimidas. Os textos mais antigos falam em "emboque" (entrada das águas) e "desemboque" (saída). Como denominação, acabou prevalecendo este último, e servia de referência a qualquer viajante que se dirigisse aos sertões. Nesse exato lugar foi construída a hidrelétrica Mascarenhas de Morais, ou Usina de Peixotos. A denominação acabou se estendendo a toda a região, inclusive à povoação que até hoje guarda o nome. A travessia do rio Grande, nessa área, se fazia um pouco abaixo no trecho entre as atuais Usinas de Peixotos e Jaguara.

[101] Em **Cultura e Opulência do Brasil**, prosseguindo a descrição do *Roteiro do caminho da cidade da Bahia para as minas do Rio das Velhas*, Antonil descreve: *"Partindo da cidade da Bahia (Salvador) – Aldea de Santo Antonio de João Amaro: e daí à Tranqueira. Aqui divide-se o caminho: e, tomando-o à mão direita, vão aos curraes do Filgueira logo à nascença do Rio das Rãs. Dahi passão ao curral do Coronel Antonio Vieira Lima, e deste curral vão ao arraial de Mathias Cardozo."(...)Chegando ao arraial de Mathias Cardozo, vão longo do Rio de S. Francisco acima, até darem na barra d Rio das Velhas: e dahi como está dito, logo chegão às minas do mesmo rio". (ANTONIL, 1923, P. 246)*

Convém destacar alguns pormenores desse trajeto. Logo após a travessia do Rio Grande, os paulistas tomavam à direita o rumo do chapadão da Canastra, e o cruzavam de ponta a ponta, passando rente às nascentes do São Francisco, para encontrá-lo mais à frente, já no seu curso inicial pelo planalto. É esse percurso entre o "desemboque do Rio Grande" e o vale franciscano que era denominado de "*picada do desemboque* ou *da canastra*" [102]. Mais tarde, quando a mineração já assanhava a cobiça metropolitana, os paulistas foram incentivados a procurar riquezas minerais no além desses sertões. Data dessa época, a abertura de um caminho, à esquerda do "*desemboque*", que ficou celebrizado como o "caminho do Anhangüera", em direção a Goiás, que contou também com a participação de Matias Cardoso, sobre quem, é muito interessante a anotação feita por Taunay, no rodapé da p. 246 de sua edição de 1923 da obra de Antonil, pois confirma, além disso, a presença permanente de paulistas na conexão baiana, muito mais imbricada em atividades agro-pastoris com fins comerciais do que à mineração propriamente dita. Taunay anota:

> "Mathias Cardoso de Almeida, um dos lugares-tenentes de Fernão Dias Paes, conhecido pelas suas campanhas contra os índios do Ceará e do nordeste em geral (1689-1694) e estabelecido com enormes fazendas de creação no Alto São Francisco; e Antonio Gonçalves Filgueiras, igualmente paulista e um dos maiores desbravadores da região norte mineira". (grifo nosso). (ANTONIL, 1923, p. 246).

È importante frisar que essa rota manteve uma dinâmica mercantil ativa não apenas no século XVII, mas ainda reordenou-se e ampliou-se no XVIII, com o período da mineração do ouro. Contudo, embora as múltiplas reordenações impostas pelas novas condições da circulação monetária geradas pela economia "das minas", a conexão baiana manteve as tradições mercantis. Como já foi dito, esse fluxo comercial conduziu ao povoamento do vale, pela multiplicação dos currais, das roças em seu entorno e eventualmente de rústicas vendas de apoio, favorecendo, em pouco tempo, a formação de insipientes povoações. Sobre o lado paulista, particularmente até o desemboque, trabalhos mais recentes não só revisaram a questão do caminho, como esclareceram pontos importantes do trajeto e das formas de povoamento: CHIACHIRI FILHO, (1982), BRIOSCHI, et al, (1991), VIEIRA, (1989) e

[102] A Canastra e seus chapadões integram hoje o Parque Nacional da Canastra. No sentido longitudinal, leste-oeste, tem mais de 80 km. Ao longo desta extensão corre a estrada (tipo vicinal) controlado de um lado pelo Portal de São Roque e no outro pelo Portal de Sacramento. Esta estrada corresponde quase integralmente à antiga "picada do desemboque". Dela, sai, ao norte, a conexão com a povoação de Desemboque. Pouco além do portal leste, fica a nascente do rio São Francisco, que corre inicialmente para o sul, despencando na cachoeira da Casca d'Anta, e depois, toma o rumo leste até os últimos paredões da serra e logo ganha o "planalto central", dirigindo-se então para o norte.

outros. Porém, o caminho, para além do desemboque, carece de estudos mais aprofundados, apesar de o clássico trabalho de Mafalda Zemella, já ter realçado as suas vantagens em mais de um momento:

> "... Era uma zona de povoamento antigo, bem aparelhada para o comércio; no seu sertão, multiplicam-se os currais, que já haviam ganho as margens do São Francisco numa crescente expansão rio acima, na direção das minas". (ZEMELLA, 1990, p. 69).
>
> "O autor anônimo das "Informações sobre as minas do Brasil" não se cansou de apontar as facilidades e vantagens que ofereciam os caminhos baianos. Disse ele que os viajantes encontravam na jornada da Bahia para as minas, "água em abundância, farinha em quantidade, carnes de toda espécie, frutas, laticínios, cavalos para se transportarem, pastos para as cavalgaduras, e casas para se recolherem, sem risco de Tapuyas nem de outros inimigos". (ZEMELLA, 1990, p. 126).

Para o objeto deste trabalho, interessa particularmente o fato de que o povoamento da *região das nascentes*, Canastra e suas vizinhanças, refletiu a combinação entre unidades produtivas modestas, baseadas sobretudo no trabalho familiar, mas capazes de produzir excedentes e a malha das barganhas, em todas as suas variáveis. Estes estabelecimentos em suas origens mais remotas representaram a fixação de antigos boiadeiros e negociantes, entre os quais, a presença paulista foi constante desde os primórdios. Mais tarde, a ocupação se ampliou com os entrantes vindos da comarca do rio das Mortes. Foi no seio dessa combinação social de boiadeiros, lavradores, criadores, e "perfeitos negociantes", para usar a boa expressão de Cláudia Chaves (CHAVES, 1999), que se amarraram os troncos familiares de alguns dos protagonistas das violências aqui estudadas.

Não obstante, com o povoamento febril das catas, o comércio paulista se diversifica e intensifica, e passa a utilizar preferencialmente, a rota que cruzava a Mantiqueira, por onde chegaram ao coração "das minas" os produtos que vinham da Bahia e os que vinham da região paulista: mantimentos, "drogas da terra", especiarias dos sertões, artigos importados, ou boiadas para o abate e saíram oitavas e oitavas de ouro, como pagamento. Com relação a esta rota, sim, a atração dourada deve ter preponderado nos avanços do bandeirantismo paulista. Porém, concomitantemente, os mercadores paulistas passaram a dominar o fornecimento de rebanhos: de muares do Viamão, de bovinos dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava, através da grande feira de Sorocaba, segundo Lélio de Oliveira (OLIVEIRA, 1997, p. 34-35).

É natural pensar que os paulistas – celebrados como descobridores do metal – tenham sido os primeiros "*mineiros*". De fato, observando-se a lista arrolada por Mafalda Zemella, (ZEMELLA, p. 39), as minas foram "reveladas" na sua maioria absoluta por paulistas. Todavia, deduzir daí a hegemonia paulista na exploração propriamente dita do ouro, pode ser enganador. Laura de Mello e Souza observa, por exemplo, que devido às crises de fome, *"muito povoado foi deixado para trás pelos mineiros. Conhecem-se entre outros, os casos do abandono do Ribeirão do Carmo e da Serra do Ouro Preto, a deserção desta dando origem a muitos outros arraiais; até os fundadores debandaram: o Padre Faria foi para Guaratinguetá, Antonio Dias foi para São Paulo"* (SOUZA, 1986, p. 25, grifo nosso).

O domínio paulista parece ter sido essencialmente sobre o comércio e não sobre a extração. De fato, a presença paulista como "*mineiro*", *minerador*, senhor de escravo e de lavradio nas catas, foi logo sufocada pela pluralidade social provinda de todas as partes, principalmente das capitanias litorâneas e da Europa. Esta avalanche de *mineradores*, contudo, parece não ter abalado a *economia paulista*; ao contrário, dinamizou-a, assim como a das populações mineiras não envolvidas na mineração propriamente dita, que reordenaram suas áreas para a produção de mantimentos e criação, através de unidades combinadas de produção e de comercialização, além de uma parte significativa da população que, à maneira paulista, passou a se dedicar com prioridade ao comércio.

É notável como o *circuito de trocas* se tornou mais intenso e complexo pela "picada do desemboque", não apenas em decorrência do auge da mineração, mas também dos conflitos de hegemonia na região concorrente do rio das Velhas. Nesta, a dinâmica predominante e os conflitos que dela eclodiram, têm alguma relação com um aspecto não negligenciável do tráfico, a questão do contrabando. Este tipo de prática está sendo entendido aqui como uma política deliberada de resistência às pressões extrativas do estado metropolitano.

> "O comércio de contrabando foi aos poucos se organizando. (...) Uma das maiores figuras do contrabando baiano foi Manuel Nunes Viana, que fazia parte de uma ampla organização de criadores de gado, marchantes, lavradores, comboieiros, negociantes e capitalistas. (...) Recebidos tais comboios, com eles marchava para o território das lavras, sempre acompanhado de grandes escoltas armadas e dispostas a resistir às patrulhas que faziam a fiscalização nas estradas proibidas". (ZEMELLA, 1990, p. 76).

A autora aponta o conflito entre esse Manuel Nunes Viana e Borba Gato, paulista, guarda-mor das minas, que cooptava, contraditoriamente, os interesses da metrópole, citando o *Edital de Borba Gato* que ordenava o afastamento daquele comerciante da região das minas:

> "... sendo muy prejudicial a sua vinda a estas Minas pelo grande prejuízo que se segue a Fazenda Real todas as vezes que faz jornada pra os currais da Bahia ajuntando e agregando a si todas as peçoas que querem por aquela estrada desencaminhar ouro sem pagar quintos..." (ZEMELLA, 1990, p. 76).

Esse conflito adquire outro sentido quando visto pelo ângulo da concorrência de mercado e de mercadores e não como luta pela primazia de posse, ou pelo controle da extração no circuito das "catas", ou ainda pelo exercício do mando. Há evidências de que a questão mais séria era a lucratividade do abastamento "das minas". Assim, parece que o pleito de Borba Gato, estranhamente ao lado do fisco lisboeta, objetivava na verdade a hegemonia sobre a "conexão baiana", através da comarca do rio das Velhas, por onde um volume significativo de ouro era permutado por mantimento, carnes, armas, pólvoras, sal, açúcar, e montarias, vindos dos "altos sertões", e por ali chegavam às minas [103].

De qualquer forma, a questão do contrabando não passava desapercebida aos segmentos oficiais encarregados de satisfazer a gula extrativa do estado metropolitano, pois já em 1707, o governo do Rio de Janeiro havia denunciado esse tipo de transação, que parecia consolidada na conexão baiana: *"Em 23 de agosto de 1707, o governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Marcarenhas de Lencastro, denunciou a passagem de grandes partidas de negros, boiadas e cavalos carregados de gêneros que entravam nas minas, vindos da Bahia, sem pagar os direitos"* (ZEMELLA, 1990, p. 71).

Algumas décadas mais tarde, é o governador das Minas, Luís Diogo Lobo da Silva, que se afina pelo mesmo diapasão, num *"Extracto do descobrimento das Minas Geraes"*, conforme observa a mesma autora:

> "Descobertas as mesmas minnas a noticia de seus Eaveres segundo se alcança fez que pelos annos de 1690 até o de 1699 crescesse tanto o n. de povoadores pelas paragens onde hoje se achão as vilas de Sabará, villa do Carmo, villa Rica, São João Del Rey, São José, Cayathé, villa do Príncipe e Pitangui ocupandose na agricultura e extração do ouro nos diversos descobrimentos que hião apparecendo as grandes utilidades que destes rezultavão, fizerão que pelos caminhos do Certão, Bahya e Pernambuco

[103] Mas estes eram domínios de Manoel Nunes Viana. Tudo indica ser esse tipo de conflito o fator determinante da chamada *guerra dos emboabas*.

> laborasse o negocio de fazenda seca e molhados, gado vaccum e cavallar, escravos e o mais que se julgava ter sahida em huma nova povoação" (ZEMELLA, 1990, p. 70).

Diante do que consideravam abusos lesivos, medidas governamentais estatuíam a proibição dessas atividades marginais, mas, ao fazê-lo, reconheciam, implicitamente, a sua existência e dimensões, como é o caso do Regimento das Minas, cujo cap. XVII, determinava que: *"Nem hua pessoa do distrito da Bahia poderá levar às minas pelo caminho de Certão outras fazendas ou gêneros que não sejam gados e querendo trazer outras fazendas as naveguem pela barra do Rio de Janeiro e as poderão conduzir por Taubaté ou São Paulo"* (ZEMELLA, 1990, p. 70.)

Ao que parece, esta determinação nunca foi bem obedecida, tendo continuado a existir relações coibidas pelo governo, nem sempre dissimuladas, como suporte do contrabando e de outras formas de trocas e transações, pois como afirma a mesma autora, "*Paulistas e baianos, criadores, negociantes e mineradores, tangidos pela necessidade e pela avidez dos lucros, aliaram-se para fraudar toda essa artificiosa legislação proibitiva"*. (ZEMELLA, cit., p. 73).

Cláudia Chaves resumindo que *"eram três os principais caminhos que interligavam a capitania mineira ao resto da colônia: o caminho da Bahia, o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, respectivamente designados como Caminho dos Currais do Sertão, Caminho Velho e Caminho Novo"*, abona também a questão do contrabando: *"O percurso do Caminho dos Currais do Sertão era efetuado pelas margens do rio São Francisco até o entroncamento com o rio das Velhas, de onde se seguia para Sabará. Este caminho possuía diversos atalhos e desvios, facilitando a ação de contrabandistas"* (CHAVES, 1999, p. 83).

O relativo silêncio analítico e documental sobre a movimentação das trocas na picada do desemboque, ao contrário do que acontecia no rio das Velhas, pode ser resultado dessa estratégia de burla do fisco e das justiças, como se pode observar na citação que relaciona o povoamento regional à:

> "... rota de comercio, que, em fins do século XVIII, atravessava o nordeste do estado de São Paulo e, por aí, atingia o sul de Goiás, Mato Grosso; era conhecida como

> Estrada do Sal ou do Comércio, ou ainda Estrada Francana" [104], "por onde procuravam escapar à obrigação de pagar impostos na divisa de Minas Gerais com São Paulo". [105]

Mas, aí se omite a "*picada do desemboque*", que atravessava os chapadões, no alto do Canastra, interligando o "caminho dos goisases" não apenas ao arraial do Desemboque, como afirma Waldemar Barbosa, *"a picada inicialmente desembocava no arraial e ali terminava: não ia além"* (BARBOSA, 1971, p. 161), [106] que se equivoca, pois o caminho cruzava os altos chapadões da serra e tomava o rumo de Bambuí e Piumhi, onde se conectava, respectivamente com a "rota franciscana" primeiro, e depois, com a "picada de Goiás". Saint-Hilaire, escrevendo daí, e de conhecimento próprio, define primeiro os chapadões da Canastra: *"No ápice oferece, em todo o comprimento, um vasto planalto desigual, que os habitantes do país chamam Chapadão, palavra que é um aumentativo de chapada e não significa outra coisa senão grande planalto"* (p. 182), e, em seguida, nos dá um perfil correto sobre os entroncamentos que cruzavam aqueles os altos e suas serventias:

> "O chapadão é cortado por um caminho muito batido que é continuação daquele que eu seguia e que se bifurca; um dos ramos conduz à vila de Desemboque, e o outro à de Franca; (...) vi em vários lugares, vestígios dos fogos que acenderam as caravanas; os viajantes encontram água na montanha, em vão procurarão um abrigo". (SAINT-HILAIRE, 1944, T.I, p. 182).

Enfim, existem aspectos inerentes à produção e às trocas vinculando a picada do desemboque aos sertões do rio das Mortes e, mais tarde, aos sertões do Jacuhy. Por eles chegaram boiadas, boiadeiros, criadores, armas, munições, e saíram outras tantas "drogas da terra", caracterizando bem uma "história de Minas", que precedeu e conviveu com a "história das minas".

Saint-Hilaire, em sua Viagem às nascentes do rio São Francisco, relata, por exemplo, que em 1819, ainda existiam lavras para além de São João Del Rei, *"mas as dos arredores de Tamanduá e de Pium-í, estão hoje em dia completamente abandonadas. Cultiva-se a terra,*

---

[104] LIMA, S.M.J. (1973), citado por OLIVEIRA, 1997, p. 44.

[105] GEIGER, P.P. e DAVIDOVICH, F. (1961, p. 263-362) citado por OLIVEIRA, (1997, p. 44).

[106] O autor cita ainda, o bando do governador José de Lorena, de São Paulo, com data de 1789, publicado no vol. 11 dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, *"proibindo a utilização da "picada do desemboque" antes utilizada apenas pelos carregações de gêneros, pelos viandantes que, desviando-se do registro do das Velhas, iam ter ao Desemboque, ali forjavam guias falsas e seguiam para Goiás"*. (BARBOSA, idem, p. 161). A essa época já existia o povoado do Desemboque, mas a referência ao uso anterior remete à antiga rota dos paulistas.

cria-se gado e cevam-se porcos. (...) vi em todas as fazendas, grande número desses últimos animais, e são eles que constituem a riqueza principal dos arredores de Formiga." (SAINT-HILAIRE, 1944, T. I, p. 116). Em seguida, nos dá uma informação curiosa:

> "Quanto aos porcos castrados que se desejam engordar, tratam-se com mais cuidado, fecham-se durante o dia, em um curral e, durante a noite, faz-se com que entrem em um telheiro onde se espalhou palha de milho, (...); dá-se-lhes de comer três vezes por dia,: em geral milho em grão duas vezes e, na última, fubá, inhames ou carás; de quinze em quinze dias faz-se com que bebam água salgada e, nas habitações em que se fazem queijos, substitui-se o sal por rações diárias de leitelho [soro]. A raça de porcos mais comum nessa região tem o nome de porcos canastra" (SAINT-HILAIRE, 1944, T.I, p. 116-117, o grifo é nosso).

Essas redes de mercados e mercadorias, de produtores e negociantes, de solidariedades e conflitos; de coerções e resistências, estão na origem das violências regionais que tentamos compreender.

3.2 A malha dos entrantes

Antes de passarmos à malha dos entrantes, dois esclarecimentos são oportunos: tanto na malha dos entrantes quanto na das invernadas que se lhe seguirá, serão analisados os espaços ocupados pelas *fazendas e roças*, os seus produtos, as redes de comercialização, bem como os tipos sociais envolvidos. Estas análises serão feitas a partir de duas categorias: "economia de reprodução" e "acumulação". A discussão teórica propriamente dita ficará para a espiral seguinte.

Pretende-se, na análise da *economia de reprodução*, evitar algumas limitações comuns quando essas realidades são abordadas como "economias de subsistência", em geral apresentadas nas pesquisas como um "monobloco", e sempre identificadas aos "mínimos alimentares", à provisão do essencial de comer e vestir, ou ainda, como contraponto da economia de mercado, conotadas à noção de atraso, de "fechamento" econômico. A noção de subsistência tem sido utilizada muito mais como resíduo do historicismo, do que como categoria, no sentido antropológico, limitação que se deve ao crônico divórcio entre História e Antropologia, domínio, aliás, em que trabalhos mais recentes, como o de Claude Meillassoux, já atinham avançado:

> "Além da reprodução do ciclo produtivo, os cultivadores devem resolver o problema da reprodução da célula produtiva e das relações de produção. A perpetuação do ciclo

> distributivo, isto é, para cada um dos membros da comunidade, a possibilidade de beneficiar no futuro do seu trabalho passado e presente, está subordinada à sua capacidade de reproduzir as relações de produção, de recriar a organização social segundo um esquema repetitivo e segundo as mesmas estruturas". (MEILLASSOUX, 1976, p. 77).

A noção de reprodução, aqui utilizada, é muito mais complexa, pois inclui pelo menos alguns segmentos específicos: a) a reprodução dos corpos; b) a reprodução da força de trabalho; c) a reprodução das condições de vida; e d) a reprodução da cultura.

a) a reprodução dos corpos implica no volume de trabalho e de recursos despendidos na produção e, ou, obtenção de alimentos, inclusive seu preparo e conservação; na reserva e preparo das áreas de plantio e pastagem; no domínio de técnicas de cultivo e de pastoreio; na obtenção, manuseio e conservação de meios de transporte; nos cuidados com a saúde, principalmente. A execução dessas tarefas e o domínio das tecnologias necessárias, ainda que elementares, significam dispêndio de recursos e de tempo, o que, no fundo, dá na mesma.

b) a reprodução da força de trabalho, implica no volume de tempo e de recursos despendidos no treinamento ou adestramento, distribuição e utilização do trabalho dos membros da família, levando-se em conta, o trabalho feminino, o das crianças e dos homens adultos, inclusive parentela afim e agregados.

c) a reprodução das condições de vida implica nos custos de construção e manutenção da moradia, utensílios domésticos, proteção da propriedade, dos instrumentos, manutenção e melhoria das instalações de higiene, de fornecimento de água, de iluminação e outras pequenas necessidades, inclusive na aquisição de produtos necessários ao cotidiano da vida em pleno sertão, como o sal, a pólvora e, mais tarde, o querosene.

d) a reprodução da cultura, implica um complexo de afazeres e custos despendidos nas maneiras da mesa, nas cerimônias, viabilização do casamento dos filhos, nos rituais e festas, na prática de dons e contra-dons (sobretudo no compadrio e na vizinhança), (MAUSS, 2003; GODELIER, 2001), e na reprodução dos sistemas simbólicos: comprar à igreja os "sacramentos" como o batizado, o casamento, a comunhão, além das formas de extração do poder eclesiástico, as esmolas, espórtulas e outros.

No oposto, a noção de *acumulação* permite ampliar a noção de economia de mercado e de mercadoria. Parece mais adequada: visa sempre a ampliação do capital, no sentido braudeliano. Este é o lado econômico que transborda a "*reprodução*", mas que a alimenta, sem trocadilho, enquanto alavanca o investimento, seja pelo desejo, pelo sonho, que nos levaria aos domínios da psicologia social, ou, mais concretamente, pela busca objetiva, pelo projeto de crescimento, que inclui o princípio mais elementar de racionalidade, segundo a lição weberiana, a relação entre meios e fins. E mais, a acumulação só poderia ocorrer a partir da produção de um excedente da reprodução, realizável a partir do sistema complexo de trocas, como na advertência de Polanyi, ao criticar certos economicismos:

> «On oubliait que la theorie économique ou l'analyse économique ou l'économie pure n'est qu'une des disciplines qui s'intéressent à l'économie, c'est-à-dire à l'existence de l'homme du point de vue matériel. Pratiquement, elle n'est rien d'autre qu'une étude des phénomènes de marché» (POLANYI et al, 1975, p. 236) [107]

Ora, nesta perspectiva, sem a acumulação a reprodução estanca; pára, gira em torno de si mesmo, e tenderia a se atrofiar. Não haveria possibilidade de ser reprodução ampliada, levaria, em última instância ao imobilismo da história.

Os tempos do ouro provocaram mudanças consideráveis nas condições e estruturas da vida material, afetando tanto a reprodução quanto a acumulação nas áreas povoadas ao longo da conexão baiana, da picada do desemboque, dos chapadões da Canastra, e todo o seu entorno, região que no século XVIII representava a confluência de três capitanias: Goiás, São Paulo e Minas, e quanto a esta, especificamente, a região Sudoeste.

Mais ou menos à volta do complexo da Canastra, abrangendo o vale inicial do São Francisco, o rio Grande e seu principal afluente, o Sapucaí, e o curso final do Rio Pardo, havia, no século XVIII, quatro "sertões" razoavelmente bem configurados: do Rio das Mortes; do Campo Grande; do Rio Pardo; e do Jacuhy [108]. Este interessa particularmente aos propósitos desse trabalho.

---

[107] A afirmação se torna mais significativa quando se lembra que Polanyi não era propriamente um adepto da teoria do liberalismo econômico, nem da regulação da vida material pelo jogo do mercado, já que defendia *"uma economia planejada, de inspiração socialista"*.

[108] Etimologicamente, Jacuhy é a "água do jacu" – yacu-í – que, sem perder a significação, permite o sentido léxico de "rio ou ribeirão do jacu". É denominativo de origem indígena, atribuído pelos primeiros entrantes, inspirados naturalmente pela prosódia indígena da região.

Esses "sertões" podem, todavia, ser agrupados, já que se completam: o Campo Grande é, no fundo, a extensão oeste da região do rio das Mortes [109], enquanto os sertões do Pardo e Jacuhy formavam ambos os "confins" da capitania de São Paulo, cuja divisa era demarcada pelos rios Sapucaí (o de Minas) e Grande.

Antes que se falasse em "sertões do Jacuhy"[110], a região do rio das Mortes já se constituíra em Comarca, em 1714, mercê das minas ali descobertas e exploradas, levando à formação de centros urbanos polarizadores, como São João e São José Del Rei, Campanha e outros. A implantação dessa circunscrição não apenas indica a expansão "*das minas*" na direção sul-sudoeste, incorporando áreas novas e promissoras em termos de jazidas auríferas, como atesta providências para estabelecer instrumentos de governo e administração nessas áreas, tal como sugere o documento real que instituiu a capitania de São Paulo:

> "Eu El-Rei faço saber aos que este Meu Alvará virem, (...) Hei por bem que na Capitania de S. Paulo se crie hum novo Governo, e haja nelle hum Governador com a mesma jurisdicção, prerogativas e soldo (...) e lhe determino como Limites no sertão, pela parte que confina com o Governo de Minas, os mesmos confins que tem a Comarca da Ouvidoria de S. Paulo, com a Comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes..." [111]

Estas primeiras referências demarcatórias não diziam respeito propriamente aos moradores em si de quaisquer das partes, e sim à implantação dos "governos", ou seja, ao estabelecimento de formas concretas de coerção, tributação e fiscalização, que procuravam, ainda de forma tênue e anárquica, definir competências, quer pela instalação de *registros* e *passagens*, quer pela nomeação de autoridades para tal fim.

A busca de uma "jurisdição" correspondia, pois, à amplitude possível de arrecadação dos quintos, das capitações, ou dos dízimos, consoante a época. Implicava o controle das

---

[109] Quando foram criadas as comarcas e demarcadas as suas jurisdições, a região dos "sertões do campo grande", também chamada de "sertões da farinha podre", ficou pertencendo à Comarca do rio das Velhas. Aliás, curiosamente, existe ali, na "boca do atual triângulo mineiro", um outro pequeno rio também chamado "das velhas". Portanto, a área aqui referida não se estende para o norte, acompanhando o São Francisco ao encontro do rio "das Velhas", que faz a conexão entre Pirapora e Sabará, e sim, ligeiramente para o oeste. Quero crer que certos autores que interpretaram a expressão "rio das velhas" como uma corrupção da prosódia portuguesa de "rio das abelhas", podem, simplesmente, estar confundindo a denominação de um pelo outro, caso em que o "rio das abelhas", poderia, muito bem, ser este do "sertão grande"ou da "farinha podre".

[110] Geograficamente, a expressão "Sertões do Jacuhy" aparece conotada ao rio São João, afluente do rio Grande "a que os Bandeirantes das Geraes puzeram o nome Jacuhy", conforme nos informa texto do Auto de Posse de Dezemboque, (sic) em 1761 (Cf. DERBY (1896), vol XI, p. 66).

[111] DERBY (1896), vol XI, p. 06.

áreas mineradoras e das vias de acesso, tanto do ponto de vista civil quanto religioso. Estado e Igreja se emparelhavam na reivindicação de direitos sobre as riquezas "das minas", expressas na circulação do ouro e das mercadorias, quaisquer que fossem. Ambos, Estado e Igreja, procuravam consolidar formas incipientes de governo civil ou eclesiástico, sobre as gentes e seus afazeres, o que no fundo quer dizer que se reservavam o direito de participar da acumulação, através da extração, reduzindo no revés a capitalização dos produtores obtida nas malhas da circulação das mercadorias, inclusive a mercadoria de circulação por excelência, o ouro, que funcionava como moeda. (CHAVES, 1999; ANASTASIA, 2005; FURTADO, 1999; e outros).

A extração, como se sabe, passou por diversas mudanças: ora sobre as forças produtivas (taxação das bateias); ora sobre a força de trabalho (capitação); e, a mais comum, sobre a circulação (o quinto), ou ainda sobre o volume estimado da produção (acordos entre o fisco e as Câmaras) [112]**.** Com a adoção da "capitação", em 1735, liberaram-se as restrições sobre os caminhos, cuja abertura era até então proibida. Nos sertões do rio das Mortes, uma sociedade privada abriu por concessão a conhecida "Picada de Goiás" (1736), que, segundo Waldemar Barbosa, (BARBOSA, 1971, p. 80 e ss.) ia de São João Del Rei a Paracatu, ou seja, cruzava ao noroeste a conexão baiana, pela *Tapera do Piumhy* e pelo *Bambuy*, *"passagem Real da picada que se havia aberto no ano de 1735 desta capitania para a de Goiases, por onde passavam os Reais Quintos e alguns senhores Generais daquelas minas",* como reza a representação da Câmara de Pitangui, de 2 de julho de 1787, citada por ele (op. cit., p. 87).

O novo caminho favoreceu especialmente a comarca do rio das Mortes, conectando-a ao fluxo que vinha da Bahia, pelo São Francisco; de Goiás, pelo Paracatu; e dos confins da capitania de São Paulo, através da Canastra, das várzeas do rio Grande e do entorno delas, criando também oportunidades especiais para esta última. A comarca do rio das Mortes já era,

---

[112] "... preferindo a cobrança por bateias, D. Balthazar convocou a junta de 13 de março de 1715, celebrada na villa do Carmo. Os representantes, porém, que a ella compareceram, não estiveram pelo alvitre das bateias e offereceram pelos quintos de um anno vinte e cinco arrobas fixas (...) (p. 54) D. Balthazar, pensando em acalmar com sua presença os distúrbios, partiu para Sabará; mas nada ali conseguiu, senão a repulsa. Fugiu, pois, e achava-se em Raposos, de volta a Vila Rica, senão quando, alta noite, a Câmara de Villa Real e o povo assanhado vieram buscá-lo, sendo ahi obrigado a capitular e a firmar um termo pelos trinta arrobas". E, depois, com Martinho de Mendonça, outro "ajuste": "A Junta, com effeito, reconhecendo quão de facto era o Rei prejudicado por culpa dos extravios, concordou com a suppressão das Fundições, contra as quaes, aliás, e sempre os mineiros se manifestaram, e propôr o methodo, a cujo favor todas as vezes, onde foram consultados, se procunciaram, que era o pagamento por ajuste de uma quota certa" (p. 69) (VASCONCELOS, 1918, pp. 54, 55e 59).

ela própria, grande produtora e consumidora dos mantimentos, carnes, couros, fumo, toucinho, queijos e tantas outras especiarias dos "sertões". A nova dinâmica das condições materiais e populacionais levou-a a absorver o mercado fornecedor de média distância, ampliado a seguir, para atender a demanda local e a litorânea, representada pelo mercado do Rio de Janeiro, para onde tinha sido transferido o centro administrativo da colônia. A região do rio das Mortes não apenas reordenou a produção regional, como redirecionou a malha de mercado para a Corte, tornando-se importante *entreposto comercial*. *"A crise da mineração não foi suficiente para desestabilizar o mercado interno nas Minas, mas, pelo contrário, possibilitou o fortalecimento da produção interna, dinamizada pela atividade comercial"*. (CHAVES, 1999, p. 39)

Para os objetivos deste estudo, o perfil da vida material nos sertões do rio das Mortes, em termos da combinação entre produções agro-pastoris e artesanais e sua comercialização através de sólidas redes de mercado, pode indicar as possíveis conexões com o sudoeste de Minas, onde se gestaram os segmentos sociais e as violências, cujo entendimento se busca.

Entretanto, mal se conhecia esse "*sudoeste de Minas*". Junto ao "caminho dos goyases", que em sua derivação passava pela Canastra, sabia-se da existência de roças e moradas. (CHIACHIRI FILHO, 1982; POHL, 1951, tomo.I, pp. 216/231; BARBOSA, 1971; SAINT-HILAIRE, 1944; e outros). Mas só. As áreas, à esquerda do rio Grande, ao tempo da abertura da Picada de Goiás, eram áreas brancas nos mapas. Nesses cafundós, nem ouro, nem riquezas, nem ocupações humanas, apenas o folclore da oralidade: *"lugares ermos, serras alcantiladas, matas fechadas, grotões, e carrascais"*.

A própria expressão "sertões do Jacuhy" não aparece tão cedo. A rede de suas águas se resume a afluentes da margem esquerda dos rios Sapucaí e Grande: os ribeirões Conquista e Bocaina, e os rios Santana e São João. Este, que na verdade é mais um ribeirão que um rio, nasce no coração da área de que se vai tratar e percorre sinuosamente um trecho de mais de 70 km. até sua barra no rio Grande, eqüidistante do Rio Pardo e do Rio Sapucaí. O São João se tornou conhecido através dos entrantes paulistas, [113] e,a partir, passou a ser "referência e

[113] Esta constatação inverte, de certa maneira, uma convicção bastante sedimentada de que a região entre a barra do rio São João e as atuais divisas paulistas, que no séc. XVIII correspondia à Borda do Mato, depois garimpo das canoas, fora ocupada por entrantes mineiros. Na verdade, os apossamentos iniciais foram feitos por gente da Ouvidoria ou do Bispado de São Paulo. Muito depois, já no século XIX, é que teremos um movimento inverso com a migração de famílias mineiras para a região. Ver o Auto de Posse transcrito, mais abaixo, na nota 27, deste capítulo.

roteiro" para os ditos sertões, inclusive pelo presumido potencial de ouro em suas margens e afluentes; corre espremido entre morros de altitude média, entremeados de grotões de difícil acesso e pequenos cursos d'água, que ofereciam dificuldades significativas de transposição quando recobertos de matas virgens e, sobretudo, nas estações chuvosas [114]. Em suma, a região era área isolada, desconhecida, de difícil acesso, convidativa a esconderijos e refúgios, até a chegada dos entrantes paulistas.

Nestes inóspitos "sertões", as comunidades históricas só se formaram quando a cultura e as ações dos homens superaram os desafios da natureza local, relacionados à vida material e à própria reprodução, nas diferentes dimensões do viver social: administrar na prática os laços de parentesco, de vizinhança e de compadrio, os sistemas de ajuda mútua e suas obrigações implícitas ou explícitas, a definição de um calendário mínimo de celebrações e a construção de uma malha, ainda que elementar, de comunicação, ou seja, um sistema de regras sociais.

A historiografia regionalista convencional e os memorialistas (LOPES, 2002; FERREIRA, 1973; NORONHA, 1969; CARVALHO, 1998; CAMPANHOLE, 1979; entre outros) estão acostumados a pensar este processo a partir de uma visão etnocêntrica, a dos homens brancos, de origem européia, e daí buscam as origens de seus povoados, de seus arraiais e vilas, de suas genealogias e, inseridos nelas, os seus homens bons, os seus fundadores, e a memória dos seus feitos. São raríssimos os exemplos onde se possa encontrar uma isonomia entre este perfil e o perfil do "outro", como se fosse impossível ou intolerável que as sociedades diferenciadas pudessem se organizar em urbanidades, em núcleos civilizados, enfim, pudessem também integrar o comboio da História.

A formação dos quilombos nos "sertões do Jacuhy" são testemunhos disto. Esquecidos, quase sempre, pelos narradores da história, – ver por exemplo o livro bastante equivocado de Paulo Sérgio Silva sobre Jacuí (SILVA, 2004) –, eram vários; e tanto a sua formação como o seu trágico destino são episódios da resistência geral ao cativeiro por parte das etnias africanas[115], constante em todo o tempo da escravatura no Brasil. Por um, ou por vários motivos, grandes levas de negros fugiam das áreas centrais da mineração e se embrenhavam nos sertões. Uns formaram bandos de resistência armada, os famosos

[114] Nessa região, a abertura de picadas ao longo do curso do rio São João era dificultada pela vegetação espessa e pelo terreno acidentado. Durante a temporada de chuvas era praticamente impossível avançar. Em geral, os entrantes eram obrigados a "arranchar" em lugares menos alagados e aguardar a estiagem.

[115] Ver, por exemplo, MOURA, 1972; GOULART, 1972; FLORENTINO e MACHADO, 2003; entre outros.

quilombolas, contra os capitães do mato e os grandes escravocratas; outros formaram sítios de reprodução e resistência pela autonomia, os *Quilombos*.

Não é possível definir uma "rota de fuga" em relação aos quilombos dos sertões do Jacuhy, mas há grande probabilidade de que muitos escravos tenham vindo dos, ou através dos sertões do rio das Mortes, Sapucaí abaixo, até sua barra no rio Grande e daí, se enfurnados nos cafundós, nas *brenhas carrascais e grotões* do rio São João. Aí, protegidos pelo isolamento e pela aspereza do acesso, ergueram suas taperas em aglomerados singelos, onde estruturaram família, estabeleceram relações sociais básicas e viviam de produtos comuns obtidos ali mesmo, em plantios vulgares de feijão, abóbora, milho, mandioca, e em coletas de carás e inhames, alguma caça, e pesca freqüente nos córregos das proximidades. Nestes, acabaram descobrindo ouro em faiscagens ocasionais, e isto foi a rigor a sua danação.

Não se pode esquecer que, egressos do trabalho cativo das minas, dominavam os conhecimentos e as técnicas da prospecção sumária e da faiscagem. Eschwege, sobre este domínio, chama de *"mestres os escravos africanos"* (ESCHWEGE, 1944, T. II, p. 242). Escondidos em seus quilombos nos grotões das serras, até certo ponto protegidos pelas matas e pelo relevo, foram os reais descobridores do minério, junto à malha fluvial dos "Sertões do Jacuhy". Esta conclusão encontra amparo pelo menos em dois fatores: a citada experiência anterior, e a disponibilidade de tempo. As rocinhas e o cuidado das poucas criações eram tarefas de pouca monta, e isto lhes permitia dedicar um grande excedente de trabalho às atividades complementares de coleta e exploração dos córregos, ribeiros e *grupiaras*.

Estas atividades produtivas eram suficientes para satisfação da dieta e da reprodução, principalmente se considerarmos que o modelo de organização social se assemelhava muito ao das sociedades tribais, inclusive pelo fato de ser experiência que já traziam das suas regiões africanas. Marshall Sahlins, com relação às sociedades indígenas, aponta o dispêndio mínimo de trabalho, para a satisfação de níveis elementares elevados, nelas praticados (SAHLINS, 1970, pp. 50/51 e 124/126). Sem fazer uma transposição de dados entre realidades diferentes, é possível induzir que as condições de vida nos quilombos reproduziam mais ou menos os níveis das sociedades tribais: eram, portanto, satisfatórias, nada ficando a dever às corrutelas dos mineiros.

Além da reprodução, a formação de reservas para crises eventuais e diversificação da dieta, e a acumulação de meios de proteção, inclusive armas, indicam a produção de excedentes. Em suma, é preciso pensar numa reprodução ampliada, que correspondia a certa taxa de crescimento, o que só seria possível, admitindo-se a existência de malhas de trocas. Há, na verdade, evidências de que os moradores dos quilombos mantinham relações de *reciprocidade equilibrada* [116] com outros quilombos, e de trocas "não recíprocas", com moradores pobres estabelecidos nas redondezas, ou colonos de beira-de-estrada. Neste caso, é quase certo que permutavam produtos de suas roças ou criações, barganhavam faíscas de ouro por coisas que não tinham, como armas. A existência destas relações primárias de troca, aliás, não é nova na história do cativeiro no Brasil. Referindo-se, naturalmente a outras regiões, José Alípio Goulart nos dá informações importantes, como por exemplo, a proibição estabelecida desde 1670 de se comerciar armas com os negros dos quilombos:

> "O item 14 do Regimento de 19 de agosto de 1670, dado ao governador da Capitania de Pernambuco, Fernando de Sousa Coutinho, dispunha que este mandasse proceder contra "aquelas pessoas de qualquer qualidade ou condição que sejam que derem ou venderem artilharia, armas de qualquer sorte, pólvora ou munições ao gentio que estiver de guerra com seus vassalos e aqueles que tiverem feito mocambos e retirados neles o que é defeso por minhas leis e ordenações" (GOULART, 1972, p. 193, grifo nosso).

E, logo em seguida, citando o governador da província do Maranhão, mostra que no ano de 1857, ainda continuavam as mesmas práticas:

> "O escravo deserta da casa ou da feitoria do senhor, e nas matas, que avizinham os nossos rios, forma com outros que se acham nas mesmas condições os quilombos, que se reproduzem em vários lugares, muitas vezes entretidos pelos vizinhos, que com eles comerciam..." (GOULART, 1972, p. 193, grifo nosso).

A respeito destas articulações mercantis entre os quilombos e as populações dispersas nas redondezas, Clóvis Moura dá outra informação importante, ao comentar a ação dos quilombolas, destacando sua rebeldia: *"Tinham mesmo em povoados, e até vilas, agentes secretos que com eles especulavam, comprando-lhes o ouro, peles, poaia e mais coisas que podiam enviar, fornecendo-lhes em troca munição e gêneros"* (MOURA, 1972, p. 95, grifo nosso).

---

[116] Estamos utilizando o conceito de *reciprocidade equilibrada* segundo a classificação de Elman Service, (SERVICE, 1966) adotada e comentada por Marshall Sahlins (SAHLINS, 1970, pp. 129 e ss.)

Por outro lado, as medidas repressivas das autoridades às fugas do cativeiro nunca se arrefeceram. Em 1741, o governo de Lisboa mandará *"que seja rigorosamente cumprido o Alvará de 7 de março daquele ano, que estatuía fosse ferrado – ferro em brasa – com um "F" na testa todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo e cortada uma orelha em caso de reincidência"* (MOURA, 1972, p. 91).

A impressão que se tem, embora a partir de documentação exígua, é de que os "sertões do Jacuhy", em meados do século XVIII estavam coalhados de quilombos. Não tanto de "aldeamentos e povoações", mas, além destes, pequenos sítios familiares ou de parentela pouca, incrustados nos desvãos das serras e nos grotões, porém, interligados como uma verdadeira malha. Clóvis Moura se refere a eles como um "todo", como se fosse um único quilombo:

> "... do Sapucaí, que alguns acreditavam ser o mais populoso de Minas Gerais, inacessível às tropas de capitães do mato, pois os negros que eram contratados para servir de guias ludibriavam as tropas sobre o seu verdadeiro local e sobre o qual, infelizmente, temos poucos elementos para sua reconstrução histórica" (MOURA, 1972, p. 97).

Como se verá mais à frente, é indiscutível a existência aí de pelo menos seis quilombos. Ao destruí-los, a "sociedade culta" perdeu a oportunidade de ter analisado, ao vivo, a formação de insipientes relações de troca, que visavam alguma forma de acumulação, ali mesmo, onde elas jamais teriam sido imaginadas, o que impõe a necessidade de repensar certas características presentes na organização social dos sertões, pois parece que começaram a capitalizar-se, no sentido braudeliano, desde tenra idade. Mas isto é assunto que foge aos desígnios deste trabalho. A sorte desses quilombos está relacionada ao movimento dos entrantes paulistas na região, porque a eles, indiretamente, se atrela o destino dos quilombos. Sabe-se que o paulista Pedro Franco Quaresma[117], que *já havia estado em Goiás em busca de*

---

[117] Sobre Pedro Franco Quaresma, *"sabemos que fora eleito pela Câmara de Jundiaí em 2 de janeiro de 1763, para juiz das "novas Minas do Emboque"* (CAMPANHOLE, 1979, p. 54, citando o livro de Atas da Câmara de Jundiaí referente ao período de 1749-1823, p. 93), ampliado por nova eleição com data de 20 de abril do mesmo ano, para a região do *"Desemboque, São João (Jacuí), Santa Ana e mais descobertos daquele continente"* (p. 54). Logo a seguir, na mesma página, o autor transcreve um importante termo de posse e juramento: *"Aos dezessete dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e três anos, neste Arraial do Novo Descoberto de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão de São Pedro de Alcântara e Almas, Comarca da Cidade de São Paulo, e sendo aí em casa de aposentadoria do juiz Ordinário o Cap. Francisco Barreto Leme, estando aí presentes para servirem de Juiz Ordinário o cap. Pedro Franco Quaresma e o cap. João Pires Rodrigues e para Almotacé José Antonio Lobo de Melo e o Cap. Domingos Rodrigues da Silva; Escrivão Público o licenciado Mathias de Souza Murça, aos quais deu posse e juramento..."* (Livro de Correição da Câmara de Jundiaí, anos de 1744/1828, apud. CAMPANHOLE, 1979, pp. 54 e 55). Ainda segundo o mesmo autor, Franco Quaresma não

ouro", andava com sua gente pelas imediações do "desemboque", entre 1750 e 1755, e já residiam no caminho de Goiás, desde 1751:

> "Em 1754 Pedro Franco Quaresma, Francisco Vieira da Costa e Manoel de Siqueira Gil, genro deste último, residentes no Caminho de Goiás, enviaram petição a José Luís de Brito Melo, ouvidor-geral de São Paulo, na qual declaravam que há três anos, portanto em 1751, descobriram vestígios de ouro para as partes da Campanha da Boa Esperança (região do Desemboque), solicitando tempo mais extenso para a exploração, pois a falta de mantimentos e muitas águas os fizeram retroceder dos socavões" (CAMPANHOLE, 1979, p. 53).

O mesmo autor esclarece, em seguida, que essa petição foi registrada no Livro nº 12 do Cartório de 1º Ofício de Jundiaí, p. 245, pelo escrivão Francisco Xavier de Almeida, tendo merecido:

> "(...) o despacho favorável do desembargador e ouvidor-geral da cidade de São Paulo e sua comarca, José Luis de Brito Melo, que em observância do seu mandato, determinou fossem castigados os que perturbassem os suplicantes com as penas que são impostas aos perturbadores da extensão do real domínio. O despacho é de São Paulo, 28 de agosto de 1754" (CAMPANHOLE, 1979, p. 53).

O governo paulista garantia pois a Pedro Franco Quaresma e sua gente privilégio e proteção, para continuar as suas prospecções, pelo fato de ter descoberto *vestígios de ouro para as partes da Campanha da Boa Esperança (região do Desemboque)*, área que se encontra ainda hoje, com a mesma denominação, nas imediações do atual município de Franca. Daí, avançam a leste fazendo socavões *"em diligência de descobrir ouro"* nos ribeirões da Borda da Mata até à Barra do Rio São João.

Esses pioneiros paulistas tomam posse civil e eclesiástica de um arraial, sob a invocação de *N. S. da Conceição do Rio Grande*, em 1755[118], que deve ser a atual cidade de Franca. Logo depois, apossam a *barra do São João* garantindo o domínio prévio do grande sertão à frente até à barra do rio Sapucaí, (o mineiro) e à direita *"até onde terminassem as deligências de Pedro Franco Quaresma"*[119]. Logo depois, em 1756, esse capitão chegou a

---

estava mais em Jacuí em 1764 (p. 57). Com efeito, não sabemos o paradeiro deste capitão. Mas, sabemos duas coisas: que em vários sepultamentos de 1762 em diante registrados no livro de óbito de Jacuí são de escravos que lhe pertenciam; e que em 1791 já era falecido, pois sua viúva, Ana Nunes Cardoza, foi sepultada na capela dos pretos de Jacuí, em 06.10.1791, com a idade de 70 anos. (Livro 01 de óbitos da Paróquia de Jacuí, fl. 53-53v.).

[118] "Auto de posse de Conceição do Rio Grande". 1755. (Cf. DERBY, 1896, p. 64-65).Ver **Anexos, Textos, 3.9**.

[119] No Auto de Posse do Sertão do Rio S. João (de Jacuhy), 1755. "Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil setecentos cincoenta e cinco annos, aos sete dias do mês de outubro do dito mês e anno neste

Jacuí, segundo depoimento de José de Araújo Ferraz, Alferes das Ordenanças de Mogi-Mirim e juiz da demarcação de terras, em carta enviada no mês de julho de 1820 ao Sargento mor Dias Pacheco, conforme documento do Arquivo de São Paulo:

> "Lembro-me, que o Arraial de Jacuí, hoje Vila, em 1756, foi descoberto pelo capitão Pedro Franco Quaresma, vindo do Arraial da Ressacatú e deu manifesto da sua obediência a esta Capital. Em 1762, foi descoberta a Freguesia do Cabo Verde, pelo Capitão Veríssimo João de Carvalho, indo da Freguesia do Ouro Fino, e deu obediência a esta mesma Capitania: e assim se começou aquelas duas Freguesias..." (Liv. 32, fl. 150, caixa 10, ordem 368, in CARVALHO, 1998, p. 30, grifo nosso).

É esse o primeiro contato da "frente paulista" com os moradores dos quilombos na região de Jacuí. Conhecendo o sucesso desses quilombos nos "descobertos e faiscagens" do ouro, o próprio Pedro Franco repassou a notícia ao governo paulista, garantindo assim a posse e os privilégios, conforme se deduz da frase *"e deu obediência a esta mesma Capitania"*. Posses e privilégios interessavam aos entrantes; ao governo, interessavam tributos; entre ambos se interpunham os quilombos e seus moradores. A opção para incorporar o território aos interesses da capitania implicava em destruir os quilombos, aprisionar seus moradores, reconduzindo-os ao cativeiro e apossar as terras e as minas. Pelo menos, foi esta a interpretação do governo mineiro, então sob a administração de José Antonio Freire de Andrade, por delegação de seu irmão Gomes Freire, e que realmente a pôs em prática, sob a alegação de que o governo paulista não se interessara em fazê-lo, como se deduz da Carta do Vice-Rei Conde da Cunha ao Ouvidor de São Paulo, de 24.05.1764 [120].

O governo da capitania das Minas vinha empenhado na destruição dos quilombos, diante do sucesso destes na região do Campo Grande, então integrados à Comarca do Rio das Velhas, e à Comarca do rio das Mortes, até o Sapucaí. Entre 1757 e 1762, desenvolve uma política que pode ser chamada de verdadeira "*caça aos quilombos*" com o objetivo de

---

Certão do Rio Grande paragem chamada BORDA DO MATTO descuberto de Pedro Franco Quaresma de Minas de Ouro em o qual anda elle dito em deligência de Descuberto de Ouro em cuja paragem se achava presente o Juiz de Órfãos "trienal" Martinho da Silva Prado com comissão do Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de S. Paulo, Intendente de Ouro, Superintendente das terras Mineraes da mesma Comarca João de Souza Filgueiras commigo escrivão do seu cargo ao diante nomeado, e sendo ahy tãobem João Monteiro das Neves, Procurador do Conselho da Villa de Jundiahy em virtude do mandado retro (...) vinha tomar posse de todo o Certão onde anda Pedro Franco Quaresma em deligencia de descubrir ouro a saber: - do Rio de São João que faz barra no dito Rio grande, e por elle acima te onde finalizar o dito Pedro Franco com a sua deligencia, e tãobem de todo o Certão além do dito Rio S. João até o Rio de Sapocahy (...)" (DERBY, 1896, p. 63).

[120] "... não se interessando a Câmara da dita Comarca de São Paulo, nem os seus habitadores, para rebaterem os insultos, que cometião os referidos negros, nem lembrando-se para o castigo dos que sentião quando se extendião nos corsos que se praticavão (...)" (DERBY, 1896, p. 63).

recapturar força de trabalho, (e capital), apossar-se das terras e das "faiscagens" em poder dos moradores dos quilombos, para premiar os colonos e consolidar sobre estes e essas áreas os instrumentos de coerção e extração do estado metropolitano. Assim, a tarefa de "*limpeza dos sertões do Jacuhy*", (capitania de São Paulo) que interessa a este trabalho, se enquadra perfeitamente na seqüência das iniciativas do governo das Minas. Para a maior destas expedições, encarregou Bartolomeu Bueno do Prado[121], , a quem delegou o comando de 400 homens armados e incumbiu a destruição dos quilombos do Campo Grande (para além da Canastra) e do Sapucaí.

Diogo de Vasconcelos já registrara esta expedição, incluindo bem à sua maneira um juízo de valor, quanto ao comandante:

> "Várias foram as expedições ordenadas pelo Governador José Antonio Freire de Andrade. A primeira, que consta de seu offício de 01.03.1757, foi encarregada ao já conhecido capitão-mor Bartholomeu Bueno do Prado, residente no Pitangui. Era este filho do famoso Domingos Rodrigues do Prado e, portanto, neto do Anhanguera, e muito garbo fazia da febera avoenga, que elle de facto não desdourava, nada sendo mais próprio do aventureiro, que foi. Acceitando a incumbência, pôs-se à frente de quatrocentos sequazes e metteu-se pelos Mattos e serras em combate aos quilombos do Indayá e além da Marcela, dos quaes os maiores foram os ditos do chefe negro chamado Ambrosio, e do Zundo, appellido de um outro" (VASCONCELOS, op. cit., p. 173).

Em 1800, um neto desse Bartolomeu Bueno do Prado, entrou com um processo no sentido de obter certas benesses e mercês que, pelos feitos do avô, julgava ter direito. Os dados relativos à expedição que serão utilizados a seguir, são extraídos desse processo. No preâmbulo de sua petição, quando o neto argumenta as ações do avô, se refere explicitamente aos "Sertões do Jacuí", deixando assim mais ou menos evidente que a expressão está de alguma forma ligada ao desenvolvimento daquelas jornadas militares. Por enquanto, vejamos os dois trechos da petição inicial:

---

[121] A indicação de Bartolomeu Bueno do Prado para o comando da tropa especial, está lavrada nos seguintes termos (o texto está incompleto e com falhas em alguns pontos): (Arquivo do Ultramar, Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800, Rolo 140, pág. 90). *"José Antonio Freire de Andrada, etceteras. Faço saber aos que esta virem, que por quanto tenho formado um corpo de quatrocentos homens para irem a uma diligência do serviço de Sua Majestade, e (...) como o dito corpo se devia compor de um governador comandante, sargento mor e capitães que governasse uma companhia de quarenta e quatro soldados, (...) pelas informações que tenho da pessoa de Bartolomeu Bueno do Prado e do zelo que nele ... para o serviço de Sua Majestade e da prática e por confiar na capacidade e de ver como distinta honra e valor mostrado o que lhe encarregar do serviço do mesmo senhor (...) (...) debaixo do juramento dos santos evangelhos ..."* (APU, Arquivo Histórico Ultramarino, Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, p. 90).

> "O primeiro avô do suplicante, o capitão-mor Bartolomeu Bueno do Prado, sendo nomeado pelo general de Minas com.te. de honrosa patente de fl. 12, para governador e comandante de uma tropa de 400 homens com seus respectivos oficiais, foi igualmente incumbido de uma poderosa expedição contra os negros fugitivos, aquilombados, e acastelados no vasto **Sertão do Jacuí** e Campo Grande, a qual ele empreendeu, e felizmente executou com enorme gasto de sua própria fazenda, pois rompido aqueles incultos lugares debaixo de mil incômodos, e riscos de vida concluiu a conquista de grandes povoações habitadas por aqueles pretos, desassombrando e livrando todo o continente de Minas Gerais da opressão em que estava por motivo daqueles alevantados..." (...) "A diligência do avô do suplicante se deve o serem presos e mortos em porfiosos combates aqueles levantados, a ter hoje a Coroa de Portugal povoado tão vastíssimo sertão, haver nele o grande Arraial de Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcântara e Alma de Jacuí, e de que se tem tirado um avultado interesse de 13 arrobas de ouro..." [122].

Foram arroladas como testemunhas mais de uma dezena de pessoas. Muitas tinham participado das ações outras foram contemporâneas. Em geral, com poucas variações nos termos, todas confirmaram os fatos, e por meio de seus depoimentos pode-se recompor o roteiro mais provável da expedição [123], bem como a evidência dos quilombos, inclusive denominações da maioria: "*Quilombo do Pinheirinho, de Santa Ana, Muzambo, o da Pedra, o de Angola, o do Maribondo, e do Zundú, e do Caité, (...)"*, aos quais outra testemunha acrescentou o das *cabeceiras do Rio Pardo* [124].

Os depoentes do referido processo indicam que durante esta permanência, Bartolomeu Bueno ergueu uma edificação [125], junto às faiscagens do ouro feitas anteriormente pelos moradores dos quilombos, e consolidou a povoação que se iniciara. Sobre este fato, importa transcrever o depoimento de algumas das testemunhas do processo de 1800. O Capitão João Gaspar de Abreu, por exemplo, *homem branco, casado, morador na freguesia das Lavras, onde vive* [em 1800] *de sua lavoura, de idade de oitenta anos*, textualmente,

> "... disse que sabe <u>por ver</u>" que é certo que logo que se fez a dita conquista e por nelas descobrirem minas de ouro acudiu povo numeroso, e se <u>edificou uma povoação e Arraial denominado Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcantra</u> (sic) <u>e</u>

[122] AHU Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800 - Rolo 140, pág. 77a/b.
[123] Ver **Anexos, Registros, 1.4**.
[124] Depoimento do Capitão João Gaspar de Abreu. AHU, Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800 Rolo 140, pág. 109.

[125] As características das edificações sugerem que se tratava de um verdadeiro "quartel". As ruínas desta construção ainda estão de pé, junto ao ribeirão de São Pedro de Alcântara, foram encontradas recentemente e estão sendo estudadas pelo Laboratório de História da Faculdade de Passos e pela Sociedade Amigos do Jacuí, SAJ, sob nossa coordenação.

> Almas de Jacuí, onde se pôs um registro com vezes de intendência comissária, onde se troca dinheiro de Sua Majestade" [126].

Outro ponto significativo é que Bartolomeu Bueno não se restringiu à destruição pura e simples dos quilombos; entre outras providências coadjuvou o guarda-mor paulista [127] na repartição das terras e faiscagens aos moradores, aos entrantes, e principalmente aos próprios integrantes da expedição.

> "disse que sabe por ver que no lugar de Jacuí houve descoberto de ouro no Ribeirão de São Pedro, e Rio de São João além de outros muitos córregos que em todos houveram partilhas ao povo pelo guarda-mor geral a cuja repartição assistiu o capitão-mor avô do justificante, evitando com a sua assistência as desordens e absurdos que costumam haver em semelhantes ocasiões" [128].

Sobre a repartição dos escravos capturados nada dizem. Mas há evidência de que também foram distribuídos. No livro de óbito da capela, referente aos anos de 1762 e seguintes, constam inúmeros assentos, que evidenciam a presença de muitos dos integrantes da expedição de Bueno do Prado ou seus descendentes, bem como de seus escravos, conforme levantamento realizado recentemente (SILVA, 2006) [129].

---

[126] É também o que afirmam Manoel Correia da Silva, homem pardo, viúvo, morador na freguesia das Lavras, de idade de noventa anos, de forma incisiva: *"... e ele edificou uma povoação denominada Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcantra (sic) adonde se edificou um registro com vezes de intendência comissária (...)"*. (Cf. Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800, Rolo 140, pág. 119-b, grifo nosso); e Francisco da Silva, homem branco (idem, pág. 124-b), viúvo, morador na freguesia das Lavras, onde vive de sua lavoura, de idade de setenta e cinco anos, afirma a mesma coisa: *"...logo que se desinfestou os sertões de Jacuí, e por se descobrirem nele Minas de Ouro, se edificou um Arraial ou povoação com o nome de Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcantra (sic) de Jacuí, onde também se criou um registro com vezes de intendência comissária"*. É quase certo ter sido nesta edificação, onde deixa soldados sob o comando do cabo de esquadra Antonio da Silva Lanhoso, que em 1764 o então governador de Minas, Luís Diogo Lobo da Silva assina seu famoso bando, escrito por Cláudio Manuel da Costa, incorporando os "sertões do Jacuhy" à capitania de Minas. AHU - Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800 Rolo 140, pág. 109-b, grifo nosso.

[127] Trata-se, sem dúvida, do guarda-mor interino Manoel Roiz de Araújo Belém, que tomara posse em nome da Câmara de Jundiaí, para a Capitania de São Paulo, do ribeirão de São Pedro de Alcântara e Almas do Jacuhy, em companhia do capitão Pedro Franco Quaresma e outros, pouco antes da expedição de Bueno do Prado. A esse respeito veja-se o texto completo do Auto de Posse, datado de 03 de outubro de 1761, (DERBY, 1896, p. 68).

[128] Fato corroborado pela testemunha Manoel Correia da Silva, já citado anteriormente: "... que ele testemunha sabe por ver que no dito descoberto do Jacuí se descobriram minas de ouro no ribeirão de São Pedro e rio de São João, além de outros muitos córregos pequenos, e o descoberto foi repartido ao povo pelo guarda-mor geral cuja repartição assistiu o dito capitão mor (...)". (AHU, Verbete n. 11295, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800 Rolo 140, pág. 119-b). Observe-se que todos afirmar que sabem "por ver", o que significava que foram testemunhas oculares dos fatos. Faziam parte da expedição de Bartolomeu Bueno.

[129] Bartolomeu Bueno, em 30 de outubro de 1764, foi testemunha de um batizado, conforme registro no livro da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcântara [do Jacuhy], assinado pelo padre Pedro Francisco Machado. Sobre o padre Marcos Freire de Carvalho, Hiansen Vieira Franco, afirma que ele foi o primeiro "vigário" de Jacuí, tendo falecido aí em 10.01.1765; foi sepultado "no campo", posteriormente

Embutidos nas destruições dos quilombos estão fatos significativos: a configuração do grande interior dos "Sertões do Jacuhy", a origem dos arraiais de Jacuhy e de quase todos os arraiais posteriormente surgidos na região, inclusive o de Passos. Além do mais, a expedição destruidora de Bueno do Prado, serviu de preâmbulo para o apossamento efetivo das áreas pelo governo das Minas, quando logo depois, em 1764, Luís Diogo Lobo da Silva, na governança de Minas, fez o seu giro "*pelos confins da capitania*" [130], com a finalidade de tomar posse efetiva dos "Sertões do Jacuhy" [131], ou seja, implantar os aparelhos de coerção do Estados; Assim, que ao longo do caminho, em todos os povoados, tratou de organizar as *guarnições e tropas locais*[132]. Estas duas tarefas foram extremamente importantes para a história administrativa da capitania de Minas e ampliaram consideravelmente a Comarca do rio das Mortes. Neste caso, as mudanças decorrentes da incorporação da área e da formação das "milícias" são iniciativas que reforçam tanto a coerção quanto a tributação pelo Estado. Ambas estão relacionadas com os problemas discutidos neste trabalho.

---

transferido para o cemitério da capela (FRANCO, 2003 p.24). Quanto a Pedro Franco Quaresma, não sabemos o paradeiro deste capitão. Mas, sabemos duas coisas: que em vários sepultamentos de 1762 em diante registrados no livro de óbito de Jacuí são de escravos que lhe pertenciam; e que em 1791 já era falecido, pois sua viúva, Ana Nunes Cardoza, foi sepultada na capela dos pretos de Jacuí, em 06.10.1791, com a idade de 70 anos. (SILVA, 2006).

[130] Trata-se da Relação das marchas que se seguiram na diligência da mostra geral que se principiou em 13 de agosto de 1764, e se acabou em 3 de dezembro do dito ano, com declaração da cidade, vilas, e mais partes porque se transitou para o dito efeito, e outras diligências do real serviço. Feita em 22 de janeiro de 1765. O original se encontra no acervo do Ultramar, Verbete n. 6796, Cx. 85, Doc. 34 - 06.03.1765. A relação acompanha o ofício enviado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ver **Anexos, Textos, 3.10**.

[131] Bando do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, anexando a área paulista ao governo de Minas: "... Reconhecendo compreendidas dentro da demarcação deste Governo das Minas Gerais as terras que formam os novos descobertos dos Rios de São João do Jacuí, São Pedro de Alcântara, e Almas, Ribeirão de Santa Ana, até a Serra que termina no Rio Grande e no sítio chamado o Desemboque, e todos os mais distritos que fazem a divisão desta Capitania (...) principiando-a do alto da Serra da Mantiqueira, do sítio onde se achava um marco conhecido como ponto da demarcação da antiga Capitania de São Paulo com a de Minas,(...) até findar no Rio Grande, baliza também do de Goiás..." (...) "... Ordeno que todos os Moradores deste Arraial de S. Pedro de Alcântara, e Almas, os de Santa Anna, e de São João de Jacuí, Mineiros e Negociantes de todos os seus distritos que presentemente se acharem com Ouro em pó, ou moeda de Ouro cunhada de qualquer valor, venham perante mim apresentá-la no preciso prazo de três dias sendo moradores em alguns dos ditos Arraiais; e no de oito sendo das suas circunferências..." Cf. **AHU**, Verbete n. 6796, Cx. 85, Doc. 34 - 06.03.1765, Rolo 75, Págs. 124-b, também em DERBY, 1896, p. 72 e ss).

[132] A Relação das Marchas do governador Luís Diogo Lobo da Silva, que contém todas as providências relacionadas à organização da milícia, ou seja, a implantação dos aparelhos de coerção do Estado, está transcrita no Registro ... , ao final deste capítulo.

No primeiro caso, ao deslocar as fronteiras da capitania em direção ao rio Pardo, o governo de Minas além da "questão de divisas" com São Paulo [133] inaugurou, também, o processo de ocupação da região por gente "mineira", que, na prática, significaria o deslocamento de "colonos" da Comarca do rio das Mortes para "os sertões do Jacuhy". Este processo, se acentuaria ao longo do oitocentos, e igualmente importa a este estudo.

No caso de Passos, que é o foco dos problemas da violência em análise, o próprio desenvolvimento do primitivo povoado se deu com os "entrantes" da região de Candeias, Tamanduá, Lavras do Funil, São João Del Rei e adjacências, ou seja, vindos do núcleo central da Comarca do rio das Mortes, embora já existissem aqui moradores paulistas procedentes da Freguesia do Facão, hoje a cidade paulista de Cunha [134]**.** Assim se configurou, em suma, a formação das roças, fazendas e distritos urbanos no entorno de Jacuí.

Parece prudente, antes de se analisar a malha dos invernistas, que se faça aqui uma breve sinopse, à guisa de conclusões parciais.

Os "Sertões do Jacuhy" se formaram historicamente na grande malha espacial situada na conjunção das águas de três rios que definiram seus limites: o rio Grande, o Sapucaí e o São João. O rio Grande era então, de certa forma, o cordão umbilical que os unia aos referidos sertões. No centro deste, o rio São João e todos os seus afluentes representaram papel decisivo. Tanto que, por muito tempo, os documentos se referem a "sertões do rio São João"[135]. Aí, os homens se organizaram socialmente como produtores e mercadores, em atividades de roça e de criação.

A primeira grande ocupação dos "Sertões do Jacuhy" foi realizada, sem dúvida, pelas etnias africanas, ou delas descentes, como forma de resistência ao cativeiro. Implantaram

---

[133] Sobre as disputas fronteiriças entre as duas capitanias, o volume XI dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, publicado por Orville Derby, em 1896, continua sendo uma referência obrigatória. Mas no Arquivo Público de São Paulo existe grande acervo de manuscritos da época, que não foram ainda pesquisados, assim como em muitos outros arquivos regionais.

[134] O Padre José de Freitas e Silva, era natural da Freguesia do Facão (hoje cidade de Cunha), SP, filho de Antonio de Freitas e Silva e d. Faustina Maria das Neves. Foi vigário de Jacuí. Houve por posse, na década de 1780, a Fazenda Bonsucesso, considerada uma das precursoras, no município de Passos, onde fixou a mãe viúva e irmãos.

[135] Expressão que englobava, em fins do século XVIII, toda a área hoje compreendida por 30 municípios, desde o local antigamente chamado de "desemboque", hoje Usina de Peixotos, seguindo a partir do município de Claraval, pela divisa com São Paulo, até às alturas do rio Cabo Verde, por este abaixo ao encontro do antigo leito do rio Sapucaí (hoje lago de Furnas), e por este até sua barra no Rio Grande e descendo por este até o antigo "desemboque". O rio São João corre mais ou menos no centro desta grande área.

inúmeros quilombos na região, baseados na organização de uma economia de reprodução. Socavaram e descobriram ouro nos cursos d'água e nos grotões, praticando a faiscagem de aluvião. Há indícios que permitem supor a existência de um sistema rudimentar de trocas com moradores das redondezas.

Sucederam à destruição dos quilombos, no movimento ininterrupto de apossamento das áreas promissoras, os colonos (pobres e ricos), os capitães e guardas-mor, milicianos, fiscais, autoridades e clérigos. Os primeiros entrantes foram paulistas, seguidos da gente da comarca do Rio das Mortes. Os "Sertões do Jacuhy" resultaram, portanto, de movimentos complexos de ocupação, a que se pode denominar de malha dos entrantes. Estes movimentos têm raízes de longa duração, que envolvem desde a resistência ao cativeiro, a destruição dos quilombos, captura do capital escravo, apossamento de suas faiscagens e terras, e assentamento de "súditos da coroa"[136]. Convém esclarecer que os termos "paulistas e mineiros", muito utilizados daqui para frente, não se denotam pela "naturalidade" e sim pela "procedência": o local de nascimento não tem peso significativo na configuração dos movimentos.

[136] Entre os quais, a "gente paulista": sertanistas da Villa de Santa Anna das Cruzes do Mogi, autoridades da Comarca e da Ouvidoria de São Paulo, camaristas de Jundiahy e o clero do Bispado de São Paulo; a "gente mineira", representada principalmente por sertanistas e autoridades da Comarca e Ouvidoria do Rio das Mortes, pelos camaristas de São João Del Rei e pelo clero de Mariana (depois de 1745).

CAPITULO 4 A ESPIRAL DAS DESARMONIAS

As espirais até aqui enfocadas convergem para um mundinho mais restrito, o do Sudoeste de Minas, onde a cidade de Passos acabou se configurando como centro hegemônico no campo das materialidades e idealidades, entendidas estas, no sentido que lhes foi dado Maurice Godelier (GODELIER, 1977); e no campo do exercício mercantil, como convergência de novas configurações comerciais que encontram eco, entre outras, na análise específica de Braudel sobre Minas Velhas (BRAUDEL, 1969). Tal hegemonia, ainda que referida a esse mundinho particular, se estendia por uma complexa rede, no espaço e no tempo, por onde fluíam os negócios, as coisas, os consumos e as idéias, formando a silhueta de um mundo que se metamorfoseava em capital. O lastro das mudanças estava incrustado no seu processo de acumulação ampliada, gestada nas alternativas abertas pela conversão das velhas práticas de criação e comercialização do gado bovino ao "sistema de invernada"[137].

Mas, a invernada ao produzir os seus *invernistas*, fazendeiros ou roceiros, produziu também outras categorias agregadas, além da diversidade das relações sociais, através das quais se articulavam, reproduzindo existências e ganhos. Neste nível, as contradições surgiam, no plano político, com impulsos de apartar uns e outros, segundo os patamares em que se defrontavam: no empirismo das administrações, no jogo das decisões, ou nos conchavos das articulações. Isto é, quanto às condições de mobilidade, quanto às instituições municipais e ainda quanto aos vínculos entre estas e o Estado.

Por isto, a investigação aqui se desdobra em dois círculos. No primeiro, examina-se a *malha das invernadas*, partindo da tentativa de entender esse novo arranjo da economia, para em seguida, entender como atuaram de forma mediata ou imediata nos relacionamentos dos homens enquanto coronéis e invernistas, lavouristas e governistas, camaradas e jagunços. No segundo, "*a malha e os nós*", tentar-se-á uma forma de amarração: investigar o "*arranjo sistêmico*", ou seja, a possibilidade de que as tensões geradas nesse nível, tenham produzido as condições de eclosão das violências em Passos, compondo, portanto, as vias possíveis de inserção na história. Indícios pipocados ao longo da investigação sugerem certa isonomia entre a amplitude da acumulação, tanto ao nível do mercado invernista quanto do mercado

---

[137] Invernada, no linguajar rural, é termo que se refere tanto a um tipo de pastagem, no caso passense, quase sempre semeado empiricamente, sem qualquer tecnologia, de capim gordura; mas se refere também ao manejo do rebanho, que consiste em soltar o gado na referida pastagem, onde ficaria "invernado" - engordando de forma natural – sem grandes cuidados, a não ser, vez ou outra, distribuir sal em coxos situados no pasto e verificar extravios.

urbano, e a amplitude e direcionamento do agir institucional. As "urgências" do capital, enfim, poderiam não se compatibilizar com as murrinhas da burocracia, até porque, a partir daí, a acumulação parece reclamar um novo ritmo, e um novo tempo.

4.1 A malha das invernadas

A antiga barra do Sapucaí no rio Grande hoje está debaixo das águas do Lago de Furnas [138]. O próprio rio Sapucaí não se vê mais, a não ser muito longe daí, para as bandas de sua nascente, bem ao sul de Minas. No recorte temporal dos problemas analisados neste trabalho, a "barra" era referência obrigatória. Na verdade, constituía uma espécie de "umbigo" ligando três rios: o próprio Sapucaí ao rio Grande e, através de ribeirões e córregos próximos, ao São Francisco, na outra vertente da serra; tendo à retaguarda a região central da comarca do rio das Mortes, ligava ainda os "sertões do Jacuhy" aos contrafortes da Canastra, sobre cujos chapadões se estendia o segmento da *picada do desemboque*. A questão das mudanças na comarca do rio das Mortes será analisada mais à frente.

O ciclo aurífero dos sertões do Jacuí, que foi relativamente curto, e praticamente coincide com a ocupação da região por fazendas e roças, processo este favorecido por algumas circunstâncias particulares, entre elas um sintomático programa de doação de sesmarias desenvolvido pelo governo de Minas, desde as últimas décadas do setecentos,[139]:

> "Nessa segunda metade do século XVIII é que se realizou a verdadeira expansão da capitania, com o povoamento mais intenso de todo o Alto São Francisco. As sesmarias aí concedidas, quase todas, faziam referências a "fazenda de gado vacum e cavalar e outras criações". (BARBOSA, 1971, p. 112) [140].

A leitura das petições de sesmarias revela que a maioria declara estar assentado com "*roças*" e "*criações*" e, em geral, não alegam interesses de mineração. Mas, na primeira

---

[138] Ver **Anexos, 2.Ilustrações Foto 2.1**.

[139] Na seqüência das expedições de Inácio Correia Pamplona, o governo de Minas desenvolveu um programa intenso de doação de sesmarias nos sertões do rio das Mortes e, além, no Campo Grande, segundo Waldemar Barbosa (BARBOSA, 1971, pp. 27-63 e 76-96), que o associa ao assentamento de "casais das ilhas", (idem, pp. 97-108).

[140] Waldemar Barbosa lembra uma interessante obra de Taunay e Denis (TAUNAY e DÉNIS, 1822), sobre as classes dos habitantes das Minas Gerais, que *"era constituída de mineiros, seguida da dos roceiros; os criadores de gado formavam a terceira classe, seguida da dos comerciantes. Mas os autores franceses referiam-se especificamente aos "marchand de bétail, nommés criadores de gado". Muitos dos verdadeiros criadores de gado – não comerciantes de gado – eram também agricultores, incluídos, portanto, na segunda classe dos moradores"* (BARBOSA, 1971, p. 112).

metade do século XIX já não havia mais doações. As "*afazendagens*" decorriam da fragmentação dessas antigas sesmarias, por efeito de partilhas de heranças, mas também de um comércio razoável de terras. Quando a lei de terra de 1850 determinou a realização de um cadastro declaratório de propriedade rural, houve dezenas de referências a "compras" datadas dos primeiros anos do oitocentos. Naturalmente, foram aquisições feitas por entrantes que tinham algum cabedal, principalmente em escravos; e, às vezes, até por grupos que adquiriam em comum [141].

Já os mais pobres, sozinhos ou com famílias, iniciaram o movimento de dispersão, a partir de Jacuí, e outras procedências, que os levariam a erguer taperas, ranchos e roças, em terras devolutas, ou não demarcadas, no interstício das fazendas. É desta ocupação, sobretudo, que surgiram os povoados e "*applicações*", logo submissos a padres e capelas. A gente pobre destes primeiros "arruados" não se identifica com os "vadios e facinorosos", do clássico trabalho de Laura de Melo e Souza (SOUZA, 1986); não se encaixam nas "vilas do ouro", nem no seu fausto, nem no seu simulacro. Esses pobres são essencialmente "roceiros"; ouro não lhes adornava o horizonte; no entanto, suas práticas roceiras não eram tão elementares e simples como poderia parecer à primeira vista: em geral sabiam tirar proveito do trabalho familiar, e formavam os elos mais distendidos da malha de trocas, que ajudaram a tecer.

Tal processo foi mais ou menos homogêneo em toda a bacia do rio São João e, além, até o Sapucaí. Mas não foram ocupações harmônicas e nem puros apossamentos. Tomando como referência o livro de audiências do Juizado de Paz do Curato do Senhor dos Passos, de 1831, encontra-se aí uma grande variedade de termos de conciliação sobre: pendências de dívidas ("*concordaram em o reo pagar seis patacas que vem a ser mil novecentos e vinte réis"*, fl. 3v e 4), contratos de trabalho (*"sobre hua averiguação a respeito de hua impreitada que o dito Borges tratou com Manoel Rodrigues Coimbra. E sendo presente o reo dice que fica obrigado a repor em outro lugar meio alqueire de capoeira"*, [sic], fl. 10); de negócios (*de lhe pagar a quantia de doze mil ceiscentos e cessenta réis constantes de fazenda seca que lhe comprou e sendo presente o réo dice que o pedido do autor hé verdade"* p. 10v); de produtos e mantimentos (*"de lhe pagar a quantia de três mil réis procedidos de hum par de Bottas, e mantimentos que lhe comprou"*, fl. 11); invasão de propriedade: [estar] (*"... em*

[141] Nos registros do Juizado de Paz do Curato do Senhor dos Passos, referentes aos anos de 1831 a 1838, encontram-se várias audiências sobre divisão de áreas possuídas em comum. Esta mesma tendência prossegue até inícios da década de 1850, acelerando-se em seguida justamente por efeito declaratório da propriedade rural. A partir da década seguinte, vão se tornando cada vez mais raras.

terras que tinha comprado à Avó do Réo, estando seu pai e sua May asignados no dito papel no que respondeo o Reo que nenhua oposição fazia visto estarem seos Pays asignados", fl. 12v); e propriedade de terras (*"chamado a juizo pelo dito autor par aprezentar papéis Títulos ou documentos por onde chama de suas huas terras que o Autor comprou e já vendeo a Ignácio Neves de Mendonça e Manoel Neves de Oliveira"*, fl. 13). (JUIZADO DE PAZ, 1831).

A leitura completa do livro e de outros posteriores revela não apenas desníveis claros entre as diversas camadas da estrutura social, mas também os feixes extremamente diversificados de relações que envolviam desde práticas de apropriação, endividamentos e reparações, trocas com vistas a ganhos e benefícios, até mobilidade mercantil da propriedade e do trabalho.

Em suma, a configuração que se tem não é de arraiais estáticos, imobilizados no tempo e no espaço, recobertos pelo mato no sentido amplo, mas de povoação diminutas, porém, "nervosas", entrecortadas de um dinamismo pobre, mas não miserável, nem vagabundo: o apanágio do comercio, do lucro, da capitalização não era prerrogativa da classe mais abastada dos fazendeiros. Era uma sociedade desequilibrada sim, mas não estanque. O grande número de lavradores nas roças, e de artesãos e "oficiais" nos povoados, evidencia que a produção da vida material, nesse tempo e nesses espaços, já era complexa e fazia pulsar, de alguma forma, a construção da história comum, à margem de práticas mineradoras. História, cuja espinha dorsal se chama comércio e que, à maneira da canelinha de uma máquina de costura, enlaça os fios que vêm dos currais, dos chiqueiros e das lavouras, aos que vêm dos artesanatos, ofícios e serviços urbanos, e avança numa costura de trocas, por caminhos e conexões, aquém e além, no rumo bem definido da acumulação.

Se, quanto à comarca do rio das Velhas predominava o comércio de gado, em espécie ou em derivados como carne seca, couro, sebo e sola, (CHAVES, 1999, tabelas 4, 13, 20, 22, 33 e gráfico 3), para abastecer "as minas", também se pode afirmar que, nas primeiras décadas do século XIX, a criação de gado já se insinuara nos arraiais e povoados, que da região da Canastra, desde o Desemboque, os chapadões do Bugre e da Zagaia, às várzeas do rio Grande (Furnas, S. J. Batista da Glória, Delfinópolis, Ventania e Passos) e ao "sertão da

farinha podre"[142] (Piumhi, Vargem Bonita, Doresópolis e Bambuí)[143], utilizando as pastagens de cima (chapadões) e de baixo (vales e campos), em fazendas e roças que também cultivavam feijão, arroz, abóboras, milho, mandioca, e outros alimentos, nas várzeas ou baixadas; além da elaboração dos produtos derivados.

O ritmo das produções e circulações não era certamente frenético como na atualidade. Primeiro, porque tinha de acompanhar os ciclos da natureza: plantio, cultivo e colheita, no caso dos produtos agrícolas; "cobertura", prenhez, gestação, e maturação, no caso das pecuárias. E, da mesma forma, quanto aos artesanatos de transformação, que ora dependem daquelas, ora têm seu próprio ritmo, como no caso da cura do queijo, das carnes, dos couros. E, depois, tinha de ajustar-se ao ciclo dos transportes. Os bois iam por si, as mercadorias pelas cangalhas das tropas, ou, mais tarde, em carros-de-boi. E ambos tinham suas próprias marchas[144]. Mas, há avanços e mudanças. No fundo, tudo parece estar em perfeita compatibilidade com as condições do mercado. Este também tinha seu ritmo – talvez o mais imperativo – o da acumulação. E, no entanto, parece ter havido uma perfeita orquestração das coisas, nesses sertões, uma perfeita sincronia entre o tempo dos produtores, o tempo dos condutores, o tempo dos marchandes, e o tempo dos consumidores, convergidos todos para o tempo do capital. Enfim, as pulsações deste repercutem em todos os fiapos da grande malha. Razão pela qual não era possível simplesmente apressar ou retardar o tempo; nem o ritmo.

---

[142] Honorino Soares de Oliveira, em entrevista gravada em 1972, afirmou que "farinha podre" era uma qualidade de farinha que faziam da mandioca puba, cheirava coisa meio podre, sabe? Então, aí o nome pegou praquele amontoado de roças;que lá é que faziam, no capoeirão, na Iguatama, acho. Aí lá é que ficou sendo a "farinha podre". Despois o nome se estendeu pro sertão afora". (HSO, entrevista em 1972). Alvimar Costa, (COSTA, 1973), referindo-se à região de Pains, confirma: "... nos 20 anos que residi nessa região, entre "Sumidouro" e "Capoeirão", onde nasci, na "**Farinha Podre**".

[143] Outros autores, porém, atribuem a denominação à região de Araxá, como Ralfer Zaidan e Maurício Castro: "*É estranho falar em Farinha Podre. Mas, era sim que os viajantes encontravam presos em árvores pelos caminhos, o restante dos mantimentos deixados por tropas que passaram pela região anteriormente. Na expectativa de um breve retorno, acondicionavam alimentos em certo ponto da estrada; aliviando assim, o peso das bagagens. Boa parte dos tropeiros, firmava residência pelas bandas goianas; e a outra, se aventurava em novas jornadas e desafios. Na maioria das vezes, não voltavam pelo mesmo caminho da viagem de ida. Com a chegada de mais tropeiros e viajantes pelas estradas, o encontro com alimentos estragados acabava se tornando inevitável. Por isso a denominação Sertão da Farinha Podre. E nesta passagem de idas e voltas, cidades como Araxá, Uberaba e Desemboque, foram sendo construídas vagarosamente"*. (ZAIDAN e CASTRO, 2007).

[144] Dirigindo-se da Canastra para os rumos de Araxá, Saint-Hilaire deparou com um comboio deste tipo de transporte, que assim descreve: "Passando por estas pastagens, encontrei uma série de carros que, atrelados com três ou quatro juntas de bois, estavam carregados de toucinho e eram conduzidos por brancos. Perguntei de onde vinham, e soube que tinham partido, havia doze dias, da vila de Araxá, e que os conduziam a São João Del Rey, aonde deviam chegar no fim de um mês". (SAINT-HILAIRE, 1944, P. 180).

As mudanças cumprem o seu destino nas mãos do capital, e se ajustam desta forma às "novas" realidades existentes na comarca do rio das Mortes, para onde essas populações "*perdidas nos sertões*" enviam preferencialmente os seus produtos. O apogeu experimentado pela comarca na segunda metade do setecentos se reproduziu, de forma ligeiramente ampliada, no império. O mercado do Rio de Janeiro *como capital administrativa* fora o primeiro impulso, e *como residência da corte portuguesa*, em 1808, o segundo (LENHARO, 1993). Mas, esse apogeu não significava monopólio. Havia outros fornecedores: a Bahia, ao norte; o planalto, o vale do Paraíba e o litoral paulista, ao sul. Tais impulsos também não eram homogêneos e refletiam os fluxos e influxos das condições acima descritas.

Um projeto de pesquisa em desenvolvimento pela Universidade Federal de São João Del Rei, compartilhado por outras instituições superiores de pesquisa, reforça este argumento, em texto publicado no site da instituição:

> "No último quartel do século XVIII a comarca já era então responsável pelo abastecimento de gêneros da capitania. A crescente importância das atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas na região e voltadas para o abastecimento interno será responsável pelo progressivo deslocamento da população para a região sul, a partir da segunda metade do século XVIII (...). Enquanto a comarca de Vila Rica via sua população declinar, a comarca do Rio das Mortes veria sua população triplicar ao longo do período, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821" (UFSJ, site, 2007).

Estimulados pelo novo ritmo da acumulação, as regiões dos campos (Campos Gerais, Campo do Meio, Campo Belo) passaram a abastecer a comarca de algodão, tabaco, açúcar, carnes bovina e suína, e os sub-produtos destas, toucinhos, couros, sebos e solas. As carnes "verdes" (frescas) implicavam em abates locais ou próximos. As "carnes secas" ou "de sol", em mantas salgadas, podiam vir de longe. Havia, pois, dois tipos de comercialização aí imbricados: o do "*boi em pé*" e o de artesanatos de transformação, implicando, neste caso, o preparo da carne e a fabricação de queijos que dependiam da disponibilidade de sal, e, portanto, do comércio deste. Assim, para abastecer o litoral, a comarca do Rio das Mortes estabeleceu uma complexa malha de trocas com os fornecedores de Paracatu, pela bacia do rio das Velhas; e da Canastra e suas adjacências, pela bacia do rio Grande. A região do rio das Mortes exercia então, nos limites diminutos da sua própria regionalidade, aquela condição de "centro" de uma "*economia-mundinho*", adaptando a fala de Braudel (BRAUDEL, 1998, v. 3, pp. 35-37, e pp. 221-228).

João Emanuel Pohl passou por aí em novembro de 1817. Antes de Bambuí, pousou na Fazenda do Capitão Carvalho: *"Aqui nos recebeu o mugido de 200 vacas que haviam sido recolhidas ao curral e separadas de seus bezerros para serem ordenadas ao amanhecer. Esses animais domésticos, uma raça grande, forte, de cor castanha, são criados antes para utilização da carne e do couro do que para a produção de leite"* (POHL, 1951, p. 223-224). E, em seguida, comenta o não aproveitamento do leite e a queixa dos viajantes sobre o costume de deixar o gado *"... andar solto durante a noite, de modo que invade os ranchos, onde lambe as albardas cobertas de suor e os couros de boi para satisfazer a sua necessidade de sal, que, no interior do país, é mercadoria cara"*. (POHL, 1951, p. 224)

Além do gado para o abate, a condição de "entreposto" vivenciada pela comarca do rio das Mortes, reclamava também "animais de tração". A dificuldade e o custo de muares chamam a atenção pelas palavras de Pohl, referidas à região central do rio das Mortes: *"... um de nossos burros, que se ferira ao cair antes de Santa Rita, ficara morto no campo e aqui a nenhum preço era possível substituí-lo por outro. Ora pedindo, ora ameaçando, consegui, pagando caro, alugar um miserável cavalo até Oliveira"* (POHL, 1951, p. 218, grifo nosso).

Este quadro nos remete, em contraponto, à atividade dos paulistas na *picada do desemboque*, especializada no fornecimento de duas mercadorias: os muares e o sal. O comércio de muares pelos caminhos da Mantiqueira era hegemônico. O grosso das tropas procedia de Viamão, no sul do país, fazia entreposto na feira de Sorocaba, e, depois, passando pelo Embaú, atingia o arraial da "encruzilhada" (hoje Cruzília) de onde alcançava a Comarca de Vila Rica. Mas, concomitantemente, os caminhos dos chapadões da Canastra representavam alternativa não desprezível: os paulistas podiam levar seus muares por ali, à "*picada de Goiás*", e por ela, ao coração da comarca do rio das Mortes, sem os encargos dos registros; e podiam, igualmente, trazer no retorno produtos especiais, vindos do Rio de Janeiro e do exterior, através dos comerciantes de São João Del Rei, complementados por produtos exóticos, mezinhas e outras especialidades dos caminhos. Um fator paralelo de dinamização das trocas foi o estabelecimento de múltiplas relações entre negociantes de Franca e casas comerciais de Bambuí, Piumhi, Desemboque, Sacramento e outros arraiais das vizinhanças paulistas ou mineiras, utilizando a *picada do desemboque*.

Ao viés deste fluxo comercial, o movimento dos paulistas através desses caminhos e dos "campos gerais" para a Comarca do rio das Mortes não provocou o declínio das fazendas

e roças na região, nem provocou qualquer tipo de conflito com a "*gente das geraes*". Ao contrário, ajustou-se perfeitamente a essa *economia regional*, como uma espécie de *mundinho* específico, possibilitando inclusive a intensificação das roças e das fazendas por gente mineira.

Nos limites regionais desta pesquisa, ajustada ao ritmo do mercado, há expansão das fazendas e roças durante toda a primeira metade do século XIX, dentro do mesmo perfil de diversificação, combinando cultivos, criação de gado e atividades artesanais de transformação. Fazendeiros e roceiros viviam nas propriedades e agregavam, pelos braços familiares, boa parte de força de trabalho ao esforço total despendido. Ausente nas *roças*, o trabalho cativo aparece nas *fazendas*, mas em proporções variáveis. Pelo menos é o que se pode deduzir dos censos realizados na Paróquia do Senhor dos Passos, em 1831 e 1838.

O censo de 1831 foi encaminhado em 17 de janeiro de 1832. O arraial contava com 254 fogos (residências) para uma população de 1.792 habitantes. Destes, 1.183 eram livres e 609 cativos. O censo de 1838 foi encaminhado em 01 de fevereiro de 1839. O arraial crescera para 437 fogos e a população para 2.863 habitantes. A síntese não esclarece o número de escravos. Mas, contados um a um, deram um total de 838, evidenciando uma contração real em relação ao total da população. A distribuição dos cativos pelos fogos era a seguinte:

Tabela 01

	NÚMERO DE FOGOS, SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS						
ESC. →	0	1	2 a 5	6 a 10	11 a 20	+20	TOTAL
FO-1831	183	12	25	19	6	9	254
FO-1838	341	22	53	21	15	5	457

	FOGOS COM MAIS DE 20 ESCRAVOS										
ESC →	c/20	c/21	c/22	c/23	c/28	c/30	c/34	c/38	c/53	c/82	c113
FO-1831	-	3	1	1	1	1	-	1	-	1	-
FO-1838	1	-	1	1	-	-	1	-	1	-	1

Fonte: 1831: Arquivo Público Mineiro, Mappas São Carlos do Jacuí – Diversos distritos s/d – MP Cx 05 – DOC 17 e 1838: Mappa da Freguesia de Senhor dos Passos, APM.

Observando ainda o censo de 1831, verifica-se que de 254 fogos e 609 escravos (média: 2,3 escravos por fogo), os 5 maiores escravistas concentravam 201 escravos (33,3% do total), com uma média de 40,2 escravos por unidade. Já em 1838, para um total de 457 fogos e 838 escravos, (média de 1,8 escravos por fogo), os 5 maiores concentravam 245 escravos, (29,2% do total). Mas, é preciso observar que uma única propriedade possuía,

sozinha, 82 escravos em 1831, passando a 113 em 1838. Por outro lado, em 1831, a maioria dos fogos, 72%, ou 183 de 254, não tinha escravos. Também no censo de 1838, a proporção dos que não tinham é dominante: 74,6%, ou 341 em 457 fogos.

Estes dados não podem ser tomados como padrão estatístico para a região em análise. Mas, a partir de Passos, pode-se presumir, de forma aproximativa para a região, que a incidência do trabalho escravo ocorria apenas nas fazendas. Mesmo quanto a estas, a metodologia adotada nos respectivos censos não ajuda a compreender a divisão do trabalho cativo, segundo as especificidades da produção. Também não ajuda a compreender se o trabalho cativo correspondia à agricultura, à pecuária, ou a ambas, e em que proporção. A contagem foi feita por "*quarteirões*" (10 em 1831; 07 em 1838), e cadastrada por "*fogos"*, mas não especifica se estes estão no arraial ou na zona rural; mesmo porque a maioria dos fazendeiros tinha "morada de casa" no arraial, sendo possível que parte do trabalho cativo oscilasse entre os dois espaços, pelo menos sazonalmente.

Os dois censos registram as diferentes *ocupações*, ou profissões dos moradores, (ver tabela 02 abaixo), mas apenas em relação à população livre. Com pouquíssimas exceções, não são listadas as ocupações dos escravos. Por outro lado, a metodologia adotada dificulta saber com precisão certas "ocupações" declaradas. Por exemplo: afora os negociantes e os ofícios de carpinteiros, sapateiros, e outros, a maioria dos homens é registrada como "*lavradores*" (1831) ou "*cultores*" (1838), que no fundo são sinônimos. No caso do grupo feminino, ocorre coisa parecida: a maioria aparece como "*fiandeiras*" ou "*costureiras*", com o sentido de "donas-de-casa", ou "do lar". Ora, pelos censos, lavradores tanto podem ser criadores de gado, cultivadores de alimentos, produtores artesanais, ou tudo isto junto.

Tabela 2

OCUPAÇÕES	LIVRES				CATIVOS		TOTAL	
	Brancos		Pardos/negros		Negros			
	1831	1838	1831	1838	1831	1838	1831	1838
01 – Lavrador	114	242	45	127	-	-	159	369
02 – Negociante	16	11	2	2	-	-	18	13
03 – Jornaleiro	13	5	15	10	-	-	28	15
04 – Carpinteiro	6	5	8	6	2	-	16	11
05 – Ferreiro	-	3	1	2	3	1	4	6
06 – Sapateiro	2	5	2	5	-	1	4	11
07 – Alfaiate	4	1	2	3	1	-	7	4
08 – Pedreiro	-	1	2	1	-	-	2	2
09 – Telheiro	-	-	-	1	5	-	5	1
10 – Carreiro	-	1	1	-	-	-	1	1

11 – Professor	1	-	-	-	-	-	1	0
12 – Padre	2	2	-	-	-	-	2	2
13 – De esmolas	2	-	4	-	-	-	6	0
14 – Fiandeira	29	3	20	10	-	-	49	13
15 – Costureira	21	31	3	29	-	-	24	60
16 – Quitandeira	2	-	-	-	-	-	2	0
17 – Paneleira	-	-	1	-	-	-	1	0
18 – Rendeira	1	4	1	2	-	-	2	6
19 – Meretriz	2	-	-	-	-	-	2	0
20 – Ourives	-	-	-	-	1	-	1	0
21 – Seleiro	-	1	-	-	-	-	0	1
22 – Lavadeira	-	-	-	1	-	-	0	1
23 – Feitor	-	2	-	-	-	-	0	2
24 – Não Ident.	1	-	-	2	1	-	2	2

Ocupações: comparativo entre os censos de 1831 e 1838

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Mappas São Carlos do Jacuí, 1831;Diversos distritos s/d;
MP Cx 05 – DOC 17 e Mappa da Freguesia de Senhor dos Passos, 1838.

Assim, na falta de um critério que pudesse esclarecer o perfil das unidades produtivas, optamos por procedimento lógico puramente operacional. Considerando que escravos representam parte importante do capital, parece coerente que exista certa correlação entre o tipo de propriedade e este tipo de investimento. É, portanto, uma possibilidade considerar como pequena propriedade aquelas que não dispunham de nenhum escravo e só podiam contar com a força de trabalho da própria família, ou, no máximo, de um ou outro agregado. Identificamos as *roças* a este perfil. No outro pólo – o escravista –, estariam as *fazendas*. Mas, mesmo estas não podem ser apreendidas em bloco. É prudente agrupá-las em pequenas, médias e grandes. Sem muito rigor, pode-se trabalhar com a hipótese de que as pequenas utilizariam o trabalho de 01 a 03 cativos; as médias, de 04 a 25, e as grandes acima desta quantidade. Convém ressalvar, no entanto, que mesmo entre essas, a grande escravaria era apanágio de apenas uma ou duas (v. tabelas 3 e 4).

Tabela 3

Censo de 1831	**Número de Ocupações por escravos possuídos**						
OCUPAÇÕES	**0 escravo**	**1 escravo**	**2-3 escravos**	**4-11 escravos**	**12-24 escravos**	**25 a 100 escravos**	**TOTAL**
01 – Lavrador	106	7	12	27	5	2	159
02 – Negociante	8	3	4	-	2	2	19
03 – Carpinteiro	12	2	2	-	-	-	16
04 – Alfaiate	6	1	-	-	-	-	7
05 – Padre	-	-	1	-	-	1	2
06 – Fiandeira (*)	47	-	1	1	-	-	49
07 – Costureira (*)	23	1	-	-	-	-	24

(*) - Fiandeiras e costureiras foram listadas pelo marido.

Censo de 1838	**Número de Ocupações por escravos possuídos**						
OCUPAÇÕES	**0**	**1**	**2-3**	**4-11**	**12-24**	**25 a 100**	

	escravo	escravo	escravos	escravos	escravos	escravos	TOTAL
01 – Lavrador	268	16	19	50	13	3	369
02 – Negociante	8	1	2	1	1	0	13
03 – Carpinteiro	8	1	2	-	-	-	11
04 – Padre	-	-	-	2	-	-	2
05 – Costureira (*)	57	1	2	-	-	-	60

(*) – com exceção de 03 costureiras que são viúvas e possuem escravos, os demais estão computados no marido.

Número de ocupações por escravos possuídos

Fonte: APM. Mappa da população. Jacuí. Distrito do Senhor dos Passos, 1831 e 1838.

Com base neste critério, o número de roças, que era de 106, em 1831, subiu para 268, em 1838, crescimento de (152,9%). As fazendas pequenas, 19 no primeiro censo, aumentaram para 35, (84,3%); enquanto as médias passaram, no mesmo período, de 32 para 63, (97,1%). Já as grandes passaram de apenas duas para três, enquanto o número de escravos subiu de 110 para 200. É sugestivo e importante que as evidências apontam simetricamente para dois sintomas opostos: de um lado, a fragmentação das propriedades ou a não concentração das mesmas; e, de outro, a forte concentração do trabalho cativo.

Tabela 4

Censo de 1831	Número de Escravos possuídos por cada ocupação						
OCUPAÇÕES	0	1	2 a 3	4 a 11	12 a 24	+ 25	TOTAL
01 – Lavrador	0	7	26	197	121	110	461
02 – Negociante	0	3	8	-	25	68	104
03 – Carpinteiro	0	2	5	-	-	-	7
04 – Alfaiate	0	1	-	-	-	-	1
05 – Padre	0	-	5	-	21	-	26
06 – Fiandeira (*)	0	-	2	7	-	-	9
07 – Costureira (*)	0	1	-	-	-	-	1
TOTAIS	0	14	46	204	167	178	609

(*) - Fiandeiras e costureiras são viúvas.

Censo de 1838	Número de Escravos possuídos por cada ocupação						
OCUPAÇÕES	0	1	2 a 3	4 a 11	12 a 24	+ 25	TOTAL
01 – Lavrador	0	16	61	286	227	200	790
02 – Negociante	0	1	5	5	12	-	23
03 – Carpinteiro	0	1	4	-	-	-	5
04 – Padre	0	-	-	11	-	-	11
05 – Costureira (*)	0	1	5	-	-	-	6
06 - Outros	0	3	-	-	-	-	3
TOTAIS	0	22	75	302	239	200	838

(*) – as costureiras são viúvas.

Número de escravos por ocupação do proprietário

Fonte: APM. Mappa da população. Jacuí. Distrito do Senhor dos Passos, 1831 e 1838.

A partir desta taxonomia, há possibilidade de se construir uma reflexão preliminar sobre o funcionamento geral dessa economia, do ponto de vista da organização da produção. Pelas indicações de Marx[145], as relações de produção seriam todas pré-capitalistas, mas umas

[145] MARX, 1973, pp. 433-477. Há edição brasileira, com excelente introdução em HOBSBAWN, (1977).

do tipo familiar, outras do tipo escravista e ainda algumas combinadas. No entanto, avanços mais recentes obtidos pela antropologia e por análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apontam para situações combinadas em que relações pré-capitalistas aparecem articuladas às relações capitalistas. O que se observa na realidade aqui estudada é que as fazendas não praticavam, internamente, formas exclusivas de relações de produção, predominando as formas combinadas[146]. Neste sentido, a identificação de "pré-capitalismo" não satisfaz plenamente. E também não tinham desempenhos isolados: com freqüência praticavam formas rudimentares de "parceria" com outras unidades, e com os roceiros da vizinhança, assim como estes praticavam formas insipientes de compartilhamento esporádico de trabalho, baseadas nos mutirões.

Não existem dados estatísticos ou documentações que permitam qualificar e quantificar de forma precisa a produção ou a comercialização praticadas por fazendas e roças, nessa época. Para um perfil comparativo aproximado dessas atividades, podem ser utilizados alguns testemunhos da oralidade, e uns poucos dados de relatórios oficiais da municipalidade.

A formação de rebanhos de médio porte representou a forma de inversão de capital mais imediata e comum. Mas o gado precisava de sal. Essa associação entre gado e sal, do ponto de vista da prática pecuarista, sem dúvida é indissociável. O mesmo não acontece, porém, na prática mercantil. Na região das nascentes, nos chapadões da Canastra, e no cinturão de roças e fazendas que então preencheram os vãos e as baixadas, aparecem dissociadas: nessa região, as terras não possuem o mesmo índice de salinidade dos sertões da

---

[146] Sobre situações de parcerias, remete-se para o trabalho fundamental de Maria Rita Garcia Loureiro (LOUREIRO, 1977). Em recente coletânea, mas de forma quase tangencial, Hildete Pereira de Melo pontuou a questão quanto à economia fluminense, dentro do período aqui estudado: *"Na formação do mercado de trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, destacaram-se dois tipos de relações de trabalho: a meação via o trabalhador fixo nas fazendas num sistema de parceira; e o trabalhador assalariado temporário para executar tarefas. A parceria sob forma de meação foi adotada em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, estando também presente a empreitada e o contrato para a realização de tarefas previamente definidas e remuneras ao fim da execução"*. (MELO, p. 229). E, para análises antropológicas que abordam, de forma direta ou indireta, combinações entre diferentes relações de produção, a história pode se beneficiar de uma bibliografia relativamente extensa; remete-se aqui apenas para algumas: sobre a "moeda de sal" da sociedade Baruya (GODELIER, 1978); sobre as "coalizões camponesas" (WOLF, 1976, pp. 113-119), sobre as "Aparcerias y trabajo asalariado" (ALIER, 1973, pp. 45-56); sobre os Terena (CARVALHO, 1979), sobre a coexistência dos diversos sistemas de cultura [agrícola], (BOSERUP, 1970, pp. 89-105), e sobre as articulações entre produções agrícolas familiares (azienda familiare) e o desenvolvimento capitalista, inclusive o acesso ao financeiro, (DANEO, 1972, pp. 151 e ss):*"alla definizione di azienda familiare si ritrova collegato, in generale, um giudizio esplicito o implícito di a-capitlismo nei confronti dell'agricoltura: non a caso, dalla fine del secolo scorzo ad oggi, l'agricoltura fu sempre utilizzata dai critici de Marx per tentar di confutare nel suo insieme la teoria dello sviluppo capitalistico e dei fenomeni ad esse inerenti (concentrazione e centralizzazione, proletarizzazione, ecc.) contrapponendo ad essa la visione de un'agricoltura che non solo non presentava fenomeni di concentrazione, ma anzi di frammentazione."* (DANEO, 1972, p. 251).

Bahia, como a tradição celebra. Aqui, fazendeiros ou roceiros não eram potentados, eram, na maioria das vezes, *"boiadeiro que se afazendou"*, ou *"roceiro que cria seu gadinho"*: tinham os seus próprios rebanhos, embora pequenos, comparativamente. Precisavam, pois, importar o sal, não apenas para salinar o gado, como também para a fabricação de queijos e para a salga das carnes e dos toucinhos. Para isto, tinham de dispor de dinheiro para comprar e esperar o retorno com a venda do gado e seus derivados, ou, então, tinham eles próprios de realizar o circuito das trocas: levar gado ao mercado e trazer o sal. E não só o sal, pois com ele, além daquelas coisas de utilidade, arame farpado, ferramentas, pólvora, e outros, vieram mercadorias do litoral e do exterior até ao mundo do chapadão: as bruacas e canastras das coisas trouxeram ao *"bugre"* novas gentes e novas culturas.

Estas especificidades estão na base de uma fiada de transformações decisivas no sudoeste de Minas. A mais significativa foi, sem dúvida, a constituição de um duplo fluxo de trocas. Assim, pelas mesmas trilhas dos boiadeiros, cruzando-se no rastro das boiadas, tropeiros paulistas e mineiros consolidaram a velha picada do desemboque pelos altos do chapadão como duas geo-grafias: a "*salineira*" e a "*boiadeira*". Estas memórias permaneciam fortes dos depoimentos coletados nas décadas de 70 e 80. Um deles [147], referindo-se a seus avós e tios-avós, reproduz com lucidez:

> "Meu avô conheceu muito aquele curral de pedra, antigo, que existe lá no alto do chapadão. Esse curral era usado pelos tropeiros e boiadeiros em muito antes de meu avô tocar a fazendinha cá de baixo. Depois, parece que andou meio desusado uns tempos, já num parava tanta gente ali. Num tinha gado mesmo; passava era tropa de paulista, burrame e cangalha de sal. Ele dizia. Foi nessa quadra que meu avô e uns amigos dele levava o gado para pastar lá no alto, na estação que o capim lá era bastante. Noutra quadra, ficava cá em baixo mesmo. Quando o gado já tava erado de peso então eles reuniam a comitiva e levavam pros mercados do rio Verde. Dobrava o bugre, descia pelo rolador inté o barreiro e de lá vertia pro Piumhi afora. Bem depois é que passavam por baixo, beira rio, pelo Turvo e pela Capetinga".

O mesmo entrevistado, em livro de memória que escreveu pouco depois, incluiu um registro curioso sobre a relação entre o comércio de gado e do sal: *A charqueada do seu Alibrando fracassou, ele ficou quebrado e deu prejuízo a muita gente. Meu pai, que tinha vendido uma vacada ao seu Alibrando, só conseguiu receber a metade da dívida, dois anos depois, e em mercadoria, em sal de 60 kg."* (OLIVEIRA, 1974. p. 64).

---

[147] Honorino Soares de Oliveira, morador de uma "fazendinha" entre Piumhi e Doresópolis, aí entrevistado em 1972. As duas afirmações anteriores foram feitas por entrevistados, nas décadas de 1970-1980, destacando-se as de, João Gomes Mendes (1971), João Cardoso Lemos, (09-06-89), José Meirelles Junqueira (07-01-93).

A literatura, alicerçada nas lembranças dos narradores, ou na oralidade dos feitos e tradições narrados, não deixou de perceber essas "grafias" e reforça o perfil dos "novos tempos":

> "A princípio, dificultoso trilheiro aberto a casco de burro e boi – transformado, com o correr dos anos, em rota salineira, por onde trafegava seca e verde o pesado transporte do sal grosso, indispensável nas fazendas de criação. E na cola das então freqüentes e lotadas comitivas, o enxurrilho: gente de boa e ruim espécie – uns a se sumirem de uma vez por aqueles mundos, outros a escolher morada ali pela chapada mesma, à beira do caminho. Todo um sertão sem fundo e sem tamanho desembocava no Bugre." (...) "Ficava a fazenda do Bugre bem na forquilha da boiadeira que cruzava o Chapadão. (PALMÉRIO, p. 296). "... a encruzilhada com a outra boiadeira, a que vinha beiradeando o rio desde as cabeceiras da Serra do Macuco, e recebe, perto do Porto da Passagem a estrada do Sobradinho." (...) "Tornaram à direita e desceram então pela bitolinha cortada na macega do pasto que margeava a estrada boiadeira". (PALMÉRIO, p. 308).

De qualquer forma, nessas áreas incorporadas prevalecia, ainda na primeira metade do século XIX, o mesmo modelo agropecuário, devido ao adensamento intencional de entrantes mineiros, com a conseqüente dinamização de povoados e arraiais insipientes nas áreas mineiras, à margem esquerda do rio Grande, onde se destacou o arraial do Senhor dos Passos, de que estamos tratando, além de muitos outros, que já ostentavam complexas malhas rurais.

No arraial de Passos, até à criação da Vila, em 1848, foi, portanto, o modelo das fazendas e roças que prevaleceu, combinando igualmente cultivos de mantimentos e cana, com criação bovina e porcina. Mas, isto ocorria praticamente em ambas as margens do rio Grande, e em todos os povoados.

As novas condições materiais podem então ser resumidas, quanto à formação das unidades agropecuárias em dois grupos: a) AS FAZENDAS, caracterizadas pelos cultivos de mantimentos e de cana, em geral comum a todas, para atendimento dos interesses da reprodução e da comercialização; pela criação de gado com vistas aos interesses de mercado; e ainda pela produção de artesanatos de transformação, destacando-se os derivados da pecuária (carne seca, couros, solas, sebos, mantas de toucinho), ou dos cultivos (açúcar mascavo, rapaduras, "águas ardentes"), todos voltados para os interesses comerciais; as fazendas quase sempre dispunham de equipamentos especiais, como engenhos tocado a bois ou a água, alambique de atafona, moinhos d'água para obtenção do fubá de milho, e os monjolos, que eram os mais comuns; e b) AS ROÇAS, produtoras de alimentos, com rebanho bovino diminuto, mas que sempre permitia a comercialização de pequeno porte; uma ou outra

touceira de cana; criação de porcos "pro gasto", mas também, sempre que possível, direcionada para o mercado, e produção artesanal de derivados, especialmente o toucinho, os queijos, além da venda ocasional de galinhas e ovos.

Em ambos os casos, a atividade tipicamente "agrária" está sempre acoplada à fabricação artesanal de derivados, acima mencionados, que também contribuem de forma residual ou não para os interesses de acumulação, via mercado. Vale a pena destacar o caso do leite e dos laticínios. Curiosamente, Eduardo Frieiro, abonado por outros analistas, afirma que o consumo de leite, nas unidades deste grupo e, parece, no geral da produção regional, não era exuberante. Analisando os costumes alimentares de Minas, em obra interessante (FRIEIRO, 1960), já lembrava o parecer de José Alípio Goulart, e a pesquisa da Profa. Júlia Viotti:

> "Curioso é que o homem do sertão, mesmo o das fazendas de gado, não é muito chegado ao leite; legumes, não são coelhos para comerem folhas, como dizem; frutas, só as da terra, cada uma em ocasião própria, pois misturadas dariam congestão" (GOULART, op. cit., 122, in FRIEIRO, 1966, p. 158). "Que no Estado de Minas não se comia peixe, é perfeitamente admissível, mas que apenas 30% das nossas moças gostem de leite e que outros produtos de laticínios não tenham sido indicados entre sua alimentação preferida, é deveras admirável" (VIOTTI, 1933, FRIEIRO, 1966,. p. 158).

Depoimentos e tradições preservadas na oralidade, porém, não confirmam as afirmações de Frieiro, com relação aos hábitos da população rural na região da Canastra e dos sertões do Jacuí, onde o consumo local do leite sempre esteve associado ao cotidiano das famílias [148]. Não necessariamente o leite puro, já que quase sempre era ingerido com farinha, com angu, usado no preparo dos mingaus, ou puro em apreciadas coalhadas; e ainda, na fabricação de manteiga e de requeijão, e no produto que se tornaria uma marca registrada da região, o queijo. O próprio autor acima citado, tratou o assunto de forma ambígua: "*Nossos criadores do passado queriam do boi, principalmente, a carne e o couro. As vacas, soltas no pasto, produziam pouco leite, aproveitado para o consumo doméstico nas propriedades rurais"*. (FRIEIRO, 1966, p. 159).

Tanto o segmento das fazendas, quanto o das roças, produziam queijos, mas o volume e a comercialização eram diferenciados: as roças, de pequeno porte, atendiam a si e à

[148] O próprio autor, à p. 170, transcreve trecho de Contos da Mata Mineira, de Alberto Furtado Portugal, onde descreve as "reuniões e serões na cozinha das fazendas": *"à noite não falta ninguém [...] Em torno contam-se histórias, fala-se de política, do tempo, das guerras que andam lá por fora, enquanto se bebe café. Isso até a hora do leite, a escolher, com angu ou farinha"*.

vizinhança imediata; as fazendas, com maior produção, atendiam a si e a ao mercado mais distante. Sem fazer esta distinção, Frieiro observou bem que, "*Nas fazendas fabricava-se o que se chamou o "queijo de Minas", queijo branco, discóide, muito apreciado em todo o país."* (FRIEIRO, 1966, p. 158-159). Na região aqui enfocada, pode-se dizer que foi do complexo das fazendas e seus mercados que adveio a fama do produto da região, o até hoje famoso "*queijo da Canastra*", que Frieiro parece ter desconhecido [149].

Igualmente, tanto nas fazendas, quanto nas roças, esses produtores criavam porcos, e comerciavam o excedente do consumo próprio. À medida, porém, que se amplia o comércio do gado, voltado para a comarca do rio das Mortes, também as lavouras de cana e a existência de pequenos engenhos para fabricação e comercialização de açúcares, rapaduras e "águas-ardentes", assim como a criação de porcos encontram novas perspectivas. Quanto à pecuária porcina, roças e fazendas detinham as condições mínimas para o seu desenvolvimento: o espaço, a ração, a força de trabalho. O espaço era sempre o "*chiqueiro*", que se prolongava no "*mangueiro*"; *"porcos cevam no chiqueiro, outros, na rebaixa, fuçam no lamaçal junto ao regato"* (FRIEIRO, 1966, p. 169). A "ceva", ou ração, era constituída da "*lavagem*" (os restos da alimentação humana), de abóboras, e de milho, quase sempre na forma de fubá misturado a soro de leite, quando existia.[150]. A força de trabalho, em várias modalidades, compreendia formas variadas e combinadas. Assim, nas pequenas roças, baseadas no trabalho familiar, "*levar a comida dos porcos e despejá-las no chão ou no cocho do chiqueiro*" era tarefa dos meninos, ou rapazes, filhos do roceiro, ou deste mesmo[151]; nas fazendas, mesmo as pequenas, quando dispunham de um ou mais cativos –, era o "*escravo do terreiro*"[152], que se incumbia destas tarefas [153]. Enfim, o volume de trabalho e os custos alimentares com a criação de

---

[149] "Nasceu destarte a indústria de laticínios, cuja produção já era apreciável em fins do século XVIII. Nas fazendas fabricava-se o que se chamou o "queijo de Minas", queijo branco, discóide, muito apreciado em todo o país." (FRIEIRO, op. cit. p. 159).

[150] "Nesse tempo, nós vivia na roça. Papai tinha uma nesga de terra do lado de lá do rio, de herança do meu avô, onde plantava um terrerinho de arroz, um pouco de milho e de feijão. Tinha uma manadinha de porco, que de vez em quando matava pra tirar a gordura e a carne de comer. Eu era inda menino e tinha de levantar com o sol pra jogar a abóbora e a lavagem pros porco..." (A.E.C., entrevista de 1977).

[151] João Gomes Mendes, proprietário de uma "fazendinha" no bairro dos campos, no município de Passos. Entrevistado em 1971.

[152] As tarefas do "terreiro" envolviam um sem número de afazeres: o tratamento das "criações", particularmente os porcos e as galinhas, além das hortas, dos animais de tração, das carroças, quando havia, enfim, coisas que estavam no *ambiente da casa*, no seu entorno. Por isto mesmo eram delegadas a alguém de "mais confiança", quase sempre o mais velho "de casa". Em unidades que não dispunham de cativos, eram tarefas do próprio dono, ou dos filhos, mesmo se ainda crianças.

[153] Confirmado pelo depoimento de Maria Verônica de Jesus, também conhecida por Maria Santos. Entrevistada em 1985, aos 102 anos. Ano de nascimento: 1883. Ela diz que era criança ainda quando a "princesa Isabel deu o

porcos podiam ser bastante reduzidos. Nas fazendas, onde predominava a pecuária bovina, a criação porcina ficava quase sempre em plano secundário. Mas esta não é uma situação padronizada, uma vez que são referidas unidades de grandes rebanhos bovinos, onde a criação de porcos absorviam até mais investimento de trabalho do que os bois nas invernadas.

Apesar de pouco estudado, *o porco, esse desconhecido*,[154] era indispensável na dieta mineira regional, garantido o suprimento de carnes e gorduras. A gordura se obtinha pela fritura do toucinho [155]. Mesmo neste nível primário de suas forças, a produção já contava com técnicas simples de conservação do alimento, num tempo em que refrigeradores nem eram imaginados. O toucinho, retalhado em cortes transversais e salgado, podia ser preparado em mantas, postas a defumar sobre o fogão de lenha, ou ao sol, em varais. A carne, depois de frita, podia ser guardada na própria gordura [156] e, assim, se conservavam por bom tempo. Além disso, desenvolveu-se um artesanato de transformação específico em relação à carne: a produção das famosas lingüiças, que também podiam ser defumadas, e dos "chouriços" [157].

Todas as evidências apontam justamente o leque destas atividades como responsável pela complexidade dos nexos sociais, econômicos e históricos dessa regionalidade. A questão dos caminhos, por exemplo, é indicadora de transformações tanto nas bases produtivas quanto nas malhas de mercado. E é mais ou menos exuberante o que ocorreu na região ora estudada.

Aos caminhos que ligavam o vale do São Francisco aos sertões do rio das Mortes, viabilizados desde a abertura da "picada de Goiás", em 1736, somaram-se outros que podem ser sumariados assim (ver mapa ilustrativo 02, abaixo): 1. *a salineira "de cima"*, também denominada *"picada do desemboque"*: cruzava a Canastra, pelo alto dos chapadões, saía em

---

grito" (1888). Casou com 13, teve 18 filhos, criou 14. Natural do "arraial dos cabeças", ou dos "Franciscos" (hoje Capitólio). Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.2**.

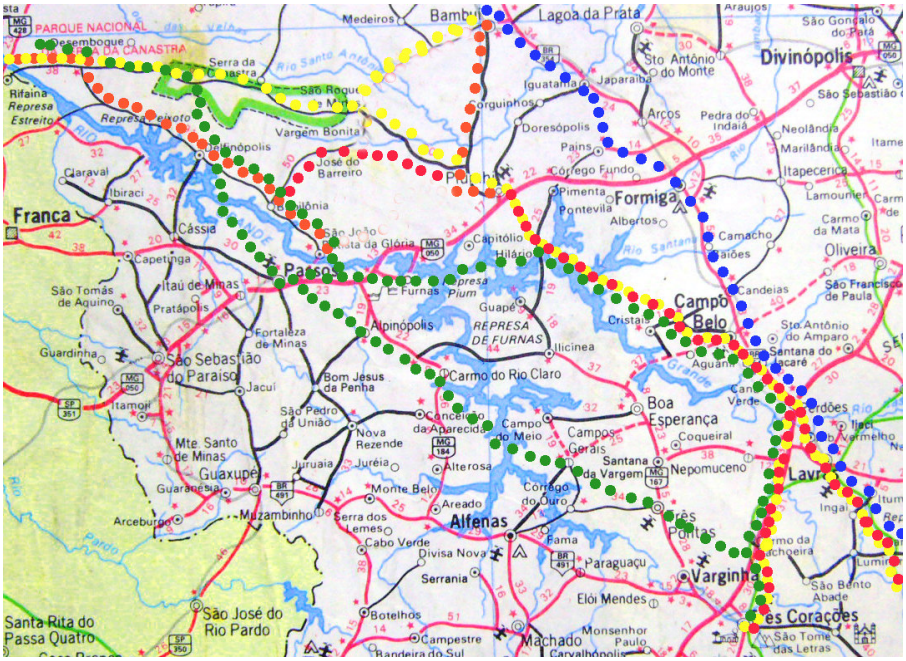
[154] A frase é o título de um livro de Nelson Palma Travassos, (1957). Foi citado por Aurélio Buarque de Holanda, no seu dicionário, verbete "porcino". O autor relata a experiência própria de criador de porcos, especialmente quanto à adaptação de tecnologia de manejo, com apreciações subjetivas sobre o mercado e outros aspectos, inclusive críticas às posturas governamentais sobre o tema.

[155] A camada de gordura presa à pele do porco era retirada na forma de uma grande manta, depois a camada era retalhada no sentido transversal, sem romper a pele, salgada, e posta a curar na fumaça, sobre o fogão de lenha. Nas épocas posteriores, quando o volume era grande, passou a ser curado ao sol, assim como a carne bovina (carne seca).

[156] Para este tipo de armazenamento era muito utilizada a *"lata de querozene"*, pelos menos na primeira metade do século XX, o que levou inclusive a uma definição bem popular *"carne de lata"*, ou *"carne na gordura"*.

[157] As lingüiças consistiam na carne de porco temperada e metida em tripas. Os chouriços eram feitos do sangue porcino condimentado e também metido em tripas. Embora a lingüiça fresca pudesse ser consumida de imediato, o mais comum era que ambos, fossem curados, por um bom tempo, na fumaça, sobre o fogão de lenha.

São Roque, (aí havia uma bifurcação para Bambuí), depois de Piumhi, onde encontrava a "picada de Goiás", seguia por Cambo Belo, daí para Perdões, bifurcando-se então para Lavras ou para Três Corações do Rio Verde; 2. *a salineira "de baixo"*: começava no chapadão da Zagaia, descia a "serra das sete voltas", alcançava o "arraial da Forquilha" (Delfinópolis), seguia pela Babilônia (Olhos d'água), Ponte Alta e Gloria; daí rumava para Piumhi, por duas picadas: uma beira rio (com trânsito difícil e às vezes apenas sazonal) e outra, rumando para a serra, alcançava o "chapadão do Bugre", descia pelo "rolador" até São José do Barreiro e daí ao Piumhi, seguindo então a rota anterior; 3. *a rota dos invernistas*, posterior: conectada à anterior, pelo "porto da Joana", (depois pela Ponte Surubim), seguia de Passos, margeando o rio Grande, até à barra do Sapucaí, passava pelo arraial de Santo Hilário (antiga Capetinga) e encontrava a Picada de Goiás, como as anteriores; mais tarde, passou a seguir por Ventania, Carmo do rio Claro, margem esquerda do Sapucaí, Três Pontas e, finalmente, Três Corações. Todas se dirigiam para o centro comercial da comarca do rio das Mortes.



Mapa ilustrativo 02

■ "picada de Goiás". ■ salineira ou boiadeira "de cima", também denominada "picada do desemboque", antiga rota dos muares e do sal, praticada por paulistas e mineiros; o trecho dos chapadões corresponde à antiga "picada do desemboque. ■ salineira ou boiadeira "de baixo"; utilizada por criadores de gado e de porcos, das margens do rio Grande; foi também utilizada depois pelos invernistas. ■ Rota dos invernistas.

Fonte: Mapa Rodoviário: as inserções livres das linhas são nossas.

Estas mudanças, no seu conjunto, foram induzidas pela lógica da acumulação, respaldada pelo crescimento da demanda: carnes, couros, solas e queijos de origem bovina, e mantas de toucinho eram cada vez mais procurados. Esse crescimento não era resultado apenas das variações demográficas do mercado consumidor do rio das Mortes, mas, sobretudo, do fato de que esta comarca, com a transferência da capital administrativa para o Rio de Janeiro, e com a presença posterior dos escalões de ponta da corte portuguesa, se tornara o entreposto preferencial para abastecer a Corte com os produtos do sertão e abastecer o sertão com os produtos da Corte, os "importados". Nessa circunstância, a comarca encabeçada por São João Del Rei se transformara num grande empório, no centro dessa dupla malha mercantil.

> "A precoce especialização agrícola da região irá transformá-la no celeiro estratégico fornecedor de produtos ao mercado litorâneo. Com a transferência da Corte para o Brasil o eixo de escoamento da produção regional se desloca do abastecimento interno para a praça do Rio de Janeiro. A posição geográfica privilegiada, sobretudo no triângulo formado pelas vilas de São João, Barbacena e Campanha - principais entrepostos comerciais, fazia com que a região fosse o corredor pelo qual escoavam todas as mercadorias em direção ao sul, vindas das regiões à oeste e ao norte, e entravam os produtos importados que se dirigiam às regiões centrais. Desse modo, as vilas se transformavam em centros de redistribuição dos produtos importados trazidos do Rio de Janeiro, amplificando suas atividades comerciais". (UFSJ, 2007, site).

Noutra direção, fenômeno semelhante acontecia na região paulista, também abastecedora da Corte, mas por outras vias, situação que às vezes costuma ser mascarada pela expansão da cafeicultura, já que, de certa forma, os caminhos percorridos eram mais ou menos coincidentes – a velha "estrada" ao longo do eixo São Paulo, Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Casa Branca, Rio Pardo atingindo o nordeste paulista. Com a cafeicultura, as pastagens, antes disponíveis nos campos do Jundiaí e do Mogi, foram "empurradas" cada vez mais para o "capim mimoso" dos confins da província. Assim como aconteceu na comarca do rio das Mortes, os "belos campos" da região francana passariam a abastecer os mercados litorâneos, através do entreposto de Campinas. Nesta rota, os tropeiros paulistas, levavam os rebanhos até esse centro, de onde eram enviados *"para Santos e Rio de Janeiro em carretas e tropas de mulas"*, e retornavam trazendo cargas de sal, pólvora, arame, ferramentas e outros artigos importados. É o que registra, corretamente, Pedro Tosi:

> "Se se supõe, como é bastante plausível, que os fluxos de gado e sal estivessem entrelaçados, não se pode afirmar que houvesse uma única praça a abastecer Franca com sal, mas com certeza muitos lugares eram abastecidos unicamente com o sal de Franca. (...) O sal chegava em Franca e região via Campinas, bem como pelo sudoeste

> de Minas Gerais; os responsáveis pelo seu comércio estocavam-no e depois o revendiam no fluxo contrário ao do gado que, por sua vez, descia de Goiás e do Triângulo Mineiro, ficando invernado na pastaria para sair de Franca quer na direção de Minas, quer na direção de São Paulo". (TOSI, 2002, p. 50).

Na segunda metade do século XIX, a convergência destas condições materiais, acabou por configurar, historicamente, duas regiões que vivenciariam em comum, pelos menos nos seus traços gerais, a experiência de um tipo original de comércio e pecuária bovina, passando a se caracterizar, respectivamente, como o "*nordeste paulista*" e o "*sudoeste de Minas*". No lado paulista a hegemonia seria exercida por Franca, e no sudoeste de Minas, por Passos. Franca obteve a cidadania em 1866 e Passos, em 1858. Além de localidades contíguas, com características semelhantes, estavam unidas pelo mesmo cordão umbilical do rio Grande, pelas mesmas pulsações do mercado, e a partir daí, pelo mesmo perfil de produção das condições materiais de existência: a *invernada*. Nordeste paulista e Sudoeste de Minas, só podem ser caracterizados separadamente com base no conceito de "fronteiras" fiscais e administrativas, já que do ponto de vista das populações a distinção entre "mineiros e paulistas" torna-se tão tênue que mal se distingue [158].

Para os fins deste estudo, convergentes na tentativa de entender os fenômenos de violência ocorridos em Passos, no alvorecer do novecentos, o conceito de *sudoeste mineiro* prioriza o perfil social gerado pela produção das condições materiais de vida, ou seja, as pulsações provocadas por estas no convívio dos homens. Neste sentido, *sudoeste mineiro* e *nordeste paulista* perdem os seus contornos *territorialistas*, ou seja, ficam em segundo plano as questões de competência fiscal, e se fundem num mesmo espaço marcado pela identidade das categorias sociais e econômicas que se envolveram em harmonias e conflitos. O espaço das *invernadas* e o domínio dos *invernistas*.

A opção deste estudo é, justamente, entender os nexos entre aquelas e estes, e os nexos subjacentes às relações entre os invernistas, as forças de trabalho que envolviam, os mercados e mercadores que objetivavam, os centros urbanos com que se articulavam e as categorias

[158] Historiadores paulistas costumam insistir na "*invasão dos entrantes mineiros*" em relação aos "sertões do rio Pardo", com ênfase em Franca. Na verdade, existiu uma certa reciprocidade no movimento das populações, conforme o recorte temporal. No século XVIII, são os paulistas que se apossam de todo o sertão do Jacuí, que inclusive oficialmente pertenciam a São Paulo. No entardecer do século XVIII, nos registros da paróquia de Jacuí, constam dezenas de óbitos, com a referência de "natural" de localidades paulistas. Já em meados do séc. XIX, os mineiros migram para as áreas paulistas. Os conflitos armados na região de Ibiraci, tinham objetivos de demarcação de fronteiras.

sócio-econômicas que se lhes opunham. E, depois, tentar entender os nexos entre este complexo regional e as configurações mais abrangentes em que se inseriram. Para tanto, será priorizado aqui o segmento do "sudoeste mineiro", o que não significa desconsiderar o nordeste paulista [159]. Ao contrário, o que se pretende é fechar os círculos desta espiral em torno dos agentes que podem esclarecer a questão da violência passense.

A introdução do sistema de invernada na economia pecuarista foi a mais extraordinária transformação das condições materiais de existência do sudoeste de Minas, na segunda metade do século XIX, a qual, além de criar a retaguarda histórica da anexação e consolidação do Triângulo a Minas, se tornou o mais significativo processo de consolidação do capitalismo, a partir da malha de mercado, na província mineira, levando estes pólos a nódulos de convergência econômica (BRAUDEL, 1985; 1998), sujeitos às pressões sistêmicas (WALLERSTEIN, 1994), e aos processos de "coerção-extração" (TILLY, 1996), face aos ensaios de construção do estado brasileiro, no momento em que começa a tecer os seus amarrios às realidades provincianas, processo que, no fundo, acabou expressando o ocaso do Império e a alvorada da República.

Não se dispõe de dados que permitam datar a introdução do sistema de invernada, mas é possível pinçar nos relatórios e expedientes municipais alguns indicadores. Em reunião da Câmara da Vila de Passos, de 10 de janeiro de 1851, o fiscal informou que o município estava em paz, e a edilidade aprovou o orçamento, do qual consta como receita, de "afilações – cabeças", a importância de 270$000[160], referente a imposto por cabeça de gado comercializado ou abatido. Esse valor é significativo, porque corresponde quase à metade da renda total da Câmara, que foi de 600$000, estimada para aquele ano. Poucos meses depois, em maio, o *"fiscal requereu providências no sentido de reprimir a ladroeira de gado, notada desde dois anos"* (NORONHA, 1969, P. 144). Em sentidos contrários, ambos os registros apontam para o desempenho da criação de gado no município. Nesta mesma sessão, a Câmara informa ao Administrador dos Correios, *"ser fácil encontrar-se quem conduza as malas entre*

[159] Mesmo porque, quanto ao nordeste paulista, a hegemonia francana tem sido objeto de estudos excelentes: publicados na **Revista de História** da UNESP.

[160] Tributo cobrado pelas Câmaras sobre a "aferição", controle sobre pesos e medidas. Como o texto da Câmara vincula "afilações" e "cabeças", pode-se deduzir que se tratava de tributo cobrado sobre o número de cabeças de gado. Em geral as Câmaras terceirizavam, por arrendamento, a cobrança das afilações. As Posturas do Município de Passos, de 1859, já rezavam sobre isto: *"Art. 117 – Todos os negociantes de molhados quer de fora, quer da terra, são obrigados a terem pezo de uma arroba para baixo, quarta, meia quarta, selamina e pratos, bem como vara, e medidas para bebidas. (p. 262). Art. 118 – As afilações e revistas serão as que marcão as posturas da Villa de Jacuhy, adoptadas por esta Câmara"*. (p. 263).

esta Vila e a de Jacuí a três mil réis, convindo, entretanto, fosse a mesma para a Cidade de Três Pontas, custando a viagem oito mil réis..." (NORONHA, 1969, P. 145). A opção contida na frase de nosso grifo, é quase profética: anuncia justamente o interesse pela nova rota mercantil voltada para a comarca do rio das Mortes que será, efetivamente, a grande rota dos invernistas passenses.

Em 19 de janeiro de 1854, tratando dos limites, a edilidade elabora um descritivo do município e seus distritos, contendo informações econômicas de extrema relevância, sobre:

> a) a freguesia da sede: *"contém cinqüenta fazendas, a saber: quinze de campos e matos; trinta e cinco somente de cultura, três engenhos de cana movidos por água, doze movidos por bois; quatro de serra madeira; uma fábrica de cal; uma dita de cera branca na Vila, empregando-se os habitantes na engorda de gado, carneiros e porcos"*. (NORONHA, 1969, p. 147);
>
> b) a freguesia da Ventania: *"contém esta freguesia quarenta e uma fazendas, a saber, vinte e cinco de cultura e campo; dezesseis só de cultura; dois engenhos de moer canas, movidos à água; duas fábricas de farinha de mandioca; duas ditas de cera branca em velas; uma fabrica de cal. Empregam-se os habitantes, em lavoura, criação de gado, porcos"*;
>
> c) a freguesia de Carmo do Rio Claro: *"há nesta freguesia trinta e quatro fazendas, a saber: catorze de cultura e campo; vinte só de cultura; oito engenhos de moer cana, movidos por bois. Emprega-se a população em criar gado e suínos"*; e c) o Distrito do Aterrado: *"contém este Distrito cinqüenta fazendas, vinte de campos e matos; e trinta somente de cultura; doze engenhos de moer canas movidos a bois, um dito movido por água; engenho de serra. Lavoura: criação de gado."* (NORONHA, idem, p. 148).

Tabela 05

	FAZENDAS		ATIVIDADES				Eng. cana		serra mad	Fábricas		
LOCAIS	Cult.	Camp.	Lav.	Bov.	Suin.	Capr.	boi	água		cera	far	cal
Passos	35	15	sim	sim	sim	sim	12	3	4	1	-	1
Ventania	16	25*	sim	sim	sim	-	-	2	-	-	-	-
Carmo	20	14*	sim	sim	sim	-	8	-	-	-	-	-
Aterrado	30	20	sim	sim	-	-	12	1	1	-	-	-

Comparativo dos tipos de atividades econômicas por unidade produtivas

É possível que estes dados contenham um vício: não oferecer a distinção confiável entre fazendas e roças. Tudo indica que as roças não estão incluídas nestes números. Mas, de qualquer forma, oferecem uma margem considerável de segurança para abonar o perfil geral da produção, quanto às atividades. Observa-se que as criações de gado e de suínos são constantes, assim como os engenhos de açúcar, confirmando, portanto, a vocação tradicional da região para estas produções. Por outro lado, sustentam a hipótese de que estes produtos são essencialmente voltados para a comercialização, ou seja, que as fazendas, e certamente as

roças em escala menor, já estavam imbricadas na malha do mercado, cuja dinâmica fazia pulsar toda esta materialidade.

Mas, continuamos sem saber quando e porque, a pecuária tradicional se transformou em "*pecuária de invernada*". Com apoio das atas da Câmara de Passos, pode-se deduzir que a criação de gado pelo sistema de "invernada" se introduziu entre os anos de 1858 e 1862. Em 15 de abril de 1858, a Câmara, ao prestar informações solicitadas pelo Governo da Província, responde *"declarando não haver especialidades em criação de animais, não havendo fábricas e que o tecido de algodão é todo por teares"*. A tecelagem de algodão (e seu plantio, naturalmente) é um dado importante, mas não há nenhuma referência à "invernada". (CMCP, 1858). Em 1859, as Posturas consignam no seu artigo 106, § 1º, ser proibido *"vender-se pastagem, ou invernadas de vallos, ou cerca de varões: pena de serem responsáveis pelas rezes que se extraviarem, ou seos valores"* (POSTURAS, 1859, p. 260).

Pouco depois, em 10 de janeiro de 1862, de novo prestando informações ao Governo Provincial, a opinião dos camaristas é bem diferente, quando afirmam que *"a Indústria mais desenvolvida é a de gado e a de suíno com exportação direta para a corte do Rio de Janeiro e que há também exploração de diamantes no Rio Canoas, linha divisória desta Província com a de São Paulo"*. A mesma ata contém informações sobre os preços de mercadorias correntes na ocasião: "*um carro de milho 12$000; o alqueire de arroz $800; de feijão 3$000; arroba de açúcar, 5$000; barril de oito medidas de aguardente, 4$000; algodão arrobado ou em rama por vara, 40$000"* (CMCP, 1862, fl.81v). Estão presentes, nestas informações os indicadores dos dois ramos de comercialização. Predominante era a exportação de gado, suíno e açúcar, para o Rio de Janeiro. É pouco provável que os demais fossem então muito além do mercado regional.

O censo de 1873 da cidade de Passos obedeceu, de modo geral, a mesma metodologia anterior: o município foi dividido em 8 quarteirões para a coleta dos dados, que foi feita por famílias, com as informações passadas pelo chefe da mesma. Assim, chegou-se ao seguinte resultado quanto à demografia: população total de 8.107, residindo 2.594 na cidade e 5.513 na zona rural; da população em idade escolar (6 a 14 anos), avaliada mais ou menos em 950, apenas 149 meninos freqüentavam a escola (este número foi arredondado para 140 no cômputo geral) (fl.8). A freguesia passense contava com 1.258 fogos, 1.238 habitados e 20 desabitados (fl. 8v). O Termo era formado pelas freguesias da sede (Passos), de Carmo do Rio

Claro, da Ventania, de Santa Rita do Rio Claro, de Santa Rita de Cássia, de Dores do Aterrado e do distrito policial do Garimpo das Canoas. Segundo o censo, o Termo tinha 30.000 almas, das quais 23.942 eram livres e 6.058 cativos; 23.858 eram analfabetos e apenas 3.142 sabiam ler e escrever.

Tabela 7

Profissões	Nº	Profissões	Nº	Profissões	Nº
Juizes (c/c Direito)	2	Fotógrafo	1	Pedreiros	10
Médico (c/c Medic.	2	Relojoeiro	1	Ferreiros	3
Advogados (c/c Dir.)	3	Ourives	1	Fogueteiros	3
Advogados (s/c Dir.)	3	Sapateiro	4	Carpinteiros	25
Padres	2	Alfaiates	6	**Capatazes de boiada**	12
Professores	3	Oficiais de Justiça	4	**Camarada de boiada**	**140**
Professoras	2	Estudantes	140	Estalajadeiros	2
Capitalistas	3	Músicos	20	Criados	50
Escrivães	3	Negociante faz. seca	13	Serviço doméstico**	1.000
Tabeliães	2	Negociante molhados	12	Escravos	650
Coletor	1	Negociante víveres	10	Sem profissão	420
Partidores	2	Negociante açougue	6		
Pintores	2	Marceneiros	3		

Profissões exercidas pelos moradores urbanos de Passos*

* O texto não diz que são urbanos, mas deduziu-se do fato de que a soma total corresponde mais ou menos aos habitantes do núcleo urbano, declarados em outro lugar do texto. Nesta tabela não estão, pois, incluídos roceiros, fazendeiros, ou invernistas, que deviam corresponder ao restante (5.513), inclusive escravos.

** inclui: costureiras, lavadeiras, engomadeiras e fiandeiras; numero estimado.

O perfil urbanístico e seus equipamentos estão assim descritos:

> "a cidade tem 6 praças, 33 ruas, 581 casas, 51 envidraçadas, 566 habitadas, 15 desabitadas (quase todas em construção), 8 de dois pavimentos, 11 assobradadas, 4 Igrejas, 1 capela, 5 "Passos", 1 cemitério, 1 matadouro público, duas olarias, 6 moinhos, 1 fabrica de cera, 1 dita de pólvora, 1 engenho de açúcar, 3 pontes, 1 teatro, 1 curral do conselho, 1 casa da maçonaria, 1 bilhar, 1 casa de Misericórdia, 1 casa da Câmara e cadeia, 4 escolas, sendo 3 particulares e uma pública, 1 aula de instrução secundária. Há na freguesia duas fábricas de cal. Dista a cidade da capital da Província (Ouro Preto) 432 km. Dista da capital do Império 617 km".

Observa-se por aí, que a cidade de Passos, como cabeça de um termo que incluía mais 6 localidades, já exercia certa liderança regional, tinha um perfil geral de desenvolvimento, e condições que a tornavam o "centro" desse pequeno universo de trocas, negociações, mercados, ganhos e capitalização. É, pelo menos, o que sugerem os dados econômicos do censo.

Tabela 9

Produtos	Importação	Exportação	Saldo
Gado vacum	480:000$000	682:000$000	202:000$000
Suinos	40:000$000	75:000$000	35:000$000
Lanígero	3:000$000	6:000$000	3:000$000
Açúcar	-0-	10:000$000	10:000$000
Diversos**	150:000$000	-0-	- 150:000$000
TOTAL	673:000$000	773:000$000	100:000$000

Balança comercial

Moeda: "réis". Um milhão de réis é igual a um "conto de réis".
** Inclui: fazendas secas, ferragens, molhados, remédios e outros gêneros.

O município dispunha de um saldo favorável 100 contos de réis. O censo ainda registra que *"exporta-se também o fumo e o algodão em pequena escala; o café que é cultivado dificilmente chega para o consumo"* (fl. 9).

Em um Suplemento do quadro geral, informa-se que *"de todo o Termo exportam-se 30.000 reses, mais ou menos, regulando só neste gênero uma exportação superior a 1:800:000$000"* (um mil e oitocentos contos de réis), valor muito alto para a época. Quanto ao município de Passos, nos dados qualificados sob a rubrica de "*comércio*" há uma quantificação dos produtos importados e exportados, com seus respectivos valores. (ver tabela 10, abaixo).

Tabela 10

Lucratividade do comércio

IMPORTAÇÃO				
Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor total	
Reses	12.000	40$000	480:000$000	
Porcos	2.000	20$000	40:000$000	
Carneiros	1.000	3$000	3:000$000	
Outros (*)	-	-0-	150:000$000	
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES			673:000$000	

(*) - fazendas secas, ferragens, molhados, remédios e outros gêneros

EXPORTAÇÃO				
Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Lucro por prod.
Reses	12.400	55$000	682:000$000	(*) 202:000$000
Porcos	2.000	30$000	75:000$000	35:000$000
Carneiros	1.000	5$000	6:000$000	3:000$000
Açúcar	-	-0-	10:000$000	(**) 10:000$000
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES			773:000$000	

(*) Neste valor estão incluídos 22:000$000 referentes a 400 reses do rebanho próprio, não compradas.
(**) O açúcar é produto local, portanto, aparece como lucro.

Do total de reses exportadas, 400 representavam produção própria, já que o município importava 12.000. Comparando-se o custo de importação com o custo de venda, cada rês importada deixava um ganho de 15$000, o que dá um total de 180:000$000. Este valor representa o que foi agregado pela "invernada"; o restante do valor, 22:000$000, corresponde ao valor agregado por crias produzidas pelo próprio plantel. Os custos da engorda eram poucos: o tempo de uso da pastagem (tinha que ser recomposta pela natureza para a próxima engorda), o custo de salinar o gado; e a força de trabalho para manejo e condução da boiada ao entreposto comercial, ou ao consumidor direto. Não é possível saber se nos valores acima mencionados já estão descontados os "direitos" da Província e da Coroa. Quanto às exportações do Termo, o censo esclarece que os habitantes contribuíam *"para os cofres públicos com mais de 90:000$000, isto é, direitos pagos na Coletoria 30:000$000 e nas barreiras do Pacu, Rio Preto e Matadouro público da Corte 60:000$000"*.

A análise dos censos, na sua vertente quantitativa, nem sempre ajuda a resolver certos dilemas da pesquisa. Mas permite que se descreva, em garatuja, a realidade, o que menos importa. E permite, às vezes, pelo cruzamento dos dados, chegar ao caroço de algumas incógnitas, pois, mesmo não sendo rico de informações, há elementos que se articulam diretamente com os objetivos desta investigação, e é o que importa. É o caso da invernada que aí aparece embutido.

Neste ponto da investigação, portanto, a busca de uma resposta para a questão das razões pelas quais o *sistema de criação* foi substituído pelo *sistema de invernada*, torna-se prioritária. O sistema de criação por invernada, no fundo, não é nem mesmo um "sistema de criação", e sim um "sistema de engorda". O invernista é um "engordador" de gado, e a invernada o seu "*spa*". Há diferenças fundamentais entre ambos: a criação supõe a existência de um plantel reprodutor constituído de boas matrizes fêmeas e, pelo menos, um bom macho. A pastagem não era problema. Em 23 de maio de 1874, a Câmara repassava ao Ministério dos Negócios da Agricultura a informação de que no Município, *"apenas uma vigésima parte ou ainda menos estava cultivada. O excedente estava em matas ubérrimas e pastagens nas quais se engordavam de vinte e cinco a trinta mil reses. Na lavoura apenas se empregava o machado, a foice. O café de bom tipo não era cultivado em grande escala, por falta de transporte"*. (CMCP, 1874, fl.). "(...) *a pastagem contida em um alqueire de terras engordava quatro reses, ou o dobro obtido nas melhores terras que conheciam, tal a força do*

capim gordura nas terras da Ventania, que mais tarde passaram a formar o Município de Passos". (LEMOS, 1920, pp. 18).

Mas, a criação implicava em outras necessidades e cuidados: tinha de ter rancharia para a bezerrada, currais adequados, retiros para esgotamento e controle da desmama, cuidados com a saúde das crias. Acima de tudo isto, havia a questão do tempo de reprodução, correspondente ao ciclo de cobertura, gestação, parto, amamentação e maturação. Para que tudo isto se realizasse até se poder contar com um rebanho adulto em condições de ser negociado, demandava-se, no mínimo, de 28 a 36 meses, ou mais, dependendo de vários fatores, como raça, condições da pastagem, variações sazonais e outros.

Era isto que as roças e fazendas do sudoeste de minas e, possivelmente, no nordeste paulista, não tinham condições de realizar, para atender "a tempo e a hora" o crescimento da demanda direta dos abatedouros da corte, dos mercadores da comarca do rio das Mortes ou de qualquer *marchand*. O problema é uma mudança de ritmo, ou de tenção como queria Braudel. Ritmo da inversão de capital, ritmo na malha das trocas, ritmo da acumulação. E o ritmo era a limitação real imposta pelo tipo e pelo tamanho das fazendas e pastagens, pelas condições da produção, do trabalho, da tradição local, e ainda da natureza e da geografia. A formação dos rebanhos locais não consegue acompanhar o ritmo da demanda. A criação de gado no sudoeste de Minas experimenta então a primeira crise; uma crise, se é que pode ser assim denominada, de "*matéria prima*", na esfera da produção e da circulação.

Em meados do século XIX, mesmo desconhecendo-se os seus detalhes iniciais, a alternativa representada pela existência dos grandes rebanhos bovinos dos "sertões dos goiases" e do "mato grosso", também chamados de "pantaneiros", tornou-se a grande opção para superar a crise. Esses rebanhos ali existentes desde o século XVII, eram formados pelo gado que se reproduzira nessas regiões, em decorrência da expansão da Casa da Torre, de Garcia d'Ávila, pela margem esquerda do São Francisco, como se viu anteriormente, na "malha das barganhas" .

Com o tempo, muitas fazendas ali implantadas tinham se transformado em grandes criatórios (e comércios) de gado sertanejo. É bem provável que os primeiros compradores tenham sido os negociantes paulistas. Além da conexão franciscana e do rota do rio das Velhas, discutidas anteriormente, por onde teriam já conhecimento e comercializavam

rebanhos sertanejos de Paracatu e de algumas áreas de Goiás. Mas, tudo indica que foi pelo domínio da rota das monções, que tiveram acesso aos rebanhos dos confins do rio Coxim, no Mato Grosso (HOLLANDA, 1945; GODOY, 2003, pp. 83-106). Uma vez conhecida a existência dos rebanhos pantaneiros, a comercialização era evidente. O grande problema era resolver a questão do traslado dessas boiadas: primeiro, estabelecer a rota mais curta, mais prática e mais segura; o gado se transportaria a si mesmo, e a organização dos seus condutores não era o problema maior; portanto, nada impedia que as boiadas fossem entregues no entreposto da comarca do rio das Mortes ou nos abatedouros da Corte. O problema grave era que ao termo de viagem tão longa, bois e reses chegariam ao destino extremamente magros, mercadoria nada atraente para o abate.

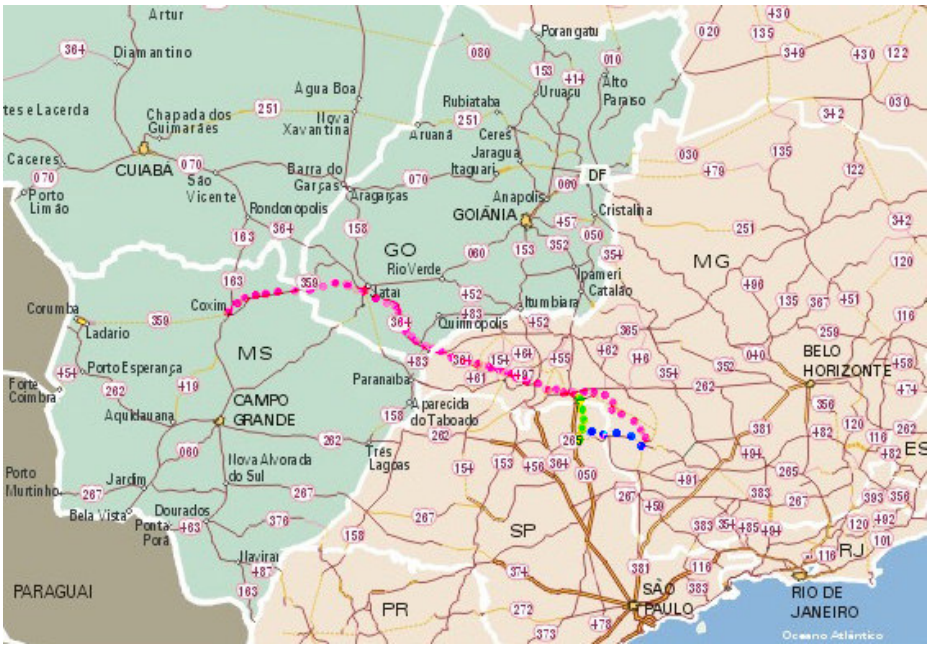
Quanto à rota, foi possível reconstituir a partir do roteiro publicado por Washington Noronha, (NORONHA, 1969, p. 291-292), acareado com dois depoentes que praticaram, na segunda década do século XX, o percurso principal. A maioria dos pousos e algumas localidades não figuram nos mapas modernos. Para permitir uma visualização básica, elaborou-se, a partir de uma cópia fotografada, o mapa ilustrativo nº 03, abaixo.

Partindo-se de Coxim, na fazenda de Peró, (v. mapa ilustrativo abaixo) depois de pernoites em vários pousos, ao Bananal, (falha para descanso); seguia-se depois pelo cerrado: Jauru, Boa Vista, Mosquito, Baú, Olho d'água, Marruás do Formoso, Ronda Viva, Retiro da Viúva, dobrava a Serra do Café, já em Goiás, (falha para descanso e diversões); retomada a marcha, ia-se ao Rio Doce, à cidade de Rio Verde, daí ao Augusto, Córrego Fundo do Belinho, Bálsamo, Cabeleira, até à ponte do Rio dos Bois (pedágio de $300 por cabeça) e pelos pousos da Miséria e Cascavel, até Santa Rita do Parnaíba. Aí se cruzava a ponte, entrando em Minas. E seguiam por Rancharia, Passa Três, Briosa, Douradinho, Tangará, até à região de Araxá; depois, Teófilo, Buriti, Bela Flor, Capão dos Porcos, Camurça, Carrapichos. Depois, as boiadas paulistas seguiam à direita para Franca, percurso descrito corretamente por Pedro Tosi (TOSI, 2003), e as mineiras seguiam pelo chapadão da Zagaia, do Bugre, desciam a serra das sete voltas, até o pouso do Pé da Serra, daí a Ciganos, Cabrestos e Forquilha (Delfinópolis). Cruzavam então o rio Grande, primeiro pelo porto, depois pela ponte Surubi, e chegavam a Passos, através da estrada do morro do Café [161].

[161] Ver o roteiro completo descrito por Noronha (1969).

Outra coisa é a condução desse gado, desde os sertões até às invernadas passenses, e depois, ao mercado. Isto era tarefa das "comitivas". Sua existência remonta aos primeiros tempos dessa malha. *"À proporção que se faziam compras parceladas, os lotes eram tangidos para o rancho onde a comitiva estava de espera"* (NORONHA, 1969). A literatura captou bem o movimento dessas comitivas.

> "O trânsito das comitivas pelo Porto do Paiol Queimado crescia por essa temporada, época em que voltavam do pantanal. Um dia repontavam, boiada trás boiada, ror de gado atropelado pelas marchas de muitos meses, desfeito pela dura maceguinha sem sustância do chapadão. Com as comitivas, vinha a peleja para os pobres de Siá Preta e Seu João (..) Fornecer comida a que horas da noite, o porto atravancado de camaradagem e tropa, os currais entupidos de boi – a balsa num ir-e-vir sem descanso". (PALMÉRIO, 1966, p. 07).



Mapa ilustrativo 03

A rota do gado

Em vermelho a rota de Coxim até Passos.
Em verde, a variante para Franca; em azul um atalho também praticado, de Franca, por Itirapuã, Capetinga, Cássia até Passos.
(Fonte: Mapa de IBGE, com aplicação pessoal das rotas)

Mas as comitivas tinham uma organização complexa. As narrativas orais e as documentações disponíveis, sugerem, todavia, a existência de duas categorias de comitivas: a dos *boiadeiros*, e a dos *invernistas*. Mais ou menos idênticas na sua composição e nos seus fins, diferiam pela categoria do proprietário e pelo nexo de mercado. Nas primeiras, o

boiadeiro comprava e trazia a boiada do sertão, para vender, no todo ou em parte, nas fazendas e povoações. O boiadeiro era, no fundo, um "ponteiro" (LENHARO, 1993. p. 37), um "intermediário" entre os sertões e os invernistas, vivia desse negócio, indo e vindo. Pandiá Calógeras, citado por Pedro Tosi (TOSI, 2003), identificou uma categoria superposta a esta, a do "*tropeiro*", que levaria mercadorias ao sertão, e voltaria em "comitiva", trazendo gado para vender, à maneira dos boiadeiros. Mas, parece que Calógeras não distinguiu com nitidez, já que o tropeiro, propriamente dito, era de início o paulista, comerciante de tropas (muares) que acabou exercendo uma complexa atividade para *abastecer o sertão*, de centenas de quinquilharias e produtos "das cidades", adquirindo a partir daí um perfil social típico. Quando descreve que "*Hóspede nas fazendas, querido e ansiosamente esperado, trazia novidades, aviava as encomendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa*" parece estar identificando não propriamente o tropeiro – que em geral era recebido nos currais e ranchos, com quase nenhum acesso ao "mundo familiar" –, e sim um tipo de mercador (mascate) ambulante, conhecidíssimo na região pela alcunha de "Cometa". Referindo-se a um outro contexto, Walfrido Moraes o destaca: "*Os mascates, por sua vez, com os seus baús de flandres, prenhes de mercadorias e com os metros de madeira batendo, batendo, infestam a região*" (MORAES, 1973, p. 17). Mafalda Zemella inclui o mascate numa categoria genérica que muito se aproxima dos "vagabundos" analisados por Laura de Mello e Souza:

> **"***Os humildes vendedores ambulantes eram nivelados aos vagabundos, aos vadios e aos mendigos. Assim, a opinião geral era de que "... os vagabundos, comissários volantes, mascates, vendilhões e oficiais supérfluos, vadios, libertos e mendicantes capazes de trabalho e extravio sejam empregados utilmente nas estradas conducentes a facilitar os carretos, na expurgação dos salteadores, obras públicas, cultura de campos, etc". (ZEMELLA, op. cit., p. 163).*

Mas, embora forneça uma garatuja algo semelhante em relação ao tropeiro, confere a este um "papel mais social", enquanto tipo diferenciado pelas funções conexas às atividades puramente mercantis, dando-lhe a envergadura de "traço de união" entre centros urbanos de periferia e de centro, na malha das trocas:

> "O tropeiro, o agente por excelência do comércio com as Gerais, era uma figura móvel que aos poucos foi adquirindo traços nítidos e característicos. Transformou-se em personalidade típica de nossa sociedade colonial, figurando em contos regionais, em nosso anedotário, em peças teatrais, etc... Figura extremamente popular, o tropeiro, se no princípio da era mineradora teve qualquer cousa de antipático, pela especulação que fazia com os gêneros, aos poucos foi adquirindo, ao lado da função puramente econômica de abastecedor das Gerais, um papel mais social e simpático de portador de notícias, mensageiro de cartas e recados. Representava um verdadeiro traço de união

> entre centros urbanos afastadíssimos, levando de uns para outros as novidades políticas, as informações sobre cousas de uso, correspondência, modas, etc.". (ZEMELLA, 1990, p. 140-141).

Portanto, parece prudente não acoplar a atividade do tropeiro às comitivas de boiadas. Já quanto aos boiadeiros, os próprios, a opinião de Zemella, é absolutamente correta: **"***as boiadas, constituídas de centenas de cabeças, eram negociadas pelo boiadeiro nas fazendas em cujos portões se fazia a entrega*" (ZEMELLA, 1990, p. 139). E há confirmação plena na oralidade. João Lemos, 98 anos, entrevistado em 01/06/2000, descreveu:

> "Papai comprou uma boiada em Cássia. Eram 680 bois. Papai refugou os 80 e comprou a outra. Então lá em Cássia, o boiadeiro propôs ao papai de tocar a boiada toda lá pra fazenda do papai. De Cássia lá eram 3 léguas. Aí o papai aceitou. Lá apartou, tirou os 80 bois. Aí o papai pagou ele... recebeu a boiada e ele ia tocar os 80 bois. Ofereceu pro papai. Me compra esses bois. Aí ele propôs comprar pra nós, pra mim mais o Fiíco. Nós tinha um dinheirinho, nos livros do papai lá. Dinheiro que as madrinhas deram, pra guardar, bezerrro que já vendeu, vaca que vendeu. Então o papai comprou a boiada. Comprou por 70 mil réis." (LEMOS, 2000).

As outras, eram as comitivas do fazendeiro. Há testemunhos convincentes na oralidade e na documentação de que, no rastro desses boiadeiros, os fazendeiros do sudoeste de Minas iam eles próprios aos sertões em busca de gado magro, ou, em alguns casos, os filhos, e mesmo os capatazes, que eram seus prepostos. De qualquer forma, diferem das anteriores, não apenas por isto, mas pelo fato de que nestas, não existe a figura do intermediário. Negociante (na compra e na venda), condutor e invernista se fundem numa mesma figura, a do invernista.

> "Fui comprar uma boiada dum tal Raimundo Vargas, ele já tinha vendido uma boiada pro papai o ano passado e falou que ia arrumar outra boiada pro papai, papai falou eu mando lá comprar a boiada sua. Então quando ele arranjou a boiada, (...) eu fui, papai me mandou lá. Fui lá, comprei a boiada dele. E ele ia levar ela pra nós. 15 ou 16 marchas, até chegar lá. Lá é que ia pagar. Não tinha compromisso nenhum, comprei... comprei. Pronto. Então ocê leva a boiada" (LEMOS, 2000).

Também na literatura encontramos o eco dessas comitivas de boiada no perfil de um fazendeiro, que é personagem central de o Chapadão do Bugre, de Mário Palmério:

> "... cargueiros atulhados de encomenda; e também presentes, agrados para os amigos da beira do caminho – bagagem que nunca se esquecia de trazer. Seu Valico Ribeiro passava, pousava, meses depois repontava: agora, com a boiada, nunca menos dos seus mil, seus mil e tantos pantaneiros, tudo boi catado a capricho das lonjuras do sertão. E então se demorava, dias e dias, na fazenda, em descansar comitiva e o gado que tangia". (PALMÉRIO, 1966, p. 303).

E não apenas na compra e na busca do gado. O fato de que a significativa importância de 60:000$000 era recolhida pelos habitantes *nas barreiras e no "matadouro público da corte*", (Passos, Censo de 1873), além de permitir a reconstrução do roteiro com a referência das três localidades, abona a conclusão de que as boiadas eram levadas diretamente à Corte, pelo menos nesta primeira fase, e seus condutores e negociantes eram os próprios invernistas, ou *gente* deles.

Que *gente* era esta? Quando se comparam as categorias das "ocupações" arroladas nos três censos, percebe-se com facilidade que no último (1873), há várias que não aparecem nos anteriores: o fotógrafo, o pessoal do judiciário, e outros. No entanto, apenas duas têm conexão direta com esta pesquisa: 12 *capatazes* de boiadas, e 140 *camaradas* de boiadas. Ambos aparecem também em quase todos os depoimentos orais vinculados às "comitivas" condutoras das boiadas. E mais que isto, não são categorias isoladas, aqueles e estas são contemporâneos às invernadas, em cujo universo se encaixam. *Capatazes* e *camaradas* são, portanto, categorias pertinentes às comitivas e ocupam nelas posições hierárquicas claras. Estaria aí o nicho social dos possíveis "*jagunços*" passenses?

Segundo os critérios adotados naquele censo, capatazes e camaradas aparecem como moradores da cidade, sugerindo por um lado, que não eram trabalhadores permanentes das fazendas, e que a elas estavam ligados pelo desempenho de tarefas temporárias ou periódicas, principalmente no "tempo das comitivas"; também, por outro, na maioria das entrevistas e dos documentos, tanto o capataz quanto os camaradas são identificados como "*do fazendeiro fulano*", ou "*do coronel beltrano*", indicando certos vínculos de pertença e formas específicas de relações que ultrapassam o nível das simples relações de trabalho então praticadas.

Convém, no entanto, buscar a distinção dos dois tipos. Segundo Manuel Viotti, no Novo Dicionário da Gíria Brasileira, capataz é "*o feitor de fazenda; pessoa que insinua no ânimo de seu superior, exercendo influência*" (VIOTTI, s/d, p. 98). Quanto ao universo da economia de invernada, os capatazes feitoravam as comitivas, exercendo, em lugar do fazendeiro, certas missões de confiança, como transportar os valores, em dinheiro ou em "créditos", realizar as despesas da viagem, apartar o gado e negociar a compra, manter os laços unificadores da comitiva e comandar o seu deslocamento. A ele estavam, certamente, referidos os *camaradas de boiadas*, citados no mesmo censo.

Bernardino José de Souza em seu Dicionário da Terra e da Gente do Brasil, apoiado em Beaurepaire-Rohan, registra "camarada" como *"regionalismo de S. Paulo, Minas, Paraná, Goiás e Mato Grosso, significando homem assalariado para servir não só de condutor de animais, mas também em trabalhos rurais e domésticos"*; e cita Saint Hilaire: *"camarada é o nome que se dá aos homens de classe inferior, que se alugam para, nas viagens, cuidar dos burros ou fazer qualquer outro serviço"* (SOUZA, 1961, p. 72). Mas, é Antonio Cândido que encontrou a significação mais pertinente: "*Nas explorações pecuárias, em plena expansão, trabalha o camarada, que se paga ao mês, fornecendo casa e regalias variáveis, geralmente um pedaço de terra para plantio de gêneros necessários ao sustento. As mesmas condições prevalecem nas fazendas agrícolas*". (SOUZA, 1971, p. 109).

Assim, na categoria dos *camaradas,* arrolados pelo censo, além dos *peões* que desempenhavam as funções mais rudes durante os deslocamentos das comitivas, havia aqueles que tinham funções mais específicas, como os culatreiros, os ponteiros e os cozinheiros. Tudo indica ainda ser neste rol dos "camaradas especiais", que se inseriam os "homens de armas", que ao lado das funções específicas das viagens das comitivas, estavam imbricados no esquema de proteção do patrimônio e da guarda pessoal dos patrões e seus séqüitos, ou seja, com "funções de capanga", como se verá mais à frente, desfrutando, para isto, de relações pessoais e profissionais diferenciadas. Em outras palavras, embora o censo não esclareça, havia entre os camaradas de boiada alguns, ou todos, que não eram propriamente figuras relacionadas só ao manejo do gado, e sim, à segurança das comitivas e das mercadorias. Neste sentido, representariam uma categoria social mais ou menos específica, algo como o "braço armado do fazendeiro", "o homem de confiança", conectado a algum ponto da hierarquia, entre o fazendeiro e a sociedade, entre o fazendeiro e o "código do sertão" (FRANCO, 1974).

Antonio Celestino, descrevendo a chegada de seu personagem principal a Passos, relata que na travessia do rio, ele foi apresentado a Saru e João Coco (ambos envolvidos, depois, no Golpe do Fórum) como sendo *"gente do coronel Chico [Medeiros]"*; e, mais à frente, o Coronel Juca Miranda o recebe com promessas: *"vou arranjar-lhe uma colocação na fazenda do Coronel Chico"*, dando a entender, nas duas situações, que se tratava de uma categoria especial de trabalho (CELESTINO, 2000); ou então, *"amizade conservada por dilatados anos – de peão a capataz, de capataz a comissário, de comissário a boiadeiro"* (PALMÉRIO, 1966, p. 302).

Esta compreensão encontra ainda respaldo literário na reflexão de José de Arimatéia, o "jagunço" principal na obra de Palmério, quando rememora agradecido a proteção recebida em sua fuga: *"... depois no alto do chapadão com seu Torquato, e a caridade desse último, dando pouso ao fugitivo e ainda mandando dois camaradas (...) acompanhá-lo e protegê-lo até Santana do Boqueirão"*. (PALMÉRIO, 1966, p. 279). Já vimos também (Cap. I, p. 11), em citação da Câmara, que entre a leva de gado a Três Corações do Rio Verde e ao mercado do Rio de Janeiro, "os *camaradas* ficavam de vadiagem na Cidade e entregavam-se à jogatina".

O juízo de valor dos camaristas não expressa toda a verdade. O camarada não é o bandido ou o facinoroso: está vinculado, como a própria citação reconhece, às comitivas dos invernistas, para quem é o prestador de serviços especiais. Embora o censo de 1873 o figure como morador da cidade, podia também residir no meio rural ou nas periferias das fazendas. Não "aparecia" ostensivamente durante o tempo da engorda, que em geral durava de 12 a 15 meses. Mesmo porque pertence à lógica dessa economia a alternância dos ciclos de engorda, de tal forma que o capital não ficasse imobilizado em sua totalidade por tanto tempo. Neste caso, o tempo de ociosidade deveria ser bem menor, correspondendo talvez à temporada das chuvas, quando o deslocamento das boiadas era quase nulo. É correto, porém, supor que nessa quadra, mesmo não sendo o comportamento padrão, podia esbanjar seus amores e seus azares, gastar o dinheiro no jogo ou no meretrício. Mas também podia ter seu pequeno comércio, sua roça, sua ponta de gado, em pastagem concedida e estar sempre à disposição do "fazendeiro-coronel" para a realização dos favores especiais.

> "E o Lico da Isoldina? Ah, o que nadava!: casa grande, particular, de escritura passada; o chalé-de-bicho-e-loteria, vacadinha nos pastos do Sassafrás – touro, sal, empregado por conta do patrão... Dinheiro a juro, a família acomodada, os filhos colocados". (PALMÉRIO, 1966, p. 277).

A historia do *"seu Arcanjo falado, o que fazia os outros pararem de prosear quando passava pelas ruas de Santana do Boqueirão e das muitas cidades e arraiais ali do Bugre"* (PALMÉRIO, p. 278), é exemplar sob muitos aspectos: camarada dos mais antigos na fazenda do Sassafrás, nome fictício dado pelo romancista à propriedade de Chico Medeiros, em Passos, fora o homem de confiança desde os tempos do pai desse coronel, merecia o respeito de todos, da família do chefe, dos peões, dos agregados e, sobretudo, dos camaradas mais novos, a quem servia de "mestre" do ofício:

> "E não negava ensino de pontaria a quem lhe fosse pedir explicação. Pacienciava: - agora, seu Isé, me feche os olhos... me aponte com o dedo o tamborete... a porta... o arreio dependurado... Isso, para o principiante andar sempre de prevenção, observar, treinar e guardar na memória as coisas que fosse vendo. (...) Por fim, o Arcanjo é que atirava, para o principiante ver. Pontaria assim, tal rapidez e tal certeza no tiro, aquilo só podia ser milagre, efeito de caborje ou benzeção! Era o treino, rara a semana em que o negro não aguçava ainda mais o golpe de vista, torando cabeças de periquitinho disfarçadas no verde alto das copas de coqueiro". (PALMÉRIO, 1966, p.265).

Se fizermos uma raspagem no termo camarada, aparando-o das identificações mais genéricas e menos substanciais, poderíamos restringi-lo, para os fins desta investigação, à categoria desses "homem de armas"[162], aos quais estariam vinculadas as violências já descritas nos capítulos anteriores. Assim, não estariam inclusos, como camaradas, aqueles que já eram conhecidos pelas relações de trabalho especificadas: os agregados, os colonos e os peões. Este procedimento evitaria certas ambigüidades relacionadas a esses termos que aparecem com freqüência não apenas na tradição, mas também em boa parte dos testemunhos documentais e literários que, como temos visto, tratam indistintamente os homens de armas como jagunços ou camaradas. Mesmo individualizo-os em relação às outras relações de trabalho, talvez não seja pertinente encaixar os "camaradas de armas" na categoria de *jagunços*, como tentaremos demonstrar. Esta isonomia, se possível, terá que ser discutida após a compreensão mais pertinente das mudanças que, paralelamente, vinham se processando nas condições materiais, sociais e culturais do complexo econômico e social onde tal tipo de *força de trabalho* ou de "prestação de serviço" faça sentido, com o foco naturalmente fechado sobre o sudoeste de Minas.

Se a prática da invernada representou uma mera adequação entre as condições de produção e consumo não é a questão fundamental desta investigação. Já insistimos no caráter combinado dessa economia, colocando em segundo plano as explicações uni-direcionadas, quer para a economia dita "de subsistência", quer para o mercado de abastecimento interno, ou de exportação, com ou sem escravismo. As evidências apontam sempre para arranjos bastante complexos, porém, perfeitamente articulados, que são perceptíveis ao nível da circulação de produtos e capitais.

Neste nível, a economia e o sistema invernista se converteram na espinha dorsal desse mundinho, onde a cidade de Passos se tornou hegemônica, fazendo passar por ela todo o

[162] Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.3**.

expressivo comércio que cruzava o sudoeste de Minas, articulando o sertão à Comarca do Rio das Mortes e daí à Corte.

> "Santana do Boqueirão [Passos] é centro de grande movimento de gado, passagem forçada das comitivas do sertão, praça de muito negócio e dinheiro... – lugar freqüentado por gente de toda laia..." (PALMÉRIO, 1966, p. 144).
>
> "... Santana do Boqueirão era o maior centro de negócios da zona do Bugre – quiçá do interior do estado. Mercado comprador de boiadas magras, sertanejas e vendedor do boi gordo, invernado em suas furnas pretas e úmidas o ano todo (...)."... o pasto não secava nunca – verde e farto e sustancioso o ano inteiro" (idem, p. 195) Centro boiadeiro, rico, onde o jogo precisava mesmo de ser franco; e com vida noturna movimentada, cabaré, mulher à pampas." (idem, p. 195).
>
> "O recém-chegado se admirava em ver tanta prosperidade e movimento, arranjava logo-logo fácil e esperançoso meio-de-vida (...) as casas-de-negócio davam prazo, aparecia nas colunas do jornal". (idem, p.138).

A soberania passense sobre o mercado do sudoeste de Minas, assim como a francana no nordeste paulista (TOSI, 2003), induziram mudanças e realinhamentos não apenas de tipo mercantil, mas também sociais e culturais nas relações que uniam roças e fazendas às vilas e povoados; roceiros e invernistas a comerciantes, comissários e marchandes; o passado ao futuro, subvertendo o presente.

Os fazendeiros foram convertidos em consumidores do gado sertanejo, para em seguida, passarem a fornecedores do mesmo gado. Este sistema, ou seja, a necessidade de longos transportes em ambas as etapas é que introduziu esse tipo diferenciado de trabalhador, o camarada de confiança, cuja presença interessa particularmente a esta pesquisa. Por outro lado, a descontinuidade entre uma etapa e outra correspondia ao tempo de engorda nas invernadas. Assim, a diferença de capital de compra e capital de venda, que devia corresponder ao "lucro do negócio", ou ao "capital acumulado", descontados os custos, na verdade correspondia ao valor de uso da terra. Neste caso, o que o fazendeiro ganhava não era o produto do seu trabalho, ou dos seus escravos, agregados ou jornaleiros, já que estes eram mínimos, e sim, o capim consumido pelo gado e reposto em seguida pela natureza. Da mesma forma, pode-se pilheriar que o consumidor das carnes e derivados do boi gordo comprava, no fundo, uma certa quantidade de capim, sob a forma de alimento ou matéria prima. O capim mimoso convertido em arrobas de músculos nos corpos de boiadas circulava nessa economia sob a forma de capital, em moeda ou em "créditos", e voltava às fazendas de onde saíra, mas agora para as "burras" dos fazendeiros, enquanto a natureza se ocupava em repor a sua safra.

Mas não se esclerosava nesses antigos cofres. Voltava à circulação para reproduzir de forma ampliada o sistema.

A posse ou propriedade dessas áreas de invernagem constituía, portanto, condição essencial para o desenvolvimento da economia e, sobretudo, para a reprodução ampliada do capital no circuito das trocas. Isto explica, em parte, a tendência de concentração da propriedade rural, as diversas alternativas de produção combinada, inclusive entre grandes e pequenas propriedades, e ainda a presença de agregados nas fazendas: o fazendeiro concedia um "terreninho" em troca da derrubada, limpeza e formação das pastagens de invernada. A manutenção da mesma ficava por conta de uns tantos pequenos favores que periodicamente o agregado obtinha do fazendeiro. A relação de trabalho, neste caso, é muito tênue e se funda sobre a troca recíproca de favores, ainda que desequilibradas.

Joaquim Gomes de Souza Lemos, que já residia em Passos, na década de 1870, referindo-se a essa época, escrevia em 1920, sobre o sucesso da invernada, destacando a "opulência dos fazendeiros":

> "(...) Este resultado compensador aconselhou o alargamento das pastagens pela derrubada de matas virgens,em cujas queimadas era semeado o capim gordura, depois do plantio do milho destinado a engorda de porcos, que faziam em grande escala para o consumo do Rio de Janeiro. Estas indústrias, que para prosperar não dependiam de meio de transportes, senão o de caminhos bons ou maus, fizeram a opulência dos fazendeiros e deram vida e progresso rápido à povoação" (LEMOS, 1920, pp. 19).

João Lemos, 98 anos, entrevistado em 01.06.00 e já citado acima, comentando o resultado que obtivera, em 1914, apenas um lustro depois dos episódios do Fórum, com a boiada de oitenta bois que o pai lhe comprara, concluiu:

> "... invernada alugada, eu pus os 80 bois lá. Aí, durante o ano de 1914, a boiada tava gorda já. Chegou os compradores do Rio de Janeiro aqui. A alta do boi, compreendeu. Deu alta. Por causa da guerra, ia exportar a carne pra Inglaterra. Então teve alta. Nós ganhamos muito dinheiro. Vendeu por 220 contos. O pasto era baratinho, 10 mil réis por ano". (João Lemos, entrevista em 1-6-2000)

Também para os camaradas, os novos tempos traziam o sentido da estabilidade social e econômica. Através das vozes literárias, sabemos que José de Arimatéia, pela grafia de Palmério, expressa corretamente as bases dessa confiabilidade:

> "Para completar o sossego, o nenhum medo do futuro. Enquanto vivesse seu Americão, havia o emprego: o de-comer, o de-vestir, remédio – recurso não faltava. (...) Não, lá no Sassafrás, ninguém podia se queixar: clamava somente quem não sabia reconhecer, camarada descompreendido de tudo." (PALMÉRIO, 1966, 277).

E observando a roça do Arcanjo, velho camarada dos Medeiros, aposentado ali no recanto da Água Limpa, inveja-lhe a vida nesses tempos de fartura, tecendo o perfil ligeiramente idílico da situação das roças:

> "Que trabalho que dava? Correr, de vez em quando o pasto das paridas, olhar bezerro – curar bicheirinha de vaquinha mais magra e desacismada de brejo. Poucas braças de cerca para vigiar, reduzida lavoura de milho e feijão e abobra – tudo entremeado num mesmo eito de roça – o arroz que mal ocupava meia-quarta de chão. Porca ou outra para castrar, capado ou outro para abrir – fritar banha, torresmo. Lá um belo dia, quando a vontade apertava, uma novilhona enxuta para a churrascada... (...) O resto do tempo: caçar ninho de galinha andeja, ninho de pato e de angola, por os ovos a chocar; dar milho pros porcos, quirera-de-monjolo pros pintos...; e catar palha no paiol, picar fumo, cigarrar... – esperando vaca parir, pintinho novo nascer, trabalhar o monjolo, dar ponto o sabão-de-barrigada, queijo acabar de dessorar. Quentar sol, pensar na vida. E dormir a noite toda com a conservada e asseada da Siá Tuta." (PALMÉRIO, 1966, 276-277).

O desenho não está nítido porque é um recorte isolado. E as roças não existiam isoladamente. Mesmo naquela impressionante resposta sobre a solidão em que vivia, ouvida por Saint Hilaire, ao pé da serra da canastra, do proprietário de uma cabana, pode-se observar que ainda que só pelo sal, aquela solidão era quebrada por alguma forma de troca para obtê-lo: *"Não gosto do barulho, respondeu-me; mas não estou só, porque tenho comigo minha mulher e meus filhos, e, exceto o sal, minha terra produz com abundância tudo de que necessito"* (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 172).

Porém, quando a ciranda das trocas girava com mais vigor, capturava coisas também nesses segmentos, como capados, galinhas, ovos, queijos, polvilho e outros, que eram barganhadas por fumo, querosene, vela para alumiar e benzer, devoções em forma de esmolas, "mimos" aos vizinhos, compadres e prazenteiras visitas, e mais: arame, pólvora e munições para horas arriscadas.

Parte destas trocas se dava nas imediações da produção: com outras roças e fazendas; com viajantes e mascates; com padres em *desobriga* e *festejos sacros* (bom exemplo é o *ciclo junino*); com celebrações nas vizinhanças, e muitos outros. Mas, outra parte, e significativa, passava pela cidade. De tal forma, que não se pode explicar uma "economia" divorciada da

outra. Talvez seja esta forma combinada e articulada que melhor defina a estrutura da vida material, ao tempo das invernadas. Portanto, se a cidade se reveste dos faustos destas, não fica imune ao diálogo com as roças e fazendas, e nem estas alheias ao dinamismo daquela. Em outras palavras, a acumulação ampliada oriunda do sistema de invernada captura os diversos segmentos da vida social, no plano das materialidades rurais ou urbanas.

Os segmentos urbanos dessa economia ritmada pelo mercado alteram seus compassos e seus instrumentos, em acordes que ressoam modernidades no grande presépio das lojas e das vitrines. O burburinho de viajantes, ambulantes, mascates e comissários indo e vindo por novos caminhos e novos rumos, abrindo alamedas de consumo até então nunca vistas convive com ensaios de industrializações de "louça" e de "charque", e produção de chapéus que não "satisfazem o comércio" (CMCP, 29 de janeiro de 1881). A Câmara rege em outro diapasão a sinfonia institucional, importando de São Paulo, através da Secretaria de Negócios e Comércio da Província de Minas Gerais, quatro barricas com "oiaduras" (mudas) de cana de açúcar (NORONHA, 1969, fl. 172), para incentivar o setor que exportava rapaduras, cachaças e açúcar mascavo, ou seja, para diversificar as oportunidades de investimento.

Uma parcela do capital gerado na invernada é capturada pelo consumo, pluralizando e impulsionando o comércio: armazéns de secos e molhados, armarinhos, bazares e lojas de fazendas, mas também selarias, sapatarias, padarias, engenhos de serra e madeireiras, os varejos e os atacados encontram novas perspectivas. Há uma espécie de euforia em torno da cidade e do comércio, como Fernand Braudel percebera na Vila Velha, da Bahia: *"La ville, c'est le bruit, le mouvement, la conversation, une gamme de plaisirs, de distractions. Une toute autre forme d'existence. (...) la ville, pour eux, sans plus, c'est le comercio"*. (BRAUDEL, 1969, p. 243).

Do ponto de vista institucional, a edilidade, orquestrando a concorrência entre os comerciantes estabelecidos e os mascates, ambulantes e similares, se alinha sempre aos interesses do capital comercial local: no *"término da obra da Casa de Mercado da Cidade"* (CMCP, 1877, fl. 170-170v); na *"...decretação do fechamento das portas das casas comerciais aos Domingos e dias Santificados, à partir das 16 horas visto que o comércio tem se desenvolvido muito"* (CMCP, 1895, fl. 25v e CMCP, 1899, fl. 1, CMCP, 1893); no *"... aumento de impostos sobre mascates de fazendas, armarinhos, etc. para obrigá-los a se estabelecer"* (CMCP, 1896, fl. 97v); ou ainda decretando *"... a seguinte modificação em*

relação aos mascates: só poderão conduzir as mercadorias em lata ou em caixas apropriadas [pagando taxas diferentes]" (CMCP, 1899, fl. 7v) [163].

Em suma, na transição do Império para a República e nos primeiros tempos desta, a invernada era o atrativo de investimento do "grande" capital e o eixo polarizador dos interesses comerciais; nesse quadro, a cidade de Passos era o centro hegemônico no plano da produção material da existência, cujos cordéis do sistema, no sudoeste mineiro, de certa forma manobrava.

> "Se era o Hotel da Prudenciana o de mais selecionada freqüência – boiadeiros, cometas de casa atacadista, pessoa ou outra de mais considerada representação -, vivia, por seu turno o Hotel da Estação permanentemente cheio: ali paravam os capatazes de comitivas, viajantes outros de toda sorte, a peonada. Perto da Estação da Estrada de Ferro, no forte do comércio varejista, sortido e barateiro; e dispunha o hotel até de pastinho aos fundos, para animal de sela – valimento de grande comodidade e serventia." (PALMÉRIO, p. 234) [164].

Embora costumeira, a presença permanente do dono na propriedade rural, em função do sistema de invernada não era tão exigente. Isto acabou permitindo que estivessem com mais freqüência na cidade, cuidando dos "negócios". Alguns "capitalistas" e "negociantes" urbanos visitaram a Corte, e foram até retratados nos ateliês do Rio, outros por fotógrafos itinerantes. Um álbum "personalizado", foi produzido em 1903, na região, perpetuando

---

[163] A Câmara, já nos começos de sua cidadania, reflete a presença dos novos ideais e dos novos camaristas. Tudo o que poderia prejudicar o comércio é posto sobre a mesa dos trabalhos da edilidade. O primeiro e o maior problema é o da concorrência com os Mascates que praticavam o chamado "comércio ambulante", de Vila em Vila, de Cidade em Cidade. O comerciantes locais sempre exigiram da Câmara - e esta atendeu na maioria das vezes - que os impostos fossem taxados em rigor e valores dobrados sobre a atividade do mascate. Esta era a forma que encontravam para proteger-se da concorrência. Assim, em 13 de agosto de 1869, "propôs o vereador Brito e foram incorporados nas Posturas Municipais alguns artigos específicos: "1º) - os estrangeiros que mascatearam neste Termo, jóias e fazendas, pagarão o imposto de 200$000; 2º) - Estabelece a pena de prisão por quatro dias aos infratores; 3º) - Estatui o prazo de um ano de validade de cada licença". Mas houve reações por parte dos referidos Mascates e, certamente, com o apoio de algum representante local. Dr. Washington conta que: "na seção ordinária de 26 de novembro seguinte, Haas súdito francês formulou e apresentou bem ordenada e fundamentada reclamação contra o elevado imposto, alegando com leis e a Constituição do Império. Um dos vereadores mostrou-se intransigente, enquanto os demais opinaram por uma consulta ao Presidente da Província". A ata de 23 de maio de 1874 mostra que o problema voltou a merecer decisões da Câmara. O vereador Anacleto Resende apresenta a seguinte indicação: elevar de 300$000 para 500$000 o imposto aos vendedores de drogas. Com relação aos ciganos, que também praticavam uma certa forma de comércio ambulante, a Câmara sempre teve um posicionamento rigoroso: simplesmente proibia negociar com ciganos. Basta conferir na sessão de 15 de novembro de 1880.

[164] A descrição de Palmério está cronologicamente deslocada. À época dos episódios que descreve ainda não existia ramal ferroviário e nem a respectiva Estação. na cidade de Passos. A dinâmica social que descreve, contudo, corresponde com bastante fidelidade à hegemonia passense, nessa época, inclusive quanto à efervescência que se observava na "*zona boêmia*", ou na antiga "*terceira chapada*", onde se reuniam as pessoas mais gradas e mais ricas, ou no "*puxa-faca*", ponto de convergência de peões, camaradas e segmentos mais pobres da cidade.

imagens das fazendas e seus rebanhos; num dos exemplares, há uma foto da folha de rosto do recém lançado jornal "*Comércio e Lavoura*" onde os líderes invernistas e lavouristas são destacados[165]. A cidade de Passos vivenciava certa euforia ao nível da produção e da circulação, evidenciada nos segmentos capitalistas agrários ou urbanos, que sugere, ainda que em filigrana, os contornos insipientes da divisão de classes. Mas, parece muito prematuro falar de burguesia, operariado, aristocracia rural, ou coisas semelhantes, nas paragens sudoestinas desse tempo. Contudo, há muitos indícios daquilo que Norbert Elias, referindo-se a outras situações, chamou de "*processos civilizatórios*" (ELIAS, 1994, v.1, p. 91), ajustados à fase de mudança por que passava a sociedade sudoestina, particularmente a de Passos, como temos visto até aqui. Comecemos pelo olhar da literatura.

> "Cidade boa de morar, Santana do Boqueirão! Gente, movimento, comércio forte, atacadista; e melhoramentos, um atrás do outro – já-já até o cinema do seu Vilaça! E o clima: fresco durante a noite, de se ter de dormir com cobertor, decerto por causa da passagem, alta dos ventos do Chapadão. De dia, quente, aquele calor já assim de manhã cedo.. Mas um calor que só trazia lucro, ver as boiadas de Santana, invernadas naquelas furnas da subida da serra. "Calor e sal à vontade; o boi bebe mais água, incha mais..." (PALMÉRIO, 1966, p. 201). "as casas-de-negócio davam prazo, aparecia nas colunas do jornal. Se de ocupação mais corriqueira, havia para ele outras formas de diversão e vantagens", (...)"O senhor vem com a boiada, vende ela aqui para o nosso amigo Raul, que é invernista, e forte, e chama a gente depois para ajudar a gastar a dinheirama..." (idem, p. 227).

De qualquer forma, a acumulação permitia a retenção de uma parte do capital para alargar o horizonte do consumo nos setores de serviços, lazer, apetrechos de casa ou de trabalho, artesanatos e uma variedade de coisas que se encaixariam na definição genérica de consumo conspícuo. Há uma multiplicação dos setores de artesanatos de transformação e prestações de serviços especializados, para atender às novas condições econômicas das famílias dos invernistas e à demanda diferenciada de serviço, local e regional. Um bom catálogo desses setores pode ser encontrado no *Álbum de Passos*, de Elpídio Vasconcelos (VASCONCELOS, 1920) [166].

---

[165] O fotógrafo Francisco Castejón, com ateliê denominado Photographia Moderna, em São Sebastião do Paraíso, realizou entre 1900 e 1903 uma série de fotos de famílias defronte suas casas na cidade de Passos, e de fazendas da região. Cada álbum foi montado de acordo com a escolha do comprador. É uma obra raríssima e de grande valor documental. A primeira foto é a propaganda do atelier e, mais no final, há a foto referida, da folha de rosto do jornal Comércio e Lavoura. Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.4**.

[166] "Padaria Alemã", de Carlos Hermann; "Padaria Vasconcellos", de Randolpho R. de Vasconcelos; "Confeitaria Ideal", de Miguel Esper Kallas; "Carpintaria São José", de José Ferreira Lopes; "Serraria Mineira", de Manoel Patti; "Marcenaria Oliveira", de Álvaro d'Oliveira; "Marcenaria Violeta", de Antonio Ângelo Correa; "Selaria União", de Vicente Ferreira Barbosa; "Machina de Beneficiar arroz e engenho de serra", de Carlos

A velha rua "do Comércio" espremida entre o Largo de Santo Antonio e o Largo da Prainha ficou estreita demais para as novas necessidades do mercado. Começam a surgir outros estabelecimentos em outros pontos da Cidade: na rua Direita, nas imediações do Largo do Rosário, etc. Casas de "secos & molhados", comércios de varejo ou atacado, põem em cena outros tantos pontos e outras tantas categorias sociais. O "comerciante", o "atacadista", o "comissário" e muitos mais passam a integrar a sociedade, inclusive como facção de poder, com cabedais e interesses divergentes dos produtores rurais que até então predominavam. Em primeiro lugar são quase sempre "urbanos", onde moram e onde trabalham. Em segundo lugar, defendem decisões públicas que não correspondem integralmente aos interesses de classe do segmento invernista.

Também é notável observar que o fluxo das trocas do complexo invernista se, por um lado, levava os muitos produtos da região até à corte, convertiam uma parte do lucro obtido em "*coisas da corte*", as quais acabaram produzindo um segmento diferenciado e novo no comércio local: artigos de toucador, de beleza, de higiene, de vida social; salões de cabelo, moda feminina, calçados, perfumes franceses, a casimira, o linho, a gabardina, artefatos de cama e de mesa, talheres e louças finas, artigos de montaria e outros, para atender a todo o sudoeste de Minas.

Os segmentos de ponta do capitalismo local, lavourista ou negociante, desfilaram bengalas encastoadas de prata, sombrinhas de luxo, sapados finos, armas importadas; comeram com talheres de prata, em porcelanas da China ou da Inglaterra; beberam champanhas franceses, vinhos do Porto, "água Ingleza", degustaram sardinhas [167] e muitas outras coisas "chiques". Reproduziam em miniatura o perfil do "mundo civilizado" distante, como observou Laura de Mello e Souza, ao prefaciar Marco Antonio Silveira (SILVEIRA, 1997, p. 14), que era a Europa decalcada em "república" no litoral do Brasil. Na prática, estavam também sendo alteradas as relações entre o público e o privado: levados por tais imaginários, os novos "*custumes*" invadiram o interior das casas e os hábitos das pessoas,

---

Piantini; "Sapataria e Selaria Pimenta", de João Pimenta de Mello; "Selaria União dos Operários", de José Adalberto da Silva; e a "Ferraria São José", de José Pedro dos Santos. Outro fator importante, foi o desenvolvimento do setor hoteleiro, destacando-se: "Hotel Progresso", do Cel. João Romeiro; "Central Hotel" de Nicola Salvemini; "Hotel Pensão", de Randolpho Antonio Rodrigues. (VASCONCELOS, 1920).

[167] A sardinha em lata parece ter exercido um atrativo especial sobre os consumidores com maiores condições econômicas. Há uma tradição preservada pela oralidade exaltando a paixão de um dos maiores líderes do lavourismo, Chico Medeiros, que costumava carregar latas de sardinha dos bolsos, que fazia questão de abrir e consumir nas confeitarias onde ia com alguma freqüência degustar cervejas. Isto, contudo, corresponderia a um tempo bem posterior ao das tragédias de 1909, da qual escapara com alguns ferimentos.

mas, ao mesmo tempo, expuseram nas ruas e nas praças o recato e as contradições do "familiar" (SILVEIRA, 1997).

Esse "decalque" não se processava apenas no segmento mais evidente do capital: as contrações e pulsações da acumulação nestas extremidades repercutiram por toda a estrutura, alterando arranjos e amarrios, solidariedades e rupturas, funções e disfunções, produzindo estremecimentos e "aparências" nas maneiras de viver, de morar, de transitar pelo espaço, de espelhar um mundo de novos símbolos e convenções sociais. O consumo, a partir daí, parece sujeitar-se, para além do seu valor de uso, ao julgamento do "outro", às avaliações subjetivas, ou ideológicas de um repertório que vem de longe, como uma espécie de contra-face da expansão do capitalismo, porém, envolto em certos "matizes civilizados" insinua mudanças do comércio em níveis nunca vistos: datam desta época as grandes casas comerciais que se tornariam símbolos na tradição passense, principalmente as de propriedade da colônia sírio-libanesa [168].

Por um lado, os poderes públicos locais pareciam priorizar aquilo que entendiam como "modernização" do urbanismo: a Câmara *"marca prazo de seis meses para que os proprietários mandem calçar os passeios nas testadas de suas casas e terrenos"* (CMP, 1887, fl. 4-5v); ou *"trata da salubridade e melhoramentos materiais da cidade com calçamentos e limpeza do rego d'água do chafariz do Largo da Matriz"* (CMCP, 1887, fl. 5-6v); ou ainda considera de utilidade pública, água e luz, e autoriza a canalização para abastecimento daquela, e a iluminação elétrica dentro do perímetro da cidade. (CMCP, 1898, fl. 6), além de outras "melhorias" [169].

---

[168] Álbum de Passos, (VASCONCELOS, 1920) sugere muitas mudanças nas condições materiais de existência, através do perfil renovado do comércio passense, tanto nos nomes sofisticados e quanto na variedade: "Au bon marché", do major Felippe José Esper; "Casa Touphik", de Touphik Esper Kallas; "Casa Brasileira", de Juvêncio Augusto Lara; "Casa da Paz", de Symphronio de Vasconcelos; Relojoaria e Joalheria Checchia; "Casa Esmeralda", de Jorcelino José Esper; "Ao Mundo Elegante", de Luiz Thomé; "Loja Central", de José Simão Abujalra; "Casa Jacaré, de Antonio Elias Calixto e Irmão; "Salão Parreira", do sr. José Parreira; "Salão Brasil", de Leonel Pretti; "Salão Violeta", do sr. Antonio Ferreira de Moraes e Filho; "Empório Artístico", de Francisco Iorio; entre dezenas de outros.

[169] Sessão de 12/10/1887 (Tombo 004, fl. 19-20v) Indica a câmara que prorrogue para mais 6 meses o prazo concedido para o caiamento dos muros e casas dentro do perímetro da cidade. Sessão de 21/11/1898 (Tombo 009, fl. 69v) Autorização para um contrato com qualquer profissional dos estudos definitivos para o abastecimento geral de água desta cidade. Sessão de 22/01/1898 (Tombo 009, fl. 22v) Proibição de ereção de circos, barracas no Largo da Matriz. Sessão de 15/04/1912 (Tombo 0967, fl. 176v) Sessão solene da inauguração da luz elétrica desta cidade. Sessão de 23/01/1897 (Tombo 008, fl. 23) Aquisição de bomba Hidráulica para o largo da Igreja de Nossa Senhora da Penha.

Por outro, o "*capital cultural*" de que falava Bourdieu, se movia ao compasso de uma *"reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes"* (BOURDIEU, 1974, p. 295). Mas, quanto à estrutura simbólica, a mobilidade do capital cultural implica a "*competência lingüística e cultural e a relação de intimidade com a cultura e com a linguagem, instrumentos que somente a educação familiar pode produzir quando transmite a cultura dominante*" (idem, p. 607), o que não impede que tais acervos e atributos apresentassem sintomas de mudanças, tanto no interior do "*domus*", quanto nos átrios, estabelecendo um diálogo cada vez mais intenso entre os dois universos. Diálogo que superpunha a representação de um "universo civilizado", distante, modelar, às condições acanhadas de uma ruralidade que recendia a chiqueiros e currais, e de uma urbanidade que se "modernizava" à maneira de um presépio. No fundo, as relações simbólicas e as relações de força, atributos do capital cultural dos segmentos hegemônicos, ficavam resguardadas nos círculos "orgânicos" muito restritos, gerados pela economia e pela política. Estas falas não contam como avanço modernizador do capital cultural da sociedade: com raríssimas exceções, verbalizavam farpas recíprocas em panfletos e hebdomadários embaciados, onde mal se viam os contornos dos novos modelos civilizadores que ecoavam de longe. Neste sentido, a acumulação do capital cultural não correspondia à acumulação do capital comercial, que a invernada disponibilizava.

Os ares industriais ainda não eram respirados por pulmões compatíveis. São irrisórias as iniciativas e o círculo de abrangência, no conjunto das materialidades. Há raros episódios que, muito mais que testemunhos de realidades concretas, funcionam, ideologicamente, como símbolos, tal como no caso da medalha concedida à senhora Maria Ubaldina Silveira, na V Exposição Industrial Mineira, de 1872, por suas iniciativas "industriais", que a Câmara, incorporada, lhe entregou, manifestando-lhe os lauréis da comunidade [170]**.** Não foi possível identificar a que "iniciativas" se referia a premiação. Este ato, contudo, foi muito mais uma

[170] A medalha de prata foi entregue em sessão solene da Câmara, tendo o presidente, Joaquim Rodrigues de Vasconcelos pronunciado a seguinte fala: *"Exma. Sra. D. Maria Ubaldina da Silveira, o Exmo. Sr. Presidente da Província remeteu à Câmara Municipal desta Cidade de Passos, a medalha de prata e o respectivo Diploma que a V. Exa. foram conferidos pelo Júri da Quinta Exposição Industrial Mineira, inaugurada em sete de Setembro de 1870, na Capital da Província. Recomendou à Câmara o mesmo Exmo. Sr. que com solenidade fizesse entrega da dita medalha. A Câmara com sumo prazer vem cumprir esse dever, e aproveita o ensejo para felicitar a V. Exa. e dar-lhe os seus cordiais parabéns pela honrosa distinção com que foi V. Exa. premiada. E oxalá sirva isto para ir despertando em nosso Município, tão liberalmente dotado pela Divina Providência, a uma salutar emulação, a fim de ir se desenvolvendo entre nós o gosto pela Indústria e pelas Belas Artes, e para pesquisa e descoberta de minerais e outros objetos de utilidade pública e particular."* (CMCP, 1872, fl. 35-38v).

manifestação das "*relações simbólicas entre as classes*", uma oposição ao ruralismo, do que, propriamente, o testemunho de segmentos industriais significativos no plano das materialidades.

A imprensa local divulgou o acontecimento e se incumbiu de reforçar a representação simbólica do fato sobre a opinião pública. Mas, nisto, não fez mais do que ampliar de forma bastante limitada aquilo que as representações familiares, nos círculos restritos ou ampliados, por certo já haviam feito.

A imprensa, na verdade, sempre dependeu dos cofres públicos ou do mecenato de quem os detinha, para a sua sobrevivência, no acanhado ambiente de uma cidadezinha interiorana, como Passos, tanto nas últimas décadas do Império, quanto nas primeiras da República. Em geral, traziam arremedos de crônica social com registros da cotidianidade familiar ou comunitária, entremeados de insipientes literaturas. Na tradição passense, desde a década de 1870, circularam *"A Voz de Passos"* (CMCP, 1876, fl. 138v-139) circularam: "*Gazetinha de Passos*"; "*Sentinela da Lei*", e o "*O Imparcial Mineiro*"; depois, "*A Gazeta de Passos*", "*Comércio e Lavoura*", "*Correio de Passos*" (NORONHA, 1969, pp. 371-372)[171]; nestes últimos, a reprodução das "*relações de força e relações simbólicas entre as classes*" ganharam força e espaço: foi por eles que a sociedade acompanhou as polêmicas políticas que antecederam a tragédia de 1909.

Havia, portanto, "*intelectuais orgânicos*" tanto em relação aos segmentos ruralistas quanto aos segmentos urbanos, possibilidade que Gramsci já apontara (1968, p.12 e ss.). Mas, há uma ponderação a ser feita. Para ele, os intelectuais urbanos "*cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes*", descartando em princípio os representantes do capital comercial urbano. Pouco à frente, procura atrelar este bloco ao tipo rural: "*os intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, "tradicionais", isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista; este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio*

[171] Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.5**.

superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para este camponês um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la". (1968, p. 13).

Ocorre, que no caso aqui analisado e diante das condições sociais e históricas do sudoeste mineiro, os *intelectuais rurais* representavam o segmento do capital invernista, e não se confundiam com outros que representavam o capital comercial urbano. Ou seja, é possível comprovar, através das manifestações pela imprensa, das situações cartoriais, dos climas eleitorais e até mesmo no pasto espiritual e nas agruras da saúde, que cada um dos segmentos políticos – situação ou oposição –, contava com seus "*intelectuais de confiança*", os quais se defrontavam com as mesmas características apontadas por Bourdieu quanto à reprodução da estrutura social, como reprodutores das *"relações de força e das relações simbólicas entre as classes"*.

Em outra vertente, não havia nessas alturas nenhum sistema organizado de ensino ao nível da comunidade, que arcasse com a transmissão do capital cultural: as poucas "aulas" existentes, se limitavam ao treinamento operacional da escrita e da leitura e de umas poucas operações matemáticas. Portanto, não há como falar aqui, de qualquer sistema pedagógico de transmissão do capital cultural, os tais "*agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas*",de Bourdieu (1974, p. 296), restando essa transmissão aos limites e âmbitos dos relacionamentos familiares. A maioria dos coronéis lavouristas mal sabia assinar o nome e ler uns tantos bilhetes. Mas costumavam manter por algum tempo um "professor", residindo na propriedade, para ensinar a sua própria parentela, e uns poucos filhos de compadres e vizinhos. Os agregados, os peões, os "camaradas de armas" em geral eram analfabetos, realidade que contrasta fortemente com os "jagunços-tipo" tanto em Palmério, cujo Arimatéia estudara e era "dentista", quanto em Celestino: "*eu havia lido nos romances a história de tantos criminosos elegantes e nobres no próprio crime, envoltos numa auréola de celebridade, e acariciados pela admiração e pelo amor das mais belas mulheres*" (CELESTINO, 2000, p. 126).

Em 1887, a edilidade criava *"um internato com as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Geografia, História, Matemáticas elementares, Latim, Retórica e Filosofia"*, *"para promover o desenvolvimento intelectual do povo"*, nas palavras do vereador Joaquim

Rodrigues de Vasconcelos (CMCP, 1887, fl. 4-5v). Em 1898, decide-se construir "um edifício para Escola Normal, autorizando a nomear uma comissão de três membros que sejam profissionais ou práticos", por proposta do presidente e agente executivo Dr. Evaristo Augusto de Alcântara Lemos. (CMCP, 1898, fl. 10). E, finalmente, às vésperas das manifestações de violência aqui investigadas, o agente executivo Manoel Lemos de Medeiros, (Neca Medeiros), que seria a figura mais expressiva assassinada pela polícia no conflito de 1909, lançava "a pedra fundamental do novo edifício para o Grupo Escolar deste município" (CMCP, 1907, fl. 64) [172].

Assim, diante das condições complexas e contraditórias das mudanças que se processavam também na estrutura cultural, dentro do contexto em que se construía a hegemonia passense, parece coerente a velha, mas sempre atual, reflexão de Antonio Gramsci:

> "Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos". (GRAMSCI, 1979, p. 8-9).

Uma visão superficial dessa "fase de progresso" pode levar à conclusão de que os sistemas de produção e os sistemas de mercado se articulavam harmonicamente, estimulados pelas amplas possibilidades de acumulação do capital, então reinantes. Pode até induzir a expectativa de que nessa economia, as pulsações políticas estariam num vasto mecanismo de acomodação e que as pulsações da cultura os empurrava de forma harmônica rumo ao futuro, imaginado sob umas tantas feições de modernismo. Mas, estas conclusões seriam, no mínimo, ilusórias; um olhar mais minucioso revelaria inúmeros pontos de tensão e de curtos-circuitos entre uns e outros.

4.2 Os nós da malha

[172] Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.6**.

Um destes pontos, que parece relevante para ser analisado é que nenhuma economia regionalizada, cuja espinha dorsal seja a malha das trocas, mesmo sejam estas desniveladas e nodulares, convive bem com rupturas ou descontinuidades da malha. Em outras palavras, para que o exercício das trocas com fins de reprodução ampliada, quaisquer que sejam as taxas desta reprodução, se torne possível, é necessária a existência de sistemas orgânicos de transporte e intercâmbio, ainda que em níveis precários, para viabilizar contatos e negociações; movimentação de negociantes, de dinheiro ou créditos, e da massa dos produtos.

A reprodução do capital depende, portanto, por um lado, do complexo sistema da circulação das materialidades, cuja eficiência possa garantir a mobilidade das mercadorias, desde as fontes produtivas, pelas malhas dos caminhos, utilizando as tecnologias de transporte disponíveis, até às unidades de comércio a varejo e daí aos consumidores. Mas, por outro lado, depende ainda de um complexo sistema de circulação das idealidades, cuja eficiência interfere nas condições de intercâmbio e nas formas de controle em suas diversas modalidades: a) a articulação com a dominação institucional em seus fins de coerção e extração; b) o exercício político das estratégias e arranjos partidários; c) o exercício da comunicação propriamente dita, entendida esta não apenas como aparelho noticioso e informativo, mas como estratégias de cooptação de valores, de ética, e de práticas culturais.

Examinemos inicialmente a questão da circulação das materialidades, mais exatamente a questão dos transportes e dos caminhos. O complexo viário do município e da região constituía o cerne do problema. Por um lado, embora "*o gado se transportasse a si mesmo*", estradas e pontes eram condições que asseguravam o fluxo e, portanto, o próprio complexo das trocas, em suas diversas alternativas, comprando ou vendendo, importando ou exportando. Mas a abertura e a conservação dos caminhos dependiam da administração do município: entendidos como *serventias públicas*, o capital privado sempre transferiu seus custos ao capital social, aos orçamentos públicos. Eis uma forte razão que estimulava o controle de tais poderes pelos setores hegemônicos da economia.

Não era diferente nas últimas décadas do império e nas primeiras da república. E também não com relação à abrangência dos aparelhos de controle. Não era diferente nas esferas da União, do Estado ou do Município. No caso deste, quando uma cidade detinha a hegemonia em sua regionalidade, não o era também aí. Portanto, controlar a administração podia ser o diferencial entre acelerar ou frenar o exercício da acumulação. Em outras palavras,

garantir ou não a reprodução ampliada do capital, ainda que isto não ficasse imediatamente perceptível. Mas, isto significava, por outro lado, o complicado jogo de alinhamento ou desalinhamento ao exercício das coerções e extrações, às imprescindíveis formas de legitimação do estado, consubstanciadas em arranjos que nem sempre se ajustavam às expectativas de *lavradores* de roças ou de fazendas, de gado ou de porcos, de cana ou de mantimentos.

À medida que, durante as décadas derradeiras do século XIX, no sudoeste de Minas, as trocas e suas possibilidades de acumulação apanhavam numa só rede, complexa, articulada e combinada, os fluxos de produtos e serviços que vinham das lavouras e invernadas até à cidade de Passos e daí às vizinhanças e aos mercados mais distantes, e refaziam o percurso de volta, as questões dos caminhos reclamavam cada vez mais a atenção e o comprometimento dos camaristas. Nas atas da Câmara, referentes aos anos de 1870 até às violências de 1909, construções ou reparos de pontes e estradas são os temas dominantes [173].

A demanda pela estrada de ferro é o sonho de todos, invernistas e lavouristas, roceiros e fazendeiros, negociantes e governantes. Desde 1873, a Câmara é o porta-voz do pedido de *"prolongação da estrada de ferro dos vales do Rio Verde e Sapucaí"* (CMCP, 1873, fl. fl. 56v-57). Em 1893, discute-se o *"prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II - Vilas de Rio Verde e Sapucaí"*. (CMCP, 1893, s/n). Pouco depois, *"entra em discussão a edificação da estação de via férrea nesta cidade: que a Câmara represente ao Presidente do Estado sobre a necessidade de no mais breve espaço de tempo serem trazidos até este lugar os trilhos da Estrada de ferro de Muzambinho, pelo contrato já devia ter chegado a esta cidade ou outras"*. (CMCP, 1898, fl. 24), reforçada dois dias depois, pela representação *"contra a demorada construção da estrada de ferro "Muzambinho" a esta cidade"* (CMCP, 1898, fl. 26). Esta ligação ferroviária entre Passos e Muzambinho não se concretizou. Em 1908, o presidente Manoel Lemos de Medeiros anunciava à Câmara que *"foi concedido o plano de viação férrea nesta zona"* (CMCP, 1908, fl. 1). Com toda certeza deveria estar se referindo ao ramal da Mogiana que desde Casa Branca alcançara Guaxupé (1904). Efetivamente daí se originou o ramal que chegou finalmente a Passos, em 1921, depois de bordejar as divisas paulistas: Guaranésia (1912), Monte Santo de Minas (1913), Itamogi (1914), São Sebastião do

[173] Ver **Anexos, 1.Registros, 1.5**.

Paraíso (1914) e Pratápolis (1919)[174]**.** Mas isto Neca Medeiros nunca chegaria a testemunhar, pois foi assassinado em 1909, no episódio do Fórum.

Se nesta ponta do circuito a questão era assim equacionada, também o era na outra ponta, no âmago mesmo da Comarca do Rio das Mortes, como se pode deduzir da posição dos camaristas de São João Del Rey:

> "A producção e criação, e em geral o commercio poderião ser muito maiores do que são, se não fossem algumas causas que infelizmente os tem feito estacionar; quaes sejam, a falta de pontes e estradas que communique esta Cidade com a Côrte e com o interior, como a Câmara por veses já tem feito ver a esse Governo, faltas essas que tem levado o commercio do interior, que outrora formava nesta cidade como que um empório, a outros mercados. Este inconveniente, porem, espera esta Câmara ver desapparecer com a construção da projetada estrada que da Formiga se dirige a entroncar-se na da União e Industria, passando pela Oliveira, esta cidade São José e Barbacena notada ultimamente pela Assemblea Provincial e pelo melhoramento da do Bom Jardim a procurar a estrada de ferro de D. Pedro II, e finalmente com os reparos e construcções de diversas pontes, para as quaes a mesma Assemblea tem notado fundos, o que fará este Município prosperar, e por conseqüência augmentar sua industria, producção e criação". (Câmara Municipal de São João Del Rei, região Sudeste, 12/5/1866 – Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, códice SP 1157).

Os dados são particularmente significativos para o percurso desta espiral: desde os monarquistas de 1873, aos governistas de 1893 e 1898, até ao lavourista de 1908, o sistema político, em relação ao transporte ferroviário, ao pleitear o ramal passense esteve sintonizado aos diversos segmentos do capital, e todos convergiam para o interesse comum: a ferrovia era o desejado "melhoramento" para o presente e o futuro dessa economia sudoestina. Mas não representou fator decisivo nas ordenações das materialidades e das idealidades sob as quais permearam as violências ora em análise, porque o ramal da Mogiana só chegou a Passos em 1921, quando a questão da violência aqui analisada já estava consumada, e outras mudanças já se haviam processado nos campos da economia, da sociedade e da cultura.

O mesmo não acontecia quanto aos *caminhos vicinais*. Nessa questão politicamente tensa das estradas, há evidências de oposições entre diferentes setores do capital e a administração política. A construção de uma ponte sobre o rio Grande, por exemplo, amplamente desejada pelos invernistas, para comodidade de travessia das boiadas, reflete a dicotomia de interesses. Desde 1871, já se discutia a construção dessa ponte; nesse ano, por

[174] Sérgio Luiz de Souza, fez uma interessante pesquisa sobre o ramal da Mogiana entre Guaxupé e Passos, com levantamento descritivo e iconográfico das antigas estações e de sua situação atual. (SOUZA, 2006).

sugestão do monarquista Tenente Vasconcelos, (CMCP, 1871, s/n) constituiu-se uma comissão para se encarregar do projeto e dos recursos necessários. Segundo Washington Noronha, em anotação de próprio punho, desta comissão fizeram parte alguns dos mais expressivos invernistas e lavouristas da região (NORONHA, 1907, p. 2).

Depois, quando transitou pela Câmara um projeto de construção de ponte sobre o rio Grande, no local denominado Peixotos, o vereador Joaquim Getúlio, comerciante urbano, pede a "desaprovação" (CMCP, 1898, fl 55). Não são apontados os verdadeiros motivos, mas facilmente podem ser identificados: alinhado aos "Gomes", líderes do governismo, não subscreveria a idéia de destinar os fundos públicos a uma obra que beneficiaria especificamente os invernistas. A rota do mercado urbano, então, diferentemente do invernista, não dependia daquela passagem, uma vez que se orientava para São Paulo, por Franca, ou por Casa Branca. Diante do obstáculo político, o capital se organizou, no plano da iniciativa privada, sob a forma sociedade anônima, e construiu a *ponte do Surubim*.[175]

Segundo Washington Noronha, (NORONHA, 1907, p. 3), a Ponte Surubim foi iniciada em 1902 e concluída em 1907, com recursos integralizados através de 1.530 ações no valor de 200$000 réis cada, perfazendo o total de 306:000$000 (trezentos e seis contos de réis). Os Estatutos da Companhia "Ponte do Suruby" foram aprovados em assembléia do dia 13 de junho de 1907.

Embora o sistema de invernada passasse por mudanças nas décadas seguintes e acabasse cedendo a hegemonia à pecuária zebuína, a Ponte Surubim ainda prestou inestimáveis serviços ao trânsito de boiadas e de outros produtos, além de ter servido de ligação entre as comunidades de ambas as margens do rio Grande, especialmente, para os que demandavam o Triângulo Mineiro e Goiás, até os anos cinqüenta, quando foi submersa pelas águas da hidrelétrica de Peixotos.

A questão das vias vicinais, de forma mais empírica e visível, era caldeirão que podia ferver sob a tensão das condições produtivas e mercantis locais e, ainda, dos curtos-circuitos nas relações pessoais e políticas entre os segmentos diferenciados no chão das materialidades. Ou seja, no choque dos nós referidos acima. Uma destas tensões veio já no primeiro governo

[175] Ver **Anexos,2. Ilustrações, Foto 1.7**.

municipal da República: a gestão de Francisco Gomes de Souza Lemos. E é ele mesmo quem narra, no seu Relatório referente ao período de 1892 a 1894:

> "Eis a questão: a 16 de novembro de 1892, tive conhecimento, por comunicação escrita, feita pelo cidadão José Carlos Campos, de ter o Sr. Capitão Carlos Nogueira fechado a estrada que, passando pelas fazendas dos cidadãos Manuel Ferreira Cardoso Osório, José Feliciano Cardoso, José Carlos Campos e outros, e atravessando a sua seguia em demanda de São José da Barra, distrito deste município, passando por diversas outras fazendas. Apenas tive conhecimento do fato, determinei ao fiscal, José Rodrigues Moreira, que fosse ao lugar e verificada a realidade da queixa dada, lavrasse o competente auto de infração e (...) intimasse o Capitão Carlos para dentro de 24 horas reduzir o caminho ao antigo estado, impondo-lhe a multa do art. 205 das posturas municipais". (LEMOS, 1895, 1895, pp. 2 e ss).

Mas, o fazendeiro, ao invés de abrir a estrada, entrou com uma petição em que, fazendo considerações sobre outra estrada próxima requeria o fechamento que fizera, alegando que havia atalho que ligava as duas estradas. A reação do mandatário político foi simples: *"Não cabendo ao agente executivo a decisão que pedia, despachei a petição mandando que fosse apresentada à Câmara, que se reunia a 9 de janeiro seguinte [1893]"*. (LEMOS, 1895, idem). *À vista deste despacho*, [continua narrando o agente executivo]:

> "... o fazendeiro exigia a decisão do pedido em seu requerimento e dizia: se o chefe do executivo é competente para mandar abrir uma estrada, também o deve ser para consentir que se feche. Mantido o despacho, replicou o sr. Capitão Carlos, requerendo a suspensão de qualquer procedimento de minha parte, até que a Câmara se reunisse. (...) Indeferi a petição". (LEMOS, 1895, idem).

Entre o fecha e abre a estrada, a crise entre o agente executivo e o fazendeiro se arrasta e se agrava , pois, nas suas palavras:

> "Um mês depois o sr. Cap. Carlos Nogueira de novo fechou a estrada. Tive conhecimento do ocorrido na tarde do dia 15, e na manhã do dia 16 dirigi-me, acompanhado do secretário, do fiscal, do administrador de obras, do contínuo e de duas praças que requisitei do delegado, ao lugar e verifiquei haver de fato sido fechada a estrada, tendo o sr. Capitão Carlos reaberto o valo que ali fizera. Fiz então lavrar o auto de reincidência e mandei incontinente arrasar o valo, reduzir o caminho ao estado anterior (...)".(LEMOS, 1895, idem, grifo nosso).

A partir daí, tem início um processo judicial rumoroso, mas ao mesmo tempo interessante. Depois de violenta petição à Câmara, contra os atos do agente executivo, que a instituição desconheceu alegando que *"nada tem que deferir, porquanto entende que mandando abrir a estrada em questão, muito bem andou o chefe executivo...",* o fazendeiro,

"aconselhado pela primeira autoridade da comarca", promoveu uma estranha "*ação de força nova turbativa*", contra a Câmara Municipal. No final de um longo processo jurídico, *"o Tribunal de Apelação, em Ouro Preto, confirmou o acórdão, dando ganho de causa à Câmara"*, (LEMOS, 1895, idem)[176].

A importância dessa cizânia jurídica é que ela reflete, ao mesmo tempo, duas fraturas: não teria acontecido, se já não existisse a segmentação social que opunha *lavouristas* a *governistas*; também não teria, se esta oposição já não tivesse se configurado politicamente como *situação* e *oposição*, referidas ao desempenho da Câmara Municipal; e, finalmente, é possível que não tivesse ocorrido se a situação – o *governismo* dos irmãos Gomes não pusesse em prática uma forma de legitimação do estado, através de mesquinha intransigência burocrática e de exacerbado "legalismo". De qualquer forma, a República, em Passos, significou o "governismo": alinhamento dos "Gomes" e seus "correligionários" urbanos ao governo do Estado, e, ao mesmo tempo, uma mudança nada desprezível nas condutas: o "legalismo" dos Gomes, no fundo, significava mais coerentemente, o exercício burocrático, cujo espelho local era também uma forma de coação.

A circulação mercantil dependia ainda do sistema de comunicação para viabilizar contratos, transações, acertos e outras providências do gênero, que, em última instância, constituíam formas específicas de circulação e dependiam igualmente dos caminhos. O caso dos "*correios*" é ilustrativo.

Ora, em fins do Império e começos da República, essas condições efetivas de comunicação nem de longe se assemelhariam às de nosso tempo. Se em alguns segmentos do Estado, as ferrovias já tinham produzido avanços estupendos, não só quanto ao transporte, mas quanto à comunicação, caso do telégrafo, na maioria das regionalidades a "máquina de comunicação", tanto pública quanto privada, se caracterizava pela morosidade e pela "pessoalidade". Dependia-se então dos portadores – os "*próprios*" –, que viajavam distâncias consideráveis à cavalo, levando correspondências e encomendas, mandos e obediências, interesses e satisfações, desejos e vontades, pirraças e arrogâncias. Em suma, todo o universo subjacente à acumulação e à existência material ou cultural de uma comunidade.

---

[176] Os autos do processo estão arquivados no "cartório do escrivão do feito nesta cidade" [Passos], como também no Tribunal da Relação do Estado onde foi julgada a causa". A declaração é do próprio Agente Executivo, no relatório citado.

Nesta perspectiva, as transformações observáveis num determinado complexo de comunicação, os "correios" por exemplo, podiam refletir simetricamente as transformações ocorridas no plano da existência material ou cultural, e, portanto, constituir-se em instrumentos auxiliares importantes para a análise da dinâmica social. Nos limites desta investigação, há indícios de isonomia entre a amplitude da acumulação, tanto ao nível do mercado invernista, quanto do mercado urbano, e a amplitude e direcionamento dos "correios". As "urgências" do capital não podiam depender mais da ocasionalidade dos mascates ou da sazonalidade das comitivas. A acumulação reclamava um novo ritmo.

Desde os anos de juventude da Câmara de Passos, a questão "do correio" estivera presente nas decisões da instituição, mas se limitava ao círculo mais restrito, entre a Vila e as povoações mais próximas, tempo dos *"caminhantes que venciam por léguas"*. Em comunicações mais dilatadas, aproveitava-se o deslocamento das comitivas e dos mascates, como já registra Mafalda Zemella, (1990, p. 140-141)[177]. Em 1872, a Câmara cuida da "criação de uma linha de correio desta cidade a Boa Esperança e outra da Vila de S. S. Paraíso à Vila Cajurú na Província de São Paulo" (CMCP, 1872, fl. 17-78). As duas iniciativas da Câmara, são perfeitamente compatíveis com as demandas da acumulação: por Boa Esperança se atinge o centro da Comarca do Rio das Mortes, é caminho para Ouro Preto, capital da província; para São João Del Rei e daí, para a Corte; a outra, por Cajuru se dirigia a Campinas, caminho para São Paulo ou mesmo para o Rio de Janeiro. É fácil perceber que em ambos os casos a orientação é a mesma: segue o eixo das trocas e suas ordenações.

Quinze anos depois, em 1887, "*entra em discussão a mudança do correio desta cidade da Casa Branca p/ Franca do Imperador para diminuir a distância e foi aprovado*" (CMCP, 1887, fl. 4-5v), assim, a comunicação com São Paulo é mudada estrategicamente de Casa Branca para Franca. A razão é óbvia: nesse ano se inaugura a Estação Ferroviária de Franca (TOSI, 2003, p. 38), encurtando o caminho das trocas e das comunicações a elas vinculadas. Portanto, as evidências sempre apontam para as reordenações do mercado, dentro de uma lógica convincente: a parte mais significativa da exportação passense (invernada) seguia preferencialmente para Três Corações do Rio Verde, e a importação (sal, arames, ferramentas,

[177] *"... Figura extremamente popular, o tropeiro, se no princípio da era mineradora teve qualquer cousa de antipático, pela especulação que fazia com os gêneros, aos poucos foi adquirindo, ao lado da função puramente econômica de abastecedor das Gerais, um papel mais social e simpático de portador de notícias, mensageiro de cartas e recados. Representava um verdadeiro traço de união entre centros urbanos afastadíssimos, levando de uns para outros as novidades políticas, as informações sobre cousas de uso, correspondência, modas, etc."*. (ZEMELLA, 1990, p. 140-141).

produtos químicos, e outros) se reorienta a partir de Franca, como se comprova em Pedro Tosi (TOSI, 2003), e Lélio Oliveira, (OLIVEIRA, 1997).

Algumas contradições, entretanto, se insinuavam já nas muitas linhas, que cerziam numa só malha, essas formas diferentes de acumulação e seus respectivos sistemas ordenadores. Se pudermos, por um exercício de abstração, pensar a complexidade dessa economia como aqueles velhos "quipos" dos Incas, em cujo suporte "mercantil" se prendessem os diferentes cordéis da produção, então, seus nós representariam os interesses de uns e outros, sistemicamente compondo e recompondo as múltiplas alternativas da construção histórica.

Muitos são os grupos, os espaços e os interesses que contextualizam a amarração dos nós, e por isto se apartam em individualidades e colegiados sociais, às vezes classes, cujos movimentos podem se configurar em facções políticas, atuando em sentidos inversos, de "*situação*" ou de "*oposição*", mesmo que não se possa ver com nitidez as suas silhuetas.

O problema é que, às vezes, o torvelinho dessas amarrações podia provocar ventos soprados em direções diversas, que fariam balouçar os cordéis e provocar atritos entre os nós.

Esta situação se tornou característica no colegiado da câmara municipal. As atas de suas sessões, ao longo do primeiro semestre de 1883, estão eivadas de discussões acirradas, declarações de entrelinhas e votos vencidos, como no incidente relatado por Washington Noronha, sem informar a data da sessão, mas, seguramente ao tempo do Império, na qual o secretário indica que:

> "... tendo passado por maioria de votos determinasse esta Câmara fosse nomeada uma comissão em número de cinco membros que representarão a Grande Lavoura Capitalista do País, considerados por todos do Município como cidadãos honrados, para darem um parecer sobre se as autoridades constituídas cumprem seus deveres, em cumprimento de suas alçadas". [Os representantes sugeridos foram]: o "Barão de Passos; os fazendeiros importantes deste Município, Cel. Cassiano Lemos e Antônio Caetano Machado; e os capitalistas fazendeiros, Antônio Ferreira de Carvalho e Joaquim Rodrigues de Vasconcelos". [A maioria votou a favor, mas quatro vereadores não assinaram a ata, declarando] "<u>que esta ata não era a expressão da verdade, havendo omissão</u>". (NORONHA, 1969, p. 172-173, grifo nosso).

Isto nos coloca diante de um outro sistema de circulação: o que estabelece o trânsito das extrações e das coerções, ou seja, as formas pelas quais a burocracia, como exercício do

poder ordenador e extrator do Estado, atingia as realidades regionais, como a do sudoeste de Minas. A análise das relações entre centralismo e regionalismo, a partir da ótica da Federação fugiria ao limites deste trabalho; portanto, o foco aqui é como o recém criado Estado de Minas, sucedendo a estrutura provincial, exerceu a dominação institucional em regionalidades como a de Passos, e se esta dominação esteve, de alguma forma, relacionada com os episódios de violência perpetrados pela polícia do mesmo Estado, no Fórum daquela cidade, contra determinadas lideranças políticas e, em caso afirmativo, por que, exatamente, sobre o segmento "lavourista" que então detinha as rédeas do município.

Entende-se aqui, que a dominação institucional é uma das questões "nervosas" no ambiente de qualquer regionalidade e, portanto, também o é quanto ao sudoeste de Minas. A forma mais evidente desta dominação é a que se dá entre o Estado – e suas unidades constitutivas –, e os municípios, por meio de relações de mando e obediência, de composição ou disjunção, de situação e oposição, de alinhamento ou ruptura, através do exercício político e do exercício administrativo, ou seja, que se concretiza como instrumentação de uma burocracia cuja eficiência dependia das mil e uma minúcias pelas quais se podia pôr em prática as diferentes formas e intensidades da coerção e da extração. Muito se tem discutido sobre a fragilidade, ausência, ou prepotência dos aparelhos do Estado em ambientes regionais; mas, em geral, o foco é muito abrangente: a permanência do "espírito de clã" em Oliveira Vianna (VIANNA, 1955, 2º v., p. 589), a concentração da propriedade rural e o coronelismo (LEAL, 1975, Cap. 1º, 2º e 3º), os arranjos pessoais e interesses mútuos, tal como argumentados por Maria Sylvia de Carvalho Franco (FRANCO, 1974, pp. 128-142), a ambigüidade dos relacionamentos com o advento do regime republicano (MONTEIRO, 1974, pp. 19-31) e, muitos outros. Recentemente, a historiografia se enriqueceu com obras que vinculam a debilidade da presença estatal a situações locais, com ou sem vínculo a episódios de conflito ou de violência [178].

Circunscrito aos interesses e objetivos deste trabalho, foi possível perceber através do percurso das espirais anteriores que aos incidentes internos, se somava uma série de dissidências no eixo das relações específicas com a presidência da Província, evidenciando, uns e outros, desarmonias entre o município e o estado. Isto ficava mais ou menos claro em

[178] De modo especial as obras de Pedro Tosi (TOSI, 2003), Laura de Mello e Souza (2006, Parte II, cap. B, pp. 111-170), Carla Maria Junho Anastasia (2005, Introdução, cap. I e II, pp. 13-85), Marco Antonio Silveira (1997, especialmente o cap. I da Parte III, pp.143-167), Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (1997, Cap. I, pp. 21-79), Antonio de Paiva Moura (1983, parte 3, pp. 51-83), e outras.

outro incidente, dessa época, também relatado por Washington Noronha, (NORONHA, 1969) onde os estremecimentos entre os interesses do capital gerenciados ao nível da província não coincidiam integralmente aos gerenciados ao nível do município.

> "... o vereador Stockler de Lima reclamou não ter sido mencionado o incidente do dia, levantado pelo fato de haver ele proposto se felicitasse o Presidente da Província pela proveitosa gestão com que estava governando. Tal indicação alcançara maioria. Segue-lhe com a palavra, o vereador Genaro César da Costa que disse haver votado contra essa indicação porque considerava o governo do Presidente da Província, uma injúria feita a Minas, como provava com os jornais de então". (NORONHA, 1969, p. 174-175, grifo nosso).

Até então, porém, a composição do diálogo entre o capitalismo em sua regionalidade sudoestina e os interesses provinciais passava pela regência do Imperador, e pela moderação da monarquia, cujos atores locais, estavam entre os remanescentes dos "homens bons", que exibiam qualificações não oriundas dos quadros econômico-burocráticos do estado (WEBER), mas, de velhas tradições e titulações oriundas dos quadros econômico-nobiliárquicos da corte. O trânsito das decisões de interesse do município, ou seja, de seus segmentos sociais, para chegar às esferas da província e da Corte, não passava pela indiferença quantitativa do voto republicano, e sim pelos valores até então considerados como representativos da sociedade (VIANNA, 1955). Quando a República demoliu o Império e exilou o imperador, exilou igualmente, como num efeito dominó, as representações locais.

Em Passos, o Tenente Vasconcelos, após conduzir a auto-dissolução da Câmara, desce triunfalmente a rua principal da cidade e se afasta da vida pública, de forma definitiva. O Barão de Passos, pela idade, não liderou mais os amarrios harmônicos dos segmentos, falecendo pouco depois, em 1895. Sem os monarquistas e os grandes "conservadores", os liberais do Império "arranjaram" a *república passense* no fechado círculo dos capitalistas comerciais e industriais urbanos, com seus intelectuais, seus porta-vozes ideológicos e seus meios de comunicação, ancorados nos espaços disponíveis do poder local.

A república em Passos, ao se efetivar sem uma opção democrática real, transitou diretamente do ostracismo voluntário dos monarquistas, para o triunvirato da Intendência, liderado pelos irmãos Gomes, que fizeram da administração um exercício de burocratismo, na maioria das vezes estéril, voltado para o domínio eleitoral nas primeiras eleições, deixando como "*órfãos políticos*" justamente os invernistas e lavouristas. Era inevitável, portanto, o conflito entre os dois segmentos, principalmente porque os coronéis que detinham hegemonia

do comércio invernista, cujas pontas estavam amarradas nas materialidades das roças e das fazendas, e cuja acumulação se dinamizava nas patas dos bois, nos recantos da invernada, ficavam alienados da instituição política local.

Essas contradições observáveis nas "cúpulas", porém, não eram isoladas, nem pessoais. Denotavam implicações e envolvimentos mais amplos que são, todavia, imprescindíveis para a compreensão dos nexos políticos e da composição de forças que podem dar sentido às situações de conflito real e violência. Por um lado, não se pode alinhar Estado e Município numa só linha de "continuidade", como alertava Oliveira Vianna, pois o *"postulado da igualdade entre os nossos diversos núcleos locais – províncias e municípios – não tem o menor fundamento na realidade e só existe no espírito dos que ignoram a nossa estrutura social"* (VIANNA, v.II, p. 602). Mas, por outro, referências citadas anteriormente revelam que agência executiva e câmara podiam, e com efeito dispuseram da *força pública*, ou seja, podiam até certo ponto, manipular também os aparelhos do Estado. Podemos usar, confirmando, ainda a acuidade da observação desse autor, que parece resumir bem a relação possível entre os "poderes dos camaristas" e os "poderes do Estado", embora o conceito de "clã", que utiliza não corresponda bem à condição dos segmentos urbanos do comércio, dominante entre os camaristas: "Presa à confiança dos clãs locais, a autoridade policial é sempre obrigatoriamente o delegado "nosso"; posta sob dependência deles, a autoridade judiciária, por sua vez, tenderá sempre a ser, noventa vezes sobre cem, o juiz "nosso" (VIANNA, cit. p. 635).

Voltando ao contexto, entre os primeiros camaristas republicanos estava o futuro líder do lavourismo, assassinado no Fórum, Manuel Lemos de Medeiros, empossado em 11/04/1893. Logo após o rumoroso processo anteriormente citado, em que os Gomes fazem valer o "o peso da justiça" sobre uma ponta do lavourismo, Neca Medeiros assume solidariamente a oposição e passa a liderar o bloco de produtores e negociantes que se organiza em torno dele e de seu irmão Chico, em que estavam os representantes mais expressivos dos invernistas e lavouristas. A ata da sessão de 17.7.1901 registra em seu expediente que *"recebeu-se ofício do Sr. Cel. Manoel Lemos de Medeiros, de 8 do corrente mês, renunciando o cargo de vereador especial pelo distrito de S. Rita do Rio claro, deste Município"* [179]. Não foi possível reconstituir de forma documental os meandros da formação

[179] Ver o texto do ofício da Câmara transcrito no capítulo 1, nota 39.

desse bloco, mas essa ruptura formal com o governismo formalizada pela renúncia de Neca renuncia ao mandato de vereador, no início da gestão do terceiro irmão "Gomes" parece ter sido o parto oficial do novo bloco. Duas fotografias da época, entre 1901 e 1903, (CASTEJÓN, 1903) certamente constituem o registro comemorativo do lançamento do jornal Comércio e Lavoura, e da fundação do movimento lavourista, respectivamente, segundo a identificação oral feita pelos entrevistados: Ananias Emerenciano Campos (1977); Dr. Antonio Caetano, (1977), e José Costa e Silva, (1989) [180] .

Ancorados nos aparelhos institucionais, inclusive a milícia, os "*governistas*" locais tinham nas mãos os instrumentos de controle do alistamento (LEAL, 1975, p. 35), desde as primeiras eleições republicanas, e o fator que explica, em parte, essa hegemonia era o domínio dos meandros burocráticos e legais do processo. Tudo indica que essa facção do "coronelismo" urbano e comercial, até então dominava a "escrituração" política, os alistadores, os meios cartoriais, as coletorias e demais setores que tivessem implicações diretas ou indiretas na condução eleitoral, ou seja, os insipientes aparelhos do Estado, enquanto o "coronelismo" rural e agrário, ainda que invernista e mercantil, parecia que apenas tateava pelos estranhos meandros da política, como em suas "comitivas" pelo sertão.

O caldeirão chegava ao seu ponto de fervura: começaram pouco depois os sinuosos mecanismos do alistamento eleitoral, com vista às eleições municipais de 1903. A liderança lavourista se organizara [181] e pressiona contra o controle do processo pelos "governistas", usando então seus camaradas de confiança, em episódios já descritos anteriormente, como o da queima dos livros de alistamento. É no bojo deste processo que os nexos das questões que procuramos entender adquirem consistência e morfologia, como se verá nas amarrações seguintes.

[180] Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Fotos 2.8 e 2.9**.

[181] Ver **Anexos, 2.Ilustrações, Foto 2.10**.

CAPITULO 5 O LAÇO DAS ESPIRAIS

1

Os primeiros fios para trançar as espirais num laço final foram apanhados já na introdução deste trabalho, quando se insinuou a possibilidade de haver sentidos mais amplos embutidos no episódio do Fórum, um conflito relativamente miúdo, numa cidade pequena

como Passos, no sudoeste de Minas, em começos do século XX. Ainda que somada a casos isolados de banditismo, essa "matança" do Fórum, como se viu, parece pequena demais para alicerçar a produção de uma "épica", um "fenômeno ordenador" na construção histórica, tal como fez a oralidade subseqüente.

Nos capítulos seguintes, ouvimos protagonistas e narradores dos fatos, que baseados em suas respectivas leituras, tentaram explicar o acontecido a partir de uma dupla ressonância: por um lado, os ecos exagerados da violência acontecida no Fórum; por outro, os ecos desafinados que insistiam em atrelar o fato à existência de um "*jaguncismo*" passense. No fundo, ambos se regiam, em contraponto, sobre a partitura de uma ordem pública que cada um prefigurava à sua maneira. Numa visão de conjunto, o discurso dominante viera sempre das vozes políticas do partido "*governista*", agremiação informal alinhada com o Governo do Estado, que administrara o município desde os primeiros passos da República, mas que fora derrotada sucessivamente em 1904 e 1907, na governança local.

Vimos também que, consumada a violência, enquanto a indignação de familiares se refugiava no luto, para ressurgir em seguida sob a forma de inconformismo e revolta, os burocratas dos aparelhos policiais e jurídicos se instalaram como condutores dos acontecimentos: por um lado instaurando inquéritos e uma minuciosa "devassa" sobre suspeitos não apenas dos envolvidos no episódio do Fórum, mas em crimes pregressos cuja autoria a oralidade se incumbiu de informar, com ou sem razão; por outro, instaurando o processo-crime sobre o "imbróglio", cujo epílogo, como se viu, foi um estranho "arranjo sentencioso".

De qualquer forma, a violência, tal como esboçada na *descrição* das estripulias praticadas e nas *denúncias* que nelas se alicerçavam, é uma silhueta gravemente borrada pela falta de consenso dos narradores. Para uma tentativa de escoimar a compreensão de tais impurezas, pode-se recorrer, inicialmente, à dupla polarização de seus agentes: há um segmento, que pelas suas ações políticas se autodefinia "*partido lavourista*", integrado, segundo a tradição, por seus "coronéis" e "*jagunços*"; mas há também o segmento dominado pelos comerciantes urbanos que se autodefinia "*partido governista*", integrado por seus "coronéis" e "burocratas". Do ponto de vista de um perfil político-ideológico, essas autodefinições não são muito nítidas: o "*partido lavourista*", grosso modo, representaria os interesses dos fazendeiros e da produção agro-pastoril, mas estava enlaçado profundamente

nas malhas das trocas e, portanto, ao capitalismo mercantil; é significativo, aliás, o fato de que o veículo de comunicação que utilizava era um jornal, com o título de *Comércio e Lavoura*. Já o "*partido governista*", utilizando edições próprias do semanário *Gazeta de Passos*,[182] se definia pela sua filiação ao governo do Estado, ou seja, pela subserviência aos "arranjos" políticos-partidários do governo, o que dissimula o fato de que a maioria de seus "principais" pertencia à classe dos comerciantes locais, portanto, também atrelados, às malhas do mercado. No fundo, embora no horizonte mirem a chegada ao poder, a contraposição local, de uns com os outros, são, na verdade, os diferentes ofícios em competição no mercado.

A oposição política entre estes dois grupos não pode ser explicada de forma simples, utilizando, por exemplo, isoladamente, noções que não são muito nítidas, como as denominações "partidárias", as possíveis convicções ideológicas, os interesses econômicos compartimentados, ou ainda eventuais situações de status: há coronéis de ambos os lados, é verdade, mas atuam como "principais" em relação a grupos heterogêneos. Compreender o antagonismo destas facções significa, antes de tudo, empreender uma tarefa extremamente complexa capaz de revelar as relações e situações que formam a coesão interna desses grupos, apontem a lógica de suas divergências, e, sobretudo, esclareçam a racionalidade ou irracionalidade dos comportamentos que levaram às vias de fato, na violência do Fórum.

Esta prudência metodológica impõe, como não podia deixar de ser, uma análise compenetrada das conexões possíveis entre as instituições políticas e administrativas locais e as esferas abrangentes, representadas, neste caso, pelos governos do Estado e da União. Depois disto, sim, conhecer quem eram essas pessoas, quem eram as pessoas que se agrupavam ao seu redor, quais eram as relações entre elas; o que permitia a coesão interna de cada um e todos esses grupos; como eles se articulavam no plano político; quais os instrumentos e quais as condições para o exercício das decisões; e ainda, quais as alianças possíveis, desejadas ou recusadas, com as esferas abrangentes.

A tarefa preliminar, pois, consiste em esmiuçar as condições ambientais e históricas da existência desses grupos, o que implica em indagar pelos amarrios dessa regionalidade à nova realidade republicana, em suas calmarias e convulsões: de que maneira e por quais nós, os três

[182] Não conseguimos nenhum exemplar deste jornal referente ao período em questão. Temos um exemplar do "Cidade de Passos", de 17-05-1908, órgão da Câmara (lavourista), dirigido por Juca Miranda.

vagões políticos e administrativos – do Município, do Estado e da União –, se atrelam ao comboio geral do federalismo.

A República veio a cavalo da caserna para a pomposa teatralização em praça pública, à revelia do povo e, até certo ponto, dos seus próprios idealistas. Para além do clichê, no entanto, a transição do Império para a República resultou da conjunção de uma morosa articulação política, salpicada de nacionalismo, de movimentos partidários que beiravam lutas de classes, dos apelos étnicos do abolicionismo, da maturação precoce do regionalismo, e, por cima de tudo, das tensões e crises no chão das materialidades.

Deodoro chefiou a cavalgada, mas não conduziu, efetivamente, a transição, deixando-a nas mãos de Floriano e do positivismo de arremedo, que emanava dos quartéis, fazendo eco aos modelos ideológicos pronunciados por vozes americanistas ou européias. A República, afinal, já alertava Fernando Henrique Cardoso:

> "...não "foi uma mera aquartelada, nem se tratou "apenas" – como se estas não importassem... – de uma mudança ao nível das instituições, que de monárquicas passaram a republicanas", (...) houve, de fato, uma mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil"), (...) "Pouco importa como veio a ser designado o sistema, de fato tratou-se de reconhecer que depois de controlados os focos abertos de oposição (...), caberia organizar a política de um modo tal que as "chefias naturais" (...) tivessem mecanismos explícitos de funcionamento" (CARDOSO, 2006, p. 18 e p. 54).

Examinar a fundo o processo de decomposição do regime monárquico que, afinal, conduziu ao êxito dos republicanos não é objeto deste trabalho. Convém lembrar, no entanto, que se a velha ordem do Império, tinha a sustentá-la a classe *senhorial* amparada pela concentração da propriedade da terra e pelo uso da força de trabalho cativo, o abalo dessa ordem provocado pelo epílogo abolicionista, teria abalado igualmente a ordem imperial; mas não de forma preponderante: a economia brasileira, na verdade, já encontrara outros caminhos (CARDOSO, 2006, p. 19), sendo decisivo no longo processo de mudança que antecedeu a ordem republicana, mas que de certa forma a engendrou, o desenvolvimento do capitalismo mercantil e da cafeicultura, liderados por São Paulo e por Minas Gerais.

Contornando a grande discussão que vem revivificando a compreensão do movimento republicano, aliás disponível em obras exemplares, em diferentes abordagens teóricas[183], temos, no entanto, de exumar certas relações entre as economias praticadas pelas classes sociais, ou seus possíveis segmentos, e as instituições políticas e administrativas que deram contorno ao Estado, na complicada tarefa de alinhar o central ao particular, ou seja, alinhavar numa só Federação as diferentes Províncias herdadas do Império. Esta discussão só terá sentido se eclipsarmos a possibilidade de um federalismo sob condução monárquica, ou, em outra versão, a implantação de uma "monarquia parlamentar" que muitos defendiam, mas cuja possibilidade, a maioria dos liberais e dos mais eminentes adeptos do modelo republicano recusava, de forma veemente. É verdade, porém, que a configuração do novo Estado, esbarrava, com freqüência, no conservadorismo de muitos, evidenciando apegos ideológicos difíceis de serem apagados. Cruz Costa lembra, por exemplo, que Rui Barbosa, duas décadas depois de proclamada e consolidada a República "*que ele organizara (...) dirá em pleno Senado: Bati-me contra a monarquia sem deixar de ser monarquista*" (1967, p. 318-319).

A maior resistência aos ventos republicanos vinha, contudo, do campo: da predominante população rural, arroteada na propriedade da terra, nas grandes ou pequenas fazendas, nas agregações, nas camaradagens, nas trilhas das boiadas, no entorno dos currais, nas rotas e nos destinos de seus produtos, enfim, na malha dos mercados que estabeleciam o cordão umbilical entre a produção do campo e o consumo das populações urbanas, próximas ou distantes.

No embate dos novos destinos advogados para o país, o foco da crítica era o "*centralismo autoritário*", cujos cordéis, presos às mãos do imperador, manobravam os estamentos militares, políticos e administrativos, pondo e dispondo, no âmbito do executivo, do legislativo e da justiça. Já foi dito que os efeitos deletérios desta prática resvalavam diretos sobre os governos e administrações provinciais, cujos dirigentes podiam ser destituídos de forma intempestiva, criando, às vezes, disfunções profundas entre o centro e as regionalidades, sujeitando-as a administradores adventícios, sem qualquer sintonia com os problemas e realidades locais, à revelia, portanto, da cultura e da tradição – enfatizando ainda mais: na contramão da história.

---

[183] FAORO,1975; especialmente o volume 2. COSTA (2003); BELLO, (1940); SILVA & SZMRECSÁNYI, (2002), especialmente, na secção II, o texto de Ângela Castro Gomes, sobre a República não Oligárquica e o Liberalismo; FAUSTO (dir) (1978 e 2006); MELLO, (1986); CANO (1977) e outros.

Não evoca crédito a utopia imperial de que o carisma paternal do imperador, direcionado como um gigantesco "panóptico"[184] sobre as necessidades provinciais, fosse suficiente para o exercício de "*um estado consciente e permanente de visibilidade*" que assegurasse "*o funcionamento automático do poder*" (FOUCAULT, 1977, p. 177). Na verdade, esta *vigilância,* traduzida empiricamente pela gestão das necessidades e vontades locais, através da vontade soberana do poder maior, distante e intangível, longe de assegurar a acomodação das ansiedades e a satisfação das carências, ampliou-as pelo avesso; ou seja, ao invés de harmonizar as regionalidades, mais fez exacerbá-las em oposições políticas.

Fazendo-se uma profunda abstração e "encolhendo" propositadamente o conceito de "sistema-mundial" de Immanuel Wallerstein[185] até os limites do território e da nacionalidade brasileiros, que passaremos a utilizar como "**modelo analítico**", talvez seja possível compreender com maior pertinência, a gênese estrutural das relações entre o centralismo imperial e as diversidades regionais, como um processo de formação em miniatura do "*império-mundo*" brasileiro. O "centro", representado pelo Rio de Janeiro, como capital desse império, de onde a Corte, mantendo em suas mãos o aparelho político (Senado e a Câmara), o aparelho militar (O exército, a polícia, a Guarda Nacional, as Delegacias), e o aparelho ideológico (os intelectuais orgânicos, os institutos e os órgãos da ciência e do ensino) obteria facilmente a legitimação das esferas periféricas, no caso, das regionalidades produtivas e suas redes de distribuição e de mercado, por onde drenaria os tributos, preenchendo com o uso de tais instrumentos tanto a coerção quanto a extração, pontuadas por Charles Tilly[186].

Nessas periferias, ou Províncias, a terra é o grande "*laboratorium*"[187] dos homens para a produção das riquezas, sejam agrárias, pastoris ou artesanais, consoante as tradições, culturas, condições geográficas, excelência ou pertinência do solo; apropriação, posse, uso ou dimensão da terra; as vocações e competências técnicas. Para tanto, as individualidades se enlaçam em redes de afinidade ou de vizinhança, de colaboração ou de concorrência, de soma ou de subtração, mas sempre, convergentes para a malha de mercado, de curta ou de longa

---

184 O termo é de Bentham, capturado por Michel Foucault (FOUCAULT, 1977), que o utiliza ao historiar a questão dos aparelhos disciplinares.

185 WALLERSTEIN, (s/d); especialmente a Introdução; o capítulo 6: A economia-mundo européia: a periferia contra a arena exterior; e o capítulo 7: Recapitulação Teórica.

186 TILLY, (1996), amplia a discussão de Wallerstein sobre a tríade coerção, extração e legitimação.

187 O conceito está empregado aqui no sentido que lhe deu Marx, nos **Grundrisse**.(MARX, 1973, p. 444).

duração, como sempre pontuou Fernand Braudel[188] não importando, em princípio, nem a dimensão das redes ou a especificidade da produção; nem as tensões próprias das trocas ou o emaranhado das relações sociais – são sempre malhas, por onde flui o capital mercantil. Para além de quaisquer distonias, formam *nucleações locais* de materialidades e socialidades. E são elas que funcionam como entidades de manejo político, ou seja, que coordenam as situações de acomodação ou resistência às formas de coerção e de extração do "*centro imperial*", aquilo que Tilly definia como "*combinações continuamente variáveis de concentração do capital, concentração da coerção, preparação da guerra e posição dentro do sistema*" (1996, p. 61); no nosso caso, a República.

Essa noção de *nucleações locais*, que doravante utilizaremos simplesmente como **nucleações**, leva em conta a heterogeneidade e a pluralidade de seus componentes: produtores rurais, categorias diferenciadas de prestadores de serviços e de parcerias, artesãos rurais e urbanos, intelectuais orgânicos, cuja *unidade* parece ser, de fato, o que define a condução política dos interesses predominantes. Tais nucleações, com poucas exceções, nunca existiram como entidades "*monolíticas*", e ocupam, como indicam algumas vertentes deste trabalho, um lugar especial na construção histórica de nosso sistema-mundo, um eco pertinente àquele desejo de Charles Tilly: "*estamos à procura de uma história que oscile entre o algo particular e o extremamente geral*" (1996, p. 62-63).

Por esta razão, e pela estratégia adotada, talvez não seja aqui tão pertinente falar-se de "*oligarquias*", "*coronelismos*", "*mandonismos*"[189], como o possa ter sido, em outros tempos e em outras condições de produção e de vida, por exemplo, na época dos engenhos coloniais, praticamente isolados, e com vias unidirecionais de mercantilização. Estas noções, tomadas "*em abstrato como sujeito coletivo formado de indivíduos-cidadãos partilhando um mesmo conjunto de valores*"[190] e afinidades políticas, podem eclipsar a complexidade e a variedade regional com que se manifesta. No fundo, "*oligarquia*", "*coronelismo*" e "*mandonismo*" são

---

[188] Sobretudo a análise magistral contida no volume 2, Os Jogos das Trocas, (BRAUDEL, 1996). Com relação às produções do campo e suas inserções nas malhas mercantis, vale a pena destacar os capítulos 1, 2 e 3, respectivamente: Os instrumentos da troca; A economia em face dos mercados; e "A produção ou o capitalismo em casa alheia".

[189] No sentido com que foram tratados em obras clássicas como as de Gilberto Freyre (FREYRE, 1946 e 2003) VIANNA (1955); LEAL (1975); QUEIROZ 2006 e 1976); PANG (1979); e WIRTH (1982).

[190] A frase é de Maria Stella M. Bresciani, quando se refere às críticas ao conceito de Humanidade, como base das concepções políticas liberais, no texto "O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social", (SILVA & SMERECSÁNYI (2002), p. 104.

noções que englobam conceitos que são de origem sociológica e que "podem" obstruir a compreensão histórica no afã de revelá-la.

Como se verá mais à frente, as nucleações, cujas materialidades, no período que interessa a este trabalho, se estruturam a partir da cafeicultura (em todas as suas dimensões: propriedade da terra, tipologia das forças produtivas, relações de trabalho, rede de mercantilização da produção, sistema financeiro de apoio, transporte, intermediações do circuito de troca, e outras), são profundamente diferentes das nucleações formadas a partir da pecuária e da atividade pastoril. Em todos os casos onde a identificação das nucleações se torne necessária, há que considerar ainda as vias sancionadas de negociação política, ou seja, a legitimação interna dos "*principais*", daqueles que são reconhecidos, no interior das nucleações, como negociadores dos seus interesses. Este processo não se dá de forma homogênea, nem sistematicamente autoritária ou paternalista. Há um princípio tácito de reconhecimento que torna a existência e a atuação desses "*principais*", legítimas e reconhecidas nos diferentes elos interiores das nucleações. E também nos elos exteriores, segundo as vias possíveis de negociação com o "centro" do império. Daí, além de nuclear os agentes materiais, sociais e culturais nas localidades, funcionam como a mais legítima e reconhecida "*instituição política*" local, encapsulando, na maioria das vezes, as próprias "instituições oficiais", como as Câmaras, os Partidos, os Juízos de Paz, as Delegacias e outras. E isto, ou talvez por isto, difiram profundamente, de região para região.

O Estado imperial no Brasil foi essencialmente extrator. Num primeiro momento, utilizou inclusive o recurso da guerra, caso das beligerâncias do sul, por exemplo, como êmulo para capturar tributos das Províncias (o "esforço de guerra") tanto em moeda quanto em homens. Um exemplo, mais ou menos banal e pontual, no nosso caso de Minas, foi a utilização autoritária pelos governos provinciais, em nome do "centro", do recrutamento obrigatório, para o exercício da coerção sobre as nucleações. Além das extrações "legais", parece ter sido comum o uso desse instrumento para a obtenção de "*doações voluntárias*", em troca da abstenção de recrutar indivíduos considerados "indispensáveis" pelas unidades produtivas ou pelas próprias nucleações. No caso do governo provincial de Minas Gerais há evidências de ter pactuado com as nucleações, utilizando a burla ao recrutamento, como "*valor de barganha*", permitindo a "troca" dos "indispensáveis" por escravos ou por indivíduos pinçados na vadiagem vilã ou citadina, recuperando assim a tradição histórica relacionada aos "*vadios e facinorosos*", na década de 1770, de que nos fala a excelente análise

de Laura de Mello e Souza[191], com a diferença de que agora há "valores monetários" embutidos nas transações, ainda que por chantagem de coerção e extração.

O que acabamos de dizer não é a única forma de extração e nem a mais importante, mas reflete alguns "desvios" das articulações entre o centro, as periferias e as nucleações, dando a estas uma fresta não institucionalizada para a ação política capaz de interferir nos padrões de domínio e legitimação, "*como consequência não planejada dos esforços que os dirigentes envidaram para extrair os recursos e homens necessários para a prática da guerra*", como dirá Karl Monsma, (1975)[192], quando garante que de tal esquema decorrem "... *as condições para explicar as interações dos governantes com Estados estrangeiros, com as classes superiores e com os cidadãos comuns (...)*". Assim, adaptando ao caso que analisamos, interação semelhante estaria ocorrendo entre o "centro monárquico" e as províncias (ou através delas) com as múltiplas nucleações de materialidades e socialidades que as constituem. Esta situação, certamente, forneceu o perfil de construção do eixo político, e aí, ainda seguimos Monsma: "*Tilly afirma também que a guerra, ironicamente, acabou aumentando o poder dos setores civis do governo*", devido à tendência "*dos civis a usar os direitos de cidadania e representação para exigir que o Estado* [império] *atuasse em seu favor*" (1975, p. 28), como parece ter ocorrido quanto às nucleações.

Certamente, como já dissemos, as questões da guerra e do recrutamento não foram os únicos instrumentos que sedimentaram e fortaleceram o "centro" desse "sistema-mundo" encolhido em nossa opção analítica, às dimensões do império brasileiro. E, com efeito, não devem também ser as únicas vias que levaram as nucleações ao desempenho de funções políticas, sobrepostas ou decorrentes de suas funções produtivas ou sociais, nas diversas regiões do Brasil. Mas, o fato evidencia que a formação e a consolidação do estado brasileiro estava se processando por meio da concentração da propriedade da terra, do capital comercial e, também, por meio das nucleações; e que havia "*combinações continuamente variáveis" de concentração da coerção (...) dentro do sistema abrangente*"[193] (TILLY, 1996, p. 61) e ainda que tais meios de coerção não são centralizados no aparelho militar, "*mas se estendem às*

---

[191] SOUZA, (1986, p. 85).

[192] Na sua apresentação da obra de Charles Tilly, (TILLY, 1996, p. 25).

[193] Substituímos a palavra "*internacional*" no texto de Tilly por "*abrangente*" para se conformar ao caso da "miniaturização" do modelo com que estamos trabalhando.

oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças", (p. 67), muito freqüentes nas relações entre as chefias das Províncias e as nucleações, justificando a afirmação desse autor – embora referida a outro contexto – de que o "*crescimento do Estado*" se dá em razão direta da "*acumulação e concentração dos meios de coerção*". Também, mas não só. No nosso caso, e de modo particular na Província de Minas, a consolidação e evolução do Estado imperial teve como contrapartida a formação e acumulação de poder político – poder de barganha, inclusive por meios coercitivos –, no nível privado das nucleações.

A pluralização das formas e das intensidades de crescimento dessa acumulação de poder está relacionada, às variedades ambientais e culturais das nucleações; e também ao volume, ao ritmo, e às características da aplicação de capital no setor produtivo e no sistema de mercado, inclusive o financeiro. Os recursos indispensáveis para assegurar a propriedade da terra muitas vezes eram inferiores aos recursos destinados a manter a força de trabalho necessária, considerando o regime escravista. Assim, o volume de capital destinado à propriedade da terra tem peso inexpressivo quando comparado ao investido na compra de escravos. Neste contexto, a terra vale muito menos que o escravo, sem considerar que a propriedade rural muitas vezes resultou de ocupações ou de doações antigas, chegando às novas gerações por via de heranças ou de alianças matrimoniais, como ainda se detectava na Primeira República:

> "Ao se iniciar o período republicano, a grande propriedade rural ocupa as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes; os grandes proprietários, - fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, - controlavam tanto a vida econômica como a política dos novos Estados. Os pequenos proprietários eram muito numerosos, mas se localizavam em áreas menos acessíveis, dedicando-se predominantemente a produção para o mercado interno em expansão, detendo a propriedade da terra por obra do direito de posse ou da sucessão hereditária. Isto porque, o sistema sucessório que dava acesso à herança a todos os filhos, facilitava a fragmentação da grande propriedade" [194]

Assim, embora o peso político das nucleações adviesse sobretudo da capacidade geradora de produtos, com base no volume disponível do trabalho cativo e na organização da produção, de forma a otimizar o seu uso, há que considerar a existência e a intensidade da demanda, e a malha de mercado onde tal produção pudesse repor, além dos próprios custos, a taxa de juros média correspondente ao volume do capital empatado no plantel de escravos, a

[194] Manuel Correia de Andrade: A Questão da Terra na Primeira República: in SILVA, Sérgio S. & SZMERECSÁNYI, 2002, p. 147..

taxa média de lucro, as despesas de transporte, o custeio de eventuais trâmites de intermediação, escrituração e contabilização, além, claro, da taxa de extração praticada pelo Estado. Em última instância consumar a célebre equação marxista: D' – M – D''.

Na segunda metade do século XIX, apenas dois produtos se destacavam pelas condições de preencher esses imperativos: o café, em função da demanda externa, e a carne, em função da demanda interna. A cafeicultura desta fase se concentrava no Vale do Paraíba, "nas barbas do imperador" de quem tinha benesses e amparo, e nas bocas do corredor de exportação, de quem tinha demanda e preço. Era natural que as nucleações identificadas com as grandes fazendas de café estivessem alinhadas com o Estado-império e com o centro desse "sistema-mundo" miniatura, em cuja organização política se aninhavam: no Senado, nos Gabinetes e nos Ministérios, nos caminhos e escaninhos do orçamento, onde faziam pesar interesses e conluios, sob o pálio de pacífico conservadorismo[195].

Ocorre, ainda, que tais nucleações se esticavam, tanto por segmentos peculiares do mercado, onde pontilhavam os comissários e os banqueiros (FAORO, 1975, p. 454), compartilhando nessa verticalmente as posturas e as tensões do capital financeiro; quanto ao encontro de outras nucleações, compartilhando na horizontalidade, os desígnios da produção agrária de alimentos, de açúcar e, de maneira especial, mas não muito presente nas análises, da pecuária abastecedora de carnes e derivados, inclusive o "queijo e a manteiga de Minas". Todas se encontrando, de alguma forma, nas malhas do mercado.

Assim que, no sistema-mundo que estamos trabalhando como modelo analítico, percebe-se a hegemonia dessa "classe rural" de proprietários, de contorno pluralístico, dispersa pelo território em forma de nucleações, cuja presença pode ser detectada em quase todas as regiões interioranas, legitimando, pela unidade de suas diversidades, na periferia do sistema, o domínio do centro do sistema-mundo. Oliveira Vianna destacara já a sua existência e seu perfil, com a denominação de *corporações*; mas restringia a sua importância à esfera político-eleitoral: "*É a estas pequenas corporações, quando locais, que eu chamo, de acordo com a tecnologia da ciência social: "clãs eleitorais". (...) "Da reunião deles na área de um*

[195] Há uma curiosa descrição deste quadro feito por Maria Isaura P. Queiroz, dialogando com situações do romance **O Tronco do Ipê**, de José de Alencar. (QUEIROZ, 1976, pp. 73-84).

Estado ou de uma Província, se forma o "partido do Governador" (1955, p. 220, grifo do autor).

Em suma, no centro de nosso "sistema-mundo", o "estado-Imperador", num arranjo especial que mantinha e alimentava os interesses das pontas hegemônicas da classe rural, assegurava a existência e o funcionamento de toda uma complexa estrutura de extração, através de seus agentes regionais de coerção, os governadores de Província, cuja mobilidade controlava de forma absoluta. Neste quadro, a legitimação, velha e correta contribuição de Weber, se realizava nessas regionalidades de baixa capitalização, as periferias de Wallerstein, pelo efeito integrado do binômio coerção-extração, conforme a análise de Charles Tilly. Era fundamental no processo, que os presidentes das províncias fossem verdadeiras extensões dos braços (e do apetite) imperiais; e também fossem verdadeiras "máquinas" de coerção, isto é, que tivessem *autoridade* (força delegada pelo imperador), *carisma* (força ética de coação), *aparelhos de estado* (força policial, burocratas alinhados e eficientes) e *estoque de favores* (força de barganha), suficientes para pactuar com as nucleações a fluidez dos mecanismos legitimadores, necessários tanto à extração quanto à coerção, isto é, manter um perfeito sincronismo na esfera política.

> "A legitimação não diz respeito às massas, mas aos quadros. A questão da estabilidade política gira em torno da medida em que o pequeno grupo de dirigentes do aparelho de Estado é capaz de convencer o grupo de pessoal centro e de potentados regionais de que o regime foi constituído e funciona na base dos eventuais valores consensuais que esses quadros possam ser levados a acreditar que existam e de que é do interesse desses quadros que este regime continue a funcionar sem perturbações de maior. Quando estas circunstâncias se realizam, podemos considerar o regime legitimado" [196]

A eventualidade de rupturas em segmentos ou interseções de tão complexa malha, poderia afetar de maneira imprevisível o processo de acumulação e concentração de capital, de extração e de coerção. Um dos efeitos possíveis do abolicionismo poderia ser justamente o aumento de tensão, ou de "voltagem" (Braudel) no nível das nucleações, em dois sentidos: solapando, por resistência, os meios de coerção; ou ameaçando, nos arraiais políticos a estabilidade do centro. De qualquer forma, essas possíveis rupturas poriam em cheque o processo de legitimação. Mas a Abolição não chegou a ser a ruptura do dique. Ela própria parece ter sido apenas um dos fios – e não dos mais densos – nas convulsões que marcaram o

[196] WALLERSTEIN, s/d, p. 145.

fim do estado-império de nosso "sistema-mundo" e a transição para uma "economia-mundo", ainda dentro do modelo analítico que estamos utilizando. Em outras palavras, não foi a cesura abolicionista que levou as nucleações ruralistas a se deslocar, politicamente, em direção aos republicanos. Em certo sentido, o movimento parece ter sido pelo avesso: a discreta aproximação das nucleações ao ideário republicano teria justamente facilitado a tarefa dos abolicionistas.

Mas este não é o nosso problema. A questão é saber qual foi a ruptura que desordenou os alinhamentos do processo de acumulação e concentração do capital, das coerções e extrações e, com isto, desordenou as relações entre o centro e a periferia, tumultuando os pactos entre as chefias provinciais e as nucleações correspondentes, entre elas a do sudoeste de Minas, onde se deram os conflitos que pretendemos compreender.

Sabe-se que o temeroso deslocamento realizado pelas classes agrárias, migrando do conservadorismo histórico para as incertas hostes republicanas, tem suas raízes na crise da primeira área cafeicultora, encravada no entorno da Corte, baseada no trabalho cativo e que justamente sustentava o edifício extrator do nosso império-mundo. Corresponde a um modelo de organização social – "*O Brasil é o café e o café é o negro", dizia Silveira Martins no Senado do Império*"[197] –, que tem na propriedade da terra e no plantel de escravos a sua principal e quase única inversão de capitais. Mas de grandes capitais: não tanto pelo capital fixo, preço da terra em si, como já se disse, mas sobretudo pelo capital "semovente", o do trabalho cativo, e pelo capital de giro: o custeio do transporte e da comercialização, que envolvia uma série de mediações de alto custo e alto risco, entre as quais, os comissários, os "exportadores", as variações cambiais, ou seja, uma mistura um tanto exótica de condições sociais, econômicas e políticas.

Entre as melhores análises desta crise e de sua complexidade, estão as de Raymundo Faoro[198], (1975, pp. 443-470) e Emília Viotti[199] (1999. pp. 271 e ss.) em que nos apoiamos, especialmente quanto à detecção que fazem das razões que induziram a crise irreversível da cafeicultura do Vale do Paraíba, e o seu avesso positivo, o desenvolvimento da lavoura

[197] CRUZ COSTA, 1967, p. 328.

[198] FAORO, 1975.

[199] COSTA, 1999, especialmente do Cap. 7 ao 10.

capitalista e assalariada em "marcha para o oeste" paulista, a "Onda Verde" de Monteiro Lobato, coadjuvada, em moldes semelhantes, pela cafeicultura mineira da Zona da Mata. Nos tempos do estado-império, lembra Faoro, a acumulação e a centralização tanto dos volumes da extração, quanto dos meios coercivos, dependiam da relativamente estável aliança com as nucleações da cafeicultura do Vale do Paraíba: "*essa aliança firmou-se com o café do Vale do Paraíba, umbelicalmente vinculado aos comissários, banqueiros e exportadores da corte*" (1975, p. 455).

O modelo estava condenado: os fazendeiros eram obrigados a contrair empréstimos volumosos com os "comissários", a serem quitados pela colheita futura; mas eram garantidos por hipotecas. O que se hipotecava, neste caso, era o escravo, que, afinal, tinha valor, enquanto o da terra era inexpressivo. Várias circunstâncias convergiram para arruinar o sistema: "*a exaustão das terras no Vale do Paraíba, onde, na década de oitenta, cai a produtividade de metade a um quarto dos melhores tempos*" (idem, p. 455), a cessação do tráfico somada às legislações, a contração numérica e o envelhecimento dos escravos, que limitavam, de muitas formas, a disponibilidade hipotecária, circunstâncias que elevavam "o nível de tensão e voltagem" ao ponto de falência da velha cafeicultura escravista, particularmente a partir da crise do capital financeiro. Raymundo Faoro captou de forma magistral as contradições e as impossibilidades do momento:

> "A exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na Corte. A garantia do crédito, o escravo, deteriora-se rapidamente, a partir sobretudo de 1884. O empréstimo sob o empenho da safra futura torna-se precário: sem o escravo haverá safra? Além disso, o fazendeiro servia-se do comissário para necessidades de custeio e consumo; necessitava agora de recursos em grande escala, mês a mês, para atender os salários, num montante provável de 50.000 contos, 25% do meio circulante. Os comissários não estavam capacitados para a mudança, premidos com adiantamentos feitos às primeiras pressões e sem reembolso, acossados por inúmeras falências. A quebra desse elo tradicional, com as execuções hipotecárias do ano de 90, causou maiores abalos do que a própria abolição. O exportador, em regra estrangeiro, ocupou o lugar vazio, impessoalmente frio nas suas operações, alheio à condescendência antiga dos vínculos tradicionais. Nesta hora, que cobre os cinco últimos anos do Império, os fazendeiros sentem que o "*pacto entre o regime monárquico e as classes que antigamente o defendiam e sustentavam estava destruído*"[200], com a repentina descoberta do monstruoso "poder centralizador". Percebem os fazendeiros, vergados à ruína iminente, incapazes de pagar juros e amortizações, que o produto do seu trabalho não lhes pertencia, sugado pelo sistema centralizador, visível na rede comissária, agora arredia e incapaz de continuar a secular exploração" (1975, p. 458).

[200] A frase citada por Faoro é de STEIN, (1961), p. 330 e ss.

E veio a República. A passeata de Deodoro arrastava atrás de si uma colcha-de-retalhos mal alinhavada: liberais e republicanos atrelados em contraditórias ideologias; capitalistas ressentidos ou esperançosos, confiantes nas novas oportunidades agrárias, ou temerosos das alternativas financeiras, enfim, classes hegemônicas de olho numa industrialização que se proclama, que se promete, mas não vem; e a grande maioria da população que se reproduz à sombra destes "capitalismos", ou à margem da "civilização". Uma colcha-de-retalhos que mal compõe a garatuja de uma nação, que não dá ainda o debuxo do "sistema-mundo" que substituirá o "estado-império" pelo "estado-república". De um modo geral, tem-se a impressão, como Caio Prado, que a "*República recebera do Império "uma espécie de fazenda senhorial, modesta e ordenada. Era natural que (os republicanos) tentassem ampliá-la e embelezá-la, combatendo os hábitos de rotina que, eles mesmos, haviam criticado"*[201]. Mas, essa "fazenda" que agonizara no Vale do Paraíba, e fizera agonizar o império, reflorescia nos "*cafezais alinhados em alexandrinos nas cabeças parnasianas das colinas*", conforme o inspirado verso de Guilherme de Almeida[202], e coleava as montanhas mineiras da Zona da Mata, jogando água aos moinhos de muitas novas nucleações.

No plano local, viria a implosão dos amarrios com as várias nucleações tradicionais. O valor das "*terras novas*" (de São Paulo e Minas) cresce, assim como a substituição do trabalho cativo pelo trabalho assalariado, prenunciado pelas formas rudimentares da parceria, mas consolidado logo depois, pelo fluxo do trabalho imigrado.

> "No caso específico do Brasil, havia uma economia e uma sociedade em transformação que precisava abrir fronteiras, criar novas áreas de atividade ou dinamizar atividades preexistentes, das quais se destaca inicialmente a cafeicultura e, em seguida, a industrialização, além, é claro, das economias locais e regionais instauradas nas colônias do sul. Como elemento fundamental, a migração européia para o Brasil está diretamente ligada não simplesmente, como se diz, à Abolição da Escravatura, mas à transformação da força de trabalho de uma coisa, de um objeto (no caso do escravo, que era uma propriedade como a máquina do proprietário), em mercadoria, em algo que passa a ser comprado e vendido no mercado." [203]

A acumulação de capital nas novas cafeiculturas, conquanto apresente oscilações, tende a manter uma curva média de crescimento e de atração, ampliando consideravelmente a

---

[201] CRUZ COSTA, 1967, p. 330, citando PRADO JUNIOR, (1970), p. 231.

[202] ALMEIDA, 1955, Tomo IV, pp. 197-204.

[203] IANNI, 2004, capítulo "A imigração italiana", p. 141.

"fronteira agrícola" e a nova "periferia" do "sistema-mundo", segundo o modelo analítico aqui utilizado.

> "Ao gerar capacidade para importar, o café resolvia seu problema fundamental que era o da subsistência de sua mão-de-obra, atendia às exigências do consumo de seus capitalistas, às necessidades de insumos e de bens de capital para a expansão da economia, bem como indicava, em grande parte, os limites em que o Estado podia ampliar o seu endividamento externo" [204].

Não só as antigas como as novas nucleações, portanto, se organizarão a partir destas novas formas do desenvolvimento do capitalismo, de reordenação da malha mercantil, aí incluindo as novas tecnologias de transporte, a dinamização e ampliação da rede bancária e, especialmente, as alternativas de investimento de capital na indústria (CANO, 1977). Os novos imperativos relacionados ao fluxo da exportação e importação, envolvendo problemas de intervenção do Estado nas oscilações do câmbio, ou nos desequilíbrios entre oferta e procura, passam a depender de negociações e medidas políticas. Isto requeria o fortalecimento do centro, o qual, por sua vez, implicava na consolidação e ampliação dos suportes políticos periféricos, como condição inclusive para garantir a concentração dos mecanismos de coerção e de extração.

A autonomia dos Estados, gerada pela Constituição de 1891, pôs nas mãos de seus respectivos governos não apenas os meios coercivos e extrativos sobre as regionalidades, mas ainda a possibilidade de manipular o volume considerável de votos que a concentração de capital reunia nas nucleações do interior dos Estados, mercê das oportunidades criadas pelo desenvolvimento da produção e do conseqüente crescimento demográfico. É nessa arena dos estados, que a consolidação do estado central de nosso sistema-mundo teria que negociar as estratégias capazes de sustentar a centralização e a eficácia dos seus próprios instrumentos de acumulação, tanto de capital, quanto de coerção e de extração, ou seja, de poder, através da via politicamente definida como *federalismo*.

Os novos governos estaduais, comandarão agora a mediação com o poder central da República. Para tanto, a munição que dispõem se distribui em dois planos: no plano econômico, é fornecida pela posição que ocupa no cômputo do capital produtivo e na posição mais ou menos hegemônica na malha do mercado, ou seja na sua capacidade de atender as

---

[204] CANO, 1977, p. 122.

necessidades de extração pelo centro; no plano político, é a reserva de votos, maior ou menor, dependendo da densidade das nucleações. Estas dispõem, no circuito das barganhas, para usar de expressão nada convencional, de um "*produto*" absolutamente valioso, que poderia ser chamado de "*capital eleitoral*". Afinal, é o volume acumulado desse "capital" que, por um lado pode atender aos imperativos da legitimação do poder central, mas, por outro, proporcionar às nucleações a sua força política, no confronto com as pressões coercivas e extrativas do Estado.

A aliança dessas nucleações representa, portanto, para os governos regionais das periferias do "sistema-mundo brasileiro", o peso extraordinário com que manusear as rédeas do processo de federalização. Minas e São Paulo são os grandes candeeiros desse comboio. Mas, para isto, esses Estados, e outros com que pactuam, enfrentam a difícil tarefa de orquestrar a sinfonia, muitas vezes desafinada, das suas respectivas nucleações. Era esse o quadro dos primeiros tempos da República. Era esse o útero que concebeu e gerou o fenômeno da violência consumada na tragédia do Fórum de Passos, há cem anos atrás, e que tentamos entender com esta pesquisa.

Ora, a cidade de Passos, durante os primeiros governos republicanos era considerada uma das mais ricas do sudoeste de Minas. Mas, o capital que aí se concentrava e acumulava não provinha da cafeicultura, como na Zona da Mata e no Oeste paulista, e sim da pecuária, aliás, de uma forma especial de pecuária que nos orçamentos votados pela Câmara para todas as administrações dessa época era qualificada de "*indústria de engorda de gado*", e como tal tributada[205]. Na tradição, essa prática econômica ficou consagrada como "*pecuária de invernada*". As características gerais de seu funcionamento já foram descritas em capítulos anteriores; mas, convém retomar aqui algumas particularidades estruturais, em função do contexto que acabamos de perfilar.

Em primeiro lugar, o "produto", a boiada, não implica grandes investimentos para cumprir o seu ciclo produtivo, tanto em termos de suprimento de "matérias primas" quanto de "mão-de-obra", a não ser a disponibilidade da pastagem adequada e de uns poucos cuidados (salinização periódica e cura de bicheiras). Portanto, é um segmento que não requer

[205] Ver as leis que aprovaram o orçamento do município nas gestões de Francisco Gomes de Souza Lemos (1892, 1893 e 1894); Jayme Gomes de Souza Lemos (1895, 1865,1897); Evaristo Augusto Alcântara Lemos (1898-1900); Joaquim Gomes de Souza Lemos (1901-194-04); Manoel Lemos de Medeiros (1905-1907).

investimentos significativos de capital neste aspecto, já que uma "... *grande vantagem é que o boi procurava o seu próprio alimento e se auto transportava*" [206]. O investimento básico é para aquisição do rebanho magro, como já foi descrito, geralmente do "*gado pantaneiro*" de Mato Grosso, e transportá-lo até à invernada. A parte de capital variável, neste caso, vai em conta do pessoal necessário ao traslado, o que, na prática, não é tão significativo.

O que importa destacar, para uma compreensão mais profunda dessa economia da pecuária de invernada, é a própria "complexidade" aparentemente "simples" representada pelo percurso do "produto", desde a formação dos rebanhos até o consumidor final, localizado quase sempre muito distante, o que se dá através de uma rede diversificada de mercado. A aparência de simplicidade, sugerida por meras descrições, se desfaz de imediato, quando se indaga pelas categorias econômico-sociais que comporta: o "invernista", que é o detentor do capital imobilizado na propriedade da invernada, ou na locação de invernadas alheias[207], e do capital principal para compra do gado magro no sertão, incluindo neste, o custeio das comitivas de traslado, das quais ele próprio muitas vezes fazia parte, embora o mais comum era delegar esta etapa a um "capataz"; depois, na maioria dos casos, havia um "comissário" local que se incumbia de conduzir a venda: era ele quem estabelecia contato e fechava a negociação com o "marchand". Então se formava nova comitiva que conduzia a boiada até Três Corações do Rio Verde, onde era entregue ao "marchand", recebendo-se o pagamento em dinheiro ou em "crédito" – a forma mais comum –, que o "invernista", por sua vez, renegociava com outros segmentos.

A cidade de Três Corações já era desde os primeiros anos da República o ponto de convergência das boiadas que vinham de toda a Comarca do Rio das Mortes, e especialmente as provenientes do Triângulo e do Sudoeste de Minas. A razão que fazia dela o centro de convergência deste primeiro segmento da malha do mercado, que garantia o abastecimento de carnes e derivados bovinos ao centro de nosso sistema-mundo brasileiro, era a existência do entreposto de embarque na rede ferroviária, integrada aos ramais paulistas na cidade de Cruzeiro, SP. Segundo a mesma fonte[208], em 1900, ali foi instalada a Feira de Gado "*por*

---

206 Manuel Correia de Andrade: A Questão da Terra na Primeira República: in SILVA, Sérgio S. & SZMERECSÁNYI, 2002, p. 150.

207 A Câmara Municipal de Passos aprovou duas "consolidações" sobre as tributações no ano de 1905 e 1912, respectivamente, onde são referidas situações de "locação de invernadas".

208 "A concessão para as obras da ferrovia foi dada ao brigadeiro Couto de Magalhães e ao Visconde de Mauá, em 1875, para ligar o município a então Estrada de Ferro D. Pedro II, em Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

concessão do Governo Provincial, e centralizava em Três Corações, mediante taxas e impostos recolhidos ao Erário, todos os embarques de bovinos de extensa região do país".

O papel do "comissário" constituía um elo significativo nesta cadeia não apenas para garantir a realização do negócio, e com isto viabilizar com mais eficiência o capitalismo mercantil, mas também para valorizar o capital invernista, obtendo melhores condições de venda das boiadas. Estava no centro de uma transação que concluía o primeiro nó na rede mercantil desse "*jogo das trocas*" (BRAUDEL, 1998) da "indústria de engorda de gado". Na verdade, era o segmento que mais interessava à pecuária de invernada passense. As relações do comissário com o invernista eram *relações de freguesia*, no compartilhamento dos interesses capitalistas, porém, baseadas na confiança pessoal e comercial, já que o comissário não era "invernista", propriamente dito, mas comerciante de gado na extensão do mercado capitalista.

O "marchand", por sua vez, iniciava o segundo segmento do "jogo das trocas", que conduzia a comercialização daí até o centro. Ele comprava a boiada, deixava por algumas semanas em pastos alugados nas imediações do embarque (Três Corações), para que a boiada recuperasse o peso perdido durante o traslado, e depois despachava pela ferrovia para o abatedouro, em Santa Cruz (atual Mendes, no Estado do Rio), onde se iniciava o terceiro segmento da malha, que consistia no abate, no processamento primário da carne, e na sua distribuição aos açougueiros, que fechavam o ciclo entregando o produto ao consumidor do de Rio Janeiro, antes a Corte agora a Capital da República. Até aí estamos falando desse longo circuito que interligava as regionalidades periféricas ao centro do sistema mundo brasileiro. Todavia, o circuito se ampliou, abrindo novas perspectivas a esse segmento do capitalismo, capturando a produção brasileira para uma pontinha da economia-mundo européia, cujo centro gravitava em torno de Londres.

As condições históricas particulares da Europa levaram os centros hegemônicos do capital à única saída de que dispunha, no campo do abastecimento de carne: expandir para além do Atlântico, como em outros tempos já o fizera em busca do comércio de especiarias, de madeira e de minérios (WALLERSTEIN, op. cit. I, p. 41). À medida que os países da Europa mergulhavam nas tensões do pré-guerra e logo em seguida no conflito de 1914-1917 e

---

Influências políticas alteraram o traçado original e a ligação se fez em Cruzeiro-SP, inaugurando-se oficialmente a estrada em 1884, pelo próprio Imperador". (**http://www.lexseguros.com.br/TC.htm,** acessado em 15.10.08).

nas dramáticas situações do pós-guerra, a necessidade de manter o consumo e o estoque de alimentos necessários às atividades bélicas exerceu profunda influência no comércio e na industrialização da carne sul-americana. Por volta de 1910, investimentos de capital inglês levaram à transformação do abatedouro de Santa Cruz no frigorífico Anglo, ao qual logo se seguiram outros, como o de Barretos[209], que passariam a industrializar a carne bovina de rebanhos brasileiros e argentinos, favorecendo assim a acumulação e a concentração de capital nessa "indústria de engorda", que passaria a oferecer atrativos quase tão grandes como os da cafeicultura, embora pouco estudada pela historiografia. Deu ensejo, inclusive, a investimentos de pequena monta em experiências industriais locais, que visavam acompanhar a nova dinâmica, como foi o caso das "charqueadas" no município de Passos e no seu entorno; mas, não conseguiam concorrer com a acumulação da "indústria de engorda", e fracassaram. De qualquer maneira, a malha mercantil foi intensificada com abertura do corredor de exportação para o mercado europeu, particularmente a partir década de 1910.

Em suas raízes, o capital-moeda acumulado na mineração foi em grande parte permutado por alimento, tornando-se disponível para investimento na pecuária de engorda, que arrastava de carona a pecuária de tração; tais investimentos permitiram que o Triângulo e o Sudoeste de Minas, o sul de Goiás e o pantanal mato-grossense, os sertões do Piauí, o vale do São Francisco e os pampas rio-grandenses desenvolvessem de forma capitalista esse tipo de economia, "*não só fornecendo os animais como também ocupando espaços vazios*" (ANDRADE, 2002, p. 150).

Quanto à região passense aqui estudada, acabamos de ver a importância desta reordenação da economia para a produção e comercialização da carne, e portanto, para atendimento do mercado de abastecimento na região central de nosso sistema-mundo. Todavia, não podemos esquecer a ocupação dos *espaços vazios*, de que fala Manuel Andrade, pela pecuária porcina que participou de forma não desprezível do mercado abastecedor, tendo como início da malha mercantil a Comarca do Rio das Mortes, incluindo aí o Sudoeste, de onde eram levadas as "carnes de lata"[210], as mantas de toucinho, as lingüiças e chouriços, além, claro, de outros limitados produtos do artesanato doméstico. Estas atividades, somadas aos cultivos do algodão e, residualmente, à tecelagem de colchas muito apreciadas no mercado, permitiram, sem dúvida, que as roças de pequeno e médio porte e até mesmo as

[209] É dessa época também os investimentos da Anglo no Rio Grande do Sul.

[210] O processo de elaboração já foi descrito na espiral das materialidades.

menores, baseadas no trabalho familiar, encontrassem formas de inserção na malha do mercado de abastecimento[211].

Neste nível da agropecuária não hegemônica, é preciso lembrar que "*nas áreas localizadas nas proximidades dos centros consumidores e que possuíam clima de altitude, predominava a pecuária de leite. Daí, Minas ter-se tornado durante a Primeira República, grande produtor de queijo e de manteiga, substituindo, no mercado interno, os produtos antes importados da Holanda*", como bem percebeu Manuel Correia Andrade (cit. p. 15-152). Ora, se a substituição de importações, correspondia então à formação de um mercado exportador para pecuária leiteira, justificando a acumulação neste setor, não se pode esquecer, que simultaneamente, em outra direção, ampliava-se a exportação de carnes à medida que se dava a sua "industrialização", capturada pela demanda e pelo investimento do capital europeu, como já se viu quanto ao frigorífico Anglo, em Mendes (Santa Cruz), nas vizinhanças do Rio de Janeiro; o mesmo ocorreu com a produção do *"... algodão que passou a ser demandado em larga escala pelo mercado inglês, face à Revolução Industrial"(sic)*[212].

Portanto, se havia uma crise da cafeicultura (escravista) nos primeiros anos da República, havia igualmente um dinamismo exemplar correlacionado ao capital fundiário na área do abastecimento, contrariando inclusive a opinião de Paul Singer, de que "*a presente estrutura agrária, entra em conflito com o desenvolvimento econômico, pelo menos em dois pontos: na deficiência de abastecimento alimentar das cidades pela agricultura e na insuficiência do mercado interno para produtos industriais, proporcionado pela agricultura*", embora possa estar se referindo a contextos temporais diferentes.[213]

Como se vê, a economia da pecuária de invernada é um ciclo que vai muito além das morrinhas dos "*coronéis invernistas*" como são apelidados os capitalistas da engorda, os quais, na maioria das vezes, não eram nem mesmo coronéis. É importante observar, com Braudel, que essa economia não se esgota na simples relação de "compra e venda": só pode ser compreendida nas suas extensões verticais e horizontais, sempre profundas. Qualquer

---

211 Ver, o importante trabalho de LENHARO, 1992.

212 Manuel Correia de Andrade: A Questão da Terra na Primeira República: in SILVA, Sérgio S. & SZMERECSÁNYI, 2002, p. 150

213 Citado por CASTRO, (1972, pp.87-88).

aproximação simplificada dissimularia a complexa malha de mercado que envolve diferentes atores, com diferentes participações no "capital invernista" como um todo. No seu aspecto mais abrangente, a pecuária de invernada era muito mais uma *atividade comercial* que uma "*produção rural*", sendo esta, também, uma produção capitalista. E, como tal, tinha formas características de agrupar e organizar a diversificação dos homens, no seio das sociedades interioranas, como a de Passos, na época aqui analisada. É essa pecuária, o seu êxito e a sua taxa relativamente constante de crescimento e de atração capitalista que gerou um tipo particular de nucleação, que no caso de Passos, doravante será denominada de "*nucleação lavourista*". Para entendê-la, é necessário aproximar o foco e ampliar as lentes, a fim de examinar a composição e a dinâmica desse microcosmo.

De qualquer ângulo que se queira observar, a "indústria de engorda" em si, além dos "principais"[214], que o são justamente por deterem o volume principal de capitais necessários à apropriação ou uso das invernadas com fins capitalistas; à compra do gado magro, ao custeio de traslados e das poucas tarefas de zelo e de preservação, compreendia ainda o conjunto dos outros capitalistas que se dedicavam a atividades conexas, formando um verdadeiro emaranhado de interesses, de participações, de alianças, de gestões, hierarquizadas ou não, do negócio. As relações que permitiam a coesão interna desse universo pluralístico em que se movia o capital fundiário e o capital comercial, não se resumiam a relações de trabalho, de parentesco, de compadrio, de vizinhança e outras geralmente apontadas como unificadoras, mas se colavam de forma indelével a estas, através dos imperativos das trocas; e estas sim, eram unificadoras.

Parece pertinente, pois, buscar no interior das nucleações as propriedades intrínsecas capazes de dar a certo tipo de relações as condições necessárias para realizar a conexão de todas as variáveis presentes neste universo, de forma espontânea e imprescindível, que mesmo impossibilitadas de quebrar possíveis hierarquizações, consigam impedir o exercício do puro autoritarismo. Desta perspectiva, é possível perceber, nas nucleações, um emaranhado de relações de características semelhantes que poderemos identificar como *relações de freguesia*, em suas múltiplas variáveis. Trataremos, pois, metodologicamente, de *relações de freguesia* as que ligam os diferentes atores no interior de uma determinada nucleação, tendo em vista a variável econômica: de alguma forma, tais relações explicitam interesses de ganho, com

[214] Utilizaremos esta noção em lugar de outras como "chefe", "oligarca", "coronel", "comando", "mandão", etc.

maior ou menor intensidade, direta ou indiretamente, dissimulados ou explícitos, a serem obtidos com o sucesso da economia invernista, portanto, nelas, as pessoas se defrontam, ainda que de forma rudimentar, num relacionamento compatível com o perfil geral do capitalismo que dinamiza as nucleações, pois, lembrando Braudel, sobre o "capitalismo" dessas relações: "*Porque há, quer se queira quer não até na época pré-industrial, uma atividade econômica que evoca irresistivelmente a palavra e não aceita nenhuma outra*" (BRAUDEL, 1998).[215]

Assim, as relações de freguesia, no interior das nucleações invernistas, entrelaçam as especialidades e produtos – de *artesãos*: celeiros, ferreiros, cozinheiros, e outros; de *negociantes*: fornecedores de ferramentas, utensílios, armas e munições; de equipamentos de viagem, de sal, de serviços de hospedagem; de *locadores*: de pastagem temporária, durante as duas fases de traslado, de acomodação, e outros eventuais; de tal forma, que esse complexo, adquire a configuração de uma rede ampla e complexa, que não pode, porém, ser explicada pela noção tradicional de clientelismo, e sim, por interesses de *freguesia*, por situações e relações de mercado. E, além destas, se conjugam com as alternativas das indústrias artesanais correlatas, como as produções "domésticas" de queijo e manteiga, produtos que eram, com freqüência enviados também ao consumo do centro, utilizando-se dos condutores das boiadas, ou de tropeiros específicos, no mesmo trajeto mercantil da indústria de engorda.

Todos os segmentos acima sugeridos acoplam uma certa "*fidelidade*"[216], fundada no interesse, em suas relações de freguesia. O comissário é "fiel" ao invernista fornecedor, e este ao comissário na condição de mútua e preferencial freguesia, o que quer dizer que há uma correspondência de interesses entre ambos que se procura cultivar e ampliar, cuja ruptura deve ser evitada; o mesmo se repetindo nas articulações entre o comissário e o marchand, assim como nas pequenas articulações, de que poderiam ser citados inúmeros exemplos, bastando lembrar a do invernista com seus capatazes, destes aos seleiros, aos hospedeiros do trajeto de traslado da boiada, e assim por diante até o frigorífico. Portanto, não há aqui uma relação-tipo de "coronelismo" ou "mandonismo", e sim de *freguesia*, a qual, por sua vez, se funda em fidelidade mútua, o que faz absoluto sentido, pois entre ambos, havendo interesses e garantias recíprocas, inclusive na atenção e no trato, se instaura um misto de confiança e

[215] BRAUDEL, (1998): na tradução de Telma Costa. p. 199. Esta frase, com pequena variedade de tradução, foi também citada por Pedro Tosi, op. cit., p. 99.

[216] A noção de "fidelidade" será discutida mais à frente, levando-se em conta o conceito de "lealtades primordiales", segundo a abordagem de Hamza Alavi, e outros .

tradição: não interessa a nenhum dos lados *perder o negócio*, ou o freguês, como aliás, em qualquer situação de mercado – o olhar posto no dinheiro que se ganha ou que se perde, porque este é capital, mesmo dissimulado na forma de objetos ou serviços, respaldado na maioria das vezes pelas únicas garantias possíveis, a confiança, a fidelidade e a lealdade não induzidas.

> "Mas o dinheiro que anda de mão em mão, que estimula a troca, paga os aluguéis, as rendas, os rendimentos, os lucros, os salários – esse dinheiro que entra nos circuitos, força-lhes as portas, acelera-lhes a velocidade, esse dinheiro é um bem capital. Só é lançado para regressar a seu ponto de partida. David Hume tem razão em dizer que o dinheiro é "um poder de mando sobre o trabalho e os bens". (BRAUDEL, cit. p. 209).

Tudo indica, portanto, que entre os *principais* e os demais componentes da nucleação, inclusive nas fases críticas do processo eleitoral, tenham sido comuns as formas de adesão espontânea, amparadas pela relação de freguesia, tal como acontecia em Passos, no caso da "*nucleação lavourista*", como se pode deduzir de situações narradas em algumas entrevistas:

> "... no tempo em que meu tio engordava boi nas invernadas do pé da serra, ele contava; ele acertava com o dono do pasto e tocava o gado até lá, tudo assim, de prosa, num tinha papele não, era na base da confiança; que um era fregueis do outro, já de muito; óia, vou contar procê: quando fechava um negócio de vulto, arrancava um fio da barba e dava pro outro, aquilo valia mais que qualquer dicumento". (José Balbino de Oliveira, entrevistado em 15-08-71, domingo, nos Campos).

> "... quer dizer que o padrim era home de munto dinheiro; engordava boiada de mais de 500 boi; e era home simples, num tinha arrogança, não; entrava na tapera de quarqué um de nóis, sentava no banco de pau e proseava, gostava de ouvir causo que a gente contava, coisa de roça mesmo... e ficava ali, inté a Chiquinha passar o café no mancebo, mode tomar quentinho, de primera mão; (...) quando se meteu na pulítica, sumia uns tempo pro comércio [cidade], deixava a roça pro conta do fio lá dele; mas nunca intimava ninguém pra votá, só fazia questã da gente tirá o tito, os papé, mode votá. Nóis num sabia lê nem escrevê, aprendeu assim a rabiscá o nome; ele mandava a siá Zéia ensiná. Mas tamém num carecia de intimá ninguém, que todo mundo seguia ele, pro mode que todo mundo confiava nele..." (Francisco Juvêncio da Silva, retireiro, entrevistado em 18-08-71, na roça).

Também é compreensível que, na prática, essas diferentes situações de adesão viessem a favorecer os *principais*, aqueles cujos negócios fossem de maior amplitude, de maior freqüência e de maior rendimento, em termos dos interesses capitalistas dos respectivos pares. É também plausível supor, como padrão, que as relações de freguesia expressas politicamente por suas variáveis de adesão tenham sido o fator comum de coesão interna nas diferentes nucleações. É o que permite compreender o papel desempenhado pelos *principais* no interior da nucleação lavourista passense, como os irmãos Neca e Chico Medeiros. Ambos eram

chamados de "coronéis", mas a predominância que porventura tiveram na nucleação, não decorria do título – cujas patentes nem se sabe se realmente tiveram –, mas da condição de "*principais*", da concentração de capital que detinham, oriundo da circulação, em cuja malha todos se prendiam.

> "Neste caso, não é apenas a hierarquia social que reserva a 5% de privilegiados (...) as altas rendas e a possibilidade de poupar; é a estrutura econômica e técnica que condena certos setores – particularmente a produção "industrial" e agrícola – a uma pequena formação de capital. Sendo assim, não é de admirar que o capitalismo do passado tenha sido mercantil, que tenha reservado o melhor do seu esforço e dos seus investimentos à "esfera da circulação". A análise setorial da vida econômica (...) justifica sem ambigüidade a escolha capitalista e suas razões". (BRAUDEL, cit., p. 215).

O fato é que a nucleação lavourista era composta por uma população diversificada oriunda de segmentos econômicos e sociais diversos, porém, numericamente significativa. Além disto, a coesão interna dada pelas relações de freguesia coibia de alguma forma o "autoritarismo interno" desses principais, anulando, até certo ponto, os efeitos deletérios da hierarquização. Isto favorecia o seu crescimento e sua consolidação, otimizando o seu desempenho político. A amplitude e a coesão interna tornaram possível que a nucleação dos lavouristas de Passos vencesse as eleições do ano de 1904, colocando Neca Medeiros na presidência da Câmara e, como tal, no exercício da Agência Executiva.

Aqui, o simples enunciado convida a oposição: vencer significa a existência do adversário. Em decorrência, a conclusão óbvia: a *oposição* também devia se configurar como uma *nucleação*, porém, divergente. Divergência que não poderia estar no sistema unificador interno – o complexo das relações de freguesia – pois, do contrário existiriam dois modos diferentes de organizar a economia: com ou sem a malha de mercado, já que este implica a existência de tais relações. Ora, isto só seria possível caso essa segunda nucleação se organizasse exclusivamente em torno de interesses religiosos ou místicos, onde nem mesmo a possibilidade de trocas existisse. A história mostra, ao contrário, que até nos casos mais extremos, os chamados movimentos messiânicos ou milenaristas[217], não conseguiram passar ao largo das tramas do mercado[218].

---

[217] No Brasil, os movimentos messiânicos e milenaristas podem ser estudados nas obras de: CABRAL, 1960 (especialmente as partes II e III); CUNHA, 1999; FACÓ, 1963; LOURENÇO FILHO, Manoel .B. 3ª. ed., sem data; GALVÃO, 1994; QUEIROZ, 1965; ROMEIRO, 2001, especialmente os capítulos II, III e IV; MONTEIRO, 1974; MORAES, 1973; uma antologia importante é a de OSSIO, 1973; sobre o milenarismo

É algo tão óbvio, que não adianta querer avançar a reflexão por este caminho. Há que buscar a gênese dessa oposição em outra vereda analítica, à margem da economia de abastecimento, que acabamos de percorrer, ou talvez por ela mesma, mas em outra direção. Antes, convém voltar ao quadro mais abrangente dos primeiros anos de consolidação do sistema-mundo republicano, nos limites da nação brasileira. Passando ao largo da crise que envolvia o corredor de exportação e os desalinhos do Estado, já vimos que o setor da pecuária manteve a sua integridade, em termos do abastecimento do centro urbano e operacional do sistema, cingindo às ilhargas do mercado as nucleações geradoras do *gado de abate*, que forneciam, além da carne, matérias primas industrializáveis, de forma artesanal ou não, como couros e sebos; e do *gado de cria*, para o abastecimento de leite e produtos derivados, cuja industrialização, mesmo no perfil artesanal, sempre encontrou o caminho das trocas.

O estudo de TOSI[219], para a região de Franca, que envolve parcialmente o Sudoeste de Minas é exemplar,. Aliás, para destaque de Braudel – que é, ainda hoje, o estudo basilar para a compreensão dessas gelatinosas e metamórficas atividades produtivas do campo, capazes de alterar as suas próprias ordenações em função do emaranhado das trocas –, Tosi emoldura no pórtico de seu capitulo II, a observação braudeliana, que tomamos a liberdade de reproduzir "*in totum*", pela intervenção que fizemos no final: "*Mas observador retrospectivo que é, o historiador esbarra com obstáculos se quiser começar pela produção, domínio confuso, mal referenciável e ainda insuficientemente inventariado. A circulação, pelo contrário, tem a vantagem de ser de fácil observação. Tudo aí mexe e assinala seus movimentos. O barulho dos mercados chega sem engano até os nossos ouvidos. Posso, sem fanfarronice, reencontrar os negociantes mercadores e revendedores na praça...*" E poderíamos aqui, substituir a frase final de Braudel[220], para concluir o raciocínio: "*... na praça da Candelária ou na Mauá do Rio de Janeiro; na praça da Sé ou do Trianon de São Paulo, na praça Barão de Franca, ou no Largo da Matriz, em Passos, há cem anos atrás...*"

---

europeu, há a excelente síntese de COHN, 1981. E, claro, na literatura, o maravilhoso **Romance da Pedra do Reino e do príncipe do vai e volta**, de Ariano Suassuna!

[218] Pode-se lembrar, a título meramente ilustrativo, que mesmo a população católica de uma comunidade se encaixa na categoria de *fregueses* do pasto espiritual, em troca do qual, paga-se o *dízimo*; além disso, a própria estrutura paroquial, desde os tempos mais remotos, se organizava a partir das suas "*freguesias*".

[219] TOSI, 2003 especialmente os capítulos II e III, (2003, pp. 59-138).

[220] BRAUDEL, 1998, Tradução Telma Costa, volume. 2, Os jogos das trocas, p. 12.

Esse estudo revela a fresta por onde podemos vislumbrar nucleações diferentes das formadas em bases da economia agro-pecuária. Estudos clássicos e recentes já demonstraram que, na Primeira República, capitais acumulados na exportação e concentrados principalmente na cafeicultura, encontraram atrativos suficientes no processo de industrialização, com a liderança absoluta de São Paulo. Os estudos do chamado "grupo Cepalino", enfatizavam a necessidade de um modelo de "*crescimento interno*", segundo Celso Furtado, (1971), a criação de "*dinamismo próprio*", na opinião de Maria da Conceição Tavares, (1972) ou os "pré-requisitos" preconizados por Fernando Henrique Cardoso:

> "O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista (...) estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário-industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial" [221].

João Manuel Cardoso de Mello, colocado diante dos paradigmas cepalinos, argumenta que a substituição de importações, se deu no nível ainda não "plenamente" capitalista (não absorveu a produção de bens de capital), ficando ancorada na "produção de bens de consumo", ou seja, a constituição de um processo de industrialização interna teria que se dar em duas fases, sendo essa primeira, que ele chamou de "*industrialização extensiva*", a que caracterizou os tempos iniciais da República:

> "... na primeira, a de industrialização extensiva, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital e, mesmo, de bens de consumo duráveis "leves", produzindo-se um alargamento de capital, com uso abundante de mão-de-bra e expansão horizontal do mercado..." [222]

O primeiro corolário desse fenômeno, e tão antigo como o próprio, foi a tessitura de novas redes de mercado, sem as quais, o capitalismo definharia e murcharia como uma planta, sem possibilidade de fincar no solo suas raízes ou de erguer no espaço seus caules e suas ramagens. Não importa se caules e ramagens sejam frágeis e mesquinhas nas suas dimensões: nutrindo-se dos ganhos proporcionados pelo capitalismo, no nível na circulação, se tornarão certamente sólidos arvoredos. Esta imagem, algo lírica, contém o esboço do que foi a

---

[221] CARDOSO, 1969, pp. 188-189, citado por MELLO, op. cit, p. 99.

[222] MELLO, 1986, p. 93.

construção desses novos eixos de circulação, que atrelavam novas indústrias, novos produtos, e novos pólos de troca e consumo, como já destacara Wilson Cano [223]:

> "Esses dados revelam, evidentemente, uma crescente integração do mercado nacional, com predominância crescente da economia paulista; essa integração, entretanto, é, ao mesmo tempo, reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do país, aumentam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural do comércio típica de "centro-periferia" (idem, p. 235). Tomada a média do período 1909-1911 as exportações paulistas de produtos manufaturados (exclusive alimentos industrializados) para o resto do país eram 75% superiores em valor, ao total similar importado do resto do país por São Paulo" p. 236).

A detalhada análise de Wilson Cano, amparada por extensos dados estatísticos, continua sendo uma referência indispensável para se entender as nuances dessa "*expansão horizontal do mercado*" referida por Cardoso Mello. Uma intensa malha de mercado já existia desde o império, mas, em relação às regiões interioranas como o sudoeste de Minas, se baseava em produtos importados ou produzidos no Rio de Janeiro; este quadro será rapidamente alterado a partir da República, com a penetração gradativa dos produtos industriais paulistas, especialmente no âmbito dos "bens de consumo", coerentemente com as opiniões de Mello e de Cano, já citados. Este deslocamento levará a uma reordenação do comércio passense, e conseqüentemente à formação de uma nucleação com características próprias, em posição antagônica à dos "lavouristas", como pretendemos demonstrar.

Utilizando, comparativamente, as Tabelas 26 e 29 apresentadas Wilson Cano (op. cit., p. 221 e 241), para demonstrar os índices de "*concentração do capital empregado na Industria de Transformação*" de estabelecimentos paulistas com capital igual ou superior a 1.000 contos (em 1907) e a 4.000 contos (em 1929), encontramos indícios que ajudam a desvendar certas características da malha de mercado que se estabeleceu entre a região de Passos e a produção industrial de São Paulo. A hipótese é de que essa expansão dos índices de "exportação" da indústria paulista para as regionalidades limítrofes, tenha sido fator decisivo na formação de nucleações baseadas em atividades comerciais, principalmente urbanas, diferenciadas das anteriores.

---

[223] CANO, 1977, p. 236.

Na inexistência de registros estatísticos, e nem mesmo de testemunhos pormenorizados da oralidade, que permitissem detalhamento de dados, pareceu-nos, metodologicamente, necessário proceder a uma categorização dos *produtos importados*", através de sua procedência, para, em seguida, utilizando os anúncios e referências do comércio passense, chegar, direta ou indiretamente, ao perfil de seus proprietários, e com isto, à nucleação pretendida.

A pluralidade de produtos que vinham de fora, mas que sustentavam o comércio local permitindo a acumulação de capital pelos negociantes passenses, pode ser agrupada, grosso modo, em 5 categorias: *Primeira*: aço, ferro, cimento, cal[224], vidros; *Segunda*: querosene, produtos farmacêuticos, fósforo, pólvora[225], enxofre[226], e outros produtos químicos; *Terceira*: vestuário, tecidos finos, chapéus, produtos de toucador, perfumaria, sabões, pentes; sapatos finos, botas, galochas e capas impermeáveis, guarda-chuvas, sombrinhas, e outros; *Quarta*: produtos de copa e cozinha, farinha de trigo, sal, talheres, louças, bebidas finas, sardinhas, cerveja, incluindo alimentos industrializados, como bolachas, macarrão, e outros; *Quinta*: artigos de escrituração, livros, penas, tinteiros e tintas, mata-borrões, papel, borracha, imagens e estampas, cigarros, e outros.

Compulsando então os consolidados feitos a partir das Tabelas de Wilson Cano, podemos chegar à dedução, não muito segura, mas pelo menos plausível, de que desse elenco de produtos, o Rio de Janeiro ainda detinha uma fatia considerável do fornecimento, especialmente dos "importados" provenientes da Europa, como os vinhos da França e do Porto, as sedas e os tecidos finos, a perfumaria francesa, talheres e louças inglesas, entre outros, mas já dividia com São Paulo, o fornecimento de maquinário, ferramentaria e instrumentos diversos, oriundos de importação ou de produção local. A indústria paulista, porém, mais ou menos rapidamente preenche os "espaços vazios" com o abastecimento de "bens de consumo", que passara a produzir.

São poucas as fontes que nos permitem avaliar o impacto dessa produção sobre o comércio passense: resumem-se ao Almanack de 1898, organizado por Hilarino Moraes e a

---

[224] A cal logo deixou de importada de São Paulo, com o desenvolvimento das caieiras do "córrego do ferro", hoje Itaú de Minas.

[225] Inicialmente importada, logo passou a ser produzida pelos "pirotécnicos" locais, fabricantes de fogos, cuja presença já está consignada no Almanack, de 1898.

[226] O enxofre era muito utilizado na eliminação de formigueiros, sendo o "tirador de formigas" uma função pública em geral mantida pelos cofres da Câmara.

um exemplar do "Comércio e Lavoura", de 28 de julho de 1901. Mas, a variedade de anúncios, principalmente no Almanack, autoriza que formemos um quadro de referência, mais ou menos nítido, embora restrito, através de meros "**anúncios**" das firmas e produtos neles veiculados. Considerando que ambos se situam praticamente na "virada do século", é significativo que ali apareçam ofertas de "produtos importados" com "*aceite de consignação para o café do sul de Minas*"[227]; de "*serviços de "comissários*"[228]. Para uma visão geral do "mostruário" carioca, dois anúncios são suficientes, pela amplitude de suas ofertas:

> "**A TROMPA DE OURO, de C. COELHO DE BARROS & COMP**. Rua de Gonçalves Dias, 22. RIO DE JANEIRO. Grande officina de instrumentos de música e seus accessórios. Cutelaria. Completo sortimento de Thesouras, Navalhas, Machinas de cortar cabello, Fundas para quebraduras, suspensórios para testículos, meias elásticas para varizes. Sterelisadores de leite, Mamadeiras, Tira-leite, Thermometros para febre, Irrigadores de diversos fabricantes, para injecções, Seringas de jacto continuo e muitas mais miudezas. Grande officina de cutelaria a vapor. Completo sortimento de pince-nez e óculos para todas as vistas, Binóculos para theatro, campo e marinha. Imagens: bonito e variado sortimento de Imagens de todas as invocações, Oratórios e mais objectos pertencentes ao culto Divino". (Almanack, 1898, p. 190).
>
> "**COMPANHIA BRAZILEIRA DE PAPEIS PINTADOS**. Praia de S. Christovão, 59-61. RIO DE JANEIRO. Grande fábrica a vapor de papéis pintados. Esta fabrica acha-se completamente montada com todos os machinismos modernos, podendo rivalisar com as melhores estrangeiras em papeis pintados simples, dourados, envernisados, etc. etc. Envia collecções d'amostras para qualquer localidade para os negociantes que quizerem negociar n'este artigo; é já muito conhecida nos diversos Estados, fazendo grandes descontos para revendedores". (Almanack, 1898, p. 188).

Mas a hegemonia do Rio de Janeiro já estava sendo derrubada por São Paulo, nessa mesma época. Os dados publicitários do Almanack de 1898 apontam para essa reordenação do mercado: os anúncios de São Paulo predominam não só numericamente, mas pela variedade de produtos e firmas. Vale a pena correr os olhos por alguns desses anúncios, que revelam os principais produtos importados de São Paulo, pelos os comerciantes passenses:

---

[227] O que é evidência de um "corredor de mão dupla", que absorvia também a produção local.

[228] "**ANTONIO FERREIRA PINTO**. Commissario de gado. Escriptorio em Santa Cruz. Succursal em Bem Fica. (Ponto de embarque de gado). Dispondo de grandes relações na praça, conta merecer de seus amigos e patrícios a continuação de suas ordens, pois esmerar-se-á em servil-os". (Comércio e Lavoura, 28-07-1901, p. 4). "**FONSECA COSTA E C**. Casa Importadora de Fazendas. Commissões de Café e mais gêneros de produção nacional. Rua do Hospício, 31. Rio de Janeiro" (idem). "**FERNANDES BRAVO & C**. Importação de Fazendas. Attendendo às muitas solicitações dos seus numerosos freguezes, recebem café e mais gêneros a consignação, pois que tem pessoal habilitado. Rua da Quitanda, 133. Rio de Janeiro. COMMISSÕES E CONSIGNAÇÕES" (idem)."**ARBUCKLE & C**. Exportadores de Café. Rio de Janeiro. Compram toda e qualquer quantidade de café em côco ou limpo, pagando o preço do mercado. Pagamentos à vista" (idem).

a) na categoria de ferragens e materiais de construção, **AZEVEDO, BUENO & COMP**. Importadores. "Completo sortimento de ferragens e materiaes para Construcções. Proprietários da Serraria Central. Deposito variado de madeiras do Paiz e Estrangeiras" (Almanack, 1898, p. 199); **CASTRO**, premiado na exposição de S. Paulo em 1885. "Acceitam-se encommendas do Interior". (idem, p. 193).

b) no setor de produtos químicos, **DROGARIA J. AMARANTE & COMP**. - "Importação directa dos principaes fabricantes nacionaes e estrangeiros. Todas as drogas, productos chimicos e pharmaceuticos de primeira qualidade. Águas mineraes naturaes de todas as fontes. Vasilhames e Utensílios" (idem, p. 184), e **PHARMACIA SÃO JOÃO** - "Mata Piolhos e Lêndeas preparado por GENOFRE. Remédio infallível, extincção rápida e garantida. Mata completamente em menos de suas horas. Vidro 1$000. Se não matar, restitue-se o dinheiro. Vendem-se também as infallíveis pilulas e injecção anti-gonorrheicas, e o peitoral balsâmico do Pharmaceutico GENOFRE, poderoso específico contra tosses". (idem, p. 196);

c) no setor de vestuário e armarinhos: **CHAPELARIA PORTUENSE**. "Esta antiga e acreditada chapelaria tem sempre grande sortimento de Chapéos nacionaes e estrangeiros, Inglezes de Pitt e Christys, Franceses de Leduc, comprados directamente, escolhidos a capricho. Tem Chapéos de Padre, Cartolas, Clak para casamento, Guarda-chuvas, Bengalas e Gravatas. Malas para viagem, chapéos de palha, grande variedade, tudo por preços muito resumidos e com muita seriedade. Vendas por atacado e a varejo". (idem, p. 195); **CASA IMPORTADORA MIRTIL DEUTSCH & COMP**. "Jóias, Brilhantes e Pedras preciosas. Objetos de Prata e de Meta. Artigos de Phantasia. Relógios das melhores fabricas. Preços sem competência" (sic). (idem, 1898, p. 198).

d) no setor de bebidas: **IGNACIO TAGLIAVIA** - "Marsala Florio, este vinho de sobremesa introduzido no Brazil desde alguns annos é considerado em toda a Europa superior aos mais finos vinhos do Porto e Madeira. Todas as celebridades medicas prescrevem o Marsala Florio, como vinho mais reconstituinte para os doentes. Vende-se em todo o Brazil nas Casas de Seccos e Molhados, Confeitarias, Vendas, Restaurantes, Pharmacias e Drogarias. Único Introductor no Brazil". (idem, p. 197); **ANTARCTICA PAULISTA** - "Grande fabrica de cerveja e gelo em Água Branca". (idem, 1898, p. 194).

e) no setor de vidros e papelaria: **CONRADO SORGENICHT & C**. – "Vidros gravados, mousselina e opacos. Papéis pintados, nacionais e estrangeiros. Espelhos, Molduras, Vidros para vidraças e vitrinas. Gravuras Estampas, oleographias. Deposito de Vernizes de Conrad. W. Schmidt, London." (idem, p. 196). **A INDUSTRIAL DE S. PAULO** – "Typographia a vapor. Papelaria. Artigos de Escriptório. Encadernação-pautação. Fabrica de livros em branco. Carimbos de Borracha.

Clichês em xilographia. Photozincographia e Galvanoplástica. Fabrica de Phosforos de Segurança. Fabrica de Tecido". (idem, p. 192).

Naturalmente, que esta não é uma análise quantitativa rigorosa: a preocupação não é a de estabelecer indicadores de volumes dos produtos comercializados ou das taxas de concentração e acumulação de capital; a preocupação é de confirmar um fluxo modernizador do comércio, de mão-dupla, que nos permita configurar a formação de um setor específico da economia passense, dentro do qual, os comerciantes tenham se agrupados, a partir de certas similitudes de interesse e de atuação. Ora, a entrada de produtos paulistas só se daria na medida em que o capital financeiro acumulado pelo comércio passense, ou a existência de matérias primas ou produtos artesanais locais em suas mãos, pudessem custear tais "importações". Por um lado, isto significaria um conjunto de comerciantes "enriquecidos", ou pelo menos, com capital de giro disponível para o negócio; por outro, que pudessem absorver a produção artesanal ou de matérias primas geradas no setor agro-pecuário e pequenas indústrias de transformação, domésticas ou não. É justamente esse último caminho que está literalmente confirmado pelo seguinte anúncio, no Almanack de 1898: ***"LEITERIA PEREIRA", de Costa Pereira & Hermosilla****. Recebe em consignação, do Estado de Minas: Queijos, Requeijões, Manteiga fresca e salgada. Casa de 1ª Ordem em S. PAULO. Rua do Rozario, n. 14*". (p. 195).

Quanto à movimentação do dinheiro ou dos créditos, encontramos no mesmo Almanack, a confirmação da existência de firmas paulistas especializadas na gestão dessas movimentações, conforme se depreende da curiosa oferta: "***NAZARETH, VELASCO & COMP****. Rua Moreira César, 33B (Antiga São Bento). Descontos, cobrança de títulos por conta de terceiros, depósitos em conta corrente e a prazo fixo. SAQUES (...) Remessas de Dinheiro. (...) Compram e vendem moedas de todos os paizes.*" (cit., p. 199).

Para concluir esta escalada pelos patamares da publicidade, chama a atenção que na mesma página do jornal Comércio e Lavoura, apareça o anúncio de uma firma da cidade de Franca, intimamente relacionada à clientela ruralista, o que sugere que Franca de alguma forma, já representava uma alternativa de suprimento dos "negócios" e "negociantes" de Passos. Trata-se da firma: "***CARLOS PACHECO & COMP****. Com casa de couros, arreios e uma bem montada sellaria na Rua Cônego Rosa. FRANCA*". (Comércio e Lavoura, 28-07-1901, p. 4). Este empresário mereceu o minucioso estudo de Pedro Tosi, que lhe esmiuçou,

com precisão cirúrgica, a trajetória comercial e as ramificações industriais, inclusive o processo falimentar, mas acima de tudo, a sua atuação pioneira no desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista francana. (cf. TOSI, 2003, capítulo IV, pp. 139-191).

Este outro escoadouro das trocas entre São Paulo e Minas já foi também evocada por Lélio de Oliveira[229], que igualmente confirma a importância da ligação de Franca com São Paulo, favorecida pela ferrovia, ampliando sensivelmente as alternativas comerciais. É significativo, por exemplo, que a munição utilizada pela polícia no conflito do Fórum tenha sido buscada justamente em Franca, conforme informam os autos do processo; e que, num jornal passense, de 1901, haja propaganda de casas comerciais de Franca.

Lélio de Oliveira tem absoluta razão quando confirma não apenas a importância desses novos corredores interligando os mercados do sudoeste de Minas, mas a sua longevidade: "*a tradição das ligações comerciais com outras praças distantes ficou fortalecida durante os últimos decênios do século passado*" (OLIVEIRA, 1997, p. 67), o que representava desde então uma alternativa importante para a região de Passos, que passava a ter, através de Franca, acesso ao fornecimento de grande variedade de produtos, num percurso bem menor, como denota a frase que toma emprestado a Naldi: "*Geralmente, os comerciantes estabelecidos em Franca tinham ligações com a praça de São Paulo, onde estava localizado o maior número de seus fornecedores, e também as praças do Rio de Janeiro, Campinas, Ribeirão Preto, Itajubá, Pedregulho, Cássia e outras*" (NALDI, 1988, p. 46, apud OLIVEIRA, op. cit),:

Anúncios são anúncios! "Les merveilleux affiches", como dizem os franceses. Podem ser enganosos ou exagerados quanto às qualidades de seus produtos ou a excelência de suas empresas; mas, no fundo, não podem negar a existência das mesmas, que justamente confirmam. Em suma, o comércio de exportação e importação entre regionalidades de nossa economia-mundo brasileira, constrói seus próprios "corredores". Não é, inicialmente, a intensidade do fluxo de mercadorias pelas malhas das trocas que nos interessa aqui; são os próprios "jogos das trocas", como já alertava Braudel. Jogos que só se viabilizam pelo emaranhado dos "corredores", das vias, dos caminhos percorridos por produtos, mas também pelo emaranhado dos negociantes que os praticam.

---

[229] OLIVEIRA, 1997, no pormenorizado capítulo II de seu livro,

No caso que aqui analisamos, o corredor mercantil da "industria de engorda de gado", como vimos anteriormente, tinha a sua própria rota: a boiada seguia pelos seus cascos até Três Corações e daí, embarcados, até Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Este "corredor" trazia de volta os viajantes, os representantes e os produtos importados do Rio. Esta era a configuração hegemônica dos "jogos" até às últimas décadas do Império. E devem ter mantido a sua importância pelo menos até 1920, pois o Álbum de Passos, realizado por Elpídio Vasconcelos, dedicou página dupla aos "viajantes" que faziam a praça, indicando seus nomes as firmas que representam, e sua localização: Antonio Seppas, representante e sócio de *José* de *Vieira Chaves e Cia*; Antonio Machado, de *Machado Gama e Cia.*; Aristides Carvalho, de *Lyra e Cia*. Todas do Rio.

No início da República, porém, já existiam indícios de uma nova malha e, portanto, de um novo *corredor*, desta vez orientado para São Paulo. Assim, entre os viajantes contemplados no Álbum citado acima, comparecem, de São Paulo: Joaquim Loureiro, representante de *Augusto Rodrigues e Cia*. São Paulo; Francisco Riccioni, representante de *diversas casas de S. Paulo*; Quintino Ramos, da *Casa Martins Costa e Cia*. São Paulo. E ainda os representantes de Calçado Condor e Maia Costa e Cia (Emannuel Guedes), de ARP e Cia (Lincoln Sallazar), de Capellifício Sernicchio (Romeu Sarti), que com toda probabilidade deviam ser indústrias paulistas.

Mas, não tínhamos a configuração, dessa "rota" propriamente dita. Certamente ela corresponde de alguma forma à noção de "*rota menor*", de Alcir Lenharo[230], ressalvada a sua concepção de "*economia de subsistência*", uma vez que aqui estamos trabalhando com a configuração de uma "*economia de reprodução*". Por onde passava? As entrevistas que realizamos nas décadas de setenta e oitenta poderiam ter esclarecido; mas, por nossa omissão não questionamos, na época, este tipo de problema, e quando os próprios entrevistados se referiam a viagens, não havia concordância entre eles. Portanto, parecia impossível reconstituir o trajeto dos "jogos das trocas" confirmados pelos anúncios com relação a São Paulo.

O ofício do historiador, no entanto, muitas vezes encontra amparo onde menos espera. Assim, lendo o relatório do então Agente Executivo, Jayme Gomes de Souza Lemos (1895-

[230] LENHARO, 1977/78, v. 28, p. 29-49, também citado por Lélio de Oliveira (OLIVEIRA, 1997, p. 15).

1897), chamou-nos a atenção a ocorrência de um surto de "*cólera*", na região, o risco de uma epidemia, o temor da população, as providências, tudo descrito em minúcias pelo executivo:

> "... essa epidemia, depois de ter cerceado centenas ou milhares de vidas preciosas no Valle do Parahyba, (...) appareceu nos municípios limitrophes com o Estado de S. Paulo e estendeu-se até o visinho districto de Santa Cruz das Areias (..) a 24 kilometros desta cidade". E prossegue: "... por elle passando a estrada pela qual fazemos commercio com Jacuhy, Monte Santo, Mococa e a Capital de S. Paulo..." [231] (grifo nosso).

O texto confirma duas coisas: a existência do comércio de que estamos tratando, e o "corredor" pelo qual se realizava, ou seja, através de Mococa, Campinas, Jundiaí, São Paulo [232]. Esse "corredor" ainda era hegemônico por ocasião dos conflitos de 1909, mesmo já tendo a ferrovia chegado em Guaxupé, é certo, e por um trajeto praticamente idêntico ao do antigo "corredor".

Resta saber se, de fato, tais possibilidades encontraram eco na organização do comércio, em Passos, o que poderia ser comprovado pela observação de algumas alterações elementares: a ampliação das bases físicas urbanas com fins comerciais, com o conseqüente aumento de estabelecimentos; a diversificação dos negócios, com a conseqüente ampliação ou modernização das ofertas e do consumo. Contudo, a inexistência de registros detalhados nos órgãos administrativos dificulta sobremaneira a compreensão exata do processo em ambos os casos. As vias disponíveis, apesar de fragmentárias e indiretas, como se verá, talvez nos permitam avaliar certas tendências comprobatórias do desenvolvimento do setor. Um primeiro ponto é mais geral: há indícios de que a dinamização e a amplitude do comércio, em Passos, foram modificadas com a entrada de imigrantes, a partir de 1898-1900, uma vez que já em 1920 praticamente detêm a hegemonia dos principais setores do comércio.

Não cabe aqui discutir a questão da imigração, mas, a necessidade de suprir força de trabalho à cafeicultura capitalista que se desenvolvia em São Paulo, foi equacionada através da imigração subsidiada pelo Estado republicano. Os "excedentes" não absorvidos pela cafeicultura, que dispunham de algum recurso, alternaram para o ramo dos "negócios", o que inclui a implantação de fabriquetas, oficinas, artesanatos de transformação, e, principalmente,

---

[231] LEMOS, 1898, p. 22.

[232] Este trajeto basicamente é o mesmo utilizado pelas rodovias atuais, com exceção do trecho entre Passos e Jacuí, que hoje contorna por São Sebastião do Paraíso até Monte Santo.

aberturas de "*portas de comércio*", aproveitando as oportunidades oferecidas pelo "centro" e pela "periferia" de nosso sistema-mundo brasileiro.

No caso de Passos, quase todos vieram de São Paulo, elegendo portanto a indústria paulistana como principal fornecedor dos produtos a serem comercializados. Isto pode ser deduzido de um exemplo local, o do popularíssimo ambulante "***BENJAMIN ALUAM, "O BARATEIRO****", negociante de fazendas, armarinhos e perfumarias, anunciando pelas ruas: "Aluam, o Barateiro, traz, de* ***São Paulo****, novo sortimento*"(Álbum de Passos, 1920, 167). No conjunto, três fluxos étnicos migratórios ficaram bem definidos no caso de Passos: o de paises europeus não latinos, com destaque para os alemães; o fluxo italiano, e, principalmente, o sírio-libanês. Quase todos iniciaram suas atividades nos primeiros anos da década de 1900-1910, como "***MASSAUD & URIAS****, "negociantes de fazenda, armarinhos, roupas feitas, chapéo de sol e de cabeça, perfumarias, calçado, louças, ferragens, etc"* faziam questão de lembrar que *"... a firma havida sido fundada em 1900*". (Álbum de Passos, 1920, p.173).

Diante deste quadro, a existência de uma nucleação específica, cuja coesão interna proviesse do mesmo tipo de manejo do capital, adquire uma consistência indiscutível. A dificuldade explicativa advém da necessidade de comprovar a existência dessa população de negociantes, disposta a investir seu capital "nos negócios" e obter o retorno em índices de acumulação compatíveis com a reposição dos estoques, a manutenção das atividades, e com a geração de excedentes capazes de justificar uma acumulação atrativa. É constrangedora a exigüidade de documentação com base nas quais se pudessem esclarecer tais hipóteses.

Na ausência de outras, apenas uma fonte documental tornava possível a avaliação do crescimento do setor comercial, com ênfase no urbano: o elenco das práticas oficializadas de extração. Trata-se aqui da série de leis orçamentárias da Câmara de Passos, correspondente aos anos de 1894 a 1909, que nos interessam; a série continua pelos anos seguintes, mas não existe orçamento para o ano de 1910 [233]. As variáveis previstas para as ações extrativas, que, no conjunto, compõem a previsão global de extração do governo municipal, podem ser

[233] Esta falha é perfeitamente explicável. As leis orçamentárias são propostas e aprovadas num ano para o exercício do ano seguinte. Ora, 1909 foi o ano da violência consumada no Fórum, em 26 de setembro, como já é sabido, e que resultou no assassinato do Agente Executivo, Neca Medeiros. Pelas convulsões geradas na organização política e o caráter excepcional das medidas administrativas, não se votou o orçamento para o ano seguinte (1910).

agrupadas de tal maneira que revelem o tecido social de onde seriam extraídas as rendas da municipalidade. É preciso não esquecer que dados de *orçamento* são, em princípio, dados de "*projeções extrativas*". Para avaliações quantitativas que necessitem rigor de valores são, portanto, imprestáveis. Porém, para o caso aqui analisado, em que se busca determinada "*tendência*", podem oferecer informações úteis, principalmente em termos comparativos.

Dentre os itens constantes dos orçamentos, miudamente detalhados por "*resoluções*", "*regulamentos*" e "*tabelas explicativas*", há dois conjuntos de atividades tributáveis, compatíveis com os interesses de extração, que podem lançar algum esclarecimento sobre a formação e consolidação das nucleações: de um lado, o conjunto referido à "economia rural", incorporando três itens: "*indústria de engorda de gado*", "*comercio de gado*", e "abate *de gado para o consumo*". A este conjunto corresponde a nucleação "*lavourista*", já analisada anteriormente. De outro, há o conjunto que se refere ao espaço urbano da economia, ou seja, das atividades comerciais e produtivas aí estabelecidas; são igualmente três os itens principais: "*indústria e profissões*", "*transmissão de propriedade inter-vivos*" e "*predial urbano*". Estes itens parecem adequados. Comparecem no "jogo das trocas" com certa especificidade: correspondem ao capital que circula sob a forma de mercadorias provenientes da "indústria de bens de consumo", para além daquelas que, "*oriundas do campo no campo se trocam*". Neste "comércio", os bens de trabalho, de uso ou de consumo, não são produzidos por indústrias ou artesanatos locais; vêm de longe, por conexões de troca muito mais complexas, onde os negociantes atuam como "capitalistas de mediação"; que é onde exercem as suas práticas acumulativas.

Na ausência de uma tributação específica sobre o "comércio", a hipótese mais razoável era que o item "*indústrias e profissões*" englobasse as atividades comerciais, no orçamento do município, pois é o único item que pode conter a contribuição dos "*armazéns de secos e molhados*", juntamente com "*ferrarias, marcenarias, sapatarias, panificadoras, e outros*" . Esta possibilidade encontrou amparo na própria legislação da época. A Câmara aprovou em 14 de maio de 1892, a Resolução nº 5, contendo o Regulamento nº 2, "*para o lançamento e arrecadação dos impostos de industrias e profissões, predial e de transmissão de propriedade*", que foi sancionado pelo então Agente Executivo, Dr. Francisco da Silveira Gusmão, em 20/05/1892. Quanto às "industrias e profissões", estabelecia o lançamento em três secções, e sua obrigatoriedade, especificando textualmente:

> Art. 13: "Na 1ª. Serão lançados os engenhos, declarando-se os nomes dos proprietários, denominação da fazenda ou sítio a que pertenceram, designação do motor e do fabrico e a quota do imposto". Na 2ª, as "casas de negócio" [grifo nosso]; na 3ª, finalmente, as outras industrias ou profissões, especificando-se, além do nome do contribuinte o logar onde as exerce, a natureza d'estas, os gêneros ou mercadorias de que faz commercio, a classe a que pertencer da tabella A e a taxa do imposto". Art. 14: "Ninguém poderá abrir casa de negócio engenhos, escriptórios, officinas e quaesquer outros estabelecimentos sujeitos a lançamento, sem prévia lecença do Chefe do Executivo, sob a multa de 20$000 " [234].

Aliás, à p. 30, o Regulamento contém uma "*Tabella A" – Das industrias e profissões taxadas na razão dos logares em que são exercidas*", que reproduzimos em fac-símile abaixo, seguida de seus necessários esclarecimentos, os quais não deixam dúvida quanto à abrangência dessa rubrica sobre todo o setor comercial da economia passense.

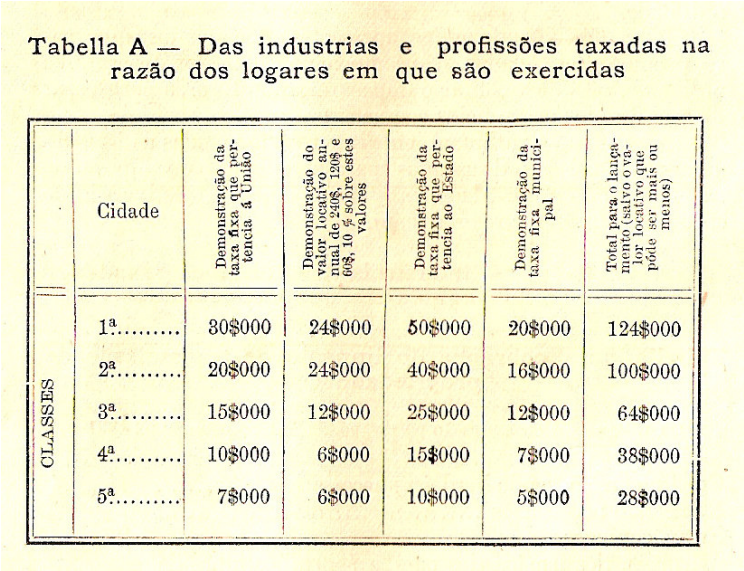


Tabella A — Das industrias e profissões taxadas na razão dos logares em que são exercidas

	Cidade	Demonstração da taxa fixa que pertencia á União	Demonstração do valor locativo annual de 240$, 120$ e 60$, 10 % sobre estes valores	Demonstração da taxa fixa que pertencia ao Estado	Demonstração da taxa fixa municipal	Total para o lançamento (salvo o valor locativo que póde ser mais ou menos)
CLASSES	1ª.....	30$000	24$000	50$000	20$000	124$000
	2ª.....	20$000	24$000	40$000	16$000	100$000
	3ª.....	15$000	12$000	25$000	12$000	64$000
	4ª.....	10$000	6$000	15$000	7$000	38$000
	5ª.....	7$000	6$000	10$000	5$000	28$000

Reprodução fac-similar da Tabela A conforme
publicada no Regulamento da Recebedoria Municipal de Passos
(CMP, 1892, p. 30)

Chama a atenção, inicialmente, a composição do tributo, que incorpora quatro ordens de legitimação da extração, ou seja, são valores decrescentes conforme as "classes", e procedentes de quatro "origens": "*a taxa fixa que pertencia à União*"; "*a taxa de 10% sobre o valor locativo*; "a *taxa fixa que pertencia ao Estado*", e "*a taxa fixa municipal*". Portanto, o exercício da extração municipal foi beneficiado com a incorporação das extrações que correspondiam, antes, ao Centro e à Periferia (Corte e Províncias) do nosso sistema-mundo.

[234] CMCP – Códices avulsos, 1892, p. 20.

Este manejo, politicamente, tendia a consolidar as novas relações entre o Estado e o Municípios, favorecidos pela arrecadação. Mas é importante lembrar que nem o Estado, nem a União abdicaram de suas extrações: elas foram deslocadas para outras formas específicas de coerção e cobrança, que passam a ser discutidas muito mais no plano político do que no econômico.

Essa Tabella vem acompanhada de explicações detalhadas sobre as "*classes*" dos estabelecimentos, para fins de extração. Na 1ª classe, estavam listados os seguintes: "*Fazendas [tecidos]; armarinhos, perfumarias e ferragens. Chapéos, roupas feitas e calçados. Arreios, couros e obras de trança. Louça, porcelana e vidros. Molhados em grande escala e comestíveis estrangeiros. Gêneros do paiz, molhados nacionaes e sal em grosso. Ferragens e artigos para lavoura. Casa de commisões de assucar e aguardente em grosso*". Na 2ª classe, além dos anteriores, ressalvados como "*em pequena escala*", eram listados "*artigos de ferro, cobre,etc, para cozinha*". Na 3ª., entravam ainda "*generos do paiz e bebidas nacionaes*, *freios esporas e mais artigos fabricados no Estado*", enquanto na 4ª., acrescentavam "*gêneros da terra e bebidas nacionaes, ferraduras e cravos, sal a medidas, rapaduras*; e, enfim, na 5ª., "*aguardente a varejo, phosphoros e fumo, velas de sebo, raízes, legumes, etc*." (CMP, 1892, p. 32). Nessa mesma tabela eram ainda arrolados: "*alfaiate com estabelecimento vendendo roupas feitas ou fazendas. Bilhar, vendendo bebidas espirituosas, cigarros, charutos, etc; joalheiros, emprezario de loja de modas, relojoaria e bijouteria; açougues de gado e porcos; barbeiro vendendo perfumarias e miudezas, escriptório de commissões de gado ou negócios não especificados*" (idem, p. 33), e outros.

Portanto, é todo o universo das trocas que está qualificado nos lançamentos como "*industrias e profissões*". Por outro lado, o imposto sobre "*transmissão de propriedade*" recai sobre a movimentação "*intervivos*" dos imóveis urbanos. Trata-se, portanto, de um outro patamar de atividades mercantis, o das "*transações imobiliárias*". Há ainda um "*imposto predial*", que não tem conotação mercantil propriamente, já que é uma "*taxa*" que o proprietário paga sobre o direito *de posse e de uso*. Com pequenas variações introduzidas por leis posteriores, este mecanismo de extração funcionou nas primeiras décadas da República. Nos arquivos do Centro de Memória de Passos, encontram-se pequenas publicações anuais contendo as Leis da Câmara e alguns Relatórios dos Agentes Executivos. A partir destas fontes, foi possível elaborar a tabela seguinte, com recuperação de uma série completa dos orçamentos entre 1894 até 1909 que é o ano de referência de nossa pesquisa.

Tabela (B)

Orça para o ano	Indústria de engorda	Comércio de gado	Gado para consumo	Indústria e Profissões	Transferência propriedade	Predial urbano	Receita Tot.
1894	4:330$000	490$000	300$000	17:235$000	37:800$000	2:055$000	72:012$000
1895	3:500$000	300$000	400$000	19:307$000	39:000$000	3:381$620	77:466$520
1896	3:500$000	100$000	700$000	19:102$000	39:000$000	3:533$320	77:778$220
1897	3:000$000	100$000	1:200$000	19:000$000	39:000$000	3:700$000	78:100$000
1898	3:000$000	100$000	1:320$000	19:000$000	39:000$000	3:800$000	80:950$000
1899	2:600$000	100$000	1:320$000	18:210$000	38:850$000	4:200$000	80:910$000
1900	2:150$000	100$000	1:220$000	18:240$000	32:760$000	4:200$000	72:440$000
1901	2:100$000	100$000	1:200$000	18:000$000	25:000$000	4:400$000	64:430$000
1902	2:975$000	60$000	1:250$000	16:484$000	10:200$000	4:487$000	51:335$500
1903	3:130$000	1:360$000	2:420$000	14:290$000	9:780$000	3:320$000	54:229$000
1904	2:800$000	1:360$000	2:400$000	12:500$000	8:500$000	2:800$000	47:487$000
1905	2:000$000	160$000	1:400$000	11:840$000	8:780$000	1:280$000	41:800$000
1906	3:200$000	1:700$000	1:500$000	15:000$000	12:000$000	10:000$000	60:510$000
1907	4:200$000	100$000	3:000$000	12:500$000	12:000$000	5:000$000	57:780$000
1908	(a)	600$000	6:000$000	19:000$000	12:000$000	4:500$000	82:392$000
1909	(a)	350$000	5:000$000	18:000$000	12:000$000	3:500$000	73:170$000

I

tens de receita segundo os orçamento anuais da Câmara de Passos, (em réis).

Fonte: Leis da Câmara Municipal de Passos, dos anos de 1894 a 1909.
Obs. 01 – Na Lei orçamentária de 1907, foi revogada a lei anterior, extinguindo, assim, a cobrança sobre industria de engorda de gado.

Obs. 02 – Só constam nesta Tabela alguns dos itens tributáveis. Portanto, a soma que se refere ao total do valor de arrecadação do município não corresponde à soma das colunas aqui selecionadas.

Analisando os dados da Tabela (B), constata-se facilmente que o volume predominante da extração pela Câmara, via impostos, vem das duas rubricas "*indústria e profissões*" e "*transferência de propriedade*", portanto das atividades comerciais. Isto fica claro comparando-se a soma dos três itens relacionados à renda de origem fundiária (engorda, comércio e abate de gado) com os valores do item "*indústria e comércio*", e mais ainda com os valores de "*transferência de propriedade*". O que se observa é que os tributos gerados pelo capital aplicado nos lavores da terra não atingem nem a metade dos tributos gerados no circuito das trocas, relação que se mantém mais ou menos constante ao longo de todos os anos analisados. Sabendo-se que a grande capacidade "exportadora" do município residia na sua "pecuária de invernada" ("indústria de engorda"), causa certa estranheza os volumes relativamente "baixos" da extração referente a esse setor. A explicação reside no fato de que a tributação da "engorda" é dada pelo número de reses que entram na "invernada", e não na sua saída. Ora, é justamente quando o rebanho gordo entra no circuito das trocas, que gera a acumulação capitalista para os invernistas, os comissários, os marchandes e, no fim da rota, os abatedouros dos grandes centros, o comércio abastecedor, e, em circunstâncias específicas, a

industrialização e exportação da carne. A extração aplicada ao longo dessa "rota" não é feita pela Câmara.

Voltando aos dados orçamentários, e reordenando a tabela anterior, tomamos apenas os itens "indústria e profissões" e "transferência de propriedade", para analisar a sua participação percentual no conjunto das rendas municipais. Assim, temos na Tabela (B), abaixo, uma configuração significativa: os valores anuais oriundos de "transferência de propriedade" apresentam uma queda constante, muito acentuada nos anos de 1903, 1904 e 1905. Já nos valores de "indústria e profissões", a tendência é a mesma, porém de forma muito mais tênue, dando a entender que a atividade comercial manteve seu crescimento, enquanto as "transações imobiliárias" tenderam à estagnação. Quando se obtém o percentual da participação da soma desses dois itens na receita total, é nítido o decréscimo de 76,4% em 1894, para 41,0% em 1909. Os índices percentuais referentes à participação dos valores relativos a "indústria e comércio", contudo, mantém um discreto aumento de 23,93% em 1894 para 24,6% em 1909, tendo atingido 32,11% em 1902. Isto evidencia sólida estabilidade do setor, sustentada pela existência de uma taxa razoável de crescimento.

Tabela (C)

Orça p/ o ano	Indústria e Profissões	Transferência propriedade	Soma IP + TP	**Receita Total**	% IP+TP s / Total	% IP s / Total
1894	17:235$000	37:800$000	55:035$000	72:012$000	76,40	23,93
1895	19:307$000	39:000$000	58:307$000	77:466$520	75,26	24,92
1896	19:102$000	39:000$000	58:102$000	77:778$220	74,96	24,55
1897	19:000$000	39:000$000	58:000$000	78:100$000	74,26	24,32
1898	19:000$000	39:000$000	58:000$000	80:950$000	71,64	23,47
1899	18:210$000	38:850$000	57:060$000	80:910$000	70,52	25,13
1900	18:240$000	32:760$000	51:000$000	72:440$000	70,40	25,17
1901	18:000$000	25:000$000	43:000$000	64:430$000	66,73	27,93
1902	16:484$000	10:200$000	26:684$000	51:335$500	51,97	32,11
1903	14:290$000	9:780$000	24:070$000	54:229$000	44,38	26,35
1904	12:500$000	8:500$000	21:000$000	47:487$000	44,22	26,32
1905	11:840$000	8:780$000	20:620$000	41:800$000	49,33	28,32
1906	15:000$000	12:000$000	27:000$000	60:510$000	44,62	24,78
1907	12:500$000	12:000$000	24:500$000	57:780$000	42,40	21,63
1908	19:000$000	12:000$000	31:000$000	82:392$000	37,62	23,06
1909	18:000$000	12:000$000	30:000$000	73:170$000	41,00	24,60

Comparativo percentual dos itens Indústria e Profissões
e Transferência de Propriedades na estimativa total orçada (em réis

Fonte: Leis da Câmara Municipal de Passos, dos anos de 1894 a 1909.

Estas observações evidenciam que, segundo os orçamentos da Câmara Municipal, a manutenção do volume da extração depende dos setores do mercado e não de outras fontes de tributação, podendo-se então afirmar que o capital comercial é o verdadeiro suporte econômico-financeiro para o exercício da administração. Ora, esta situação, por outro lado, evidencia que o segmento social vinculado à concentração e acumulação gerada na malha de mercado é hegemônico como potencial extrativo para o governo do município. Isto sustenta a hipótese de que, também neste setor das materialidades, há uma população portadora de identidades comuns, com bases suficientemente sólidas para gerir estratégias políticas, detentora de instrumentos eficientes de "barganha", que certamente eram manejados no interesse de sua própria nucleação informal, a qual, a partir do momento em que movimenta os cordéis políticos, torna-se a "*nucleação governista*". As relações internas que a estruturam não são de fato "*governistas*" e sim "*mercantilistas*", a coesão interna dessa nucleação, porém, se dá pelo conjunto de suas relações externas, ou seja, em função das estratégias políticas, como ficará claro mais à frente.

Quem eram os prováveis componentes dessa nucleação? Que tipo de relações internas mantinha a sua coesão? No conjunto dessas relações, como se hierarquizavam os principais? Enfim, há perguntas que demandam respostas, à semelhança do que fizemos quanto à nucleação lavourista, ou seja, caberiam aqui as noções gerais de "*coronelismo, oligarquia, mandonismo*"? Neste plano, em que sentido não se confundiriam com os "*lavouristas*?

O Almanack publicado em 1898, como boa parte deste tipo de obra, não oferece um perfil realmente global da configuração urbana: não nos dá uma dimensão aproximada do "urbanismo", não esclarece a "dinâmica" da sociedade incluindo suas práticas culturais e tradições, e o elenco de "profissões e indústrias" ali listado fica muito aquém das prováveis estatísticas. Há ainda um outro fator: o editor do referido Almanack pertencia, por sintonia e amizade, ao grupo dos "governistas", o que não confere credibilidade integral às informações ali contidas. Em 1989, quando realizávamos uma série de entrevistas, recebemos de um de nossos entrevistados, o original de uma curiosa relação do "*Eleitorado Lavourista*", elaborada em 1901, onde estão listados 567 nomes, todos masculinos e de maioridade. Comparando-a com os dados do Almanack (1898), percebe-se que dezenas de nomes de fazendeiros, agricultores e criadores citados na lista, não constam da relação do Almanack. Pelo sim, pelo não, os dados ali contidos constituem a única referência que temos sobre o universo do mercado e da produção, mesmo tratando-se de uma simples "listagem". Por ela, ficamos

sabendo, por exemplo, que a cidade contava em 1897 (ano em que foram colhidos os dados), agrupados por categorias:

> a) diretamente vinculados ao meio rural: 72 fazendeiros, agricultores e criadores; 9 "cafelistas" (cafeicultores), 9 engenhos de serra e 11 olarias (que funcionavam nas fazendas), 7 chácaras, onde havia 2 viniculturas e 1 curtume;
>
> b) negociantes estabelecidos: 15 capitalistas, 37 negociantes de molhados; 15 negociantes de fazendas e armarinhos; 3 açougues, 3 farmácias, 1 confeitaria, 10 cortes de suínos;
>
> c) artesãos e prestadores de serviços: 10 marceneiros, 3 funileiros, 10 alfaiates, 1 ferraria a vapor; 3 padarias, 7 selarias, 1 fábrica artesanal de velas; 1 fábrica artesanal de fogos de artifício, 1 ferrador, 1 armador, 4 barbeiros, 4 pintores, 5 modistas, 5 ourives, 3 pirotécnicos, 1 sapateiro, 3 viajantes;
>
> d) prestadores de serviços técnicos especializados: 4 médicos, 1 agrimensor, 3 dentistas, 4 advogados, 8 empreiteiros (construtores);
>
> e) agências e serviços culturais e de lazer: 2 colégios, 6 professores [de primeiras letras], 3 professores de música, 4 professores particulares; 1 agente do correio, 1 hotel e restaurante,e 1 bilhar.

Dos 72 *fazendeiros*, *agricultores* e *criadores* [235] citados no Almanack de 1898, 28 são signatários do *Eleitorado Lavourista* em 1901. São citados ainda 37 nomes de fazendeiros que não aparecem na lista dos eleitores lavouristas; No entanto, 24 desses nomes são reconhecidamente vinculados aos lavouristas [236]. Quanto aos estabelecimentos comerciais, na categoria de "*fazendas e armarinhos*", são citados 15, dos quais apenas 03 são signatários do Eleitorado Lavourista; na categoria de "Molhados", são citados 37 estabelecimentos, dos quais, apenas 8 nomes estão incluídos no eleitorado lavourista. Portanto, o cotejo destes dados mostra que a tendência da categoria social dos negociantes estabelecidos, incluindo muitos artesãos e prestadores de serviços, é de agregação em torno dos mesmos meios e fins, das mesmas práticas e ideologias, e, sobretudo, em torno de ações políticas comuns. Tais são os componentes básicos da *nucleação governista*.

Como comerciantes ou negociantes, como prestadores de serviços, ou como artesãos, esta categoria social se relaciona com os seus compradores ou consumidores,

---

[235] Alguns aparecem também como "*capitalistas*".

[236] Bernardino Borges Vieira, (vários eleitores são indicados como da fazenda de Didino Vieira) e Manoel Vieira; ou dos fazendeiros de Toledos ligados aos troncos citados em peso no eleitorado lavourista: Amélio Lourenço, Antonio Bazílio, Antonio Cândido Maia, Antonio Tolentino de Toledo, Azarias Lourenço de Andrade, Cassiano da Silva Maia, Fernando Júlio da Silveira, Urias Maia da Silveira; ou ainda ligados ao tronco de Neca Querino: João Cardoso Lemos, e Quirino Pereira Cardoso; e, ainda, José Caetano de Barros, irmão do líder João Caetano de Barros, e de Manoel Cardoso Osório, tradicionalmente da mesma liderança.

igualmente por relações de freguesia, como já foi dito, em relação à nucleação lavourista. Uma freguesia talvez diferenciada pelas condições das malhas objetivas das trocas, mas sempre de *freguesia*, de tal maneira, que podemos repetir aqui, *ipsis literis*, o que dissemos da *nucleação lavourista*, páginas atrás: que se funda em fidelidade mútua, o que faz absoluto sentido, pois entre ambos, comerciantes e consumidores, vendedores e compradores, havendo interesses e garantias recíprocas, inclusive na atenção e no trato, se instaura um misto de confiança e tradição: não interessa a nenhum dos lados *perder o negócio*, ou o freguês. Ora, nestes casos, também, tais garantias e interesses recíprocos se convertem em fatores que promovem e garantem a coesão interna, sem obscurecer, antes iluminando, o olhar posto no dinheiro que se ganha ou que se perde, porque este é capital, mesmo que circule em forma de objetos ou serviços, e, como tal, deve estar respaldado fora dos valores materiais, pelas únicas garantias possíveis: a confiança, a fidelidade e a lealdade não induzidas.

Em certo sentido, se as relações de freguesia do lavourismo se concretizavam nas varandas das fazendas, ou às porteiras dos currais, aqui o mesmo tipo de relação se concretiza no balcão. São relações reguladas pelos interesses do negócio. Quando adquirem dimensões políticas, isto é, quando as nucleações atuam politicamente, tudo indica que a coesão das relações internas, também nesta nucleação, se apóia na lógica e na racionalidade da *freguesia*, e não nos atos de dominação, de coronelismo ou de mando, o que só poderia acontecer justamente quando as relações de freguesia não fossem mais competentes para manter a coesão interna das nucleações.

O estudo de Tosi, para a região de Franca, que envolve parcialmente o Sudoeste de Minas é exemplar, especialmente os capítulos II e III, onde a nossa concepção de nucleações encontra amparo, numa

> "... modalidade de hegemonia que não estava circunscrita ao fato de eles serem imediatamente homens que ocupavam os cargos mais destacados de poder pois, mesmo que isso não ocorresse momentaneamente, suas condutas estavam estabelecendo ordenamentos, adequações e relações que estreitavam muito o âmbito em que um articulado contrário pudesse se mover" (TOSI, 2003, p. 59).

Aqui completamos as voltas das espirais que convergem para a existência dessas nucleações, *lavouristas* e *governistas*, detectadas no contexto da história passense, cujos episódios de violência a elas se vinculam por elos diretos ou indiretos. A seguir, tentaremos compreender esses elos, particularmente, os agentes e as condições da violência: afinal, o

confronto entre as nucleações de *lavouristas* e *governistas*, em Passos, foi efetivamente expressão de antagonismos entre oligarquias, através de seus "jaguncismos" e "coronelismos", como a oralidade preservou?

2

A resposta resvala, primeiramente, do exterior para o interior, para as relações internas que estruturam e mantêm a coesão das nucleações, e que sugerimos, um pouco atrás, tratar-se de "*relações de freguesia*". Há que desvendar, aqui, os fios que compõem a malha e o perfil dessas relações, ou, por analogia musical, quais as notas se distribuem sobre a pauta de sua partitura: como se ordenam em arranjos, em acordes de sonoridades ou dissonâncias, o que implica conhecer suas tonalidades, seus timbres, suas intensidades, em que diapasão se afinam.

É evidente que nossa noção de "freguesia" tem que ser despida das contingências vulgares do mercado – aqui não se trata só desse tipo de complementaridade entre quem compra ou vende alguma coisa, que pechincha, que paga, que consome e que repete indefinidamente essa rotina. Tudo isto, sim, mas há algo além: uma relação de reciprocidade também fundada no interesse mútuo, mas de outra natureza. Essa natureza já é bem conhecida da Antropologia e da Sociologia, mas nem sempre é levada em conta pela historiografia, obstinada no positivismo dos fatos, ou no "*documenta dixit*", ou ainda na confiabilidade das maestrias.

Comecemos por lembrar que ninguém está literalmente à margem dessas relações, qualquer que seja o formato sócio-econômico da nucleação a que pertença, ao longo de qualquer tipo de encaminhamento do quotidiano na construção do devir histórico. É no exercício dessas relações que as banalidades são transformadas em sincronias, em adesões indissolúveis da vontade, para além dos signos das "*coisas que se trocam*" e que "*individualizam*" os "*trocadores*", exatamente enquanto "*trocadores de objetos, de moedas, de serviços*. Nesse "além", há outro universo de signos que se colam nas realidades como uma segunda pele, mais deslumbrante, porque seus valores não se esgotam nas friezas do uso: pairam nos atrativos dos símbolos. E é aí, nesse invólucro, que a historiografia precisa bisbilhotar o segredo daquelas três garantias "não induzidas", ditas acima: a confiança, a fidelidade e a lealdade.

Em primeiro lugar, a confiança se estabelece pelo próprio processo da "troca" – entre quem compra ou quem vende, quem pede ou quem dá, quem oferece ou quem recebe –, não importando, pois, se o "objeto" dessa troca é uma coisa ou um serviço, e nem mesmo a sua "valoração", em termos de moeda ou de uso, já que "confiança" é uma categoria que escapa aos sistemas métricos de peso ou de medida, de grandeza ou de volume, ou de quaisquer outras aferições materiais.

A confiança, no fundo, é a confirmação subjetiva de uma experiência de relacionamento que deu certo num certo momento que já é *passado* e que por isto se projeta num *futuro*, numa expectativa, que orienta o *presente*, ou os *presentes* sempre renovados, até que, porventura, a cadeia se quebre. Suas raízes estão, pois, na necessidade ou no desejo de alguém, (a expectativa, a antecipação de um *futuro*), que outro satisfaz. A satisfação desses desejos ou necessidades, avaliada sob o crivo dos juízos de valor dos envolvidos na "troca", se converte em referência indelével para todas as novas necessidades ou desejos: pelo passado o pressente avalizando o futuro, concretizando-se como "certezas" que asseguram certa isonomia entre *parceiros da troca* e *parceiros da história*, oferecendo a ambos seus índices de "confiabilidade".

Tanto faz que sejam necessidades ou desejos oriundos dos diferentes planos: das materialidades, das socialidades, dos arranjos políticos, ou de qualquer outro, em afazeres da roça ou da cidade. Neste sentido, a confiança tende a ser sensivelmente conservadora. E, como tal, induz à fidelidade, por força do hábito. Assim, numa relação de freguesia, "não perder o negócio", como dissemos atrás, está em função da permanência dessas duas atitudes, de confiança e de fidelidade, numa relação de causa e efeito que se reproduz dialeticamente de forma ampliada: uma vai tecendo os laços que a outra amplia e perpetua.

As práticas contábeis, no nível do comércio urbano, talvez possam confirmar, historicamente, essas situações e atitudes. Um sistema contábil capaz de atuar como ordenador dos negócios em "comércios" regionais e interioranos parece não ter sido comum durante a Primeira República. Pelo menos é o que se pode deduzir da ausência de livros de escrituração regular, de instrumentos padronizados de operações de crédito, de registros e balanços sistemáticos das casas comerciais, principalmente dos "armazéns de secos e molhados", embora fossem estes os estabelecimentos predominantes nas pequenas cidades, como a Passos das primeiras décadas republicanas. Apesar disto, havia formas rudimentares

de controle por parte dos comerciantes: as anotações irregulares em folhas avulsas, ou as conhecidas "*cadernetas de deve-haver*".

> "Nessa quadra eu entregava leite, vendia leite na cidade, pro meu pai; levava o latão numa carrocinha, nas porta das casas. Tinha uma caneca de folha, com um cabo comprido assim, uma caneca de um litro. Eu enfia ela no latão e derramava o leite na vasilha da pessoa... Aí eles falavam – e o "chorinho" menino? Tinha de por mais um cadinho... Era o "chorinho", um agrado... E não recebia dinheiro não... meu pai tinha a freguesia certa... meu pai anotava lá num caderno dele. Inté há pouco tempo eu inda tinha um desses cadernos. Depois perdi. Naquele tempo era assim, viu, marcava num caderno, depois a pessoa passava e acertava. Tudo na confiança"[237].
>
> "... nós chegamos aqui pouco antes da guerra [1ª]. Um tio do papai tinha um negócio de molhados, um armazém; Quando a gente vinha no comércio, ia lá no armazém dele. Nóis era menino e ele dava torrão de açúcar batido pra gente comer; o açúcar ficava num caixotão; tinha outros desse, que é onde ficava os mantimentos. Só num deixava a gente mexer nos papéis e nuns cadernos dele, que ficava na mesinha de peroba, assim no canto do armazém. Os fregueis comprava, ele marcava numas tiras de papel escuro; depois ficava um tempão ali, passando aquilo tudo pros cadernos, com uma letrinha miúda, caprichada..."[238]

Estes registros, embora nem sempre sistemáticos, foram citados com bastante freqüência nas entrevistas que realizamos nas décadas de 1970 e 1980, com antigos comerciantes ou seus descendentes; cujas cadernetas preservadas pelas famílias[239] pudemos manusear. A contabilização era muito simples: em geral reservava-se uma página para cada freguês onde as compras eram lançadas na coluna DEVE e os pagamentos ou créditos, na coluna HAVER. Os acertos eram comumente feitos ao final do mês, mas nem sempre significavam a quitação dos débitos. Era freqüente o caso de o devedor "*dar algum valor por conta*", e jogar o restante para o mês seguinte. Também não havia regularidade nos acertos, podendo ser lançado débito ou haver em qualquer dia do mês. Um aspecto importante que poderia ser pesquisado através dessas cadernetas era o das trocas locais: a absorção pelos comerciantes de produtos dos artesanatos locais, rurais ou urbanos, entre os quais os queijos, os doces, legumes e hortaliças, frutas e outras especialidades. Mas, não existem séries completas delas, na comunidade que pesquisamos.

---

237 Ananias Emerenciano Campos. Entrevista gravada em 26-07-76.

238 José Mendes Grilo. Entrevista gravada em 03-06-89.

239 Havia um exemplar de cada e ainda assim incompletos. Foram as seguintes: Vasconcellos & Comp., Francisco Gomes, Pedro Orozimbo, Candido Julio & Comp. Augusto Stockler & Comp., Baptista & Irmão, Gomes & Silva, Henrique Mezencio & Comp. todas constavam do Almanack de 1898, e me foram mostradas por Tio Vasconcelos e José Mendes Grilo.

Isto não invalida, contudo, o fato de que tal sistema só poderia ter existido se houvesse entre compradores e vendedores uma relação de freguesia que contivesse elementos interpessoais de natureza diferente da pura relação econômica. Daí, a certeza de que a precariedade do sistema contábil evidencia que as relações de freguesia no plano das trocas comerciais só se mantinham pela existência de "confianças" e "fidelidades", ou seja, por outra forma de reciprocidade.

Todavia, permanecendo neste nível, não seria possível avançar além da racionalidade ordenadora das relações de troca, nos espaços e nas condições dadas por esta: confiança e fidelidade manteriam a reciprocidade e as relações sociais presas aos balcões dos armazéns, às porteiras dos currais, e a mil e uma situações semelhantes. Ou seja, seria quase impossível deduzir daí qualquer forma solidária de atuação nas esferas políticas, a não ser que se lançasse mão de mecanismos autoritários exógenos. Em outras palavras, confiança e fidelidade não poderiam, por si sós, alicerçar a condição partidária, a unificação de correligionários nas mobilizações eleitorais e políticas de um modo geral. Também não o poderiam em outras situações de interação ideológica, que não vêm ao caso desta análise.

No entanto, há fortes indícios de que a confiança e a fidelidade existentes no âmago mesmo das relações de freguesia se reproduziam para fora das trocas, no chão das socialidades não econômicas. Imbricadas já nas reciprocidades da economia é mais ou menos comum que se imbricassem também nas reciprocidades sociais, culturais e ideológicas, sobretudo nestas. Há situações sobejamente conhecidas, envolvendo comunidades interioranas, de compartimentação social nos convívios de lazer, de celebrações e até mesmo de rituais religiosos.

Em Passos, no recorte temporal desta análise, havia uma sociedade compartimentada em duas; no plano econômico era coisa bem visível, os fregueses dos armazéns de uma, dificilmente compravam nos armazéns da outra; para exemplo, ninguém da nucleação dos "lavouristas" seria freguês da "Pharmácia Vasconcellos", pertencente à nucleação dos "governistas", primeiro porque não teria "confiança" no seu farmacêutico, segundo, porque logicamente não poderia manter qualquer fidelidade a essa freguesia. Mas há outros exemplos: os fiéis da Igreja de Santo Antonio, "*governistas*", não freqüentavam a Matriz do Senhor dos Passos, pastoreada por Mons. João Pedro, cujo nome constava da relação do "Eleitorado Lavourista", acima referida; os músicos "*lavouristas*" da Corporação Musical

Nossa Senhora das Dores (desde 1868), jamais integrariam a Sociedade Musical Santo Antonio, mantida pelos "*governistas*" entre 1897 e 1905. Os "*governistas"* criaram o Ginásio Passense (1898) convertido em Liceu Municipal (1900); os lavouristas boicotaram as matriculas: "*No contexto do Relatório 1901-1904 o Cel. Gomes assegura não haver conseguido imunizá-lo dos azares da política partidária sua e adversários*" (NORONHA, p. 332). Neca Medeiros, lavourista, no começo de sua gestão, iniciada em 1904, extinguiu o Liceu Municipal; mas logo tratou de criar o Grupo Escolar; lançou a pedra fundamental em 1908, mas não o inaugurou, sendo assassinado no Fórum em 1909. A segmentação política é clara, como afirma o autor da monografia histórica: "*Atingimos a passagem do situacionismo Gomes para a oposição. Os partidos já estavam cognominados – Patos e Perus*". (NORONHA, p. 299)

Como no caso de Passos, essas "fronteiras" ideológicas podem ser detectadas na maioria das comunidades interioranas, e tudo indica que em todos os casos revelam segmentações fora das situações de troca, porém, integradas às nucleações, o que nos leva a indagar se elas não são, de alguma forma, decorrência daquele eixo dialético tecido por confianças e fidelidades, presente nas relações de freguesia. A investigação teórica pode ser um pouco complicada, mas necessária. A hipótese mais plausível é de que a fidelidade na freguesia, construída, como se viu, a partir das atitudes de confiança recíproca, acabam por tecer, no exterior das trocas, relações "exógenas" de lealdade. Outro tipo de reciprocidade capaz de construir um sistema de adesão mais amplo, diluído no interior das nucleações, sem, contudo, desfigurá-las; ou, talvez, justamente, estruturando-as. Três linhas de análise podem sintetizar a maior parte das interpretações dadas a esse tipo de reciprocidade.

Hamza Alavi, em trabalho de 1976 [240], publicado conjuntamente com outro de Hobsbawn, aborda a questão das *lealdades primordiais*, no bojo das discussões que então se travavam sobre campesinato, classes camponesas, movimentos rurais. Parte do geral: *"En realidad el campesino há hecho sentir su presencia en el campo de la historia; pero el centro de la valiosa aportación de los historiadores recae en gran parte sobre los momentos dramáticos en que el campesino ha intervenido en la arena de los acontecimientos políticos"*. Depois de fazer uma revisão crítica da metodologia das principais correntes antropológicas, desde o funcionalismo de Radcliffe-Brown (1960), Leach (1966), até a antropologia

[240] ALAVI, 1976, p. 48

econômica, em Shanin,(1972), Wolf (1966, 1969), Nichollas (1963, 1965, 1966, 1968), Bailey (1969), Geertz (1965) e Godelier, (1967), esclarece, à guisa de conclusão, vinculando as lealdades primordiais ao conflito de "facciones" [políticas] e identificando-as em paralelo com as relações de parentesco:

> "Por último, encontramos que el modelo de política faccional de las sociedades campesinas no es un rechazo del modelo del conflicto de clases; ambos representan distintos modos de alineamientos políticos, en distintas condiciones. Además, las lealtades primordiales, tales como las del parentesco, que preceden a las manifestaciones de la solidaridad de clase, no excluyen a estas últimas; más bien median en los procesos políticos complejos mediante los cuales éstas cristalizan"[241] .

Para o autor, esse "modelo faccional" se baseia na existência de grupos, ou movimentos (facções) camponeses, mais ou menos organizados, com fins políticos. As "lealtades" se localizariam no interior dessas "facções"; na verdade, seriam os fatores de agregação ou integração das mesmas. Mas à semelhança das relações de parentesco, essas lealdades seriam relações precursoras da solidariedade de classe, ou seja, dotadas de elementos rudimentares de consciência de classe que lhes permitiriam funcionar como mediadoras nas lutas políticas. Neste sentido, as lealdades só podem ser entendidas como fatores constitutivos da luta de classe. Seria imprudente tentar acoplar esta visão às condições históricas das nucleações que estamos analisando. Mesmo porque as lealdades, no caso passense, não se espraiam como "consciência de classe", não criam formas solidárias classistas, apenas consolidam um tipo especial de solidariedade interpessoal, que leva às nucleações informais e espontâneas, as quais podem, por sua vez, comboiar ações políticas, em situações específicas.

Outra linha de análise já considerada clássica na historiografia brasileira é que permeia a obra de Victor Nunes Leal. Embora não exista ali um tratamento específico das lealdades, é possível pinçar, nas entrelinhas, certas explicações que se aproximam das formulações que estamos perseguindo, ou seja, das relações de lealdade como suporte da coesão interna das nucleações locais. Mas, são explicações que, na verdade, transpõem os limites da própria noção de lealdade, pois resvalam para situações de submissão e não de solidariedade voluntária, e só são compreensíveis na medida em que se aceita a existência do "coronelismo", como o próprio autor indica.

---

[241] HAMZA ALAVI, idem, p. 119.

> "O "coronelismo" assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato de suas propriedades". (LEAL, 1975, p. 56).

Mas, trata-se aí de um coronelismo que se funda em princípios antagônicos: resultado de duas fraquezas que se opõem, mas que se baseiam ambas no princípio da submissão e não da adesão, como supomos que sejam as relações de coesão existentes no interior das nucleações. As próprias nucleações não poderiam surgir de relações de domínio; não teriam a configuração de nucleações e sim de batalhões sob o comando de um coronel. Não é este o perfil que encontramos na realidade passense. Na verdade, esta explicação não consegue resolver o problema da nucleação mercantil, - a dos "governistas" passenses" –, onde não estariam presentes as condições das "fraquezas" antagônicas do coronelismo, citadas acima, *"... dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato de suas propriedades*". As freguesias vinculadas aos comércios urbanos não podem ser encaixadas neste esquema, têm um perfil totalmente diferente, e, no entanto, compõem com os principais as malhas de lealdade que consolidam a sua própria nucleação, dão-lhe coesão, empurram o comboio nas jornadas políticas como infinitas juntas de bois puxando um único carro.

Nunes Leal desenvolve, porém, argumentos que poderiam indicar, ainda que no contexto do "coronelismo"; as brechas teóricas para se compreender a possível existência das lealdades, que aí, também, aparecem vinculadas ao problema da reciprocidade:

> "E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do "coronelismo", que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os "coronéis" que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma o cofre das graças e o poder da desgraça". (LEAL, 1975, p. 43). "A política dos "coronéis" consistia precisamente nesta reciprocidade: carta-branca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado". (p. 88).

"Magotes de eleitores, como tropa de burros" é uma imagem muito forte para se aplicar tanto ao "eleitorado lavourista" listado em Passos, quanto, com mais razão, ao "eleitorado governista". A idéia de um "*eleitor de cabresto*", não se coaduna com as lealdades que estamos discutindo, pois supõe a submissão absoluta dos eleitores, algo como serem "*domados*" e colocados no cabresto, como se faz no amanso de animais não domesticados. Aliás, aqui, é justamente o princípio da domesticação e não da reciprocidade que sustenta a explicação teórica. E, de fato, a domesticação supõe tanto a ignorância quanto a docilidade do

domesticado, fatores que o levariam a lutar "*com o coronel e pelo coronel*", como Leal pontua:

> "Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. (...) O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o "coronel" e pelo "coronel". Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte da nossa organização rural". (LEAL, 1975, p. 25).

No entanto, esta visão está longe de se ajustar às situações históricas aqui analisadas; elas podem corresponder a outros contextos espaciais e temporais, isto é, a outras configurações históricas, como pode ser o caso de regiões do nordeste, onde a figura desse tipo de "coronelismo" tem sido cantada em prosa e em verso [242], e estes cantos talvez entoem uma saga coerente, se forem consideradas as especificidades nordestinas, particularmente quanto à aspereza do clima e do meio ambiente, às exíguas possibilidades da produção de alimento, à concentração da propriedade fundiária, e outras condições. Mas, no caso do Sudoeste de Minas, polarizado a partir da região de Passos, onde a concentração da propriedade não é tão exuberante, mas onde a agricultura e principalmente a pecuária de invernada garantiam os fluxos de acumulação, sem a contrapartida dramática da pauperização, é difícil encontrar apoio à configuração do "coronelismo" exposta acima. E, depois, a existência de duas nucleações, uma congregando o segmento agropecuário da sociedade, ancorado no rural, e outra o segmento comercial e artesanal, incluindo profissionais liberais e outras categorias semelhantes, ancorados no mundo urbano, que se defrontam politicamente, mas até certo ponto se complementam, – pois a malha das trocas impede a compartimentação absoluta – o coronelismo tal como descrito na abordagem anterior não encontra espaço e nem amparo no testemunho dos documentos ou da oralidade, ou de ambos. A discussão destes pontos será ampliada, à frente, quando analisarmos o exercício político das nucleações.

Uma terceira possibilidade teórica é a que se encontra na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que embora mantendo toda a terminologia e basicamente todo o arcabouço histórico, enfatizou laços diferentes, de ordem sociológica e política, que seriam mantenedores do *coronelismo* e do *mandonismo*, como se pode perceber nas duas citações

---

[242] Além da obra de Nunes Leal, pode-se consultar VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto. 1965; FACÓ, 1963; AMORIN, 2000; MORAES, 1973; LUBAMBO, 1940; MÉLO, 1954; LINS, s/d.; MACHADO NETO, 1972. E ainda a literatura de cordel e a literatura regionalista.

seguintes, notando-se que em ambas aponta para a questão da reciprocidade, mas, na segunda a circunscreve ao interior das parentelas.

> "Foi, por isso, que pudemos escrever noutro trabalho [243]: de eleitor para líder político há uma troca de serviços, uma reciprocidade ou contraprestação, semelhante às que regem as relações individuais básicas. E assim, tanto se espera lealdade da parte do eleitor para com o coronel quanto do coronel para com o eleitor." (...) "Numa sociedade em que as relações básicas se haviam sempre regido pela reciprocidade do dom e contradom dentro da parentela, tanto no interior da mesma camada quanto entre camadas de posição socioeconômica diferente, o mesmo modelo se estende ao setor político, no momento em que este ganha amplitude" [244].

A identificação do tipo de reciprocidade é oscilante: de início fala em "reciprocidade ou contraprestação", depois fala em "reciprocidade do dom e contradom". Pode-se entender que a "contraprestação" do primeiro caso seja equivalente ao dom e contradom, e que, portanto, não haveria discrepância de sentido. Todavia, o que chama a atenção é exatamente a segunda identidade, o dom e o contradom. A expressão nos leva imediatamente a Marcel Mauss, cujo magistral "*Essais sur le Don. Forme et raison de l'échange dans les societés archaïques*" [245] já esmiuçava, há décadas, os mistérios dos antagonismos destes termos e das práticas que nomeiam. É evidente aqui a dívida para com Mauss, embora a autora não o cite nem no texto nem na bibliografia. Deixou, portanto, fechadas as portas para que pudéssemos entender o próprio mecanismo da reciprocidade.

No entanto, tudo indica ser pela fresta analítica dos *dons e contradons*, retomados junto com as *lealdades primordiais* de Hamza Alavi, que a reciprocidade aqui enunciada mostre suas entranhas, para nos ajudar no fundo a compreender o fenômeno da coesão interna das nucleações, onde a lealdade parece exercer suas funções de amálgama nas relações recíprocas das pessoas.

Qualquer discussão sobre o Dom, passa hoje pela recente análise de Maurice Godelier[246] que esmiuçou o ensaio de Mauss, discutindo inclusive a possibilidade de um sistema de dádivas, no mundo contemporâneo. A síntese de alguns pontos que utilizaremos em seguida se baseia no texto de Godelier, mas, em vários pormenores, será indiscernível da

---

[243] QUEIROZ, 1968, p. 130.

[244] QUEIROZ, 2006, p. 181-182.

[245] Ensaio sobre a Dádiva, 2003, pp. 184-314.

[246] GODELIER, 2001.

análise original de Mauss. Convém lembrar que Mauss tinha diante de si sociedades caracterizadas simultaneamente por uma economia e uma moral do Dom.

O ponto de partida se origina numa espécie de lógica, ou de tautológica, presente no complexo sistema de trocas dessas sociedades: "*o que obriga a dar, é que dar obriga*", que norteia a teoria e a ação do movimento entre o dom e o contradom, ou seja, "*dar obriga a dar de volta*". Neste movimento, acompanhemos com Godelier o pensamento de Mauss:

> "a coisa ou a pessoa dada não é alienada. Dar é transferir uma pessoa ou uma coisa [ou uma atitude, um gesto, uma atenção] da qual se cede o "uso" mas não a propriedade. Por isto, um dom cria uma dívida que um contradom equivalente não pode anular. A dívida obriga a dar de volta, mas dar de volta não é restituir [devolver o dado] é dar por sua vez. Dons e contradons criam um estado de endividamento e de dependência mútuos que oferece vantagens para cada uma das partes". (GODELIER, 2001, P. 75).

Mauss entendia que a coisa dada carregava algo como a "*alma*" de quem dava. Longas discussões tentarem interpretar essa questão, e envolveram os nomes mais evidentes da Antropologia, como Lévi-Strauss[247] e Marshall Sahlins[248]. Ao historiador, tais polêmicas podem ser inócuas, já que o que se busca entender é muito mais o laço que o dom estabelece entre quem dá e quem recebe, uma espécie de "obrigação" simbólica que obriga o recebedor ao contradom, estabelecendo uma dinâmica que movimenta a história. Isto só seria possível na medida em que o "*dar e dar de volta*" pudesse estar relacionado à dinâmica das relações sociais. Ora, mais do que argüir sobre os "valores ocultos", a atenção se volta para o tipo de relação que caracteriza o movimento do contradom, pois é a aí que equilibra ou se salda a dívida estabelecida no dom. E isto, porque o dom não é apenas um mecanismo de circulação das coisas, "*é também (...) a condição da produção e reprodução das relações sociais que constituem o arcabouço específico de uma sociedade e caracterizam os laços que se tecem entre os indivíduos e os grupos*". (GODELIER, 2001, P. 75).

Portanto, é perfeitamente possível entender a lealdade como decorrência do princípio ordenador das relações do contradom, ou dessa contra-relação que restabelece o equilíbrio simbólico com o dom. A lealdade não é em si uma relação social, mas é, de certa forma, o segredo que é transportado pelo dom e que, em algum momento deve provocar uma ação de volta, deve ser transportada de volta, na relação do contradom.

---

[247] LÉVI-STRAUSS, 1949.

[248] SAHLINS, 1970.

Em suma, nas relações de freguesia, a confiança e a fidelidade se completam no arcabouço mais amplo da sociedade quando agregam a lealdade e, podem, no exterior das trocas de mercado, consolidar a coesão de nucleações sociais, dentro das quais se institui outro "mercado" de bases simbólicas, onde dons e contradons podem circular e, com isto, permitir um jogo político que não seria possível nas malhas mercantis, mas compatíveis com elas. É nesse jogo que se diferenciam os *principais*, as missões, as funções, a teia polimorfa das solidariedades e, aí sim, os diferentes níveis decisórios ou, simplesmente, o exercício do poder. É claro que existem circunstâncias em que a relação de mando-obediência (Weber) que edifica o poder pode ocorrer, assim como é absolutamente improvável que as nucleações desse tempo fossem democráticas, no sentido contemporâneo desta palavra.

As nucleações não eram colegiados; também não eram batalhões sob o comando de coronéis[249]. Eram grupos solidários espontâneos que se compunham de "correligionários", cuja coesão decorria das relações de freguesia, com base em lealdades. Os principais, quando pedem favores do governo, é em nome dessa nucleação que pedem e é a ela, no fundo, que o governo concede. É pela existência das nucleações que o governo favorece, porque são elas que representam o "capital eleitoral", o volume de votos. A mediação dos "principais" decorre da sua facilidade para viabilizar os contactos: ter condições para bancar os custos dessas mediações, para deslocamentos até o centro, na capital do Estado ou da República; para hospedar o governo que venha de lá. Mas, isto não se deve ao seu "coronelismo", e sim às condições materiais disponíveis às nucleações por meio de reciprocidades e de lealdades, porque o poder nem sempre se efetiva pelo mando-obediência; Weber já insistira sobre o carisma. Balandier amplia a possibilidade:

> "O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos

[249] Maria Isaura já tinha percebido a carência de estudos para esclarecer estas questões: "Esta dependência do maior para com os de nível imediatamente inferior, e destes para com os de nível seguinte, e assim por diante até o sitiante, permitia que o voto se tornasse realmente um "bem de troca", e levava os grandes e médios coronéis a todo um comportamento de paternalismo diplomático e de etiquetas refinadas, com relação a seus imediatos -, comportamentos ainda hoje longe de terem sido totalmente identificados, estudados, interpretados." (QUEIROZ, 2006, p. 181)

> variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo"[250].

Talvez por isso se possa dizer que a política nas cidades interioranas se definia na varanda ou no balcão. Por aí passavam os dons e contradons. Operação ritualística, que se fazia aos "cochichos"... Não eram coisas que se conversavam a qualquer hora e de qualquer jeito. O eleitor punha toda a sua astúcia em escolher o momento para insinuar o dom. O "principal" espreitava a ocasião propícia para insinuar o contradom, entre eles, o mais desejado – o voto. Há uma variedade de minúcias avaliativas, de julgamentos e decisões, que escapam às análises costumeiras do "coronelismo". Estas minúcias muitas vezes pesavam mais que qualquer forma de "mandonismo", o que significaria exercício do poder, ou pelo menos, "outra forma de poder" que se situava nas nuances da reciprocidade, dos dons e contradons, que enfeixavam valores como carências, simpatias, lealdades.

É este o perfil estrutural das nucleações. Em síntese, elas se orientavam ideologicamente pelos interesses predominantes das materialidades, das atividades de produção e comercialização, com tendência observável para os arranjos das malhas das trocas. No caso de Passos, duas nucleações disputavam a hegemonia sobre os instrumentos de coerção e extração do governo local: uma reunia os correligionários ligados de alguma forma às atividades agropecuárias; a outra congregava negociantes de atacado ou varejo, de secos ou molhados, de armarinhos e de uma gama variada de artesanatos. Ambas, no entanto, não se compunham apenas dos "donos" dessas atividades, incluíam a multiplicidade de fregueses, fornecedores, funcionários, camaradas, prestadores de serviços de variadas categorias, consumidores, parentes, vadios, admiradores, intelectuais e outros tipos sociais não especificados. Todos interligados em suas respectivas nucleações por relações de freguesia, no seio das quais, as lealdades funcionavam como fatores de coesão.

Os episódios de violência que culminaram com o golpe do Fórum, em 1909, só podem ser entendidos a partir dessas nucleações e de seu desempenho político, como se verá. Por enquanto, temos que discutir ainda um aspecto pertinente: a presença ou não de "jagunços" nas nucleações e, em decorrência, a possibilidade de um "jaguncismo" na história. Os discursos da oralidade, dos atores e dos narradores analisados nos capítulos iniciais deste trabalho, insistem na existência de ambos, apontando-os como causa dos distúrbios e das

[250] BALANDIER, 1982, p. 7.

tragédias. Isto só seria viável, se comprovada a primeira condição, a existência de "jagunços" no interior de uma ou de ambas as nucleações e cuja presença fosse ainda numericamente significativa para justificar a existência de um bando com características próprias.

Não resta dúvida de que os termos *jagunço* e *jaguncismo* eram usados em determinadas circunstâncias, pois aparecem em matérias jornalísticas, em panfletos, nos autos do processo, em poucas atas da Câmara e, pelo menos duas vezes na boca dos *principais da nucleação lavourista*, durante áspera discussão travada à porta do Fórum, pouco antes do conflito, quando familiares se acusavam de manter "*jagunços*"; e, certamente, outras tantas pelos *principais da nucleação governista*. Contudo, mesmo na literatura, em que o uso desses termos é abundante, há certa indefinição[251].

Celestino, pela boca de seu personagem Dente de Ouro, descrevendo uma reunião desses homens de armas ligados à nucleação lavourista, utiliza o termo "jagunço" referindo-se aos adversários: "*aquela assembléia de bandidos que eu vira reunida estava encarregada de matar naquela noite dois jagunços do partido contrário, Manoel Cambuy e Jesuíno Guatapará*" (op. cit. p. 69, grifo nosso). A tentativa fora à frente de "*um circo de cavalinhos, no largo do Mercado*", mas fracassara, ferindo apenas um dos dois que foi internado no hospital. Na manhã seguinte, ouvindo os protestos indignados da oposição, Dente de Ouro identifica o outro:: "*compreendi que o mulato era o Cambuy, antigo companheiro de Rocha, e que tinha sido célebre na revolução de Santana do Parnaíba*" (p. 70, grifo nosso). Como se vê, as oscilações semânticas não permitem identificar com clareza a quem se aplicava a denominação de "jagunço".

Num episódio descrito logo à frente, e envolvendo os mesmos personagens, Celestino descreve a tentativa de assassinar Guatapará, no hospital, onde a polícia o protegia. Aí, já não usa a expressão "jagunço". Note-se que o "bando" se compunha de 8 homens armados tentando eliminar dois adversários, mas o confronto principal é com a polícia, o que indica que a nucleação governista também possuía homens de armas e, ainda por cima, contava com a proteção das forças do Estado. Fala-se aí, não em "jagunços", mas em "*gente do Juca e dos Medeiros*".

[251] Num pequeno e excelente capítulo denominado "Jagunços", de Maria Isaura Pereira de Queiroz,(QUEIROZ, 1976, pp. 219-230), apresenta uma primeira tentativa de taxonomia, bem próxima da que estamos utilizando.

> "Eram quase onze horas quando nos juntamos em uma casa vizinha do hospital. Éramos ao todo oito homens, todos armados de Winchester" (72) (...) Estabeleceu-se um grande tiroteio. (...) Em menos de cinco minutos estávamos sem munição e os soldados continuavam ainda a disparar tiros que não nos atingiram. Retiramo-nos, impossibilitados da realização do nosso intento. (...) No dia seguinte o povo estava alarmado pelos sucessos da véspera e pelas esquinas viam-se grupos de políticos e de pessoas contrárias que comentavam indignadas aquela cegueira do crime. Dois doentes tinham amanhecido mortos, no leito, e Jesuíno, apesar de ferido, conseguira fugir alta madrugada, disfarçado em soldado, desaparecendo para sempre. Diziam que o governo ia desta vez mandar um grande reforço de praças para exterminar a gente do Juca e dos Medeiros". (CELESTINO, cit. p. 73).

Na literatura, porém, o termo é usado de forma abundante. Mário Palmério e Antonio Celestino, em obras aqui analisadas, o utilizaram sem qualquer parcimônia. Ambos quase sempre convertem "camaradas" em *jagunços*, e sugerem, a respeito dos serviços que prestavam, a existência de um "*sindicato do crime*", ou seja, de uma malta de "*matadores profissionais*" que assassinavam por dinheiro. Mas, certas frases colocadas na boca desses homens enfumaçam a afirmação, como a reflexão de Dente de Ouro: "*Eu ia a caminho de mais um crime, não pela vileza de ganhar dinheiro...*"[252] ou como a existência de um certo "*código de honra*" do banditismo:

> "João Paulista estava com a idéia de assaltar algum capataz de boiada ou viajante do comércio. Ele, Claudimiro, se opusera sempre a essas patifarias. Era homem para matar e não para roubar, embora morresse de fome. Não era de raça de ladrões e sim de bravos que tinham derramado o sangue pela causa do Santo Conselheiro. Baiano que era, não enodoava as tradições de sua gloriosa terra." (...) "João Paulista é um ladrão, é covarde, disse Claudimiro, com voz nervosa, acrescentando: por causa dele eu sou julgado um salteador de estrada, quando jamais roubei um vintém na minha vida. Tenho matado muita gente, é verdade, porque é minha inclinação"[253].

Apesar da exígua documentação disponível, não há evidências seguras de que os membros das nucleações usassem o vocativo "jagunço" nas conversas quotidianas entre seus pares, e é mesmo possível que nenhum dos coronéis o fizesse. O comum da conversa se dava em outros termos: "camarada de fulano" ou "gente do coronel cicrano", "meu camarada vai acompanhá-lo", e outros semelhantes.

As referências documentais não literárias, todavia, indicam que o termo *jagunço* na maioria dos casos em que foi usado, saiu da boca dos adversários, especialmente dos poderes

---

[252] CELESTINO, 2000, p. 96

[253] CELESTINO, 2000, p. 66

constituídos da comunidade e do Estado, bem como da polícia. Portanto, é uma qualificação carregada de ideologia, e de compromisso unilateral. E, além disto, o termo é utilizado em referência a situações e com conotações muito diversificadas. Convém, portanto, proceder a uma tentativa de taxonomia.

No vulgo e na maioria dos textos, os conceitos aparecem rebatidos uns nos outros, e denunciam quase a mesma coisa: um tipo especial de prestação de serviço vinculado à figura de mandantes ricos, genericamente chamados de "coronéis". Rui Facó acaba provocando um embaralhamento dos termos, num capítulo intitulado "*Sementeira de capangas*', (1963, p. 144 e ss).

> "Nos primeiros anos do domínio do Padre Cícero sobre essas populações deslocadas do seu lugar de origem, é provável e quase certo que as pessoas válidas que mais facilmente encontravam ocupação fossem as da chamada categoria dos "desordeiros", isto é, os capangas profissionais ou aqueles dispostos a tornar-se capangas", (p. 144).

Em seguida, chama a atenção para o vale do Cariri, pois a região do Crato "*era a encruzilhada onde se encontravam e digladiavam os interesses opostos dos latifundiários e dos comerciantes*", e destaca que "*nenhuma outra cidade do vale disputava-lhe a primazia nas transações comerciais*", referindo-se ao poderio armado da região:

> "O próprio coronel Belém de Figueiredo (...) contava com capangas pagos pelos cofres municipais, os componentes da chamada guarda local, além dos seus próprios. (...) Ao chegar o mês de junho [de 1904] – narra um cronista – cada parte cuidou de aumentar seu bando de capangas, estendendo ao Estado de Pernambuco o aliciamento de cabras valentes e treinados em brigas... De Flores, recebeu o coronel Belém, enviados pelo coronel Antonio Pereira da Silva, uns cem cangaceiros, perfazendo com os que já tinha cerca de trezentos homens armados e bem municiados" (p. 145-146).

Nesse trecho, Facó trata com sinonímia as expressões capangas, cabras e cangaceiros, a que se somam outras como as do parágrafo interessante em que aborda a atuação de Padre Cícero, no Juazeiro:

> "Assim, os jagunços que se acolhiam sob a proteção do Padre Cícero não ficavam inativos, não morriam de fome em Juazeiro, apesar da tremenda escassez de recursos alimentares na urbe que crescia em ritmo intenso. Ser cangaceiro era natural desde muitas décadas; ser jagunço, pistoleiro a soldo, era qualidade inseparável da de agregado ou morador. Quando um coronel latifundista admitia um morador em sua fazenda, não necessitava sequer contratar-lhe os serviços como parcela de seu exército privado, para a defesa da propriedade ou o ataque a adversários. Isto estava implícito no próprio fato de admiti-lo" (p. 146-147).

Observe-se, todavia, que, a partir destes parágrafos, torna-se quase impossível entender quem é quem no uso das armas: cangaceiro, jagunço, pistoleiro a soldo, todos são vistos como "qualidade inseparável" do agregado ou do morador. Afinal, de quem falamos? E há ainda a questão da origem dessa massa armada. Neste ponto, a análise de Facó é convincente: a arregimentação destes homens de armas aparece como uma solução social à questão do desemprego, da miséria e da falta de alternativas para a população rural, à margem dos latifúndios: *"O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saiam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir mais cedo ou mais tarde de seu próprio destino."* (1963, p. 45). O autor procura em seguida esclarecer o processo pelo qual tais forças sociais são cooptadas pelo latifúndio

> "... a força deste era tão grande ainda que conseguia corrompê-los, desviá-los do seu caminho de rebelião contra a ordem dominante e colocá-los a seu serviço, aliciando-os, como jagunços, para sua própria defesa. O cangaceiro rebelado se transforma em "cangaceiro manso". É o capanga ou jagunço, na fazenda de um grande proprietário. Os próprios bandos autônomos se vêem enredados nas malhas do latifundiário". (FACO, P. 173)

Neste ponto, porém, Facó junta jagunço, capanga, cangaceiro e fanático, tudo num mesmo saco, emaranhando o entendimento. Mas o trecho contém uma sutileza que não pode ser desprezada; para ele, esses rebeldes do campo se tornam "cangaceiros mansos", jagunços ou capangas, quando cooptados pelo latifúndio, isto é, quando se tornam força privada do proprietário de terras. Portanto, perdem aquilo que Hobsbawm[254] conota como espinha dorsal das rebeliões e dos movimentos revolucionários, atrelados ou não a movimentos messiânicos, passam a ser "assalariados" pelos latifundiários.

Voltando à tentativa de individualizar, semântica e historicamente, essas categorias, convém apartar daí o banditismo individual, pois se enquadraria muito mais naquilo que Maria Sylvia Carvalho Franco (1974) chamou de "código do sertão", como se discutiu neste trabalho; e ainda "cangaceiro manso"[255] pela própria impossibilidade de se pensar qualquer "mansidão" em alguém cuja função é indissociável da violência; e, principalmente por não ser expressão corrente na literatura de referência. Embora Manuel Rodrigues de Mélo (MÉLO, 1954) se refira várias vezes a cabroaria, descartamos também a denominação de *cabra*, pois

---

254 HOBSBAWN, 1975 e 1968.

255 A expressão é tomada do livro **Lampião**, de Optato Gueiros, (1953), conforme Facó esclarece em rodapé.

na maioria dos casos aparece como equivalente de *capanga*, em referências individualistas ou em variações regionais.

Quanto às outras categorias, jagunço, capanga, cangaceiro e fanático[256], parece que são portadoras de semânticas próprias, e ainda de conotações de sentidos adjacentes que merecem atenção especial. A uni-las há o fato de que todas se fundam na prática da violência. No entanto, há um nítido divisor de águas que as separa em duas vertentes: de um lado os capangas, e do outro, cangaceiros, fanáticos e jagunços. Esta cesura decorre do tipo de relação que une os indivíduos no interior dessas categorias; assim, enquanto capangas são sempre remunerados por seus serviços de "capangas", isto é, partilham uma situação de "assalariamento do trabalho", as outras não são remuneradas, partilham em conjunto de uma situação de vida, "*um modo de existência, como forma de ser no mundo, encharcando a realidade social de preocupações metafísicas*", dirá Antonio Candido sobre o jagunço de Guimarães Rosa, uma forma peculiar de comunidade.

O cangaceiro se comporta com relação ao grupo como "seu grupo", como uma extensão do seu mundo; a sobrevivência de cada um é dada pelos sucessos ou insucessos do grupo; a chefia do grupo é também um cangaceiro e não remunera os membros do grupo; todos desfrutam juntos do que conseguem. Também os fanáticos partilham uma situação idêntica. A distinção entre ambos está na ideologia do grupo: enquanto o cangaço busca equilibrar a justiça do mundo pela violência, com a única intervenção das armas, o fanático o faz com algo além das armas, a crença no divino ou no milênio. Já o jagunço, como veremos a seguir, em maiores detalhes, também não é remunerado pelo seu trabalho. Portanto, destas categorias a única que é "assalariada" é o capanga. O que temos que descobrir é se os homens de armas que dinamizaram a violência na história passense eram jagunços ou capangas, para que possamos entender o desfecho do Fórum. Comecemos pelo jagunço.

A preciosa colaboração de Antonio Candido, em *"Jagunços mineiros: de Cláudio a Guimarães Rosa"*[257] é quiçá o melhor estudo para a discussão do problema. Nas páginas iniciais, onde resenha a presença do jagunço em obras significativas de nossa literatura, nos

---

[256] Algumas vertentes acadêmicas e literárias, porém, parecem tratá-las de forma homogeneizada, como o próprio Rui Facó (1963). Euclides da Cunha o faz em **Os Sertões** (1999); também: VIANNA (1955); VILAÇA e ALBUQUERQUE, (1965); AMORIM, 2000; MORAES (1973); LUBAMBO, (1940); MÉLO, (1954); e vários outros.

[257] SOUZA, 1995, 147-179.

fornece os primeiros parâmetros, para caracterizá-lo: *"Dessas narrativas (...) depreendemos que o nome de jagunço pode ser dado tanto ao valentão assalariado e ao camarada em armas, quanto ao próprio mandante que os utiliza para fins de transgressão consciente, ou para impor a ordem privada que faz as vezes de ordem pública.* (CÂNDIDO, 1995, p. 154). Mas, ao longo do texto, o próprio mestre descarta, dialogando com Guimarães Rosa, essa identificação do jagunço como "valentão e camarada" [assalariados]:

> "Casos superiores são homens como (...) Medeiro Vaz, fazendeiro de família antiga que, ante a desordem e a brutalidade do sertão, queimou sua casa, espalhou as cinzas e, "relimpo de tudo, escorrido dono de si, montou em ginete, com cachos d'armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse mundo em roda, pra impor justiça". Quer dizer que, naquele sertão, o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento, e, por um lado, o afasta do bandido". (...) "O jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos contrários a isto; mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados". (CÂNDIDO, 1995 p. 163-164).

E, o que é importante: não está preso ao latifúndio e aos grandes proprietários rurais nem por laços ideológicos, nem por formas explícitas de assalariamento, pois, "*diante dessas fortalezas do lucro e da ordem, sentimos vagamente que ser jagunço é mais reto, quando mais não fosse porque o jagunço vive no perigo*". Tanto assim, que ao percorrer as páginas do Grande Sertão, Antonio Candido descobre que até mesmo um fazendeiro severo como Medeiro Vaz, "*assume papel mais digno, ao queimar simbolicamente o que o prendia na terra e adotar a condição de jagunço como forma de viver, como modo de conceber a vida perigosa que pode ser uma busca dos valores, do bem e do mal no sertão*" (1995, p 165-166). E, por isto, despindo os tratamentos vulgares que costumam ser dados ao jaguncismo, estende o olhar sobre o sertão, ao encontro do jagunço, do seu mundo, e do seu modo de viver, confirmando mais uma vez, que o jaguncismo é um mundo à parte das relações de trabalho e das justiças impostas pelas materialidades do capitalismo, pois para além desses

> "... resta o sertão, transformado em espaço privilegiado e único, para que nele exista o jagunço. Aqui, ocorrem quase apenas jagunços, agrupados em bandos enormes, vivendo em contacto com outros jagunços, obedecendo a chefes jagunços, movendo-se conforme uma ética de jagunços, num mundo separado do resto do mundo, descartadas as cidades e suas leis, de tal forma que, depois de embalados na leitura, só por um esforço de reflexão podemos pensar em termos históricos ou sociológicos, como até aqui tínhamos feito..." (Candido, p. 167).

Uma visão pouco diferente, mas que sugere alguma dificuldade, é a de Wilson Lins, a respeito dos jagunços do vale do São Francisco: corretamente confirma que no jaguncismo não haveria uma relação de mercado, de remuneração de serviços como fator de coesão do grupo, mas complica em vincular a existência dos jagunços ao quotidiano do vale, coisa que parece perfeitamente negada pelas observações anteriores:

> "O jagunço é o homem que, sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres. Observadores apressados costumam ver o jagunço como um tipo à parte na sociedade do vale, trajando-se diferente dos outros, vivendo uma vida à margem das outras vidas. Mas não há engano maior, pois o jagunço é um homem como os outros". (LINS, s/d, p. 136).

Ora, se aceitamos o argumento que vimos perseguindo, de que o "jagunço" e, por conseqüência, o "jaguncismo" se prendem a ações ou atitudes de indivíduos ou de grupos não remunerados, balizadas por certo sentido missionário, caso das lutas altruísticas do norte de Minas (Grande Sertão), caso das lutas messiânicas de Canudos ou do Contestado, não podemos confundir *jagunço* com *capanga*, como também não podemos aplicá-lo ao caso passense. A categoria capanga, cuja etimologia se liga ao porte de um bornal (capanga), é a única que se apóia numa relação de trabalho. Oliveira Vianna a identifica ao "*guarda-costas*" remunerado por seus serviços, quando fala do "*capanga ou o cabra com a sua derivante, o matador pago*", (1955, p. 245), o que vem confirmado no pequeno trecho de Rui Facó:

> "Em 1918, o coronel Franklin é atacado em seu domínio de Pilão Arcado, por um antagonista, que levava contra ele nada menos que 200 capangas armados até os dentes. E, no entanto, os repele. Já antes, ao ver-se acossado pelos adversários, "tratou de comprar armas e <u>contratar homens</u> para os seus serviços" (...) "estava organizando um exército". (FACÓ, 1963, p. 61).

Antonio Candido também encontrou esse mesmo sentido no conto "*Pedro Barqueiro*", de Afonso Arinos, "*... como decorrência da organização de poder dos fazendeiros. "Meu patrão era avalentoado, temido e tinha sempre em casa uns vinte <u>capangas</u>, rapaziada de ponta de dedo"*. (1995, p. 153, grifo nosso). Nesta semântica, o capanga não incorpora um sentido de coletividade, um "*capanguismo*", uma idéia de bando. Os portadores de "capangas" dos bandos de Lampião, Corisco, Antonio Silvino e outros, não se auto-denominavam de "capangueiros", mas de "cangaceiros", e seu bando não é um "capangaço", mas um "cangaço". Capangas, mesmo quando formavam *milícias particulares*, não apresentavam a coesão dos bandos de jagunços, cangaço, ou fanáticos, nem uma configuração

ideológica própria, nem missão altruísta, justiceira ou messiânica própria: o capanga se liga aos senhores a quem serve por uma relação contratual. A "missão" é a dele, a ideologia é a dele, e o "mundo" é o dele.

De fato, com este sentido, a existência de jagunços ou jaguncismo, em Passos, não encontra respaldo nem documental nem factual, perpassando tão somente pelas vozes dissonantes da tradição e da oralidade. E, se nos estendemos na discussão anterior, é porque ela desmancha justamente a versão perpetuada pelos narradores do caso de Passos e, portanto, o discurso da História, tal como pronunciado até agora. Contudo, a existência de homens de armas entrecruzando a vida passense, embora em número reduzido e em apenas algumas manifestações de força, nos primeiros tempos da República, é indiscutível.

Convém vasculhar a identidade desses senhores da violência. O rastreamento que fizemos nos parágrafos anteriores deixa uma possibilidade: a de que a categoria de capangas parece se ajustar com alguma precisão ao que se conhece do caso passense, embora, não tenha sido comum essa denominação. Assim, convém examinar mais de perto o que entendemos por capanga. Na verdade, nossa opção, também aqui, não se prende a preciosismos etimológicos, ou banalidades léxicas: decorre da existência de certa indefinição inerente aos testemunhos utilizados, mas que poderia baralhar e convulsionar a compreensão. O problema é se havia e onde encontrar alguma brecha interna na categoria capanga, que indicasse sentidos adjacentes ou substitutivos.

De início, chama à atenção a presença numérica dos possíveis "capangas": Antonio Celestino, em todo o texto dos Contratadores da Morte, enuncia 09 nomes pertencentes à nucleação lavourista, fora um "aspirante", 04 nomes da nucleação contrária, e 05 nomes "de fora" [258] que não serão considerados. Essa lista, composta de nomes reais, com exceção do personagem-narrador, é mais ou menos a mesma que aparece nos autos dos processos. Mário Palmério, que escreveu o Chapadão do Bugre bem depois, servindo-se dos folhetins de

[258] São os seguintes. Lavouristas: Sancho Garcia (ou Dente de Ouro), Claudimiro, João Coco, Saru, João Paulisa, Juca Paulisa, Maximiano Dutra, Rosendo Rocha, Pedro de Carvalho e o "aspirante" Irineu; nos autos consta ainda Lico da Preta; governistas: Manuel Cambuy, Jesuíno Guatapará, José Antonio "Bahiano" e Coimbra (assassinado no começo da narrativa); de fora: Honorato, Leandro, Anacleto e Isolino.

Celestino e de outras informações, enumera 13, [259] todos nomes fictícios, e mais os soldados da Captura. [260]

Considerando que num determinando bando não se podem incluir componentes do bando oposto, só podemos utilizar a lista real dos 09 nomes arrolados por Celestino. Ora, a exigüidade desses números permite a qualquer um desconfiar da existência de um verdadeiro bando, (o "jaguncismo" da tradição); veja-se, por exemplo, a informação dada por Facó, na citação logo acima: *200 capangas armados até os dentes*! No nosso caso, nada indica que fossem remunerados na condição de "capangas", não há nenhuma referência neste sentido. Portanto, o que se percebe é que não se trata aqui da profissão de "capanga", mas da *função de capanga* que aparece, na verdade, embutida numa categoria profissional extremamente comum na região, a dos "camaradas". Examinando mais uma vez as falas dos atores e dos narradores das violências, encontramos respaldo para deduzir que a explicação do exercício da violência, em Passos, de alguma forma deveria ser procurada no grupo social regido pelas relações de camaradagem. Essas sim, eram abundantes e coerentes com as relações de freguesia e suas lealdades. As referências a este tipo de prestador de serviço aparecem com freqüência na literatura e nos autos, mas não aparecem concentradas nas mãos de um empregador e sim distribuídas entre alguns dos principais: (todos os grifos são nossos)

> [Juca Miranda, para Sancho] – "Vou arranjar-lhe uma colocação na fazenda do coronel Chico, (...) disse o coronel Juca". (Celestino, p. 55)
>
> "... o Ico – aprovou o Clodulfo – Está de empreiteiro de cerca com o seu Pimenta, no Corgo da Pata Choca". (Palmério, 164)
>
> "O Sudário! Meeiro de leite e capado, o tomador-de-conta da chácara do Coronel Ludgero, outro dos grandões de Santana do Boqueirão". (Palmério, 205).
>
> "Lá no Sassafrás, ninguém podia se queixar; clamava somente quem não sabia reconhecer, camarada descompreendido de tudo. Quem duvidasse, fosse perguntar ao João da Preta – de ordenado no Porto do Paiol Queimado, fornecido do que carecia pela fazenda; viesse ver seu Arcanjo da Barra Limpa." (Palmério, 277).

---

[259] A relação de Palmério se encontra numa "lista" feita às pressas (p. 156 e 164). determinando que os homens "caíssem no mato", ou seja, se escondessem. São eles: Florentino, Lico da Isoldina, Hirondino, Chico Doido, Sudário, Tonho Coco, Isé da Viola, Paulistinha, Sancho, Belisarinho, Minervino, Ico ou Boliviano, e Archanjo. Contrário, em Palmério são os homens da fazenda da ex-noiva, e os soldados da captura.

[260] "Os destacamentos Especiais de Captura do Estado gozavam de muita independência (...) subordinados diretamente à Secretaria do Interior e Justiça. (...) Tais destacamentos organizavam-se à base de homens de provada valentia, muitos deles antigos criminosos também. Jagunço temível – se capturado com vida e revelador de astúcia e sangue-frio capazes de causar admiração aos Comandantes – o cujo sentava praça, recebia farda, armamento e montaria; e ainda o perdão das façanhas pregressas, se disposto ao disciplinado exercício das futuras – de então por diante a serviço e sob proteção da Lei". (Palmério, p. 193).

> "... seu Americão cumprira o prometido: a casa boa onde a família do empregado sempre havia morado de graça – a escritura dela mandada passar em cartório por seu Americão já em nome dos filhos do Lico da Isoldina..." (Palmério, 237-238).

O que temos diante de nós, na análise dos rebuliços de violência que culminaram com o "episódio do Fórum", é na verdade a presença de gente a serviço de fazendeiros e comerciantes, que podem e foram utilizados, em nível individual, como "capatazes", "guarda-costas", homens de armas; mas que, em nível das nucleações, atuaram em grupo, como "milícias privadas"; isto inclusive facilita a compreensão de a polícia do estado proteger os camaradas da nucleação governista, tendo um deles fugido do hospital disfarçado de policial.

Ora, a condição de "camarada" compreende grande número de prestadores de serviços, permanentes ou temporários, e grande variedade de tarefas, que se concretizariam através das relações de freguesia, por meio de confiança e fidelidade; mas que, para além do âmbito contratual, envolviam relações de lealdade. Estas, como vimos, têm na reciprocidade a condição ideal para seu exercício, principalmente, nas trocas agonísticas dos dons e contradons. Então não será nenhum exagero tentar explicar as "funções de capanga"[261] como uma das variáveis imbricadas nessas lealdades, ou, como contradons de variados tipos de dons, desde financeiros, sociais, políticos, econômicos e outros. É o que aparece como "favores pessoais" e "mínimos obséquios", numa nota de rodapé, em Victor Nunes Leal, quando fala do desempenho do "coronel"., que nós, aqui, estamos identificando como um dos principais dentro da nucleação [262].

Parece importante pontuar que não havia "um principal", mas sempre um *grupo de principais*, ocupando o vértice de uma pirâmide. Se substituíssemos aqui o formato clássico da pirâmide tripartida, que induz a idéia de compartimentação entre vértice, meio e base, pela

---

[261] "A diferença que há entre ele e outro agregado qualquer é que ele tem direito de guardar em sua casa o fuzil do coronel, enquanto que os outros só recebem as armas na hora de brigar. Esta regalia vem da sua noção de responsabilidade, só lançando mão da arma no momento oportuno, trazendo-a sempre limpa, lubrificada e "justa na mira". (LINS, s/d., p. 138)

[262] "Eis aqui uma lista incompleta: arranjar emprego, emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e "preparar" testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes". (LEAL, 1975, nota 34, p. 38).

concepção de uma espiral, os principais formariam os elos de convergência dessa espiral, enquanto outras categorias intermediárias, como médicos, advogados e outros profissionais liberais, escritores, padres, escrivães, guarda-livros, artesãos especializados, artistas e outros, se distribuiriam pelos elos intermediários; nas espirais mais alargadas, estariam todos os camaradas, inclusive os disponíveis para o exercício das *funções de capangas*. Mas, todos esses elos dos mais alargados aos convergentes, formariam uma "continuidade", cuja arquitetura era dada pelas relações de freguesia e a garantia de não ruptura dependeria dos laços de lealdade.

Pensar uma concepção estrutural desse tipo para as nucleações parece mais coerente do que as que têm sido comumente usadas – oligarquias [263], parentelas[264], clãs[265] –, que se apóiam nos enlaces do sistema de parentesco. Ora, os laços desse tipo são "fechados", se baseiam em critérios operatórios de sistemas inflexíveis. Um grupo de parentesco só inclui "parentes". Esta configuração não aceita situar dentro dela os homens que exerciam as "funções de capanga", a não ser através de forte submissão hierárquica.

No entanto, dados que puderam ser recuperados através da literatura e dos testemunhos orais apontam para outros laços, oriundos do sistema de lealdades, e tendo como base valores culturais, ideológicos e éticos. Talvez por isto, a violência das armas, no caso de

---

263 "O termo oligarquia foi excessivamente usado na História latino-americana; Brasil, Peru, Argentina, Colômbia e México são exemplos bem conhecidos. Mas poucos estudiosos concordam quanto à sua definição exata. (...) Esse tipo de governo político foi classificado por Max Weber como "governo tradicional" ou "governo patrimonial" (...). Com a finalidade de construir uma tipologia simples e descritiva das oligarquias no Brasil, (...) as oligarquias brasileiras podem ser divididas em quatro grupos básicos: familiocráticas, tribais, colegiadas e personalistas" (PANG, 1979, p. 40), as quais discute nas páginas seguintes (pp. 40-45)

264 "Entendemos por "parentela" brasileira um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a validade dos laços, ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa, que tanto pode ser de tipo igualitário (por exemplo, nas regiões de sitiantes, em que as famílias tendem a estar todas colocadas no mesmo nível socioeconômico) quanto de tipo estratificado (o que acontecia sobretudo nas regiões de agricultura de exportação e também nas de pastoreio, existindo no interior da parentela várias camadas sociais). Fosse igualitária, fosse estratificada, a parentela apresentava forte solidariedade horizontal, no primeiro caso, vertical e horizontal no segundo, unindo tanto os indivíduos da mesma categoria quanto os indivíduos de níveis socioeconômicos diversos". (QUEIROZ, 2006, p. 184).

265 "O clã brasileiro, além dos laços definidos por parentesco carnal, corporais e afilhados (parentesco espiritual), e parentesco por casamentos (parentesco de aliança), incluía também dependentes sociais e econômicos. Desde a época da lua pelo poder entre a Coroa e os donatários, o clã servira de paladino dessas guerras. Isolado da interferência externa, formava uma unidade econômica, um estado, uma sub-sociedade" (PANG, 1979, p. 121-122).

Passos, tenha sido detectada em atos esporádicos, como forma "isolada" de violência, sem caracterizar tipos de "movimento", ou de "jaguncismo", como sempre se proclamou.

São diversos episódios que, apesar de tudo, se compatibilizam com um perfil geral, no qual se percebe a presença de reciprocidade e dos valores acima referidos, como parte intrínseca das relações de camaradagem entre mandante e mandado. Assim, Antonio Celestino, sempre pela boca de seu personagem narrador, afirma em relação a Juca Miranda, um dos principais da nucleação lavourista, que entrara para o mundo crime, "*levado pela adoração que tinha por aquele homem*";[266] e, em outras passagens, reforça esses valores imbricados na lealdade:

> "... diante daquele homem tão distinto, que me acolhera carinhosamente, oferecendo-me a sua amizade tão valiosa, senti necessidade de lhe revelar a minha lealdade, e contei-lhe o que se tinha passado entre mim e o político goiano" (p. 62).
>
> "Estava deslumbrado de ouvir aquele homem inteligente e belo, falar-me com essa linguagem encantadora de franqueza, abrindo-me generosamente o seu coração. (...) foi essa corrente fortíssima de simpatia que me ligou à vida acidentada e romântica desse extraordinário homem por quem eu daria a minha própria vida, e cuja memória sinistra fascina até hoje o meu espírito". (cit. p. 57).
>
> "Eu estava fascinado, repito, quando Juca Miranda acabou de falar e bateu-me intimamente no ombro, com um gesto afetuoso, de amigo, que eu jamais pude esquecer". (58). Sinto que sou mais do que um amigo de Juca Miranda; e se o senhor tem confiança nele pode tê-la em mim também. Juro pela vida de minha mãe e pela memória de meu pai"(p. 62)

Também a Mário Palmério não escapou tal particularidade, pois em várias situações descreve o "padrão de vida" de alguns dos famosos homens de armas; e, embora seus nomes sejam fictícios, na realidade, correspondem a "pessoas verdadeiras", quando cotejadas com a obra de Celestino. O caso do Lico da Isoldina, chama a atenção:

> "... determinara também o patrão que entregassem ao Lico um dos melhores pontos de Santana do Boqueirão – o chalé de bicho e loteria da esquina do Correio (...) a folgada e certa mesada que lhe dava o chalé, a pontinha de gado no Sassafrás sem pagar pasto nem renda, o dinheiro a juro com o próprio seu Americão... assim ia tocando o Lico da Isoldina (...). Ninguém ousaria jamais, negar-lhe o devido respeito, sequer diminuí-lo. E isso, dos sopés aos araxás da Serra Grande, pelas cem léguas daquelas alturas e lonjuras do Sertão do Bugre". (PALMÉRIO, 237-238).

[266] CELESTINO, 2000., p. 96, grifo nosso.

Já no começo da obra, dizia, sobre o barqueiro "João da Preta" e sua mulher, que *"... os dois velhos se conformavam: bastantinha criação no terreiro, a lavourinha do gasto bem ali no fresco do barranco... E seu Americão Barbosa protegia: da Fazenda do Sassafrás vinha de tudo: rapadura e o café-em-côco, banha, o sal, querosene*" (p. 7). Mas, é na descrição da vida de "aposentado" do "*seu Arcanjo falado, o que fazia os outros pararem de prosear quando ele se aproximava, todo-o-mundo se virar quando passava pelas ruas de Santa d Boqueirão e das muitas cidades e arraiais ali do Bugre*", o "mestre" que ensinava a todos o manejo das armas, que Palmério capricha e nos mostra a vidinha dos velhos, em desfrute das compensações depois de anos de serviços prestados ao patrão, na *função de capanga*; vale a pena ouvir a narração integral, pelo retrato bem fiel que faz da vida nos milhares de roças semelhantes:

> "O fogão de forno com as beiradas forradas de folha de lata, areadas ver um espelho; panelas, pratos, talheres – tudo relumiando também, alinhado em seus lugares, as prateleiras forradas de pano de saco branco, embainhado, uns até que com linha de bordar, de diversa cor. O chão de cupim socado, varrido, sem um sujinho sequer. As cabeças de palha, os sabugos – a lenha do dia seguinte já picada e empilhada, se secando ao calor do fogo. E a fartura: as latas de banha e farinha – as rapaduras; o balaio de ovo, toucinho e lingüiça pendurados na corda de cima do fogão. Os cachos de banana. Pote d'água tampado, a caneca de folha dente de piranha – a de tirar a água do pote – a canequinha de beber, pendurada pela asa, de boca para baixo". (Palmério, 276) "Que trabalho que dava? Correr, de vez em vez, o pasto das paridas, olhar bezerro – curar bicheirinha de boca ou de embigo. Apartar as mojadas, desatolar, na seca, vaquinha mais magra e desacismada de brejo. Poucas braças de cerca para vigiar, reduzida lavoura de milho e feijão e abóbora – tudo entremeado num mesmo eito de roça – o arroz que mão ocupava meia-quarta de chão. Porca ou outra para castrar, capado ou outro para abrir – fritar banha, torresmo. Lá um belo dia, quando a vontade apertava, uma novilhona enxuta para a churrascada..." (Palmério, 276). "O resto do tempo: caçar ninho de galinha andeja, ninho de pato e de angola, pôr os ovos a chocar; dar milho pros porcos, quirera-de-monjolo pros pintos...; e catar palha no paiol, picar fumo, cigarrar... esperando vaca parir, pintinho novo nascer, trabalhar o monjolo, dar ponto o sabão de barrigada, queijo acabar de dessorar. Quentar sol, pensar na vida, E dormir a noite toda com a conservada e asseada da Siá Tuta". (Palmério, 277). "Para completar o sossego, o nenhum medo do futuro. Enquanto vivesse Seu Americão, <u>havia o emprego</u>, o de-comer, o de-vestir, remédio – recurso não faltava". (p. 277, grifo nosso).

Não é necessário alongar o rol destes registros; a análise se contenta com a possibilidade aberta pelo que já se disse: o exercício das funções de capanga, ou, em outras palavras, o fato de a violência praticada por um número pequeno, mas significativo, de homens de armas a serviço dos principais das nucleações não pode ser analisado à margem da condição de "camaradas", condição que resulta das relações de trabalho regidas por laços de lealdade, os quais se tecem por valores intrínsecos às formas primárias de amizade, de

admiração e de cooptação ética. Estes valores alicerçam um tipo de comportamento típico: a adesão integral aos ideários e interesses imediatos dos principais, e às conveniências mais abrangentes das nucleações.

Em suma, é no complexo destas nucleações que a questão da violência pode ser elucidada e não apenas na individualidade dos "mandados". E tampouco na dos mandantes, pois estes são, no fundo, os principais dentro de cada nucleação e atuam em consonância com a coesão interna da mesma, envolvendo os mais diversos segmentos. Assim, para entendermos as manifestações de violência que culminaram no episódio do Fórum temos, finalmente, de entender a atuação política dessas nucleações; atuação que corresponde às diferentes formas com que se defrontam a nível local, e às diferentes formas com que se alinham ou desalinham em relação ao Estado e à União.

John Wirth, cujo estudo sobre Minas [267] tem sido citado inúmeras vezes em trabalhos acadêmicos, constrói sua explicação a partir do patamar das elites.[268] Ali não conseguimos encontrar a imensa camada dos camaradas, dos artesãos, das pequenas indústrias domésticas, dos armazéns de secos e molhados, dos armarinhos, das trocas locais, a não ser como uma sombra presumível das elites. A certa altura, depois de identificar com razoável grau de certeza o "*mosaico de regiões, algumas voltadas para São Paulo, outras para o Rio, outras ainda para a Bahia; cada zona com sua história discreta, formando todas uma unidade distinta, com uma identidade definível*"; argumenta que, em Minas, a "*... unidade, ainda que fraturada em diversos pontos, era o ideal de uma elite política para quem o desmembramento do território significaria uma possível conseqüência de fraqueza*".

Esse "ideal" se refere ao alinhamento com o Estado e com a República, entendida esta, como o poder central no contexto da federação e aquele como mediação necessária junto às "*sementeiras de votos*" [269] que se localizavam nas regionalidades. Embora indicando corretamente que o poder da elite mineira se fundava nos seus elevados aportes de votos à governança do Estado e, por esta via, consolidava o centralismo, acaba designando que a extração de votos das "sementeiras" se daria graças ao mecanismo que chama de clientela. "*O*

---

[267] WIRTH, 1982, p.66.

[268] Como parece ter sido comum entre os *brasilianistas,*que analisaram a economia da primeira República: LOVE, Joseph. (1982), LEVINE, R. (1975); PANG, Eul Soo (1979); DEAN, Warren (1971); tendência que se estendeu sobre novos pesquisadores brasileiros, como VISCARDI, (1995).

[269] Empregamos, daqui para frente, a expressão de Rui Facó.

clientelismo era uma maneira de expressar as relações hierárquicas da sociedade. Esteve profundamente enraizado na cultura e nas instituições mineiras. E, na ausência de uma ética de igualdade, era visível e legítimo". Esse sistema, todavia, não era formado pela elite, mas pelo amplo sistema de interação baseado nas lealdades, envolvendo além das elites, "*construtores anônimos da História*" que formam a base eleitoral das nucleações. Entender isto como um "ideal político" só seria possível com a abstração de todo esta rede polimorfa das materialidades e da cultura, que é onde, de fato, os interesses se antepõem ou se compõem. (p. 174). Isto tinha um propósito, segundo Wirth:

> "Os vastos modelos de comportamento político da elite incluem uma capacidade de abrandar-se as diferenças em casa a fim de apresentar uma frente unida no Rio, uma firme tradição de união em volta de uma autoridade executiva e, conseqüentemente, a falta de interesse em política de oposição permanente em níveis zonais ou estaduais. A elite mineira não perdeu a legitimidade ou confiança em sua capacidade de governar durante esse período". (WIRTH, 1982, p.173).

Para tanto, o autor sugere um fluxo de mão dupla entre o governo estadual e as elites regionais, mas de caráter autoritário, ou seja, com dominância das estruturas centrais: *"... a mudança na política de clientela era feita de modo autoritário, de cima para baixo, mas vestida de formas democráticas. Como resultado, surgiram as diretrizes tecnocráticas, a cooptação de grupos de interesses pelo estado...*". Opinião que reforça, em seguida, apoiando-se na troca de "favores" entre a elite dirigente do Estado e as elites mandatárias do interior, que ele concebe como "*grupos especiais de interesse*", a fim de manter a fidelidade destes, ou, em outras palavras, para garantir a extração do capital eleitoral de que necessita. O sistema continua sendo o do clientelismo, mas agora, travestido em reciprocidade, que qualifica como "*elemento chave da política de clientela*", sem contudo, esmiuçar-lhe o esqueleto (WIRTH, 1982, p.174). Maria Isaura de Queiroz nos dá uma versão mais ampliada desse mecanismo, apoiada na pluralidade local das elites:

> "Uma compreensão interessante das relações entre os políticos e os eleitores é a que as entende como formas de barganha, o que de fato podia ocorrer independentemente de haver ou não "divisão de poderes numa zona entre vários chefes em luta" (p. 180). "Dentro e fora das parentelas, as relações podiam ser de aliança, com base nos laços afetivos e na semelhança de interesses econômicos e políticos; mas também podiam ser de competição e rivalidade, levando amiúde a conflitos sangrentos, desencadeados até por causas aparentemente sem importância". (QUEIROZ, 2006, p. 187).

No fundo, são desprezados alguns fatores essenciais presentes na diversidade regional das elites e nas formas específicas de seus arranjos nas respectivas nucleações, fatores que,

dentro do ambiente regional, expressam a pluralidade dos grupos de interesse, dentro ou fora das elites. Essa diversidade não é apenas formal em sua configuração: nelas interferem as variações do ambiente geo-histórico, as alternativas de comunicação fluvial ou terrestre, os arranjos das materialidades com vistas ao mercado, e os imperativos da cultura e da tradição. São variáveis que se refletem de forma desigual na resistência ou não das regionalidades ao processo de extração do "capital eleitoral". Ao reduzir o processo de extração de votos à reciprocidade entre as elites, sem qualificar suas desigualdades e desequilíbrios, acaba por dissimular as resistências, homogeneizando um processo que é comumente heterogêneo. Então, a questão é descobrir se os governadores tinham condições concretas de direcionar a clientela interiorana e de que maneira podiam fazê-lo. Nossa pesquisa aponta para situações em que o Estado não teve condições ou intenção de fazê-lo, deixando frestas sensíveis que, teoricamente, podem ser capturadas na dinâmica das nucleações, no portfólio de sua experiência histórica, como, aliás, parece ser a intenção velada, mas em negativo, de um parágrafo de Wirth:

> "Conclui-se que a política de Minas controlava e adequadamente refletia as principais forças sociais de uma sociedade em transição: partia de condições isoladas, rurais, para um ambiente cada vez mais comercializado, industrial, voltado para o mercado. Não houve crise de participação. Na verdade, Minas talvez tenha sido excessivamente estável, como resultado provável de um desenvolvimento econômico relativamente inadequado".(WIRTH, 1982, p.195, grifo nosso).

No que concerne ao ambiente que pesquisamos, tudo indica que as crises podem ter sido muito mais comuns e graves do que se pensa, nas diferentes fases dessa trajetória evolutiva, até mesmo no que se refere à "estabilidade" sugerida pelo autor. Essa idéia de estabilidade dissimula a nervosa composição de forças, ao nível local, onde interesses econômicos e eleitorais se mesclam na arena comum compondo as divergências das nucleações. É neste confronto que as relações de lealdade garantem aos grupos de resistência o "capital eleitoral" de que precisavam dispor, para em nome das nucleações (e não das individualidades) assestarem as farpas da resistência, como, o próprio autor reconhece:

> "Em 1898, os grupos "lavouristas" estavam-se formando em todo o estado, assim como os paulistas por motivos semelhantes {protestar contra as quedas no preço do café e para pedir mais taxas de frete, crédito maior e melhor e legislação trabalhista mais flexível. No congresso de 1899 em Juiz de Fora, bloquearam a primeira lei de imposto territorial. (...) Sete candidatos do Partido de Lavoura e Comércio ganharam cadeiras nas eleições federais de dezembro de 1899 e o partido manteve algumas bases locais no Triângulo e zona da Mata por pelo menos dez anos. (...) As injustiças econômicas que revelaram eram reais. Os clubes dos produtores só diminuíram

> quando Silviano modificou a lei de imposto territorial e assegurou alguma isenção de frete. "*Os sobreviventes podem constituir o núcleo de uma federação agrícola quando e se quisermos*", advertiu um líder de Barbacena [270] em 1907 – e a ameaça era verdadeira.". (WIRTH, 1982, p.179).

Ora, é razoável deduzir, então, que as intervenções do Estado, ou das elites que o representam, não se deram apenas de forma conciliatória, ou clientelística, nos processos de extração do "capital eleitoral". Na verdade, pode-se perceber a existência de um leque polivalente de coerções, inclusive com uso dos aparelhos de força, para garantir os maiores índices possíveis de extração, ou evitar a sua evasão.

> "A violência crepitava em todo o estado, principalmente em épocas de eleições, (...) a violência face a face cobria todo o estado e era uma restrição importante à mudança política. Normalmente, o governador só intervinha em conflitos locais quando a violência ameaçava espalhar-se para outras cidades ou quando uma facção armada se tornava muito poderosa" (WIRTH, 1982, p.191).

Para ultimar uma compreensão mais abrangente do caso passense, temos que retomar o aranzel político gerado pela transição do estado imperial para o estado republicano. Uma das mudanças, no plano do direito, que viria afetar de forma significativa a situação das nucleações interioranas, principalmente no caso de Minas Gerais e, portanto, da região aqui estudada, foi a inclusão, na Constituição de 1891, do dispositivo que estendeu o direito de voto a todos os brasileiros alfabetizados e não propriamente a todos os cidadãos. Nas pequenas comunidades, quantitativamente, a população rural sempre foi predominante, ao contrário da população votante ativa que era urbana. Maria Isaura Pereira de Queiroz (2006, p. 178 e ss.) já destacara esta situação, enfatizando que "*a mão de obra rural empregada nas fazendas era analfabeta, portanto não votava*"; mas se equivoca, quando identifica essa "mão de obra" com "*os grupos de capangas com que os coronéis maiores e menores impunham sua lei",* apesar de alertar que "*não constituía a massa do eleitorado*".

As informações obtidas não só nas entrevistas, mas em documentos de diversos tipos, quanto à região aqui analisada, divergem das conclusões da autora, e sugerem que a mão-de-obra utilizada pelos fazendeiros locais compunha uma categoria genericamente conhecida como "camaradas", entre os quais uns poucos e só raramente podiam desempenhar funções de

[270] CALDAS, J. A. Rodrigues. "A lavoura de Minas, o convênio de Taubaté", texto publicado no órgão oficial do Estado de Minas, "**Minas Gerais**", edição de, 23-24 de abril de 1906, pp. 3-4

proteção e segurança, ou até mesmo, como "homens de confiança", executar "funções de capanga"; estas, como instrumento de pressões eleitorais, eram esporádicas: ocorriam, em geral, por ocasião dos alistamentos e eleições de vereadores e de deputados distritais [271]. O que importa é reter que a restrição do direito de voto aos "alfabetizados", na prática, favorecia o ambiente urbano, onde estaria a "massa do eleitorado", os "*pequenos funcionários, artífices, vendeiros, nos pequenos núcleos e vilarejos, os quais constituíam a camada inferior alfabetizada*", como, aliás, corretamente afirma a autora, acrescentando-lhes os "sitiantes" das zonas rurais. [272].

Esta situação é estratégica em relação ao caso de Passos: nos primeiros anos da República, as eleições tenderam a privilegiar os "grupos especiais de interesses" com base no eleitorado urbano, e com nítida vantagem sobre o "rural", liderados pelos negociantes, de vez que, os principais dessa nucleação não só contavam com a maioria dos fregueses da cidade, em geral alfabetizados "*de assinar o nome*", como podiam aliciar, no balcão, parte do eleitorado rural, até pela facilidade de aplicar os artifícios da qualificação forjada, e de ampliar as relações de freguesia, através das vendas "em fiados", de descontos especiais, da oferta de "agrados" na liquidação de débitos, e do parcelamento ou adiamentos de dívidas.

Em Passos, o regime republicano já nos seus alvores, possibilitou a organização desse grupo especial de interesse político, em torno de uma nucleação, que logo passou a ser denominada de "governista". O primeiro êxito dessa nucleação resultou da conjunção de fatores quase insignificantes: naquele momento histórico, os homens do negócio e do comércio mais expressivos da respectiva nucleação, eram, de certa forma, a melhor escolha para as funções de organizar juridicamente o município, ou seja, de funcionar como uma espécie de "*constituinte municipal*", quer pelas condições intelectuais de seus membros, quer pelas facilidades de residência urbana e de comunicação.

---

[271] Para eleição dos deputados os estados foram divididos em distritos eleitorais. A cidade de Passos integrava o 8º Distrito mineiro.

[272] Isto não impediu, porém, que parte do eleitorado rural, apesar de analfabeto, exercesse o voto, utilizando certos "arranjos" nada legais. Cinco décadas depois dos fenômenos aqui analisados, ainda menino, nós mesmos presenciamos uma dessas práticas: preenchia-se o requerimento de qualificação com uma "letra desenhada; ensinava-se às pessoas um "desenho" do nome mais ou menos compatível com a letra, e, diante do alistador, o cidadão apenas "desenhava" o nome, como tinha treinado. Ver a boa descrição do processo de qualificação feito por Mário Palmério, em **Vila dos Confins**, (1974, pp. 64-66), e a divertida "Eleição" descrita por Ulysses Lins, em **Um Sertanejo e o Sertão**, pp. 46-47, transcrita por Edgard Carone, 1970, p. 300.

Assim, foi da lavra desse elenco de "*habilidosos*" a elaboração do *Estatuto do Município de Passos*, do *Regimento da Câmara*, e do *Regulamento da Recebedoria Municipal* aprovado pelas *Resoluções 3 e 5*, o que garantiu a eles a condição de principais dentro da nucleação, e a esta, pela extração majoritária dos votos, a hegemonia na composição do governo provisório, ou "Intendência", e, em seguida, da Câmara, do Conselho Distrital e da Assembléia Municipal; essa nucleação venceu as eleições para os quatro mandatos sucessivos: de 1892 a 1894 [273], Francisco Gomes de Souza Lemos; de 1895-1897, Jayme Gomes de Souza Lemos; de 1898-1900, Evaristo Augusto de Alcântara Lemos; e de 1901-1904, Joaquim Gomes de Souza Lemos [274].

É evidente aqui a hegemonia dos "irmãos Gomes". Segundo o Almanack de 1898, os três eram "capitalistas" e comerciantes. Os grupos urbanos de interesse se organizaram em torno deles. Jayme Gomes, ao término de seu mandato em 1897, foi eleito deputado, mudando-se pouco depois para Belo Horizonte, onde exerceria influencia definitiva no governo do Estado, na gestão de Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902). Sua presença na Câmara Legislativa de Minas Gerais representa a consolidação do alinhamento da nucleação passense ao governo, donde lhe adveio a denominação de "governista".

À vista deste quadro, teríamos razões de sobra para justificar a existência do "coronelismo" ou da "oligarquia familiar" desses coronéis, não fosse o fato de que todas as informações obtidas nas entrevistas e por intermédio de familiares ainda vivos na década de setenta desmentem tal hipótese: não é a condição de "*coronel ou de mandões locais*" que fez deles os principais nessa nucleação, e sim, o domínio perfeito dos instrumentos de modernização da burocracia do estado republicano. Este fato pode ser comprovado pelas peças jurídicas que produziram, citadas acima. Também não eram "ricos", quando comparados com os capitalistas [275], lavouristas, comissários e negociantes de gado.

---

[273] Dr. Francisco da Silveira Gusmão. Afastou-se no início do mandato, mudando-se para Franca onde se dedicou à cafeicultura. Consta do Almanach da Franca de 1902, como "capitalista" e como "fazendeiro" em 1912, conforme transcrito por Tosi (op. cit., p. 276 e 199).

[274] Mandato prorrogado por um ano, por força da Lei 371, de 17 de setembro de 1903, que anulou os alistamentos daquele ano, adiando as eleições.

[275] Os dados biográficos de Jayme Gomes confirmam: veio para Passos em 1874, e com os irmãos, fundaram uma fábrica de chapéus. Logo venderam. Jayme exerceu o cargo de Collector Geral e Provincial até 1883. Nesse ano fundou com Genaro César da Costa a Gazeta de Passos, abrindo em seguida, uma casa comercial. Em 1894 foi eleito presidente da Câmara. Em 1898 foi eleito deputado estadual pelo 8º. Distrito. Reeleito nas duas gestões seguintes. Indicado pela Comissão Executiva do PRM para Deputado Federal, foi eleito em 1912, no governo de Júlio Bueno Brandão. Em 1920, ainda ocupava a cadeira.

Ancorados em atividades comerciais e industriais urbanas, (fábrica de chapéu, armazém de secos e molhados; moinho tocado a água), impressiona o perfil urbanístico de suas moradias: exíguas e modestas como qualquer habitação de classe média.

> "O próprio comércio interior adquiria outra dimensão, o pequeno comerciante local se apresentava dotado de um relevo que não tem sido levado em consideração pelos estudiosos. Se a base do coronelismo era, como escreveu Costa Porto, "a capacidade de fazer favores", o comerciante, pequeno ou grande, aparecia realmente como alguém dotado de excelentes meios de "fazer favores" aos outros". (QUEIROZ, 2006, p. 196).

Do ponto de vista nas ligações com o Estado de Minas, esse tipo de nucleação sempre buscou um alinhavo sólido para se abastecer dos favores do Estado: nas taxas de importação, nas verbas para obras e serviços públicos e, especialmente, na participação em programas de melhorias de estradas e ampliação das redes ferroviárias. Como exemplo, podem-se citar os projetos de integração das ferrovias, estradas de rodagem (carros de bois) e navegação fluvial, que vinham sendo cogitados e parcialmente implantados, desde os tempos do Império: eles constituíram o fulcro dos interesses no eixo das relações entre a nucleação hegemônica e o governo do Estado [276], e sempre constituíram os sonhos acordados das municipalidades. Mas quanto à reciprocidade entre as nucleações locais e as esferas mais abrangentes de governo, é possível perceber dois tipos de orientações, que apontavam para direções e interesses opostos: numa, valiam as potencialidades do comércio e, neste ponto, a região sudoestina não dependia diretamente do governo mineiro; na outra, valiam as potencialidades políticas, o cabedal votante da "sementeira de votos" local, e, neste caso, procurava alinhar-se, o mais solidamente possível, ao governo do Estado.

Colocadas as coisas nesta perspectiva, percebemos que os negócios da política se resolviam na contramão dos negócios da economia. Até mesmo na sua concretização física: a malha das trocas mercantis voltavam-se para o Rio e São Paulo, favorecidas pela conexão com a ferrovia em Três Corações ou Casa Branca, e, depois, Franca; em sentido contrário, a malha das trocas políticas voltavam-se para Belo Horizonte, cujo acesso era extremamente difícil nos tempos da primeira república, e dependiam também da conexão ferroviária por Três Corações do Rio Verde. No entanto, há nesse jogo uma particularidade que faz sentido: o comércio de gado, facilitado pela grande Feira dessa cidade, e pela mediação dos marchandes aí estabelecidos, punha o grupo da pecuária de invernada, e seus interesses especiais, em

[276] Uma análise interessante desses projetos de integração, é a de GODOY, e BARBOSA, 2008. Disponível em: **<http://www.scielo.br/scielo**. Acesso em: 21-02-2009.

contacto direto com o Rio de Janeiro, favorecendo os principais da nucleação lavourista, cujas "negociações", tanto econômicas quanto políticas, convidavam ao alinhamento às esferas federais do governo.

É interessante lembrar que esse "divisor" aparece inclusive na utilização dos meios de comunicação disponíveis. Assim, em Passos, quando o "clima político" tendeu à radicalização entre 1900 e 1909, as farpas partidárias dos "governistas" eram amplamente divulgadas nos jornais da capital do estado, enquanto as alfinetadas lavouristas só encontravam veículos no Rio e em São Paulo. Vale recordar, por exemplo, as denúncias e apelos dos lavouristas após a violência do Fórum, que só foram viabilizados em São Paulo, e no Rio, tanto na Imprensa, quanto no Senado, pela voz de Rui Barbosa.

A divergência de sentido entre negócios da política e negócios da economia envolve, por conseqüência, o processo de interação entre as três esferas administrativas, segundo a divisão política adotada pela República: a dos municípios, a dos Estados e a da União. As funções primárias de sustentação do estado, deveriam se realizar em duas órbitas diferentes e mais ou menos concêntricas. A primeira envolvia os instrumentos de coerção e extração da União sobre os Estados; a segunda, destes sobre as suas regionalidades.

Embora a concretização destas funções ainda continuasse apresentando disfunções e atritos, ao longo de todo o período da "República Velha" (CARONE, 1971) parece ter sido o grande obstáculo à consolidação do federalismo, nos seus primeiros anos. As dificuldades enfrentadas pelos governos militares estão nessas órbitas, em duas vertentes: o caos financeiro e a dificuldade de consolidação do poder central pela anarquia política existente nos estados. E, guardadas as proporções, fenômeno semelhante ocorria na esfera dos Estados, cuja grande dificuldade era fazer funcionar os instrumentos de coerção e extração em regionalidades tradicionalmente marcadas pela "autonomia", isto é, "administradas" por nucleações locais, com ou sem aparelhos de força, em lugares onde os aparelhos do Estado, especialmente os da Justiça, quase nunca chegavam; onde *"... a ordem privada se prepara para usar a violência contra a violência*" (CANDIDO, 1995, p. 156).

Há evidencias de que os problemas relacionados ao alinhamento das nucleações locais aos governos estaduais dependiam do alinhamento destes ao governo central, caso em que suas raízes precisam ser buscadas, fundo, no processo de consolidação do regime republicano,

focado na transição do poder militar para as mãos dos civis. A chave é o governo do Marechal Floriano Peixoto. Um Floriano que Fernando Henrique chama de "republicano jacobino", mas que, diante de uma "federação" que mais se assemelhava a uma colcha de retalhos políticos, em fiapos e mal costurada, e que só tinha de intacto alguns dos retalhos. A maioria, no nordeste, por exemplo, estilhaçados por conflitos locais, às vezes sem condições de governabilidade em face dos movimentos de "rebeldes primitivos", ou de "messianismos", ou de lutas intestinas.

Persistindo *"... a ausência de um "sistema" estável para marcar os limites e as regras do jogo de poder*" (CARDOSO, 2006, p. 48), Floriano, um jacobino de farda e de espada, aplica com as armas, o império da Lei: a "derrubada dos governadores" é seu instrumento e o seu trunfo para religar os fiapos da colcha. "*Quando os dados da política jogam-se nesta direção, não há fator estrutural que supra a necessidade imediata de uma vontade determinada de poder*" (CARDOSO, 2006, p. 49). Nestes, e nos confrontos com as revoltas do Sul e da Armada, Floriano reforça o poder presidencial, e arremata a costura, ainda imperfeita e desfiada, do "governo nacional", deixando-o ao ponto para a sucessão, da qual se abstém, contrariando a opinião pública e os anseios dos jacobinos de plantão nas casernas.

> "Apesar da frieza da transmissão de mando – também compreensível da parte de quem, sendo senhor todo-poderoso da tropa, entregava o poder a um sucessor que não fora feito diretamente por si e de quem temia perseguições a seus mais chegados amigos – o Marechal deixou o poder sem tentativas sérias de retorno". (CARDOSO, cit., p. 49). "O Marechal fundira o estado de espírito jacobino com um "Partido" que seria ao mesmo tempo o do Estado – o da fidelidade às leis, tal como o Marechal as interpretava – e o dos batalhões cívicos". (cit., p.51).

Iniciando a fase dos presidentes civis, ou dos "casacas", como chamavam aos civis endinheirados, Prudente de Morais só chegou ao poder graças à "*crença numa ordem republicana*" e à persistência dos paulistas na direção de uma "*união nacional*" republicana, à margem da "*incapacidade de organização do Partido Republicano Federal*". Campos Sales, Governador de São Paulo, por delegação da presidência, interfere e a linha-dura de Glicério é derrotada, na crise da "Dissidência", ficando a Câmara Federal, doravante, dividida entre "Republicanos" (minoria gliceriana) e "Concentração", a maioria, como sustentáculo de Prudente.

> "Daí por diante o Presidente da República passa a ser, automaticamente, o Chefe do Partido, mas este será (...) um estado de espírito que outra coisa não é senão o Grande

> Clube Oligárquico. A tarefa de operacionalização desse sistema coube a Campos Sales e por ele foi exercida com perfeição." (CARDOSO, idem, p. 53).

Para Campos Sales, o não alinhamento dos governos estaduais, e as freqüentes asperezas entre o poder executivo e o poder legislativo, reclamavam um executivo funcionalmente dominante: "*em matéria de teoria do Estado, independência entre os Poderes, mas preeminência presidencial" (...) o Legislativo não governa nem administra*". O Executivo para Campos Sales esclarece e dirige, mas a maioria dos representantes no Congresso deve ser esclarecida, porém, muitas vezes, dirigida. Um ponto importante é o reconhecimento automático das maiorias estaduais, pois "*o mesmo sufrágio que elege a um deve eleger ao outro poder*". Assim, o Governo Federal não interferiria na condução política dos estados, mas não apoiaria oposições ou dissidências. É esse o cerne da "política dos governadores" que daria o tom da governabilidade federal; no fundo, uma política de "Clube dos Eleitos", conforme a expressão de Fernando Henrique Cardoso, cuja análise temos seguido (CARDOSO, 2006).

Por outro lado, o Governo Federal não podia prescindir do alinhamento irrestrito dos Governadores e não podia deixar que as "dissidências" fossem tais que ameaçassem a normalidade do poder central. Para tanto, a autonomia concedida aos estados vinha acompanhada de mudança significativa em relação ao processo de "Verificação de Poderes". Tal sistema consistia em que todos os deputados eleitos tinham de ser "aprovados" por uma comissão da Câmara Legislativa, que, até Campos Sales, era presidida pelo deputado mais antigo na casa, o qual escolhia os outros quatro membros. Sales alterou o processo, definindo que a presidência da comissão caberia ao presidente da legislatura anterior desde que fosse diplomado para a nova legislatura. Com isto, garantia que o mesmo fosse perfeitamente alinhado com o Governo Federal, dando a este, indiretamente, a condição de "*degola*" dos deputados da oposição.

Quanto aos Estados, os primeiros a garantir essa política foram justamente São Paulo, onde se concentrava o capital econômico e financeiro, e Minas Gerais, onde se concentrava o capital eleitoral, portanto, os dois pilares para os objetivos de extração do Governo Federal; extração que, através da "política dos governadores", dispensaria outras formas de coerção. É evidente que o mesmo modelo foi adotado pelos governadores face às nucleações locais, sem grandes riscos de rupturas dramáticas, exceto em situações muito específicas tatuadas de ingerências de outra ordem, não necessariamente políticas. Cabe aqui uma observação de

Victor Nunes Leal, relacionada ao contexto da reforma constitucional de 1920: "*Era, pois, conveniente armar o Estado dos elementos necessários para, no âmbito da administração dos municípios, fazer prevalecer os interesses gerais sobre os interesses locais*" (1975, p. 83), que ele próprio amplia nesta argumentação esclarecedora:

> "A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais. Para que o processo se desdobrasse por essa forma, o bode expiatório teria de ser inevitavelmente o município sacrificado na sua autonomia. (...) Aliás, a simples idéia de que os municípios, deixados à sua livre determinação, acabariam nas mãos de oligarquias locais – que se manteriam, em caso de contestação, pelo suborno e pela violência – conduzia muito naturalmente à conclusão de que era preciso dar ao Estado os meios de impedir aquela possibilidade". (LEAL, 1975, p. 101-102, grifo nosso).

Os "meios" a que se refere o autor nada mais eram do que a autonomia dos governadores para resolver à sua maneira as múltiplas situações de extração do capital eleitoral junto às nucleações locais, desde que garantissem sempre a vitória do situacionismo. "*E esse entendimento conduzia ao compromisso de tipo "coronelista" entre os governos estaduais e os municipais, à semelhança do compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados*". (LEAL, 1975, p. 102).

> "Mas isso, em regra, não se fazia, porque o interesse maior da situação estadual não era de ordem administrativa e sim eleitoral. A política dos "coronéis" consistia precisamente nesta reciprocidade: carta-branca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado". (LEAL, 1975, p. 88).

A "política dos coronéis" a que o autor se refere é um simulacro regional da "política dos governadores", guardando com esta similitude de objetivos e de formas. Porém, há indícios de que, em tese, o que importava não era a eleição dos "camaristas locais", propriamente, mas as eleições de deputados, desde que os municípios elegessem os deputados "ideais", tanto na esfera estadual quanto federal, dispensando assim o recurso da "degola". De qualquer forma, o "filtro" da "verificação" corrigiria quaisquer desvios dos camaristas ou das nucleações locais. É este o sacrifício da autonomia municipal a que se refere Nunes Leal.

> "No regime de 1891, os requisitos da qualificação, as condições de elegibilidade e o processo eleitoral nas eleições municipais não eram uniformes em todo o país, porque a matéria pertencia à competência privativa dos Estados. Mas neste terreno as principais restrições à autonomia municipal (...) eram representadas, de um lado pela intromissão do Estado no pleito, por meio de coação, favores, emprego de dinheiros públicos e outros vícios eleitorais, e, de outro, pela interferência da política estadual dominante na composição eletiva dos órgãos municipais, através do reconhecimento ou verificação de poderes". (LEAL, 1975, p. 123-124).

Há uma contradição embutida nessas relações: se tanto os negociantes de gado, os invernistas e lavouristas, quanto os negociantes de armarinhos, de armazéns de secos e molhados, das lojas de ferragens, enfim, os capitalistas da malha do mercado "urbano" se articulavam, economicamente, na mesma direção, ou seja, nas vias que levavam ao Rio ou a São Paulo, então como explicar a importância do alinhamento da nucleação dos negociantes ao governo mineiro, sediado em Belo Horizonte, de onde emanavam os instrumentos de extração do capital eleitoral, inclusive o manejo dos favores e das forças? Wirth já apontava tangencialmente este tipo de problema:

> "Como região, Minas era definida não apenas por sua base econômica difusa, mas também por seus valores políticos e culturais. O regionalismo mineiro foi primeiramente uma concepção político-cultural, que não engrenava facilmente com os fatores econômicos. A coerência regional era amplamente determinada pela existência de fronteiras políticas" (WIRTH, 1982, p.69)

A posição de Minas, aliada a de São Paulo, como força decisiva na consolidação do federalismo, se devia ao seu poder de votos: "*Como o estado mais populoso do país, Minas Gerais tinha o maior eleitorado federal, mas a votação para eleições a governador sempre fora maior que os totais presidenciais até 1910*". (WIRTH, 1982, p.194). Para as agências políticas do Estado, o município de Passos representava, no 8º distrito eleitoral, uma "sementeira de votos", oportuna e nada desprezível. Mas o que representava o Estado para a nucleação dos negociantes passenses? A fonte dos favores, sem dúvida. Mas, favores que podem ser enfeixados em três esferas: os de longo alcance; os de alcance nuclear; e os de interesse pessoal. No primeiro caso situa-se a inclusão do município no plano de construção das ferrovias, pontes, estradas de rodagem e outras de grande porte; no segundo caso, aqueles que interessam particularmente à nucleação: controle dos órgãos locais de coerção e extração, controle das arrecadações e finanças, obras de urbanização, abastecimento de água e luz, linhas telefônicas, correios e telégrafos, e outras; e, por fim, as de interesse pessoal:, colocação de parentes e amigos, obtenção de empréstimos, ganho pessoal, etc.

Mas, é possível que a explicação esteja na própria dinâmica da política passense, ou, em outras palavras, nos diferentes momentos e arranjos entre a extração do "capital eleitoral" pelo governo do Estado e a as oscilações de domínio das nucleações locais. Estas oscilações se deram no processo pelo qual o "trânsito" mediado pela hegemonia dos Gomes, que, na prática, significou a própria "organização institucional do município", como já foi dito, passou à mediação dos lavouristas, alterando a possibilidade ou não do "trânsito". A extração dos votos dessa sementeira num ou noutro caso, passava pelo controle local dos alistamentos, pela ordenação do processo eleitoral, pela condução das votações e, acima de tudo pelo processo de apuração.

De qualquer forma, é na virada do século que se dá a ruptura definitiva entre as nucleações; ruptura que já vinha sendo anunciada desde a primeira gestão dos Gomes com o episódio evolvendo a estrada em terras do fazendeiro Carlos Nogueira; que prosseguiu com as questões do reparo e desvio da estrada para Carmo do Rio Claro, na gestão Jayme Gomes; que se agravou com os vetos de Dr. Evaristo, relacionados ao sistema de abastecimento de água e aos depósitos no Banco da República, para desaguar como uma enchente, na eleição de Joaquim Gomes, em 1900 [277]. Assim, se na esfera abrangente, os vínculos entre a nucleação dos negociantes e o Estado se estreitavam com a eleição (1898) de Jayme Gomes para deputado e de Silviano Brandão para Governador de Minas, em nível local, a nucleação lavourista caminhava para a hegemonia.

Alguns fatos marcam a ascensão lavourista: o protesto da Câmara Municipal contra a decretação do Imposto Territorial, "medida esta que vem ferir profundamente a principal fonte de riqueza nacional – a lavoura", em sessão de 03/11/1889 (CMP, Livro 969, fl. 23v); a criação do jornal Comércio e Lavoura (1901), semanário para fazer oposição à Gazeta de Passos, alinhada aos Gomes; e a formação do Eleitorado Lavourista, através do cumprimento dos atos burocráticos. Antonio Celestino, em artigo veiculado em 28-07-1901, pelo Comércio e Lavoura ataca a trama política de Silviano Brandão, já então na vice-presidência da República.

> "A trapaça, a fraude, a violencia, todos esses seguros elementos de Victoria nos saudosos tempos em que o povo assistia indiferente à espoliação dos seus direitos, já não parecem ao sr. Silviano um argumento bastante forte para impor

[277] Episódios já descritos em capítulos anteriores, especialmente no capítulo IV.

> a seu bello prazer qualquer candidato, como aconteceu na eleição de deputados e senadores ao Congresso Estadoal (...)"Somos contrários a qualquer candidatura apresentada pelo sr. Silviano, porque a experiência tem nos demonstrado que sua excellencia não quererá jamais fazer-se substituir por um político honesto que venha contrariar os seus planos, e que nenhum homem revestido de civismo possa acceitar a presidência de um Estado que o sr. Silviano pretende governar mesmo do alto d'essa cadeira de vice-Presidente da Republica que a sua vaidade e a sua falta de patriotismo lhe fazem cobiçar".

Em 8 de julho de 1901, Manuel Lemos de Medeiros renunciou [278] ao mandato de vereador e passou a liderar, junto com o irmão Francisco, as vocações lavouristas, destacando-se entre os principais da nucleação, que se consolidava dia a dia. Para aguçar ainda mais a oposição entre as nucleações, encerrado o primeiro ano da administração Joaquim Gomes (1901), as contas teriam que passar pela análise e aprovação de uma comissão especial, que, curiosamente, estava composta por três "lavouristas". Em 07-02-1902, a comissão emitiu parecer assinado por Paschoal Braz Amparado, Elisiário José Lemos e Manoel da Silva Maia, contrário à aprovação, impugnando:

> "... a importância de Cr$ 8:144$525, por estarem os recibos sem os devidos selos e a importância de 1:000$000 "paga ao gerente da Gazeta", conforme recibo firmado por João Ernesto Corrêa em nome de José Augusto de Paula França (...) sendo este documento nulo de pleno direito, nada provando portanto, e sendo além disso certo e sabido que por parte do gerente da Gazeta de Passos, não foram cumpridas as cláusulas 1ª e 2ª do contrato efetuado com a Câmara em 2 de janeiro de 1901, porquanto a Gazeta de Passos não teve durante o ano publicação regular que satisfizesse a cláusula 4ª do contrato..."

A ruptura estava definitivamente consumada. Daí até as eleições, que ocorreriam em 1903, mas foram prorrogadas para 1904, a campanha, de lado a lado, mostra o descarrilar da carruagem política. A utilização de camaradas em "funções de capanga" ocorre em ambas as nucleações. A Câmara chega a contratar "paisanos" para ajudar o policiamento da cidade. Os governistas também mantinham seus próprios camaradas, conforme registrou Antonio Celestino. No entanto, as atas estão eivadas de denúncias feitas pelos camaristas sobre o "clima de violência" que pairava na cidade e de expedientes pedindo ao Governo do Estado o envio de delegado especial e efetivo policial para garantir a ordem e o sossego da população.

---

[278] A secretaria da Câmara registrou, em data de 17.7.1901, que "Recebeu-se ofício do Sr. Cel. Manoel Lemos de Medeiros, de 8 do corrente mês, renunciando o cargo de vereador especial pelo distrito de S. Rita do Rio claro, deste Município", como já dissemos no Capítulo 1.

Não há dúvida, de que o lavourismo lançou mão da violência para contrabalançar o peso do governismo, que mantinha o controle da polícia, do alistamento e das eleições. Dentre as barbaridades descritas por Celestino nos "Contratadores da Morte", há pouco subsídio para sustentar a existência de um clima de violência, uma "ameaça" à ordem e ao sossego como pretendiam os "governistas". Se Claudimiro assassinou o soldado Roque na zona boêmia, não foi por intuitos políticos: foi uma espécie de "vingança tardia" pela mortandade praticada pelos soldados do governo, sobre sua gente, em Canudos. Ele mesmo o diz, pela letra de Celestino.

Os únicos episódios que trazem conotações políticas aparecem: no assassinato de José Antonio, "um jagunço contrário", mas muito mais pelas falas das pessoas que se acercaram do cadáver, incriminando os "lavouristas"; no episódio do Circo, onde o tiroteio de camaradas do lavourismo contra camaradas do governismo levou a morte a um inocente. Mas era uma iniciativa individual, apressada e egoísta de João Paulista. O tiroteio no Hospital, onde o camarada governista "guardava leito", entre soldados e camaradas lavouristas é o episódio mais evidente, em termos de conotação política. A polícia leva a melhor, e o "doente" foge disfarçado de soldado. O discurso dos camaristas, contudo, insiste no clima de violência e fala em "bando de 100 jagunços" atacando a delegacia para roubar os processos que incriminavam alguns companheiros que teriam encurralado eleitores. Mas, nunca se comprovou a existência desses homens. Parece mesmo tratar-se de um exagero proposital dos edis governistas.

Sabe-se, porém, que no dia 30 de junho de 1903, homens em "funções de capanga", de fato roubaram e destruíram os livros de alistamento, da casa do Juiz alistador, na rua do Comércio.[279]. Tudo indica que os governistas protestaram com todos os argumentos e forças junto ao Governo, ressaltando duas linhas de pensamento: a insegurança e falta de garantias para o exercício político e o aumento incontrolável da criminalidade. Quanto ao "roubo dos livros", a tradição preservou uma explicação verossímil: o roubo era a única forma de anular as "trapaças" dos governistas. É bem possível que tenha acontecido e, em caso afirmativo, o fato teria criado a oportunidade de consagrar o eleitorado lavourista e, logo depois, a vitória de 1904.

---

[279] Consta de relatório do agente executivo, conforme registrado no Capítulo 1, inclusive a denominação de uma rua "30 de junho" (Lei 231, de 01/10/1905), feita pela nucleação lavourista, quando assumiu o governo do município.

A nucleação lavourista não se caracterizou tanto por essas incidências de anormalidade. Efetivamente, a formação da opinião pública já vinha sendo feita desde 1901, através do "*Commercio e Lavoura*", pela pena de um dos mais ilustres polemistas da época, o jornalista Antonio Celestino. Apesar de não possuirmos a série completa do semanário, a existência de um único número já permite deduzir o perfil de mútua oposição, através das farpas endereçadas pelo articulista sobre acontecimentos públicos ou individuais, porém, locais. É de sua lavra o refrão oposicionista, de grosso diapasão, a ressoar nos ouvidos dos "governistas":

> "Há nesta cidade um único partido, o da lavoura, que se ergue compacto e com um só pensamento – a reivindicação de seus direitos confiscados por um grupo malsinado e que por força quer elevar-se à altura de um partido – o governismo incondicional, sem prestígio algum, agindo aos cochichos nos célebres conciliábulos de aposentos reservadíssimos". (...) "Os brios de uma população não podem ser assim conculcados por quatro ou cinco membros de um grupo que, por ser governista e contar com o apoio do governo se julga auctorisado a atirar os maiores baldões". [280].

Em 1901, no início do segundo semestre, por exemplo, a questão da sucessão no governo estadual é o foco: chefia o executivo mineiro, Francisco Silviano de Almeida Brandão, tendo-se como certa a sua indicação para a vice-presidência da República [281]. Nestas circunstâncias, consoante o sistema político mineiro, a ele caberia a indicação do candidato à sua sucessão. É quanto a essa indicação que os "lavouristas" passenses manifestam não apenas a oposição contundente ao governo de Silviano Brandão, como ainda, a crítica antecipada de seu possível sucessor. E, naturalmente, os "governistas" silenciam, confirmando o alinhamento ao governo.

> "Somos contrários a qualquer candidatura apresentada pelo sr. Silviano, porque a experiência tem nos demonstrado que sua excellencia não quererá jamais fazer-se substituir por um político honesto que venha contrariar os seus planos, e que nenhum homem revestido de civismo possa acceitar a presidência de um Estado que o sr. Silviano pretende governar mesmo do alto d'essa cadeira de vice-Presidente da Republica que a sua vaidade e a sua falta de patriotismo lhe fazem cobiçar.(...)Tarde ou cedo, porém, o sr. Silviano há de romper o silencio manhoso em que se abroquelou, há de, pela imminencia do pleito, levantar a candidatura do seu substituto, e então veremos qual dos dous políticos referidos será o escolhido para ser n'este desgraçado

---

[280] CELESTINO, Antonio; [pseudônimo JOB]. **O que há?**. Passos, Comércio e Lavoura, Ano I, nº II, p. 1), ver referências jornalísticas.

[281] Silviano Brandão foi realmente indicado como vice-presidente da república, na chapa de Rodrigues Alves, mas faleceu em 21 de fevereiro de 1902, sendo substituído por Affonso Penna. No governo de Minas, completou-lhe o mandato o sr. Joaquim Cândido da Costa Sena, e, em setembro de 1902, assumiu efetivamente Francisco Antonio de Salles, conforme previa o "Comércio e Lavoura".

> Estado o continuador d'essa perigosíssima política de reacção e de ódios de que é o chefe supremo o actual Presidente, que sonha, mesmo afastado da política estadual continuar a imprimir-lhe a direcção mental, comsolidando sua influencia para que jamais desappareça de Minas a terrível oligarchia dos brandões" [282].

Nada disso, porém, sustenta a versão aterrorizante que era divulgada pela nucleação dos negociantes junto à população e levada por vários expedientes aos seus aliados no governo. Os camaradas que exerciam funções de capanga, não se diferenciavam do comum das gentes, que circulava pela cidade, que freqüentava eventos. Muitas vezes era um perfil de normalidade, de sucesso comercial, ou então, a variedade de "raparigas" acompanhantes, caso em que elas chamavam a atenção, por ferir a moralidade extremamente católica e conservadora. Uma descrição de Mário Palmério parece captar com perfeição esse clima de normalidade, ao descrever os tais "jagunços" tranqüilamente integrados ao quotidiano da cidade:

> "... o tal de Hirondino, montado num burrão branco, lenço no pescoço, o cano do revólver aparecendo por debaixo do paletó, descendo a passo, sossegadão, plena Rua do Comércio! O Lico da Isoldina anda também por aí, e já de chalé-de-bicho montado... O descarado do Chico Doido, esse outro facínora é um que não perde coreto no Largo, e, cada noite, aparece de braço com rapariga diferente". (Palmério, 150).

Apesar disto, é legítimo supor que algum fenômeno tenha ocorrido entre 1898 e 1904, capaz de modificar o fluxo da extração de votos que até então garantia a hegemonia da nucleação dos negociantes passenses. Tal fenômeno teria que ter um grande impacto sobre a estrutura do mercado urbano de bens de consumo e de serviços. Examinando os dados do Álbum de Passos, de 1920, verifica-se o predomínio quase absoluto dos sírios e libaneses no comércio local. Ora, como essa "presença" é discreta no Almanack de 1898, pode-se inferir que a imigração sírio-libanesa para Passos foi acentuada na virada do século e nos primeiros anos da nova década. Embora a grande nacionalização de 1891 garantisse o direito de voto aos imigrantes, a maioria não se envolveu nas eleições locais. Devem existir várias razões para isto, mas uma, predominante, era a dificuldade lingüística, particularmente quanto à escrita, necessária à qualificação eleitoral. Se o domínio da fala já era difícil, o da escrita foi muito mais lento. Acrescente-se a isto, a informação de um depoente entrevistado em 1983, de que os sírios recém chegados procuravam aprender a fala portuguesa com o Dr. Sisenando,

---

[282] CELESTINO, Antonio. **Candidatura Presidencial**. Passos, Comércio e Lavoura, Ano I, nº II, p. 1, ver referências jornalísticas.

que dominava um pouco do árabe e que, por isto mesmo, se tornaria uma espécie de "professor de português" e de "intérprete". Esta aproximação "didática" certamente provocou alterações políticas, já que José Sisenando era um dos principais da nucleação lavourista. Tudo leva a crer que o domínio sírio-libanês do mercado obscureceu a hegemonia dos velhos negociantes, e empobreceu a sua capacidade de extração de votos em dois sentidos, imbricados um no outro: os "turcos", como eram chamados, além de concorrentes, não votavam por não dominar a escrita; e em termos de freguesia estavam mais ligados à nucleação lavourista. Esta circunstância certamente interferiu nas eleições de 1904 e 1907.

E, nelas, a nucleação lavourista saiu vitoriosa. Ao vencer, porém, não só subverteu o quadro político local, mas demonstrou que em termos de "sementeira de votos", havia um novo poder na região, com quem as ações de coerção e extração do Estado deveriam doravante ser tratadas, mas que, na direção inversa, também as atitudes de legitimação deveriam ser revistas. O até então "*perfeito alinhamento*" com o governo do Estado fora perdido; e não podia ser recuperado facilmente, pois havia variáveis complicadas aí imbricadas. Maria Arminda Arruda percebeu com precisão a complexidade da situação: *"... e a pretensão de uma volta ao 'equilíbrio perdido', enredam a classe dominante regional em uma armadilha que a joga no futuro, mas em um futuro sobre cujo desenrolar não exerce o controle principal*". (ARRUDA, cit., p. 41).

Em princípio, pode-se argüir que a armadilha na verdade era de duplo amarrio: primeiro, com o passado, por esbarrar numa herança difícil de ser ignorada – a tradicional hegemonia dos "governistas" locais era um "passado" que continuava presente; segundo, com o futuro, fazendo da nova situação mais um obstáculo do que uma alternativa aos processos extrativos do capital eleitoral pelo Estado. É plausível, todavia, considerar que a liderança política do Estado, utilizando-se das múltiplas reservas de barganha pudesse, enfim, contornar a situação, levando a nucleação lavourista a cooptar os desígnios do governo.

Esta possibilidade encontraria uma mútua disponibilidade: para o Estado, a de não perder o capital eleitoral dessa nucleação, agora hegemônica no 8º distrito, que poderia ser útil para manter a grande força política de Minas perante as metas unificadoras da federação e, ainda, para manter a "unidade de Minas" diante de resistências regionais; para a nucleação lavourista, a de recuperar a condição desfrutada pela anterior em relação às benesses estatais. Afinal, a "máquina" do Estado tinha condições de fazê-lo e tinha motivos e interesses em tais

negociações. Por que não o fez? Uma pista é a de Oliveira Vianna, mas não se aplica, pelo fato de que a resistência parece ter sido recíproca, ou muito mais do Estado do que da nucleação.

> "Do que se verificou realmente destas "experiências" intervencionistas ou de dirigismo econômico é que o Estado pode muito, mas não pode tudo; que a resistência da sociedade à pressão do estado é um fator com que ele, Estado, deve contar sempre – porque é ineliminável". (VIANNA, vol. II, p. 574).

Outra pista é dada por Maria Arminda, a partir de uma teoria do regionalismo, que a própria autora amplia vinculada a questões ideológicas convergentes para situações de crise, ao amparo de Rosa Maria Godoy Silveira, que cita em seguida:

> "Regionalismo é definido como um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (em matéria política e economia), mesmo ao risco de por em perigo a legitimidade do sistema político vigente" (ARRUDA, 2000, p. 11)
>
> "As elaborações regionais configuram-se, na mesma vertente analisada acima, em discursos de resistência"(...) "Crise significa, então, um momento do processo histórico em que os elementos básicos componentes do espaço regional estão sendo reestruturados (substituídos ou transformados) em decorrência de condições internas e externas à região, e cujo sentido é conferir maior racionalidade à ordem capitalista mais ampla". (ARRUDA, 2000, p. 41) [283].

De qualquer forma, estamos diante de forças que se tecem e atuam em linhas divergentes no plano político, especialmente remetidos a dois patamares distintos: um, onde se enfeixam os vínculos com o Estado e seus aparelhos burocráticos de coerção e extração, inclusive os prepostos que os legitimam ao nível local, como o delegado e a força policial, o juiz de direito, os recebedores e coletores do Estado e da União; e outro, onde se tecem os vínculos locais de extração e coerção, representados pela Câmara e suas repartições, competências e prepostos, ou seja, os funcionários locais que se incumbem do recebimento de taxas, fiscalização de comércios, execução de serviços urbanos, manutenção e ampliação de vias rurais, administradores e arrematadores de serviços públicos, de serventias, de rendas e tributos, e ainda o controle do processo eleitoral: juizes e juntas alistadores, cabos eleitorais, escrivães, mesas receptoras e apuradoras, entre outros.

---

[283] SILVEIRA, 1984, p.55, citada por ARRUDA, 1999, p. 41.

Controlar esses aparelhos, em qualquer um dos casos, era a própria usina de exercício do poder. Tal controle, na prática, não se desligava do campo da materialidade, ou seja, dos complexos arranjos da economia, onde os nexos do capitalismo articulavam não apenas relações para produzir, mas, também para manter o emaranhado das trocas; e, para além destas, as volúveis alternâncias do consumo. Em suma, seja através dos vínculos com o Estado, com o Município, ou com ambos, as formas de organização das pessoas em torno dos mecanismos de coerção e extração e de sua perfeita contra-face – os mecanismos de legitimação –, se dão através da hegemonia de grupos de interesses, coesos, mas hierarquizados, através das nucleações; hegemonia que, uma vez rompida, não pode ser facilmente recomposta. A ruptura do processo de legitimação é como a quebra de um vaso: pode ter suas rachaduras coladas, mas nunca será o original.

Uma dessas rachaduras proveio de contradição mais ampla, entre o Estado e a nucleação lavourista: no quadro da "política dos governadores", a cafeicultura paulista e mineira resistia a certas medidas federais relacionadas à economia, ao crédito e ao fluxo de exportação e, ao mesmo tempo reivindicavam a intervenção do Estado. O fulcro era a crise da cafeicultura sinalizada a partir de 1897, agravada pela abundância das safras a partir de 1902. A deterioração do preço de mercado levava os cafeicultores a grandes dificuldades financeiras, na zona limítrofe paulista, na zona da mata mineira e no vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. O auge dessa superprodução ocorrerá em 1906. Essa crise levou à busca de soluções marginais ou integradas ao governo da União. O Convênio de Taubaté, em 26 e 27 de fevereiro de 1906, formalizou um acordo entre os produtores e os governos dos três Estados. Mas a participação da União era indispensável. A coincidência do Convênio com o processo sucessório federal acabou criando as condições políticas para a conclusão do Convênio [284].

Este episódio tem interesse para o caso que analisamos, porque a atenção do governo de Minas estava voltada para seus amarrios políticos com o segmento do capital fundiário aplicado na cafeicultura. Isto é particularmente importante para o caso de Passos, uma vez que a cafeicultura passense era insignificante, e que a malha basilar dos negócios estava atrelada à pecuária de invernada e ao comércio de abastecimento, ambos relativamente estáveis e lucrativos, voltados para o Rio e São Paulo. Isto explica certo desenlace do lavourismo

[284] FAUSTO, 2006, p. 239.

passense quanto à dependência do governo do Estado, e, por isto, desinteressado dos problemas que vinham sendo discutidos em vários encontros, desde o Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro. No Relatório de Joaquim Gomes, referente ao ano de 1903, podemos ler:

> "Com o fim de fomentar o desenvolvimento da Indústria, do Commercio e da Agricultura no estado, o exmo. Sr. dr. Francisco Antonio de Salles, digno Presidente de Minas, teve a feliz idéia de reunir na Capital, no dia 13 de maio de 1903, um Congresso Agrícola, no qual deveriam ser estudados e discutidos, como o foram, todos os meios práticos de resolver-se o magno problema econômico-financeiro do Estado (...) A mim, como Agente Executivo e Presidente da Câmara coube, por delegação do Presidente do Estado e segundo suas instrucções, fazer a escolha do representante da agricultura neste município" [285].

Dos quatro nomes por ele escolhidos dentre os principais do lavourismo, apenas o último aceitou. O relatório nada informa sobre os resultados do Congresso nem sobre a apreciação do representante. Por seu turno, esta "indiferença" no campo das materialidades explicaria até certo ponto o desinteresse pelos favores do Estado bem como pelo alinhamento político ao governo estadual, e aos seus instrumentos de coerção e extração. Coerções e extrações, em nível local, eram atributos dos Camaristas e da Agência Executiva. E, neste ponto, os abusos devem ter sido magníficos, a ponto de, em 1902, o governador Francisco Salles ter convocado um Congresso de Municipalidades "*para discutir os efeitos adversos de impostos locais ilegais na circulação de bens*", e o fato de que, em 1907, "[João] *Pinheiro patrocinou congressos municipais nas zonas da Mata, Sul e Norte*", como adverte John Wirth (1982, p.268). Este autor afirma a existência de uma crise generalizada em torno das arrecadações de impostos, entre 1900 e 1905, e mostra as vísceras desse jogo, onde se batiam agricultores e pecuaristas de um lado, e os negociantes de outro.

> "No ano de 1900, uma coalizão de agricultores e pecuaristas diluíra o imposto territorial, apesar da crença geral de que era a solução para a penúria fiscal. A primeira solução foi um imposto uniforme de 1,5 % sobre o comércio varejista. Os representantes dos comerciantes na legislatura rotularam-no como discriminatório. Os comerciantes por todo o estado votaram publicamente um boicote à arrecadação, que, de qualquer maneira, se basearia em seus próprios livros de registro. No final do ano, esse esquema foi abandonado embora promulgado como lei. (...) Em 1905, o velho imposto de consumo foi arrecadado sob outro nome..." (WIRTH, 1982, p. 300).

[285] LEMOS, 1905, pp. 35.

Neste quadro, a primeira gestão "lavourista", conduzida por Manoel Lemos de Medeiros (Neca Medeiros), não produziu grande impacto na comunidade passense. Cuida do "*embellezamento e aseio que carecem as ruas d'esta cidade e estradas municipaes*"; do abastecimento de carnes verdes à população, cria "*comissão de pessoas habilitadas que, estudando as condições economicas e as vatagens dos vários syustemas de illuminação publica, dê parecer sobre o que mais convem e que menos dispendioso fique aos cofres municipais*" (Lei 214, 23/01/1905, p. 5); cria o cargo de administrador de obras públicas "*considerando que é lastimável o estado em que se acham não só as estradas, como até as ruas desta cidade, e considerando que é urgente dar-se começo a taes serviços que exigem boa e efficaz fiscalisação, que não pode ser feita só e exclusivamente pelo Agente Executivo*". (lei 217, 23/01/1905, p. 7); e modificou o código tributário, onde há tendência de beneficiar a nucleação lavourista, como no caput do art. 10 da Lei 235, de 01/10/1905:

> "os lavradores possuidores de engenhos ou fábricas não terão de pagar imposto de industria ou profissão em relação as industrias agricolas desde que os productos beneficiados provenham da lavoura própria, ou em relação aos generos que armazenarem exclusivamente para fornecer aos trabalhadores do estabelecimento"[286].

Esta mesma Lei, nos seus artigos 37 a 43, cria e organiza o funcionamento de feiras livres "*na praça do mercado e no mercado municipal par a venda de tudo quanto puder ser objecto de Commercio*", destinada especialmente para os "*vendedores de gêneros alimentícios que se dirigirem a esta cidade (...), onde só poderão expor à venda suas mercadorias nos dias em que estiverem abertas as feiras*" [287].

No conjunto, observa-se que há um clima de normalidade e de aceitação: cessaram os ataques da nucleação dos negociantes, principalmente as denúncias de "violência e jaguncismo", os moradores da zona rural mereceram maior atenção quanto às estradas, a população urbana não tinha como reclamar, pois as novas medidas eram, no mínimo, idênticas às de gestões anteriores. Isto tranqüilizava e, de certa forma, desmentia todo o terror espalhado pelos adversários, durante a campanha, e até mesmo "apagava" a lembrança dos raros episódios de conflito de força. A cidade voltava à morrinha de sempre: comitivas vão e voltam conduzindo boiadas, mascates trazem novidades das capitais (Rio e São Paulo), comissários e invernistas enriquecem, as festas tradicionais se repetem, monsenhor João

---

[286] Ver Códices avulsos, CMCP: 1905, pp. 23-24).

[287] Ver Códices avulsos, CMCP: 1905, pp. 30-31).

Pedro celebra suas missas e cultos, o "Commercio e Lavoura" com os "expedientes" contratados pela Câmara. A diferença perceptível está nas fachadas de alguns edifícios urbanos, que exibem agora identidades estranhas nos nomes das lojas e dos proprietários: **Casa Touphik**, de Touphik Esper Kallas; **Relojoaria E Joalheria Checchia**; **Au Bon Marché**, do Major Felippe José Esper. **Casa Esmeralda**, de Jorcelino José Esper; **Casa Jacaré**, de Antonio Elias Calixto e Chicralla Elias Calixto; **A Vantajosa**, de Antonio Simão Abdulmassy; **Confeitaria Ideal**, de Miguel Esper Kallas; **Casa Confiança**, de Jorge Elias; **Casa Alux**, de Ocein Alux Gbar, e muitas mais [288]. No fundo, tratava-se de uma modernização do comércio e, por conseqüência, toques de alvíssaras à modernidade, mas que não favorecia em quase nada a nucleação dos negociantes, pois drenava partes significativas (talvez as maiores) do capital econômico e do capital eleitoral que podiam ser acumulados no balcão das lojas e nas novas relações de freguesia.

Em face do enganoso ambiente de concorrência pacífica e de uma administração não agressiva, a nucleação dos negociantes passense, já derrotada nas eleições locais, não tinha muitas alternativas de combate. Conservadora como sempre fora, dá um passo no sentido da modernização: em 1906, cria a Associação Comercial e Industrial de Passos, em 1906 [289], confirmando até certo ponto o que já observara Maria Isaura de Queiroz:

> "A dissociação dos aspectos econômico e político no interior, (...) correspondeu ao aparecimento de uma "consciência de classe" no país, que (...) se exprimiu no aparecimento, ainda no início do século XX, de organizações patronais – Patronato Agrícola, Federação da Indústria Animal, Cooperativa de Cafeicultores, Associações Comerciais, Federação das Indústrias – verdadeiras associações de classe, nascidas do reforço da solidariedade horizontal". (QUEIROZ, 2006, p. 207, grifo nosso).

---

[288] É interessante observar a variedade de mercadorias e produtos. CASA TOUPHIK: com grande e variado sortimento de fazendas, armarinhos, chapéos, calçados, ferragens, molhados, etc. Especialista em artigos finos para presentes de anniversario, noivados e lembranças de Passos. Tem grande depósito de arame farpado, gazolina, sal, apetrechos para encanamento, machinas agricolas, tintas, etc.; na placa constam ainda: alvaiade, óleos de linhaça e lubrificantes, camas de ferro, e mobílias. RELOJOARIA E JOALHERIA CHECCHIA, grande sortimento de objectos para presentes. Jóias finas, relógios de todas as qualidades, objectos de óptica, estatuetas e artigos religiosos. Nickelação e Douração. CASA JACARÉ: Completo sortimento de armários, seccos e molhados, ferragens. Compram e vendem gêneros do paiz. CONFEITARIA IDEAL: Onde se encontram bebidas finas, doces especiaes, etc. Três bilhares e um optimo Rink. CASA ALUX: Grande sortimento de seccos e molhados. Gêneros do paiz, ferragens, louças, chapéos, calçados e miudezas. (Cf. VASCONCELOS, Elpídio Lemos de. Álbum de Passos. Rio de Janeiro, Salesiana, 1920)

[289] Compunham a Diretoria: Francisco Gomes de Souza Lemos (Pres); José Stockler de Lima (vice); Randolpho Rodrigues de Vasconcellos (1º sec); Gustavo Pereira (2ºsec); Joaquim Ignácio da Silveira (tes.); José Nicodemos Soares (procurador); Thomaz Tozzi (procurador); Conselho Deliberativo: Octávio Rodrigues de Vasconcelos, Theodomiro Gomes de de Pádua, João Gonçalves de Mello, Antonio Getúlio, Elias Simão, José De Simoni, José Esteves P. de Mello, Saturnino Silveira Júnior, Alberto Vianna e Luiz Thomé. Todos pertenciam ao partido 'governista'.

Se a intenção era lastrear a campanha política de 1907, foi inútil: os lavouristas venceram novamente. Essa associação não produziu efeitos visíveis na composição das forças políticas em nível local, mas, sem dúvida era um bom aval nas negociações com o Estado; e, afinal de contas, a nucleação dos negociantes tinha um bom negociador político junto ao governo mineiro, o deputado Jayme Gomes. Esta "cunha" entre o Estado e as possibilidades de legitimação da nucleação lavourista introduzia um equilíbrio certamente frágil, mas contemporizador, que mantinha ao largo a possibilidade de cooptação mútua, ou seja, aparentemente, nem o Estado avançava na absorção das forças lavouristas, nem estas se moviam rumo ao "curral del rey" [290].

As rachaduras da legitimação, no entanto, continuavam subterrâneas e dissimuladas, mas prontas a eclodirem, como um súbito estouro de boiada. As forças políticas das duas nucleações passenses nunca se dissolveram, mantinham "um equilíbrio" de convivência calcado muito mais na "modernidade" que se esparzia sobre os costumes, em gelatinosos hábitos de consumo, até então pouco comuns, do que em amarrios confiáveis politicamente. Ou seja, havia uma "aparência", um rótulo mascarando as profundas divergências ideológicas, políticas e econômicas das nucleações em si e delas com o Estado.

Em suma, toda a arquitetura das relações políticas passenses, no ano de 1909, era sustentada por fios de uma fragilidade extrema. A questão não era se romperiam, mas sim como e quando. E, no entanto, o princípio da roedura já estava em curso sem que ninguém sequer imaginasse. Principiara com a vinda de um novo delegado, o Alferes Isidoro Correia Lima, presumivelmente logo após as eleições de 1907 [291]. Sua missão específica parece ter sido a de confirmar a existência dos "bandos de jagunços", dos movimentos de "jaguncismo", da ameaça à ordem pública e à tranqüilidade, como vinham sendo denunciados pelos "governistas" locais desde muito tempo. Na ótica do governo, estas ameaças tinham um espelho nos conflitos do norte de Minas, das lutas dos "coronéis" na Bahia, nos conflitos do Ceará, e, acima de tudo na "guerra de Canudos", que levara ao envolvimento do Exército

[290] Antigo nome de Belo Horizonte, a nova capital-símbolo do Governo de Minas.

[291] Não consegui localizar a data exata da vinda desse delegado. Moura (1983), usando como fonte Ocorrências Policiais, existentes no APM., informa que "*O delegado de São Sebastião do Paraíso, Alferes Isidoro Corrêa Lima, em 1909, em carta dramática afirma estar passando por terríveis privações, em face do parco salário de 158.500 réis*" (p. 54); e, mais à frente, confirma que ele estava na mesma cidade: "*em 1909, atendendo pedido de fazendeiros, o delegado de polícia alferes Isidoro Corrêa Lima, comparece a uma fazenda para atacar uma quadrilha de ladrões; (...) e deu ordem a 16 inspetores e agentes de polícia, no sentido de matar os bandidos, caso voltassem...*" (pp. 75-76). No entanto, ele comandou o episódio do Fórum em 26 de setembro de 1909; e isto está profusamente documentado.

nacional, com profunda repercussão na opinião pública [292]. Minas desejaria tudo, menos a "desordem interna" e sobretudo, se essa desordem implicasse a intervenção do governo federal. Assim, qualquer possibilidade de ameaça ao equilíbrio, e à unidade política do Estado, tinha que ser amputada no nascedouro.

Esta "ameaça", ainda que presumida, existia na perspectiva do Governo; e a presunção se baseava nos exemplos citados acima, que podiam contaminar o comportamento passense, agravados pelas constantes denúncias feitas pelos correligionários passenses, e ainda pelas inquietações e violências que se alastraram nas regiões paulistas limítrofes, desde 1902:

> "O movimento de 24 de agosto de 1902 se dá na zona de Franca, Ribeirãozinho, Araraquara, Itatinga, Jaboticabal e outras cidades da média Sorocabana, Mogiana e Paulista. Na primeira delas, grupos armados depredam o leito da Estrada de Ferro Sorocabana, que presta péssimos serviços à população; (...) Porém, em Ribeirãozinho, Espírito Santo do Pinhal, e Jacarezinho, outros bandos armados assaltam a cidade, derrubam a sua municipalidade e iniciam o movimento armado; em São Carlos, Araraquara e Franca, as manifestações são violentas"[293].

Da correspondência entre o Alferes Isidoro e a Chefia de Polícia, em Belo Horizonte, não conseguimos saber o conteúdo, mas certamente foram detalhadas informações, que alicerçaram as medidas que o Governo haveria de tomar. Na verdade, o Governo se viu num impasse: não fora constatado nenhum "bando de jagunços", nem qualquer vandalismo ou "jaguncismo", e os poucos indivíduos que supostamente pertenciam a esta categoria seriam enquadrados por "crimes comuns" o que deixaria intacta a questão da oposição lavourista. A única solução possível para se livrar da incômoda presença de uma nucleação impossível de ser submetida e estancar a evasão de votos seria: eliminar a própria nucleação. Mas não havia, no campo jurídico, e na evidência dos fatos, nada que justifica a instauração de um inquérito, a abertura de um processo e nem mesmo uma ação militar padronizada. Mas esta ação, que se afigurava como a única capaz de eliminar o foco de resistência à coerção e a extração, configuradas no poder do governo, só poderia ser tomada à margem da legalidade e, para tanto, dependeria da vontade expressa do governante. Portanto, faltava uma gota para entornar a represa.

---

[292] É preciso lembrar que alguns dos camaradas que exerciam "funções de capanga" em Passos, como o "temível Claudimiro", eram egressos do arraial do Conselheiro, fato que sempre tornavam público.

[293] CARONE, 1971, p. 191

Esta veio por incidente de percurso, um destes imponderáveis da História. É fortíssima na tradição oral, a ocorrência de um grave e antigo conflito pessoal entre Manuel Lemos de Medeiros, o Agente Executivo na hegemonia da nucleação lavourista, e Wenceslau Braz Pereira Gomes, que tinha pelos laços de parentesco ligações familiares com os Gomes passenses. Por questões judiciais, os dois se defrontaram num processo que corria no Fórum de Monte Santo de Minas, onde Wenceslau advogava. Consta que o desentendimento dos dois chegara às vias de fato, e que a inimizade perpetuara a relação de ambos, daí para frente.

Ocorre, que em 3 de abril de 1909, Wenceslau Brás assumiu a Presidência do Estado de Minas. A gota se formara sobre a represa. Com a aquiescência do governante, a chefia de polícia mobilizou suas habilidades de estratégia e de força para dar solução definitiva ao caso de Passos. O consenso era de que apenas o expurgo de todos os principais da nucleação lavourista poderia conjurar de uma vez por todas a indestrutível resistência dos invernistas e lavouristas, ancorados como um cancro político, numa pequena cidade do Sudoeste de Minas.

A solução acordada veio da mentalidade mesquinha de um alferes da força pública, que a população passense apelidava de "barrica de farelo", de "bunda-mole", epítetos aos quais talvez devessem acrescentar um "mente-macabra".

O Alferes arquiteta um golpe a ser aplicado no Fórum, capaz de eliminar um a um os 18 principais da nucleação lavourista, sem pânico e com absoluta tranqüilidade. Usando a desculpa de uma inquirição a propósito do assassinato de parente de um dos mais evidentes mentores políticos dos lavouristas, empenhou todos os esforços no comparecimento dos principais, ao meio-dia do domingo, 26 de setembro de 1909. Um a um seriam enforcados e jogados ao porão da cadeia, no andar inferior. A gota entornou a represa. Como já dissemos no início deste trabalho, o golpe fracassou, degenerou em tiroteio e pânico e só eliminou efetivamente dois dos principais e um intruso. Estes detalhes não importam a não ser para atestar a insignificância da propalada violência. Não são, contudo, as dimensões que importam, mas o fato da violência em si, da sua procedência, dos seus autores e da forma como foi perpetrada.

Por esse ângulo é notável que tudo tenha origem nos gabinetes governamentais instrumentalizando seu principal aparelho de coerção, para sanear uma violência que pretendia evitar, pelo exercício de outra maior, com a diferença de que esta vinha encapada

pela chancela do Estado e pela condição de força pública, isto é, do aparelho oficial que deveria zelar, também, pela integridade dos cidadãos. E tudo, com risíveis propósitos políticos, circunscritos aos fins de preservar a acumulação de "capital eleitoral", tido como basilar para a grandeza de Minas no cenário da federação. Uma grandeza que poderia estar inscrita em lápides e não nas manchetes dos jornais.

Assim, chegamos ao fim da jornada, com uma contradição ainda mais pungente: o Alferes e seus soldados, na impossibilidade de uma ética militar, adotaram, tecnicamente, a ética do jagunço: montaram uma **tocaia no Fórum**, onde justamente esta forma de violência deveria ser julgada e punida. E quando se tratou de julgá-la, num paço onde a justiça deveria ter seu pleno exercício, o júri não passou de um simulacro de Justiça. Conclui-se, então, que na ausência de um "jaguncismo" verdadeiro, o único "jaguncismo" documentado na história de Passos, se originou nos meandros dos aparelhos estatais, e, neste caso, todo o discurso da existência desse mesmo "jaguncismo" não passou de um escudo ideológico do Estado, para garantir a integridade da coerção, da extração e da legitimação, os pilares perpétuos dos donos do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de ter conduzido o discurso historiográfico através da semiologia formal das espirais, chegamos ao *ponto de síntese* de Chardin, ou, simultaneamente, *ao ponto de fuga* de Giordano Bruno, dedutível de seu Causa, Princípio et Uno: *todo ponto é sempre um início*. No ômega, a História estanca, e abre os braços à metafísica e à teologia. Aqui, ela retoma seu curso, bordejando a dialética, em busca de sentidos encobertos pela pujança das evidências e eventualidades, e abre o entendimento aos mais recônditos arremates teóricos.

A convicção de que a "*pá-de-cal*" manejada pelos aparelhos do Estado, através de um simulacro de Justiça, diluiria a evidência da tocaia e poria o Estado ao resguardo da culpa, não condiz com a realidade e, no fundo, apenas mascara para o historiador os sentidos imbricados em níveis mais profundos. O imbróglio vai além e deixa à deriva indagações cujos fios esclarecedores parecem se perder nas brumas das explicações. Esta pesquisa induz a necessidade de buscar tais amarrios. Para além do óbvio, a violência continua incógnita, porque não deixa entrever transparência alguma dos possíveis laços, funções, ou vínculos de pertinência que a tornariam uma "instituição" do Estado, e não dos caprichos do governante; e, nos desvãos destes, se existiriam outros tipos de tensões internas, que fariam com que o Estado colocasse sob o pálio de seus aparelhos condutas que, em princípio, corresponderiam à sua própria negação. São questões que invocam a necessidade de uma maior sistematização dos estudos sobre a violência. Comecemos por breve retrospecto, mais ilustrativo que substancial.

A contribuição da antiguidade, para o conhecimento da violência, em geral, não ultrapassa o nível narrativo e factual, quase sempre voltado para descrições de batalhas, com poucas exceções. Entre estas, a do camponês Shunanup,[294] no Egito do século XVI a.C, (SHUNANUP, 1999): vitima da truculência e do roubo durante uma viagem, descreve o inusitado dessa violência em petições de tal qualidade discursiva, que foram gravadas pelos escribas do Faraó. Séculos depois, Tucídides, sugere a explicação da violência como fenômeno dos "impulsos naturais" do Homem, concepção que freqüenta a atualidade na crítica de Marshall Sahlins (2006). Em Roma, além da literatura ufanística, há insipientes narrativas de violência de caráter social. (ROSTOVTZEFF, 1962).

---

[294] SHUNANUP. **As petições do camponês eloqüente**. Ed. Antonio Grilo. **Revista Breviário 4**. Passos, Edifesp, Faculdade de Direito, 1999, pp. 225-245.

Na medievalidade, a violência perpassa a literatura atrelada aos idílios do amor cortês, e às andanças cavaleirescas, mas a historiografia perpetua a compreensão dos "ideais guerreiros" e, também, não avança muito além da descrição factual. Um olhar divergente veio na aurora do século XVII, com o Quixote, de Cervantes. A violência é vista aí pela negação de suas próprias virtudes; violência que se proclama pelo seu próprio fracasso. Mas, Quixote é o cavaleiro andante, que percorre o mundo fora de seu tempo: sua lança e seus elmos de mambrino são instrumentos intempestivos, e, por isto, críticos diante das novas compressões do mundo da mercadoria. Obras recentes descobriram nessas lonjuras medievais outras violências, enlaçadas aos movimentos milenaristas e à rebeldia social[295] e clarearam a conjuntura econômico-social onde tais incidências podiam ser entendidas[296].

Violências acompanharam os processos de consolidação dos estados nacionais e as tendências absolutistas na Europa. Mas, não há dúvida de que o grito da Comuna, nas ruas de Paris, e o clamor de Babeuf, no Tribuno do Povo, mostravam outra forma de violência, que a partir daí se alastrou como rastilho de pólvora, dentro e fora da Europa. Logo, essas violências adquiriram nitidez quando "*se cristalizaram em torno dos núcleos organizadores da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado*", como Jürgen Habermas (2002) pontua, dialogando com Weber, no inicio do seu *Discurso Filosófico da Modernidade*. O capitalismo revitalizava antigas formas de violência, agora agasalhadas, efetiva e ideologicamente, na luta de classes.

A explicação da violência encontrou amparo no marxismo, desde o Anti-Dühring, de Engels, onde, apesar de criticar o método axiomático do sr. Dühring, acaba sendo também axiomática, pois insinua a violência como resultado da apropriação privativa dos "*meios de violência*", isto é, do armamento, algo que está no nível mais elementar da luta de classes, ou seja, relação entre proprietários e não proprietários:

> "... trata-se de explicar a constituição das classes e das relações de soberania (...). O único fato de que em todos os tempos os oprimidos e os explorados foram em maior número do que opressores e exploradores e, por conseqüência, que é naqueles e não nestes que existe a verdadeira força, isto só, basta para evidenciar toda a loucura da teoria da violência" (ENGELS, 1971, p. 223).

---

[295] COHN, (1981); SCHMITT, (1999); LE GOFF, (1985); LADURIE, (1997 e 2002); entre outros.

[296] BLOCH, (1979); FÈBVRE, (1965 e 1995); DUBY, (1987 e 1989); LE GOFF, (2005); PIRENNE, (1982), entre outros.

Todavia, logo à frente, assume o valor positivo da violência: "*mas a violência joga também outro papel na história, tem um papel revolucionário: é, segundo a frase de Marx, a parteira de toda a velha sociedade prenhe de outra nova sociedade, é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe formas políticas mortas*". (ENGELS, 1971, p. 230). Com esta dimensão positiva, a violência assume a função de dínamo da História. A construção de uma teoria da violência avançou nesta direção por trilhas banais e fecundas. Sorel sustentou-lhe o pálio: "*Credo sai anche utilíssimo battere sodo sugli oratori della democrazia, e i rappresentanti del governo; affinché nessuno conservi illusioni sul carattere delle violenze*" (SOREL, 1974, p. 139)[297]. E, noutra direção, enfeixou os estudos das rebeldias primitivas e dos conflitos camponeses, num círculo que rodeia o mundo, do oriente médio à Patagônia e dos Andes a Tenochtitlan. Hobsbawn [298] (1968, 1975, e 1976) é o seu escriba mais expressivo.

Por semânticas denotadas ou conotadas, a violência foi entendida em sinonímias diversas: do "*banditismo*", da tribo Lolo, na província chinesa de Sechuán, ao *bandoleirismo social*" e aos "*movimentos justiceiros*", como em Huanaco,[299] na Bolívia, de 1917, e no nordeste brasileiro dos anos vinte e trinta; foi elevada a *epopéia* messiânica em Canudos e no Contestado; e, ganhou foro de "*componente intrínseco das lutas de libertação nacional*", na Argélia, pela pena de Frantz Fanon [300]. A violência atual, fermentada nos esgotos e nos vícios, no tráfico e nas prostituição, nos arsenais e nos mísseis, flui por corporações espúrias, para garantir a acumulação capitalista, desafiando as velhas teorias, como pontua o McMáfia, de Glenny [301].

---

[297] "Creio também ser útil surrar esses oradores da democracia e representantes do governo, para que nenhum conserve qualquer ilusão sobre o caráter das violências" (p. 139). Há boa tradução brasileira,de Orlando dos Reis: Petrópolis, Vozes, 1993.

[298] No texto de 1978, Hobsbawm indica no rodapé da p. 193, uma seleção de monografias regionais que reputa importantes: QUIRÓS, C. Bernaldo de; El bandolerismo em Espana y México. México, 1959; FUSTER, Joan. El bandolerismo català, 2 v., Barcelona, 1963; ALBUJAR, E. Lopez. Los caballeros del delito, Lima, 1936; MOLFESE, F. Storia del brigantaggio dopo l'unità, Milán, 1964; ROSEN, G. Die Balkan-Haiduken, Leipzig, 1978; e, claro, a nossa Maria Isaura QUEIROZ, Os cangaceiros, les bandits d'honneurs brésiliens, Paris, 1968.

[299] Exemplos extraídos de Hobsbawm.

[300] O primeiro capítulo de Os condenados da terra é dedicado ao estudo da violência. Além deste trabalho, há, do próprio Fanon, a importante análise dos efeitos da violência "racista" sobre a personalidade das populações colonizadas da África, em "**Pele Negra, máscaras brancas**". Outro estudo valioso com relação à violência colonial, pode ser encontrado em Albert MEMMI (1967).

[301] GLENNY, Misha. **McMáfia**, crime sem fronteiras. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

Neste imenso leque de diversidades, onde se situaria a diminuta, embora inconcebível tocaia perpetrada pela milícia do Estado sobre cidadãos, cujo grande crime era liderar uma nucleação de oposição?

A violência pontuada em nosso caso não é tão magnífica, é modesta: não tem a grandiosidade épica, nem a pujança revolucionária, nem mesmo o idealismo libertário. Não se encaixa nas teorizações socialistas ou nos grandes trancos do capitalismo. Aparentemente, encolhe-se, num mundinho interiorano, à medida de um simples elo dos convulsos liames da estrutura político-administrativa, às voltas com a tarefa de tricotar sua unidade com os fios das diversidades regionais, e sobre elas instaurar os aparelhos de coerção e extração, e os meios adequados de legitimação. Mas, talvez por isto mesmo, importe: nas minúcias desse episódio de violência, podem estar acomodados certos aspectos incomuns, divorciados das historiografias tradicionais, e quiçá valiosos para se entender formas não convencionais de violência. Nossa pesquisa não se arroga habilidades para uma tarefa de tal monta, mas pretende atiçar o fogo com alguns gravetos.

O mundo da vida interiorana é um mundo curioso. A atitude mais comum de seus moradores e de suas nucleações é a de indagar "pelas novidades", sem um tema ou um endereço estabelecido. Indaga-se sobre tudo o que compõe a vasta teia da vida, e em todas as situações, dos balcões às porteiras dos currais. A gente do interior é teimosamente ávida pelas "novidades" que reclamam aos capatazes, aos boiadeiros, aos mascates, aos "viajantes", aos cometas, e às comitivas, "as novidades" que enfeixam notícias do mercado, da capital, do governo, das melhorias do transportes ou dos preços, das malhas das trocas e dos nichos em que se ancoram, das volúveis mutações dos consumos úteis ou inúteis.

O presente, nessas pequenas comunidades, oscila sempre entre a normalidade e a ansiedade. A normalidade é a tradição; a ansiedade, a inovação. Os armazéns, os bazares, as casas de comércio nunca se anunciam pela banalidade do presente: ou são "*tradicionais*", "*desde tal ano*", ou são as que têm "*as mais recentes novidades*" (sic) vindas das capitais. O presente desse mundinho está sempre espremido entre o passado e o futuro. A novidade é o moderno, é o futuro que se antecipa no presente. Isto não ocorre apenas no chão das materialidades, mas também no interior das nucleações e das relações de freguesia que lhes dão coesão e sentido.

É, portanto, um mundinho marcado por uma espécie de inquietude, entre o marasmo e a modernização. Isto se percebe nos clamores pela rede ferroviária, pelas estradas, pela energia elétrica, e até pela perspectiva da industrialização: "*É o que eu sempre digo: se os boiadeiros, os invernistas, os comerciantes todos se reunissem, levantava-se o capital por aqui mesmo, se organizava esse bendito Frigorífico de Santana do Boqueirão. É caminhar para a indústria, sair da rotina, abrir outros campos!*" proclama o freguês do Cabaré da Carvalhosa. (PALMÉRIO, 1966, p. 226).

Modernização que poderia, perfeitamente, subverter as arquiteturas políticas, que interligavam o município à esfera estadual e à federal. O diálogo entre as nucleações e essas esferas percorre uma vereda dupla: a dos *aparelhos administrativos*, onde o diálogo se efetua por intermédio da burocracia; e a dos *aparelhos "governativos*", que são de outra ordem, onde o diálogo se efetua por intermédio de alianças pessoais, um diálogo de correligionários. Como se comportariam tais estruturas se submetidas à modernização? Como as nucleações se espremeriam entre o passado e o futuro, perante "novidades" tão inusitadas? Essas indagações fazem sentido e talvez sejam necessárias para se entender a questão da violência.

É, portanto, um mundinho marcado pela ambigüidade. O sistema republicano representou a "grande modernização" política, embora agasalhasse infinidades de ranços. A modernização dos aparelhos administrativos e "governativos" foi uma das ambigüidades que chegaram ao mundinho das nucleações, trazendo a reordenação dos mecanismos de extração, a compartimentação tributária, as "recebedorias" específicas; e, sobretudo, a presença do *estamento burocrático* (Weber, Tragtenberg, Faoro), aquele emaranhado de degraus, por onde deveriam transitar as decisões e as reivindicações, ou seja, os caminhos do diálogo; e do *comportamento burocrático*, a padronização técnica, as chancelas, os ritos, as formalidades, ou seja, as novas configurações do diálogo.

Essa modernização faz oscilar o mundinho das nucleações entre a segurança da normalidade e da tradição e o incógnito do moderno. A "gente da roça"[302] se torna perplexa perante o funcionamento dos aparelhos administrativos do Estado: a morrinha burocrática, a frieza técnica, a indiferença aos hábitos e costumes que servem de panegírico da disciplina burocrática contrastam com "*falta de métodos racionais, desorientação administrativa*" que Nunes Leal (LEAL, 1975, p. 85), acredita serem típicos da normalidade administrativa local.

[302] Com a permissão respeitosa de caricaturar assim a nucleação lavourista.

O mundinho das nucleações torna-se um mundinho perplexo, que tende a subverter o pacto, complicando o funcionamento do aparelho "governativo", de onde emanou a opção da violência, na Tocaia do Fórum. Uma bela descrição dessa ambigüidade, é a que se encontra em *Caçadas de Vida e de Morte* (CUNHA, 2000, p. 168): a caminho da delegacia, o velho baluarte político tomara a decisão de "*acertar as posições fiscais, os impostos devidos, a maldita burocracia republicana*". E caminhou para a morte, pela falência de um corpo que não se compatibilizava com a modernização.

A tentativa de compreender o fenômeno da violência, capaz de englobar o tipo de caso aqui analisado, aponta para a necessidade de configurar isso que costumamos chamar de "aparelho administrativo", ou simplesmente aparelho de Estado, ou seja, onde se instaura "*el tipo más puro de dominación legal, que se ejerce por médio de un cuadro administrativo burocrático*", (WEBER, 1974, v. I, p. 174 e ss.), que tem seu exercício baseado em funcionários individuais, livres, organizados em rigorosa hierarquia, com competências nitidamente fixadas e qualificações profissionais, que exercem o cargo como profissão, como Weber nos adverte. A criação de um tal aparelho como parte do processo de modernização, é nítida em Nunes Leal:

> "Não é preciso um exame muito profundo para se ver como a conveniência da criação, nos Estados, de uma nova máquina política, a ser comandada, não mais pelos "carcomidos", mas pelos senhores do dia, se conjugava perfeitamente com o empenho patriótico de aperfeiçoar a administração dos municípios, tornando-a mais econômica e produtiva". (LEAL, 1975, p. 87).

O problema, portanto, é chegar ao cerne desse aparelho. "*Em Vigiar e Punir (1976), Foucault trata (apoiando-se em dados franceses) as tecnologias de dominação que surgiram na época clássica (grosso modo, no tempo do absolutismo) na modernidade (ou seja, a partir do fim do século XVIII)*" alerta Habermas (2000, p. 379). O conceito de modernidade, acoplado por Weber à premissa da "*racionalidade com respeito a fins*", Habermas desmonta para limpá-lo das presilhas da economia, abrindo, portanto, espaço conceitual para a modernização[303].

[303] "Somente nos anos 50 a palavra "modernização" foi introduzida como termo técnico. Desde então caracteriza uma abordagem teórica que retoma a problemática de Max Weber, reelaborando-a com os instrumentos do funcionalismo sociológico. (...)A teoria da modernização efetua sobre o conceito weberiano de "modernidade" uma abstração plena de conseqüências. Ela separa a modernidade de suas origens – a Europa dos tempos modernos – para estilizá-la em um padrão, neutralizado no tempo e no espaço, de processos de desenvolvimento social em geral." (HABERMAS, 2000, p.4-5).

Por outro lado, na terceira parte de Vigiar e Punir, Foucault discute a questão da Disciplina. Em sua abordagem, há algo mais sutil, mas não desprezível: a disciplinação por sua moderna arquitetura tecnológica poderia ser entendida como produto da modernização, sem perder a possibilidade de apresentar-se na prática como "*racionalidade com respeito a fins*", bastando que esses fins não estivessem circunscritos ao chão da economia.

A modernização, ao dotar os aparelhos disciplinadores de um sentido "ordenador" para fins de antemão pretendidos, impregna de racionalidade as técnicas disciplinares. Com esse sentido, a disciplinação pode perfeitamente ser instrumentalizada enquanto "aparelho administrativo do Estado", nas situações onde os fins possam coadjuvar as funções precípuas de coerção, extração e legitimação. Pretende sempre uma mudança de hábitos: a sujeição à hierarquia do quadro burocrático, às normas burocráticas. E, neste caso, um meio eficiente de capitalização política.

> "O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis"[304] (FOUCAULT, 1977, p. 127).
>
> "Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem que atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente." (idem, p. 147).
>
> "A disciplina *fabrica* indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado". (idem, 153).

A pretensão última da disciplinação é a formação do "súdito ideal" do novo Estado. Esta era, no fundo a "novidade": a modernização dos meios de coerção, extração e legitimação do Estado, utilizando-se da modernização do aparelho burocrático com base num sistema disciplinar, racional e logicamente estruturado. "*O exercício da disciplina supõe um*

[304] É evidente que Foucault pensa nos corpos individuais; mas estamos alargando o conceito para o "corpo social", para as nucleações e o conjunto de seus "fregueses". Também pensamos nas conexões e segmentos entre Estado e União, em lugar das "séries" de Foucault.

dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam" (FOUCAULT, 1977, p.153). Ou na constatação mais enfática: *"vigilância hierárquica: "as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle (...) como um microscópio do comportamento; (...) um aparelho de observação, de registro e de treinamento*" (idem, p.156).

Nesse tipo de sistema disciplinador, a única coisa que é inadmissível, é a "indisciplina":

> "O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme..." (...) O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente *corretivo*. (FOUCAULT, 1977, 160) "O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória.". (idem, p.167)

As mudanças ocorridas nesse mundinho se fizeram por uma fieira de ambigüidades. A modernização do aparelho administrativo pela racionalidade da disciplinação e o contraponto da indisciplina política; a modernidade dos hábitos de consumo e de vivência urbana e o contraponto dos hábitos produtivos da ruralidade; a elaboração de um discurso da oralidade que transformou em épica um tipo de violência que não confirma, e o contraponto da literatura, que, sensível aos reflexos dessas mudanças no quotidiano das gentes, encontrou nas situações "de violência", que rompia à bala por veredas desse mundinho, por entre tradições e inovações, suas temáticas e seus tipos, e construiu com eles o primeiro movimento modernista da nossa literatura, como sugere Lygia Chiappini [305].

E, por fim, espremida entre a normalidade e novidade, a ambigüidade de uma modernização, cujo sistema disciplinar, ao invés de "súditos ideais", formou "súditos indisciplinados" engendrou formas inusitadas de castigar as rebeldias da indisciplina. É neste quadro que se poderia entender esse tipo de "castigo" perpetrado pela polícia: não podendo ser "policial" ou "jurídico", tornou-se simplesmente tocaia. Uma palmatória severa demais, que, ao invés de punir as mãos, puniu a vida.

---

[305] Ver as excelentes questões que levanta no seu artigo sobre a obra de Rachel de Queiroz, em CHIAPPINI, 2002, pp.157-176.

Os resultados desta pesquisa são modestos, mas não são mesquinhos: não têm a ousadia de oferecer explicações mais amplas do que os limites do fenômeno que elegeu, contudo, a existência de práticas punitivas violentas e exorbitantes, ambíguas em suas técnicas, aponta para a necessidade de novas e profundas pesquisas, que ajudem a compor uma compreensão da violência, a partir de metodologias capazes de captar fenômenos oriundos de sensibilidades, emoções, paixões, lealdades e atitudes de fé, coisas que nenhuma materialidade explica, que freqüentam com assiduidade certos processos disciplinadores e que são quase sempre dissimulados pelas grandes contradições dos apelos políticos, mas que, no fundo, talvez estejam por trás de centenas de conflitos, semelhantes ao que estudamos, em regionalidades diversas. Passamos, pois, a pena a outras competências.

Franca, 2009, no centenário da Tocaia no Fórum.

Antonio Grilo.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial, (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1954.

ALAVI, Hamza. **Las clases campesinas y las lealtades primordiales**. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976, pp. 47-125.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da vida privada 2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Lisboa: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente:** estudo sobre a escravidão urbana do Rio de Janeiro: 1808-1821. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALIER, Juan Martinez. **Los huacchilleros del Peru**. Paris: Ruedo Ibérico, 1973, cap. *Aparcerias y trabajo asalariado*, pp. 45-56.

ALMEIDA, Guilherme de. **Toda Poesia**. São Paulo, Martins, Tomo IV, 2ª. Ed., 1955.

ALMEIDA, Lúcia Machado. Figuras misteriosas do século XVII e XIX em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1959, vol. 6, pp. 267-275.

ALMEIDA, Lúcia Machado. **Passeio a Diamantina**. São Paulo: Martins, 1961.

AMANTINO, Márcia. Sobre os Quilombos do Sudeste Brasileiro nos séculos XVIII e XIX – in, FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (org.): **Ensaios sobre a escravidão**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 235 e ss.

AMORA, Paulo. **Rebelião das mulheres em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

AMORIN, João Roberto Drumond. **Oligarquias, coronelismo, caciques e populistas**. Montes Claros, UNIMONTES, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed.. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

APM - **Revista do Archivo Público Mineiro**, Direção e Redacção de Mario de Lima. Anno XX – 1924. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926.

ARANTES NETO, Antônio Augusto (org). **Produzindo o passado**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1984.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. A Sagrada Família: uma análise estrutural do compadrio. **Caderno do IFCH, nº 5**, Campinas: UNICAMP, 1975.

ARRIGHI, Giovani. **Colonos, campesinos y multinacionales**. Madrid: Alberto Corazon, 1975.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 2004.

BACELAR, Jéferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo / Salvador: Ática / Fundo Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Rui, 1910. **Obras Completas de Rui Barbosa**, Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: MEC, 1971, vol. XXXVIL, 1910, Tomo III, Sessão em 18 de maio de 1910 pp. 25 a 34.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **A decadência das minas e a fuga da mineração**. Belo Horizonte: UFMG. 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: s. ed., 1972.

BARRETO, Castro. Hábitos e costumes alimentares. **Estudos Brasileiros, vol XIII**, julho-dezembro de 1944.

BARTRA, R., BOEGE, E. et al. **Caciquismo y poder político en el México rural**. México: Siglo XXI, 1978;

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BELLO, José Maria. **História da República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

BENTIVOGLIO, Júlio César. **Igreja e Urbanização em Franca**. Franca, SP.: UNESP, série História local, 8, 1997.

BESSA, Antonio Luís de. **História financeira de Minas Gerais.** 2vols. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: ed. 70, 1979.

BONFIL, Guillermo, et al. **Campesinado e indigenismo en América Latina**. Lima: CELATS, 1978.

BORGES, José Gomide. **O sertão da nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás**. Belo Horizonte: CMC – Consórcio Mineiro de Comunicação, 1992.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOSERUP, Ester. **Évolution Agraire et pression démographique**. Paris : Flammarion, 1970, especialmente o cap. VI, "Coexistence des divers systèmes de culture", pp. 89-105;

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRANDÃO, Wellington. **Caminhos de Minas**. Belo Horizonte: Editora Livraria Oscar Nicolai, 1958.

BRASILEIRO, Ana Maria. O Federalismo Cooperativo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 39. Belo Horizonte: UFMG, 1974.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução Maria Antoniieta Magalhães Godinho. Lisboa/Rio de Janeiro: Cosmos, série Rumos do Mundo, L1. cap. 2, Os jogos das trocas, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t. 2, Os jogos das trocas, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Escrits sur l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1969, parte III, cap. Dans le Brésil Bahianais, Le présent explique le passé, pp. 239-254.

BRAUDEL, Fernand. **La dinámica del capitalismo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **Las Civilizaciones Actuales**. Madrid: Ed. Tecnos, 1973.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. Lisboa: Ed. Liv. Martins Fontes, 1ª ed. portuguesa, setembro de 1983, p. 21 a 26.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ed., 2002.

BRIOSCHI, Lucila; BACELLAR, Carlos A. P.; CHIACHIRI FILHO, José; JUNQUEIRA, Eduardo D.; e SAMPAIO, Heloisa de Mesquita. **Entrantes do Sertão do Rio Pardo**, o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**, 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

BURTON, Richard. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 3 v. São Paulo: Companhia Ed. Nacional,1983.

CABRAL, Oswaldo. **João Maria**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, série Brasiliana, 310, 1960.

CALMON, Pedro. **História da casa da Torre** – uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: 1904, vol. 3.

CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da Cidade de Caconde**. São Paulo: Ed. Gráfica Latina Ltda, 1979.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo, em **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: DIFEL, 1969.

CARNAXIDE, Antonio de S. P. (visconde de). **O Brasil na administração pombalina**: economia e política externa. Prefácio de Afrânio Peixoto, 2ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

CARNEIRO, Edison. O negro em Minas Gerais, em **Anais do Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária (UFMG), 1956.

CARONE, Edgar. **A república Velha**. São Paulo: DIFEL, 1970, 2 vols.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais.** Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CARRATO, José Ferreira. **A crise dos costumes nas Minas Gerais do século XVIII**, em **Revista de Letras**, vol. 3. São Paulo: FFLA, 1962 (separata).

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Cia Editora Nacional / Edusp, 1968.

CARVALHO, Adilson. **A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História**. Jundiaí, SP.: Gráfica Jundiaí, 1998.

CARVALHO, Edgard de Assis. **As alternativas dos vencidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Enigmas da Cultura**. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**, uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2 v., 1975.

CELESTINO, Antonio. **Os contratadores da morte**. Passos: EDIFESP, 2000.

CHATELET, François e KOUCHNER, Évelyne Pisier. **As Concepções Políticas do Século XX –** História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983, especialmente o Cap. II – O Estado Partido, e o item 2/2, A luta armada, do cap. III.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes:** Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Anablume, 1999.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: SP., Gráfica e Editora Ribeira, 1982.

CHIAPPINI, Ligia e BRESCIANI,Maria Stella (org.). **Literatura e Cultura no Brasil**, identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp.157-176.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**, ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1982; destaque para a nota introdutória de Bento Prado Jr.

COHN, Normann. **Na senda do Milênio** – Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1981.

COMPAGNON, Antoine. Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa, nº 37**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981, pp. 5-17.

CORTESÃO, Jaime. **Introdução à História das Bandeiras**. 2 vols. Lisboa: Portugália Ed., 1964.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana-de-açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.

COSTA, Alvimar. Nas Fontes do Chapadão. **O Papiro,** Ano 1, nº 1, Jan-Mar. Passos: Faculdade de Filosofia, Centro de Estudos Históricos "Capistrano de Abreu, 1973, s/ nº de página, e republicada como nota nº 2, em CELESTINO, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República, Momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2003.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Conceição do Mato Dentro**: fonte de saudade. Belo Horizonte / Brasília: Itatiaia / MEC, 1975.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem medida e norma familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições. do Graal, 1983.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas**: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado, 1850/1900. Paraguaçu, MG.: Fundamar, 2002.

CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História**, v. 25, n. 1, Franca: UNESP, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1999.

CUNHA, João Gilberto Rodrigues. **Caçadas de Vida e de Morte**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2000.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região**.** Revista **de História Regional**, Vol. 5 - nº 2, Franca: UNESP, 2000.

DANEO, Camillo. **Agricoltura e sviluppo capitalistico in Itália**. Torino: Einaudi, 1972.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

DERBY, Orville (org). **Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. Vol. XI. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo, Typ. a vap. Espíndola, Siqueira e Comp. 1896.

DINIZ, Silvio Gabriel. **Pesquisando a História de Pitangui**. Edição comemorativa do 250º aniversário de Pitangui. Belo Horizonte: 1965.

DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. **Anais do Primeiro Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária (UFMG), 1956.

DUBY, Georges. **Economia Rural e Vida no Campo no ocidente medieval**. 2 v. Lisboa: 1987.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens**, do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 v., 1994.

ELLIS, Miriam. **Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII**, s.l., Rio de Janeiro: MEC, 1949.

ENGELS, Frederico. **Anti-Düring,** Lisboa: Ed. Afrodite, 1971, especialmente a segunda parte, sobre a Teoria da Violência, p. 183 e ss.

ENGELS, Friedrich. O Papel da violência na História. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de; e FLORENTINO, Manolo. Sociabilidade e Mortalidade Escrava no Rio de Janeiro – 1720-1742. FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (org.). **Ensaios sobre a escravidão**, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

ESCHWEGE, W. L. Von. **Pluto Brasiliensis**. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2 v., 1944.

Estatutos da Companhia "**Ponte do Suruby**". Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, especialmente o capítulo 1, "Da Violência".

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Porto: ed. A. Ferreira, s/d.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo/Edusp, 2 v.,1975.

FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização Brasileira**:** Tomo III : volume 8:2 **: O Brasil Republicano : Sociedade e Instituições**. Por Paulo Sérgio Pinheiro... [et al] Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III : volume 8:1 **: O Brasil Republicano** : **Estrutura de poder e economia**. Por Fernando Henrique Cardoso ...[et al]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FÈBVRE, Lucien. **Combats pour l'Histoire**. Paris: Librairie Armand Colin, 1965.

FÈBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Scritta, 1995, especialmente da 10ª à 14ª aulas.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo : HUCITEC, 1976.

FERNANDES, Neusa. **A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

FERREIRA, Luís. **São Sebastião do Paraíso** (História e tradições). São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1973.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, EDUC, FAPESP, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias,**Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**, Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. **História da Industria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1992, (Teses 6), cap. 6, pp. 109-126.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 5ª. Ed. 1985, cap. XII, Soberania e disciplina, pp. 179-191; cap. XVII, A governabilidade, pp. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** – História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, Parte III, Disciplina, pp. 125-204.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquização na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Hiansen Vieira. **A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Campestre**. Aparecida, SP.: ed. do autor, 2000.

FRANCO, Hiansen Vieira. **O Clero Paulista no Sul de Minas (1801-1900)**, Passos: Gráfica e Ed. São Paulo, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo, Ática, 1974.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2 v., 1946.

FREIRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 2 v., 1974.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo, ed. Global, 2003.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve;** ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, Ed. UFMG., 1966.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego**. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira Ltda, 1945.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulher Brasileira**: bibliografia anotada. São Paulo: Brasiliense, 1979, vol. 1.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959;

FURTADO, Júnia F. (org.) **Diálogos oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FURTADO, Júnia F. **Homens de negócio:** a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GABEIRA, Fernando. **Sinais de vida no planeta Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GALVÃO, Walnice. **No calor da hora**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Obelisco, 1964.

GARCIA, Rodolfo (org). **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Salvador, BA.: Livraria Progresso Editora, 1956.

GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1956.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes Mineiros em Franca**. Franca, SP.: UNESP, Série História Local, 2, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, s/d.

GEIGER, PP., e DAVIDOVICH, F.: 1961. Aspectos do fato urbano no Brasil: in. **Revista Brasileira de Geografia**, v.23, n.2, 1961, p. 263-362.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros Ensaios**. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1991.

GLENNY, Misha. **McMafia**, Crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GODELIER, Maurice. **Economia, fetichismo y religión en las sociedades primitivas**. Madrid, Siglo XXI, 1978, especialmente o cap. IX, *La moneda de sal y la circulación de mercancías en los Baruya de Nueva Guinea*, pp. 267-298.

GODELIER, Maurice. Infrastructures et l'histoire. Paris : **dialectiques 21**, 1977. pp. 41 a 53.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. **Uma outra modernização:** transportes em uma província não exportadora - Minas Gerais, 1850-1870. Econ. soc., Campinas: v. 17, n. 2, Abr. 2008. Disponível em: **<http://www.scielo.br/scielo**. Acesso em: 21-02-2009.

GODOY, Silvana Alves de. Negociações e conflitos na rota das monções. Em **Estudos de História**, v. 10 n. 2. Franca, SP., UNESP, Franca, 2003, pp. 83-106.

GOMES, Ângela de Castro, (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GONZAGA, Olympio. **Memória histórica de Paracatu**. Uberaba: Tipografia Jardim & Cia., 1910.

GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao Suicídio, aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1972.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao Patíbulo**, Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1971.

GOULART, José Alípio. **Tropa e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Bandido do Rio das Mortes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

GUIMARÃES, José. **As Três Ilhoas**. Ed. Póstuma de Roberto Vasconcelos Martins, Pontal SP.: 1989.

GUTIÉRREZ, H., NAXARA, Márcia R.C., e LOPES, Maria A. S. **Fronteiras**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Trad. de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

HOBSBAWM, Eric J. **Formações Econômicas Pré Capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos**, Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

HOBSBAWM, Eric. Bandolerismo Social. Em LANDSBERGER, Henry A. (ed.) **Rebelión campesina y cambio social**. Barcelona: ed. Critica/Grijalbo, 1978, 192-213.

HOBSBAWM, Eric. J. **Los campesinos y la política**. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976, pp. 5-45.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas, em **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed. vol. T. 1, São Paulo: Difel, 1977.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ceb-rj, 1945.

HOORNAERT, Eduardo, et. al. **História da Igreja no Brasil**: ensaios de interpretação a partir do povo, primeira época. vol 2. Petrópolis: Vozes, 1977.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2004, cap. I, Globalização e diversidade, pp. 9-32.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. ADORNO, S. (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1995.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro**. Rio de Janeiro: INL, 1958.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil. São Paulo**: Cia. Das Letras, 1993.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**, ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KLEIN, Herbert S. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. São Paulo: **Estudos Econômicos**, V.19, nº 2, P. 347-372, MAI-AGO. 1989.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou**, povoado occitânico 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, sobre as formas de violência, ou violentação, da inquisição.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Carnaval de Romans**, da candelária à quarta-feria de cinzas, 1579-1580. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, especialmente o capítulo 9, "Uma carnificina de camponeses", pp. 266-280.

LANGE, Francisco Curt. As danças coletivas públicas no período colonial brasileiro e as danças das corporações de ofícios em Minas Gerais. Em **Barroco**, vol. I, Belo Horizonte: 1964, pp. 15-62.

LANGE, Francisco Curt. **História da música nas irmandades de Vila Rica**: Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, vol. 1, Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1979, pp. 41-42.

LAPA, José Roberto do Amaral (apres.). **Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao estado do Grão-Pará**: 1763-1769: Petrópolis, Vozes, 1978.

LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro: AGIR, 1960.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP.: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: ed. 70, 1985.

LEAL Victor Nunes, **Coronelismo, enxada e votos**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LEFORT, Claude. **Le travail de l'oeuvre Machiavel**. Paris, Gallimard, 1972, 1ª. Parte: La question de l'oeuvre, pp. 9-70.

LEFORT, Monsenhor. **Cidade da Campanha** – monografia histórica. Belo Horizonte: Imprensa oficial. 1972.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro: in PIZARRO, Ana. **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. Volume 2: Emancipação do Discurso. São Paulo: Memória : Campinas : UNICAMP, 1994.

LEMOS, Jayme Gomes de Souza. **Relatório apresentado à Câmara municipal de Passos no Triennio de 1895 a 1897**. Rio de Janeiro, Typ. de J. A. Guimarães & C., 1898

LEMOS, Joaquim Gomes de Souza. **Histórico de Passos**, in VASCONCELOS, Elpídio Lemos de. **Álbum de Passos**, Nictheroy, Rio de Janeiro, Escola Typ. Salesiana, 1920, p. 18-19.

LEMOS, Joaquim Gomes de Souza. **Relatório Administrativo** apresentado à Câmara Municipal de Passos, quatriênio de 1901-1604. Passos, Typ do Commercio e Lavoura, 1905.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993.

LENHARO, Alcir. Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência do centro-se do Brasil, 1808-1831. **Anais do Museu Paulista,** v. 28, p. 29-49, São Paulo: 1977/78.

LEVINE, Robert. M. **A Velha Usina**. Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Introduction a l'oeuvre de Marcel Mauss**. Sociologie et Anthropologie. Paris: PUF, 1949.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **As primeiras vilas do ouro**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1962.

LIMA JUNIOR, Augusto de. **História da Inconfidência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1968.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Um município de ouro: memória histórica. **Revista do arquivo Público Mineiro**, vol. 6. Belo Horizonte: 1901.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas** (ensaio de Sociologia regional brasileira). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1946.

LIMA, S.M.J. **Transformações na pecuária bovina paulista:** o exemplo da região de Franca. Franca: 1973. Tese (Doutorado em Geografia) – FFCLF.

LINHARES, Maria Yeda. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

LINHARES, Maria Yeda. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. Em **Anais do seminário sobre a Cultura Mineira** no Período Colonial, Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979, pp. 147-171.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**. Salvador. Ed. Progresso, 2ª. Edição, s/d.;

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. 2 v. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Colonizador-Colonizado**: uma relação educativa no movimento da História. São Paulo: PUC, tese de doutorado, mimeo, 1984.

LOPES, Francisco Antonio. **Palácios de vila Rica**: Outro Preto no Ciclo do Ouro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

LOPES, José Iglair, e LOPES, Dimas Ferreira (ed.) – **História de Alpinópolis**. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2002.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LOURENÇO FILHO, M.B.. **Juazeiro do Padre Cícero**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 3ª. ed., s/d., especialmente os capítulos sobre a Sedição, do cap. IX ao XIII.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho** e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LUBAMBO, Manuel. **Capitães e Grandeza Nacional**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional., Brasiliana, 1940.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX, em **Minas colonial**: economia e sociedade. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982, pp. 57-77.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. A vida cotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais, em **Minas colonial**: economia e sociedade. São Paulo: Fipe; Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. **Devassas nas Minas Gerais**: observações sobre casos de concubinato, em **Anais do Museu Paulista**, vol. 31. São Paulo: 1982.

LUZ, Nícia V. **A Luta pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
MACHADO NETO, Zahidé. Nota prévia sobre o coronelismo na Bahia: **Cadernos de Pesquisa nº 3,** FFCH, Universidade Fedreal da Bahia,1972.

MAIA, Domiciano Passos. **Guapé, Reminiscências**. (sem dados editoriais), 1933.

MARCONDES, Renato Leite; COSTA, Iraci del Nero da. Racionalidade Econômica e escravismo brasileiro: uma nota. **Estudos de História**, v.9, n.1, Franca: 2002.

MARGARIDO, Alfredo. A reciprocidade no seio de um movimento camponês no sul do Brasil, in RANDLES, WACHTEL, et al. **Para uma história antropológica**, Lisboa: ed. 70, 1978, pp. 59-73.

MARTINS, Tarcísio José **Quilombo do Campo Grande, a História de Minas roubada do povo**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1995.

MARX, Karl – **Le Capital**. Paris: Les Editions Sociales, 1975, livre premier, t. I, chapitres I - IV, et t. III, Première section, La marchandise.

MARX, Kart. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (borrador) 1857-1858. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, vol. 1, 1973.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP,1981.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**, principalmente aos Distritos do ouro e dos diamantes. Tradução Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Zélio Valverde Ed., 1944.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros & capitais**. Porto: Afrontamento, 1976, p. 77.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 4ª. Edição. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889/1920. SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI (org.). **História Econômica da Primeira República**, São Paulo: Hicitec / ABPH / EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, pp. 215-234

MÉLO, Manuel Rodrigues de. **Patriarcas e Carreiros**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

MELO. J. M. C de e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. **História da Vida Privada no Brasil**, volume 4, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 559-658.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**, um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da Ditadura e da Democracia**; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa/Cosmos, Santos/Martins Fontes: 1975; é importante a amplitude da bibliografia, ao final.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia**. Salvador: Edições GRD, 1973.

MORIN, Edgar. **A Religação dos Saberes**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002 – Sexta Jornada: A História. p. 355 e ss.

MOURA, Antonio de Paiva. **História da violência em Minas**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 1983.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala,** quilombos, insurreições, guerrilhas. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1972.

NORONHA, Washington Álvaro de. **Anotação** de próprio punho na página 2 dos **Estatutos da Companhia Ponte Suruby**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907, p. 2.

NORONHA, Washington Álvaro de. **História de Passos**. Passos, MG.: Prefeitura Municipal, 1969.

NOVAIS, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro,: Edições do Graal, 1977, especialmente o capítulo 1, pp. 9-38.

OLIVEIRA, Honorino Soares de. **O meu pequeno mundo**. Piumhi, MG., ed. autor, 1974.

OLIVEIRA, Lélio Luiz de. **Economia e História, Franca Século XIX**. Franca, SP.: Unesp, 1997.

OSSIO, Juan Maria A. **Ideología Messiánica del Mundo Andino**. Lima, ed. Ignácio Prado Pastor, 1973;

PALMÉRIO, Mário, **O Chapadão do Bugre.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

PALMÉRIO, Mario. **Vila dos Confins**. Rio de Janeiro: José Olympio, Ed. Civilização Brasileira e ed. Três, 1974.

PANG, Eul-soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1934**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEDROZA, Rodolpho Gomes. **CARTA ABERTA Ao Eminente sr. Conselheiro Ruy Barbosa.** Rio de Janeiro: Diário de Notícias, Ano II, edição nº 109, sexta-feira, 1 de julho de 1910, fl. 2; (ortografia atualizada).

PINHEIRO, João. O Senso Grave da Ordem, in ANDRADE, Carlos Drumond de (org), **Brasil Terra e Alma: Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1967.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**, empreendida nos anos de 1817 a 1821. 2 v. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1951, Primeira parte [vol. 1].

POLANYI. K., ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie**. Paris: Larousse, 1975.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed. 1961.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1970.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**, ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1944.

QUEIROZ, M. I. Pereira de. Política, Ascensão e Liderança num Povoado Baiano. São Paulo, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**, nº 3, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, volume 8, direção de Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, pp. 172-212.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira** e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**, a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luís Carlos (org.) **História de Minas Gerais. As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2 vols, 2007.

REVISTA do Archivo Público Mineiro, Direção e Redacção de Mario de Lima. Anno XX – 1924. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, Capítulo V, O Destino nacional, pp. 447- 455.

RODRIGUES, André Figueiredo. Resenha: Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. **Revista. Brasileira de História**. v. 21, n. 42. São Paulo: 2001. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo. Acesso em: 06 Fev 2007.

RODRIGUES, José Carlos**. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no séc. XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

ROMEIRO, Adriana. **Um visionário na Corte de D. João V:** revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

ROSTOVTZEFF, M. **História social y económica del Império Romano**. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura, apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo (1822)**, Tradução de Affonso de E. Taunay. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Nacional, 1938.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco** e pela Província de Goiás. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, coleção Brasiliana, 2 v., 1944.

SCHMITT, Jean-Claude**. Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: 1999, especialmente o capítulo 5, O bando Hellequin, pp. 113-142.

SCHWARTZ, Stuart. **Roceiros e Rebeldes**. Bauru, SP.: EDUSC, 2001.

SENNA, Nelson de. **A Terra Mineira**. S/ref. (Ed. Comemorativa do 1º Centenário da Independência Nacional), 1925.

SERVICE, Elman. **The Hunters**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economia campesina**. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976.

SILVA, José Joaquim da - **Tratado de Geographia Descriptiva Especial da Província de Minas Geraes**. Juiz de Fora: typ. do Pharol, 1878.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e Territorialidades Urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional** 5(2): Inverno 2000, Vol. 5 - nº 2 - 2000.

SILVA, Renata Aparecida. **A mortalidade de escravos nos Sertões de Jacuhy**: 1764-1800. Monografia. Barão de Mauá, Ribeirão Preto: 2006.

SILVA, Sérgio S., & SZMRECSÁNYI, Tamás (org). **História Econômica da Primeira República**. 2ª. Ed., São Paulo, Hucitec, ABPHE, EDUSP, Imprensa Oficial, 2002.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O Universo do Indistinto –** Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Regionalismo nordestino. Existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984, p.55.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930, in FAUSTO, Boris (Dir) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, t. III, v. 8., cap. V;

SOREL, Georges – **Considerazione sulla violenzia**. Roma-Bari: Ed. Laterza, 1974; especialmente os capítulos: II – La decadenza borguese e la violenza (p. 125 e ss); III – Pregiudizi contro la violenza (p. 149 e ss); VI – La moralità della violenza (p. 245 e ss) e VII – La morale dei produttori (p. 289 e ss).

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-quilos,** Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978, especialmente o cap. 13 – De Canudos ao imposto do vintém, p. 203 e ss.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **O albatroz e o chinês: ensaios sobre literatura**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. Capítulo: Ressonâncias. p. 43-51.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Vários Escritos**. Cap. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995, 3ª. ed., pp.147 e ss.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958.

SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961, p. 72

SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Ed., 2 vols. s/d.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade,** um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Ed. Anna Blume, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro,** a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Ed. do Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no Século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **Prefácio**. In SILVEIRA, Marco Antonio. **O Universo do Indistinto –** Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Sérgio Luiz. **As estações da Mogiana**. Trabalho de conclusão de curso. Passos: FESP-Faculdade de Filosofia, 2006.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café**. São Paulo, Brasiliense, 1961.

TAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TARZAN, pseudônimo de Ananias Emerenciano Campos. **Balanço Político: Critico e Futrico**. Passos, s/d.

TAUNAY, Afonso, E. (org.). **Relatos Sertanistas**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. Cf. especialmente a Prática do Alferes José Peixoto da Silva ao Padre Diogo Soares, pp. 121-138.

TAUNAY, Afonso, E. Distancias de pouso a pouso desde a cidade de São Paulo até Goiás, in **Anais do Museu Paulista**, tomo XIV..

TAUNAY, H. e DÉNIS, F. **Le Brésil ou Histoire, Moeurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume**. Paris,: s/r., 1822.

TÁVORA, Francklin. **O cabeleira**. São Paulo: Três, 1973.

TERRAY, Emmanuel. **El marxismo ante las sociedades "primitivas"**. Buenos Aires: Losada, 1971.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Burgueses**. São Paulo: Edusp, 1996.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas**. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1962.

TOSI, Pedro Geraldo – **Capitais no Interior**, Franca e História da Indústria Coureiro-Calçadista (1860-1945). Franca: UNESP, 2003.

TRAVASSOS, Nelson Palma. **O Porco esse Desconhecido,** leitura amena com pretensões pecuárias. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1ª Edição. 1957, 200 páginas, ilustrado por Manoel Victor Filho.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: José Olympio, 1955, 2 v.

VIEIRA, Neusa Machado. A Estrada dos Goiases nos Mapas da Capitania de São Paulo, século XVIII. **Revista Pontalense, I** (1), Pontal, SP.: DMC, 1969. Na mesma revista, em anexo, v. "mapa da Estrada dos Goiases na Capitania de São Paulo", elaborado por Roberto Vasconcelos Martins.

VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto. **Coronel, Coronéis**. Tempo Brasileiro, 1965;

VIOTTI, Júlia de Magalhães e ANTIPOFF, Helena. **Contribuição à Antropologia da Moça Mineira**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública. 1933.

VIOTTI, Manuel. **Novo Dicionário da Gíria Brasileira**. Rio de Janeiro: Tupã ed., 3ª. Edição, s/d.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 8, n. 15, 1995, pp. 39-56.

WALLERSTEIN, I. **O Declínio do Poder Americano**, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Porto: ed. Afrontamento, 2 vol. s/d.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2 v.,1974.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Lisboa: ed. Presença, 1974.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. Minas Gerais na Federação Brasileira de 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, cap. 3, *Aspectos sociais do campesinato*, ênfase nos itens *Coalizões camponesas* pp. 113-129.

ZAIDAN, Ralfer e CASTRO, Maurício. **Sertão da Farinha Podre**. Disponível no Site: http://www.revelacaoonline.uniube.br/cultura03/sertao.html; acesso em 23/08/07.

ZEMELLA, Mafalda P. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Huicitec-Edusp, 1990.

Jornalísticas

Gazeta de Passos, 262, 20 de abril de 1947.

Gazeta de Passos, 263, 27 de abril de 1947.

Gazeta de Passos, 267, 18 de maio de 1947.

Gazeta de Passos, 268, 25 de maio de 1947.

Gazeta de Passos, 271, 01 de junho de 1947.

Gazeta de Passos, 271, 01de junho de 1947.

Gazeta de Passos, 274, 22 de junho de 1947.

Gazeta de Passos, 277, 13 de agosto de 1947.

Gazeta de Passos, 282, 17 de agosto de 1947.

Gazeta de Passos, 283, 24 de agosto de 1947.

Gazeta de Passos, 284, 31 de agosto de 1947.

Gazeta de Passos, 285, 07 de setembro de 1947

Gazeta de Passos, 287, 21 de setembro de 1947.

Gazeta de Passos, 293, 02 de novembro de 1947.

Gazeta de Passos, 294, 09 de novembro de 1947.

Gazeta de Passos, 298, 07 de dezembro de 1947.

Cidade de Passos. Passos, edição de 05 de setembro de 1909.

Comércio e Lavoura. Passos, edição de 28 de julho de 1901;

Lavoura e Comércio. 1909. Uberaba, MG. Edição de 03 de setembro de 1909

Lavoura e Comércio, 1909. Uberaba, MG. Edição de 30 de setembro de 1909.

Lavoura e Comércio, 1909. Uberaba, MG. Edição de 14 de outubro de 1909.

Lavoura e Comércio, 1909. Uberaba, MG. Edição de 17 de outubro de 1909.

Lavoura e Comércio, 1988. Uberaba, MG. Edição de 26 de fevereiro de 1988.

Lavoura e Comércio, 1988. Uberaba, MG. Edição de 01 de março de 1988.

Lavoura e Comércio, 1988. Uberaba, MG. Edição de 04 de março de 1988.

Obs. Mário Palmério republicou os artigos de 1909, nas edições de março de 1988; e na edição de 08.03.1988, fez uma análise do caso passense, com o título de **Os sucessos de Passos.**. Utilizamos cópias xerografadas.

CMP – Avulsos Impressos

CASTEJÓN, Francisco. [Sem título]. **Álbum** montado com fotos de pessoas, fatos, vistas e propriedades, da cidade. Passos: Artesanal, 1901-1902.

CMCP - Câmara Municipal de Passos. **Resoluções e Regulamento da Recebedoria Municipal de Passos**. Capital Federal, Companhia Impressora, 1892

CMCP, **Collecção de Leis do anno de 1905**. Passos, Typ. d' A Estrea, 1905

CMCP. **Posturas Municipais**, 1859, sem dados.

NORONHA, Washington Álvaro de: 1907. Anotação de próprio punho na página 2 dos **Estatutos da Companhia Ponte Suruby**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907, p. 2.

CMP - Manuscritas

Autos do Processo de 1909/1910:

Antônio Celestino (CMP. Pasta 112, Doc 016)
José Ricardo da Cunha (CMP. Pasta 105, DOC 005)
Coronel Francisco Lemos de Medeiros (CMP. Pasta 102, DOC 002)
José de Souza Pinto (CMP. Pasta 057, DOC. 006)
José Bertholdo do Nascimento (CMP. Pasta 105, DOC 014)
Major Antônio Celestino (CMP. Pasta 058, DOC 012)
João Vieira, Teófilo Vieira, e Bazílio de tal. (CMP. Pasta 055, DOC 014)
José Ferreira Hostalácio, Ignácio Mariano, João Mariano e Francisco Mariano (CMP. Pasta 054, DOC 014).
João Modesto dos Santos Bueno (CMP. Pasta 016, DOC 025)
Bernardino Vieira de Souza (CMP. Pasta 011, DOC 018)
Satyro de Freitas (CMP. Pasta 058, DOC 004)
Severino José do Nascimento CMP. (Pasta 062, DOC 024)
Francisco Lemos de Medeiros, João Pereira da Fonseca (João Coco), Antônio Ribeiro (vulgo Pedro Serrador), e Francisco de tal (vulgo Francisco Pião). (CMP. Pasta 082, DOC 010)
Capitão Manoel Ferreira de Medeiros e outros (CMP. Pasta 093 DOC 005)
Joaquim Júlio Lemos (CMP. Pasta 093, DOC 006)
Porfírio Caetano de Barros e João Candido Maia (CMP. Pasta 093, DOC 008)
Pedro José de Souza (CMP. Pasta 093, DOC 009)
Bazílio de Souza (Bahiano) (CMP. Pasta 093, DOC 014)
Antônio Belizário (CMP. Pasta 093, DOC 015).
João Fernandes da Silveira (CMP. Pasta 102, DOC 015).

CMCP - Códices manuscritos:

CMCP, 1862. Ata da sessão de 10/01/1862. CMP. Tombo 002, fl. 81v.
CMCP, 1871. Ata da sessão de 06/11/1871. CMP. Tombo 003. fl. 1-1v.
CMCP, 1872. Ata da sessão de 11/04/1893. CMP. Tombo 005 s/n.
CMCP, 1872. Ata da sessão de 16/12/1872. CMP. Tombo 003, fl. /35-38v.
CMCP, 1872. Ata da sessão de 27/01/1872. CMP. Tombo 003, fl. 17-18.

CMCP, 1873. Ata da sessão de 24.07.1873. CMP. Tombo 003, fl. 56v-57.

CMCP, 1874. Ata da sessão de 23/05/1874. CMP. Tombo 003 s/n.

CMCP, 1876. Ata da sessão de 25/02/1876. CMP. Tombo 003, fl. 138v-139.

CMCP, 1876. Ata da sessão de 25/02/1876. CMP. Tombo 003, fl. 138v-139.

CMCP, 1877. Ata da sessão de 12/01/1877. CMP. Tombo 003, fl. 170-170v.

CMCP, 1880. Ata da sessão de 15/11/1880. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1881. Ata da sessão de 29/01/1881. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1887. Ata da sessão de 29/04/1887. CMP. Tombo 004, fl. 4-5v.

CMCP, 1887. Ata da sessão de 30/04/1887. CMP. Tombo 004, fl. 5v-6v.

CMCP, 1889. Ata da sessão de 03/11/1889. CMP. Tombo 0969, fl. 23v.

CMCP, 1893. Ata da sessão de 09/01/1893. CMP. Tombo 005, s/n.

CMCP, 1893. Ata da sessão de 13/01/1893. CMP. Tombo 005, s/n

CMCP, 1893. Ata da sessão de 20/06/1893. CMP. Tombo 005, s/n.

CMCP, 1895. Ata da sessão de 17/05/1895. CMP. Tombo 007, fl. 25v.

CMCP, 1896. Ata da sessão de 16/09/1896. CMP. Tombo 007, fl. 97v.

CMCP, 1898. Ata da sessão de 15/01/1898. CMP. Tombo 009, fl. 6.

CMCP, 1898. Ata da sessão de 24/01/1898. CMP. Tombo 009, fl. 24.

CMCP, 1898. Ata da sessão de 26/01/1898. CMP. Tombo 009, fl. 26.

CMCP, 1898. Ata da sessão de 26/05/1898. CMP. Tombo 009, fl. 55.

CMCP, 1899. Ata da sessão de 16/05/1899. CMP. Tombo 0969, fl. 1.

CMCP, 1899. Ata da sessão de 31/05/1899. CMP. Tombo 0969, fl. 7v.

CMCP, 1907. Ata da sessão de 27/10/1907. CMP. Tombo 0966, fl. 64.

CMCP, 1908. Ata da sessão de 18/06/1908. CMP. Tombo 0967, fl.1.

CMCP, 1909. Ata da sessão de 09/10/1909. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1909. Ata da sessão de 15/10/1909. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1909. Ata da sessão de 18/10/1909. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1909. Ata da sessão de 29/09/1909. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1910. Ata da sessão de 01/02/1910. CMP. Tombo s/n

CMCP, 1910. Ata da sessão de 03/06/1910. CMP. Tombo s/n

AHU Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU, **Verbete 11295**, Cx. 155, Doc. 7, 09.12.1800. Vicente Pereira de Paiva Bueno, capitão de cavalaria de milícias da Vila da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais, onde é natural e morador. (Sobre a expedição de Bartolomeu Bueno do Prado).

AHU, **Verbete n. 6794**, Cx. 85, Cx. 32 - 05.03.1765 – 27.09.1764. (Bando de Luís Diogo).

AHU, **Verbete n. 8070**, de 22.07.1772: representação (cópia) dos oficiais da Câmara da Vila de São João Del Rei, ao governador de Minas Gerais, José Luiz de Meneses, solicitando instruções para o

preenchimento dos cargos de juiz ordinário e de almotacé de Jacuí, vagos pela prisão de Tomás José Pinto Adorno Franca e de um outro indivíduo.

AHU, **Verbete n. 8092**, de 03.08.1772: carta (cópia) de Manoel Caetano Monteiro, intendente do Rio das Mortes, para D. José Luís de Meneses, governador de Minas, dando o seu parecer sobre as queixas que o juiz do continente do Jacuí havia feito contra o comandante daquele distrito, cadete Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira.

AHU, **Verbete n. 8067**, de 05.08.1772: Carta (cópia) de Francisco Carneiro Pinto de Almeida, ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, para o governador de Minas Gerais, José Luiz de Meneses, dando o seu parecer sobre o procedimento do Comandante de Jacuí.

AHU, **Verbete n. 8077**, de 28.08.1772: carta de D. José Luís de Meneses, conde de Valadares e governador de Minas, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando acerca do procedimento do comandante do destacamento de Jacuí, contra o juiz e almotacé.

AHU, **Verbete n. 8285**, de 01.07.1774: requerimento de Valério Sanches Brandão, alferes de Dragões da guarnição de Minas e comandante do destacamento de Jacuí, pedindo para que seja solto e conservado no referido posto.

AHU, **Verbete n. 8758**, de 02.07.1775: carta de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Minas, informando a D. José I, com seu parecer sobre o requerimento de Valério Sanches Brandão, preso pelo conde de Valadares, José Luís de Meneses, por excessos cometidos contra o almotacé de Jacuí.

AHU, **Verbete n. 9236**, de 09.10.1783: requerimento de Antonio Alves Franco, pedindo carta patente de confirmação do posto de capitão da 2ª. companhia de Ordenança de Pé, no distrito do Arraial do Jacuí, comarca do Rio das Mortes.

AHU, **Verbete n. 9474**, de 12.07.1785: requerimento de José Antonio da Silva, capitão da companhia de ordenança de Pé do distrito Arraial de Nossa Senhora da Conceição do ribeirão de São Pedro de Alcantra [sic] e Almas do Jacuí, solicitando a D. Maria I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo.

AHU, **Verbete n. 11857**, de 11.10.1802: requerimento de José Álvares da Costa, pedindo a confirmação da carta patente do posto de capitão da Companhia de Ordenança novamente criada no distrito do Ribeirão de Jacuí, para cima da Serra da Mantiqueira e rio Grande, do termo da Vila de São João Del Rei, comarca do rio das Mortes.

AHU, **Verbete n. 13301**, de 10.07.1807: requerimento dos moradores do julgado do Jacuí, da comarca do Rio das Mortes, solicitando a mercê de se ordenar ao governador de Minas para que restabeleça o dito julgado.

AHU, **Verbete n. 13746**, de 13.10.1807: requerimento do tenente-coronel Bernardo Jacinto Gomes da cidade de São Paulo, a D. João VI, no qual pede carta de confirmação de sesmaria relativa a terras que possui na Antinha, Arraial do Jacuí, termo da Vila da Campanha da Princesa.

> **Obs.** Cópia microfilmada, obtida junto à Associação Cultural do arquivo Público Mineiro e doada por Tarcísio José Martins, à Associação dos Historiadores dos Sertões do Jacuhy.

Códices avulsos:

JUIZADO DE PAZ. **Audiências**. Livro 01. Curato do Senhor dos Passos, manuscrito, 1831.

LEMOS, Joaquim Gomes de Souza: 1904. **Relatório Administrativo**. Manuscrito, 1904, Centro de Memória de Passos.

Livros de batismo e óbitos da paróquia de Piumhi,

Livros de batismo e óbitos da paróquia de São Roque de Minas,

Livros de batismo e óbitos da paróquia de S. João Batista da Glória,
Livros de batismo e óbitos da paróquia de Delfinópolis, entre outros.

Entrevistas:

Relacionadas à violência do Fórum:

Ananias Emerenciano Campos 1ª **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (26-07-76).
Ananias Emerenciano Campos 2ª **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (09-02-79).
Ananias Emerenciano Campos 3ª **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (15-12-87).
Ananias Emerenciano Campos 4ª **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (26-09-91).
Antonio Caetano. Dr. **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (18-11-77).
Antonio José da Silva, tropeiro **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (21-07-69).
Antonio Lemos de Miranda, Gato Miranda, filho de Juca Miranda. **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (08-03-77).
Bendito Querino, candeeiro, (na roça) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (08-01-72).
Francisco de Paula e Souza **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (02-11-77).
Francisco de Paula e Souza II **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1978).
Francisco Juvêncio da Silva, retireiro **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (18-08-71).
Henrique Amélio, fazendeiro (na Mumbuca) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal.
J. M., **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (18.05.1977). (Entrevista desgravada após transcrita, a pedido do entrevistado).
Joana Ajeje Silveira, viúva do cap. João Fernandes. **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (18-11-77).
João Bahiano, vendeiro **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. Venda no Taquarussu. (18-05-76).
João Macaia **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1988).
João Serafim, carreiro, (na roça) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. 1(6-03-69).
José Amorelli I e II **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (28-02-88).
José Balbino de Oliveira, (nos Campos) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (15-08-71).
José Costa e Silva, **Entrevista**. Glória, gravação pessoal. (1997).
Maria Gomes, 94 anos. **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (15-06-890.
Maria José Gonçalves Reis, d. Zezé, 75 anos. **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (30-11-77).
Maria Verônica de Jesus **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1985).

Relacionadas à época:

Aldo Vieira Borges **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1989).

Amos Borsari **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1998).

Ana Maia Cardoso I e II **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (22-06-89).

Antonina Lemos Pádua **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1977).

Dolor Esper Kallas **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (18-10-99).

Emerson José Cardoso **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (30-05-89).

Farid Esper Kallas **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1999).

Feliciano Ferreira Maia **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (13-06-89).

Francisco Alves Maia I e II **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (29-07-89).

Francisco Rodrigues de Vasconcelos (Tio Vasconcelos) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (14-06-89).

Geraldo Ferreira Maia **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (30-06-89).

Henrique Amélio (1977). Depoimento gravado por Luís Grilo, na Mumbuca.

Horácio Santana (Tête) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (14-02-81).

Iaiá Stockler, 93 anos **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1986).

Izaltina L. Cardoso **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (I e II) (16-06-00).

Jairo Andrade **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (30-06-89).

João Cardoso Lemos (João Quirino) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (09-06-89).

João Fernandes (2005) entrevistado por André Lopes.

João Lemos (I, II, III) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (01-06-00).

Jones Andrade **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1989).

Jorge Agelune **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1989).

José Barbosa (fotógrafo) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (29-05-89).

José Barbosa Andrade e Silva (Zé da Beca) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1989).

José Coelho Victor **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (27-10-89).

José Maia **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (08-06-89).

José Meirelles Junqueira, 81 anos **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (07-01-93).

José Mendes Grilo, **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (03-06-89).

José Mezêncio (prof.) **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (25-07-83).

Luís Patti **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (1987).

Manoel Ferreira Maia **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (10-06-89).

Sebastião de Souza Lemos **Entrevista**. Passos, gravação pessoal. (29-06-89).

ANEXOS

1 Registros

1.1 Juca Miranda assassinou seu cunhado João Modesto dos Santos Bueno, na noitinha de 26 de agosto de 1909. A descrição feita pelo seu filho, em entrevista de 1977, é clara: "... e o papai teve inté a morte; foi ele que matou o Joãozinho, que era cunhado dele. Ele bebia demais e minha vó era casada com o pai dele. É era entrelaçado, e ele casado com a filha da minha avó. Então ele bebia, chegava lá, brigava, metia o couro na Margarida e dava na minha avó. Né, bão, afinal, ficou essa novela. Papai num tinha sossego. Papai foi resolveu, matou ele. Matou aqui em baixo, na casa do Ti-Quinca Lemos. E foi assim. Eu me lembro. No dia que ele saiu pra matar o Joãozinho, ele que matou, falou: Léia, eu vou sair, mas mesmo que seja eu que bater aqui e disser "é o Juca", cê num leva luz na frente da casa não. Num põe luz não. Houve os tiro, matou e tal, e entrou pelos fundo. Quando foi daí uma meia hora, uma hora, mais ou menos, chegou o Zeca Modesto e a Margarida. Tinha arame farpado aqui no jardim. "*Oh, Juca. Oh, Juca. Mataram o Joãozinho"*. Aí o papai saiu, falou, *"oh, que é isso, mataram?" "Mataram"*. *"Bão, entra, fica aqui, eu vou lá"*. Ele pegou levou, chamou até o Isidoro soldado, levou ele. Aí no dia seguinte de manhã cedo, eu fui lá vê. Tava o Zeca Modesto xingando a vovó. Vovó xingando: *é, cachorrão, e tal*. Os dois casado: ele pai do Joãozinho, ela mãe da Margarida. Aí o Zeca dizia: "*ou foi o Porfírio ou foi o Juca". Um dos dois*. Eu cheguei lá em casa, o papai tava lavando o rosto; eu cheguei, puxei, *"Papai, o Zé Modesto tá falando que foi o senhor que matou o Joãozinho"- "Faz mal não, deixa falá ..."* (Entrevista de Antonio Lemos de Miranda, "Gato Miranda", gravada em 8.3.77).

1.2 Na noite de 14 de setembro, uma terça-feira, tentaram assassinar Juca Miranda. Seu filho descreveu assim: "... antes, o papai, eles mandaram matá ele. Teve um tiroteio ali, na casa onde é do Pedro Caetano. Ali morava o Vilabaldo. Tinha um negócio de fazenda. (...) Nesse meio tempo, tiraram um sujeito da cadeia, um jagunço que tava cumprindo pena. Tinha cometido um crime. Tiraram da cadeia pra matar o papai. Foi o atentado. Chegou aqui. Numa noite, às oito horas, bateu lá em casa (...) bateu, mamãe disse: "O Juca num está; eu vou mandar chamar ele". E mandou o cabritinho, um tal Antonio, ir lá chamar ele. Ele desceu ali, foi lá, disse: "padrinho, tem uma pessoa lá que qué comprá selo, a madrinha mandô chamá o senhor". "Psiu, volta lá, passa pelo fundo, e traz minha carabina. Deixa ninguém vê não". (...) ele pegou e levou a carabina lá. Papai foi veio. Até ali no sobrado da esquina, do João Leandro, ali no noivinho. Papai veio andando; parou lá. Ouviu o tropelo dele subindo. Afinal, papai pensou e tal, resolveu, subiu. Papai num sabia dele, num sabia de nada. Pensou: "esse jagunço fugiu". Chegou até ali, na beira do sobrado onde morava D. Amélia. Viu ele vindo. Entrou na porta lá do Vilobaldo. Aquelas porta funda, de patente largo e ficou lá. Ai, papai tirou a

botina, botina de goma, tirou as duas botina, veio pé por pé, ele pensou que o papai parou. Papai veio, chegou, ele num tinha entrado, meteu a carabina nele, falô pro Antonio: "risca um fósforo na cara desse caboclo". Ele riscou o fósforo. "Que que tá fazendo?" "Nada não, sou camarada de viajante". Afinal, quando foi assim, papai saiu prum lado, ele atirou. Papai atirou. Trocaram tiro. Fugiu, foi embora. Papai veio embora, tal. Num pegou nem nele nem no outro. (...) E passado uns tres dia, mais ou menos (...) o Jacob Negrão e o Antenor morava em Bom Jesus. Aí mandou recado pro papai que o home tava lá. Tinha venda, bebia, falava: "óia, eu matei o Juca Miranda". Aí papai (...) foi lá, com o Candinho, tio dele, Candinho Miranda. E chegou lá, tal, de madrugada. Bateu no Jacob: *"Jacob, que negócio é esse?"*. Jacob contou: *"Ele tá lá sim"*. De manhã, ele veio. Aí papai pegou atirou a besta, matou a besta, matou ele (...) a orelha dele, depois que papai morreu, ainda peguei ela e joguei dentro da privada. Tava feito uma moela, seca, salgada, engruvinhada, ele salgou. Uma não, ele tinha umas tres ou quatro. Eles tinha uma mania, fazia tirar as oreia pra guardar ..." (Entrevista com Antonio Lemos de Miranda, gravada em 8.3.77).

1.3 O Dr. Breno Soares Maia, me assegurou, com direito a publicação, ter ouvido do escrivão, anos depois, a descrição mais verossímil: *"o alferes havia preparado o golpe para liquidar, sem barulho, dezoito ou mais chefes políticos do partido lavourista. Era um plano simples: matar enforcado cada um deles. O alferes tinha comprado um tanto de corda, e preparara o alçapão que ligava o cômodo de cima, ao lado da Câmara com o cômodo da cadeia, embaixo. Assim, o depoente sentado de frente para o alferes, seria enforcado pelo soldado Furquim por trás. Depois o corpo seria arrastado até o alçapão e descido para a cadeia embaixo. Ela tinha levado os presos para Santa Rita, dias antes. As cordas ele comprou na venda do Vilobaldo, na praça. Lá comprou também uma machadinha destas de cozinha, que ele pôs na gaveta da mesa, do seu lado, para alguma emergência. O que se deu foi que o Juca Miranda, que foi o primeiro a depor, tinha uma mania, a de apoiar os cotovelos na mesa e as mãos no queixo. Assim, o Furquim passou a corda e puxou com força, mas a corda não prendeu o pescoço do Juca Miranda, ele se ergueu, uma mão tentando afrouxar a corda, com a outra tirou o revolver, mas a cadeira caiu, e o tiro atingiu só o dedo alferes. Mas aí o alferes já tinha apanhado a machadinha debaixo da mesa, desferiu o primeiro golpe contra Juca, atingindo-o na altura da orelha e arrancando-lhe boa parte do couro cabeludo. Juca deixar cair o revolver e Furquim solta a corda do pescoço. Houve luta, eu escapei com os papéis para o outro cômodo. Juca gritava por socorro enquanto o alferes lhe dava outras machadadas. Bateram contra a vidraça, do lado da rua Direita quebrando vidros e caixilhos, mas o Juca consegue sair e desceu escada abaixo, limpando o sangue com as mãos. E o Furquim foi dando tiro nele. O alferes chegou à janela e daí deu ordem pros soldados atirar. O plano dele não tinha dado certo. Agora era a guerra, matar de qualquer forma"*. (ENTREVISTA, 1975).

1.4 O roteiro mais provável da expedição pode ser recomposto em suas linhas gerais: partindo de São Del Rei, seguiu acompanhando grosso modo a Picada de Goiás, cujos quilombos já tinham sido "arrasados" por ocasião de expedições anteriores, depois pelo *"sertão da farinha podre"*, pelo *"porto real"*, e daí ao encontro da bacia do rio São Francisco. Entre julho e agosto de 1759 o corpo militar já teria conquistado os quilombos principais do Campo Grande, pois o primeiro auto de posse aí tomado pelo capelão e pelo comandante da expedição é de 01.09.1759:

> *"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e cincoenta e nove annos, em o primeiro de Setembro do dito anno em o quilombo da Parnahiba, e Enday e Bamboi, Serra da Marcela e Canastra, aoende eu Escrivão ao diante nomeado vim com o Reverendo Padre João Correa de Mello Capellão da Expedição dos Quilombos, e vigário da vara das conquistas do certão do Campo grande; e sendo ahy diante das testemunhas ao diante nomeadas, e assignadas tomou o dito Reverendo Vigário da vara posse judicial, e actual por comissão e ordem do Exmo., e Revmo Sr. Bispo da cidade de Marianna de todas aquellas conquistas, e terras vertentes a ellas, e suas adjacentes, por pertencerem ao mesmo Bispado (...)"* (Documentos Interessantes, v. 11, unidade IIIA, Questão dos Quilombos, p. 61 e 62.).

"Alimpados" e apossados aqueles sertões, voltou em direção ao Rio Grande, contornando, além, o atual Parque da Canastra, destruiu o Quilombo do Desemboque (situado na localidade atual de igual nome), seguindo pelo alto do chapadão da Zagaia, teria descido a *serra das "sete voltas"* até às imediações da Forquilha (hoje Delfinópolis), e daí atingiu o *"quilombo do talhado"* nas imediações da atual cidade de S. J. Batista da Glória, e após tê-lo submetido, subiu margeando o Rio Grande em direção à barra do Sapucaí, até alcançar o *quilombo* (que Orville chamou de "creça"), cuja localização coincide com a da cidade atual de Capitólio, de que se apossou. É possível que Orville tenha se equivocado e que a denominação do quilombo fosse do "cabeça", sendo "crça" apenas a abreviatura. Este argumento encontra apoio no fato de que todos os "históricos" da Cidade de Capitólio se referem ao "antigo arraial dos cabeças". O auto de posse foi lavrado em 01.11.1759, exatos dois meses após o anterior:

> *"Em o anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e cincoenta e nove anos em o primeiro de novembro do dito anno em o Quilombo do Creça, aonde eu Escrivão ao diante nomeado vim com o Reverendo Padre João Correa de Mello, Capellão da Expedição dos Quilombos e Vigario da vara das conquistas, e Certão do Campo Grande, e Rio grande abayxo, e desde o de agoapé até a Barra de Sapucaí, e sendo ahy..."*, etc. *(Cf. idem, p. 60 e 61).*

Cruzou o rio, na *"passagem da barra"*, e provavelmente subiu o Sapucaí, destruindo outros quilombos e tomou a seguir, por dentro, a direção noroeste, cruzou o Itapiché, contornou a serra da ventania, e alcançou Jacuí, onde depois de destruir o Zundu, que é bem próximo, teria permanecido por um tempo mais dilatado.

1.5 Sessão de 06/11/1871 (Tombo 003, fl. 1-2v) Construção de uma ponte sobre o Rio Grande em direção ao Espírito Santo da Forquilha. Sessão de 07/11/1871 (Tombo 003, fl. 2v-4v) idem, sobre o rio Santa Quitéria em direção do arraial do Carmo do Rio Claro. Sessão de 10/11/1871 (Tombo 003, fl. 6v-7-7v-8) Conserto da estrada da Serra da Ventania à Carmo do Rio Claro. Sessão de 27/01/1872 (Tombo 003, fl. 17-18) Melhor rumo da estrada que liga Passos a Santa Rita de Cássia e ponte sobre o ribeirão de São João. Sessão de 25/06/1872 (Tombo 003, fl. 19-20v) Comissão para rever a estrada que liga Passos a S. S. do Paraíso. Comitiva para construção da ponte sobre Rio Grande. Sessão de 11/11/1872 (Tombo 003, fl. 25v-26) Comissão para conserto da estrada da Ventania. Sessão de 16/12/1872 (Tombo 003, fl. 35-38v) Feitura de ponte sobre Rio São João e abertura de uma estrada. Sessão de 25/08/1873 (Tombo 003, fl. 63v-64) Abertura de um novo porto. Sessão de 28/05/1877 (Tombo 003, fl. 182v-183v) Ponte sobre o Rio São Francisco. Sessão de 16/07/1887 (Tombo 004, fl. 14-15) Mudar a estrada pertinho do córrego d'anta na estrada que desta cidade segue a Ventania pelo caminho antigo, evitando a subida de um morro que faz uma curva indo sair pouco adiante na mesma estrada. Sessão de 15/07/1887 (Tombo 004, fl. 12v-14) Freguesia de Santa Rita de Cássia: construção de três pontes, uma na saída da povoação à rua da Praia, outra à rua Peixoto e outra à estrada p/ Franca e São Sebastião. Sessão de 13/10/1887 (Tombo 004, fl. 20v-22v) Freguesia da Ventania: construção de duas pontes, uma no Córrego D'anta e a outra na Conquista. Sessão de 14/04/1893 (Tombo 005) Requerimento de dívida de Amélio Júlio por ter feito a ponte no Ribeirão Itapiché, na estrada de Carmo do Rio Claro (foi paga). Sessão de 24/07/1893 (Tombo 005) - Construção da ponte sobre o rio São João. Sessão de 21/11/1895 (Tombo 007, fl. 61v) Construção de ponte sobre o córrego Barra Mansa na estrada de Santa Rita de Cássia, outra sobre o Cancans na estrada de São José da Barra e outra sobre o Conquista, lugar denominado Águas Virtuosas na estrada que da Ventania se dirige para o distrito do Senhor Bom Jesus da Penha. Sessão de 24/01/1896 (Tombo 007, fl. 72) Ponte no Ribeirão Bocaina, na estrada que vai para o distrito de Santa Rita do Rio Claro, Mumbuca, Barra Doce e em frente a casa que foi do finado Capitão Manuel Pimenta de Abreu. Sessão de 20/05/1896 (Tombo 007, fl. 89) Construção de pontes sobre os rios Cancans e Conquista e consertos na estrada de Toledos. Sessão de 20/11/1896 (Tombo 008, fl. 10) Toma conhecimento de ofício do Governo do Estado sobre a administração dos reparos da estrada de rodagem que desta cidade vai a do Carmo do Rio Claro; transcreve ofício enviado ao Secretário de Agricultura sobre os recursos para realizar aquele reparo. Sessão de 23/01/1897 (Tombo 008, fl. 23) Consertos da estrada da Ventania. Sessão de 17/01/1900 (Tombo 0969, fl. 28v) - Foi apresentado orçamento para a construção da ponte na "Conquista" na estrada de S. José da Barra.

2 Ilustrações

Foto 2.1



Barra do rio Sapucaí, no Rio Grande.
Hoje, está submersa no Lago de Furnas.
Foto: José Duque Lopes, 1938, cedida por sua viúva, em 1982)

Foto 2.2



Maria Verônica de Jesus (Maria Santos)
Entrevistada em 1985, aos 102 anos.
Filha de mãe e pai escravos, alcançou os últimos anos do cativeiro

Foto 2.3



C.F.S, Bahiano
camarada de confiança em Passos, ao tempo da invernada
Fonte: Foto original cedida pelo seu neto, em 1970.

Foto 2.4



***Commércio e Lavoura,* órgão do Partido Lavourista de Passos.**
Montagem de fotos dos editores sobre a folha de rosto do jornal.
Ao centro, no alto, Antonio Celestino, e à direita, Juca Miranda.
Fonte: Álbum de Francisco Castejón, 1901-1903.

Foto 2.5



Commercio e Lavoura

Director ANTONIO CELESTINO

ANNO I | ESTADO DE MINAS — Redacção e officinas — Rua T. Pedro Getulio | PROPRIEDADE DE MIRANDA & COMP. — PASSOS - 28 de Julho de 1901. | ASSIGNATURAS — Um anno..... 15$000 — Publicações — Linha..... $200 | NUMERO I

viso importante

O "Commercio e Lavoura", jornal dedicado á eza das duas clases imtatissimas - Commer- e Lavoura e que consem as forças vivas do tado, declara a todos os adãos que as suas connas são gratuitamente nqueadas a todo aquelque tiver queixas a prover contra qualquer exsso ou abuso de poder e pelos poderes constidosfor commettido,viscomo, defendendo as ças vivas do Estado, eluem-se n'estas todas classes do povo, de tica silvianista, e temerôsode que a candidatura Salles possa naufragar pela somma de antipathias que tal politico despertou no povo mineiro.

A trapaça, a fraude, a violencia, todos esses seguros elementos de victoria nos saudosos tempos em que o povo assistia indifferente a espoliação dos seus direitos, já não parecem ao sr. Silviano um argumento bastante forte para impor a seu bello prazer qualquer candidato, como aconteceu na eleição de deputados e senadores ao Congresso Estadoal.

Convem-lhe por isso demorar a escolha, perscrutando manhosamente qual dos dois candidatos encontrará mais apoio, para

Abastecimento d'agua

III

No nosso segundo artigo fizemos ver a necessidade que tem a Camara, para cumprir a sua promessa ou desejo que tem de fornecer o precioso liquido por um completo abastecimento á população da cidade, de adquirir em primeiro logar o manancial ou mananciaes que devem fornecel-o e que constam do plano do engenheiro Lanzoni.

Fizemos mais ver que sem essa acquisição a camara não póde levar à realidade a execução do plano d'aquelle engenheiro pela razão muito simples, intuitiva e ao alcance dos mais apoucados espiritos: só dá quem tem, ora a camara não tem, logo a camara não dará.

e isso mesmo a uma parte ta da população, não é o- se possa considerar feiutilidade e necessidade as.

em foi para servir a trincoenta casas da cidade que a camara mandou dispender não pequena quantia com o engenheiro Lanzoni que levantou um plano e orçamento comprehendendo toda a zona occupada pela cidade; sendo que além d'essa despeza, o ex-agente executivo dr. Evaristo Lemos gastou tambem não pequena quantia de seu bolço com o engenheiro dr. Nigro, revendo assim seus bons desejos em prestar esse utilissimo serviço a seus conterraneos.

Si a camara não tem a resolução de contrahir um emprestimo nos termos da lei, será mais acertado que abandone a idéa do abastecimento d'agua, e empregue o saldo existente em ser-

O QUE HA?...

O que ha?... pergunta L. R., collaborador da «Gazeta de Passos», que sob sua responsabilidade editou em suas columnas o artigo de collaboração, e L. R. responde logo:—o boato e o consta, o insulto reciproco emprestando a assumptos da maior naturalidade, as proporções gigantescas dos grandes acontecimentos, murmurando-se quer em nosso seio, quer em logares bem affastados accusações tão falsas quão insultuosas á maneira pelo qual até hoje sempre usamos decidir em todos os assumptos.

O que ha?... boato e consta; de pleno accordo com L. R.

O que ha? insulto reciproco; dissentimos d'esse modo de apreciar os acontecimentos do dia, por vago e por não ser declarada a procedencia do insulto.

despresivel calumnia, sulto a um distincto mo tado por todos quanto cem, e merecedor das vadas attenções sociaes honradez, cordura, ci ção e honestissimo pro o Sr. Alfredo Veiga, a ou tres senzaleiros a haver falsificado umas eleitores que pediam o mento?

Quem tem feito tud

Quem fez as accusaç

A que autoridade quem?

Não poderá a «C Passos» responder a rogações, já que acc tigo de collaboração?

Não haverá um ju de indignação geral infame procedimento

Não são os seus a nhecidos?

O partido da lavo



NO II — CIDADE DE PASSOS (SUL DE MINAS) 19 DE SETEMBRO DE 1920 — NUME

Correio de Passos

SEMANARIO CONSAGRADO AOS INTERESSES GERAES

LABOR OMNIA VINCIT

Impresso em machina ROTATIVA de MARI

Minuta

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E ASSU

bemos que a principal la- do Estado de São Paulo café.

ni poucos negocios terão nismo de complexidade e- correspondendo ao traba- exigido, mesmo emquanto azendas.

elevado custo dos braços essa lavoura, decorrente circumstancias presentes, em difficuldades todos felistas, amedrontando-os as operações de exporta- de preço inferior ao seu no Paiz.

raça de Santos, o princi- orto de embarque do café a e mesmo o mineiro, te da producção passa- assucar.

Ha de parecer, de primeira leitura, que a safra d'aqui é insignificante para o caso de exportação.

Pensamos, no emtanto, de modo contrario.

Dado se prohiba a venda externa, a medida será geral e ha de se ampliar até nós; porque o Paiz terá e no excesso de producção para a qual concorreremos na conhecida proporção.

Além das restricções quanto ao assucar, pela revogabilidade de cuja medida prohibitoria se

producto de mais ou menos consideravel consumo.

Descobriu se grande deposito de papel, e elle teve o seu preço em baixa consideravel.

Não tememos crer numa e- de do genero, por parte do torcicanes o em ta escala.

Deixamos estas notas para os interessados.

Certamente s. excia. o sr. Presidente da Republica vae paulatinamente separar o café do assucar, cuja exportação, por mais que se procure confundir, permanece distinctamente separada.

Contentemo-nos com a emissão para auxilio da lavoura e deixemos dessas embrulhadas.

Os interesses, porém, ficam alertos e se encostam ás possibilidades de exito.

Foi o que fizeram os srs. «assucareiros».

FAUSTO GUTIERREZ

Verdades...

O centenario da nossa independencia politica está á porta. Cem annos de vida politica, e emancipação economica. Porèm nada fizemos até hoje digno de nota. Ainda não temos uma organisação bancaria, e o Brasil é uma terra de analphabetos, um antro de paliticoides. As classes productoras não merecem a menor protecção dos nossos governos. Cada qual faz o que póde, soffrendo as maiores decepções, as mais serias difficuldades em sustentar e defender o ramo attinente a cada profissão que lhe é affecta.

Assim è, que o lavrador, o industrial e o criador conta cada um, de per si, com as proprias energias, ficando o que produzem sujeito á oscillação do preço, á maré da sorte. Si o preço está alto, ou é ao menos compensador,

jar brilhantemente a nossa independencia, offerecendo ao paiz e ao mundo o mais bello monumento, que é aquelle que consiste na instrucção de todos os brasileiros.

ANGELO CORREA

INSTITUTO DR. Bueno Brandão (SOCIEDADE ANONYMA) DIRECTOR SCIENTIFICO DR. ROCHA VAZ, professor da Faculdade de Medicina do RIO DE JANEIRO Soluções esterelisadas para Injecções Hypodermicas e Endovenosas, em todas as Pharmacias e DROGARIAS

como as tapeçarias de v em amethista, odorisando plidão penumbrosa dos b occultam-se sob as ramari ipés e jequitibás perdend diaphaneidade crystallina paços azuis.

Estas linhas vão crispar as brisas, a quietude man lagos, a alma mais simples fazeja desta cidade.

E' uma gloria ecclesiast que sé deve orgulhar Cam lo, seu berço, e a plaida d' Oeste, levantando-se d entre campinas risonhas, p das de sol e flores...

Si as almas pessassem pel virtudes, a sua, em razão vidade, teria já cavado um mo,-e si, pela bondade, leves, então a delle já se h perdido, como um fiapo d plo, pelas alturas do ethe que lá, ella não vive perenn

Commercio e Lavoura e Correio de Passos

Jornais contemporâneos das violências de Passos.

Neles, lavourismo e governismo se digladiavam.

A edição do Correio de Passos é de data posterior.

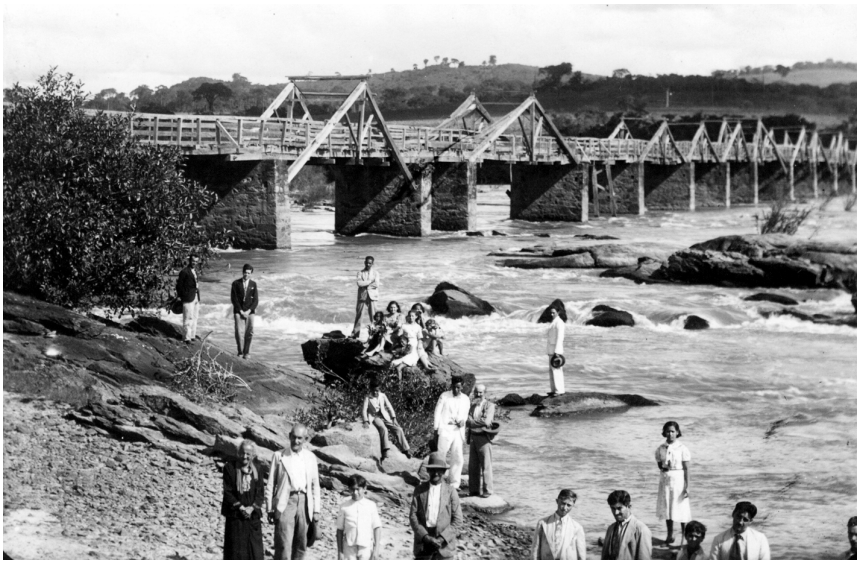
A do Commercio e Lavoura é a de número 2

Foto 2.6



Festa da pedra fundamental do Grupo Escolar Wenceslau Braz
em 27-10-1907, dois anos antes do episódio do Fórum.
No palanque estão Neca Medeiros e Juca Miranda, ambos assassinados no Fórum.
O menino sobre as pedras, indicado pela letra A
é Antonio, filho de Juca Miranda, entrevistado em 08-03-1977.
A foto original me foi cedida por ele. Não há registro do fotógrafo.

Foto 2.7



Ponte Surubim sobre o Rio Grande
Ligava o município de Passos ao de Delfinópolis
Por ela passaram as grandes boiadas vindas de Mato Grosso.
Está sob as águas da represa de Peixotos.
Fonte: foto cedida por Ananias Emerenciano Campos
(Pic-nic da Igreja Presbiteriana, final da década de 1940)

Foto 2.8



Celebração do Lavourismo
Alguém exibe, a 1ª edição do Commercio e Lavoura
Logo atrás, à direita, está Antonio Celestino (de cavanhaque)
à esquerda, os irmãos Medeiros e Juca Miranda com uma criança no colo.

Foto 2.9



Fundação do Partido Lavourista (entre 1901-1903).
De pé, em primeiro plano: Dr. Saturnino (Juiz de Direito), Chico Medeiros,
Antonio Celestino, Neca Medeiros, Tonico Neném, os irmãos Vieira, e Juca Miranda.
Sentados: serviçais e camaradas de armas. À direita, a Corporação Musical.
(Fonte: Francisco Castejón. Álbum avulso, 1901-1903; (identificação de entrevistados)

Foto 2.10



Liderança lavourista pouco antes de 1909.
1-João Alves, 2-João Batista (comissário), 3-Antonio Celestino, 4-Didino Vieira, 5-Totõe Medeiros, 6-Nequinha Medeiros, 7-Juca Miranda, 8-Dadino, 9-Teófilo Vieira, 10-João Vieira, 11- Satyro de Freitas
Com exceção dos dois primeiros, todos os demais estiveram implicados
no Episódio do Fórum e deveriam morrer. Destes, só Juca Miranda foi assassinado.
Fonte: Cópia do original cedido pelo filho de Juca Miranda, em 1972.

Foto 2.11



Comitiva do Cap. Manoel Ferreira de Andrade.
(no medalhão e no centro da foto, com a criança ao colo)
Logo atrás, junto ao poste, estão os "homens de confiança", informação prestada por A.L.M.
A legenda original diz:"*Casa de Residência do Cap. Manoel Ferreira de Andrade.*
Fonte: VASCONELOS, Epídio Lemos de. **Álbum do Município de Passos, sul de Minas – Brasil**.
(Nictheroy, Est. do Rio, Escola Typ. Salesiana, 1920, p. 197).

3. Textos

3.1 – Requerimento do Dr. Urias Amâncio da Silveira à Câmara de Passos.

Junho, 3 de 1901 – Requerimento apresentado à Câmara em sessão do dia 3, do Sr. Urias Amâncio da Silveira. "Ilmos. Srs. Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal. Diz Urias Amâncio da Silveira, morador nesta cidade, que sendo necessário por-se um termo a vergonhosa e espoliadora especulação do negócio de carnes verdades, vem portanto requerer a esta Câmara que se ponha em execução a lei n° 68 de 19 de 9bro de 1895 sancionada e publicada com todas as formalidades necessárias para lhe dar a força coercitiva que o legislador Municipal teve em vista. O espírito que presidio a apresentação do projeto que constituiu essa lei não pode ser outro senão matar a especulação aniquiladora de vez e favorecer assim a população desta cidade, entretanto tal lei não possa de letra morta e engrossar o volume das leis municipais, com sacrifício da sua renda e dos contribuintes que tem o direito de ver as suas contribuições aplicadas em ordem a criar-lhe as vantagens a que tem incontestável direito. Um escrúpulo mal entendido e que importa em verdadeira imposição das idéias dos administradores que tem tido o Município, tem obstado a que os contribuintes gozem do benefício que toda a lei e especialmente a de que se trata tem em mira assegurar-lhes. Estas considerações, que não podem ser consideradas como manifestação caprichosa e de oposição e que esta Ille. Corporação a quem confiou a gestão de seus interesses como conseqüência da ordem que todo poder constituído tem o dever de fomentar concorrendo assim para o desenvolvimento progressivo da fortuna particular e municipal torna um bem patente que suppe. verdadeira patriota, quer na medida de seus pequenos recursos concorrer para que se elimine de vez a especulação e se converta a administração local em decidida protetora das relações dos seus administrados. Entretanto, com a lei a que se refere o suppe. não é bem expressa em seus termos visto estabelecer o preço máximo de 500 réis por quilograma e, sendo uso vender-se a carne com osso, ou sem osso é manifesto que o preço estabelecido na lei refere-se unicamente ao talho com osso e porque na hipótese de aceitar esta Ille. Corporação as considerações que aí ficam expostas e de mandar que se ponha em execução a referida lei, pondo em concurso o fornecimento de carnes verdes e o conseqüente contrato com quem maiores vantagens oferecer o faça com declaração do preço máximo do quilograma com osso ou sem osso. O suppe. Pois, certo de que esta Ille. Corporação não furtará ao dever de tomar medidas que minorem a opressão em vive a população desta cidade, com a vergonhosa especulação do negócio de carnes verdes, e ao instar do que faz a Câmara Municipal da Capital Federal, da Capital de Minas e do que tem feito todas as Câmaras que realmente tem se dedicado aos interesses de seus municípios, requer que mande por com a possível brevidade em execução a lei citada abrindo-se à concorrência tão bem a de instar do que fizeram as Câmaras citadas e todas quantas tem tomado resoluções nesse sentido. Portanto peço

deferimento com a costumada justiça. Passos, 21 de maio de 1901. Urias Amâncio da Silveira"- Estava assinado sobre uma estampilha de trezentos réis. Despacho: Complete o selo e volte querendo. Paço da Câmara Municipal de Passos, 3 de junho de 1901. Urias Amâncio da Silveira. Selado mais com duas estampilhas estaduais sendo uma de 100 e outra de 200 réis." Livro do "expediente", fls. 12,12v e 13, 1901.

3.2 – Ofício da Câmara de Passos ao Dr. Francisco Salles, Presidente do Estado

"Passos, 22 de janeiro de 1903. Exmo. Sr. A Câmara Municipal de Passos, em sessão ordinária de ontem por indicação de um dos seus membros e deliberação unânime, vem perante V. Excia solicitar a nomeação de um delegado militar bom e enérgico para esta cidade, e um contingente de praças suficiente para o seu policiamento e guarda da cadeia. Infelizmente não é esta a primeira vez que a Câmara tem tido a necessidade de dirigir ao governo igual pedido, porque assim o tem exigido a paz, a ordem e a tranqüilidade públicas dia e noite perturbadas por desordeiros e criminosos que andam armados, disparam tiros em plenas ruas da cidade, cometem assassinatos e aí se acham completamente sem receios porque são protegidos por fazendeiros de algum prestígio, que só reconhecem como lei – a sua própria vontade e a força bruta de que dispõem - e que, por isso, são conservados em suas fazendas, como capangas, para em um dado momento alarmarem a população desta cidade, como o fizeram, a 2 de março do ano passado mais de 100 desordeiros, vagabundos e criminosos que aqui vieram, chefiados por seus protetores, para rasgar os autos do processo, que então se fazia, dos criminosos que na noite de 28 de fevereiro do mesmo ano – à força bruta – prenderam eleitores para não votarem na eleição de 1° de março. Assim é que no dia 17 de outubro do ano transacto foi barbaramente assassinado, em plena rua da cidade, um soldado de polícia por um facínora a que dão o nome de Claudemiro, que, não satisfeito de assassiná-lo, tirou-lhe uma das orelhas, deitou-lhe fogo e entretanto, o jornal que aqui se publica nem sequer uma palavra publicou a respeito, e isto porque o criminoso é protegido por um fazendeiro da parcialidade política do dito jornal. Em dias de dezembro último houve duas tentativas e o assassinato do desordeiro Evaristo da Silva (vulgo: Evaristo Bigodeiro) por um soldado que se viu na dura contingência de o matar para não morrer, pois que Bigodeiro já o tinha ferido com uma faca e continuava a agredi-lo. Este fato foi dado à publicidade, com deturpação da verdade, pelo "Comércio e Lavoura", órgão do grupo lavourista, e porque Evaristo pertencia a este grupo. Não fora isto e não fora os ingentes esforços empregados por este jornal para o desprestígio e desmoralização das autoridades e da polícia, que este fato teria sido sepultado no mesmo silêncio em que foi o do soldado assassinado pelo facínora Claudemiro. Na noite de 12 de janeiro andante foi baleada a porta das Coletorias Estadual, Federal e Recebedoria Municipal, tendo sido na mesma noite esbordoado o sargento de polícia, que tem guardado o leito na Casa de

Misericórdia. Assim são os fatos de que esta cidade quase diariamente é cena. Para este estado de coisas muito e muito tem concorrido o "Comércio e a Lavoura", já mentindo e caluniando, já amofinando intrigas, já açulando os desordeiros à prática de tais fatos, já concitando os seus partidários a se revoltarem contra aqueles que se tem esforçado para o progresso desta terra e para a manutenção da paz e da ordem públicas. Aproxima-se a época da eleição municipal, eleição aqui disputadíssima, e para a qual o grupo lavourista já trabalha chegando mesmo alguns dos chefes a dizer que hão de ganhá-la – a jeito ou a peito... A Câmara prevê por essa ocasião lamentáveis acontecimentos, si enérgicas providências de antemão não forem tomadas, para a repressão dos vagabundos, a captura dos criminosos, desarmamento dos desordeiros e restabelecimento da paz e da ordem públicas. É urgente, pois, a nomeação de um Delegado militar enérgico para esta cidade, acompanhado de um bom contingente da força pública, para por um paradeiro a tantos descalabros, afim de evitar que muitas viúvas chorem a perda de seus maridos, que muitos inocentes sejam lançados na orfandade, e esta cidade seja transformada no covil de bandidos e assassinos. A Câmara, pois, confiada no espírito criteriosos e de justiça de V. Excia, espera convicta, que tomareis na devida consideração a narração e o pedido aqui feitos, e aproveitada a ocasião para vos apresentar os seus protestos de elevada estima e consideração, saúde e fraternidade. Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Sales, DD Presidente do Estado de M.G". (assinado pelos vereadores). Livro de Expediente da Secretaria da Câmara, pp. 20v, 21 e 21v. em 22 de janeiro de 1903.

3.3 Auto de Corpo de Delito nas dependências.

Para a realização do Auto de Corpo de Delito, nas dependências, a comissão estava composta por: Eloy José da Rocha, delegado; Hilarino Joaquim de Moraes, escrivão; e pelos peritos: João Vieira de Souza, Felinto Elysio Teixeira Lopes, Alberto Parreira Vianna e Antenor Jovino Teixeira Lopes. O trecho mais interessante desse auto é a descrição do "estado" físico em que ficaram aquelas dependências, depois do episódio. Está assim descrito: "*Em conseqüência, passaram os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas e as que julgaram necessárias, concluídas as quais declararam o seguinte: que examinando a sala da Câmara, o quarto contíguo, neste encontram grande quantidade de sangue no assoalho, respingando nas paredes; nesse local encontraram uma machadinha tinta de sangue e com cabelos, encontraram mais nesse lugar botões de farda e de calças denotando tudo isso ter havido violenta luta corporal; saindo deste quarto, na vidraça colocada ao lado esquerdo e ao mesmo contíguo, no salão principal, encontraram uns dois vidros da referida vidraça quebrados e ensangüentados, achando-se o assoalho ensangüentado nesse lugar; na parede próxima encontraram uma perfuração produzida por projétil de arma de fogo, a qual pelos mesmos fora verificado; outras perfurações feitas na parede, abaixo da vidraça; observaram uma perfuração*

produzida por salto de bonita, tornando bem patente ter havido nesse lugar violenta luta corporal; estendiam-se pelo salão respingo de sangue, notando-se mais que nas portas da saída do salão e nos corrimões da escada manchas de sangue produzidas pelo contato das mãos que nas mesmas se apoiaram; passando-se em seguida os peritos a examinar o quartel, próximo à porta do lado exterior verificaram uma grande possa de sangue; na primeira sala do quartel foi notado igualmente manchas de sangue no assoalho; na sala de jantar e na cozinha observaram igualmente grandes manchas de sangue e respingado pelas portas e paredes; junto ao fogão havia uma grande possa de sangue e próxima a esta na parede uma perfuração produzida por bala, na porta da entrada da cozinha verificaram manchas de sangue e sinais de dedos, parecendo aí ter havido luta, verificando em todos os compartimentos nas paredes perfuração de projéteis..." (cf. Autos, pp. 109 e ss.).

3.4 Inquérito policial remetido pelo Delegado Leon Rousseaulière.

"Passos, 7 de outubro de 1909. Pásso às mãos de Vexcia. o incluso inquérito, cujas investigações ainda não terminadas, para o fim, apenas de serem satisfeitas algumas deligências, que nesta solicito a Vexcia. No correr das investigações já foram apuradas as responsabilidades criminaes até agora, de quatro implicados no sangrentos acontecimentos do dia 25 do mês próximo passado, para esta venho pedir a Vexcia, com urgência, a decretação da prisão preventiva, visto tratar-se de crimes de natureza daqueles, cuja prisão, antes da culpa formada deve ser autorizada. Para o cumprimento destas deligências e facilidade de sua prompta execução se tais o interesse da justiça e a gravidade dos fatos, exporei rapidamente a Vexcia, por ordem, quaes os criminosos, até agora de responsabilidades evidentes. Cel Francisco Lemos de Medeiros (...) segundo bem qualificam as declarações de José Barroso que disse ter ouvido distintamente Antenor Guimarães dizer ao Cel. Chico Medeiros "atire neste soldado" e voltando-se o declarante viu aquele coronel apontar-lhe uma garrucha e disparar contra ele indo o projectil cravar-lhe no rosto, produzindo-lhe um ferimento grave. José Diamantino também afirmou que quando o Alfs. Izidoro deu ordem de fogo contra o grupo, que estava no quartel, já o Cel. Francisco Medeiros havia dado um tiro de garrucha contra o soldado José Barroso, ofendendo-lhe bastante. Bertholino Alves viu o Cel. de garrucha em punho atirar contra um soldado. José Sebastião Moreira igualmente viu o Cel. Francisco Medeiros atirar com uma garrucha no rosto de José Barroso e que este Cel. fez fogo contra Barroso de dentro do quartel para fora e ao fazer fogo disse vendo Barroso ferido: "conheceu, disgraçado". Também a testemunha informante Francisco de Paula e Souza viu dentro de um comodo do quartel, no momento do conflito, o Cel. Francisco Medeiros de garrucha em punho. Theodoro José Diamantino refere também que deixou de fazer fogo contra o Cel. Francisco Medeiros porque este já estava com a sua arma descarregada. Outro criminoso Antonico Nenen, está igualmente sujeito as mesmas penalidades como autor do ferimento grave e

tentativa de morte contra Theodoro José Diamantino conforme referem em suas declarações Bertholino Alves, o próprio Theodoro José Diamantino e outras testemunhas que afirmam ter visto aquele criminoso dentro de um cômodo do quartel no ato do conflito. Como responsáveis, porém, pelos assassinatos dos coronéis José Stockler de Miranda, Manoel Lemos de Medeiros e Antenor Guimarães e ferimentos graves no Major Antonio Ferreira de Medeiros e Jorge Davis (...) se acha o Alferes Izidoro Correia Lima, ex-delegado militar deste município, conforme revelam quase que uniformemente todos os depoimentos tomados no presente inquérito. Também o soldado de nome Miguel Furquim Machado, o qual tem agravada a sua responsabilidade criminal com relação ao assassinato do Cel. José Stockler de Miranda. Assim sendo de acordo com a lei (...) venho rogar a V. Excia. a decretação daquelas prisões fazendo juntar este aos autos e ordenado expedição urgente dos respectivos mandados. L.R." (iniciais do Delegado Leon Rousseaulière).

3.5 Vista do Promotor Fernando Magalhães de Macedo, inquérito policial.

"À excepção do flagrante delito a prisão antes da culpa formada, só pode ter lugar nos crimes inafiançáveis, por mandado escrito do juiz formado da culpa, ou à sua requisição; neste caso precederá ao mandado ou à requisição, declaração de duas testemunhas que jurem de sciencia própria, ou prova documental, de que resultem vehementes indícios contra o culpado, ou declaração deste, confessando o crime (...)Das investigações já procedidas pelo MM. Dr. Delegado Auxiliar, em relação aos lamentáveis acontecimentos ocorridos nesta Cidade a 26 do mês passado está perfeitamente apurada a responsabilidade criminal do Alferes Izidoro Correia Lima, ex-delegado militar deste município, do soldado Miguel Furquim machado, como incursos no artigo 294 do Cod. Penal, pelos assassinatos dos Céis. Manuel Lemos de Medeiros, José Stockler de Miranda e dentista Antenor A.B. Guimarães, e nos artigos 294, combinado com os arts. 13 e 63 e 304 do Cod. Penal, pelos crimes pelos mesmos cometido contra o Te. Cel. Jorge L. Davis e Antonio Ferreira de Medeiros. A responsabilidade desses dois indiciados, ressalta claramente das testemunhas que já juraram neste inquérito. Está igualmente apurada a responsabilidade do Cel. Francisco Lemos de Medeiros (...) como responsável pela tentativa de ferimentos graves feitos no soldado José Barroso, o que se evidencia das declarações ... Igualmente, se não prova plenas ao menos vehementes indícios de responsabilidade criminal recaem sobre Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho (...) pela tentativa e ferimento grave feito contra o soldado Theodoro José Diamantino, como se evidencia das declarações. Atendendo à representação em officio junto feita pelo MM. Dr. Diamantino, como se evidencia das declarações. Atendendo à representação em officio junto feita pelo MM. Dr. Delegado Auxiliar sobre cujo conteúdo sou ouvido, tratando-se de crimes inafiançáveis (...) entendo que a bem da justiça deverá o M.M. Dr. Juiz Municipal, cumpridas as formalidades legais decretar as prisões preventivas: do Alferes Isidoro Correa Lima, Miguel Furquim

Machado, Cel. Francisco Lemos de Medeiros e Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho, que julgo nos termos da lei devendo, com urgência, serem estes autos remetidos ao M.M. Dr. Delegado Auxiliar, afim de serem concluídas as investigações, como pede no officio junto. Passos, 7 de outubro de 1909, o Promotor de Justiça Fernando Magalhães de Macedo."

3.6 Denúncia Crime, apresentada pelo Promotor sobre o episódio do Fórum de Passos.

Um mês depois, a 25 de outubro, o Promotor de Justiça, Fernando Magalhães de Macedo já oferecia "Denúncia Crime", arrolando a seguinte história dos acontecimentos que está visivelmente alterada a favor da força pública, demonstrando que não houve uma "agressão" policial, mas uma reação de defesa, como se pode notar:

"No dia 26 de setembro do corrente ano, desenrolou-se à uma hora da tarde mais ou menos, grave conflito entre a força pública e populares, de cujo conflito resultaram mortes e ferimentos, como passa a expor, com suas causas e circunstâncias. Tendo ocorrido nesta cidade, a 26 de agosto do corrente ano o assassinato do Cap. Mor. João Modesto dos Santos Bueno, seguido poucos dias depois, de uma tentativa de morte praticada contra a pessoa do Ten. Cel. José Stockler de Miranda, permaneceram esses crimes envoltos no mais profundo mistério, tendo isto sido causa de constantes comentários, produzidos não só pela imprensa local, como pela população desta cidade. Resolvendo-se a abrir rigoroso inquérito para o fim de serem descobertos os autores desses fatos criminosos, o Alferes Isidoro Correa Lima ordenou a intimação de testemunhas que pudessem prestar esclarecimentos sobre esses crimes. Das testemunhas intimadas, as de nome Te. Cel. José Stockler de Miranda, Cel. Manoel Julio lemos e Porphyrio Caetano de Barros viriam depor no processo relativo ao assassinato do Cap. Mor. João Modesto, inquérito esse já iniciado na véspera (25): outras testemunhas entre as quais o Cel. Bernardinho Vieira de Souza, Cel. Manoel Lemos de Medeiros. Cel. Francisco Lemos de Medeiros, Cap. Mor. Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho, Manoel Ferreira de Medeiros, Antonio Celestino e outras, iriam prestar declarações em relação à tentativa de assassinato praticada contra o Ten. Cel. José de Miranda, no dia 14 de setembro. A inquirição estava marcada para o meio dia de 26 do passado, hora em que começaram a chegar muitas das testemunhas intimadas em companhia de muitos outros indivíduos, formando numeroso grupo em frente ao quartel do destacamento policial. Como saíssem quatro praças apertadas e armadas, do quartel do destacamento policial em direção à Cadeia, provocou este fato sérios protestos das pessoas presentes tendo sido nesta ocasião dirigidos muito insultos ao Alferes Isidoro e aos soldados, o qual fez incontinenti se recolherem as praças ao quartel, intervindo nessa ocasião o Cel. Manoel Medeiros mostrando que aquela força ali se achava não para fazer qualquer pressão a testemunhas e naturalmente porque iriam para qualquer diligência. O Alferes Isidoro ordenou a seu escrivão Severiano de Assis Bandeira que subisse ao pavimento superior do

edifício da cadeia, onde deveria ter lugar a inquisição, seguindo logo em companhia da primeira testemunha, Ten. Cel. José Stockler de Miranda, que iria prestar declarações referentes ao assassinato de João Modesto. Originou-se então violenta discussão entre o Cel. Francisco Lemos de Medeiros, Cap. Mor. Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho e Cel. Manoel Lemos de Medeiros, a propósito de jagunços, na qual insultos violentos eram trocados de parte a parte e igualmente atirados à polícia. Como estivesse já chegada a hora da inquirição, o Alferes Isidoro, descendo do pavimento superior da Cadeia, dirigiu-se aos Coronéis Manoel e Francisco Medeiros, pedindo-lhes que cessassem aquela discussão que era imprópria para a ocasião e que subissem ao pavimentos superior da Cadeia pois que chegada estava a hora de serem tomados os depoimentos. Não conseguindo pacificá-los, sendo pelo contrário alvo de novos insultos atirados por José Sizenando, Antonio Celestino, Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho e Francisco Medeiros, volta novamente o Alferes Isidoro a fim de continuar a inquirição de José Stockler de Miranda, que era feita num cômodo próximo à sala do Jury. Foi aí que teve começo a luta sangrenta da qual resultaram mortes e ferimentos. Desviando-se do tiro desfechado por Miranda, que apenas lhe atingiu em um dos, estabeleceu-se, logo, terrível luta corporal entre ambos (auto de corpo de delito e decl.) Sacando de uma faca e "parabellum" o Alferes Isidoro com essas armas ofendia a José de Miranda: e como na luta empreendida ambos rolassem no chão, espalhando-se, por isso, as armas de um e outro o Alferes Isidoro, tirando uma machadinha que trazia à cinta e que fora pelo mesmo adquirida dias antes em casa comercial de Vilbaldo Moutinho com ela golpeava a Miranda, que fugindo precipitadamente, foi perseguido pelo soldado Miguel Furquim Machado, que antes o auxiliara na luta, desfechando-lhe por ordem do Alferes, dois tiros sendo um quando saia da porta da cadeia, que não o atingira, secundado pelo outro que o prostrou por terra em frente à casa de D. Lilia Vieira. Enquanto no pavimento superior da cadeia desenrolava-se essa sangrenta cena, davam-se igualmente, no quartel do destacamento policial cousas anormais. Parte do grupo de testemunhas e populares estavam entrincheirados dentro do quartel e outra parte postada à porta do mesmo. O Alferes Isidoro dá incontinente a ordem de fogo no grupo aos seus soldados, começando renhido tiroteio entre o grupo que se achava dentro do quartel e a força que se achava do lado de fora. Evidencia-se claramente das declarações que o Alferes Isidoro dera ordem de fogo aos soldados quando dirigindo-se ao quartel encontrara o soldado José Barrozo já estirado na calçada, ofendido por um tiro de garrucha que lhe fora desfechado pelo Cel. Francisco Medeiros. Rompido o tiroteio entre o grupo e a força o Alferes Isidoro penetrando pelos fundos do quartel, arromba a porta de um dos quartos donde retira uma carabina e munição. No correr do tiroteio, o Te. Cel. Jorge Luiz Davis recebe um tiro de carabina, no quartel, que lhe atingio no abdome, desfechado pelo Alferes Isidoro. Fugindo, o o ten. Cel. Jorge Davis tropeça e cai na calçada entre o edifício da cadeia e o do alojamento as praças. Corre em sua perseguição o soldado Furquim que desfecha-lhe um tiro na cabeça que só o atingio na orelha e deixa-o por morto. O major Antonio Ferreira de Medeiros, procurando galgar uma taipa, nos fundos do quartel recebe um tiro de carabina desfechado por Alferes Isidoro. Na porta do quartel recebe um tiro desfechado pelo soldado Furquim o Cel. Manoel Lemos de

Medeiros. Segue-se novo tiroteio dentro do quartel sendo mortos aí, pelo Alferes Isidoro, e soldados Miguel Furquim, Bertholino Avles e Theodoro José Diamantino, o Cel. Manoel Lemos de Medeiros, o dentista Antenor Guimarães e ofendido gravemente o soldado Theodoro José Diamantino por um tiro de garrucha desfechado por Antonio Ferreira de Medeiros Sobrinho. Após terminada a cena de sangue retirou-se incontinente para S. Rita de Cássia o Alferes Isidoro com sete praças sendo incontinente a cidade invadida por numeroso bando de jagunços, muitos dos quais criminosos pronunciados e condenados neste termo, que se debandou, com a volta do Alferes Isidoro de S. Rita de Cássia, três dias depois do conflito. Se prevenção havia da parte do Alferes Isidoro e da força policial contra qualquer anormalidade que por ventura acontecesse, prevenção essa manifestada pela manutenção de força armada no quartel, pela transferÊncia dos presos da cadeia desta cidade para a cadeia de Santa Rita de Cássia, não menor prevenção existia da parte do grupo de testemunhas e populares, manifestados pelos insultos e ameaças dirigidas à força policial pelo armamento com que se apresentaram para depor perante a autoridade, e pela invasão, logo após, da cidade por numeroso grupo de jagunços. Tal é como se deduz das extensas investigações policiais procedidos pelo Dr. Delegado auxiliar, a narração dos tristes acontecimentos ocorridos nesta cidade a 26 do passado com suas circunstâncias..."

3.7 Os assassinos absolvidos. Manifesto de 1910:

"A 26 de setembro do ano próximo passado, o delegado especial, então em exercício, neste município, Alferes Isidoro Corrêa Lima, praticou o mais revoltante dos crimes que os anais da perversidade humana possam registrar, assassinando por si e pela polícia às suas ordens e sob seu comando o Coronel Manoel Lemos de Medeiros, o Tenente Coronel José Stockler de Miranda, o dentista Antenor Guimarães e ferindo gravemente o Major Antônio Lemos de Medeiros e o coronel Jorge Davis.

A pretexto de apurar a responsabilidade e a autoria do homicídio de João Modesto dos Santos Bueno, DADO UM MÊS ANTES e da tentativa de morte do Ten. Coronel José Stockler de Miranda, ocorrido a 14 de setembro, o referido delegado determinou se abrissem os respectivos inquéritos policias, mandando citar a este e mais testemunhas a depor, entre as quais se achavam os coronéis Manoel Lemos de Medeiros, Francisco Lemos de Medeiros, o dentista Antenor Guimarães e muitos outros. Compareceram as testemunhas em número avultado, e muitas pessoas que levadas pela curiosidade, acorreram à casa da Câmara Municipal, cujo edifício comporta igualmente a Cadeia, com o quartel ao lado. O inquérito dar-se-ia no pavimento superior do edifício da cadeia, e em torno desta e do quartel se achava o grupo de testemunhas e demais pessoas do povo.

Foi chamado a depor primeiro o Ten. Cel. José Stockler de Miranda que ficou lá, em cima sozinho com o alferes Isidoro, a praça Miguel Furquim Machado e o soldado Bandeira que servia de escrivão,

todos trancados dentro de um quarto e onde colocaram de caso pensado, uma mesa atravessada na porta.

De repente se ouviu barulho de móveis deslocados e que caíam no violentamente, vidros de janelas que se quebrava, gritos do Ten. Cel. José Stockler de Miranda e o estampido de um tiro.

Em seguida desceu as escadas e saiu a rua cambaleando, o Ten. Cel. José Stockler de Miranda, todo ensangüentado, com as mãos segurando o ventre e ainda perseguido pelo soldado Furquim, que à mando do Alferes Isidoro dava-lhe tiros pelas costas até que o prostrou morto.

O Alferes Isidoro que dias antes havia comprado um machadinha de cozinha, propositalmente para o caso, serviu-se dela contra a sua vítima, picando-lhe o crânio desapiedadamente, cortando-lhe os punhos e dando-lhe golpes à torto e à direito SEM ESCOLHER LUGAR, como ele mesmo confessou pela imprensa.

O Coronel Manoel Lemos de Medeiros vendo ferido e caído por terra o seu amigo coronel Jorge Davis, em frente do quartel, lamentava o fato, quando o Alferes Isidoro apareceu, lhe deu o braço como AMIGO e o levou para dentro do quartel, onde o matou traiçoeiramente na cozinha, desfechando-lhe três tiros e atirando-o ainda agonizante para cima do fogão.

A mesma sorte teve dentro do quartel o dentista Antenor Guimarães, apesar de se ajoelhar e pedir misericórdia. Essa MISERICÓRDIA não se fez esperar: teve-a de pronto com duas balas de carabina que lhe varam o crânio.

É esta a verdade pública e notória nesta cidade, mas o Alferes Isidoro se defende, como o fez em três artigos de triste e vergonhosa exibição, pelo Pharol de Juiz de Fora, dizendo que estava ameaçado de morte pelos mandões da terra e que assassinou para punir os crimes que eles tinham cometido e livrar deles a sociedade de Passos!

Mas o Coronel Manoel Lemos de Medeiros, homem aqui muito considerado e chefe de respeitável família não trazia consigo arma alguma e não provocou nenhum conflito, conflito que só existiu na premeditação e na imaginação do ex-delegado Isidoro.

Nem o Ten. Coronel José Stockler de Miranda provocou ou ameaçou alguém, foi atacado a golpes de machadinha, de surpresa, quando fazia declarações à polícia.

Nem o desventurado e TÃO LEMBRADO Antenor Guimarães que era um moço inofensivo, não discutia e nem tinha arma alguma. Apenas ajoelhou-se para pedir ao perverso Alferes Isidoro que não o matasse.

Estava combinado e decretado o assassinato deles.

O júri acaba de absolver unanimemente o Alferes Isidoro Corrêa Lima e o soldado Miguel Furquim Machado. O Promotor de Justiça mostrou-se impassível e não se dignou apelar, a respeito de uma

comissão representada pelas viúvas das vítimas e mais pessoas que lhe foram pedir em nome da Justiça este liberal e legítimo recurso da apelação. A sentença passou em julgado.

Esta sentença pode ser traduzida assim: Toda a vez que um delegado de Polícia souber ou desconfiar que um cidadão é criminoso, pode chamá-lo a sua presença para depor em segredo de Justiça e assassiná-lo, embora ele não resista às suas ordens ilegais e desumanamente premeditadas.

Antes de terminarmos, abrimos um parênteses para mais salientar a prepotência e o descaro de semelhante autoridade que além de ser o responsável imediato pela autoria daqueles assassinatos premeditados, também incorreu em outros desatinos e baixezas, e principalmente, sabido como é, valeu-se do prestígio do cargo que exercia, para a seu bel prazer, dar plena liberdade a um sentenciado por crime de morte, de nome Justino, o qual na qualidade de seu empregado predileto, vivia a solta pelas ruas desta cidade e que até hoje está foragido, graças a criminosa e revoltante proteção que lhe foi dispensada pela referido Alferes Isidoro.

Nem ao menos por este crime manifesto, que acabamos de denunciar, o perverso Alferes Isidoro, encontrou resistência na lei para puni-lo como merecia. Que triste verdade e que autoridades desta terra!

Vimos em nome da Religião Católica, da Ordem Social, da Moral, do direito e da Justiça lavrar este necessário protesto contra o ato selvagem e canibalesco destes réus escandalosamente absolvidos e contra a sentença absolutória adrede e feiamente preparada, que os premiou com a liberdade. Pais de família residentes neste município, o nosso silêncio seria um crime, diante do galardão conferido aqueles assassinos confessos, ferozes, sem coração, sem lei, sem justificativa alguma. HOJE POR MIM, AMNHÃ POR TI.

A soberania do júri deve encontrar um limite no perigo comum. Diante deste perigo que aí fica, como um fantasma e ameaça eterna para todos nós, os juizes populares deviam de ser os primeiros defensores da nossa liberdade e a mais sólida e incorruptível garantia da Justiça e da Lei. Passos em 1° de junho de 1910.

Seguem-se as assinaturas de: João Inácio de Andrade. Antônio Caetano Machado. Limírio de Melo Pádua. Dr. Evaristo Al Alcântara Lemos. José Modesto dos Santos Bueno. José Stockler de Lima. Octaviano V. Lemos. Antônio Caetano Filho. Otávio Lemos. Joaquim José Lemos. José Caetano Machado. João Pereira Lima. Manoel Caetano M. Silveira. José Nicodemo Soares. Joaquim Machado Borges. Francisco Rodrigues Chagas. Enéas Figueiredo. Meirelles de Paula Lemos. Alcides Lemos. Cícero Ferreira. Alberto Lemos. Jorge Jacob Chocair. Adolpho Bastos Lemos. Francisco Ferreira Chagas. Sidney Gonçalves Oliveira. Joaquim Júlio Lemos. Fernando Lima Medeiros. Francisco Lima Medeiros. Carlos José Lemos. Suzanno de Lima Medeiros. Antônio Ferreira de Medeiros Sobrinho. Francisco Martins de Medeiros. Hilário Diniz. João Júlio Calixto. Joaquim Alves da Silva. Bernardino Machado Borges. Lúcio da Silva Maia. Manoel Soares Lemos. Antônio de Paula Lemos. Antônio

Pereira Cardoso. Antônio Lourenço de Queiroz. Antônio de Pádua Lemos. Custódio Ignácio de Andrade. Mariano de Souza Brandão. Manoel Soares Borges. Herculano Bernardes Ferreira. José Adalberto da Silva. Urias Lopes da Cunha. João Bernardes Ferreira. Alcebíades J. Carvalho. Mariano Magalhães. Genebaldo oliveira Macedo. Adauto Cândido de Souza Saraiva. Helconides A. da Câmara. Manoel Inocêncio Andrade silva. José Medeiros do Nascimento. Horácio Júlio da silveira. José Pedro Menges. Nicolau Severiano da Silva. José Soares de Carvalho. José Augusto Rodrigues. Antônio Alves Gomes. Aristides Cruz Prates. Moysés Curio. José Velloso. João Machado Filho. Antônio Velloso do Carmo. Miguel Tavares de Souza. Francisco Martins Borges. José Alves da Costa. João Alves da Costa. Cândido machado da Silveira. Francisco Caetano machado. Cassiano da Silveira Cunha. João Cândido da Silveira. Cristiano da Silva Maia. Abrahão Miguel Cari. João Pedro de Souza Sobrinho. Jerônimo Alves de Oliveira. Chaphi Esper Kallas. José Alves da Costa. Horácio Júlio da Silveira. Francisco A. Lemos. Francisco Antônio Machado. João Alves Pereira Sobrinho. José Justiniano Ribeiro. Lino Fernandes Oliveira. José Francisco Pereira de Souza. João Venâncio da Cunha. Ignácio Lopes de Siqueira. Manoel Evangelista da Silveira. Antônio de Souza Nogueira. Conselito Alves Pereira. Jerônimo Bernardes Ferreira. Carlos Nogueira de Figueiredo. Norberto Cassiano da silveira. João Fernandes Pereira. Feliciano Ribeiro de Carvalho. Dr. Rodolpho gomes Pedrosa. Francisco Ignácio de Andrade. Caetano Machado da Silveira. Calimério Ignácio de Andrade. Domingos Pedro de Souza. Antônio Simão Menges. Juvenal Bruno da silveira. José Caetano Lemos. Eduardo Joaquim da Silva. Honorato Baldini. David Baldini. Valdomiro Caetano Machado. Olympio Lopes de Siqueira. I. Cintra. Antônio Veríssimo de Souza. José Joaquim de Moraes. Fladoaldo de Olivera. Francisco Bernardes Ferreira. João Satyro de Souza. José Pio das Chagas. Ernesto Bernardes Ferreira. Antônio de Paula Amparado. José Limírio de Pádua. Ignácio Joaquim Bessa. Lécio Soares Galvão. (MANIFESTO, 1910: "Os assassinos absolvidos" , impresso e distribuído na cidade em 01/06/1910). NOTA: Nenhum dos signatários pertencia ao partido governista.

3.8 Texto da "CARTA ABERTA" ao Conselheiro Ruy Barbosa.

"Em um número do Correio Paulistano, que enviei a v. ex., está um bem elaborado artigo, que publicou o ilustrado advogado das viúvas, o dr. João Silveira, e a notícia completa do júri que absolveu o truculento assassino confesso alferes Izidoro Corrêa Lima, presentemente em Belo Horizonte, à espera da posse do novo presidente eleito Júlio Bueno Brandão, para ser promovido a tenente por estes atos de *heróica bravura* na referida tragédia de Passos.

Nesse artigo v. ex. terá de fato e de direito as mais completas informações sobre este monstruoso crime, e discutirá, se assim entender, o absurdo irrisório da legítima defesa e da derimente de *evitação*

de mal maior invocados pelos ilustres advogados dos réus e aceitos política e vingativamente pelo memorável conselho de sentença.

Se assim me estendo é porque o preclaro parlamentar mineiro e honradíssimo senador Francisco Salles, prometeu voltar à carga no Senado, para a defesa ingrata do governo, nesta sensacional tragédia de Passos. O assassino alferes Izidoro Corrêa Lima continua levianamente protegido pelo governo do Estado e até hoje não foi excluído da Brigada Policial de Minas.

É que o matiz político destes assassinatos existe incontestavelmente à luz da evidência, mas capciosamente ocultado neste pandemônio político local e nas indignas e subalternas conveniências partidárias do centro oficial de Minas. (...)

É porém para estranhar que o atual e distintíssimo timoneiro do Estado aliás de méritos incontestáveis, relute em conservar no *carinhoso regaço oficial*, um assassino desta espécie, reservando para si esta conveniência moral, lamentável e imprópria de um homem de espírito liberal como o é s. exa. (...)

Este feio e escandaloso patronato oficial, também comprometedor e difamante dos créditos de civilização em nosso país, está em completo desacordo com as normas mais elementares de uma política ordeira e não condiz com os princípios de amor e de justiça pela vida de nossos semelhantes.

Prestigiar este assassino que já respondeu dois processos por crimes de assassinatos aqui, em Araguari, afora outras façanhas sanguinárias praticadas em Muzambinho, é querer um algoz na polícia, talvez para novas encomendas de outros assassinatos premeditados. (...)

De fato, não é para a polícia praticar assassinatos covardes e premeditados que contribuímos para o Estado sustentar com o dinheiro do povo, soldados e oficiais, cuja missão disciplinar é garantir a ordem pública, a vida e a propriedade de todos os cidadãos. (...) clamar contra estes atos das injustiças e das atrocidades humanas, tão ostensivamente patrocinadas por este relaxado e cruel governo de Minas, aliás, deste vasto e ubérrimo território tradicionalmente glorioso de minha pátria.

Estes atos públicos de administração política, que são de patrimônio da história nacional, devem ficar para sempre assinalados com tarja preta, e registrados nos anais do crime, para vergonha perene, desta administração política e judiciária, lamentavelmente rubricados pelo atual governo do Estado.

Nenhum homem público tem este direito de abrigar no manto sagrado da justiça, seus ódios e vinganças, como aqui se fez, e nem de proteger sob a bandeira honrosa e imaculada da nossa Pátria, bandidos e assassinos, publicamente festejados pelo bafejo oficial.

Após a perpetração dos covardes homicídios, já conhecidos por v. exa., retirou-se apressadamente o alferes Izidoro Corrêa Lima para a vizinha cidade de Santa Rita de Cássia, esquecendo-se no atarantado da fuga do arquivo da Delegacia, que ficou a portas abertas, e no qual arquivo encontrou-se o livro de registro de sua correspondência com o governo, onde se lia em oficio n. 495 (remete o

ofício) de 23 de agosto de 1909, dirigido ao chefe de polícia de Minas, a sua premeditação para eliminar pela violência das carabinas, homens políticos desta cidade, os quais alcunhava de mandões.

Estes cidadãos que eram justamente os políticos depositários da confiança do governo, exerciam cargos públicos e de eleição popular. Realizado *um mês* depois o negro plano desta sua premeditação, como v. ex. já sabe, e absolvido como foi por estes crimes, resta no entanto a sua dupla responsabilidade pelo crime de assassinatos na pessoa do infeliz João José Corrêa conhecido por João Ângelo e também pelo fato de haver ele "ex-autoritate" própria dado liberdade a um sentenciado de nome Justino, que cumpria na Cadeia desta cidade a pena de 30 anos de prisão celular por crime de homicídio.

De modo que a autoridade policial superior, assim sabedora deste crime, não pode alegar ignorância para mais uma vez deixar impune este bandido de farda, que ainda pretende acesso de posto, tanto mais quando, o alferes Izidoro Corrêa Lima, agiu *em nome* desta própria autoridade superior e policial (...).

Com elevado respeito e máxima consideração sou de v. exa. humílimo Ador. Att. Obrg. – Dr. Rodolpho Gomes Pedroza. Passos, 20 de junho de 1910." (Publicada no jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ano II, edição nº 109. de sexta-feira, 1 de julho de 1909, fl. 2) - (ortografia atualizada por nós).

3.9 "Auto de posse de Conceição do Rio Grande. 1755. Ignácio Paes de Oliveira Presbytero do Habito de São Pedro. Certifico em como aos quatro dias do mez de Março de mil setecentos cincoenta e cinco annos neste Descuberto e Arrayal de Nossa Senhora da Conceiçam do Rio Grande fui vindo com huma Portaria do Exmo. E Rvmo. Sr. Bispo deste Bispado da Cidade de S. Paulo para no mesmo Descuberto servir a ocupação de Capellão Curado e delle tomar posse, erigir altar portátil, em razão deste dito Descuberto e Arrayal se achar dentro do território que signala o Motu Próprio de s. Santidade ao dito Bispado: e logo perante as testemunhas abayxo nomeadas e asignadas, a ellas e a todas as mais pessoas moradoras do mesmo descuberto admoestey, que em nome do Exmo. E Revmo. Sr. Bispo do dito Bispado vinha tomar posse, e com effeito levantei altar Portátil e tomei a dita posse de então para todo o sempre do dito Descoberto, e Arrayal do Rio Grande, e o mesmo de comum consentimento dos ditos moradores nomeey por tutelar Orago a Senhora da Conceição, e logo declarei tãobem a elles ditos a obrigação em que ficavam de obedecer ao Exm. E Revmo. Sr. Bispo e nelle a mim e a todos os mais Capellães Curados, ou Vigários que de mandado do mesmo Sr. Viessem a suceder-me a Parochiar, e administrar-lhes os sacramentos da Igreja e dar lhes pasto Espiritual *in licitis et honestis* no que acordemente se sugeitarão e prestarão obediência, e de como levantey altar portátil e tomey dita posse do Descuberto e Arrayal por parte do mesmo Exmo. E Revmo. Snr. E de

como foi recebida por Padroeira do Altar erecto a Senhora da Conceição, e de com effeito a tudo se sugeitarão ditos moradores, e prestarão obediência a As. Exa. Revma. Dezobriguei a todos os assistentes, e aquelles que para o dito descuberto quizerão vir, passo a prezente que juro *in verbo sacerdotis* e me assignei com as testemunhas seguintes: O Capitão Pedro Franco Quaresma, e Capitão Francisco Vieira da Costa, Manoel de Siqueira Gil, o Capitão Januário de Godoy Moreira, Manoel Ferreira Dias, Belchior Cardozo Fontoura, Salvador de Siqueira Gil, José de Camargo Leme, o Capitão José Leme da Silva, e o Alferes Domingos Leme que se achavão prezentes". Seguem-se as assinaturas. (Cf. Documentos Interessantes, volume XI, cap. IV, p. 64-65).

3.10 Relação das marchas do governador Luís Diogo Lobo da Silva, em 1764.

Relação das marchas que se seguiram na diligência da mostra geral que se principiou em 13 de agosto de 1764, e se acabou em 3 de dezembro do dito ano, com declaração da cidade, vilas, e mais partes porque se transitou para o dito efeito, e outras diligências do real serviço. Feita em 22 de janeiro de 1765.

13.08.1764 – Revista nas Companhias de Ordenança e Cavalaria Auxiliar; Pardos e Pretos libertos, no entorno de Ouro Preto.

17.08.1764 - Mariana, revista à Infantaria de Ordenança, e Cavalaria Auxiliar, Pardos, e Pretos Libertos.

21.08.1764 - Arraial de N. Senhora da Soledade, donde se empregou o seguinte dia 22, e revista às companhias de infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

24.08.1764 - Tanque, revista à infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

25.08.1764 - Arraial da Lagoa Dourada, revista à Infantaria de Ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

27.08.1764 - Arraial dos Prados, revista às ordenanças de pé, e cavalaria auxiliar, pardos, pretos libertos do dito distrito e sua vizinhança.

29.08.1764 - Vila de S. José, revista à infantaria de ordenanças, cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

31.08.1764 - Vila de S. João Del Rei, revista à infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

05.09.1764 - Voa vista, revista à infantaria de ordenança.

06.09.1764 - sítio de Domingos da Costa revista à infantaria de ordenança, pardos e pretos libertos.

07.09.1764 - Vila de N. Senhora da Oliveira, revista à infantaria de ordenança do distrito; e se formaram esquadras de cavalaria, pardos e pretos libertos.

10.09.1764 - Tamanduá, e se formaram as esquadras de infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos, por não haver milícias neste distrito.

12.09.1764 - sítio de Antonio José, e nele se formou uma esquadra de cavalaria auxiliar, por não haver gente para mais, nem milícias.

14.09.1764 - Arraial de Piumhi, e nele se formou uma esquadra de infantaria de ordenança, e outra de cavalaria auxiliar, por não haver gente para mais, nem milícias.

15.09.1764 - Barra do Rio Grande e Sapucaí onde se formou uma esquadra de Infantaria de ordenança, e outra de cavalaria auxiliar, por não haver gente para mais, nem milícias.

> Obs.: Sobre esse local, documento da expedição do Capitão França, de 1760, registra que "para baixo das cachoeiras das Esperanças, nas taipavas antes de chegar ao Desemboque nos asseguram as mesmas pessoas que no tempo dos defuntos capitães-mores Francisco Bueno da Fonseca e Domingos Rodrigues do Prado, davam os escravos por dia de jornal de meia oitava até uma oitava de ouro" (Do redator do documento).

21.09.1764 - Arraial de São Pedro de Jacuí, donde se gastou até o dia 29 do dito mês, em se formarem as esquadras de infantaria de ordenança, cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos: estabelecer regimento, patrulhas, e dar as mais providências, necessárias a evitar a continuação do extravio do ouro que se tira do dito Arraial, e de S. João, e dos diamantes, que impunemente se podia desencaminhar pelo referido para a Capitania de S. Paulo e Goiás, para as quais se seguiam estradas desamparadas e sem alguma cautela, que o embaraçasse.

05.10.1764 - Arraial de Cabo Verde, formar as esquadras de infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos, por não haver milícias.

15.10.1764 - Arraial do Ouro Fino, se formaram esquadras de Infantaria de ordenança e cavalaria auxiliar, pardos, pretos libertos, por não haverem milícias.

20.10.1764 - Arraial da Camanducaia, se formarem as esquadras de infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

25.10.1764 - Arraial de Santa Ana, revista à Infantaria de ordenanças e se formaram esquadras de cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

27.10.1764 - Arraial de S. Gonçalo e revista às milícias.

28.10.1764 - Arraial da Campanha do Rio Verde, revista à companhia de infantaria de ordenança, e se formaram esquadras da mesma infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, pardos, pretos libertos.

01.11.1764 - Arraial de Baependi, revista à infantaria de ordenança e se formaram esquadras de cavalaria auxiliar e da dita ordenança, pardos e pretos libertos, da gente que cresceu da lutação das antigas campanhas.

03.11.1764 – Regimento [Registro?] de Capivari; revista à companhia de infantaria de ordenança, e se formaram esquadras de cavalaria auxiliar, pardos e pretos libertos.

06.11.1764 - Itajubá, revista à companhia de infantaria de ordenança, e se formaram esquadras de pardos, e se deram as providências necessárias a evitar o extravio que se fazia do dito Arraial para a cidade de São Paulo, abrindo-se caminho, dele, para o interior de Minas, e fechando os que facilitava para a dita capitania de S. Paulo.

11.11.1764 - Arraial da Lagoa da Iuruoca, revista à infantaria de ordenança, cavalaria auxiliar, e se formarem esquadras de uma, e outra, pardos, pretos libertos, da gente que cresceu da lutação das referidas campanhas, juntamente examinar a guarda da picada da referida Lagoa.

13.11.1764 - Freguesia da Iuruoca, revista da infantaria de ordenança, e cavalaria auxiliar, e se formaram esquadras da gente cresceu de uma e outra lutação, pardos, e pretos libertos.

16.11.1764 - Neste dia se marchou a examinar na distância de duas léguas a picada da Serra da Mantiqueira, a fim de averiguar se se conservava fechada, e se darem as providências que fossem necessárias; o que se executou para que se não seguisse a dita picada, e depois se voltou para o mesmo poso.

17.11.1764 - Caxambu, na margem do Rio Grande, casa do Capitão Antonio Correia de Lacerda, revista das companhias de ordenança. e cavalaria auxiliar, e se formaram esquadras de pardos libertos.

18.11.1764 - Ibitiboca, revista à companhia de infantaria de ordenança, e se formaram esquadras de pardos libertos.

19.11.1764 - Fazenda chamada o Garambéo, revista à companhia de cavalaria auxiliar, e se examinou a passagem de pedra, formada pela natureza, que facilita a passagem do rio, dando-se providências necessárias a embaraçar a das pontes, que havia feito o dono daquela fazenda, e outra que fica em diversa e não grande distância, que se prometeu na forma das condições do contrato, só para os moradores do barranco do mesmo rio, com a cominação de se lhe deitarem abaixo quando continuassem a prejudicar com a liberdade delas, as passagens do dito rio, como até o presente haviam feito - 6 léguas.

20.11.1764 - Neste dia se marchou para a Fazenda do Martinho, e no seguinte dia de manhã se foi examinar a ponte, que sem permissão, nem ordem régia levantou o povo, e dono da fazenda, em prejuízo do direito régio das passagens do mesmo rio, e em castigo dos insultos, que haviam cometido contra as guardas, se deitou abaixo a dita ponte, com a condenação de proceder a castigo todo aquele que a tornasse levantar.

21.11.1764 - ponte de Manoel Alves, a qual se deixou para o contrato com as providências necessárias, e se passou à do Garcia, a qual também se deixou para o mesmo.

22.11.1764 - ponte do Contrato, revista à infantaria de ordenança do distrito das Carrancas, Lavras do Funil, e se formaram as esquadras da gente que cresceu da lutação de uma e outra, pardos, e pretos libertos.

23.11.1764 - Sítio da Cachoeira, a deitar abaixo uma ponte, que sem ordem régia haviam feito nesta, sobre o Rio Grande, que facilitava a todos passagem sem com o direito da dita passagem, na qual se haviam cometido vários distúrbios, com a voz do Povo, a fim de destruírem, e arruinarem inteiramente o Contrato, e depois de se deitar abaixo a ponte, se foi pernoitar à Ponte do Contrato.

24.11.1764 - Rio das Mores Pequeno, revista às companhias de infantaria e de ordenança do dito distrito, e se continuou a marcha até a vila de S. João Del rei, revista à companhia da Lagoa Verde.

27.11.1764 - Montevidéu, revista à companhia de cavalaria auxiliar e se formaram esquadras de infantaria de ordenança, pardos, e pretos libertos do dito distrito.

28.11.1764 - Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo, revista à companhia de cavalaria auxiliar, e no seguinte se formaram esquadras da gente que cresceu capas de servir na mesma cavalaria auxiliar, infantaria de ordenança, de que não havia nele milícias, pardos, e pretos libertos do mesmo distrito.

30.11.1764 - ressaca, revista a antiga companhia de ordenança.

01.12.1764 - Arraial dos Carijós, revista da companhia de cavalaria auxiliar; infantaria de ordenança, e se formaram esquadras da gente que cresceu da lutação (sic) Comparativo percentual dos itens Indústria e Profissões e Transferência de Propriedades na estimativa total orçada (em réis das antigas companhias, pardos, e pretos libertos.